

# Desafios Amazônicos

Série Desenvolvimento e Sustentabilidade



Juarez Pezzuti e Claudia Azevedo-Ramos  
Organizadores

**Universidade Federal do Pará - UFPA**

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Rômulo Simões Angélica

**Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA**

Diretor: Durbens Martins Nascimento

Diretor Adjunto: Armin Mathis

**Conselho Editorial do NAEA**

Durbens Martins Nascimento

Ana Lúcia Prado Reis dos Santos

Armin Mathis

Lairson Costa

Nirvia Ravena

Hisakhana Pahoona Corbin

Sílvio José de Lima Figueiredo

Simaia do Socorro Sales das Mercês

**Editora**

Nirvia Ravena - Editora-Chefe

Lairson Costa - Diretor Executivo

**Comissão Editorial**

Durbens Martins Nascimento, NAEA/UFPA

Ana Lúcia Prado Reis dos Santos, NAEA/UFPA

Armin Mathis, NAEA/UFPA

Flavio Gaitán, UNILA

Gisela Leitão, EUC (Colômbia)

Lairson Costa, NAEA/UFPA

Lucimara Costa, UFAM

Marion Glaser, LCTME (Alemanha)

Monica Aparecida da Rocha Silva, UFT

Nirvia Ravena, NAEA/UFPA

Oriana Trindade de Almeida, NAEA/UFPA

Peter May, UFRJ

Renato Boschi, IESP/UFRJ

Sílvio José de Lima Figueiredo, NAEA/UFPA

Simaia do Socorro Sales das Mercês, NAEA/UFPA

**Coordenação de Comunicação e Difusão Científica**

Ana Lúcia Prado Reis dos Santos

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos  
Universidade Federal do Pará  
Cidade Universitária José da Silveira Neto  
Setor Profissional – Campus Belém  
Av. Perimetral, n.º 1, Guamá, Belém-PA, Brasil, CEP 66075-650  
Telefone (91) 3201-8521  
editora\_anae@ufpa.br

JUAREZ PEZZUTI | CLAUDIA AZEVEDO-RAMOS  
Organizadores

# Desafios Amazônicos

Série Desenvolvimento e Sustentabilidade

Belém | NAEA | 2016

Capa: Ione Sena  
Figura da capa: “O enigma do vintage – Freepick”  
Editoração: Ione Santos  
Revisão: Lairson Costa e Albano Gomes  
Ficha catalográfica: Ruthane da Silva e Rosângela Mourão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

---

Desafios Amazônicos / Juarez Pezzuti, Claudia Azevedo-Ramos, organizadores. – Belém: NAEA, 2016.

592 p. : il.; 21 cm. -- (Desenvolvimento e Sustentabilidade; 1)

Inclui bibliografias

ISBN: 9788571431539

1. Sustentabilidade e Meio ambiente - Amazônia. 2. Gestão ambiental - Amazônia. 3. Recursos naturais - Conservação - Amazônia. 4. Recursos naturais - Política governamental - Amazônia. I. Pezzuti, Juarez. II. Azevedo-Ramos, Cláudia. III. Série.

CDD 22. ed. 363.7009811

---

## Comitê de avaliadores *ad hoc*

---

*Adagenor Ribeiro*

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)

*Alfredo Kingo Oyama Homma*

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

*Andreia Pinto*

Instituto Homem e Meio Ambiente na Amazônia (IMAZON)

*Antônio Cordeiro de Santana*

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

*Cassio Pereira*

Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia (IPAM)

*Cristina Inoue*

Universidade de Brasília (UnB)

*Cynthia Carvalho Martins*

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

*Cyntia Meirelles*

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

*Denise Cardoso*

Universidade Federal do Pará (UFPA)

*Edna Castro*

Universidade Federal do Pará (UFPA)

*Flavio Barros*

Universidade Federal do Pará (UFPA)

*Francisco de Assis Costa*

Universidade Federal do Pará (UFPA)

*Hisakhana Corbin*

Universidade Federal do Pará (UFPA)

*Julia Shimbo*

Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia (IPAM)

*Ligia Simonian*

Universidade Federal do Pará (UFPA)

*Luciana Guedes Pereira*

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

*Marcela Vecchione*

Universidade Federal do Pará (UFPA)

*Marcio Amaral*

Universidade Federal do Pará (UFPA)

*Marco Aurélio Arbage Lobo*

Universidade da Amazônia (UNAMA)

*Nadia Freitas*

Universidade Federal do Pará (UFPA)

*Nirvia Ravena*

Universidade Federal do Pará (UFPA)

*Paulo Moutinho*

Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia (IPAM)

*Raul Campos*

Universidade Federal do Pará (UFPA)

*Reinaldo Pacheco*

Universidade de São Paulo (USP)

*Rosa Acevedo Marin*

Universidade Federal do Pará (UFPA)

*Rosemary Andrade*

Universidade Federal do Amapá (Unifap)

*Saint-Clair Cordeiro Trindade Junior*

Universidade Federal do Pará (UFPA)

*Shaji Thomas*

Universidade Federal do Pará (UFPA)

*Silvio Lima Figueiredo*

Universidade Federal do Pará (UFPA)

*Simaia Mercês*

Universidade Federal do Pará (UFPA)

*Vivian Zeidemann*

Universidade Federal do Pará (UFPA)

## Agradecimentos

---

Ao Prof. Silvio Figueiredo, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento do Trópico Úmido – PPGDTU, pelo convite para organizarmos este volume.

Ao PPGDTU, ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), representado pelo seu diretor Durbens Martins Nascimento, e à Universidade Federal do Pará (UFPA) pelo apoio à publicação deste livro.

Aos avaliadores *ad hoc*, que emprestaram sua experiência para aprimorar a qualidade dos capítulos.

Ao Conselho Editorial do NAEA e à Editora do NAEA pelo apoio na revisão do livro e em sua publicação.

Aos docentes e aos discentes do NAEA e a seus colaboradores pela participação ativa neste e em pretéritos volumes da série Desenvolvimento e Sustentabilidade.





## Prefácio

---

A Amazônia, a despeito de conter uma riqueza socioambiental única no mundo, se mantém como um gigantesco recanto do continente sul-americano fadado a cumprir um papel periférico no desenvolvimento, usado de forma prevalente apenas como fonte de matérias-primas - desde as drogas do sertão até o ferro, o alumínio, a energia, a madeira, a carne e a soja. Como resultado, perdemos diariamente cerca de 1.400 hectares de floresta, degradamos de modo praticamente irreversível uma área ainda maior, e contaminamos de forma crescente a maioria dos grandes formadores da bacia Amazônica com mercúrio e agrotóxicos. Ainda, sua população torna-se cada vez mais urbana, desconectada da vida rural, e convivendo com as agruras inerentes a cidades que crescem de modo desordenado e violento.

Por outro lado, é uma região que espelha admiração, complexidade e desafios, em especial quanto aos modelos de desenvolvimento que possam incluir a conservação de seus recursos naturais e, ao mesmo tempo, que beneficiem seus habitantes e populações de outras regiões do país e do planeta.

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará há quatro décadas contribui na investigação sobre a realidade Amazônica, considerando suas dimensões históricas, sociais, econômicas, ambientais e políticas. Este livro faz parte da série Desenvolvimento e Sustentabilidade publicada pelo NAEA e reúne pesquisas realizadas por alunos e professores de seu programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, um dos primeiros Cursos de Pós-Graduação de caráter interdisciplinar do país.

Aqui estão representadas as quatro linhas atuais de pesquisa do NAEA: (1) Desenvolvimento Regional e Agrário; (2) Estado, Instituição, Planejamento e Políticas Públicas; (3) Gestão de Recursos Naturais; e (4)

Sociedade, Urbanização e Estados Populacionais. Todos os capítulos foram analisados por revisores ad hoc, algo que colaborou sobremaneira para a qualidade dos textos e com a experiência em lidar com o rigoroso processo de divulgação científica que hoje predomina tanto na esfera nacional quanto internacional.

Particularmente nesta edição, os capítulos abordam questões associadas a análises de políticas e de gestão pública, os impactos sobre populações urbanas e rurais, o uso dos recursos naturais, o conhecimento tradicional associado ao seu uso e, por fim, aspectos culturais dos seus povos. Esta diversidade expressa a pluralidade do NAEA e suas formas de análise e que, ao final, nos remete a uma reflexão mais aprofundada sobre o futuro da região. Tal pluralidade, certamente, é fundamental para fazer frente às dimensões da Amazônia e sua imensa riqueza socioambiental, a qual exige soluções diversas para problemas comuns. Entre eles, podemos citar os conflitos resultantes da forma desordenada de uso da terra, da exploração desordenada e insustentável dos recursos naturais, da fragilidade institucional e de infraestrutura, da dificuldade competitiva empresarial e, sobretudo, do conhecido caos fundiário.

Esta edição enumera vários avanços, mas também ilustra casos em que o progresso ainda é dependente de estratégias inovadoras. Em última instância, as contribuições que compõem os capítulos deste livro procuram trazer elementos para uma reflexão abrangente e plural e, assim, estar mais próximo da realidade Amazônica.

Juarez Pezzuti  
Claudia Azevedo-Ramos  
Organizadores

## Sumário

---

TRAJETÓRIAS TECNOLÓGICAS E SISTEMAS AGRÁRIOS DOS EXTREMOS LESTE E OESTE DO PARÁ: UMA ABORDAGEM INTEGRADA COM SIG .....	15
<i>Nicola Saverio Holanda Tancredi • Francisco de Assis Costa</i>	
A INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE FRUTAS DO NORDESTE PARAENSE E REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (APLFRUTAS-NEPA): UMA AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA LOGÍSTICA .....	39
<i>Ana Maria Guerra Seráfico Pinheiro • Francisco de Assis Costa</i>	
PROVISÃO DE HABITAÇÃO POPULAR E SEGREGAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM .....	69
<i>Diogo Luan Uchôa da Luz • Simaia do Socorro Sales das Mercês</i>	
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, SUSTENTABILIDADE URBANA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: REASSENTAMENTO URBANO NO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO, EM ANANINDEUA – PA .....	99
<i>Marlon D'Oliveira Castro • Simaia do Socorro Sales das Mercês</i>	
PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO E O RETORNO SOCIAL GERADO POR ESTA POLÍTICA EDUCACIONAL EM BREVES, PARÁ .....	137
<i>Lucio Robson Braga das Neves • Ponciana Freire de Aguiar</i>	
ESTUDOS CIENTÍFICOS DO TURISMO NA AMAZÔNIA: POR UM OLHAR INTERDISCIPLINAR .....	167
<i>Juliana Azevedo Hamoy • Thiliane Regina Barbosa Meguis • Kassia Suelen da Silva Farias • Mirleide Chaar Bahia</i>	
A AMAZÔNIA EM MILTON SANTOS: REGIÃO, GLOBALIZAÇÃO E MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL .....	
<i>Helbert Michel Pampolha de Oliveira • Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior</i>	
AS POSSIBILIDADES DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) COMO FERRAMENTAS PARA GESTÃO PÚBLICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ .....	225
<i>José Nilberlanio Vieira • Hisakhana Corbin</i>	
EVOLUÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL NO ESTADO DO PARÁ .....	261
<i>Benedito Evandro Barros da Silva • Claudia Azevedo Ramos</i>	

PROJETO DE ASSENTAMENTO ITABOCAL: UM ESTUDO DE CASO DE CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTO FEDERAL NO NORDESTE PARAENSE, AMAZÔNIA, BRASIL .....	297
<i>Aurimar Francisco Viana da Silva • Ponciana Freire de Aguiar • Carlos André Corrêa de Mattos</i>	
GARIMPOS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA: UMA DÉCADA DE EXPERIÊNCIA NA REGIÃO DE ITAITUBA, PARÁ, BRASIL .....	329
<i>Pedro Chaves Baía Júnior • Armin Mathis</i>	
ECONOMIA FLORESTAL COMUNITÁRIA E FAMILIAR NA AMAZÔNIA .....	357
<i>Claudia Azevedo-Ramos • Jessica Pacheco</i>	
OS SONHOS DAS NOSSAS MÃOS: O TRABALHO NO PROCESSO CRIATIVO DOS ARTESÃOS DE MIRITI DE ABAETETUBA .....	397
<i>Amarildo Ferreira Júnior • Silvio Lima Figueiredo</i>	
CONTRADIÇÕES NO CAMPO DA SAÚDE: A AUSÊNCIA DE POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE LOCAL E FORTALECIMENTO DA MEDICINA TRADICIONAL NA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA LARANJITUBA E ÁFRICA .....	425
<i>Antonio Jorge Ataíde Souza • Lígia T. Lopes Simonian • Raimundo Heraldo Maués</i>	
SINCRONIA ENTRE RELIGIOSIDADE UMBANDISTA E PRÁTICAS RELIGIOSAS AMAZÔNICAS DE ÍNDIOS E CABOCLOS .....	455
<i>Ana Lídia Cardoso do Nascimento • Lígia T. Lopes Simonian</i>	
RESEX MARINHA GURUPI-PIRIÁ E OS DESAFIOS EDUCACIONAIS PARA A SUSTENTABILIDADE .....	491
<i>Adria Macedo dos Santos • Lígia T. Lopes Simonian</i>	
“MIL BARRAGENS DESTA NÃO PAGAM O QUE ELA DEIXOU ENTERRADA”: PERCEPÇÃO DOS IMPACTOS DA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ SOBRE OS ANIMAIS DE CAÇA .....	523
<i>Myrian Sá Leitão Barboza • Roberta Sá Leitão Barboza • Dernival Venâncio Ramos • Juarez Carlos Brito Pezzuti</i>	
A HISTÓRIA PELAS PESSOAS: MEMÓRIAS DE COMUNITÁRIOS DA ÁGUA PRETA SOBRE A RELAÇÃO COM OS RECURSOS NATURAIS .....	549
<i>Fernanda Carneiro Romagnoli • Juarez Carlos Brito Pezzuti</i>	
FESTAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS ÁFRICA E LARANJITUBA NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA, PARÁ .....	575
<i>Benison Alberto Melo Oliveira • Silvio Lima Figueiredo</i>	

## Organizadores

---

### **JUAREZ PEZZUTI**

Biólogo e Doutor pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com Pós-Doutorado na Universidade de Wageningen (Wur) e pela Universidade de Amsterdam, Reino dos Países Baixos. Professor da Universidade Federal do Amazonas de 2008 a 2010. Professor Associado do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Áreas de interesse: Ecologia e manejo de fauna; etnoecologia; ecologia humana.



### **Claudia Azevedo-Ramos**

Bióloga pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Doutora em Ecologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com Pós-Doutorado no The Woods Hole Research Center, Massachusetts (EUA). Diretora do Serviço Florestal Brasileiro de 2006 a 2014. Professora Associada do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Áreas de interesse: Gestão ambiental; Economia e Manejo florestal; Comunidades tradicionais da Amazônia.





## TRAJETÓRIAS TECNOLÓGICAS E SISTEMAS AGRÁRIOS DOS EXTREMOS LESTE E OESTE DO PARÁ: UMA ABORDAGEM INTEGRADA COM SIG

---

*Nicola Saverio Holanda Tancredi<sup>1</sup>*

*Francisco de Assis Costa<sup>2</sup>*

**Resumo:** O meio rural amazônico constitui espaço de dinâmica e amplitude próprio, muitas vezes observado por meio de recursos tradicionais do sensoriamento remoto. Ressalta-se, porém, que as análises de imagens de satélites contribuem pouco para o entendimento e posterior intervenção da realidade. Nesse contexto, a partir de uma abordagem integradora entre o conceito de trajetórias tecnológicas, ou seja, o padrão relacionado aos processos decisórios dos agentes, trabalhos de campo e os recursos geotecnológicos, tais como sensoriamento remoto e Sistema de Informação Geográfica (SIG), foram investigados e vetorizados 479 estabelecimentos rurais nas regiões de Paragominas e Santarém, estado do Pará. A metodologia aplicada logrou êxito, integrando dados de diferentes fontes, extraindo-se as características das trajetórias tecnológicas camponesas e patronais por área, tipo, número de estabelecimentos, valor bruto da produção, disponibilidade de fatores, produtividade, relação terra-trabalhador e investimentos, consistindo num importante passo para correção das distorções no desenvolvimento socioeconômico ambiental.

---

<sup>1</sup> Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (UFPA/NAEA). Assessor Técnico do Sistema de Proteção da Amazônia, Centro Regional de Belém/PA e Professor da FAMA. E-mail: eng.nsht@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Associado do NAEA e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPA. Pesquisador Associado da RedeSist (UFRJ) e da Rede Geoma (O distanciamento entre realidades sociais e expressões digitais da MCT). E-mail: francisco\_de\_assis\_costa@yahoo.com.br

**Palavras-chave:** Geotecnologias. Trajetória Tecnológica. Integração de Dados. Paragominas. Santarém.

## **TECHNOLOGICAL PATHS AND AGRARIAN SYSTEMS FROM EASTERN AND WESTERN EDGES OF THE PARÁ STATE: AN GIS INTEGRATED APPROACH**

**Abstract:** The Amazon rural areas constitute own dynamic and range location, often observed using traditional resources from remote sensing. However, analyses using only satellite images are not enough to identify elements of surface, with a poor contribution to the understanding and intervention of reality. Using an integrated approach among technological trajectories concept, that means the pattern related to the stakeholders decision-making, field survey and geotechnological resources, as remote sensing and geographic information system (GIS), it were interviewed and vectorized 479 rural properties in the region of Paragominas and Santarém, state of Pará. The methodology was considered successful, integrating data from different sources, extracting peasant and employer technological trajectories features, per area, number of rural properties, gross production value, productivity, ratio land-worker and investments, consisting in an important step to correct distortions in the environment socioeconomic development.

**Keywords:** Geotechnologies. Technological Path. Data Integration. Paragominas. Santarém.

## **INTRODUÇÃO**

O meio rural amazônico é profundamente diverso e ágil (VIEIRA et al., 2014; BERENGUER et al., 2014; BERENGUER et al., 2015). Tal complexidade nem sempre é considerada nas discussões sobre os



fenômenos em evidência, as quais, frequentemente, se limitam a considerações sobre o desmatamento. Alimentando essa perspectiva, as ferramentas de maior impacto no acompanhamento dessa realidade, aquelas apoiadas em leitura georreferenciada, praticamente só fazem observações binárias sobre o que é desmatamento ou não.

Não há dúvidas quanto à importância do fenômeno do desmatamento. Registros das autuações ambientais no estado do Pará provenientes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA/PA) no período de 2000 até 2008 apontam que, de um total de 16.591 infrações lavradas pelos fiscais ambientais no estado (IBAMA, 2009), nada menos que 14.158 autuações estão relacionadas estritamente com danos à flora, representando 85,33%. Por sua vez, Tancredi, Santos e Cohenca (2009) reuniram os autos de infração lavrados pela Gerência Executiva do IBAMA em Santarém/PA no período de 01/01/2005 até 31/10/2008 e constataram que, neste período, mais de 34% das sanções administrativas aplicadas ocorreram em decorrência exclusivamente de desmatamento da flora amazônica e, considerando somente o último ano investigado (2008), mais de 58% das autuações foram efetuadas apenas por este motivo, identificadas por meio de imagens de satélite.

Não obstante, há bem mais a considerar na dinâmica rural da região. Faz-se necessário, por exemplo, apreender as dinâmicas dos sistemas rurais que são regenerativas, inócuas ou de baixo impacto ao meio ambiente. Há que se ter, isto posto, capacidade para visualizar a diversidade estrutural profunda que reina no rural amazônico.

Os recursos de sensoriamento remoto (SR) são ferramentas tecnológicas capazes de oferecer leituras com perspectivas extraordinariamente importantes e complexas da realidade rural. Complementarmente, os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) auxiliam como poderoso recurso que organiza, identifica e qualifica elementos da superfície, tais como limites municipais, drenagens,

estradas, focos de calor, localidades, sedes municipais, mapeamentos temáticos (geologia, pedologia, vegetação, antropismo), entre outros.

A união de SIG e SR potencializa o entendimento da realidade, porém não são suficientes para retratar a sua complexidade no meio rural. Impõe-se, assim, a necessidade de integração desses recursos tecnológicos com outras vertentes de investigação do meio (BATISTELA; BRONDIZIO; MORAN, 2000; ASSAD; SANO, 2008).

A economia rural amazônica, em sua dinâmica, é estruturada por grandes sistemas agrários. Os sistemas agrários são configurações territorialmente delimitadas, delineadas por concorrência (ARTHUR, 1994) e cooperação (NALEBUFF; BRANDENBURGER, 1996) dinâmicas entre trajetórias tecnológicas em torno dos recursos naturais e institucionais ali prevalentes. Trajetórias tecnológicas são estruturas em movimento que, na realização de um padrão usual de atividades, resolvem, com base em um paradigma tecnológico, os problemas produtivos e reprodutivos que confrontam os processos decisórios dos agentes concretos envolvidos (DOSI, 2006; SICSÚ, ROSENTHAL, 2006; COSTA, 2009b).

Nos sistemas agrários e em torno das trajetórias tecnológicas, constituem-se arranjos institucionais que determinam como os recursos naturais, de conhecimento laboratorial e de cultura tecnológica são produzidos e distribuídos, das quais relações fundiárias, regras e mecanismos de acesso a sistemas de inovação, como o crédito e organizações de assistência técnica, são expressões (COSTA, 2009a).

Costa (2009b) ressalta o contexto ecológico, ou seja, o papel da base natural na configuração de paradigmas tecnológicos e suas trajetórias. Para esse autor, a noção de paradigma tecnológico aplicada à produção rural na Amazônia refere-se às atitudes fundamentais de diferentes atores mediante a base natural da região: num extremo, agentes e suas formas de produção que pressupõem a manutenção da natureza originária (o bioma florestal amazônico); em outro, agentes e formas de produção que pressupõem a transformação da natureza originária.

Agentes camponeses e patronais têm modelos próprios de avaliação da consistência intertemporal e interespacial de suas decisões, que os diferenciam intrinsecamente em seus modos de produzir, a par das capacidades respectivas de acesso a instituições e ao conhecimento: de acesso a ‘capital natural’ (como propriedade contestável ou não), a ‘capital físico’, ‘a capital humano’ e a ‘capital social’ (COSTA, 2012). De tais posturas, derivam as soluções técnicas e institucionais (conjuntos de procedimentos que se constroem no tempo em concatenações próprias de trajetórias, em que as decisões passadas influem no presente e as do presente condicionam o futuro) para os processos produtivos realizados em condições particulares que, ao mesmo tempo em que suprem as necessidades sociais de um conjunto dado de produtos rurais, são soluções moldadas para atender aos anseios privados dos agentes que gerenciam esses processos produtivos (COSTA, 2012).

Este artigo baseia-se na investigação de diferentes processos produtivos e formas de produção camponesas e patronais nas regiões de Paragominas e Santarém, que se apresentam organizados como trajetórias tecnológicas. Com esses recursos, numa abordagem integradora cotejada com dados de sensoriamento remoto e SIG, o trabalho qualificou a diversidade de estruturas que as trajetórias tecnológicas revelam em dois importantes sistemas agrários, no extremo leste e no extremo oeste do estado do Pará.

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

As técnicas investigativas empregadas foram a caracterização das áreas de estudo, definição, a realização de entrevistas em 479 propriedades rurais nas regiões de Paragominas e Santarém, extremos leste e oeste, respectivamente, do estado do Pará, e a qualificação das trajetórias tecnológicas numa abordagem integrada com o ferramental geotecnológico.

## 2.1. ÁREAS DE ESTUDO

Paragominas é município recente do estado do Pará, surgido no cruzamento entre o antigo trecho da BR-010, que atualmente corresponde à PA-125, e a PA-256. A cidade se estabeleceu originalmente na superfície do planalto, localizada acima das planícies de inundação do igarapé Paragominas e do rio Uraim, a partir da formação de um pequeno assentamento de beira de estrada nos primeiros anos da década de 1960 (MONTEIRO; COELHO; BARBOSA, 2009).

Segundo o Censo Agropecuário 2006, há nesse município um ligeiro predomínio das pastagens, com 44,8% do uso da terra, em relação às matas e florestas que apresentam 43,8%. As lavouras representam em torno de 8,4% (IBGE, 2007).

Santarém, por seu turno, é município antigo do Pará, fundada pelo padre João Felipe Bettendorff no dia 22 de junho de 1661. Sua elevação à categoria de cidade ocorreu em 24 de outubro de 1848 (AMAZONAS, 2011).

Em termos de utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários, há um forte predomínio das matas e florestas com 60,3%, em relação aos outros usos. As pastagens ocupam 26,2% e as lavouras possuem representatividade em torno de 10,4% do uso da terra (IBGE, 2007).

As duas regiões foram pesquisadas no âmbito do Projeto “Sustentabilidade dos usos da terra na Amazônia brasileira”, que contribuiu com iniciativas, visando a uma melhor compreensão científica das implicações ambientais e socioeconômicas de diferentes usos do solo e de gestões da terra.

Na região de Santarém, uma parceria estabelecida entre The Nature Conservancy (TNC) e a multinacional Cargill originaram uma moratória do desflorestamento causado pelos sojicultores. Paragominas é uma das pioneiras do Projeto Municípios Verdes (parceria entre o governo

municipal, Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas (SPRP), TNC e Pará Mais Projetos Sustentáveis), visando ao desenvolvimento por meio de esforços combinados do governo local e sociedade civil.

## 2.2. COLETA DE DADOS SOCIOECONÔMICO-AMBIENTAIS

A coleta dos dados socioeconômico-ambientais envolveu 5 fases: 1.<sup>a</sup>) Identificação da família e mapeamento; 2.<sup>a</sup>) Seleção da família; 3.<sup>a</sup>) Entrevista; 4.<sup>a</sup>) Controle de qualidade do dado; e 5.<sup>a</sup>) Entrada do questionário no Banco de Dados (GARDNER et al., 2013).

A 1.<sup>a</sup> fase identificou e mapeou todas as famílias rurais nas bacias hidrográficas através do mapeamento de todos os acessos e rotas.

O critério principal para selecionar as bacias hidrográficas foi a cobertura florestal remanescente (ou reciprocamente, o desmatamento histórico acumulado). E, uma vez que um conjunto de bacias hidrográficas foram identificadas, baseado no gradiente de desmatamento, uma seleção final de 18 bacias hidrográficas em cada região foi feita para assegurar a representação das práticas atuais de uso da terra, a distribuição espacial da população rural e os tipos principais de uso.

Os dados socioeconômico-ambientais foram coletados através de entrevistas estruturadas com proprietários dos estabelecimentos rurais situados nas bacias hidrográficas das áreas de estudo. É importante ressaltar que as casas foram utilizadas como um indicador das propriedades rurais e a definição de unidade para este estudo. Para qualificar as propriedades, estas deviam ter mais de 1 hectare e ter produzido ou colhido em 2009 (ano de referência do questionário).

Após todas as propriedades de interesse terem sido identificadas e mapeadas, elas foram classificadas pelo ramal onde estavam localizadas no interior da bacia hidrográfica. Esta lista foi, então, ordenada aleatoriamente em uma planilha, que gerou uma ordem de prioridade para as entrevistas aplicadas. Uma meta global de 20 entrevistas aleatórias

por bacia hidrográfica foi então estratificada de acordo com o número de propriedades por ramal (de modo a garantir um leque razoável espacial de entrevistas em toda a população da bacia). Áreas urbanas<sup>3</sup> e periurbanas foram excluídas da amostragem, pois são tipicamente menores que 1 hectare e normalmente não se dedicam a produções agrícolas.

Algumas propriedades possuíam mais de um domicílio (por exemplo, quando existiam trabalhadores ou parentes morando no local); e nestes casos entrevistas extras eram realizadas, de acordo com o número de residências adicional, para fins de levantamento demográfico apenas.

A partir do questionário socioeconômico e ambiental que contém informações gerais relativas ao proprietário, extraíram-se as coordenadas geográficas das sedes, bem como os croquis das propriedades entrevistadas, que foram espacializadas em um ambiente de SIG a partir do software de geoprocessamento ArcGIS 9.3.1®.

Utilizaram-se também como informações complementares imagens de satélite Landsat 5, ano de passagem 2009, que possuem média resolução espacial e Rapideye, ano de passagem 2011, com alta resolução, juntamente com outras camadas vetoriais de apoio, como o limite municipal, drenagem e estradas (SIPAM; IBGE, 2004), bacias hidrográficas e transectos de pesquisa selecionados para o estudo (RAS, 2012) e cadastro ambiental das propriedades (SEMA, 2012).

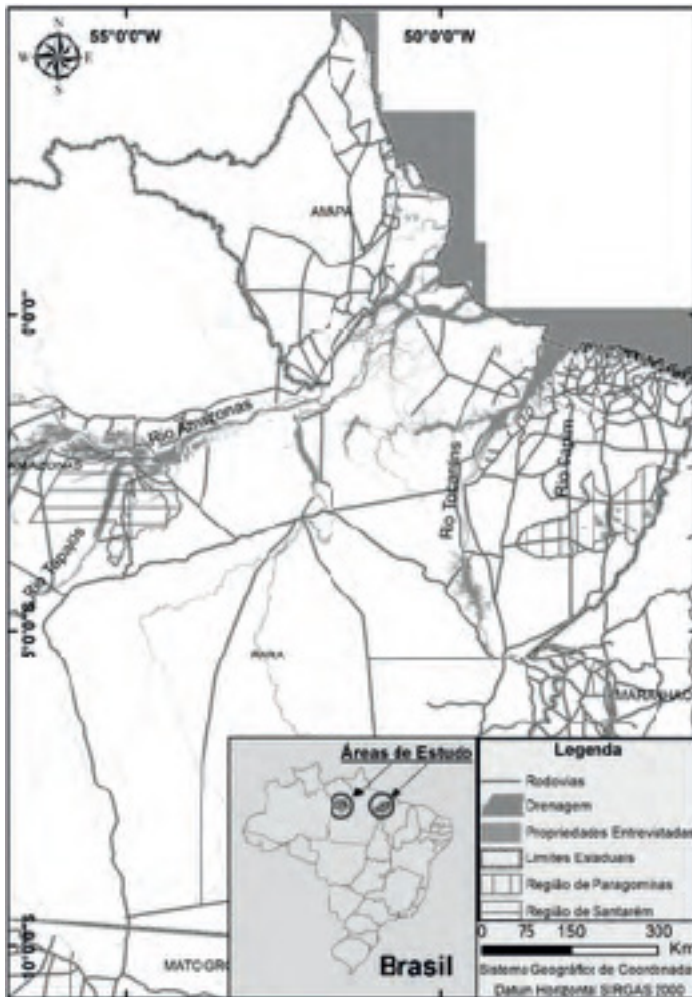
Considerando o universo de 479 entrevistas tidas como válidas em Santarém (324 entrevistas) e Paragominas (155 entrevistas), a taxa de sucesso de espacialização obtida correspondeu a 97.1%, ou seja, 465 propriedades, das quais 312 situadas na região de Santarém e 153 em Paragominas.

---

<sup>3</sup> A definição de área urbana utilizou uma combinação dos polígonos “Setores de Censo” Urbano do IBGE, imagem IKONOS do Google Earth® quando disponíveis, classificação do uso do solo da TNC (The Nature Conservancy), limites das propriedades, segundo o INCRA (2005), além de extensivas pesquisas de campo na região, na qual a equipe de mapeamento testou as classificações via sensoriamento remoto perguntando aos moradores sobre suas propriedades (tamanho e ocorrência de jardins agrícolas).

O campo “nr\_protocolo” (número do protocolo) foi definido como chave primária para fazer a conexão com os dados do questionário socioeconômico ambiental, utilizados para qualificação das trajetórias tecnológicas. O Mapa 1 ilustra a localização das propriedades entrevistadas nas regiões de Paragominas e Santarém.

Mapa 1 – Localização das Áreas de Estudo nos extremos Leste e Oeste do Pará.



### 2.3. QUALIFICAÇÃO DAS TRAJETÓRIAS TECNOLÓGICAS

A análise dos atributos dos estabelecimentos rurais pesquisados extraiu informações que permitiram a qualificação das trajetórias tecnológicas, adaptando a metodologia desenvolvida por Costa (2009b, 2011).

A primeira categorização, baseada no tipo de força de trabalho empregada, serviu para distinguir os agentes patronais e os camponeses/familiares (FAO/INCRA 2000) e, por definição, considerou-se a força de trabalho familiar total (x) igual ao total da categoria “membros não remunerados da família maiores de 14 anos” (y) mais a metade da categoria “membros não remunerados da família menores de 14 anos” (z). A força de trabalho de terceiros, ou seja, o número de trabalhadores assalariados equivalente (w) foi obtido pela soma dos gastos com salários, com empreitas e outros contratos de prestação de serviço dividida pelo valor médio de diária prevalecente multiplicada por 300 dias médios de trabalho por ano.

A condição que definiu o agente como sendo camponês ou patronal foi: Se  $w < 50\%t$ , então = FAMILIAR/CAMPONÊS, senão então = PATRONAL.

Isto feito, submeteu-se a produção de cada forma de produção, se camponês ou patronal, à análise, para saber quais os grupos de produtos de maior peso (o que revela sua importância para a economia em questão), quais aqueles mais importantes para garantir a rentabilidade privada (revela sua eficiência na ótica privada) e os que são importantes fontes de financiamento de investimentos (fontes de expansão e crescimento) (COSTA, 2011). Se um produto (gado de corte, por exemplo) ou grupo de produtos (culturas temporárias, por exemplo) apresenta concomitantemente esses três atributos, ele é forte candidato a liderar uma trajetória e nela impor sua marca.



Conhecidos, portanto, todos os atributos, oito combinações lógicas são possíveis dos seus atributos, as quais permitem inferências na qualificação dos modos como os diferentes grupos participam das trajetórias que lhes fundamentam, conforme é ilustrado na Tabela 1 (V significa que o atributo da coluna é verdadeiro; F, que é falso).

Tabela 1 – Atributos dos grupos de produtos e expectativa quanto às formas respectivas de participação nas trajetórias tecnológicas subjacentes.

Possibilidades	Atributos dos grupos de produtos			Classe do produto ou grupo de produtos quanto aos seus atributos	Expectativa quanto ao modo de participação na trajetória subjacente
	Socialmente relevante	Compensação privada positiva	Fonte de investimento		
1	V	V	V	G1	Posição principal, influenciando na expansão de modo consistente e com capacidade endógena de desenvolvimento.
2	V	V	F	G2	Posição principal, influenciando na expansão de modo consistente, porém sem capacidade endógena de desenvolvimento.
3	V	F	F	G3	Posição principal, porém inconsistente e decadente.
4	F	F	F	G4	Decadente ou <i>ad hoc</i> ou experimental.
5	F	V	V	G5	Emergente com capacidade endógena de desenvolvimento.
6	F	F	V	G6	Subordinado, podendo se constituir financiador.
7	V	F	V	G7	Principal, inconsistente ou subordinada como financiador.
8	F	V	F	G8	Emergente, sem capacidade endógena de desenvolvimento.

Fonte: Costa (2011).

Considerando que as trajetórias podem se expressar em mais de um produto ou grupo de produtos, é necessária a observação das estruturas de correlações existentes entre eles (produtos ou grupos de produtos), o que se faz por análise fatorial, técnica estatística que reduz dados em um conjunto de variáveis hipotéticas (os fatores). Nas sumarizações explicitam-se as cargas fatoriais que as diferentes combinações de produtos ou grupo de produtos apresentam, sendo, esses fatores a chave de definição das trajetórias.

#### 2.4. ESTRUTURA DO QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO AMBIENTAL CONSOLIDADO E ADAPTAÇÃO DO BANCO DE DADOS PARA QUALIFICAÇÃO DAS TRAJETÓRIAS

A estrutura original do banco de dados sistematizado referente às entrevistas gerou 124 planilhas eletrônicas e 17 módulos. Os módulos, seus números de planilhas e resumo dos principais dados coletados são listados na Tabela 2.

Tabela 2 – Detalhamento dos módulos das entrevistas.

N	Módulo do banco de dados analógico	Número de planilhas eletrônicas	Informações coletadas
1	proprietário	5	informações do proprietário e da propriedade, arrendamentos, assistência técnica e outras áreas de produção
2	propriedade	11	
3	domicílio	27	entrevistado e ajudante, demografia, migração, renda, financiamento, tipo de acesso a transporte, educação e saúde, coleta e venda de não madeireiros
4	entrevista	3	
5	silvicultura	12	espécies plantadas, custos, insumos, prejuízos, maquinários e equipamentos
6	cultura	11	

TRAJETÓRIAS TECNOLÓGICAS E SISTEMAS AGRÁRIOS DOS EXTREMOS  
LESTE E OESTE DO PARÁ: UMA ABORDAGEM INTEGRADA COM SIG

7	crédito	3	acesso, valor e modalidade de crédito quando utilizada, juros e restos a pagar
8	mão de obra	5	empreita, permanente e temporária
9	perspectiva mudança da terra	3	interesse em mudanças na forma de produção e justificativas
10	florestas-capoeira	6	produção de carvão e outros usos florestais das espécies madeiras
11	apicultura	8	estrutura para criação, espécies manejadas, compra e venda, custos, insumos, produção e perdas
12	avicultura	8	
13	animais	5	
14	manejo de uso do fogo	6	caracterização de incêndios registrados e formas de utilização ou não do fogo
15	manejo do gado	4	início da criação, produção de matrizes, bezerros, leite, manteiga e queijo
16	manejo florestal	5	investimento na implantação, área e espécies exploradas
17	transecto	2	tipo de uso na unidade amostral
Total geral		124	

A utilização dessas informações consistiu na adaptação da estrutura do banco em 4 categorias: produção, custos de produção, força de trabalho e remuneração externa.

A categoria “produção” reuniu as atividades em 9 grupos: culturas permanente e temporária, extrativismos madeireiro e não madeireiro, horticultura e pecuárias leiteira, pequena, média e de grandes animais.

Coletaram-se dados referentes à quantidade produzida, valor e renda bruta para o primeiro ano da produção, 2006 e 2009; tipos de unidades de produção e venda em seus variados formatos (cabeça, bico, dúzia, saca, cacho, kg, maço, pé, ramo, tonelada, unidade, L, cento, feixe, milheiro, rolo, caieira, roda, etc.).

A Tabela 3 mostra as categorias de grupos de produção e os diferentes tipos de espécies e/ou seus derivados trabalhados nas propriedades entrevistadas.

Tabela 3 – Grupos de produção, suas quantidades de espécies e/ou seus derivados e maiores números de ocorrências encontradas

Grupos de produção	Quantidade de espécies e/ou seus derivados	Maiores números de ocorrências
cultura permanente	29	pimenta-do-reino, laranja, limão, maracujá, coco, cupuaçu e pupunha
cultura temporária	25	milho, farinha, arroz, feijão, mandioca, macaxeira e soja
extrativismo madeireiro	40	carvão, jarana, castanheira, itaúba, jatobá, muiracatiara e tauari
extrativismo não madeireiro	17	açaí, piquiá, castanha, bacaba, uxi, palha e cumaru
horticultura	28	maxixe, quiabo, jerimum, couve, pimenta de cheiro, pimentão e alface
pecuária de leite	3	leite, manteiga e queijo
pecuária de médios animais	3	caprino, ovino e suíno
pecuária de pequenos animais	10	galinha, ovos de galinha, pato, ganso, peru, abelha e mel de abelha
pecuária de grandes animais	7	bovino, bubalino, equinos (burro, cavalo, égua, jumento e mula)

### 3 RESULTADOS DAS ANÁLISES DAS ESTRUTURAS CAMPONESAS E PATRONAIS DO UNIVERSO AMOSTRAL DE PARAGOMINAS E SANTARÉM (ABORDAGEM INTEGRADORA)

Em Paragominas, na análise fatorial, as atividades produtivas socialmente relevantes das formas de produção patronais explicaram 73,6% da variância total; já nas estruturas de produção camponesas, foram explicados 77,3% da variância total.

Na região de Santarém, as classes de grupos patronais foram responsáveis por 62,0% da variância na análise fatorial e as camponesas, por 67,8%.

Os resultados da análise fatorial das diferentes combinações de produtos camponeses em Paragominas levou a uma **Trajetória Tecnológica Camponesa T8**, na qual a cultura temporária desempenha papel fundamental; a uma **Trajetória Tecnológica Camponesa T3**, com grande destaque da pecuária de grandes animais; a uma **Trajetória Tecnológica Patronal T4**, baseada em culturas temporárias, extrativismo madeireiro e pecuária de grandes animais.

Em Santarém, a uma **Trajetória Tecnológica Camponesa T2**, na qual se destacam as culturas permanentes com carga fatorial positiva e uma **Trajetória Tecnológica Patronal T7**, remetendo à implantação de grandes extensões de cultivos homogêneos, com predominância de soja.

A Tabela 4 é resultado da qualificação dos estabelecimentos entrevistados quanto às trajetórias, Valor Bruto da Produção (TVB), disponibilidade de fatores, produtividade, relação terra/trabalhador, investimentos e área degradada associada à produção, indicando os tipos de trajetórias tecnológicas reveladas.

Tabela 4 – Características das trajetórias tecnológicas prevalentes nos estabelecimentos entrevistados em Paragominas e Santarém

Trajetórias (Santarém - STM Paragominas - PRG)		Trajetórias				
		Camponês			Patronal	
		T2 (STM)	T8 (PRG)	T3 (PRG)	T4 (PRG)	T7 (STM)
Número de Estabelecimentos		283	82	18	41	55
VBP (Valor Bruto da Produção) 2009		12,20%	1,78%	1,39%	62,54%	21,65%
Disponibilidade de Fatores	Pessoal Ocupado (TrbEq)	16,11%	0,44%	0,14%	64,11%	19,20%
	Área Total (Ha)	8,92%	2,55%	1,40%	70,84%	16,29%
Produtividade	Área da Agropecuária (Ha)	6,89%	3,41%	2,83%	69,69%	17,18%
	Por Trabalhador (R\$/TrbEq)	4,17%	28,10%	56,16%	5,37%	6,20%
	Por Área da Agropecuária (R\$/Ha)	34,92%	9,66%	17,69%	24,83%	12,90%
Relação Terra/Trabalhador (Ha /TrbEq)		28,78%	16,61%	10,97%	22,58%	21,06%
Investimentos	Investimento Conj. da Propriedade	11,23%	2,17%	1,07%	57,40%	28,13%
	Culturas Permanentes	11,60%	0,00%	3,81%	7,62%	76,98%
	Culturas Temporárias	20,22%	4,57%	1,15%	37,34%	36,72%
	Pecuária	11,59%	0,42%	1,50%	84,11%	2,39%
	Plantio de Silvicultura	0,00%	0,17%	0,03%	6,68%	93,11%
	Total	11,82%	2,33%	1,05%	53,28%	31,52%
Taxa de investimento produção (% da renda líquida)		16,01%	19,59%	9,25%	8,42%	39,61%

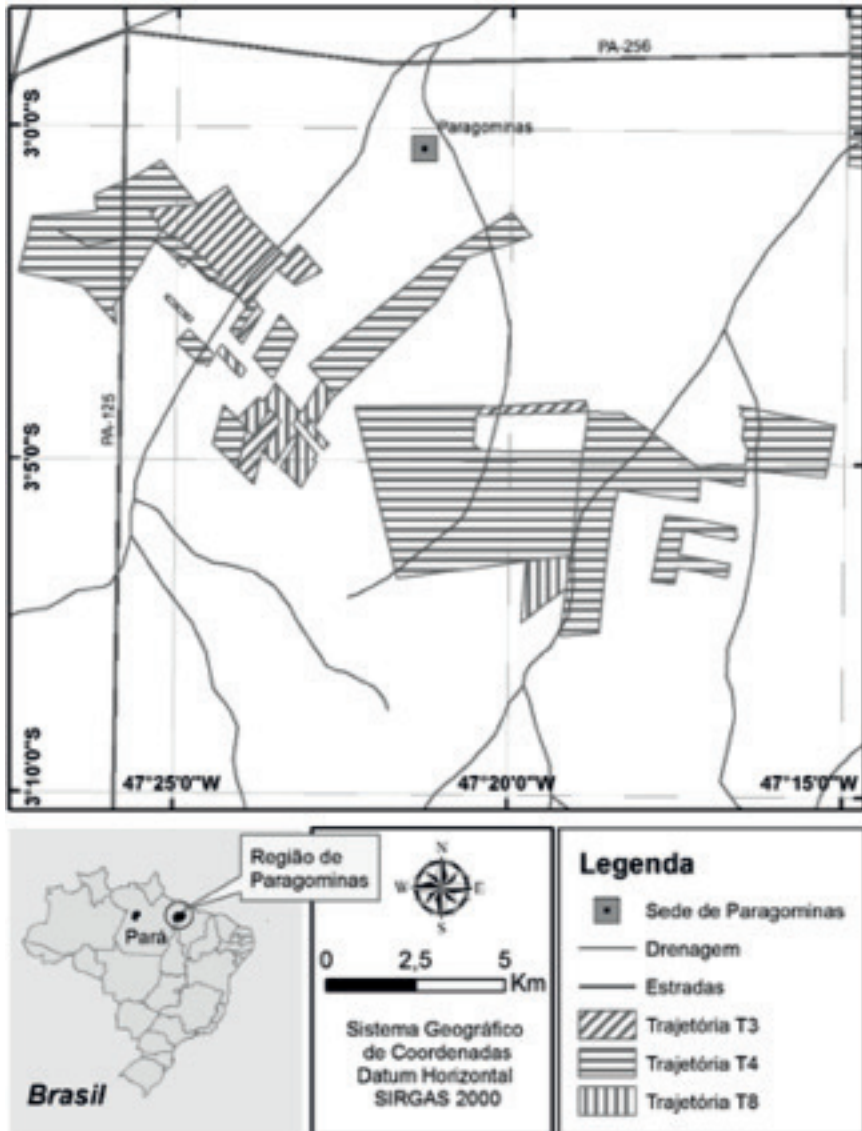
A Trajetória Patronal.T4 controla mais de 70,8% da área pesquisada, responsáveis por 62,5% do VBP dentre as trajetórias qualificadas. A Trajetória Patronal.T7 possui relevante participação das culturas temporárias, e responde por 16,29% da área total investigada e 21,65% do VBP total.

A Trajetória Camponesa T2 responde por 8,92% da área investigada e 12,20% do VBP total, possuindo como base o extrativismo não madeireiro combinado com atividades agrícolas diversas, expressos nos sistemas agroflorestais, cultura temporária e permanente, nos quais os processos pressupõem, em certo nível, a conservação da natureza originária.

A Trajetória Camponesa T3 é composta por estabelecimentos camponeses na qual a pecuária de corte desempenha papel fundamental. Representou 1,78% do VBP total e 2,12% da área ocupada. A Trajetória Camponesa T8 caracterizou-se pela forte presença das culturas temporárias. Representa 2,55% da área de estudo e 2,23% do Valor Bruto da Produção Total, cujas características são comuns na zona rural amazônica e sua representatividade vem aumentando na economia da região, a ponto de se constituir numa trajetória independente.

O Mapa 2 ilustra a espacialização de parte das propriedades rurais entrevistadas na região de Paragominas, qualificadas com suas respectivas trajetórias tecnológicas, representando um importante produto cartográfico gerado.

Mapa 2 – Propriedades rurais de Paragominas especializadas e qualificadas por Trajetórias Tecnológicas.





## 7 NOTAS CONCLUSIVAS

O propósito deste artigo consistiu na qualificação dos tipos de trajetórias tecnológicas das propriedades entrevistadas, que dizem muito sobre como a unidade produtiva trabalha e se relaciona com a terra, considerando os módulos: produção, custos, força de trabalho e remuneração externa, integrados com as ferramentas de geotecnologias, que possibilitou a delimitação espacial dos estabelecimentos rurais entrevistados, a partir dos insumos geográficos disponíveis, como a base digital do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e os dados de campo (coordenadas das sedes das propriedades e transectos), por exemplo.

A integração de dados de diferentes fontes permitiu uma melhor representação dos processos que ocorreram nas 479 propriedades rurais entrevistadas nas regiões de Paragominas e Santarém. Isso indica a possibilidade de aplicar análises integradas ao nível de Amazônia, ressaltando a importância de que as pesquisas e programas de monitoramentos governamentais atuantes na região, como os censos agropecuários (IBGE) e o monitoramento ambiental via PRODES/*TerraClass* (INPE), possam ser compatíveis entre si, possibilitando o desenvolvimento de indicadores com informações agregadas, mais adequadas para entender e intervir na realidade socioeconômica ambiental amazônica e aperfeiçoar os indicadores aí existentes.

Do total de 6 trajetórias reveladas neste estudo, 5 correspondem às trajetórias clássicas definidas por Costa (2012), que foram as camponesas T2, a mais sustentável ambientalmente, e T3, com características voltadas a pecuária, convertendo o ecossistema original em pastagem; além das patronais T4, também especializada em pecuária, e a T7, que é originária da T4, mas caracterizada pela forte relação com as culturas temporárias em comparação ao seu tipo de produção original.

A trajetória camponesa T8, aqui revelada, fundamentada em culturas temporárias, não faz parte do conjunto tratado por Costa para a

Região Norte. É que os processos que ocorrem em nível regional muitas vezes são diferentes dos que ocorrem pontualmente em determinado local. Outras vezes, certa atividade de produção pode ser importante para dada região, a ponto de se constituir numa trajetória tecnológica, mas em uma escala macro, perde representatividade.

Por fim, a utilização do banco de dados desenvolvido neste artigo, possibilitando a conexão de todos os dados levantados pelo questionário socioeconômico ambiental, tais como o manejo do fogo, migração, crédito, caça e perspectivas futuras de uso da terra, além das variáveis criadas para adaptar a metodologia aqui empregada (valor bruto da produção, combinação de grupos de produtos, renda líquida, etc.), abre uma extensa lista de futuros trabalhos.

## AGRADECIMENTOS

Aos órgãos e sindicatos que contribuíram para a elaboração deste, especialmente aos responsáveis pelo apoio financeiro: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Biodiversidade e Uso da Terra na Amazônia (CNPq574008/2008-0), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa (SEG02.08.06.005.00), Governo britânico: *Darwin Initiative* (17-023), *The Nature Conservancy* – TNC e *Natural Environment Research Council* – NERC (NE/F01614X/1 e NE/G000816/1). Agradeço também os sindicatos rurais de Santarém, Belterra e Paragominas, e a todos os produtores rurais das regiões de estudo pelo apoio à pesquisa.

## REFERÊNCIAS

AMAZONAS, Tânia Mara Moraes. **Histórico econômico de Santarém**. 2011. Disponível em: <<http://www.santarem.pa.gov.br/conteudo/?item=190&fa=60>>. Acesso: 29/10/2016.

ARTHUR, W. B. **Increasing Returns and Path Dependence in the Economy**. Michigan: The University of Michigan Press, 1994. 224 p.

ASSAD, E. D.; SANO, E. E. **Sistema de Informações Geográficas: aplicações na agricultura**. Brasília-DF: Serviço de Produção de Informação – SPI, 1998. 434p.

BATISTELA, Mateus; BRONDIZIO, Eduardo S.; MORAN, Emilio F. **Comparative analysis of landscape fragmentation in Rondônia, Brazilian Amazon**. In: INTERNATIONAL ARCHIVES OF PHOTOGRAMETRY AND REMOTE SENSING. Amsterdam, v. XXXIII, part B7, p. 148 - 155. 2000.

BERENGUER, E.; FERREIRA, J.; GARDNER, T. A.; ARAGAO, L. E. O. C.; CAMARGO, P. B.; CERRI, C. E. **A large-scale field assessment of carbon stocks in human-modified tropical forests**. Global Change Biology, v. 20, n. 12, p. 3713-3726. 2014.

BERENGUER, E.; GARDNER, T.A.; FERREIRA, J.; ARAGAO, L.E.O.C.; CAMARGO, P.B.; CERRI, C.E. **Developing Cost-Effective Field Assessments of Carbon Stocks in Human-Modified Tropical Forests**. Plos one 10 (8) e0133139, p. 1-19. 2015.

CEUB/ICPD - Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento. **Curso de GPS e cartografia básica**. Brasília-DF: 2004, 115 p.

COSTA, F. de A. **O investimento camponês: considerações teóricas**. Revista de Economia Política, São Paulo-SP, v. 15, n. 1., p. 83-100, 1995.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento agrário sustentável na Amazônia: trajetórias tecnológicas, estrutura fundiária e institucionalidade**. In: BECKER, B.; COSTA, F.A.; COSTA, W. M (Orgs). **Desafios ao Projeto Amazônia**. Brasília, DF: CGEE. 2009a. p. 215-363.

\_\_\_\_\_. **Trajетórias tecnológicas como objeto de política de conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento**. Revista Brasileira de Inovação, Campinas-SP, v. 8, n. 1: p. 35-86. 2009b.

\_\_\_\_\_. **Trajelórias tecnológicas como objeto de política de conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento.** In: AMARAL FILHO, J. do; CARRILLO, J. (Coordenadores). **Trajelórias de desenvolvimento local e regional: uma comparação entre a região nordeste do Brasil e a Baixa Califórnia (México).** Rio de Janeiro-RJ: Ed. e-papers, 2011. p. 307-354.

\_\_\_\_\_. **Elementos para uma economia política da Amazônia: historicidade, territorialidade, diversidade, sustentabilidade** (Coleção Economia Política da Amazônia. Série II - Fundamentos teórico-metodológicos; v. 2). Belém-PA: NAEA, 2012. 468 p.

\_\_\_\_\_. **Qualificando pixels, significando mapas: notas sobre reclassificação de imagens digitais sob o testemunho de estatísticas e avaliação da entropia da informação.** **Papers do NAEA,** Belém-PA, n. 329, p. 1-22. 2014.

DOSI, G. **Technological paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change.** *Revista Brasileira de Inovação,* Campinas-SP, v. 5, n.1, p. 17-32. 2006.

GARDNER, T.; FERREIRA, J.; BARLOW, J.; LEES, A.; PARRY, L.; VIEIRA, I.C.G. **A social and ecological assessment of tropical land-uses at multiple scales: the Sustainable Amazon Network.** *Philosophical transactions of the Royal Society,* v. 368, nr. 1619, p. 1-12. 2013.

HAIR JÚNIOR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R.E. **Multivariate data analysis.** New Jersey-USA: Prentice Hall, 1998. 899 p.

IBAMA. **Autos de Infração do Estado do Pará (2000-2008).** Belém-PA, 2009.

IBGE. **Manual técnico de uso da terra.** 2. ed. Rio de Janeiro-RJ, 2006. 91 p.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: resultados preliminares. Rio de Janeiro, 2007. 141 p.

MONTEIRO, M. de A.; COELHO, M. C. N.; BARBOSA, E. J. da S. (Organizadores). **Atlas Socioambiental**: Municípios de Tomé-Açu, Aurora do Pará, Ipixuna do Pará, Paragominas e Ulianópolis. Belém-PA: NAEA, 2009. 463 p.

NALEBUFF, B.J. BRANDENBURGER, A.M. **Coopetição**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. 312 p.

RAS. Rede Amazônia Sustentável. **Projeto RAS**. 2012. Disponível em: <<https://projetoamazoniasustentavel.teamworkpm.net/dashboard>>. Acesso em 03/02/2012.

SEMA. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Cadastro Ambiental Rural**. 2012. Disponível em: < <http://www.sema.pa.gov.br>>. Acesso em: 22/10/2012.

SICSÚ, A. B.; ROSENTHAL, D. **Idéias fundadoras**: apresentando um texto paradigmático. Revista Brasileira de Inovação, Campinas-SP, v.5, n.1, p. 1-24, 2006.

SIPAM. Sistema de Proteção da Amazônia; IBGE. **Brasil**: base de dados vetoriais. Brasília-DF, 2004. Escala 1:250.000.

TANCREDI, N. S. H.; SANTOS, P. M. da C.; COHENCA, D.. **Esforço do laboratório de geoprocessamento da Gerência Executiva do IBAMA em Santarém para o monitoramento ambiental da região oeste do Pará**. In: SBSR, 14. 2009. **Anais....**, Natal-RN, 2009.

TIMBÓ, M. A. **Elementos de cartografia**. Belo Horizonte-MG: Departamento de Cartografia – Universidade Federal de Minas Gerais, 2001. 59 p.

VIEIRA, I. C. G. 2014. **Challenges of Governing Second-Growth Forests: A Case Study from the Brazilian Amazonian State of Pará**. *Forests*, v.5, p. 1737- 1752. 2014.



# A INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE FRUTAS DO NORDESTE PARAENSE E REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (APLFRUTAS-NEPA): UMA AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA LOGÍSTICA

---

*Ana Maria Guerra Seráfico Pinheiro<sup>1</sup>*

*Francisco de Assis Costa<sup>2</sup>*

**Resumo:** O propósito do estudo é avaliar o impacto das condições apresentadas pelo setor de transporte no desempenho do Arranjo Produtivo Local de Fruticultura do Nordeste Paraense (APLFrutas-NePa), consideradas as condições de suprimento da manufatura. A avaliação pautou-se na análise da formação de externalidades associadas à logística de transporte vigente, nas melhorias que se possam a ela imputar e, ainda, nas mudanças que nela possam ocorrer por uma nova configuração espacial das fontes de abastecimento. A partir dos resultados da aplicação de um modelo de programação linear clássico de transporte, verificam-se o potencial de absorção dessas externalidades pelas empresas e as influências observadas na eficiência global e na dinâmica espacial do APLFrutas-NePa. Por fim, fazem-se recomendações de política.

**Palavras-chave:** Amazônia. Logística de Transporte. Arranjos Produtivos Locais. Fruticultura.

---

<sup>1</sup> Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA/UFPa. Professora da UFAM.

<sup>2</sup> Doutor em Economia pela Freie Universität Berlin. Professor Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPa. Pesquisador Associado da RedeSist, IE/UFRJ.

## THE TRANSPORT INFRASTRUCTURE AND THE LOCAL PRODUCTIVE ARRANGEMENT OF FRUITS IN NORTHEAST PARÁ AND THE METROPOLITAN REGION OF BELÉM (APLFRUTAS-NEPA): AN ASSESSMENT OF LOGISTICS EFFICIENCY

**Abstract:** The study aims to evaluate the impact of the conditions presented by the transport sector in the performance of Local Productive Arrangement of Fruits from Northeastern Pará (APLFrutas-NePA), considering the manufacturing supply conditions. The analyses were founded on the externalities associated with current logistic transport, improvements that can be attributed to it, and also the changes that may occur through a new spatial configuration of supply sources. From the application of a classical linear programming model, the potential for absorption of these externalities by companies is verified and their influences on overall efficiency and spatial dynamics of APLFrutas-NePA are observed. In the end, policy recommendations were made.

**Keywords:** Amazon. Transport Logistics. Local Productive Arrangement. Agriculture of Fruits

### INTRODUÇÃO

Uma visão do desenvolvimento com base nos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento endógeno vem ganhando corpo nas últimas décadas (COSTA, 2014). O conceito de sustentabilidade, chave nessa discussão, não se refere somente à manutenção da produtividade dos recursos naturais no longo prazo e de conservação da base física de uma região ou país. Reforça, também, a ideia de equidade interpessoal e intertemporal na distribuição dos resultados do crescimento. Assim, além das dimensões econômica e ambiental, ganham importância



as institucional, social e política do desenvolvimento (SACHS, 1993; HADDAD, 2003).

A noção de desenvolvimento endógeno, por seu turno, enfatiza a valorização dos recursos existentes no território, sendo estes econômicos, humanos, institucionais e culturais, com vista à construção de um processo de desenvolvimento “de baixo para cima”, no qual a capacidade organizacional das comunidades locais seja fortalecida, conferindo-lhes identidade própria e capacidade para fundamentar processos de desenvolvimento. Assim sendo, as comunidades locais “têm condições de evitar que empresas e organizações externas limitem suas potencialidades de atuação” (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2001, p. 39) e de “transformar os impulsos de crescimento em estados de desenvolvimento” (BOSIER, 1989, p. 614).

Essas concepções abrem caminho para um padrão de atuação do Estado que valoriza as capacidades e potencialidades existentes no território, através da adoção de políticas que estimulem, promovam e coordenem as iniciativas locais. Nessa perspectiva, as políticas de desenvolvimento local devem proporcionar um ambiente adequado à criação e ao fortalecimento de sistemas produtivos locais, bem como promover ações que intensifiquem as relações sociais, econômicas, tecnológicas e comerciais, entre os diversos agentes (locais e externos) envolvidos no processo de desenvolvimento (COSTA, 2014).

Consoante com essa nova concepção de desenvolvimento, já a extinta Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, atual Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, procurou atuar, nos anos de 2003 a 2005, orientada pelo conceito de Arranjos Produtivos Locais (CASSIOLATO, LASTRES, 2004), adotado como uma referência estrutural que trazia para o centro da ação de planejamento o aprendizado, a inovação e o território (COSTA, 2013). Nesse esforço, a ADA identificou os principais APLs da Amazônia, vinte no Estado do Pará, dentre os quais, o Arranjo Produtivo Local de Frutas do Nordeste

Paraense se destacava por seu potencial produtivo, em especial no que se referia ao processamento de açaí, produto profundamente entranhado na cultura regional, com possibilidades de ascensão nos mercados nacional e internacional. O APL mencionado demonstrava, ademais, capacidade de redistribuir renda, eis que sua base produtiva rural era predominantemente camponesa, e de garantir sustentabilidade ambiental e formação de capital humano. Neste arranjo, portanto, viam-se, os atributos de desenvolvimento endógeno, inclusivo e sustentável (COSTA et al., 2013).

Reconhecida a importância estratégica do APLFruta-NePa, pesquisadores e estudantes do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), se debruçaram sobre ele em diferentes momentos: em sua fase inicial de industrialização (COSTA; ANDRADE, 2003; COSTA; ANDRADE; SILVA, 2004; ANDRADE, 2004) e nas fases mais recentes (SOARES; COSTA; 2013; COSTA, FERNANDES; SOUSA; NACIF, 2015; NACIF, 2009). Nesses estudos, são apontados os diversos aspectos que dificultam a consolidação do Arranjo Produtivo Local de Frutas do Nordeste Paraense (APLFrutas-NePa), ganhando destaque as carências tecnológicas relacionadas aos processos de produção e a logística de transporte. Avalia-se que a falta de uma infraestrutura adequada para o transporte rodofluvial interfere, negativamente, nos custos de transporte, o que reflete diretamente na logística de suprimento de insumos e matérias-primas e na de distribuição física de produtos. Tal fato compromete a competitividade dos produtos do APLFrutas-NePa nos mercados local, nacional e internacional.

Não obstante o reconhecimento das dificuldades, os trabalhos mencionados não oferecem análises do problema logístico do arranjo produtivo em questão. Esta é uma lacuna importante, considerando seu significado no planejamento e no desempenho das cadeias produtivas. Contribuir para a superação dessa falta é o propósito geral da pesquisa da qual resultou este estudo (PINHEIRO, 2008). Especificamente,

procurou-se demonstrar os impactos da infraestrutura de transporte no desempenho econômico e na dinâmica espacial do APLFrutas-NePa, com base na comparação dos custos de transporte gerados por situações alternativas de infraestrutura de transporte e de distribuição espacial de fontes de matéria-prima, considerando-se a etapa de abastecimento de açaí nas agroindústrias.

O capítulo é composto de três seções além desta introdução. Na seção 1, serão apresentados conceitos gerais da área de logística e transporte. Na seção 2, desenvolve-se o modelo de eficiência logística de transporte e se apresenta os fundamentos empíricos de sua aplicação ao caso do APLFrutasNePa. Na seção 3, os resultados são apresentados e discutidos. Por fim, considerações finais serão feitas e recomendações de política apresentadas.

## 1 IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DE TRANSPORTE PARA O SETOR AGROINDUSTRIAL

A agroindústria é considerada atualmente um dos principais segmentos da economia brasileira, com papel relevante no processo de abastecimento interno e nas exportações. Também na Amazônia é previsível uma grande dinâmica agroindustrial, particularmente na região que Costa (2016) chamou de Grão-Pará: a conjunção das mesorregiões Nordeste Paraense, Metropolitana de Belém e Marajó.

Existe uma tendência de as agroindústrias se localizarem próximas às zonas de produção agrícola, e estas, normalmente, se encontram em áreas rurais. Essa tendência pode ser explicada, em parte, pelas vantagens competitivas obtidas pela redução dos custos operacionais de transporte, em razão das curtas distâncias prevaletentes na movimentação de matéria-prima entre as zonas produtoras e as unidades industriais de processamento. Tais vantagens foram consideradas por Marshall (1982), como externalidades, pois se originam nas condições físicas favoráveis, como proximidade da matéria-prima e infraestrutura de transportes.

A implantação de uma agroindústria altera, com maior ou menor intensidade, a dinâmica da área em seu entorno. Caixeta Filho (2001) comenta sobre a revolução no arranjo espacial brasileiro, provocado pelo sistema agroindustrial, nas últimas décadas:

[...] Os negócios agropecuários foram ocupando áreas de fronteira, como o Norte e o Centro-Oeste, além de vastas áreas do Nordeste, em geral através de atividades que incorporam modernas tecnologias de produção. Paralelamente, fornecedores de insumos, armazenadores e indústrias de processamento vão se aglomerando ao redor das zonas de produção, visando principalmente a minimização dos custos de transporte envolvidos, atendendo assim aos princípios de racionalidade econômica. (Caixeta Filho, 2001, p.12).

A implantação de polos industriais, entre os quais os voltados às atividades agrícolas e agroindustriais, gera adensamentos humanos e forte incremento na demanda do setor de transportes. Esses aspectos, de importância no processo econômico, na organização urbana e na dinâmica do setor de transportes, quase sempre são tratados à margem de um planejamento, sem a observância dos condicionantes locais. Sem uma visão integradora, acabam gerando consequências que impedem um crescimento da economia em níveis desejados, contribuindo para a degradação do meio ambiente e não proporcionando um desenvolvimento social em padrões adequados.

No Brasil, são graves os problemas logísticos: as rodovias encontram-se em geral em mau estado de conservação; a malha ferroviária é pouco integrada e insuficiente em termos de extensão; portos obsoletos e as operações portuárias são caras e demoradas. Esse perfil do sistema de transporte brasileiro levou os especialistas na área de logística, na virada do século XXI, a denominarem *apagão logístico* o descompasso entre o setor produtivo e o setor de transporte.

## 1.1 LOGÍSTICA DE TRANSPORTE E O SETOR AGROINDUSTRIAL

O setor agroindustrial está sujeito a consumidores cada vez mais exigentes, que demandam maior variedade e qualidade de produtos. De modo que, seguindo duas rotas principais, de especialização e diversificação de suas atividades produtivas (BATALHA, 2001), o setor vem procurando mudar suas estratégias de produção e distribuição visando a vantagens competitivas no contexto da globalização dos mercados.

O processo de globalização, no qual as agroindústrias brasileiras concorrem diretamente com fornecedores externos, tem provocado uma reestruturação das cadeias produtivas e um consequente redirecionamento das agroindústrias e das indústrias de apoio no sentido de investirem, não apenas em suas operações produtivas, mas também em iniciativas que venham a contribuir para a consistência dessas cadeias produtivas no mercado, intensificando as relações horizontais e verticais entre empresas pertencentes a cadeias produtivas de um mesmo setor.

Nesse contexto, a logística entra como uma ferramenta extremamente importante na busca das vantagens competitivas, associadas ao gerenciamento integrado de atividades relacionadas, em vez da prática de gerenciamento isolado (BATALHA, op. cit.).

Em uma definição abrangente,

Logística é o processo de planejamento, implementação e controle do fluxo eficiente e economicamente eficaz de matérias-primas, estoque em processo, produtos acabados e informações relativas desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com o propósito de atender às exigências dos clientes. (BALLOU, 2001, p.21).

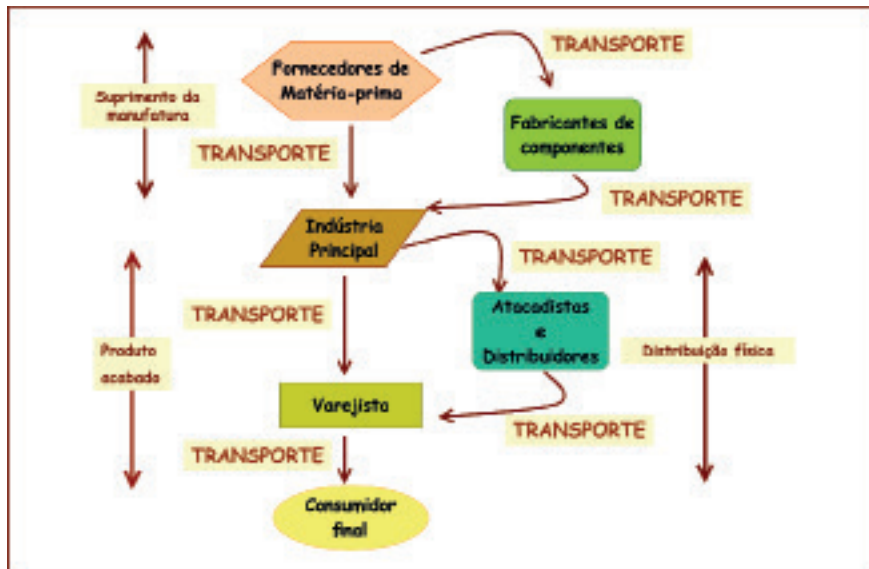
Uma das atividades fundamentais de um sistema logístico é a atividade de transporte, caracterizada como indústria de apoio ao sistema agroindustrial. As indústrias de apoio são elementos que, embora não participem diretamente do processo de beneficiamento da matéria-prima, agem fortemente como fator de ligação entre os demais

elementos, sendo imprescindíveis para o funcionamento do sistema agroindustrial.

A indústria de transportes interage com todos os elementos do processo, seja na fase de suprimento da unidade industrial, seja na fase de distribuição do produto acabado. Dessa forma, essa indústria deve estar adequadamente preparada para realizar sua função com eficiência, isto é, transportar com rapidez, segurança e economia. Os transportes aparecem ao longo de toda a cadeia de suprimento. Portanto, definir estratégias operacionais para essa atividade é uma das prioridades, dada a sua forte relação com os fatores tempo e custo.

A logística pode ser dividida em três áreas de atuação: a logística de suprimento, que está a montante da agroindústria; a logística interna, diretamente relacionada à produção; a logística de distribuição, que fica a jusante da agroindústria (BATALHA, 2001). Vê-se que nas três áreas distintas o papel dos transportes é imprescindível, embora possa ser realizado de formas diferentes (Figura 1).

Figura 1 – Cadeia de suprimento e a atividade de transporte



Fonte: Adaptado de Novais, 2001.

Definido o objetivo a ser alcançado, e conhecidas as características físicas e operacionais dos elementos necessários à transferência e movimentação de matérias-primas e/ou produtos, definem-se estratégias de transporte que contribuam para a redução dos custos operacionais, ao longo da cadeia produtiva. Portanto, a logística de transporte assume um papel importante no sistema agroindustrial e, quando bem planejada, pode ser um fator de peso no processo de desenvolvimento sustentável.

Esse é o caso das regiões Nordeste Paraense e Metropolitana de Belém, em relação à eficiência e eficácia do arranjo de produção de frutas, em especial, o processamento de açaí, que se encontra em evolução. Um conhecimento maior da logística de transporte é necessário, bem como um envolvimento efetivo por parte dos agentes públicos responsáveis pelo setor, a fim de que, no planejamento da infraestrutura, rodoviária e fluvial, sejam consideradas as especificidades das operações de suprimento de matéria-prima e insumos, como também a de distribuição física de produtos acabados desse APL.

## 1.2 INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E COMPETITIVIDADE SISTÊMICA

Considerando o contexto de economia globalizada, as empresas utilizam-se da logística em seus dois principais níveis: a Micrologística ou Logística Empresarial, referindo-se, entre outros aspectos, à otimização de processos produtivos, diminuição de custos e racionalização da produção e circulação no âmbito da planta industrial, bem como redução dos níveis de estoque de uma empresa; e a Macrologística ou Logística Global, que por sua vez trata de aspectos envolvidos com a concepção estratégica da atividade econômica, e engloba fatores externos às empresas (BASTOS; ARRUDA, 1999).

Compor um espaço favorável, no qual o desempenho da logística global gere vantagens competitivas ao setor produtivo e, conseqüentemente, contribua para o desenvolvimento regional, não é

uma tarefa fácil. Competitividade sistêmica pressupõe a capacidade do conjunto do sistema econômico e social de ocupar espaços e se situar em vantagem nas disputas de mercado, expressando uma eficiência coletiva da sociedade. Para ampliar essas condições de competitividade, são necessários investimentos sem retorno financeiro direto, o que confere ao Estado um papel central na construção da competitividade sistêmica de uma região sem, no entanto, prescindir da cooperação e colaboração dos atores sociais, especialmente o empresariado, principal força inovadora da economia (SILVA, 2004).

Coutinho e Ferraz (1994) afirmam que a competitividade sistêmica reconhece que o desempenho empresarial é determinado também por fatores externos – externalidades – às empresas. Por externalidades se entende:

Benefícios obtidos por empresas que se formam (ou já existentes) em decorrência da implantação de um serviço público (por exemplo, energia elétrica) ou de uma indústria, proporcionando à primeira vantagens antes inexistentes. Por exemplo, a construção de uma rodovia pode permitir aos produtores agrícolas próximos custos de transporte mais baixos e acesso mais rápido aos mercados consumidores. A existência de economias externas permite em geral uma redução de custos para as empresas e significa uma importante alavanca do desenvolvimento econômico.” (SANDRONI, 2004, p.193).

Assim, considera-se como um dos fatores sistêmicos com forte impacto na produtividade a *infraestrutura econômica*, isto é, a disponibilidade, a qualidade e o custo da energia, dos transportes, das telecomunicações e dos serviços tecnológicos. Para Martins et al. (2005), a *infraestrutura econômica*, ou *logística pública*, comporta setores caracterizados por importantes externalidades positivas, e, entre esses, os sistemas de transportes, que estão além do domínio empresarial e afetam a competitividade sistêmica da economia, impactando os níveis de eficiência, de crescimento e de desenvolvimento.



Diante desse quadro, estudos são necessários para que se tenha clara, qual a infraestrutura adequada de transporte que, somada a outros fatores, permita um ambiente de competitividade sistêmica, favorecendo um desempenho econômico satisfatório, tanto no nível das empresas, quanto do território, com reflexos positivos no âmbito social.

## **2 UM MODELO DE EFICIÊNCIA LOGÍSTICA DE TRANSPORTE APLICADO AO APLFRUTAS-NEPA**

O propósito deste trabalho é avaliar o impacto das condições apresentadas pelo setor transporte no desempenho do Arranjo Produtivo Local de Fruticultura do Nordeste Paraense (APLFrutas-NePa), considerada a logística a montante do processamento industrial: as condições de suprimento da manufatura (conf. Figura 1). Tal avaliação se pautará na análise da formação de externalidades associadas à logística de transporte vigente, à infraestrutura viária e portuária em operação, às melhorias que se possam a ela imputar e, ainda, a mudanças que nela possam ocorrer por uma nova configuração espacial das fontes de abastecimento. Se pretende verificar qual o potencial de absorção dessas externalidades pelas empresas e quais as influências observadas na eficiência global e na dinâmica espacial do APLFrutas-NePa, quando se trata de custos de transportes.

### **3.1. O MODELO TEÓRICO**

O modelo adotado para a análise dos custos de transporte de açaí no APLFrutas-NePa, considerando-se a fase de suprimento, é o modelo clássico de transporte. Trata-se de um problema que envolve “m” origens, onde cada uma delas dispõe de  $O_i$  ( $i = 1, 2, \dots, m$ ) unidades de um produto homogêneo, e “n” destinos, onde cada um requer  $D_j$  ( $j = 1, 2, \dots, n$ ) unidades desse produto. Consideram-se  $O_i$  e  $D_j$  inteiros e

positivos. O custo  $C_{ij}$  para transportar uma unidade da origem “i” para o destino “j” é conhecido para cada valor de “i” e de “j”. O objetivo é minimizar o custo de transporte, satisfazendo todas as demandas, em função da oferta total disponível (BRONSON, 1985). A formulação teórica desse modelo matemático pode ser descrita da seguinte maneira:

Minimizar:

$$Z = \sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^n C_{ij} X_{ij} \quad (1)$$

Sujeito a:

$$\sum_{j=1}^m X_j > D_j \text{ para } j = 1, \dots, m \quad (2)$$

$$\sum_{i=1}^m X_i \leq O_i \text{ para } i = 1, \dots, m \quad (3)$$

$$\sum_{i=1}^m O_i = \sum_{j=1}^n D_j = \sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^n X_{ij} \quad (4)$$

$$X_{ij} > 0; i = 1, \dots, m; j = 1, \dots, n \quad (5)$$

Onde:

Z: Custo total de transporte da matéria-prima, em unidades monetárias;

$C_{ij}$ : Custo de transporte de uma unidade de matéria-prima, para a rota que vai da fonte produtora “i” até a agroindústria “j”(R\$ / ton / rota);

Xij: Quantidade de matéria-prima a ser transportada na rota que conecta a fonte produtora “i” à agroindústria “j” (ton / ano);

m: Número de fontes produtoras de matéria-prima;

n: Número de agroindústrias;

Dj: Total anual em toneladas de matéria-prima, demandadas por cada uma das “j” agroindústrias (ton);

Oi: Total anual em toneladas de matéria-prima ofertadas por cada uma das “i” fontes produtoras (ton).

## 2.2. O MODELO EMPÍRICO

Para aplicação desse modelo ao problema concreto do suprimento de açaí para as empresas industriais de produção de polpa, foi necessária a obtenção de dados sobre a demanda das agroindústrias por frutos e a composição da oferta correspondente por origem geográfica. Utilizaram-se, para a mesma composição da demanda, duas diferentes composições da oferta: uma concentrada em Abaetetuba, Barcarena e Igarapé-Miri, as três mais importantes fontes de frutos de açaí para o APL, com os mais baixos custos de transporte; outra na qual foram considerados, além desses três, outros sete municípios importantes produtores de açaí, porém com custos mais elevados de transporte: Inhangapi, Irituia, Cametá, Magalhães Barata, Marapanim, Mocajuba e São Domingos do Capim (ver Tabelas 1 e 2).

Os custos de transporte por tonelada de frutos de açaí foram calculados para cada planta industrial, para uma amostra de 18 empresas, para as quais se dispunha de dados de produção em 2004, em relação a cada uma das fontes de suprimento, para cinco diferentes condições do transporte de frutos de açaí no atendimento das necessidades da demanda industrial do APLFrutas-NePa.



A INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE FRUTAS DO NORDESTE PARAENSE E REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (APLFRUTAS-NEPA): UMA AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA LOGÍSTICA

Tabela 2 – Matriz oferta-demanda de açaí, relação entre fontes diversificadas de açaí e as agroindústrias do APLFrutas-NEPA, em toneladas de frutos de açaí.

Abetetuba	2.247	-	312	44	914	1.232	-	1.618	600	-	292	-	-	-	3.041	-	-	-	-	10.300
Barcarena	-	1.797	-	735	448	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.100
Igarapé-Miri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.167	2.625	2.085	3.023	-	-	-	-	8.900
Inhangapi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.850	-	-	-	-	-	-	1.850
Irituia	-	-	-	-	-	-	875	132	-	235	338	-	-	-	-	-	-	-	-	1.580
Cametá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30.200	-	-	-	30.200
Mag. Barata	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.320	-	-	-	4.320
Marapanim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.233	-	-	-	1.233
Mocajuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.950	-	-	-	3.950
S.D.Capim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.520	-	-	-	1.520
Total da Demanda	2.247	1.797	312	779	448	914	1.232	875	600	910	292	1.167	2.625	5.126	44.246	2.188	235	910	235	68.863

Fonte: Dados estimados com base em Andrade (2004); IBGE, 2003

A análise que segue abarca seis situações: as cinco primeiras baseiam-se, a partir da mesma composição da oferta (das três principais fontes), nas diferentes condições de transporte, da mais precária à melhor que se pode cogitar mediante hipóteses realistas. A sexta situação faz o contrário: parte dos custos de transporte alcançados na melhor condição entre as cinco anteriores, e supõe uma ampliação/diversificação das fontes da matéria-prima. As situações resultantes, descritas a seguir, têm, algumas delas, correspondência histórica. Elas, entretanto, devem ser entendidas com situações representativas, num trajeto de possibilidades, ou numa árvore de decisões estratégicas.

*Situação I* - Caracteriza-se por rotas com sistema rodofluvial, através de balsas. Historicamente, corresponde à situação anterior ao ano de 2003 na conexão entre a maioria das agroindústrias e as principais fontes produtoras de aço: Abaetetuba, Igarapé-Miri e Barcarena. Essas fontes de abastecimento são consideradas nas situações II a V. Foram consideradas, também, as condições reais de uso do pavimento no período estabelecido, e as condições de infraestrutura reais observadas nas áreas onde ocorre o carregamento do aço.

*Situação II* - Neste caso, considerou-se a mesma rota rodofluvial descrita na situação anterior. Admitiu-se que, nos trechos rodoviários, foram realizadas melhorias nas condições de uso do pavimento. Porém, não houve alteração na infraestrutura das áreas de carregamento e descarregamento de aço, nem alterações no sistema de travessia por balsas.

*Situação III* - Considerou-se a utilização de um novo trecho rodoviário como rota alternativa para o suprimento de aço que prescinde de balsas. Historicamente, corresponde à implantação no final do ano de 2002, do trecho conhecido com “alça viária”, composto de pontes e pavimentações. As condições reais de uso do pavimento referem-se ao

ano de 2003 e as condições de infraestrutura reais observadas nas áreas onde ocorre a carga e descarga do açaí são as mesmas da situação anterior, haja vista que não houve melhorias (modificações nas instalações físicas ou aquisição de equipamentos) na infraestrutura dessas áreas.

*Situação IV* - Caracteriza-se pela utilização do novo trecho rodoviário citado na situação anterior com melhorias das condições de uso do pavimento. A infraestrutura das áreas de carregamento de açaí, nas fontes de abastecimento permaneceu inalterada, tal como nas situações I, II e III.

*Situação V* - Esta situação corresponde à anterior no que se refere à malha viária e ao uso do pavimento, acrescida de melhorias nas áreas de carregamento e descarregamento do açaí.

*Situação VI* - O que difere nesta situação, comparativamente à situação V, é a inserção de outras fontes potenciais para o abastecimento de açaí no APLFrutas-NePa. Consideraram-se outros sete municípios paraenses já mencionados como fontes de abastecimento de açaí.

Os custos de transporte, para o abastecimento do açaí nas agroindústrias, foram estimados a partir das rotas disponíveis, que compreendem desde os pontos de abastecimento nos municípios produtores até às fábricas. A extensão de cada rota foi obtida através de uma base georreferenciada da malha viária do Estado do Pará, cedida pela Secretaria de Integração Regional do Estado do Pará – SEIR, referente ao ano de 2004, contendo todas as rodovias estaduais e federais da área em estudo, bem como a localização dos municípios considerados fontes de matéria-prima. Com o auxílio do programa ArcView GIS, versão 3.2a, foi possível incluir as coordenadas geográficas das agroindústrias, coletadas em campo, e calcular as distâncias entre todas as origens (fontes de matéria-prima) e destinos (agroindústrias). Através dessa base de dados, também foi possível identificar, para cada rota, além da quilometragem por

trecho de via, os tipos de pavimento e suas condições de uso, expressas como: pavimento bom, pavimento regular e pavimento precário.

Esses custos de transporte, por tonelada, foram estimados com base na tarifa de frete-peso rodoviário, estabelecida no Manual de Cálculo de Custos e Formação de Preços do Transporte Rodoviário de Cargas, elaborado pelo Departamento de Custos Operacionais da Associação Nacional do Transporte de Carga (NTC, 2001), apresentada na expressão (6).

Para a estimativa dos custos de transporte, foi utilizada somente a parcela de custos operacionais contida na equação (6), por expressarem, de forma objetiva, o tempo de carga e descarga e a velocidade. No caso das despesas indiretas, devido às dificuldades de obtenção de dados nas agroindústrias, não foi possível computá-las nos custos operacionais. O tempo gasto no carregamento e descarregamento do açaí nos caminhões foi considerado parâmetro para analisar as condições de infraestrutura nos pontos de comercialização e a velocidade desenvolvida pelo veículo, para a análise das condições de infraestrutura viária, no que diz respeito às condições de uso do pavimento.

$$F = \underbrace{(A + BX + DI)}_{\text{Custos operacionais}} \cdot \underbrace{[1 + (L / 100)]}_{\text{Fator de lucro}} \quad (6)$$

Onde,

F: Frete-peso (R\$/tonelada);

X: Distância da viagem (percurso), em quilômetros;

A: Custo do tempo de espera, durante a carga e descarga (R\$/tonelada);

B: Custo de transferência (R\$/t.km);

DI: Despesas indiretas (R\$/tonelada);

L: Taxa de lucro operacional (%).

Os resultados encontram-se na Tabela 3 para todas as empresas em relação com as três principais fornecedoras de frutos de açaí para o APLFrutas-NePa mediante as cinco primeiras situações descritas; na Tabela 4, para todas as empresas em relação com os dez principais fornecedores.



A INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE FRUTAS DO NORDESTE PARAENSE E REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (APLFRUTAS-NEPA): UMA AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA LOGÍSTICA

Tabela 3 - Matriz custo de transporte, por tonelada, referente à amostra de agroindústrias do APLFrutas-NEPA, para situações I a V.

	Situação I			Situação II			Situação III			Situação IV			Situação V		
	Abate-tuba	Barcarena	Igarapé-Miri	Abate-tuba	Barcarena	Igarapé-Miri	Abate-tuba	Barcarena	Igarapé-Miri	Abate-tuba	Barcarena	Igarapé-Miri	Abate-tuba	Barcarena	Igarapé-Miri
Palamaz	60,8	50,37	67,6	59,62	46,34	62,77	61,08	58,4	66,98	58,17	79,48	64,64	58,17	76,73	60,48
Fly	68,19	57,37	74,73	66,79	54,07	69,87	62,99	58,69	68,72	59,76	55,44	66,13	59,76	52,96	61,97
Açaí Pura Polpa	65,28	55,22	72,3	62,44	48,87	65,49	57,9	54,4	63,89	55,14	51,65	61,7	55,14	49	57,3
Didifute	62,74	52,25	69,61	63,7	50,71	67,14	59,21	55,73	65,06	56,19	52,68	62,68	56,19	50,03	58,28
Açaí Brasil	64,38	53,97	71,19	63,53	50,47	66,65	56,91	53,43	62,95	54,13	50,65	60,75	54,13	48	56,36
ACBBraga	66,96	55,97	73,14	65,56	52,58	68,69	56,36	52,89	62,33	53,33	49,85	59,96	53,33	47,1	55,43
Amazonifrutas	72,5	62,05	79,04	71,74	58,93	74,79	61,51	58,82	67,4	58,73	55,95	65,17	58,73	53,38	61,01
Magra da Amazônia	48,22	41,93	52,02	47,58	39,85	49,44	41,22	39,06	44,7	38,87	36,7	42,79	38,87	35,35	40,48
J.-A. dos Santos	103,98	90,71	111,44	102,32	86,85	106,11	88,73	84,36	95,59	83,71	79,32	91,45	83,71	76,75	87,04
TROPNAT	85,31	75,14	91,28	84	71,61	87,03	73,46	69,94	78,97	69,48	65,95	75,67	69,48	63,93	72,17
SUCASA	81,41	71,22	87,5	80,67	68,15	83,65	70,26	66,74	75,8	66,26	62,72	72,51	66,26	60,59	68,85
J. Meneses Lima	83,68	73,51	89,69	82,78	70,33	85,76	72,45	66,77	77,91	68,3	62,87	74,49	68,3	60,9	70,91
AMAPOLPAS	85,1	74,95	91,09	83,79	71,41	87,23	73,25	69,72	78,76	69,28	65,74	75,47	69,28	63,71	71,97
Açaí São Pedro	160,87	140,53	172,29	158,33	134,61	164,1	136,29	129,54	146,77	128,55	121,78	140,4	128,55	117,84	133,63
COFRUTA	16,84	37,98	33,56	16,84	33,62	26,92	16,84	37,98	33,56	16,73	35,01	33,47	16,73	30,73	26,14
COOPFRUIT	34,09	45,99	20,08	34,09	42,46	10,33	34,09	45,99	20,08	34,02	48,15	19,87	34,02	44,81	10,26
Vale do Açaí	33,92	45,9	20,23	33,92	42,37	10,51	33,92	45,9	20,23	33,84	47,99	20,05	33,84	44,64	10,44
CAMTA	44,23	40,81	46,1	44,16	40,28	45,29	43,47	42,38	45,39	27,52	30,6	28,97	27,52	30	27,73

Fonte: Custos estimados com base na pesquisa de campo, 2006.

Tabela 4 - Matriz custo de transporte, por tonelada, referente à amostra de agroindústrias do APLFrutas-NEPA, para a situação VI.

	Abaetetuba	Barcarena	Igarapé-Miri	Inhangapi	Irituia	Cametá	M. Barata	Marapanim	Mocajuba	S.D.Capim
Palamaz	58,17	54,23	60,48	42,64	69,23	130,25	128,34	122,64	150,92	112,62
Fly	59,76	52,96	61,97	44,99	70,53	173,26	132,32	126,63	192,68	115,42
Açaí Pura Polpa	55,14	49	57,3	40,25	66,66	163,38	123,23	117,49	183,01	107,02
Didifrite	56,19	50,03	58,28	40,19	67,31	165,78	123,12	118,43	185,26	108,41
Açaí Brasil	54,13	48	56,36	39,68	65,68	162,27	121,89	116,23	181,85	105,03
ACBBraga	53,33	47,1	55,43	39	65,6	159,6	120,89	114,99	178,96	104,87
Amazonfrutas	58,73	53,38	61,01	35,73	62,27	171,49	112,48	107,54	190,96	97,68
Magia da Amazônia	38,87	35,35	40,48	15,24	32,64	111,72	57,74	54,2	123,72	47,63
J. A. dos Santos	83,71	76,75	87,04	24,83	61,05	242,64	104,2	98,43	267,51	84,92
TROPNAT	69,48	63,93	72,17	20,6	50,42	193,77	86,24	74,13	213,71	71,03
SUCASA	66,26	60,59	68,85	21,1	49,98	186,99	87,07	81,32	206,49	70,4
J. Meneses Lima	68,3	60,9	70,91	19,08	48,42	191,13	83,48	76,64	210,59	66,76
AMAPOLPAS	69,28	63,71	71,97	21,26	50,19	193,41	85,8	74,36	213,35	70,54
Açaí São Pedro	128,55	117,84	133,63	38,32	93,81	372,35	160,16	151,34	410,48	130,64
COFRUTA	16,73	30,73	26,14	69,36	93,93	103,28	179,38	196,94	124,07	164,09
COOPFRUIT	34,02	44,81	10,26	76,45	101,63	74,89	195,08	207,62	97	179,9
Vale do Açaí	33,84	44,64	10,44	76,32	101,5	75,13	194,83	211,6	97,23	179,64
CAMTA	27,52	30	27,73	30,15	24,66	70,33	72,26	74,56	77,08	44,25

Fonte: Custos estimados com base na pesquisa de campo, 2006.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o modelo apresentado em 2.1 aplicado às condições vigentes descritas em 2.2, estimou-se o Custo Mínimo Global de Transporte (CT) para cada situação preestabelecida. Os resultados encontram-se na Tabela 5, segunda coluna. A evolução corresponde à expectativa de redução do custo conforme melhoram as condições mediante as quais se realizam as operações de transporte na etapa de suprimento de açaí. É possível avaliar o processo com um *Índice de Eficiência Logística* (IEL) para o transporte de açaí no APLFrutas-NePa, para as diferentes mudanças de situação. Neste estudo, consideraram-se como *eficiência logística* os ganhos alcançados pelo APLFrutas-NePa, através da redução no custo global de transporte obtido no trajeto de mudanças acima apresentado, que impactam a fase de suprimento de açaí nas agroindústrias. Pode-se, portanto, definir os níveis desses ganhos, calculando-se o índice de eficiência logística através da seguinte expressão:

$$IEL = \frac{CT_p - CT_a}{CT_a} \quad (7)$$

IEL: Índice de eficiência logística (%);

CT<sub>p</sub>: Custo mínimo global de transporte, estimado para a situação posterior “p” (R\$);

CT<sub>a</sub>: Custo mínimo global de transporte, estimado para a situação anterior “a” (R\$).

Para exemplificar o cálculo do IEL, apresenta-se, a seguir, o resultado obtido para o caso da mudança da situação I para a II:

$$IEL_{II:I} = \frac{1.461.775,00 - 1.541.684}{1.541.684} \quad (8)$$

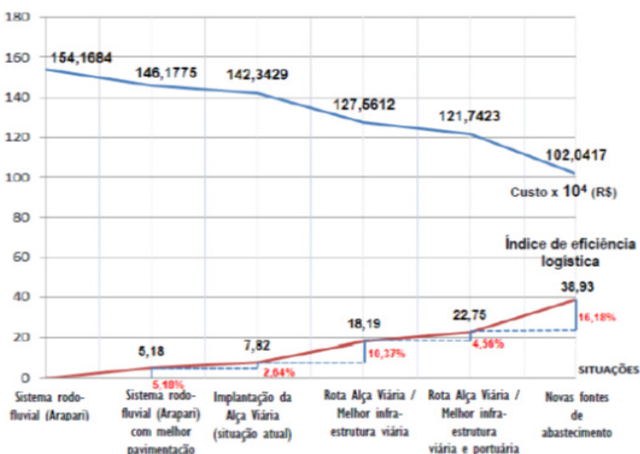
$$IEL_{II:I} = -0,0518 \text{ ( - 5,18\% ) (9)}$$

Esse resultado expressa um aumento na eficiência logística para o transporte de açaí, quando consideradas as condições da situação II em relação à situação I: o IEL demonstra uma redução de 5,18% nos custos operacionais de transporte caso implantada a situação II, implicando em correspondentes ganhos coletivos para o APLFrutas-NePa. Na Tabela 5 e Figura 2, são apresentados os IEL e os efeitos da infraestrutura de transporte e da inserção de novas fontes produtoras de açaí, no custo global de transporte, para o suprimento nas agroindústrias do APLFrutas-NePa.

Tabela 5 - Custo Mínimo Global de Transporte, Índice de Eficiência Logística e Efeitos no Custo Global de Transporte, para o suprimento de açaí no APLFrutas-NePa.

Situação	Custo Mínimo Global de Transporte (R\$)	Índice de Eficiência Logística		Efeito	
		Relação	%	Tipo de melhoria implantada	R\$
I	1.541.684,00	---	---	---	---
II	1.461.775,00	II - I	-5,18	Pavimentação	-79.909,00
III	1.423.129,00	III - II	-2,64	Construção de via	-38.646,00
IV	1.275.612,00	IV - III	-10,37	Pavimentação	-147.517,00
V	1.217.423,00	V - IV	-4,56	Infraestrutura portuária	-58.189,00
VI	1.020.417,00	VI - V	-16,18	Diversificação	-197.006,00

Gráfico 1 - Eficiência logística e os custos de transporte para o suprimento de açaí nas agroindústrias do APLFrutas-NePa.



### 3.1. GANHOS E PERDAS ASSOCIADAS ÀS CONDIÇÕES DE TRANSPORTE

Duas formas de leitura poderão ser feitas com esses índices. Uma explicita os ganhos com a realização dos diferentes pressuposto, como os ganhos de eficiência global de 7,82% para o referido APL advindos dos investimentos na construção de rodovias e pontes que constituem a Alça Viária. Outra leitura explicita as perdas, caso não se verifiquem determinadas precondições que caracterizam as situações: por exemplo, a não realização dos reparos e a má conservação viária faz com que o APLFrutas-NePa deixe de obter economias em torno de 10,37% no custo total de transporte.

A perda econômica e operacional acresce, ainda, 4,56% quando se avaliam a inadequação dos portos dos principais municípios onde o açaí é comercializado, especialmente o porto de Igarapé-Miri, cujas condições de infraestrutura são precárias, comprometendo as operações de transbordo e, principalmente, influenciando na qualidade do fruto coletado (ver Gráfico 1).

### 3.2. GANHOS DE EFICIÊNCIA LOGÍSTICAS DERIVADOS DA DIVERSIFICAÇÃO DE FONTES DE MATÉRIAS-PRIMAS

A consideração de outros sete municípios paraenses, além de Abaetetuba, Barcarena e Igarapé-Miri, como fontes de abastecimento de açaí para o APLFrutas-NePa, possibilitou a adoção de rotas mais curtas, em razão da localização de algumas agroindústrias, em relação a essas novas fontes alternativas. Tal fato produziu uma nova configuração espacial dos fluxos de suprimento, ocasionando redução nos custos de transporte em cerca 16,18% comparativamente a melhor condição viária expressa na situação V (ver Gráfico 1).

Além disso, outro aspecto positivo é o fato de que essa nova configuração espacial proporciona uma redistribuição do tráfego de caminhões pelas rodovias, aliviando a Alça Viária, que é o trecho mais solicitado pelo sistema, nas condições atuais. Isso implica menores custos de reparos e conservação viária, em razão de menor desgaste do pavimento.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICA

A implantação do conjunto de obras que constituíram a Alça Viária trouxe mudanças significativas para o APLFrutas-NePa, não somente em relação à dinâmica locacional, como também em relação à eficiência logística das agroindústrias processadoras de polpa de açaí. As externalidades positivas dessa implantação foram percebidas imediatamente por 70% das agroindústrias pesquisadas, haja vista a redução de tempos e de custos de transporte no suprimento da matéria-prima, quando estas optaram por essa nova rota de deslocamento.

Tal fato tem contribuído para a implantação de novas indústrias no eixo da BR-316, especialmente a partir do entorno da interseção com a Alça Viária e os arredores do município de Castanhal, validando

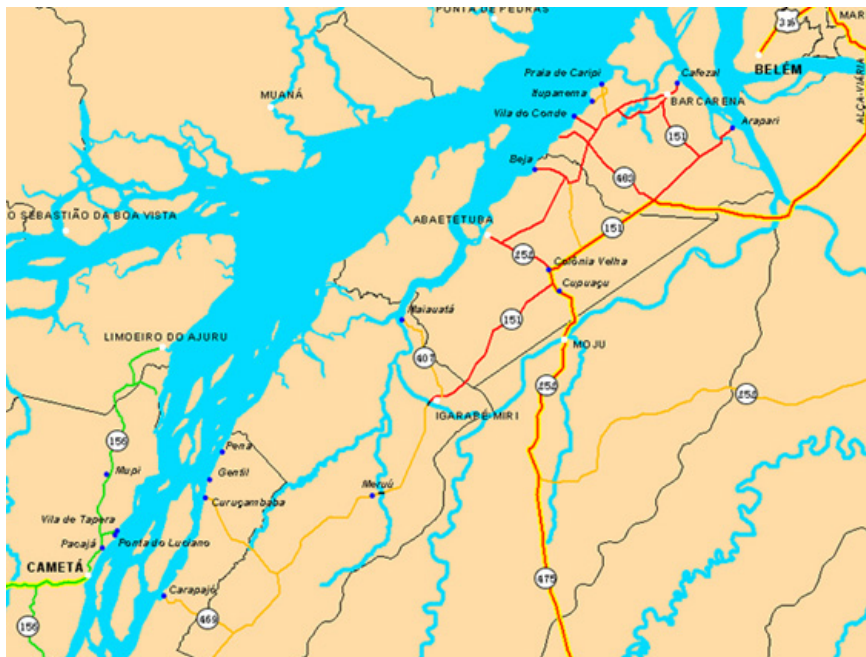
uma tendência de polarização em torno deste município que vem apresentando crescentes de economias de aglomeração (Pinheiro, 2008).

Entretanto, os resultados obtidos na simulação para a Situação VI, na qual são consideradas outras fontes de abastecimento de açaí, além dos municípios de Abaetetuba, Igarapé-Miri e Barcarena, indicam que, mesmo havendo uma redistribuição espacial de fluxos de suprimento para as agroindústrias estudadas, permitindo uma logística de transporte com menor custo em relação às condições atuais, 61% das agroindústrias do APLFrutas-NePa ainda serão abastecidas integralmente pelas fontes produtoras localizadas na região do Baixo Tocantins, demonstrando um elo forte entre essa região e as agroindústrias do arranjo produtivo em questão.

Esse forte elo pode ser explicado, em parte, pelas vantagens locais apresentadas por aquela região, traduzidas pela abundância de açazais nativos, e de novos plantios que lhe conferem um percentual de aproximadamente 87% da produção de açaí, quando considerado o total produzido pelas mesorregiões Nordeste Paraense e Metropolitana de Belém. Verificou-se que o volume de matéria-prima ofertado naquela região poderia ser absorvido por futuras empresas, que, se localizadas nas proximidades daquelas zonas produtoras, poderiam apresentar custos menores de suprimento e até mesmo de distribuição, caso o foco seja o comércio internacional.

A região do Baixo Tocantins apresenta aspectos bastante favoráveis a uma logística de transporte que poderia potencializar o comércio internacional da polpa do açaí ou outros derivados desse fruto. Em primeiro lugar, ao se considerar o eixo hidroviário da foz do Rio Tocantins, provido de uma infraestrutura física adequada, que permita uma integração eficiente com o eixo rodoviário da PA-151, há a possibilidade de se estabelecer um corredor de escoamento viável até aos principais portos, em especial, ao de Vila do Conde, localizado no município de Barcarena (Figura 2).

Figura 2 – Representação esquemática para a integração do Rio Tocantins com a PA-151.



Esse corredor seria certamente viável, haja vista que os fretes pelo modal hidroviário tendem a ser mais baratos em relação ao modal rodoviário. Entretanto, para torná-lo possível, serão necessários investimentos em infraestrutura portuária, capaz de atender às especificidades das operações de embarque, desembarque e armazenagem, bem como de transbordo de açaí, das embarcações para os caminhões e destes para as embarcações.

Através de infraestrutura rodo-hidroviária integrada e dotada de equipamentos e facilidades para o manuseio de cargas, o suprimento de açaí poderia seguir um fluxo fluvial-rodoviário até às agroindústrias, sendo que a distribuição do produto acabado poderia seguir um fluxo rodoviário até o Porto de Vila do Conde, através da PA-151, ou seguir um fluxo rodo-



fluvial, utilizando-se, a partir da PA-151, as rodovias PA-407, PA-252, PA-483 e PA-469, para alcançar o Rio Tocantins, seguindo até o Porto de Vila do Conde. Este, por sua vez, para realizar com eficiência e qualidade tais operações, deveria ser dotado de espaços para a recepção e armazenagem do açaí, seja em área própria, seja através de plataformas flutuantes.

Há necessidade, também, de investimentos em pesquisas que possam viabilizar embarcações apropriadas às operações do transporte de açaí, juntamente com políticas públicas para disponibilizá-las em número compatível com a oferta do fruto, de forma a dar vazão à produção das áreas ribeirinhas, eliminando ou minimizando o desperdício observado atualmente nas áreas produtoras.

Por fim, é necessário investir na diversificação da produção, a fim de que outros produtos já existentes no setor de fruticultura paraense, porém não tão expressivos quanto o açaí, possam também contribuir para o fortalecimento e consolidação do APLFrutas-NePa, e, sendo este um vetor de dinamização da economia, possa agregar elementos positivos para o desenvolvimento regional.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, W. D. C. A emergência da agroindústria de processamento de frutas no Nordeste Paraense, Região Metropolitana de Belém e no Marajó: uma análise do potencial da capacidade produtiva e inovativa sob a ótica de Arranjo e Sistema Produtivo e Inovativo Local – ASPIL. **Dissertação** (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém, 2004.

ANTC, Associação Nacional do Transporte de Carga. **Manual de cálculo de custos e formação de preços do transporte rodoviário de cargas**. São Paulo, NTC, 2001.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Agência de Desenvolvimento

da Amazônia (ADA). **I Jornada de Seminários-Participativos para Indicação de Preferências Locais Prioritárias ao Planejamento do Desenvolvimento Regional da Amazônia – SPIRAL**. Belém, ADA, 2003.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA). **Arranjos Produtivos Locais na Amazônia – Metodologia para Identificação e Mapeamento**. Belém, ADA.

BASTOS, M. M. M.; ARRUDA, J. B. F. A logística e os transportes na realocação da atividade econômica na Europa face à globalização da economia: quais lições tirar para o Brasil e o MERCOSUL?. **Anais do XIII Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes, ANPET**, v.1, p. 99-110, São Carlos, 1999.

BRONSON, R. **Pesquisa operacional**. São Paulo, Mc Graw-Hill do Brasil, 318p, 1985.

BOISIER, S. Em Busca do Esquivo Desenvolvimento Regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, n.13, 1996.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas**. Rio de Janeiro, Redesist, 2004. Disponível em: <http://redesit.ie.ufrj.br>, acesso em 10 abril 2005.

\_\_\_\_\_. **Novas Políticas na Era do Conhecimento: o foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais**. Rio de Janeiro, Redesist, 2004. Disponível em: [http://redesit.ie.ufrj.br/dados/nt\\_count.php?projeto=ar1cod=2](http://redesit.ie.ufrj.br/dados/nt_count.php?projeto=ar1cod=2). Acesso em: 08 agosto 2006.

COSTA, F. A. O momento, os desafios e as possibilidades da análise econômica territorial para o planejamento do desenvolvimento nacional. **Nova Economia**, v. 24, p. 613-644, 2014.

COSTA, F. A. (Org.). **Política e Planejamento do Desenvolvimento Sustentável na Amazônia: Ensaio Intempestivos**. Belém, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2013.

**COSTA, F. A.; ANDRADE, W. D. C.; SILVA, F. C. F. O Processamento de Frutas no Nordeste Paraense e Região Metropolitana de Belém: um arranjo produtivo emergente.** Relatório de Pesquisa apresentado a RedeSist. Belém, UFPA/NAEA, 2004.

**COSTA, F. A.; ANDRADE, W. D. C. A Cultura do Açaí no Brasil e no Pará: Aspectos estruturais de produção e mercado.** Belém, ADS/AM, 2003.

**COSTA, F. A.; FERNANDES, D. A.; SOUSA, C. N.; NACIF, A. M. P. A dinâmica do APL de frutas do Nordeste Paraense e da Região Metropolitana de Belém de Belém.** In: MATOS, M. G. P.; BORIN, E.; CASSIOLATO, J. E. (Org.). **Uma década de evolução dos Arranjos Produtivos Locais.** Rio de Janeiro, E-Papers, 2015, p. 191-216.

**COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira.** Campinas, Papirus/UNICAMP, 1994.

**ERHART, S.; PALMEIRA, E. M. Análise do setor de transportes.** Observatorio de la Economía Latinoamericana. **Revista Acadêmica de Economia**, 2006. Disponível em: <<http://www.eumed.net/coursecon/ecolat/br/>>. Acesso em: 14 de março 2007.

**HADAD, E. A. Transporte, eficiência e desigualdade regional: avaliação com um modelo CGE para o Brasil.** **Pesquisa e planejamento econômico**, Brasília, v. 36, n. 3, p. 413-448, dez. 2006.

**HADAD, P. R. Cluster e Desenvolvimento Endógeno.** Belo Horizonte, UFMG, 2003.

**LUZ, A. B. Transportes, localização e aglomeração: uma introdução informal.** **Bahia análise & dados**, Salvador, v. 13, n. 2, p. 285-303, 2003.

**MARTINS, R. S.; LEMOS, M. B.; CYPRIANO, L. A. Impactos da carência de investimentos na logística pública de transportes para o agronegócio: discussão teórica e evidências para o caso brasileiro.** Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar, 2005.

MISHAN, E. J. **Cost-benefit analysis**. London, Unwin university books, 1971.

NACIF, A. M. P. O APL de Polpa de Frutas no Nordeste Paraense e Região Metropolitana de Belém: Análise da dinâmica evolutiva, 2003/2007. **Dissertação** (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Belém, PLADES/NAEA, UFPA, 2009.

ANTC, Associação Nacional do Transporte de Carga. **Manual de cálculo de custos e formação de preços do transporte rodoviário de cargas**. São Paulo, NTC, 2001.

PINHEIRO, A. M. G. S. Infra-estrutura de transporte e desenvolvimento regional sustentável: um estudo sobre o Arranjo Produtivo Local de Fruticultura do Nordeste Paraense. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para o Século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo, Studio Nobel/FUNDAP, 1993.

SANDRONI, P. (Org.). **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo, Best Seller, 2004.

SILVA, M. A. M. Desenvolvimento industrial e competitividade sistêmica, 2004. Disponível em: <[http://www.fiema.org.br/pe\\_desenvolvimento.shtml](http://www.fiema.org.br/pe_desenvolvimento.shtml)>. Acesso em: 17 novembro 2007.

SOARES, L. C. C.; COSTA, F. A. Os efeitos da demanda crescente de açaí sobre a economia camponesa de Cametá, Pará. In: ALMEIDA, O.; FIGUEIREDO, S. L.; TRINDADE JR., S.C. (Org.). **Desenvolvimento e Sustentabilidade**. Belém, NAEA, 2013, v. 1, p. 242-257.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre, Fundação Economia e Estatística, 2001.

## PROVISÃO DE HABITAÇÃO POPULAR E SEGREGAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

---

*Diogo Luan Uchôa da Luz<sup>1</sup>  
Simaia do Socorro Sales das Mercês<sup>2</sup>*

**Resumo:** O trabalho é um estudo de caso sobre política de habitação popular e segregação socioespacial urbana. Analisam-se os efeitos do Programa Minha Casa, Minha Vida, Faixa 1, a de menor renda mensal bruta, considerando-se a percepção dos beneficiários, com base em entrevistas em grupo com as principais lideranças do Residencial Paulo Fonteles II, localizado no município de Ananindeua, PA. Confirmou-se parcial integração social, dada a homogeneização social da área e sua proximidade à centralidade e a serviços urbanos, embora alguns destes sejam marcados pela precariedade. Constatou-se também um processo de fechamento do Residencial, no qual os moradores tentam reforçar o controle sobre o acesso. Os beneficiários da política reproduzem discursos utilizados pelas elites para justificar seu isolamento em espaços fechados, sobretudo no que concerne à segurança e à criminalidade na cidade, embora, em nenhum momento, o desejo de se segregar tenha sido apontado como a motivação principal para participar do Programa.

**Palavras-chave:** Segregação socioespacial urbana. Habitação popular. Programa Minha Casa, Minha Vida. Belém.

---

<sup>1</sup> Graduado em Geografia e Cartografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU). Desenvolve pesquisa que trata dos temas da segregação e sociabilidade. [diogo\\_luan\\_uchoa@hotmail.com](mailto:diogo_luan_uchoa@hotmail.com)

<sup>2</sup> Arquiteta e Urbanista, Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo (FAU/USP); Professora Associada do NAEA/UFPA. E-mail: [simrcs@yahoo.com.br](mailto:simrcs@yahoo.com.br)

## PROVISION OF LOW-COST AND SEGREGATION IN THE METROPOLITAN REGION OF BELÉM

**Abstract:** This is a case study on low-cost housing policy and urban socio-spatial segregation. We analyzed the effects of the Program My House, My Life, track 1, the one for the lower monthly gross income, considering the perception of beneficiaries, based on group interviews with the main leaders of Residencial Paulo Fonteles II, located in the municipality of Ananindeua, PA. Partial social integration was confirmed, given the social homogenization of the area and its proximity to central area and urban services, although some of these are markedly precarious. There was also a closing process of the Residencial, in which the residents are trying to strengthen the control over access. The beneficiaries of the policy reproduce speeches used by elites to justify their isolation in enclosed spaces, especially regarding security and crime in the city. However, in no time, the desire to segregate has been pointed out as the main motivation to participate in the Program.

**Keywords:** Urban socio-spatial segregation. Low-cost housing. My House, My Life Program. Belém.

## INTRODUÇÃO

A atual política habitacional desenvolvida para os segmentos populares no Brasil tem como principal fomentador o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), criado pela Medida Provisória n.º 459, posteriormente convertida na Lei Federal n.º 11.977 de 2009. O Programa tem se mostrado como opção para a população de baixa renda adquirir um imóvel próprio, com condições mínimas de infraestrutura e em uma área regularizada da cidade, ainda que reproduzindo muitos problemas observados em políticas habitacionais anteriores (ARANTES; FIX, 2009).

Em nossas pesquisas anteriores, constatou-se que parte dos empreendimentos produzidos pelo PMCMV para as camadas de baixa renda na Região Metropolitana de Belém (RMB) tem conseguido inserir a população beneficiada em espaços urbanizados e com oferta razoável de serviços urbanos (MERCÊS, 2012; MERCÊS et al. 2013). Por outro lado, após sua ocupação, vários problemas estão sendo detectados e, para tentar minimizar alguns deles, os beneficiários passaram a adotar medidas que em muito se assemelham às práticas segregacionistas utilizadas pelos segmentos populacionais com rendas médias e altas. Este trabalho objetiva analisar tais indicativos de segregação.

Nas cidades brasileiras, o processo de segregação não se inicia com o PMCMV, contudo, este não está contribuindo para combatê-lo, pelo contrário, tende a cristalizá-lo e pode até mesmo agravá-lo, na medida em que a localização de grande parte dos empreendimentos segue uma lógica mercantil, reservando, para as camadas populares, na maior parte dos casos, os espaços menos estruturados da cidade. Outro fator também decorrente da implementação do PMCMV seria a própria difusão do condomínio fechado como tipo de moradia entre as camadas populares.

A pesquisa é um estudo de caso no qual foi adotada abordagem qualitativa, com entrevista em grupo com as principais lideranças do Residencial Paulo Fonteles II (RPF II), localizado no município de Ananindeua, um dos residenciais produzidos pelo PMCMV destinado à população de baixa renda da RMB. Na entrevista, foi utilizado roteiro com questões abertas acerca do tema segregação socioespacial e sua relação com o empreendimento estudado. O roteiro de entrevista foi aplicado ao vice-síndico do Residencial e a outros quatro moradores que têm maiores conhecimentos sobre a gestão e os problemas internos do condomínio, uma vez que auxiliavam na gestão do Residencial, e, além disso, possuem um acúmulo de conhecimento sobre o PMCMV porque faziam parte do movimento social que ajudou na implementação do RPF II e participaram de várias reuniões com funcionários da Caixa Econômica Federal (CEF).

No momento inicial da entrevista, os moradores deveriam caracterizar o seu antigo local de moradia no que se refere às condições da habitação em si, à infraestrutura do local e aos serviços ali ofertados e à localização da moradia em relação às centralidades e outras localidades da RMB. Em seguida, as questões foram direcionadas para o processo de segregação socioespacial e sua relação com os efeitos do PMCMV. Os depoimentos foram submetidos à análise de conteúdo, tendo como referência o estado do conhecimento no tema.

O artigo trás inicialmente uma breve revisão da literatura em torno do processo de segregação socioespacial urbana e de difusão de condomínios fechados, e, em seguida, os resultados da pesquisa empírica, que indicam movimentos de reforço do isolamento do RPF II promovidos pelos moradores, beneficiários do PMCMV.

## **PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL**

O espaço urbano é produzido segundo os interesses de vários agentes, sendo que estes interesses podem ser convergentes ou conflitantes entre si. O tipo de interesse que mobiliza cada agente, é, em última análise, a oposição entre o valor de uso e o valor de troca do espaço. Entre os agentes produtores do espaço urbano encontram-se os proprietários fundiários, os incorporadores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos dos mercados de terra e de habitação, a exemplo dos movimentos sociais que lutam pelo direito à moradia (CASTELLS, 1983; LEFEBVRE, 2001; LOJKINE, 1981; HARVEY, 1980; TOPALOV, 1984; CAPEL, 1974; CORREA, 1999; entre outros).

As ações dos promotores imobiliários e de outros agentes interessados no valor de troca do espaço produzem uma seletividade no acesso ao espaço urbano que cria e reforça a segregação social na medida em que determinadas áreas da cidade têm sua apropriação inviabilizada para a maior parte da população, que acaba por se concentrar em áreas periféricas e desprovidas de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos.



Outro importante agente produtor de espaço urbano é o Estado. Segundo Harvey (2005), ao considerar o pensamento marxista mais tradicional, o Estado capitalista surge como resultado do conflito entre interesses particulares e coletivos e resolve tal antagonismo universalizando as demandas das classes dirigentes, ou seja, reproduzindo-as como vital a toda a sociedade e, dessa forma, controla a luta de classes por meio do papel de agente mediador. Por tal definição do Estado capitalista, poder-se-ia supor que o mesmo esteja automaticamente alinhado aos interesses dos grupos dominantes. Contudo, diversos autores relativizam esta caracterização do Estado na medida em que este, para efeito de legitimação, em função de pressões sociais ou em conjunturas específicas, pode desempenhar um papel que favoreça os grupos de nível mais baixo na hierarquia social. Assim, a ação do Estado não seria neutra e, embora busque favorecer a reprodução do modo capitalista de produção, resulta das alianças e dos conflitos sociais em cada momento histórico.

Como produtor de espaço urbano, o Estado desempenha funções específicas. Entre outras, é o criador por excelência das normatizações sobre o solo, fornece infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos que vão incidir sobre a produção e a reprodução das classes sociais. Sendo assim, os conflitos entre as classes, latentes no Estado, são reproduzidos no espaço, criando e reforçando desigualdades e segregação socioespacial.

Os primeiros estudos acadêmicos que abordaram o tema da segregação socioespacial nas cidades capitalistas foram produzidos pelos intelectuais da Universidade de Chicago (Escola de Chicago). Essa universidade, criada nos anos 20, forneceu importantes contribuições nas áreas de sociologia, urbanismo, economia, comunicação, entre outros, sendo que, no que concerne ao problema da segregação, seus autores não praticaram, necessariamente, um enfrentamento do problema (VIEIRA; MELAZZO, 2002).

Para os autores da Escola de Chicago, a origem da segregação das classes sociais nos espaços urbanos estaria nas escolhas individuais a respeito dos locais de moradia e nas preferências que os indivíduos possuíam em relação aos vários locais existentes nas cidades, sendo que o mercado e seus agentes, considerando a ideologia liberal, teriam um papel de neutralidade. Portanto, a formação de grupos homogêneos em determinados locais da cidade seria uma consequência da urbanização, mas perfeitamente compreensível, pois se relacionaria às possibilidades materiais de alojamento das pessoas que compõem cada grupo social (VIEIRA; MELAZZO, 2002).

De acordo com alguns dos estudiosos da Escola de Chicago, a homogeneização de determinados espaços da cidade seria um movimento natural na medida em que a população busca fixar residência nas melhores localidades que a cidade pode oferecer, contudo, devido ao desnível (econômico, político, judicial, etc.) existente entre as classes, seria lógico que as melhores localidades fossem ocupadas pelas classes mais abastadas, vindo a conformar um espaço homogêneo, sendo que o mesmo ocorreria nas áreas mais deprimidas nas quais a população de mais baixa renda viria se alojar, portanto, a segregação não seria vista como um processo ou como uma perda das qualidades da cidade (GUIRRIEC, 2008).

Outra importante contribuição para a análise da segregação parte de Manuel Castells (1983). Para esse autor, segregação urbana está relacionada com o processo de urbanização e industrialização, sendo estes complementares. A intensa migração para os centros urbanos necessitava que estes possuíssem as condições habitacionais necessárias para o alojamento da população operária, o que não ocorreu e gerou uma crise:

Historicamente, a crise da moradia aparece nos grandes aglomerados urbanos subitamente conquistados pela indústria. Com efeito, no local onde a indústria coloniza o espaço, necessita organizar, ainda que em nível de acampamento, a residência da mão de obra necessária (CASTELLS, 1983, p. 226).

Para romper com esta situação, as classes mais baixas tentaram, elas mesmas, por meio da ocupação das áreas periféricas às margens das leis de uso do solo, edificar seus imóveis:

Enfim, o que sucede quando, numa situação de congelamento, o Estado não vem ajudar a construção ou faz de forma insuficiente? A resposta é clara: é a invasão de terrenos livres pelos que não tem casa e a organização de um espaço rude, obedecendo às normas de seus habitantes, equipados conforme seus meios, e que se desenvolve numa luta contra a repressão policial, as ameaças jurídicas e, às vezes os atentados criminosos das sociedades imobiliárias, derrotadas desta maneira em seus projetos (CASTELLS, 1983, p. 249).

Percebe-se que, contrariando os preceitos de neutralidade e naturalidade do processo de segregação espacial atribuído por estudiosos anteriores, Manuel Castells (1983), aponta na direção de uma gama de fatores (étnicos, políticos, econômicos, históricos, entre outros) que acrescentam uma grande complexidade a respeito do tema da produção da segregação nas cidades.

Para Castells (1983), a segregação urbana proporciona – de forma tendenciosa, não absoluta – a formação de espaços nos quais seus ocupantes possuem grande homogeneidade interna, mas que por este mesmo fator – a homogeneidade interna – se diferenciam uns em relação aos outros, além de possuírem acessos diferenciados aos equipamentos e serviços urbanos, estando assim hierarquicamente segmentados.

Diferentemente do que ocorria na concepção dos autores da Escola de Chicago, no entender de Castells (1983) o Estado e, principalmente, as classes sociais, não são agentes passivos do processo de segregação urbana e que apenas se dispõem ao consumo da moradia em uma estrutura preestabelecida:

A segregação urbana não aparece como a distribuição da residência dos grupos sociais no espaço, segundo uma escala mais ou menos exposta, mas como a expressão, em nível da reprodução

da força de trabalho, das relações complexas e mutáveis que determinam suas modalidades. Assim, não há espaço privilegiado antecipadamente, em termos funcionais, sendo o espaço definido e redefinido segundo a conjuntura da dinâmica social (CASTELLS, 1983, p. 262).

Segundo Castells (1983), a segregação socioespacial está relacionada a fatores econômicos, político-institucionais, ideológicos e com a luta de classes, portanto, os agentes sociais urbanos são proativos na dinâmica urbana da cidade, podendo atenuar ou intensificar o processo em questão.

Lefebvre (2001), assim como Castells (1983), considera que o processo de industrialização implicou mudanças profundas em relação à apropriação da cidade por seus moradores e seria – considerando também o processo que ocorre na esteira da industrialização, ou seja, a urbanização – a causa de muitos dos problemas que afligem a cidade e seus ocupantes:

Se distinguirmos o indutor e o induzido, pode-se dizer que o processo de industrialização é indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, sem omitir a crescente importância dos lazeres e das questões relativas à “cultura” (LEFEBVRE, 2001, p. 11).

As cidades arcaicas, como Atenas, ainda que existisse estratificação social e fossem pautadas num sistema econômico comercial escravocrata, podiam, diferentemente do que costuma ocorrer nas cidades industriais capitalistas, permitir aos seus cidadãos participação na política por meio das assembléias dos cidadãos. Essa dimensão, a dimensão política da vida urbana, é o que se deteriorou na cidade capitalista, o valor de uso dos espaços urbanos passa a ser cada vez menos a maneira como a cidade é percebida e, em contraposição, a cidade passa a ser apropriada como produto, ou seja, o seu valor de troca é o fator que interessa difundir (LEFEBVRE, 2001).

A cidade é um produto social – e não uma organização estruturada *a priori* da ação do homem – e como tal reproduz as características daqueles que a formaram. Por conseguinte, as desigualdades e contradições da sociedade são também expressas espacialmente naquilo que esta criou para si (LEFEBVRE, 2001). Assim sendo, a cidade é o local no qual são processadas várias formas de conflitos entre os interesses dos agentes produtores do espaço urbano – sendo que estes têm visões distintas sobre o uso da cidade –, resultando na segregação do espaço citadino segundo vários grupos e seus interesses.

Para Villaça (2004), que se detém na análise das metrópoles brasileiras, outros fatores serão considerados na análise do processo de segregação. Conceitualmente, para esse autor, este seria um processo de segmentação do espaço que passa a ter maior presença de um determinado grupo social:

Tal como aqui entendida, a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole [...] a segregação não impede a presença nem o crescimento de outras classes no mesmo espaço (VILLAÇA, 2004, p. 142).

Para o produto resultante do processo de segregação, um dos principais fatores a merecer atenção seria a concentração. A concentração é fator determinante para caracterizar a segregação socioespacial urbana, sendo que somente a partir desta poderia ser possível a formação da “região geral” na qual iria se alojar a maior parte da população de um determinado grupo social:

O importante é que o setor segregado detenha uma grande parte – talvez a maior – de uma dada classe [...] o que determina, em uma região, a segregação de uma classe é a concentração significativa desta classe mais do que em qualquer outra região geral da metrópole (VILLAÇA, 2004, 143).

O processo de segregação entendido por Villaça (2004) ocorre desde o século XIX nas principais cidades brasileiras – ainda que a intensidade seja variável dependendo de cada caso – e, neste movimento, as camadas de renda média e alta protagonizaram uma reestruturação do espaço urbano com a constituição de uma nova centralidade – a formação de sua região geral, que também representa uma alternativa ao centro tradicional – na qual o acesso das demais classes sociais, as camadas populares, seria inviabilizado por meio das condições de consumo destes novos espaços.

O consumo tem um papel importante nessa análise da segregação. É na esfera do consumo que o espaço intraurbano seria estruturado, pois as classes sociais buscam a apropriação dos recursos do espaço urbano, todavia, essa apropriação torna-se desigual devido ao desnível de forças existente entre as classes, o que acarreta a dominação por meio do espaço:

O espaço urbano é produzido e consumido por um mesmo e único processo. A sua estruturação interna, entretanto, se processa sob o domínio de forças que representam os interesses de consumo (condições de vida) das camadas de mais alta renda [...] entende-se por dominação por meio do espaço urbano o processo segundo o qual a classe dominante comanda a apropriação diferenciada dos frutos, das vantagens e dos recursos do espaço urbano (VILLAÇA, 2004, p. 328).

Um dos principais fatores em disputa seria o controle sobre o tempo e condições de deslocamento no espaço intraurbano. É uma busca constante das pessoas reduzirem seus custos e tempo de deslocamento por meio da localização. Todavia, as classes sociais possuem meios desiguais para fazê-lo.

A criação de uma nova centralidade pelas camadas de alta renda não prescindiria de toda uma estrutura de serviços urbanos públicos e privados que estão voltadas tanto para o trabalho como para o seu consumo e que, certamente, estão alojados na sua região de moradia e

assim lhes permitem um fácil acesso aos seus locais de interesse, contudo, as condições de acesso das demais classes sociais não são priorizadas. Por meio do mercado, do Estado e da ideologia as camadas de alta renda constroem seus novos espaços exclusivos ao passo que justificam para a sociedade a exaustão das centralidades anteriores e o seu consequente abandono (VILLAÇA, 2004).

A existência da região geral (referindo-se às camadas de média e alta renda) identificada por Villaça (2004) não nega ou impede a presença de outros espaços que concentrem pessoas do mesmo grupo social ainda que com menor expressividade. Esta concepção do espaço urbano não está mais assentada em uma dualidade espacial na medida em que Villaça (2004) se refere a setores ocupados por grupos sociais distintos que podem até estar próximos em termos de distância, mas separados por barreiras físicas e ideológicas.

Cabe ressaltar que consideramos a análise de Villaça (2004) sobre segregação socioespacial urbana válida e extremamente importante sob vários pontos de vista, contudo, ao se referir a regiões gerais de metrópoles brasileiras, compreende o processo de segregação em uma escala distinta da focalizada neste estudo, que concerne à escala dos condomínios fechados, e, desta forma, se aproxima da concepção de Castells (1983).

## OS CONDOMÍNIOS FECHADOS

A segregação pode ser entendida de forma diferenciada pelos grupos sociais, como um benefício ou uma desvantagem. O isolamento das camadas de alta renda em relação às classes populares tornou-se um objetivo a ser alcançado e resultou na criação de novos tipos de moradia urbana que estão voltadas justamente para tal isolamento social, que também pressupõe condições desiguais de acesso ao espaço da cidade.

Um dos principais tipos de moradia que promove a segregação urbana e a quebra do contado entre as camadas sociais são os

condomínios fechados e exclusivos. Os condomínios fechados foram inicialmente projetados nos subúrbios norte-americanos como uma alternativa dos segmentos das classes médias para tentar se defender das consequências do processo de industrialização nas grandes cidades e tentar reconstruir – em espaços segregados e considerados mais amenos – os laços de solidariedade e fraternidade entre vizinhos, os quais haviam sido deteriorados pelo processo de urbanização e pelo individualismo do capitalismo industrial, sendo este extremamente competitivo (SANTOS JUNIOR, 2009).

Essa configuração de moradia foi exportada para outras localidades:

Apesar de esta diretriz estar povoada de pré-noções e saudosismo, é inegável que o modelo do subúrbio norte-americano se projetou para outras localidades e países que passaram a adotar os princípios desta nova formação urbana, universalizando a sua morfologia e os seus valores (SANTOS JUNIOR, 2009, p. 10).

Ainda que seja possível encontrar fatores de distinção entre os condomínios exclusivos, dependendo de em qual cidade, região ou país se localizam, a segregação – em relação aos estratos sociais mais baixos – e o controle social são fatores comuns (SOUZA, 2008).

No caso das metrópoles brasileiras, a difusão deste tipo de moradia também está associada a outros fatores e modificam a morfologia urbana. A partir dos anos 70 do século XX, verifica-se o aumento dos índices de violência nas principais metrópoles do país, tornando ainda mais frágeis os elos entre as classes médias e altas e as suas antigas centralidades (VILLAÇA, 2004). Esta periodização, no entanto, não é um consenso, pois Correa (1999) e Caldeira (2011) identificam o crescimento da criminalidade com os anos da década de 1980.

Não suportando a presença e a convivência com indivíduos da camada social inferior e o crescente aumento da violência, os grupos de renda alta e média se resguardaram em novos espaços, frequentemente em condomínios exclusivos (SOUZA, 2008).



O discurso sobre a violência é um dos principais fatores que os grupos sociais interessados na produção de condomínios utilizam para justificar este tipo de empreendimento. Segundo Souza (2008), a ocorrência da violência é desigual, existindo na cidade espaços mais expostos do que outros, todavia, em função da ação de veículos de comunicação, os espaços segregados, como as periferias, são muitas vezes apontadas como os locais de origem da violência que passa a afetar, de modo homogêneo, toda a cidade, produzindo um sentimento de medo e insegurança generalizados.

Sobre a pretensão de reforçar laços de solidariedade perdidos, já é fato constatado que esse objetivo é falho:

Mais que se juntar em associação, para junto com seus iguais de classe, se protegerem, os indivíduos e as famílias desejam no fundo, pouco contato até mesmo com seus vizinhos. O referencial “comunitário”, bastante utilizado na publicidade de “condomínios” no Brasil, é, assim, assaz enganador e contraditório (SOUZA, 2008, p. 75).

A ideia de comunidade, inclusive utilizada nas propagandas dos condomínios, é um fator de promoção da segregação na medida em que a “comunidade pode sugerir a proximidade com iguais”, o que se opõe às características da própria sociedade, na qual se considera o convívio entre os diferentes (SANTOS JUNIOR, 2009).

A campanha publicitária é fundamental para a consolidação desse tipo de moradia segregada, pois deve tocar em temas que sejam condizentes com as aspirações do seu público específico, ou seja, as classes médias e altas, estabelecendo as condições apropriadas para o morar e, concomitantemente, negar as condições específicas da cidade e oferecer aos interessados uma fuga deste espaço considerado desestruturado e caótico e fortemente caracterizado pela precariedade dos serviços:

Esse novo “conceito de moradia” articula cinco elementos básicos: segurança, isolamento, homogeneidade social, equipamentos e serviços. A imagem que confere maior status (e é a mais sedutora) é a da residência enclausurada, fortificada e isolada, um ambiente seguro no qual alguém pode usar vários equipamentos e serviços e viver só com pessoas percebidas como iguais. Os anúncios apresentam a imagem de ilhas para as quais se pode retornar todos os dias para escapar da cidade [...] são, portanto, opostos a cidade, representada como um mundo deteriorado no qual não há apenas poluição e barulho, mas, o que é mais importante, confusão e mistura, isto é, heterogeneidade social (CALDEIRA, 2011, p. 265).

Ainda que se pretenda negar a cidade e o convívio entre as classes sociais criando uma grande rede de serviços no interior de um condomínio exclusivo, a vida dentro destes espaços fechados cai no paradoxo de que é necessário estar próximo daquilo que se quer evitar por meio da segregação, pois se existem serviços internos (seguranças, comércios, escolas, empregados) deve existir alguém que os forneça, neste caso, são as classes sociais de estrato inferior àquelas que moram nas residências e, desta maneira, as elites vivem a contradição de negar a heterogeneidade e depender dela (CALDEIRA, 2011).

O que se buscou até o momento foi uma apreciação a respeito do processo de segregação característico de nossas cidades. Pode-se perceber que tal processo está relacionado a uma série de fatores históricos e também às condições de desigualdade inerentes ao próprio sistema de produção capitalista. Está relacionado às desigualdades produzidas por esse sistema e ao interesse de determinados grupos sociais em se separar dos demais grupos que compõem a sociedade.

O espaço da cidade torna-se funcional e, portanto, diferenciado de acordo com os usos que lhe são destinados. Os grupos sociais mais abastados ocupam os espaços mais bem-dotados de infraestrutura e serviços urbanos, influenciam os aparelhos de Estado para manter seus privilégios e criam barreiras legais que impedem que pessoas do estrato

inferior da sociedade tenham plenas condições de acesso aos espaços mais bem estruturados.

Esses grupos são os mais interessados na segregação socioespacial, pois, para eles, este processo significaria a convivência com similares e a separação e controle sobre o restante da população. No entanto, com o aumento dos índices de violência, não basta apenas estar localizado em um espaço privilegiado da cidade, mas, também, dispor de todo um aparato tecnológico que garanta a separação em relação ao restante. Para suprir essa necessidade, é adotada a prática de morar em espaços mais bem-estruturados.

O Estado, por sua vez, seria o responsável pela produção de um planejamento que reforçaria estas características da cidade pelo fato de estar ligado, principalmente, aos interesses do grupo dominante. Pode-se então inferir que há uma tendência não inexorável de que as noções e práticas da segregação socioespacial sejam uma pré-condição de grande parte da política pública, como é possível verificar na política habitacional do PMCMV, cuja análise virá a seguir.

## **O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA**

Pode-se dizer que o PMCMV segue na esteira de um longo processo de intervenção do poder público no setor da habitação. No entanto, ao longo da história, as políticas públicas habitacionais do Brasil tinham, frequentemente, objetivos que fugiam ao escopo dos problemas habitacionais e estavam mais atrelados aos interesses das elites e classes médias do que aos das camadas populares.

Segundo Bonduki (1998), a crise habitacional que ocorreu durante o Estado Novo seria a justificativa para uma série de intervenções que objetivavam o desenvolvimento econômico e a legitimação do ditador Vargas. Durante o Regime Militar, criou-se o Banco Nacional de Habitação (BNH) para dar resolução a uma grave carência de habitações, contudo,

tal instituição estava ligada a vários outros setores da economia que em nada se relacionavam com a habitação, porém necessitavam de recursos (BOLAFFI, 1975).

Existem algumas semelhanças entre o momento atual e momentos passados. O PMCMV, embora se proponha a reduzir o déficit habitacional, tem como principal objetivo combater a crise econômica observada no país, por meio dos efeitos multiplicadores da construção civil, seguindo as proposições keynesianas para situações de crise por superacumulação. Mas, o programa pode fornecer, devido à quantidade de recursos movimentados, uma maior oportunidade para participação das camadas de baixa renda em programas habitacionais, como não acontecia desde o fim do BNH (ARANTES; FIX, 2009).

O PMCMV foi criado na primeira gestão de Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente do Brasil. Várias outras medidas foram tomadas nesse primeiro período do governo Lula, como a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), redução dos juros, certas isenções de impostos sobre as empresas da construção civil, entre outras, que possibilitaram algumas facilidades para a retomada dos financiamentos públicos para a população com renda até 3 SMs, na qual se concentra a maior parte do déficit habitacional do país e que estava praticamente desassistida desde o fim do BNH (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

Para Klintowitz (2016), o PMCMV segue uma lógica de conciliação de interesses historicamente opostos, sendo esta tentativa de conciliação uma característica da política liderada por Lula. O desenho institucional do PMCMV foi elaborado à revelia do Ministério das Cidades (MCidades) – instituição que naquele momento estava fortemente ligada ao movimento da Reforma Urbana – e permitiu que as empresas do setor da construção civil estivessem no centro do programa (KLINTOWITZ, 2016), na modalidade empresarial, a despeito da possibilidade de ações na modalidade entidades.

Inicialmente, a participação no PMCMV ocorreu por meio do enquadramento das famílias em três faixas de renda: Faixa 1, para famílias com renda entre 0 e 3 SMs; Faixa 2, que incluiu famílias com renda entre 3 e 6 SMs; e Faixa 3, na qual estavam as famílias com renda entre 6 e 10 SMs e que correspondeu ao limite de renda para participação no Programa.

As empresas podem decidir sobre a localização da moradia, tamanho e tipo – desde que atendam algumas exigências – e também sobre qual grupo de renda irá atender, pois em nenhum momento a habitação deixou de ser considerada como mercadoria. Já ao Estado cabe o papel de agente financiador, organizador da demanda e da aprovação dos empreendimentos propostos pelas empresas e direcionados à CEF. Seguindo essa lógica, o Estado compra as unidades habitacionais (UHs) das empresas que atuam em um mercado com poucos riscos e agora ampliado devido à participação dos grupos de menor renda (KLINTOWITZ, 2016).

O que ocorre é um programa marcado por contradições já que as empresas lidam com a comercialização da habitação enquanto que parte da população, intelectuais, movimentos sociais e alguns grupos políticos estão interessados na possibilidade de ampliação e fortalecimento do direito à moradia.

As avaliações dos resultados do Programa nos anos iniciais apontaram que, para o segmento de 6 a 10 SMs, estavam direcionados vários lançamentos imobiliários cuja característica em relação à infraestrutura e condições de urbanização eram bem diferentes do restante da produção destinadas às camadas de menor renda (0-3 SMs) (ARANTES; FIX, 2009). Segundo alguns autores, para as camadas populares, era uma produção mal localizada no espaço intraurbano, frequentemente segregada e com precárias condições de oferta de serviços urbanos. Além disso, Cardoso, Aragão e Araújo (2011) verificaram uma série de casos em que a quantidade de UHs estava além daquilo que o programa estipulava como máximo para cada empreendimento.

Os problemas de localização e de escala do empreendimento também haviam sido constatados em políticas habitacionais anteriores.

O resultado da combinação desses fatores seria a concentração, em uma mesma localidade, de um contingente populacional homogêneo. A questão da localização permaneceu em função da ocupação dos terrenos mais baratos, ou seja, aqueles que não estavam plenamente integrados ao espaço urbano ou que não possuíam qualquer tipo de uso – além da especulação imobiliária – até ser utilizado no PMCMV (ARANTES; FIX, 2009).

Agravando o problema da localização está a falta de diálogo entre o PMCMV e as instituições, tanto públicas como privadas, responsáveis por fornecer os serviços urbanos à população que não estão preparando, de maneira adequada, estas localidades para receber os novos contingentes populacionais, e assim, além de cristalizar algumas carências destes grupos, também aumentam a pressão sobre os poucos serviços que já existiam nas áreas em que os empreendimentos são implantados (ARANTES; FIX, 2009).

O problema da escala dos empreendimentos foi previsto pelo PMCMV que não permite a elaboração de projetos muito grandes, estabelecendo limites em relação à quantidade de UHs por empreendimento, sendo o máximo de 500 UHs para conjuntos e 250 para condomínios (CARDOSO; ARAGÃO; ARAÚJO, 2011). No entanto, as empresas conseguem evitar tal normativa aprovando projetos contíguos.

O programa, estruturado desta forma, recria as condições de segregação socioespacial que caracterizam nossas cidades, pois, inserido em uma lógica de mercado, permite uma apropriação desigual do espaço. Além disso, com relação às empresas responsáveis pela construção dos empreendimentos, predomina uma lógica de produção racionalizada, com o estabelecimento, para as camadas populares, de padrões mínimos para que assim se extraia a maior lucratividade possível (ARANTES; FIX, 2009).

No caso da RMB, é possível perceber que o PMCMV tem aproximações e distanciamentos em relação às características que outros estudiosos atribuíram ao programa (Mercês, 2012; Mercês et al., 2013). Conforme as constatações de Mercês et al. (2013), pode-se verificar que problemas relacionados à (baixa) qualidade construtiva das

UHS destinadas à população também têm-se verificado na RMB como em outros casos, no entanto, a localização dos empreendimentos em espaços segregados em áreas periféricas não ocorre com a mesma intensidade quando comparada a outras localidades, pois ocorrem casos em que os empreendimentos estão tanto na periferia como na área central ou próximo a esta.

### **PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO RPF II SOBRE A MORADIA E SEGREGAÇÃO**

O local de residência anterior dos moradores do RPFII era caracterizado pela tendência à homogeneização social e pela ineficiência ou ausência de alguns serviços públicos, sendo, portanto, possível concebê-las como espaços segregados, conforme o entendimento de Castells (1983). Contudo, os entrevistados afirmaram uma sensação de integração à cidade na moradia anterior, apesar da precariedade de alguns serviços públicos. Além disso, somente em alguns casos o acesso às centralidades da RMB foi considerado um problema. É válido ressaltar que as áreas da moradia anterior foram descritas como sendo “de baixada”, ou seja, tratava-se de ocupação espontânea em áreas alagadas ou sujeitas a alagamento. As ocupações espontâneas, nas quais a população mais pobre se manifesta como agente produtor de espaço, não raro, se localizam próximas a locais de postos de trabalho. Isso certamente influenciou na percepção de integração à cidade antes referida.

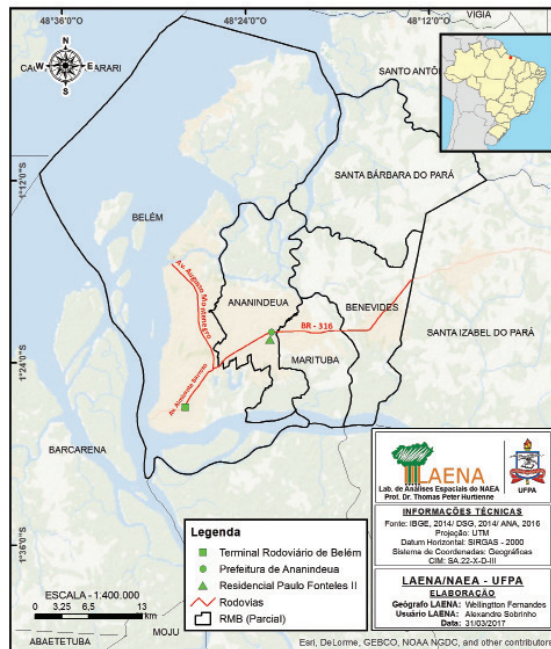
Outra precariedade relacionada à moradia anterior refere-se a sua propriedade. Segundo alguns dos entrevistados, para grande parte dos moradores do RPF II, antes da mudança para o Residencial, o direito à moradia somente se realizava mediante pagamento de aluguel ou por meio da ajuda de amigos ou parentes que permitiam que estes ali residissem com suas famílias.

Foi relatado pelos entrevistados que no local de moradia anterior as ações criminosas eram bastante frequentes e os moradores, para não

serem vítimas de algum tipo de crime, precisavam estar constantemente em estado de atenção. O delito mais comum era o tráfico de drogas ilícitas, cujos pontos de venda estavam nas proximidades. No RPF II, empreendimento construído através do PMCMV, observou-se que a relação com essa questão passou a ter nova conformação.

O RPF II é do tipo condomínio fechado, teve suas obras iniciadas no ano 2009 e foi entregue aos proprietários em 2011. Foi construído pela empresa Atan Engenharia LTDA em um terreno da Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB-PA) e está localizado no município de Ananindeua na Rua Júlia Cordeiro S/N, próximo à BR-316, no Centro do município. Além de comércio e serviços, nas proximidades do RPF II também estão localizadas algumas instituições públicas, como a Prefeitura Municipal de Ananindeua. A Figura 1 traz a localização do RPF II em relação à RMB (parcial) e alguns de seus principais eixos viários.

Figura 1 - RMB (Parcial) e Residencial Paulo Fonteles II.





Com base na leitura da figura 1 e das considerações dos moradores entrevistados, percebe-se que, contrariando um dos maiores problemas do PMCMV para a faixa de menor renda, segundo seus críticos, o RPF II não está localizado em um ambiente de vazio urbano e sem contar com uma infraestrutura mínima. É justamente em função de estar no Centro de Ananindeua e próximo à BR-316, importante eixo viário da RMB, que os seus moradores se consideram integrados à cidade.

A existência do PMCMV e a atenção que este oferece para as camadas de baixa renda são vistas como algo de grande importância para os entrevistados. Estes acreditam que o programa está valorizando a sua condição de cidadão, permitindo-lhes o acesso à moradia não como um favor, mas como um direito:

[...] diz a Constituição que todo cidadão tem direito ao trabalho e moradia, são os direitos básicos, saúde, educação, moradia, segurança e a renda que seria com o trabalho. O governo, de certa forma, atingiu um deles, que foi a moradia, pelo PMCMV, mas faltou a educação, faltou a segurança, faltou o trabalho, que não tem, e a saúde. Temos aqui um condomínio com 224 apartamentos, mas no centro dele não tem nenhum centro de saúde para atender esse povo daqui, não tem (Informação verbal)<sup>3</sup>

Esse relato diz respeito ao problema que é recorrentemente mencionado em estudos sobre o PMCMV. Trata-se do seu descolamento em relação a outras políticas públicas. Mesmo no caso do RPF II, onde os moradores julgam estar integrados à cidade e onde já existia uma infraestrutura, os entrevistados consideram-na insuficientes e entendem que o programa deveria ter levado estas questões em consideração.

Outro problema mencionado pelos moradores está relacionado com algumas características do tipo de moradia adotado na implantação do RPF II, o condomínio fechado. O fato de ser uma área privada gera cobrança de impostos e cabe à administração do condomínio a

<sup>3</sup> Informação fornecida em entrevista pelo morador A a Diogo Luan, em junho de 2014.

responsabilidade pela manutenção deste, argumentando o poder público que não pode adentrar aquele espaço para lhes prestar manutenção, o que é motivo de revolta por parte dos beneficiários. Tal situação representa uma contradição na medida em que, como será visto posteriormente neste trabalho, os moradores do RPF II querem impor um controle privado sobre a circulação naquela área, mas, ainda assim, desejam que o condomínio seja tratado, pelo governo municipal, como espaço público, no qual o Estado deve intervir em favor da população.

Os moradores do RPF II não veem a difusão do condomínio como algo nocivo para a vida urbana. Eles consideram que os condomínios podem, inclusive, proporcionar uma melhor sociabilidade em função das suas normas internas. Em outros tipos de moradia, as pessoas estariam acostumadas a viver unicamente da forma como desejavam, sem atentar em como sua forma de vida iria afetar – principalmente no sentido negativo – os demais. Segundo os entrevistados, a mudança para o condomínio seria uma forma de mudar esse comportamento, possibilitando, assim, uma melhor convivência. Este entendimento é similar ao discurso fundamentador da criação do condomínio, ou seja, a recriação dos laços de solidariedade cidadã que estavam se dissolvendo conforme cresciam e se industrializavam/urbanizavam as cidades (SANTOS JUNIOR, 2009). Entretanto, confirmando a afirmação de Souza (2008), tal objetivo pode não se concretizar. No RPF II, existe resistência, pois nem todos estão dispostos a mudar o seu modo de vida.

Essa situação provocou problemas para alguns dos moradores e, sobretudo, para os administradores do RPF II. Foi mencionada uma série de situações conflitantes envolvendo os moradores. De modo geral, foram relatados casos de desrespeito entre moradores, desrespeito em relação às regras do condomínio e um comportamento que poderia ser considerado como vandalismo na medida em que foi verificada certa depredação das benfeitorias do RPF II.

Para alguns dos entrevistados, a exclusão dos moradores que insistissem em um comportamento desrespeitoso em relação aos

demais, seria uma solução para o problema. Não se trata, entretanto, de uma visão diretamente voltada para a exclusão, pois esta seria uma situação extrema que somente deveria ser tomada em assembleia e posteriormente encaminhada à CEF – que é a instituição responsável pela exclusão de algum beneficiário. A assembleia seria a forma de expor, tanto para as pessoas que promovem um comportamento inadequado quanto para os demais moradores, que não se trata de uma perseguição ou acusação sem fundamentos. Mas, para todos os efeitos, existe um consenso de que o “sonho” (conforme denominação dos entrevistados) de estar mudando de vida por meio daquela moradia é mais importante do que um pequeno grupo de pessoas que promovem a desordem.

Em outro momento, os moradores entrevistados relataram com mais precisão as dificuldades encontradas no que tange ao relacionamento com os demais ocupantes do RPF II e ao cumprimento das normas internas. Sempre são feitas menções à antiga maneira de se morar, pois seria o apego aos velhos costumes o empecilho a uma boa sociabilidade e de como tal comportamento agride o espaço do outro. Percebe-se, então, que o ideal de comunidade levantado pelos entrevistados, muitas vezes, é, de fato, apenas um ideal, e que a concentração de pessoas do mesmo estrato social – pelo menos a maior parte o é – não significa uma boa sociabilidade.

Apesar desses problemas, a experiência de morar em um condomínio fechado resultou também na modificação da preferência dos entrevistados em relação ao tipo ideal de habitação. Todos afirmavam que as atuais condições de moradia eram melhores que a anterior e não pretendem voltar a morar em espaços que não possuam as características de um condomínio. Quando se referem a estas características, no entanto, trata-se, basicamente, do fato de se estar morando em um espaço fechado e com acesso controlado, o que tem a ver principalmente com o problema da criminalidade e da violência.

Sobre a questão da criminalidade, os moradores afirmaram que, atualmente, não existem mais lugares seguros em uma cidade do Brasil,

pois a falta de segurança é um problema que está presente em todos os bairros. Podemos ver aqui um exemplo do discurso midiático ao qual se refere Souza (2008), que diz que o problema é generalizado e que mascara o fato de que tanto a criminalidade, quanto os sentimentos de medo e insegurança possuem uma geografia desigual, ou seja, existem aqueles que se encontram mais vulneráveis que os demais. Pode-se verificar que estas prenoções já se encontram bastante disseminadas, uma vez que tal afirmação é compartilhada por todos os entrevistados.

Contudo, esse discurso de que a violência está generalizada acaba por ser contrariado em outro momento da entrevista, ao se referir ao local anterior de moradia: “Por ser uma área de baixada, vamos dizer assim, tinha o tráfico de drogas que rolava solto, tinha desmanche de carros, essas coisas todas que envolvem uma pequena área de subúrbio” (Informação verbal<sup>4</sup>).

Ainda que os entrevistados considerem que os diferentes locais de uma cidade não apresentam, indistintamente, boas condições de segurança, parecem concordar que a ocorrência da violência é desigual no espaço, pois, de acordo com o trecho da entrevista citado acima, as áreas de baixada e os pequenos espaços suburbanos, seriam os locais mais propensos a alguma prática criminosa.

Quando questionados sobre as possibilidades de proteção que um condomínio fechado pode oferecer contra os problemas da insegurança urbana, os moradores entrevistados, a princípio, demonstraram certa descrença. Afirmaram que o controle sobre a portaria e os muros em torno do condomínio oferecem melhores condições de segurança, mas esta seria ilusória, pois seria insuficiente para fornecer segurança plena para o cidadão.

Ao prosseguir no debate sobre a relação entre segurança e condomínios fechados, os moradores foram questionados sobre o assentamento precário nos arredores do RPF II. Vale notar que o perfil

<sup>4</sup> Informação fornecida em entrevista pelo morador A a Diogo Luan, em junho de 2014.

da área do entorno, nos estudos que realizamos antes, foi a principal justificativa para que os moradores opinassem por aumentar os muros do residencial. Sobre o assunto, alegaram que qualquer pessoa, independentemente da condição social, ficaria com receio de morar nas proximidades de uma área como aquela em que está localizado o RPF II. O receio em relação à vizinhança seria mais a consequência da condição de degradação social observada e da disseminação na sociedade do sentimento de medo, que seria geral. Os temores estariam então relacionados a preconceitos e prenoções que já se encontram enraizados no indivíduo.

O problema não estaria relacionado aos moradores da área invadida, estes, na verdade, também seriam pessoas necessitadas de assistência habitacional. Todavia, devido ao fato de seu local de moradia não possuir uma boa estrutura e não ser uma área regularizada, seria um excelente local para que outros indivíduos praticassem crimes ou se escondessem da justiça, o que produziria medo e receio, inclusive aos próprios moradores da área invadida, pois estes também se sentem ameaçados, conforme depoimento dos entrevistados. Ao final deste relato, os entrevistados, novamente, mencionam o caráter ilusório que os muros e vigias representam em relação à segurança do indivíduo.

Essas opiniões, no entanto, vão sofrer novas alterações no decorrer da entrevista, quando o tema da segurança surgir relacionado a questões referentes ao tipo de vivência e convivência que o condomínio fechado pode oferecer. Manteve-se a ideia de que os problemas da violência urbana eram gerais e que a sensação de segurança oferecida por ambientes fechados era ilusória, contudo, ainda que ilusória, existiria maior oferta de segurança no interior do condomínio.

Esse pequeno aumento percebido na segurança permitiria aos moradores uma maior tranquilidade em relação à sua integridade e de seus bens, sobretudo o imóvel. Isto se deve, principalmente, aos muros e ao controle sobre o acesso, sendo que este último é um fator

de preocupação maior, pois havia relatos de entradas irregulares no condomínio. Observou-se a percepção de que muito do que poderia vir a se tornar o RPF II dependeria do tipo de controle que será exercido sobre o acesso das pessoas a este:

[...] isso. Influencia muito nisso. Porque o livre acesso ali na portaria, [... pode ser] o auge ou a desgraça aqui do condomínio, está entendendo? Porque se controlar ali você pode, não 100%, mas, pelo menos, 70% de estabilidade, agora se tu abrir a portaria, deixar de fato sem nenhum controle, aí vai virar zona aqui, aí pronto (Informação verbal)<sup>5</sup>.

O controle sobre o acesso, no entanto, estaria sendo prejudicado pelo mau exercício da função por parte dos porteiros. A entrada não autorizada de pessoas seria fator responsável por determinados problemas. Ainda que os entrevistados tenham alegado manter boas relações com os moradores do entorno do condomínio, deixaram claro que esta relação tem limites. Cabe ressaltar que, a despeito das várias características que envolvem a moradia condomínio, o controle sobre o acesso seria um fator comum a qualquer tipo de condomínio, sendo indispensável pelas camadas de renda média e alta (CALDERA, 2001).

A solução para o problema da segurança pública não estaria na segregação em espaços fechados. Os entrevistados consideram este um problema de ordem política não necessariamente ligada a uma questão exclusiva da moradia. O poder público seria o principal responsável pelas condições de segurança, não apenas da área do condomínio, mas de toda a cidade, sendo que a oferta de segurança seria desigual, proporcionando melhores condições à população do estrato social superior. Quando indagados sobre os casos de violência recorrentes nas proximidades de vários empreendimentos do PMCMV, faixa de menor renda familiar, afirmam que a responsabilidade é do Estado, que se mostra negligente em relação às necessidades da população afetada.

<sup>5</sup> Informação fornecida em entrevista pelo morador A a Diogo Luan, em junho de 2014.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PMCMV na RMB, assim como em vários outros locais, está se consolidando como o principal mecanismo para as camadas populares terem acesso à habitação, bem como à propriedade. Contudo, pelo menos em sua primeira etapa, tal política resumiu-se, principalmente, ao fornecimento da unidade habitacional e, em geral, não propiciou melhores condições para o desenvolvimento socioeconômico dos beneficiados.

Ainda que a tendência, segundo vários autores, seja a de os empreendimentos destinados à população de baixa renda se localizarem em espaços periféricos e distantes das centralidades das cidades, no caso do RPF II isto não veio a ocorrer e este, além de garantir a integração à cidade, também conseguiu suprir algumas das principais demandas dos beneficiários. Ao se considerar o caso do RPF II, pode-se inferir que a intervenção do PMCMV retirou a população beneficiada de uma condição de segregação socioespacial, contudo, ao fornecer um tipo de moradia caracterizada por acesso restrito e não dar assistência aos beneficiários após a ocupação, estes passaram então a contornar os problemas utilizando aquilo que lhes foi possibilitado, ou seja, os muros, seguranças e controle sobre o acesso ao espaço da moradia.

Verificou-se que a segregação observada em condomínios destinados à população de renda média e alta estaria se reproduzindo no Residencial. A análise sobre um conjunto de práticas segregacionistas revelou que, de fato, vem sendo intensificado o fechamento do RPF II por seus moradores, com um claro intuito de obter proteção e controle sobre a circulação interna naquele ambiente. O fechamento foi justificado pelas lideranças do Residencial em função de problemas que se verificam no espaço urbano, em especial a violência e falta de segurança. Esses discursos, no entanto, são marcados por contradições que põem em dúvida tanto as concepções mais genéricas sobre os problemas da cidade

quanto as possíveis vantagens da moradia em condomínios fechados e ressaltam a responsabilidade do Estado em relação aos problemas das cidades.

Além disso, embora o PMCMV seja entendido como um meio de se obter moradia como um direito e de acordo com a legalidade, é entendido como incompleto, pois não permite aos moradores os meios necessários para arcar com os custos desta legalidade, o que faz com que a legislação seja encarada de forma negativa.

O estudo mostrou que o principal motivador para a adesão dos beneficiários do RPF II ao PMCMV foi a busca por moradia digna. Não se deve desconsiderar, no entanto, o que significou a mudança de residência para a população envolvida. A segregação socioespacial se tornou um objetivo, na medida em que o tipo de moradia adotado possibilita uma forma de morar que está sempre em busca de maior controle e separação do restante da sociedade e que tende a reforçar desigualdades e assimetrias sociais.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, P. E.; FIX, M. **Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação**. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida. [S.l.]: Correio Cidadania, 2009. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/blogcategory/66/171/>>.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo, Editora Estação Liberdade, 1998.

BOLAFFI, G. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In.: MARICATO, E. (org). **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1982.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2011.



CAPEL, H. **Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español**. Revista de Geografía, Barcelona, ene/dic.1974, vol. VIII, n.1/2, p.19-56.

CARDOSO, A. L. (ORG). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. **Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil**. In: CARDOSO, A. L. (ORG). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; ARAÚJO, F. S. **Habitação de Interesse Social: Política ou Mercado? Reflexos sobre a Construção do Espaço Metropolitano**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 14., 2011, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos do XIV Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, Rio de Janeiro, 2011. P. 1-20, 1 CD-ROM.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORREA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1999.

GUIRRIEC, P. **Segregação e Mixité Socioespacial: conceitos e realidades na França**. UFRN, 2008.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

KLINTOWITZ, D. **Por que o Programa Minha Casa Minha Vida só poderia acontecer em um governo petista?** São Paulo: Cadernos Metrôpoles, v. 18, n 35, p. 165-190, 2016.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOJKINE, J. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MERCÊS, S; LUZ, D. L. U.; Mercês, J. A. S.; SANTOS, L. V. **Políticas de habitação popular: integração na cidade e impactos socioeconômicos na percepção dos beneficiários**. Papers do NAEA (UFPA). , v. 323, 2013.

MERCÊS, S. Percursos do direito à cidade: provisão estatal e empresarial de moradia popular na Região Metropolitana de Belém. **Cadernos Metrôpole**. , v.14, 2012.

PEQUENO, R.; FREITAS, C. **Programa Minha Casa Minha Vida em Fortaleza: primeiros resultados**. In: CARDOSO, A. L. (ORG). O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, L. C. Q. **Dos cortiços aos Condomínios Fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

SANTOS JUNIOR, L. L. **Sociabilidade e Identidades Confinadas em Condomínios da Barra da Tijuca**: Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

SOUZA, M. L. **Fobópolis: O Medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TOPALOV, C. **Ganancias y rentas urbanas: elementos teóricos**. Madri: Siglo Veintiuno Editores, 1984

VIEIRA, A. B.; MELAZZO, E. S. **Introdução ao Conceito de Segregação Socioespacial**. São Paulo. UNESP, 2002.

VILLAÇA, F. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DEÁK, C; SCHIFFER, S. R. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 2004. **Provisão de habitação popular e segregação na Região Metropolitana de Belém**

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL,  
SUSTENTABILIDADE URBANA E PRODUÇÃO  
DO ESPAÇO: REASSENTAMENTO URBANO  
NO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO,  
EM ANANINDEUA – PA

---

*Marlon D'Oliveira Castro<sup>1</sup>*

*Simaia do Socorro Sales das Mercês<sup>2</sup>*

**Resumo:** Este trabalho busca analisar as dimensões da sustentabilidade urbana aplicadas à produção do espaço promovida pelo Programa de Aceleração do Crescimento através da sua linha Urbanização de Assentamentos Precários, procurando ampliar a compreensão dessas dimensões, a partir de aspectos como saneamento, lazer, trabalho e ocupação, moradia, segurança e mobilidade urbana. Inicialmente, percorre-se o avanço teórico das discussões nas últimas décadas sobre desenvolvimento sustentável e adaptação qualitativa do conceito para tornar-se, na atualidade, *sustentabilidade urbana* ou simplesmente *sustentabilidade*. A partir de metodologia qualitativa, realiza-se um estudo de caso sobre o Conjunto Jader Barbalho, uma intervenção derivada do Programa, que exprime, a partir da trajetória dos sujeitos reassentados, o distanciamento entre a implementação da política pública e a sustentabilidade urbana nas perspectivas ambiental e social.

---

<sup>1</sup> Geógrafo e Pedagogo, Mestre em Geografia (PPGEO/UFPA). Doutorando pelo PPGDSTU/NAEA/UFPA. Técnico da Universidade Federal do Pará. E-mail: marloncastro@ufpa.br

<sup>2</sup> Arquiteta e Urbanista, Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo (FAU/USP); Professora Associada do NAEA/UFPA. E-mail: simrcs@yahoo.com.br

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Sustentabilidade. Urbanização de Assentamentos Precários. Programa de Aceleração do Crescimento. Ananindeua.

## SUSTAINABLE DEVELOPMENT, URBAN SUSTAINABILITY AND PRODUCTION OF SPACE: URBAN RESETTLEMENT IN THE GROWTH ACCELERATION PLAN IN ANANINDEUA - PA

**Abstract:** This search work to analyze the dimensions of urban sustainability applied to the production of space promoted by the Program for Accelerated Growth through its line of settlements urbanization slums in search of a better understanding of these dimensions, aspects such as sanitation, leisure, work and employment, housing, security and urban mobility. First, the theoretical progress of discussions travels through the past decades in sustainable development and qualitative adaptation of the concept to become, today, urban sustainability or just sustainability. From a qualitative methodology, conducted a case study in Jader Barbalho established a derived intervention program, which is expressed from the path of the refitted object, the gap between the implementation of public policies and prospects urban sustainability environmental and social.

**Keywords:** Development. Sustainability. Slum urbanization Growth Acceleration Program. Ananindeua.

## INTRODUÇÃO

Na dimensão urbana, as leituras sobre sustentabilidade são muitas vezes controversas; quando não, vazias de significado. Ora as cidades são vistas como objetos passíveis de tecnificação e, com isso, passam a ter diminuídos os seus gastos de energia e fluxos; ora são vistas simplesmente

como zonas de reprodução social do capital e suas estruturas, sem nexo direto com a efetivação do bem-estar humano.

O conceito de desenvolvimento sustentável na área urbana viria para compatibilizar essas relações, mas que, da forma colocada nas últimas duas décadas principalmente, consolidou-se diretamente atrelado a uma forma hegemônica de pensar a sociedade e a natureza, ignorando as determinações históricas do processo produtivo capitalista – essencialmente destrutivo –, permanecendo radicado muito mais como uma ideologia que unifica os interesses dos trabalhadores, dos empresários e do Estado em torno da defesa de uma pretensa sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Aplicado à produção do espaço urbano, o conceito de sustentabilidade tem sido aprofundado tanto no viés da cidade como representação *tecnomaterial e eficiência ecoenergética*, quanto no seu entendimento como espaço da *qualidade de vida e locus da legitimação de políticas públicas* (ACSELRAD, 2009). Entretanto, a dimensão humana do conceito comumente tem ficado à margem das análises, que se pautam principalmente em elementos físicos e indicadores socioeconômicos. Em relação às políticas habitacionais, vê-se que o elemento sustentabilidade é muito propalado, inclusive, existindo certificações e projetos de trabalho técnico-sociais que ratificariam, nas intervenções, a garantia de sustentabilidade desde o projeto até o pós-ocupação, o que, entretanto, não dá garantias, por si, da consolidação da conexão entre a intervenção, as necessidades da população atendida e a cidade.

Este trabalho tem como *objetivos*: a) identificar as dimensões da questão ambiental na ótica de importantes autores a partir de estudos que relacionam as temáticas ambiental e urbana, percorrendo a trajetória da noção de desenvolvimento sustentável, desenvolvimento sustentável urbano e sustentabilidade; e b) analisar a presença da noção de sustentabilidade urbana, aqui tendo ampliadas suas dimensões, aglutinando outros elementos, tais como segurança e mobilidade, na

produção do espaço intraurbano através de uma intervenção habitacional de interesse social voltada ao remanejamento de famílias de áreas de vulnerabilidade social e ambiental no município de Ananindeua, Região Metropolitana de Belém (PA). O estudo faz parte dos levantamentos de campo iniciais referentes ao projeto de tese de doutorado do primeiro autor, o qual também está relacionado às temáticas *Sustentabilidade socioambiental urbana e produção do espaço via política habitacional*, ora em desenvolvimento no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará.

O estudo de caso teve como objeto uma ação integrante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Conjunto Jader Barbalho, localizado no município de Ananindeua, no estado do Pará.

Ananindeua é município componente da Região Metropolitana de Belém (RMB), e tem sua origem atrelada ao processo de urbanização da capital paraense ainda no início do século XX, sendo atualmente o segundo município mais populoso da RMB e terceiro da Amazônia brasileira, com 498.095 habitantes (IBGE, 2016). Sua ocupação mais ostensiva ocorreu em dois momentos: no final dos anos de 1970 e início dos anos 1980, com a construção de grandes conjuntos habitacionais pelo estado, como o conjunto Cidade Nova – criado para absorver a demanda da classe média empobrecida de Belém –, que contém aproximadamente 21.000 unidades habitacionais (RODRIGUES, 1988).

Em um segundo momento, a partir dos anos 2000, novos empreendimentos imobiliários – agora com características diferentes dos anteriores, contemplando não apenas a classe média, – vêm causando aumento da população e redefinindo o *design* urbano do município. Paralelamente, neste mesmo período, surgiram grandes ocupações urbanas como o bairro Jaderlândia, onde se localiza o conjunto habitacional objeto deste estudo. Este bairro ocupa uma área de aproximadamente 52 hectares e sua ocupação efetiva teve origem

no início dos anos de 1980, em um processo bastante conflituoso, até a desapropriação em 1983.

Como consequência desse crescimento desordenado, Ananindeua é um município com um dos mais baixos índices de cobertura de serviços de água e esgoto entre as cem maiores cidades do país, ocupando apenas a 96ª colocação (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2013). A insuficiência dos serviços de saneamento básico coloca em risco a salubridade e a qualidade de vida da população, sobretudo o contingente com menor poder aquisitivo, elevando os custos institucionais para outros setores da administração pública, como a saúde pública. Há ainda a elevada demanda destes serviços, que não condizem com a capacidade das redes existentes no município.

No estudo de caso deste trabalho, foi utilizada metodologia qualitativa na perspectiva de analisar as contradições presentes nos processos de remanejamento e de reassentamento, através da análise das representações contidas nas falas de alguns dos sujeitos que vivenciaram esses processos, os quais envolvem não apenas a mudança de habitação, mas, também a de alteração das relações sociais e das relações com a natureza e com o espaço urbano. A pretensão era de que, a partir das falas de um grupo de atores da comunidade reassentada, aparecessem contidas informações e elementos que ratificassem ou não a consideração da *sustentabilidade urbana* no contexto da política de provimento habitacional para reassentamento de comunidades em risco ambiental desenvolvida atualmente.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais com oito chefes de família membros da Associação de Moradores do Conjunto Jader Barbalho, com o objetivo de perceber sua visão sobre as mudanças e permanências nas condições de saneamento, de lazer, de trabalho e de ocupação, de moradia, bem como de segurança e mobilidade.

Justifica-se a escolha desses atores, devido ao fato de serem eles os principais sujeitos da comunidade atuantes na transição entre a ocupação

anterior e a habitação no Conjunto Jader Barbalho, desde os primeiros levantamentos da Prefeitura, como mediadores entre a comunidade e o poder público, possibilitando assim uma análise mais rica e crítica, sobretudo, no que diz respeito ao foco do trabalho, a transição entre dois universos habitacionais, materiais, simbólicos, relacionais e afetivos dentro do espaço intraurbano.

Inicialmente o trabalho discute o desenvolvimento sustentável; posteriormente, é feito o caminho que conduziu à mudança conceitual rumo à sustentabilidade e discutidos os elementos que evidenciam a incorporação da sustentabilidade urbana como referencial para o discurso das cidades sustentáveis; realiza-se uma sucinta caracterização da atuação do PAC em Ananindeua, seguindo-se à caracterização do objeto do estudo de caso, a discussão dos dados obtidos, chegando às considerações finais.

O estudo evidencia as contradições na implementação da política de habitação no processo para reassentamento das famílias, surgimento de outros problemas ligados à inserção na malha urbana, o que denota o distanciamento daquilo que poderia ser chamado de *sustentabilidade urbana* ou num espaço produzido que ratifique a cidade como lugar de legitimação das políticas urbanas (ACSELRAD, 2009), sem incorporar lutas sociais das comunidades envolvidas (LEFF, 2009), ou sem coadunar com o pressuposto da cidade como espaço de interação e ratificação de sua função social (SOUZA, 2009).

## 1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Poucos conceitos foram tão amplamente abordados nas últimas três décadas quanto o de desenvolvimento sustentável. Esta afirmação se fundamenta no leque versátil de possibilidades e articulações possíveis que o conceito congrega, a aproximação com as diversas *epistêmes*, sua difusão às vezes irresponsável e banalizada e a urgência em compreendê-



lo para a tentativa de amenizar as consequências do histórico de desenvolvimento “não” sustentável sobre o planeta, notadamente pela pressão sobre seus recursos naturais causada pelo modo de produção capitalista vigente que nos conduziu ao panorama de crise ambiental.

A incorporação do termo sustentável ao desenvolvimento parece mudar o valor do *desenvolvimento* na acepção anterior, que passa estrategicamente a ter na adjetivação a solução para todas as mazelas nele contidas, conferindo-lhe um *status* de novo paradigma de produção e até civilizatório. Além disso, a alteração semântica permite maior penetração social e maior aceitação de que haveria homogeneidade do discurso sustentável, o que parece um tanto ideológico e problemático.

O conceito de desenvolvimento sustentável ganhou força inicialmente através do documento *Nosso Futuro Comum*, de 1988 elaborado pela Comissão Mundial Sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Organização das Nações Unidas, que ficou conhecido como *Relatório Brundtland*, que lhe conferiu força política e o tornou mais popular, principalmente durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92, realizada no Brasil (ACSELRAD, 2009).

A difusão do conceito o tornou alvo de disputas e fez com que rapidamente ganhasse corpo em práticas e discursos legitimados pelo fato de conseguir evocar consenso e constituir argumento político e social de governos, organizações (desde as humanitárias às econômicas), partidos políticos e empresas. A partir de então, qualquer prática ou plano dignos de respeitabilidade social, fundamentalmente devem trazer em seu escopo elementos que difundam valores ambientalmente positivos pautados no conceito de desenvolvimento sustentável (ACSELRAD, 2004).

A definição de desenvolvimento sustentável presente no *Relatório Brundtland* diz ser ele “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas

próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992, p. 46). Apesar de não ser uma novidade – o enunciado já era discutido pelo menos há vinte anos, ou precisamente desde a *Conferência de Estocolmo*, em 1972 – a própria generalização e a imprecisão nele contidas favoreceram sua difusão com inúmeras conotações diferentes.

A noção de desenvolvimento sustentável surgiu em um momento em que o sistema produtivo necessitou ajustar-se a um novo cenário econômico e social mundial, marcado pelas pressões ligadas à crise ambiental. A esta altura, por meio das grandes convenções que estabeleceram marcos políticos do desenvolvimento sustentável, surge o consenso de que qualquer pensamento sobre o desenvolvimento urbano teria que ter como garantia a sustentabilidade.

Importantes autores colaboraram para a definição dos limites epistemológicos do conceito nestas décadas. Sachs (1993) o via de modo otimista como uma forma de desenvolvimento “mais sensível” ao meio ambiente, contrapondo-se ao desenvolvimento tradicional que não possui esta preocupação. Para Sachs, o desenvolvimento sustentável ou, em seu termo, ecodesenvolvimento seriam capazes de conciliar o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental em cinco dimensões: social, econômica, ecológica, espacial, cultural, territorial, política nacional e política internacional (SACHS, 1993, p. 30).

Posteriormente Sachs (2002, p. 85-89) amplia este quadro, elencando oito dimensões da sustentabilidade que devem ser levadas em conta, descritas no Quadro 1.

**Quadro 1: Dimensões da sustentabilidade.**

DIMENSÃO	DESCRIPTOR
SOCIAL	Refere-se ao alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, com distribuição de renda justa, emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
CULTURAL	Referente a mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação), capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos estrangeiros) e autoconfiança, combinada com abertura para o mundo.
ECOLÓGICA	Relacionada à preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e à limitação do uso dos recursos não renováveis.
AMBIENTAL	Trata-se de respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
TERRITORIAL	Refere-se a configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público), melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.
ECONÔMICA	Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, com segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional.
POLÍTICA (NACIONAL)	Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores e um nível razoável de coesão social.

<p>POLÍTICA (INTERNACIONAL)</p>	<p>Baseada na eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, Pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio da igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco), controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução<sup>1</sup> na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica (e cultural), gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade, sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter <i>commodity</i> da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.</p>
-------------------------------------	--

Fonte: Elaboração própria com base em Sachs (2002)

As dimensões de Sachs avançam teoricamente incorporando novos elementos até então deixados de lado pelo desenvolvimento, conforme entendido antes. Dessa maneira, os problemas materiais e imateriais da sociedade são levados em conta, não apenas a gestão dos recursos naturais – que também é essencial – buscando interferir não apenas no aspecto ambiental, mas no modelo civilizatório atual.

<sup>3</sup> O princípio da precaução foi formulado pelos gregos e significa ter cuidado e estar ciente. Precaução relaciona-se com a associação respeitosa e funcional do homem com a natureza. Trata das ações antecipatórias para proteger a saúde das pessoas e dos ecossistemas. Precaução é um dos princípios que guia as atividades humanas e incorpora parte de outros conceitos como justiça, equidade, respeito, senso comum e prevenção. Na Declaração do Rio/92 sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi proposto na Conferência no Rio de Janeiro, em junho de 1992, que o Princípio da Precaução é definido como “a garantia contra os riscos potenciais que, de acordo com o estado atual do conhecimento, não podem ser ainda identificados”. Especificamente no Princípio 15: Para que o ambiente seja protegido, serão aplicadas pelos Estados, de acordo com as suas capacidades, medidas preventivas. Onde existam ameaças de riscos sérios ou irreversíveis, não será utilizada a falta de certeza científica total como razão para o adiamento de medidas eficazes, em termos de custo, para evitar a degradação ambiental.” (BRASIL, MMA, 2016).

Mészáros (2001) diz que o próprio desenvolvimento na lógica capitalista é insustentável, sendo, portanto, impossível pressupor desenvolvimento sustentável sem superar a desigualdade substantiva, o modo de produção hegemônico e as dificuldades estruturais nele existentes. Para haver desenvolvimento sustentável, faz-se necessário:

[...] estarmos realmente no controle dos processos culturais, econômicos e sociais vitais, através dos quais os seres humanos não só sobrevivem, mas também podem encontrar satisfação, de acordo com os objetivos que colocam para si mesmos, em vez de estarem à mercê de imprevisíveis forças naturais e quase-naturais determinações socioeconômicas. (MÉSZAROS, 2001, p. 8).

O desafio do desenvolvimento sustentável é o de superar o enclausuramento do debate ambiental à sua dimensão econômica e ecológica que o negam como parte da questão social, como parte da mudança para outra lógica que não objetive apenas a acumulação, mas uma sociabilidade que prime pela emancipação em vez do conformismo, que vise ao entendimento do homem como parte da natureza, não apenas como sujeito que a opera em seu benefício, produzindo excedente.

O conceito de desenvolvimento sustentável, nesta perspectiva, surge com características políticas e normativas, destacando preocupações com os problemas ambientais globais, com a interdependência ecológica global, com a justiça social (nacional e global), com a interligação entre questões de sustentabilidade e justiça, bem como com os países pobres e com a exigência de uma mudança econômica estrutural (crescimento econômico submetido ao desenvolvimento sustentável e com ênfase no papel dos governos).

Apesar das aparentes imprecisões conceituais, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20, realizada no Brasil em 2012, ressignificou o conceito de desenvolvimento sustentável, incorporando preocupações de natureza social à definição original:

desenvolvimento sustentável enfatiza uma abordagem holística, equitativa e clarividente à tomada de decisões em todos os níveis. Não enfatiza apenas a forte performance econômica, mas equidade intrageracional e intergeracional. Apoiar-se na integração e na ponderação balanceada dos ganhos sociais, econômicos e ambientais, objetivando apoiar a tomada de decisões, tanto pública quanto privada (UNCSD, 2012, s.p.).

Na atualidade, estando diretamente ligado a uma forma hegemônica de pensar a sociedade e a natureza, o desenvolvimento sustentável ignora as determinações históricas do processo produtivo capitalista e encontra-se radicado muito mais como uma ideologia que unifica os interesses dos trabalhadores, dos empresários e do Estado em torno da defesa de uma pretensa sustentabilidade ambiental, social e econômica, na qual residiria o apelo à preservação, ao enfrentamento da desigualdade social e ao comprometimento individual e coletivo da sociedade com a natureza, mas que, de certa maneira, também eufemiza as contradições e os conflitos socialmente estabelecidos.

Buscando conjugar esforços técnicos e intenções sociais, pode-se definir o desenvolvimento sustentável como sendo aquele que teria a pretensa capacidade de reorientar a dinâmica de uso dos recursos naturais, possibilitando maior equilíbrio na velocidade de utilização e de recomposição dos ecossistemas e, principalmente contenção das consequências sociais deste desequilíbrio, ou seja, respeitando a natureza, a igualdade social.

Tal como exposto, inúmeros autores e abordagens em ciências humanas têm se debruçado sobre o tema na perspectiva de torná-lo prático, sem cair no reducionismo técnico, tornando-o palpável, buscando ampliá-lo para dimensões não apenas físicas, mas humanas, sem esconder que o esforço para reconhecer que a tese da sustentabilidade transcende a questão ambiental, mas que é subestimada propositalmente pelo capital. Cada vez mais pesquisas sobre minorias, trabalho, cultura, urbanização e diversidade têm buscado solidificação do conceito, para torná-lo mais

objetivo, causando distanciamento do aspecto mercadológico contido na racionalidade econômica, procurando ampliar suas bases, sendo chamado agora apenas de *sustentabilidade*.

## 2 AS CIDADES E A SUSTENTABILIDADE

A partir do contexto descrito no item anterior, torna-se difícil pensar sustentabilidade sem considerar as cidades como disseminadoras de uma nova forma de pensar e propagar o desenvolvimento e o urbano como fenômeno que necessita ser estudado a partir desta lógica, porque é no espaço produzido pela interação e pelas relações, que, pelo menos teoricamente, deveria estar contida a materialização desta nova forma de pensar.

Entre outras definições, as cidades podem ser compreendidas como *locus* de construção social, que se afirmam como espaço de trocas e do encontro, a partir de relações sociais que são impressas em um determinado tempo e espaço, isto é, *obras*, locais de criação e de relacionamento, onde se estabelecem as centralidades, como frisam Lefebvre (2001), Santos (1995) e Gottdiener (2010). Entre as relações mais frequentes estão: as econômicas, culturais, sociais e humanas, que dão características específicas a esse ambiente construído.

Segundo Souza (2010), a cidade pode ser compreendida como espaço de interação e que necessariamente precisa estar pautada em uma função social,

um local de aglomeração humana onde as pessoas desempenham atividades das mais diversas, agindo e interagindo entre si, buscando, na medida do possível, uma melhoria em suas qualidades de vida, pressupondo estas, necessariamente, estudos técnicos voltados a tornar eficaz a função social da cidade, procurando compatibilizar os problemas apresentados pela urbe e os anseios de seus habitantes (SOUZA, 2010, p. 59).

O autor advoga por dois dos vários pontos cruciais na questão das contradições da cidade: melhoria da qualidade de vida e função social. Vista sob este prisma, a cidade teria necessariamente de ser entendida como lugar de viabilidade da vida, de materialização do bem-estar e consequentemente de exercício da cidadania.

Entretanto, analisar as contradições espaciais da cidade e do urbano apenas ganha concretude se estas estiverem relacionadas ao entendimento do modo de produção vigente e do nível de comprometimento das cidades na reprodução social de um modelo econômico, social e político considerado insustentável. Por este ângulo, a conformação do *design* espacial urbano, descrito por Lefebvbre (2001) como produto das relações sociais concretas e suas contradições, ganha especial sentido, principalmente a partir da emergência do regime de acumulação flexível, em que a sustentabilidade é tida como especial característica de novo modo de regulação urbana. (SOJA, 1998; ACSELRAD 2009; GOTTDIENER, 2010).

Nesse contexto, as cidades (e o urbano) são elos entre a economia local e os fluxos globais, sendo vistas como objeto de pressões competitivas, isto é, lugares onde confluência de características desejáveis à reprodução do capital em uma perspectiva neoliberal esteja cada vez mais especializada, desenvolvida. De tal sorte, são vistas como máquinas de crescimento (LOGAN; MOLOTCH, 1987), principais *locus* da reprodução do modo capitalista de produzir e viver.

Para Logan e Molotch, a cidade, além de um espaço da acumulação do capital, é também um espaço para se viver, o que cria outra dimensão de conflitos sociais, também relacionada com aqueles entre capital/trabalho, mas mais intensamente ligada ao cruzamento dos interesses pelo valor de troca (o espaço como mercadoria capitalista) e o valor de uso (o espaço como lugar de se viver, como um bem consumido). Os autores baseiam sua abordagem na constatação de que o ativismo humano é intenso nas cidades norte-americanas em torno de questões



relativas à preservação de elementos ligados à qualidade de vida e dos espaços para seu uso. Assim, cria-se um conflito entre aqueles que vêem o espaço como uma mercadoria lucrativa (os proprietários), e os que o veem como um suporte para uma vida de qualidade e de relações sociais humanizadas e mais solidárias.

Do conflito entre viver e crescer suscitou-se que as cidades precisavam se tornar “cidades sustentáveis” em função da reestruturação pela qual o sistema econômico mundial passou nas últimas décadas. No modelo de desenvolvimento urbano sustentável, as questões ambientais foram incorporadas e podem até ser discutidas, desde que não comprometam o *desenvolvimento* urbano.

Ter sua imagem associada a um meio ambiente “saudável”, “sustentável”, ecologicamente correto é um critério a favor na competição com outras regiões também dependentes da entrada de capitais externos, o que determina a utilização da retórica ambientalista, em especial, do discurso do desenvolvimento sustentável como estratégia para obtenção de legitimidade.

Prado (2015) diz que o desenvolvimento urbano sustentável não só é uma contradição de termos pelos conflitos inerentes à tentativa de fazer convergir os olhares do campo das análises e planejamento urbano com aqueles oriundos das disciplinas ambientais, mas principalmente, pelas contradições que a própria ideia de “sustentabilidade” contém e que são evidenciadas no território urbano. *A aplicação da ideia de desenvolvimento sustentável aos discursos e práticas ligados ao fenômeno urbano, na forma de desenvolvimento urbano sustentável, ampliou as limitações e contradições que o termo original trazia.* (PRADO, 2015, p.92).

Autores como Sachs (2002) e Leff (2009) apontam que a diferença entre o discurso do desenvolvimento sustentável e *sustentabilidade* reside na racionalidade intrínseca que ambos possuem. O desenvolvimento sustentável está impregnado da racionalidade econômica que o propugna como catalisador do consenso, comprometido desta maneira com a

ideologia própria do período de acumulação flexível atual que, de certa maneira, deforma a causa ambiental em benefício do poder de mercado.

Nas palavras de Leff (2009), a sustentabilidade é orientada por uma racionalidade ambiental que faz o ajuste entre o processo atual de reprodução do capital às condições de regeneração dos recursos naturais e de equilíbrio ecológico, levando em conta elementos como lutas sociais de comunidades pela autogestão produtiva. Para Leff, a sustentabilidade ambiental está diretamente relacionada à satisfação das necessidades básicas das populações e essas se associam aos padrões de uso dos recursos naturais, com seus processos de produção e consumo. Assim, a satisfação das necessidades básicas depende de uma estratégia de desenvolvimento sustentável capaz de promover atividades produtivas que permitam um aproveitamento ecologicamente racional dos recursos naturais, reduzindo os custos ecológicos.

Muitos autores têm afirmado que em tempos de globalização tem-se desenvolvido um urbanismo pragmático ou de resultados, na busca de cidades sustentáveis que, edificadas levando em consideração princípios norteadores ou referenciais de sustentabilidade, teriam condições, com base em formas objetivas, de amenizar as consequências da crise ambiental global (ARANTES, 2000; ACSELRAD, 2009).

A transposição da noção de sustentabilidade não se dá de forma confortável para o urbano. Assenta-se principalmente na crítica sobre os rumos do urbanismo em tempos de acumulação flexível, estando condicionada à lógica das práticas espaciais resultantes do modelo desigual de cidades baseado na diferenciação dos espaços intraurbanos e desigualdade social. Características como habitação precária em áreas inundáveis e de risco, em áreas de alta vulnerabilidade ambiental e também social, problemas de mobilidade e infraestrutura urbana, insegurança e violência, precariedade no acesso à água potável, diminuição da quantidade e qualidade de espaços públicos, etc., reforçam a compreensão de que a existência desta materialidade se dá conjugada à existência de outros

espaços totalmente dotados de infraestrutura, atendendo a uma menor parcela privilegiada da sociedade (ACSELRAD, 2009).

No entanto, percebe-se claramente que a discussão não está posta sobre a origem dos problemas – a desigualdade social – mas sobre suas consequências mais visíveis. O contexto de globalização econômica tem aprofundado problemas historicamente presentes nas cidades que concentram acentuada desigualdade social, sobretudo, nos países considerados “em desenvolvimento”, como o Brasil e demais latino-americanos, que possuem cidades com uma gama de problemas que não são apenas ambientais, mas fundamentalmente sociais.

Dessa maneira, a noção de sustentabilidade encontra-se submetida à racionalidade de produção do espaço de forma pragmática, flexível e baseada na desigualdade, tal como ocorreu com o conceito de desenvolvimento sustentável. Sua aplicabilidade está condicionada não apenas à questão semântica, mas pelo pragmatismo que possa torná-la evidente como elemento agregador de valor social e de respeitabilidade teórica. O conceito ou os conceitos de sustentabilidade estão postos ora de forma discursiva, ora de forma pragmática. Sustentabilidade tornou-se *slogan* de partidos políticos, de empresas, de supermercados, de indústrias de veículos, etc., na tentativa de criar um ambiente de familiaridade entre sujeitos e a noção, que serviria muito mais ao *marketing* e ao sucesso empresarial do que propriamente à redução de impactos ambientalmente negativos e mudanças na produção.

A sustentabilidade urbana *prática* é, assim, o esforço para tornar a cidade atraente para o capital, tornando-a mais funcional, conservando matéria, informação e energia, fazendo com que a acumulação urbana flua. A sustentabilidade urbana *retórica* ou *discursiva*, por outro lado, propõe um meio de neutralizar a crítica ambientalista pela introdução da variável ambiental nas políticas públicas e no planejamento, necessária a possibilitar legitimidade aos planejadores e, em última análise, contribuir para tornar a cidade mais competitiva (ACSELRAD, 2009).

A matriz da *eficiência* pretende combater o desperdício da base material do desenvolvimento, estendendo a racionalidade econômica ao *espaço não mercantil planetário*; da *escala*, que advoga um limite quantitativo ao crescimento econômico e à pressão que ele exerce sobre os recursos; da *equidade*, que articula analiticamente princípios de justiça e ecologia; da *autossuficiência*, que incentiva a desvinculação de economias nacionais e sociedades tradicionais dos fluxos do mercado mundial como estratégia apropriada a assegurar a capacidade de autorregulação comunitária das condições de reprodução da base material do desenvolvimento; da *ética*, que inscreve a apropriação social do mundo material em um debate sobre os valores de *Bem* e de *Mal*, evidenciando as interações da base material do desenvolvimento com as condições de continuidade da vida no planeta (ACSELRAD, 1999, p.79).

Para Acselrad, há três representações distintas de cidade, às quais responderão também ao aspecto da valoração da sustentabilidade urbana: a *Representação tecnomaterial das cidades*; *Cidade como espaço de qualidade de vida*; e, *Cidade como espaço de legitimação das políticas públicas urbanas*.

Na *Representação tecno-material das cidades*, há uma tentativa de articulação entre a base produtiva e modelos de ecoeficiência energética ou “metabolismo urbano”. Nas duas situações, a cidade é vista a partir do controle de seus estoques e fluxos, principalmente de energia. Na tentativa de reduzir os impactos entrópicos, isto é, de dentro do próprio sistema, causados pelas práticas urbanas, a alternativa proposta é adoção de tecnologias limpas, isto é, que economizem espaço, matéria e energia, visando adaptar a produção e a vida urbanas através da densificação técnica e humana, sendo, portanto, um arranjo dentro da racionalidade econômica.

A sustentabilidade, nesse caso, resultaria da redistribuição da pressão técnica de populações e recursos sobre a base de recursos ambientais urbanos, pois haveria a “hipótese do limite da capacidade urbana”. No discurso, é dada ênfase a estratégias argumentativas

de ordem global, ganhando força como introdução de tecnologias urbanas poupadoras de recursos, reciclagem, redistribuição espacial de populações e atividades, redução do consumo per capita, entre outros. A busca por ecoeficiência seria causada por razões do próprio “urbano” e não por razões de ordem planetária, assim a ecoeficiência é legitimada como eixo das estratégias de ação e o mercado seu melhor instrumento (ACSELRAD, 1999).

*A Cidade como espaço de qualidade de vida* seria uma reposta do urbano ao modelo de desenvolvimento das cidades, principalmente ao consumo. A artificialidade do urbano crescentemente impregnaria os habitantes das cidades com substâncias nocivas e tóxicas, como imposição do modelo de reprodução para os centros urbanos. As emissões líquidas e gasosas resultantes das tecnologias urbanas são entendidas como imposição de consumo forçado de produtos que, pela sua artificialidade, comprometeriam a qualidade de vida na cidade.

Para Acselrad, a noção de sustentabilidade urbana pode também articular as estratégias argumentativas da *eficiência ecoenergética*, da autossuficiência e da *qualidade de vida* na consideração da forma urbana como “fator determinante da sustentabilidade”. A noção de “cidade compacta” reuniria os atributos de *alta densidade e uso misto, tendendo a apresentar superior eficiência energética por reduzir as distâncias dos trajetos, maximizar a oferta de transporte público e prover qualidade de vida superior aos residentes*. No caso da sustentabilidade do desenvolvimento em geral, o argumento da autossuficiência remete a uma crítica do livre mercado e da globalização; no caso da autossuficiência urbana, trata-se de, em nome do combate ao efeito estufa e aos processos entrópicos, orientar-se para maior autonomia energética e econômica das localidades.

*A Cidade como espaço de legitimação das políticas públicas urbanas* compreende que, sendo a materialidade das cidades politicamente construída, as modalidades de sua reprodução são vistas por Acselrad como dependentes das condições que legitimam seus pressupostos

políticos. A ideia de sustentabilidade é, nesta representação, aplicada às condições de reprodução da legitimidade das políticas urbanas. Fala-se da viabilidade política do crescimento urbano, ou seja, das condições de construção política da base material das cidades.

A insustentabilidade exprimiria, assim, a incapacidade das políticas urbanas adaptarem a oferta de serviços urbanos à quantidade e qualidade das demandas sociais, provocando um *desequilíbrio entre necessidades quotidianas da população e os meios de as satisfazer, entre a demanda por serviços urbanos e os investimentos em redes e infraestrutura*. A insustentabilidade estaria, portanto, designando um processo de instabilização das bases de legitimidade dos responsáveis pelas políticas urbanas, aos quais se podem reprovar, por um lado, a incapacidade de imprimir eficiência na administração dos recursos públicos ou, por outro, a indisposição para democratizar o acesso aos serviços urbanos (ACSELRAD, 2009).

Para Acselrad, a erosão da legitimidade das políticas urbanas pode fundar-se, assim, na insuficiente adesão à racionalidade econômica, causa suposta do desperdício da base de recursos ou, alternativamente, na ausência de priorização de mecanismos distributivos do acesso a tais serviços.

Essas representações de cidade são importantes formas de interpretação da organização espacial, levando em consideração a sustentabilidade como elemento de coesão do desenvolvimento urbano. Acselrad acredita na sustentabilidade urbana como elemento indispensável para a duração das cidades, apesar de compreender que em face das contradições presentes no urbano, sua incorporação como matriz do desenvolvimento ainda é problemática, servindo muito mais como marco regulador da flexibilidade das relações capitalistas do que propriamente como elo de transformação socioespacial.

O estudo de caso posteriormente evidenciado, busca perceber as mudanças ocorridas em uma intervenção habitacional do PAC que

recebeu famílias remanejadas de áreas de risco ambiental e social, que, apesar de trazer em seu bojo a expectativa de melhoria da qualidade de vida da população atendida, sobretudo, na questão ambiental, materializa problemas da mesma ordem neste trajeto.

### 3 O PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO EM ANANINDEUA

O PAC, lançado em 28 de janeiro de 2007, é um programa do governo federal brasileiro que engloba um conjunto de políticas econômicas anticíclicas e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil, sendo uma de suas prioridades o investimento em infraestrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros (AVELAR, 2013).

As medidas que compõem o Plano foram divididas em cinco blocos: investimentos em infraestrutura; estímulo ao crédito e ao financiamento; melhoria do ambiente de investimento; desoneração e aperfeiçoamento do Sistema Tributário Nacional e; ajustes fiscais em longo prazo. Os investimentos no bloco de infraestrutura abrangem três áreas: *energética*: com os setores de petróleo, combustíveis renováveis, gás natural e energia elétrica; *social e urbana*: com os setores de habitação, saneamento, transporte urbano, recursos hídricos e o programa Luz para Todos; e *Logística*: com os setores rodoviário, ferroviário, portuário, hidroviário e aeroportuário (SILVA, 2012).

O PAC possui grande relevância no contexto da chamada Nova Política Habitacional brasileira implementada a partir de meados dos anos 2000, pois seus projetos habitacionais também se caracterizaram pela atenção à faixa de até três salários mínimos e, pelo fato de ter incorporado projetos do FNHIS, contratados ou em execução, quando de seu advento, exatamente como o conjunto habitacional *locus* deste estudo.

A seleção de ações para a geração do PAC nos municípios apresentou um recorte populacional que abrangia áreas metropolitanas

e municípios com população maior que 150 mil habitantes, restringindo, assim, o acesso aos recursos a algumas poucas cidades paraenses, entre elas, Ananindeua.

As demandas por habitação atendidas pelo PAC em Ananindeua foram principalmente as mais antigas, associadas aos graves problemas de saneamento do município e caminharam a passos lentos, não apenas no tocante aos projetos habitacionais, mas principalmente por problemas estruturais em relação à gestão, no que se refere ao repasse de recursos, cumprimento de prazos estipulados e demora na licitação de serviços, entre outros. Entretanto, as expectativas de atenção às comunidades são grandes, principalmente se dimensionarmos os elevados índices de carência do município, em relação ao saneamento básico e infraestrutura urbana.

Silva (2012, p. 84) diz que, no caso de Ananindeua, na primeira etapa do Programa o valor orçado chegou a R\$ 74.293,2 milhões para saneamento integrado e visou beneficiar 5.755 famílias das áreas dos bairros Jaderlândia e Maguariaçu. A Tabela 1 lista as principais intervenções do PAC em Ananindeua:

Tabela 1 – Comunidades com Projetos para PAC em Ananindeua.

COMUNIDADE	Tamanho da área (hectares)
Sanear Toras	104,23
Jaderlândia I	5,82
Nova Esperança	3,44
Icuí-Guajará e 28 de Agosto	25,70
Maguariaçu	122,40
Helderlândia	42,11
Quinta das Carmitas	39,30
Elo Perdido	24,25
Elo Perdido II	41,25
Heliolândia Rural	156,27
Saré	59,43

Fonte: José Oeiras (2010)



Em Ananindeua, o PAC incorporou ações da gestão municipal que estavam contidas no PPA (Plano Plurianual da PMA – 2006 a 2009), entre estes, o SANEAR Ananindeua, que foi elaborado pela Prefeitura Municipal e apresentado em 2006 para captação de recursos da Cooperação de Bancos dos Países Andinos. Buscava a aplicação de recursos em infraestrutura urbana, especialmente no que tange ao saneamento ambiental.

As obras desenvolvidas com recursos do PAC em Ananindeua são predominantemente voltadas para o setor de infraestrutura urbana, nas modalidades PAC – Urbanização de Assentamentos Precários e PAC – Saneamento Integrado, obras que integram ações de saneamento, habitação, urbanização, bem como regularização fundiária das áreas de intervenção e objetivam a promoção de soluções voltadas à melhoria das condições de habitabilidade e salubridade ambiental em áreas já ocupadas (AVELAR, 2013).

O Conjunto Jader Barbalho, objeto do estudo de caso deste trabalho, foi implantado em uma área particular chamada Área da Garoto, desapropriada pela Prefeitura Municipal no bairro do Jaderlândia, gravada no Plano Diretor Municipal como Zona Especial de Interesse Social, e estava inserido entre os projetos do Programa SANEAR Ananindeua que foram encaminhados ao Ministério das Cidades, passando a compor o PAC, como expôs Mercês *et al.* (2011):

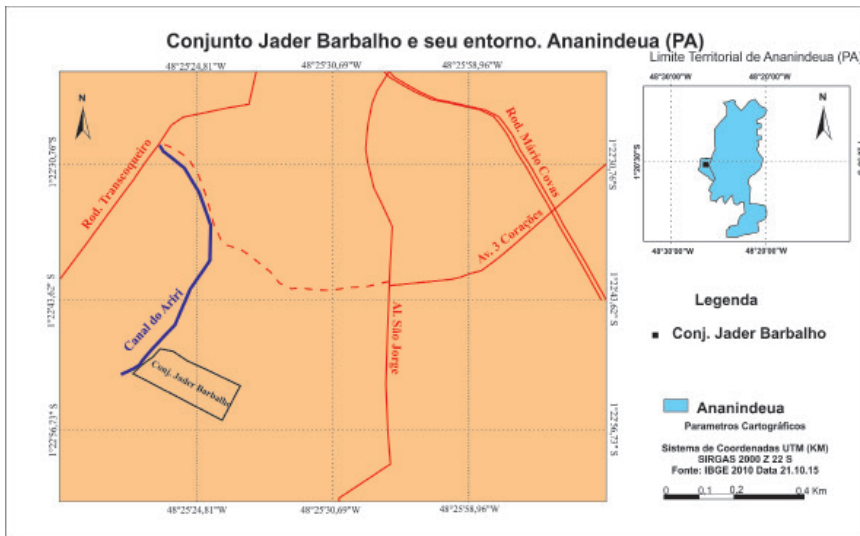
A definição das áreas de intervenção em habitação através do PAC não foi baseada em instrumentos do PDA, mas as mesmas mantêm uma relação com estes no que se refere às Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, uma vez que parte das áreas de intervenção em urbanização e regularização fundiária são definidas como ZEIS. São elas: a) Comunidade Jardim Jader Barbalho, e b) áreas do Igarapé das Toras e Jaderlândia/Maguari-Açu (MERCÊS, 2010, p. 30).

As ações no setor habitacional estão ligadas a outras obras do PAC no bairro: a ampliação da Avenida Três Corações até a Rodovia

Transcoqueiro, que interligará o bairro do Jaderlândia à Cidade Nova e a macrodrenagem do Canal do Ariri com o remanejamento da população das áreas atingidas pelas enchentes do canal, principalmente das ocupações do “Xapuri”, no bairro Una e “Francisquinho”, no Jaderlândia. O remanejamento das famílias foi realizado, porém, as demais obras encontram-se paralisadas.

O Mapa 1, a seguir, localiza o Conjunto Jader Barbalho, o prolongamento (inconcluso) da Avenida Três Corações e o Canal do Ariri.

Mapa 1 – Conjunto Jader Barbalho, bairro do Jaderlândia, Ananindeua (PA).



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

O Conjunto foi construído a partir da parceria entre governo federal e a Prefeitura Municipal de Ananindeua. A obra iniciou em janeiro de 2009 e foi concluída em fevereiro de 2012. Ele é composto de 330 apartamentos distribuídos em 94 blocos, sendo 12 projetados para portadores de necessidades especiais. Cada apartamento possui sala,

dois quartos, cozinha, banheiro e área de serviço, perfazendo 32 m<sup>2</sup>. No Conjunto, foram reassentadas famílias oriundas de uma área muito próxima ao Canal, limítrofe entre os municípios de Belém e Ananindeua, área alagadiça e de extrema precariedade, *insustentável* se vista por quaisquer perspectivas teóricas referidas neste trabalho.

As imagens 1 e 2, a seguir, mostram o Conjunto Jader Barbalho e seu entorno, evidenciando o Canal do Ariri, às proximidades da intervenção. O Conjunto foi construído em um terreno próximo ao mesmo Canal do Ariri, constando entre as ações do PAC o projeto de sua macrodrenagem, ainda não realizada.

Imagem 1 – Conjunto Jader Barbalho



Imagem 2 – Canal do Ariri e o Conjunto ao fundo



Fonte: Castro (2015).

#### 4 PERCORRENDO MEANDROS E OUTRAS CONVERSAS

A análise da intervenção denominada Conjunto Jader Barbalho leva em consideração alguns pontos fundamentais para a tentativa de inserir novos componentes sociais às tradicionais dimensões da sustentabilidade discutidas neste artigo. Em Lefebvre (2001), a compreensão da cidade como *obra* humana e espaço de relacionamento e reprodução social; em Sachs (2002), é retomada a análise da sustentabilidade nas dimensões *social* e *territorial*; em Acelrad (1999; 2009), a sustentabilidade

representaria, em última análise, a capacidade de legitimação das políticas urbanas; em Souza (2009), a compreensão da cidade como espaço da interação, ratificando sua função social que vise à compatibilização entre problemas nela surgidos e anseios de seus habitantes; em Leff (2009), a *sustentabilidade* faz parte de uma racionalidade ambiental em contraposição à racionalidade econômica que incorpora as lutas sociais das comunidades.

Sobre as *condições de saneamento*, as respostas seguem basicamente por dois caminhos: o primeiro, relacionado à intervenção; o segundo, referente ao seu entorno.

Quanto à intervenção, são recorrentes informações sobre problemas estruturais com esgotamento sanitário, drenagem e abastecimento de água. Metade dos entrevistados diz que houve piora quanto à coleta de lixo. Como evidencia E5:

Quando a gente morava lá no Xapuri (*ocupação*), o carro de lixo passava três vezes na semana (segunda, quarta e sexta) e aqui não tem nem horário, nem dia certo. Às vezes *fica* três, quatro, até cinco dias sem passar e é ruim porque junta tudo no chão mesmo e fica um mau cheiro insuportável... (Grifo nosso).

E3, por sua vez, diz que o problema do lixo seria amenizado se houvesse um local específico para depósito dos resíduos, o que não há na intervenção, fazendo com que o armazenamento seja ao ar livre e próximo às passarelas para pedestres:

Se a gente for ver, seria melhor ter um lugar pra guardar o lixo enquanto o carro não vem apanhar, mas *não pensaram* nisso. O pessoal coloca no chão mesmo e vai acumulando até o carro passar... Como sempre atrasa, já viu, não é? (Grifo nosso).

Quanto ao entorno, há o entendimento da maioria absoluta dos entrevistados de que a saída da ocupação melhorou as condições de esgotamento sanitário, embora haja muitos problemas no Conjunto, principalmente relacionados ainda ao Canal do Ariri, que se localiza a

norooeste dos blocos. Nas falas de mais da metade dos sujeitos, é nítida a preocupação com o Canal, principalmente no “inverno” ou nas chuvas mais intensas, quando transborda devido a ainda não ter sido dragado – fato que nas falas é sempre lembrado como uma etapa ainda não realizada do projeto de ampliação da Avenida Três Corações.

No inverno é difícil porque ainda tem esse problema do Canal... Eu não sei quando eles (*da prefeitura, responsável pela obra*) vão resolver esse problema. A rua parou (*obras de prolongamento da Av. Três Corações*) e no Canal também... Quando fizerem tudo, acho que vai ficar melhor. (Grifos nossos).

Uma pequena parte dos entrevistados consegue fazer uma correlação que é essencial para o trabalho: a incapacidade de o remanejamento resolver os problemas oriundos do contexto de alagamentos relacionados ao entorno e ao Canal. Como relatou E7:

Vimos pra cá, mas ainda precisa melhorar muita coisa. Na época do inverno as coisas pioram porque o Canal enche e ainda é um problema. No verão, o calor é muito grande. A gente não está mais no alagado, mas se a gente for ver, ainda falta melhorar algumas coisas.

Apesar da transposição para um espaço edificado, diferenciado ante a precariedade do espaço ocupado anteriormente, a fala do entrevistado é reveladora no sentido de aglutinar aspectos essenciais para o estudo.

Percebe-se que o modelo de urbanização *pragmática* descrito por Acselrad (2009) é o que mais se enquadra no caso do Conjunto. Buscou-se o remanejamento, mas sem efetivamente resolver a totalidade dos problemas anteriormente presentes na comunidade. Claramente observa-se que, nesta perspectiva, insustentabilidade exprime, assim, a incapacidade de a política urbana adaptar a oferta de serviços à quantidade e qualidade das demandas sociais, provocando um *desequilíbrio entre necessidades quotidianas da população e os meios de as satisfazer*. (ACSELRAD, 2009).

Sobre o *lazer*, segundo a maior parte dos entrevistados, houve melhora das condições, embora apareça nas respostas a ausência de equipamentos urbanos como praças ou afins que não permitem que as crianças e jovens brinquem em outro lugar que não as passarelas entre os blocos. Há relatos também das dificuldades referentes ao transbordamento do Canal, que, algumas vezes chega a invadir o espaço das passarelas do Conjunto. O que fica claro nas falas de E7 e E5, respectivamente:

Não tem uma quadra (*de esportes*) ou praça para as pessoas usarem, aí as crianças brincam por aqui mesmo (*apontando a passarela entre os blocos*) e o pessoal (*adolescentes e jovens*) aluga uma arena aqui perto pra jogar bola... (Grifos nossos).

No inverno a gente até se preocupa com o Canal encher muito e entrar na rua do conjunto, como já aconteceu nessa parte mais baixa, mas pelo menos a Prefeitura parece que tem feito limpeza e está mais tranquilo.

As crianças são vistas pelos entrevistados como principais “beneficiárias” da mudança para o Conjunto. A maioria dos entrevistados relaciona lazer ao processo de reassentamento, relatando que as antigas condições de moradia, devido à precariedade, não favoreciam o lazer na comunidade, havendo, assim, um ganho considerável neste sentido, como diz E7:

Era muito ruim pras crianças. Minhas netas brincavam em frente à nossa casa porque a gente comprou aterro e colocou, mas era muito ruim. Aqui é melhor pra elas... Criança ajeita qualquer lugar e brinca.

Os entrevistados, de certa maneira, naturalizam o fato de o Conjunto não possuir espaços de convivência, sendo este fato visto como aspecto *menor* em relação à própria mudança havida de um espaço insalubre para outro estruturado e *projetado para* a comunidade, como frisou o E4:

A gente vivia em cima do Canal, só por estar aqui já me sinto melhor porque antes as crianças viviam brincando na terra e agora não. Quando chovia, não dava pra eles brincarem e a gente ficava com pena. A gente sabe que *falta muita coisa* ainda aqui, muita gente reclama, mas eu sei que é melhor aqui porque *fizeram* o Conjunto pra nós. Eu falo por mim. (Grifos nossos).

A fala do entrevistado tem grande relevância para a análise, pelo fato de buscar condensar elementos como a superação dos problemas causados pela chuva a partir da entrada no novo Conjunto, a percepção de que ele foi feito *para* os moradores e o entendimento de que *muita coisa* ainda falta para a plena satisfação pessoal, a ausência de equipamentos de lazer e convívio é relativizada em função do acesso à moradia *digna*.

Percebe-se que a própria inexistência de equipamentos urbanos para o lazer, em si, constitui a negação ao espaço público com qualidade, distanciando da percepção de Lefebvre (2001) da cidade produzida socialmente possibilitar o encontro entre os sujeitos. Assim, percebe-se que, neste caso, o espaço produzido é funcional – exclusivamente à habitação – mas, que não atende a todas as necessidades dos habitantes, não possuindo espaços destinados à sociabilidade ou qualquer outra forma de interação para melhor qualidade de vida na cidade, como diria Souza (2009).

Sobre *trabalho e ocupação*, tema relacionado ao que Sachs (2002) chama de *sustentabilidade social* em que se pretende atingir socialmente um *patamar razoável de homogeneidade social, com distribuição de renda justa, emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais*, as respostas dos entrevistados dizem não haver alterações consideráveis, relacionadas ao reassentamento no Conjunto. A maior parte diz que permanece trabalhando nas mesmas ocupações que anteriormente. A maioria dos entrevistados é composta por trabalhadores autônomos, sendo que três são aposentados. As palavras de E8 são representativas:

Todo mundo tem seu trabalho aqui e faz alguma coisa. Quando veio a assistente social na época que decidiram quem ia sair do Xapuri e quem ia ficar, disseram que a gente podia até ser aproveitado pra trabalhar, fizeram uma lista e tudo, mas não teve nada disso...

Ao serem questionados sobre a realização de alguma atividade durante o projeto de trabalho técnico social, que é uma etapa obrigatória na efetivação de projetos habitacionais de interesse social, ocorrendo na fase de construção da intervenção, os moradores relataram que as atividades realizadas estiveram relacionadas a palestras sobre higiene, meio ambiente, coleta do lixo e manutenção dos imóveis, não tendo ocorrido atividades relacionadas à ocupação e geração de renda.

Sobre *satisfação com a moradia*, as respostas seguiram em três direções: quanto ao tamanho do apartamento, quanto à qualidade construtiva e quanto ao conforto térmico.

A maioria dos entrevistados diz ainda não ter se acostumado com o espaço das unidades habitacionais, pois, apesar das condições precárias, a maioria dos beneficiados possuía habitações com uma área útil maior que os 32 m<sup>2</sup> das unidades, sendo este o principal componente relatado nas respostas. Para eles, o tamanho do apartamento fez com que mudasse a relação das pessoas com o espaço, pois famílias com maior número de membros tiveram que se adaptar ao tamanho das unidades, como frisou E3:

A nossa casa era grande. Era madeira, mas era de altos e baixos e quando a gente veio pra cá, tivemos que vender algumas coisas. O guarda-roupas não deu (*no quarto*) porque era de seis portas e não cabia no quarto; a mesa de cozinha também não tinha aonde colocar... Aqui é ruim porque não tem aonde estender as roupas, mas a gente se vira... (Grifo nosso).

Quanto à qualidade construtiva, foi mencionado que há problemas com o acabamento dos apartamentos, principalmente nos banheiros, onde infiltrações são recorrentes. Quanto ao conforto térmico, as



respostas aparecem principalmente relacionadas à alta temperatura no interior dos cômodos, devido, segundo dois entrevistados, à intensidade do verão.

Você pode perguntar pra qualquer um aqui. Os banheiros daqui têm um monte de problemas. Os ralos entopem, tem infiltração pra todo o lado. Mas isso a gente dá um jeito [...] O problema maior eu acho que é no verão e o calor porque o sol bate de frente e a parede desse lado (*aponta o sentido do bloco onde reside*) toda esquenta muito. De três até umas cinco e meia ninguém consegue ficar em casa. (E7. Grifos nossos).

Além disso, aparecem também fatores que precisam ser considerados, como valorização (no sentido da troca) das unidades, dignidade pela melhoria das condições de moradia, maior *status* social em relação às comunidades do entorno e acesso a serviços como energia elétrica, água e outros como Correios e entregas diversas. E5 descreve estas diferenças:

Aqui é melhor porque o Correio chega, se você quiser uma pizza, água, cerveja, eles (comerciantes das redondezas) já entregam até umas seis da tarde. Lá (*na ocupação*) a gente pagava taxa de energia, aqui a conta é normal. A gente sabe que aqui mais tarde vai poder vender, alugar e é nosso mesmo. (Grifos nossos).

O Conjunto Jader Barbalho não pode ser visto como reflexo da *legitimação* de uma política urbana, pois está muito mais relacionado ao que Acselrad chamou de *sustentabilidade urbana prática*, na qual se cria um ambiente *novo*, sem buscar, entretanto, resolver quaisquer problemas que não o da moradia.

Sobre a *segurança e violência*, metade dos entrevistados relacionou a violência ao contexto maior da cidade e do bairro. Segundo eles, a grande quantidade de ocupações do entorno favorece o clima de insegurança que não é exclusivo do Conjunto, havendo presença do tráfico de drogas e pouca presença policial, segundo os entrevistados, o

que permite maior sensação de insegurança, havendo muitos assaltos e furtos. Apesar disso, relacionam que se consideram mais seguros que na antiga comunidade. Frisam que roubos às residências não são comuns, como destacou E4:

Aqui até agora é tranquilo. A gente não vê roubo e assaltos no Conjunto, mas aqui ao redor é cheio de invasões e tem tudo, tem muita droga e de vez em quando alguém é morto por aí... A gente só sabe no outro dia.

E7 continua...

Tem que ter cuidado pra chegar e sair daqui. Aqui mesmo não tem gente ruim, mas a redondeza é barra pesada. Graças a Deus nunca mexeram com a gente até agora.

Sobre *mobilidade e acessibilidade*, as repostas variaram entre aspectos da acessibilidade no espaço do Conjunto e mobilidade urbana, especificamente acesso ao transporte público. Segundo os entrevistados, melhorou o acesso às residências, principalmente devido ao calçamento em bloquete e a ausência de maiores obstáculos para acessá-las, porém, há reclamações quanto a dificuldades na entrada de móveis nas unidades. Segundo todos os entrevistados, não houve alterações significativas no acesso ao transporte público, pois a intervenção está localizada a menos de 500m da antiga área de ocupação, sendo utilizadas basicamente as mesmas linhas de ônibus. Como destacou E1:

Eu, pelo menos, acho que melhorou pra chegar em casa, não tenha dúvida! A gente tinha que andar numa passagem muito estreita que só dava pra entrar de moto ou andando... Quando chovia era pior ainda. Aqui é melhor. Sobre ônibus é a mesma coisa: tem, mas é ruim. No final de semana piora e à noite é muito ruim [...]. Eu acho que todo mundo já foi assaltado porque Belém e aqui *está* assim. (Grifo nosso).

Apesar de, segundo eles, não haver piora no acesso, enfatizam que o atendimento pelo transporte público urbano é ruim, citando

dificuldades relacionadas ao horário, violência em episódios frequentes (assaltos dentro dos coletivos, no trajeto casa/ponto de ônibus) e carência de ônibus nos finais de semana.

A insustentabilidade, assim, fica expressa no processo de reassentamento naquilo que Acsehrad (2009) identifica como a incapacidade de as políticas urbanas adaptarem a oferta de serviços urbanos à quantidade e qualidade das demandas sociais.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As distinções entre o tradicional *desenvolvimento*, o *desenvolvimento sustentável* e a *sustentabilidade urbana* não se dão apenas no plano semântico. São visões coordenadas e estrategicamente pensadas para em cada momento histórico oportunamente funcionarem como base para a o processo de reprodução do espaço, leia-se, cidade e urbano. Cada termo representa um projeto de sociedade e expressa contradições que são inerentes ao próprio modo de produção capitalista.

O conceito de sustentabilidade urbana pode ser considerado um aglutinador de perspectivas ambientais e sociais na compreensão da cidade e de seus problemas, no entanto, no momento atual de crise do modelo neoliberal de gestão, passa a ser tomado como um discurso amplamente incorporado ao campo do planejamento urbano.

A sustentabilidade urbana, ao ser incorporada aos discursos políticos ou econômicos, é reduzida em suas possibilidades, sendo tratada como novo elemento de sustentação da regulação urbana, sem que, efetivamente, consiga estar expressa para além das dimensões físicas de eficiência energética e de redução de desperdício de materiais nos projetos, mas que, por outro lado, avance no sentido de fazer com que projetos estejam inseridos com qualidade na malha urbana e que os beneficiários possam participar da vida na cidade de forma plena. A sustentabilidade nesta perspectiva coadunaria com o que Lefebvre (2008) chamou de *o direito à cidade*.

Em relação ao estudo de caso, a sustentabilidade urbana, ao ser confrontada com a política habitacional direcionada à superação dos problemas ambientais e sociais, tem seu sentido esvaziado, pois, no pragmatismo da efetivação de uma intervenção como o Conjunto Jader Barbalho, as articulações pensadas teoricamente ficam restritas ao discurso, emergindo uma sustentabilidade prática que reside apenas na superação dos problemas mais imediatos e acesso à casa própria *urbanizada*. O reassentamento se relaciona à melhoria da qualidade de vida, ainda que esta qualidade seja precarizada dentro do contexto da cidade.

Percebe-se que, além dos problemas de adaptação das famílias aos apartamentos, há outros, na própria inserção da intervenção na malha urbana, referentes à mobilidade e à segurança. Assim, ele não representa *A Cidade como espaço de qualidade de vida*, permanece distante de qualquer elemento que coadune com *eficiência ecoenergética* e não se relaciona à *Cidade como espaço de legitimação das políticas públicas urbanas*, embora derive de um programa estatal que, teoricamente, teria como objetivo final melhorar o saneamento básico e as condições de moradia de uma comunidade em situação de vulnerabilidade ambiental e social, havendo assim, problemas na sua concepção e mesmo na sua implementação.

Pensar em sustentabilidade na cidade, da forma como frisa Henri Acselrad, se analisada a partir da implementação de uma intervenção que é voltada ao reassentamento, é problemático. Contradições são evidentes tanto no que concerne à existência de externalidades negativas quanto à atenção à cidadania. O remanejamento das famílias em situação de risco para outras áreas pode ser um passo para a melhoria das condições de vida da população atendida, mas aquém de uma perspectiva que permita caracterizar esta transposição como um passo rumo à sustentabilidade urbana, muito embora, no discurso utilizado para sua estruturação, ele demarque claramente este movimento e se torne reproduzido pelos beneficiários.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, H. (Org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 43-70.

\_\_\_\_\_. Desregulamentação, contradições espaciais e sustentabilidade urbana. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, número 107, p. 25-38, 2004.

\_\_\_\_\_. Discursos da Sustentabilidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, número 1, p. 79-90, 1999.

ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p.11-74.

AVELAR, W.M; SOUZA, E.S; PONTE, J.P.X; MELO, A.C.C. **O Programa de Aceleração do Crescimento e a urbanização de favelas na Região Metropolitana de Belém – PA**. Anais dos Congressos da ANPUR. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Princípio da precaução**. [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br). Acessado em 16 de maio de 2016.

CASTRO, E. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Santarém, UNIFOP, 2010.

COSTA, H.S.M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição em termos? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.2, n.2, p.55-71, 2000.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992.

FREITAS, R.C.M.; NÉLSIS, C.M.; NUNES, L.S. A crítica marxista ao conceito de desenvolvimento (in) sustentável. **Revista Katálysis**, v. 15, número 1, p. 41-51, 2012.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Municípios**. Disponível em <http://ibge.gov.br>. Acesso em 10 de setembro de 2016.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Pesquisa atesta as piores cidades em saneamento no país**. Disponível em <http://www.tratabrasil.org.br/>. Acesso em 07 de setembro de 2016.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. **A Cidade do Capital**. Tradução: Maria H. R. Ramos; Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MÉSZÁROS, I. O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva. Texto lido na **Conferência da Cúpula dos Parlamentares Latino-Americanos**. Caracas, 2001. Tradução de Paulo Maurício. Disponível em: <[http://resistir.info/mreview/desenvolvimento\\_sustentavel.html](http://resistir.info/mreview/desenvolvimento_sustentavel.html)>. Acesso em: 16 de maio 2016.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

LOGAN, J. MOLOTCH, H. **Urban Fortunes: the political economy of place**. University of California Press, 1987.

MERCÊS, S. Rede de Avaliação para Capacitação para Implementação dos Planos Diretores Participativos. Pará: Relatório do Estudo de Caso – Município de Ananindeua. Anexo em DVD In: SANTOS JÚNIOR, O.A dos. MONTANDON, D.T. (orgs.) **Os planos municipais pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2011.

OEIRAS, J. **Exposição sobre PAC Ananindeua para o Grupo de Conscientização FÉ e POLÍTICA**. Abril e maio de 2010, ppt. Inédito.

OLIVEIRA, F.L. Sustentabilidade e Competitividade: a agenda hegemônica para as cidades do século XXI. In: ACSELRAD, H. (Org.). **A duração das cidades: a sustentabilidade e o risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2009. p.177-202.

PRADO, A. L. Desenvolvimento urbano sustentável: de paradigma a mito. **Revista Oculum**. Número 12, v. 1, p.83-97, 2015.

RODRIGUES, E.J.P. **Banidos da Cidade, unidos na condição**. Dissertação de Mestrado. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, 1988.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, S.S. **O discurso e a prática da participação social no projeto “Sanear Ananindeua”**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFPA, 2012.

SOJA, E. **Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**; São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, M.L. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática socio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

UNCSD. **Rio+20 - United Nations Conferenceon Sustainable Development**. Disponível em: < [www.uncsd2012.org](http://www.uncsd2012.org)> Acesso em 10 maio de 2016.





## PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO E O RETORNO SOCIAL GERADO POR ESTA POLÍTICA EDUCACIONAL EM BREVES, PARÁ

---

*Lucio Robson Braga das Neves<sup>1</sup>*

*Ponciana Freire de Aguiar<sup>2</sup>*

**Resumo:** O Programa Brasil Alfabetizado faz parte das políticas educacionais voltadas ao atendimento de jovens e adultos. O objetivo deste estudo foi analisar o retorno social que este programa gerou para o município de Breves, Pará. O período estudado (2007 a 2015) envolve agentes e beneficiários do Programa. A metodologia se constituiu em uma pesquisa qualitativa e quantitativa, com coleta de dados por meio de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas, com alunos, alfabetizadores e gestores locais do PBA. O programa atendeu cerca de nove mil pessoas analfabetas, com a realização de sete etapas, porém nem todas estas pessoas foram alfabetizadas. Inúmeras questões contribuíram para que muitos alunos abandonassem o programa. Na análise dos investimentos financeiros o programa foi pouco efetivo, pois a população analfabeta diminuiu apenas 60%.

**Palavras-chave:** Programa Brasil Alfabetizado. Gestão Pública. Políticas Públicas. Breves. Pará.

---

<sup>1</sup> Professor Especialista em Educação da SEDUC/PA, Técnico Pedagógico da SEMED/Breves; Mestre em Gestão Pública pelo NAEA/UFPA.

<sup>2</sup> Professora do PPGGP do NAEA/UFPA. E-mail: poncianafreire@gmail.com

## LITERATE BRAZIL PROGRAM AND THE SOCIAL RETURN OF THIS EDUCATIONAL POLICY IN BREVES, PARÁ

**Abstract:** The Brazil Literacy Program is part of an educational policies aimed to the care of youth and adults. The objective of the study was to analyze the social return that this program generated for the municipality of Breves, Pará. The period studied (2007 a 2015) involves public agents and beneficiaries. The methodology consisted of a qualitative and quantitative research, with data collection through bibliographical, documentary and interviews with students, teachers and local agents of the PBA. The program served about nine thousand illiterate people, with seven stages, but not all of these people were literate in the end. Numerous issues have contributed to the dropping out of the program by many students. Taking into account the financial investments, the program was ineffective, since the illiterate population decreased by only 60%.

**Keywords:** Literate Brazil Program. Public administration. Public policy. Breves.

### 1 INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é analisar o retorno social que o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) gerou para o município de Breves, no período entre 2007 e 2015. Ressalta-se que este programa faz parte das políticas educacionais de educação de jovens e adultos, e é desenvolvido em parceria entre o Governo Federal e os Entes Executores, que, no caso deste município, é a Prefeitura de Breves.

Considerou-se relevante a análise da gestão local, das ações administrativas e pedagógicas, e do produto final do programa, ou seja, seus resultados, a fim de se compreender como ocorreu o

desenvolvimento do PBA e o retorno social que gerou com base no que orienta as Normas e Resoluções do FNDE/MEC.

Entende-se que com esta análise é possível compreender o desenvolvimento do programa nesse período, se foi de forma efetiva, com resultados que tenham transformado a vida das pessoas, tirando-as da condição de analfabetas, e pretendendo-se demonstrar, por meio de dados, que, de acordo com Cohen (1993), os investimentos produziram o retorno social esperado.

Destaca-se que o Programa Brasil Alfabetizado foi criado no ano de 2003, pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do Decreto n.º 4.834 de 08 de setembro de 2003, com o objetivo de alfabetizar 20 milhões de brasileiros analfabetos (SANTOS et al., 2013), nos municípios com índice de 30% ou mais da população acima de 15 anos, analfabeta. E como o município de Breves apresentava, em 2007, um número elevado de analfabetos: 14.097 pessoas (IBGE, 2000), “enquadrava-se” nos critérios para receber e aderir ao programa, fato que ocorreu no final do ano de 2007.

Assim, para a realização deste estudo, levou-se em consideração o contexto econômico, social e geográfico do município, abrangendo a gestão pública e as políticas públicas, que são: “[...] um conjunto de decisões e ações necessárias para que a sociedade possa se desenvolver, e que são formuladas e implementadas pelos governos através de um conjunto de forças: da sociedade e até mesmo as forças de mercado [...]” (CHAVES, 2015, p. 34), ou seja, ao abordar esse programa, entende-se que este é uma política pública destinada à população analfabeta, e por isto precisa ser analisada, com vista a conhecer o retorno social que ela proporcionou aos grupos sociais locais. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa e quantitativa, com pesquisas bibliográfica, documental e de campo.

A abordagem teórica deste trabalho tem embasamento em autores como Aranha (2006), Arroyo (2006), Chaves (2015), Ferreiro (2000), Freire

(1996, 1997), Gadotti (2011), Haddad (2000), Marx e Engels (1979, 1998), Schwartz (2012), entre outros, bem como em Leis e documentos oficiais do Ministério da Educação, do FNDE, da SECADI, do IBGE, entre outras instituições.

Assim, este trabalho iniciou em abril de 2015, com a pesquisa bibliográfica, e continuou nos demais meses do ano com pesquisa documental e de campo, sendo realizadas as entrevistas e aplicação de questionários e formulários no período de agosto a dezembro de 2015. As análises dos dados iniciaram em outubro de 2015 com término em fevereiro de 2016, com a construção de tabelas, gráficos, apresentação de resultados, e construção da redação final.

Este estudo inicia com uma abordagem teórica, focando na educação de jovens e adultos, nas políticas de alfabetização de adultos, culminando com a apresentação do que é o PBA. Em seguida, discutem-se os dados relativos à história e à gestão do programa em Breves.

Ao final, analisa-se o retorno social que o PBA proporcionou às pessoas analfabetas. Se elas foram alfabetizadas de fato, se ele causou uma transformação social, mudando a vida dessas pessoas de forma positiva, sendo com isso efetivo, e gerando o retorno social esperado.

## 2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a modalidade de ensino nas etapas dos ensinos fundamental e médio da rede escolar pública que recebe os adolescentes, a partir dos 15 anos de idade, jovens, adultos e idosos, que não estudaram ou não terminaram os estudos na idade adequada. E os motivos para isso são muitos: trabalho; gravidez na adolescência; violência; distância da escola; entre outros.

A EJA não é algo recente na educação brasileira, conforme apontam Haddad e Pierro (2000, pp.108-109):

A ação educativa junto a adolescentes e adultos no Brasil não é nova. Sabe-se que já no período colonial os religiosos exerciam sua ação educativa missionária em grande parte com adultos. Além de difundir o evangelho, tais educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e, posteriormente, aos escravos negros. Mais tarde, se encarregaram das escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos.

Assim, desde os primeiros anos de Brasil, já havia a necessidade de uma educação voltada para este público. E os desafios para a EJA na atualidade são muitos, todos com vista a superar séculos de descaso do Estado e da sociedade.

Entre esses direitos, faz-se necessário reconhecer o direito do jovem/adulto de ser sujeito; mudar a visão sobre o público da EJA e como ela é concebida e praticada; buscar metodologias de trabalho diversificadas, inovadoras e motivantes, tendo como referência o interesse dos jovens, adultos e idosos; articular a EJA com o ensino técnico e profissionalizante; investir na formação e capacitação de educadores próprios para a EJA; e repensar e rearticular o currículo – interdisciplinar e transversal (FREIRE, 1997).

A partir desse contexto, conhece-se um pouco mais da realidade atual da EJA, porém faz-se necessário entender por que historicamente a EJA é tratada como educação de segunda categoria, sendo muitas vezes excluída e pouco valorizada, não apenas pelo Estado, mas também pela sociedade, que pouco fez para reivindicar do poder público políticas eficazes, eficientes e efetivas para esse segmento. E, para isso, apresenta-se o contexto histórico da alfabetização de adultos no Brasil.

## 2.1 AS POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL

As primeiras iniciativas de educação de adultos no país remontam ao período colonial, com a vinda dos jesuítas, em 1549, para o

Brasil. Estes padres da companhia de Jesus iniciaram um trabalho de catequização e “instrução” de crianças, adolescentes e adultos, de índios e de colonizadores, com objetivos diferentes, de acordo com os interesses da Igreja e de Portugal. Com a saída dos jesuítas do Brasil, no período Pombalino, o país passa a viver um momento de desorganização do ensino público, ficando este disperso e sem nenhuma organização formal, voltando somente a ter alguma coordenação no período imperial (ARANHA, 2006).

Assim, durante o império, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil e sua corte, a educação vive um momento de nascimento de diversos cursos superiores, a fim de atender aos interesses da elite que ora surgia no país. Porém, a história mostra que pouco foi feito pela educação de adultos no Brasil (MOURA, 2003). De tal modo, mesmo após a proclamação da República, o cenário da educação continua o mesmo de esquecimento que outrora vivia e os privilégios da elite continuavam os mesmos, e, segundo Moura (2003), a população adulta analfabeta só aumentava.

Assim, em 1945, com a aprovação do Decreto n.º 19.513, de 25 de agosto de 1945, a EJA é lembrada nos planos oficiais do governo, no que tange ao planejamento educacional. Desta forma, foi que surgiram iniciativas como: a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos; o Movimento de Educação de Base – MEB; os Centros Populares de Cultura; o Movimento de Cultura Popular – MCP e a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler (HADDAD; PIERRO, 2000).

Já no período do regime militar, que foi de 1964 a 1985, os projetos e movimentos de EJA foram desprestigiados e extintos pelo Governo Federal. E no lugar deles o executivo cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBREAL<sup>33</sup>, que se expandiu pelo Brasil

---

<sup>3</sup> O MOBREAL foi uma Fundação, criada por meio da Lei n.º 5.379 de 15 de dezembro de 1967 com o objetivo de alfabetizar funcionalmente jovens e adultos, visando-os a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-los a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida (ANJOS, 2014).

prometendo alfabetizar milhões de brasileiros, porém não obteve os resultados esperados. Assim, com o término da Ditadura Militar em 1985, este passou a se chamar Fundação Educar, também com o objetivo de “erradicar” o analfabetismo no Brasil (HADDAD; PIERRO, 2000).

Com a Nova República, a partir de 1985, a Fundação Educar, tinha o objetivo de acompanhar e supervisionar as instituições e secretarias que recebiam recursos para executar seus programas. Porém, as políticas entraram mais ainda em declínio até que em 1990 a Fundação Educar é extinta e ocorre um momento de omissão de políticas de alfabetização de adultos, fato que só mudaria a partir da Lei n.º 9.394 de 1996, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Assim, com a nova LDB n.º 9394/96, nos art. 37 e art. 38, passou-se a contemplar a EJA, em lei, como Modalidade de ensino, e dentre algumas alterações significativas tem-se a redução da idade mínima, sendo 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio (BRASIL, 1996).

No ano de 1996, é lançado o Programa de Alfabetização Solidária (PAS), porém este programa foi muito criticado, em virtude de seu caráter assistencialista (MEC, 1996). No ano de 2003, com a mudança de governo, o então presidente Lula lança o Programa Brasil Alfabetizado, que deu ênfase ao voluntariado, apostando na mobilização da sociedade para solucionar a questão do analfabetismo no país. Com isso, neste novo milênio, a educação de adultos adquire uma nova posição na agenda das políticas públicas, com a inclusão da modalidade no Fundo de Financiamento da Educação Básica (FUNDEB), a partir de 2007.

Portanto, com base na análise desse contexto, vislumbra-se que a EJA é marcada, historicamente, pela descontinuidade e por políticas públicas fracas, insuficientes para resolver esta questão social. Uma vez que essas políticas são, na grande maioria, resultantes de iniciativas de grupos isolados, especialmente da área da alfabetização, somadas às iniciativas de quem está no governo.

## 2.2 O PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO

O Programa Brasil Alfabetizado é uma política do governo federal que visa incluir milhões de brasileiros analfabetos no “mundo da escrita e do cálculo”, resgatando a cidadania deste segmento da população (MEC, 2011). Ele é desenvolvido em parceria com Estados, Distrito Federal e os municípios, que tenham altos índices de analfabetismo e adiram ao programa. E leva o acesso a um dos mais importantes direitos sociais, que é a educação, preconizado pela Constituição Federal de 1988:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

Assim, observa-se que os constituintes já previam que o Estado brasileiro deve ofertar a educação àquelas pessoas que não tiveram acesso a esta na idade adequada. Ou seja, a partir dos 15 anos, quando for o caso de pessoas analfabetas ou com distorção idade/série, a legislação já prevê que os Entes da Federação (Estados e municípios) adotem mecanismos necessários para atender a este público.

Dessa forma, foi que em 2003 o Governo Federal criou esta política educacional com vistas a, de acordo com MEC (2013, p. 01):

Universalizar a alfabetização de jovens de 15 anos ou mais, adultos e idosos, e:

- Contribuir para a progressiva continuidade dos estudos em níveis mais elevados, promovendo o acesso a educação como direito de todos, em qualquer momento da vida, por meio da responsabilidade solidária entre União, os Estados, o DF e os municípios e;
- Atender prioritariamente os Estados e municípios com maiores índices de analfabetismo, por meio de assistência técnica e financeira, em forma de apoio suplementar da União aos Estados, DF e municípios, em regime de colaboração.



Nesse sentido, o Conselho Deliberativo do FNDE/MEC regulamentou esta política visando detalhar o atendimento e distribuir responsabilidades entre os beneficiados parceiros e agentes responsáveis por sua execução.

Com isso, o governo federal procura incentivar Estados e municípios a atuarem nessa área, prestando assistência técnica, bem como repassando os recursos financeiros de acordo com a demanda apresentada ao FNDE/MEC. Ressalta-se, contudo, que o executivo federal não atende diretamente este público, mas investe criando normas gerais e apoiando os outros níveis de governo no desenvolvimento das ações, como informa o MEC (2013, p. 03):

Além do pagamento de bolsas aos alfabetizadores e coordenadores de turmas, o MEC/FNDE repassa recursos financeiros aos Estados e municípios, por meio de transferência automática, para financiamento das seguintes ações: formação de alfabetizadores, aquisição de gêneros alimentícios para a merenda e, também, de materiais escolares, pedagógicos, didáticos literários.

Com isso, o Programa Brasil Alfabetizado é uma política pública de alfabetização, que, apesar de ter sido implementada em 2003 pelo MEC, foi reformulada em 2007 a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação, do governo federal, por meio do Decreto n.º 6.093 de 24 de abril de 2007, e só a partir deste momento é que se expandiu e se transferiu maiores responsabilidades aos Entes Executores (Eexs): Estados e municípios, descentralizando essa política, visando torná-la mais eficiente e eficaz.

### 3 METODOLOGIA

O município de Breves que se localiza na ilha de Marajó, Estado do Pará, apresenta características próprias da Amazônia, com muitos rios (que são as “estradas” dos ribeirinhos); local coberto por florestas, é uma região geográfica de difícil acesso e com grandes mazelas

sociais; os municípios com os piores IDHM estão nessa região; há pouca infraestrutura; muita violência urbana; alto índice de desemprego; poucos meios de transporte e de comunicações; assim como elevados índices de analfabetismo entre a população adulta (PNUD, 2010).

A pesquisa de campo foi realizada em Breves, na cidade (meio urbano) e no interior do município (meio rural). Neste último, a coleta de dados ocorreu nos Distritos: Sede, Antônio Lemos, São Miguel dos Macacos e Curumú (Figura 1).

Figura 1 - Locais da pesquisa de campo.



Fonte: Elaboração dos autores (2016).

A Figura 1 permite ver a localização dos Distritos, e da cidade de Breves, que fica no Distrito Sede. Ele também mostra as peculiaridades geográficas da região, os inúmeros rios, os locais da pesquisa (Vilas/Comunidades), entre outros dados.

Para avaliar o retorno social que o PBA gerou ao município de Breves, no período de 2007 a 2015, adotou-se como estratégia metodológica o Estudo de Caso (EC).

No PBA, foram matriculados, no período de 2007 a 2015, 9.234 pessoas analfabetas (SBA/FNDE, 2015). Assim, decidiu-se entrevistar 1% deste universo, ou noventa e duas pessoas. Além dos alunos, também foram entrevistados: vinte alfabetizadores (2,5% do total de alfabetizadores); cinco gestores locais (100% nesta categoria) e os três ex-secretários municipais de educação (100% nesta categoria).

Ressalte-se que foram utilizados como instrumentos de coleta de dados: entrevista semiestruturada, questionários mistos e formulários. Estes foram escolhidos por serem os mais adequados ao público-alvo da pesquisa. Também por permitirem ao pesquisador certa flexibilidade na coleta dos dados.

A entrevista semiestruturada foi escolhida por ser ela um instrumento adequado quando se almeja que os entrevistados possam falar à vontade, a partir de algumas perguntas-chave.

O questionário na análise quantitativa baseou-se em perguntas ao entrevistado com registro pelo pesquisador. Esse instrumento é o mais adequado para os alunos, haja vista que muitos estão na condição de analfabetos absolutos.

Para a pesquisa documental, foram utilizados dados secundários disponíveis em banco de dados, como os sistemas Brasil Alfabetizado (SBA) e o sistema Geral de Bolsas (SGB), ambos disponíveis em sites oficiais do governo federal.

Ressalta-se que a pesquisa documental ocorreu nos meses de agosto a outubro e a pesquisa de campo entre os meses de agosto e dezembro de 2015.

Assim, o objetivo da coleta de dados, por meio da utilização das técnicas e dos instrumentos citados, foi obter informações sobre: número de matrículas no programa; número de pessoas alfabetizadas; número de pessoas não alfabetizadas; número de pessoas desistentes; quais as dificuldades de alunos, alfabetizadores e gestores no programa; quais os pontos de destaque, e que foram importantes para todos; e análise dos investimentos; do retorno social; e a análise da gestão local.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 A HISTÓRIA DO PBA EM BREVES

De acordo com o SBA (2015) e o SGB (2015), o Programa Brasil Alfabetizado chegou ao município de Breves no final do ano de 2007, quando a Secretaria de Educação de Breves aderiu ao programa. O município enquadrava-se nos critérios para recebê-lo, uma vez que tinha um elevado número de pessoas analfabetas, principalmente no meio rural.

Assim, a primeira etapa iniciou em novembro de 2007 e encerrou em julho de 2008. Essa etapa, contava na época com três coordenadores de turma e com 60 alfabetizadores (SBA, 2015). Já a etapa de 2009 iniciou em fevereiro e finalizou em setembro, contou com 11 coordenadores de turma e 62 alfabetizadores (SBA, 2015).

No ano de 2010, o programa inicia em janeiro, sendo que nesta etapa o programa teve 14 coordenadores de turma e 82 alfabetizadores. Esta etapa encerra em agosto (SBA, 2015).

O quarto ciclo/etapa do programa iniciou em dezembro de 2010 e encerrou oficialmente em julho de 2011, porém algumas turmas só finalizaram em outubro deste ano. Neste ciclo havia 27 coordenadores de turma e 106 alfabetizadores (SBA, 2015).

O quinto ciclo iniciou em fevereiro de 2012 e encerrou em setembro. Havia nesta etapa 32 coordenadores de turma e 135 alfabetizadores (SBA, 2015).

O sexto ciclo/etapa iniciou em novembro de 2013 e encerrou em junho de 2014. Esta etapa contou com 18 coordenadores de turma e 104 alfabetizadores (SBA, 2015).

A sétima etapa iniciou oficialmente em agosto de 2014 e encerrou em março de 2015, e neste ciclo havia 33 coordenadores e 183 alfabetizadores (SBA, 2015).

Portanto, este é um breve histórico do programa em Breves, e serve para situar a todos como ocorreu este processo e quem são os principais agentes públicos que conduziram o PBA durante a existência dele no município. Vale ressaltar que, desde o encerramento do último ciclo, este está paralisado, aguardando liberação de recurso financeiro do governo federal para iniciar o 8.<sup>a</sup> etapa.

#### 4.2 A GESTÃO DO PBA NO MUNICÍPIO

O Programa Brasil Alfabetizado foi criado em 2003 pelo Governo Federal, porém só iniciou suas atividades no município de Breves no final de 2007, durante a última gestão do ex-prefeito Luiz Rebelo (2001-2004/2005-2008). Do seu início, em 2007, até 2015, foram sete etapas desenvolvidas em Breves e 9.234 pessoas analfabetas (alunos) atendidas. Nesse período, o município teve dois Prefeitos, três Secretários de Educação e cinco gestores locais do PBA (FNDE, 2015).

No período de 2007 a 2015, Breves recebeu mais de R\$ 800.000,00 em recursos financeiros de apoio suplementar para o desenvolvimento das ações de alfabetização (FNDE, 2015). E vale ressaltar que nesse valor não está incluso os valores referentes às bolsas-auxílio pagas aos professores do programa. Os valores referentes ao pagamento dessas bolsas, nesse período de sete etapas, é de quase 2 milhões e meio de reais (SGB, 2015).

Porém, a partir dos dados coletados na pesquisa, tem-se que, do total de matrículas no programa, pouco mais de 50% dessas pessoas

foram de fato alfabetizadas (SBA, 2015) e isso parece sugerir que o PBA teve um baixo desempenho, foi pouco efetivo no objetivo de reduzir o número de analfabetos no município.

O PBA é um programa desenvolvido por meio de convênios e acordos (declaração de compromisso) entre a SECADI (MEC – Governo Federal) e a Prefeitura (Eexs). E a gestão local do programa deve seguir as orientações definidas anualmente por esta secretaria, e pelo Conselho Deliberativo do FNDE. Assim, esta Secretaria de Alfabetização do MEC delega as entidades parceiras à execução das ações e, em contrapartida, disponibiliza recursos financeiros (apoio suplementar).

Desta forma, a SECADI estabelece o que será feito e os parceiros, que aderem ao programa por meio da gestão local, executam as deliberações. Cabe à gestão local também: elaborar o planejamento de cada etapa, os chamados PPA Alfa, que prevê todas as ações e a quantidade de beneficiários que serão atendidos; realizar chamada pública e seleção de voluntários (professores-alfabetizadores); realizar o monitoramento das atividades; e fornecer, por meio do sistema do programa, informações sobre as turmas, os alunos e os alfabetizadores.

Ressalta-se que, de acordo com o levantamento da pesquisa de campo, observou-se que algumas ações das etapas são cumpridas e outras, não, e por diversos motivos, tornando o programa pouco efetivo e cumprindo, em parte apenas, as resoluções e normas do programa.

#### 4.3 O RETORNO SOCIAL DO PROGRAMA

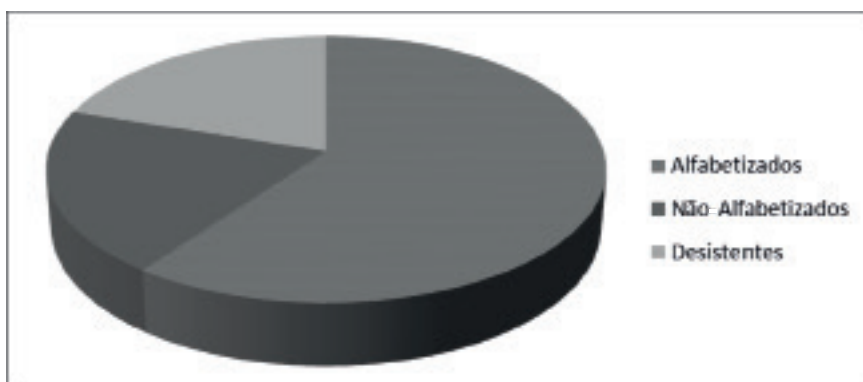
Realizou-se uma análise considerando o retorno social que este programa gerou para o município de Breves, com base em informações do SBA (sistema do Programa) e da coleta de dados com os beneficiários e agentes do PBA.

Iniciou-se o trabalho de pesquisa de campo, com a coleta de dados primários com os alunos, alfabetizadores, gestores locais do PBA e com os secretários municipais de educação.

Um total de 92 alunos, 46 da cidade e 46 do interior, foram entrevistados quanto à opinião e à experiência destes em relação ao PBA.

A primeira indagação queria saber qual o resultado obtido ao participar do Programa. Assim, 55 (59,7%) disseram que conseguiram se alfabetizar, enquanto 18 (19,5%) não obtiveram este resultado, permanecendo analfabetos, e 19 (20,6%) desistiram (Fig. 2).

Figura 2 - Resultado da entrevista com alunos



Fonte: Neves (2016)

Abaixo tem-se o depoimento de uma aluna alfabetizada aos 33 anos. Ela externou a importância da leitura e da escrita, na sua vida, ao afirmar:

Eu dependia dos outros para saber das 'coisas', via, mas não enxergava porque quem não sabe ler é igual um cego, por isso não quero mais depender dos outros 'pra' ler. Depender de alguém 'pra' ler e escrever é muito ruim. Tem que 'tá' pedindo para outros, quando você mesma poderia 'tá' fazendo aquilo [...] (MCS, 33-F).

O ideal é que todos tenham autonomia, sabendo ler e interpretar o mundo (FREIRE, 1997).

O próximo questionamento foi saber se o aluno continuou a estudar após participar do PBA, ao que 83 (90%) afirmaram que não continuaram

os estudos, alegando motivos diversos, mas principalmente porque só queriam se alfabetizar, não tendo interesse em continuar os estudos; outros disseram que a escola é longe, que é perigoso ir à noite, pois só tem turmas de EJA no período noturno; teve também quem dissesse que precisou trabalhar e isso atrapalharia os estudos. Apenas nove (10%) dos alunos alfabetizados continuaram os estudos na EJA, na rede regular de ensino.

Quando perguntados se o PBA os incentivou a continuarem os estudos, todos os 92 (100%) disseram que sim, foram incentivados pelos seus respectivos professores, mas apesar disso, para a maioria, 83 (90%), não foi possível continuar os estudos.

Em relação a apoio do programa, foi perguntado a eles que tipo de ajuda receberam; ao que 92 (100%) responderam que recebiam alimentação e material escolar, embora falhasse em alguns momentos. É interessante ressaltar que nenhum informou que recebia ou utilizava transporte escolar. Dos alunos que participaram da pesquisa, nenhum solicitou ou recebeu óculos.

Ao serem indagados sobre como avaliavam o trabalho do alfabetizador, 55 (59,7%) disseram que foi excelente, principalmente entre os que se alfabetizaram; e 37 (40,2%) consideraram como bom.

Quando perguntados sobre questões que contribuíram com o aprendizado, 80 (86,9%) discentes consideraram que o local e o horário (flexíveis) foram fundamentais neste processo, pois o alfabetizador e o alfabetizando acertam o melhor horário e local para ambos, desde que cumpram a carga horária mínima do programa. Os demais apontaram outros fatores como: perfil do alfabetizador, alimentação escolar e o fato de as aulas serem, para a maioria dos alunos, em suas próprias casas.

Em relação aos fatores que dificultaram os estudos, 27 (29,3%) disseram que trabalhar fora dificultava a dedicação ao processo de alfabetização; 13 (14,1%) contaram que desistiram do programa porque a família se mudou da comunidade; nove (9,7%) falaram que o fato de ter



filhos pequenos dificultava; 8 (8,6%) alunos narraram que tinham a saúde debilitada e por isso não se dedicaram aos estudos como gostariam; quatro (4,3%) colocaram que, o ciúme do cônjuge atrapalhava; quatro (4,3%) alunas expuseram que, por terem engravidado no período do programa, tiveram que desistir; por fim, 27 (29,3%) disseram que não viam nenhum fator que fosse empecilho aos estudos.

Quanto à avaliação dos alunos em relação à duração de cada ciclo/exercício, que é de oito meses, 86 (93,4%) entrevistados avaliaram este período como regular, pois consideraram muito pouco tempo e queriam que durasse mais. Apenas 6 (6,5%) disseram considerar o período de oito meses um bom tempo.

Na avaliação geral deles em relação ao PBA, 56 (60,8%) consideraram um programa excelente, pois contribuiu com o objetivo deles, de aprender a ler e escrever; e 37 (40,2%) disseram que consideraram bom, que ajudou na vida deles.

Para finalizar, 42 (45,6%) contaram que o PBA mudou suas vidas porque eles aprenderam a ler e a escrever, proporcionando uma independência pessoal na leitura, na escrita e no cálculo, como demonstra a seguir um dos entrevistados:

Eu queria poder ir a alguma lugar com o endereço, queria ir a igreja e acompanhar as leituras, ler a bíblia. Hoje, graças ao programa, eu consigo fazer isso, consigo ler o que está escrito nos evangelhos, participo das reuniões, da preparação dos cultos, dos eventos na igreja. Hoje eu já consigo fazer essas coisas que antes não fazia (RNS, 42-H)

Na avaliação de 10 (10,8%) entrevistados, essa política influenciou na melhoria do trabalho, principalmente na agricultura e em trabalhos informais, aumentando os ganhos financeiros; outros 8 (8,6%) citaram que o conhecimento adquirido está ajudando-os a colaborar com a escola dos filhos, pois participam mais e auxiliam os filhos com os “deveres de casa”; para 7 (7,6%) dos entrevistados, eles ouvem mais os meios de

comunicação e também assistem mais a estes; outros 7 (7,6%) citaram que participam mais de reuniões e discussões sobre reivindicações, associações e política na comunidade. Entretanto, 18 (19,5%) dos entrevistados informaram que o programa não lhes proporcionou nenhum benefício e eles continuam como antes.

Desta forma, o principal retorno para os alfabetizandos é o próprio ato de ler e escrever que lhes permite assinar o nome, escrever e ler cartas e bilhetes, que ainda é algo comum no meio rural, como coloca uma das colaboradoras da pesquisa:

Tenho filhos que moram longe, parentes em outros lugares, e sempre a gente se comunicou por cartas, mas eu sempre tinha que pedi para algum filho, para alguém que sabia ler e escrever, e isso é muito 'chato'. A gente tinha que ficar incomodando os outros, pedindo e nem sempre as pessoas estavam desocupadas ou tinham paciência. Agora não, mesmo com dificuldade eu mesma escrevo 'pra' eles (MADS, 55-F).

Outro benefício citado é a utilização dos conhecimentos para melhorar as técnicas de trabalho e aumentar a renda, principalmente no meio rural.

Os próximos dados correspondem aos alfabetizadores. Foram entrevistados 20 alfabetizadores, de diferentes ciclos, referente à visão deste segmento sobre o PBA. A primeira pergunta foi se houve formação inicial e continuada durante a execução do programa, obtendo-se como resposta: 12 (60%) disseram que sim e 8 (40%) disseram que não.

Participaram 12 alfabetizadores dessas formações (Inicial e Continuada) e 8 não, porque não teria havido na etapa de que participaram.

Quando perguntados se o programa incentivou ou apoiou o trabalho deles, todos os alfabetizadores disseram que receberam material pedagógico, bolsa-auxílio e o apoio pedagógico de que necessitavam para realizar o trabalho.

Questionados se eles incentivaram os alunos a continuarem os estudos, os 20 (100%) disseram que sim, mas que conseguiram convencer

poucos. Quando se pediu que eles avaliassem seu próprio trabalho, todos informaram que consideravam bom, pois, apesar de alguns terem recebido formações, 8 (40%) apenas tinham o nível médio completo; a grande maioria, 12 (60%), tinha o ensino médio incompleto ou só tinha o ensino fundamental, e isso dificultava a realização do trabalho (Tabela 1).

Tabela 1 - Nível de escolaridade dos alfabetizadores.

Nível Fundamental	Nível Médio	Nível Superior	Total
12 (60%)	08 (40%)	0 (0%)	20 (100%)

Fonte: Neves (2016)

Outro questionamento foi o de como o alfabetizador avaliava o trabalho da gestão local do PBA e da Secretaria de Educação. Segundo todos, a SEMED e toda a gestão contribuíam com o trabalho, disponibilizando merenda, material para alunos e alfabetizadores, entre outros.

Posteriormente se indagou quais os fatores que contribuíram com o trabalho. 12 (60%) informaram que o local e o horário, que são flexíveis, foram fundamentais nesse processo; 8 (40%) disseram que a alimentação atrai os alunos. Entretanto, em relação aos fatores de dificuldade, os 20 (100%) narraram que o tempo é pouco e isso dificultou o trabalho.

Por último, pediu-se para que cada um fizesse uma avaliação do PBA, falando sobre a relevância do programa, se gerou retorno social, que legado ele deixou. Os 20 (100%) alfabetizadores disseram que consideram o programa excelente, que tem uma ótima intenção: proporcionar o acesso ao mundo letrado, dos cálculos e da leitura, além de contribuir com o desenvolvimento da sociedade, citando o que foi, na visão deles, esse retorno social.

Nesse sentido, os alfabetizadores disseram que o PBA gerou como retorno social para o município o fato de os alunos terem se alfabetizado, sendo que 8 (40%) citaram o fato de os alunos realizarem leituras e cálculos matemáticos, bem como produzirem pequenos textos; 6 (30%)

expuseram que o pagamento de bolsas auxílio foi um grande benefício, para eles, pois estavam desempregados e é muito difícil a oferta de emprego, principalmente no meio rural. 4 (20%) dos entrevistados responderam que o programa permitiu o desenvolvimento pessoal dos alunos; para dois (10%) dos colaboradores, os benefícios citados foram as formações, haja vista que ainda não tinham uma formação mínima na área da docência.

Outros colaboradores da pesquisa foram os Gestores locais do programa. Nesta categoria, entrevistaram-se 5 pessoas que atuaram na coordenação geral do programa. Quanto às Formações do Programa (Inicial e Continuada), 3 (60%) dos entrevistados disseram que, em suas gestões frente ao PBA, houve as formações (inicial e continuada), enquanto 2 (40%) informaram que, em virtude da urgência em iniciar o programa, não houve tempo para formações. Já em relação a participação destes gestores nas formações, obtiveram-se os mesmos resultados: 3 (60%) participaram e 2 (40%) não.

Quando indagados sobre como ocorreu o processo de seleção de alfabetizadores, 2 (40%) narraram que houve chamada pública, realização de processo seletivo, análise de currículo, e entrevista; 3 (60%) responderam que a seleção foi por meio de análise de currículo, com experiência na área.

Perguntou-se também aos gestores locais qual a avaliação deles em relação ao trabalho dos alfabetizadores, 3 (60%) disseram que consideram um excelente trabalho; e 2 (40%) avaliam como bom o desempenho destes. Quando a pergunta foi sobre o trabalho do(a) Secretário(a) de Educação, todos os cinco (100%) avaliaram como excelente o trabalho dele, pois, segundo os gestores, este cumpria suas obrigações, pois apoiou as ações e atividades do programa.

Quando questionados sobre se o PBA cumpre a sua finalidade no município, 4 (80%) disseram que acreditam que sim, pois ele já alfabetizou milhares de pessoas em Breves; 1 (20%) disse que o programa deixa a desejar, não sendo efetivo em suas ações nos analfabetos do município.

Sobre a questão de os recursos de apoio suplementar serem suficientes para as ações do PBA, 100% avaliam como bom, porque, segundo eles, os recursos não são suficientes para as ações do programa, uma vez que Breves teria muitas peculiaridades que tornam as atividades mais onerosas, principalmente o deslocamento entre as comunidades rurais, que são distantes e geograficamente de difícil acesso.

A totalidade dos entrevistados afirmou que cumpriu com todas as obrigações e responsabilidades no que tange ao cumprimento das normas e resoluções do FNDE/MEC, inclusive prestando contas ao FNDE. Para finalizar a entrevista, solicitou-se uma avaliação do PBA sobre a importância dele e o que ele deixou de benefício para o município. Todos os gestores consideraram o programa excelente, contribuindo muito com a comunidade, haja vista que alfabetiza milhares de pessoas.

O último segmento de colaboradores da pesquisa, foram os Secretários municipais de educação (3), que estiveram à frente da Secretaria Municipal de Educação, no período de 2007 a 2015.

Quanto às Formações do Programa, os 3 (100%) disseram que houve as formações, tanto a Inicial quanto a Continuada. Todos os entrevistados afirmaram, ainda, que houve chamadas públicas para seleção dos alfabetizadores, por meio de edital, com seleção de currículo, entrevista, e outros.

No que tange à Instituição que promoveu as formações, indagou-se quem as realizou; e os 3 (100%) entrevistados disseram que foi a própria Prefeitura, por meio da Secretaria municipal de Educação e sua equipe técnica.

Quanto ao trabalho dos alfabetizadores, 1 (33,3%) disse que avalia como excelente, pois estes eram esforçados e se dedicavam ao trabalho; 2 (66,6%) avaliam o trabalho dos alfabetizadores como bom, pois alguns alfabetizadores deixavam a desejar.

Pediou-se também que os Secretários avaliassem o trabalho dos gestores locais do PBA; 2 (66,6%) avaliaram como excelente, pois eram

capacitados, buscavam parcerias e apoio para as ações do PBA, enquanto 1 (33,3%) disse considerar bom, haja vista que teria faltado mais empenho na condução do programa.

Outro questionamento foi para avaliar se o PBA cumpriu sua finalidade no município; 2 (66,6%) disseram que sim, que o programa é excelente, pois alfabetiza muitas pessoas; 1 (33,3%) o avalia como bom, pois diversos fatores dificultam que este não atinja suas metas traçadas anualmente. Ainda neste sentido, perguntou-se se os recursos de apoio suplementar são suficientes para as ações do PBA; os 3 (100%) disseram que o recurso é o insuficiente para realizar todas as ações necessárias, haja vista que Breves fica numa região geograficamente de difícil acesso e isso torna as ações e atividades mais onerosas ao município.

Para os 3 (100%) secretários, a gestão local cumpriu as normas e resoluções do MEC, inclusive com prestação de contas aos órgãos competentes. Finalizando, pediu-se que estes avaliassem o PBA, qual a relevância dele e quais os benefícios que ele gerou ao município. Para 100% dos secretários é um excelente programa, que contribui muito com o desenvolvimento social do município, transforma a vida dos beneficiários tirando-os da condição de analfabetos e colabora com o município no que tange ao processo e desenvolvimento social e educacional das pessoas.

Outro momento da pesquisa foi a coleta de dados secundários, obtidos por meio de pesquisa documental em alguns bancos de dados do Ministério da Educação, como o Sistema Brasil Alfabetizado (SBA); o Sistema Geral de Bolsas (SGB); e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

De acordo com o SBA (2015), em 2009 houve 1.331 matrículas no programa, sendo que 1.233 foram desvinculadas e apenas 85 foram consideradas em estado de alfabetização, as quais apresentaram um avanço na leitura, na escrita e no cálculo.

Em 2010, 1.276 pessoas foram vinculadas ao PBA, das quais 1.154 foram alfabetizadas; 81 foram desvinculadas; e 40 tiveram suas matrículas canceladas (desistências) (SBA, 2015).

Na etapa seguinte: 2010/2011, o PBA matriculou 1.651 pessoas, das quais 1.540 foram colocadas no sistema como em alfabetização; 4 desistentes; 40 foram canceladas; e 67 ficaram aguardando ativação da turma.

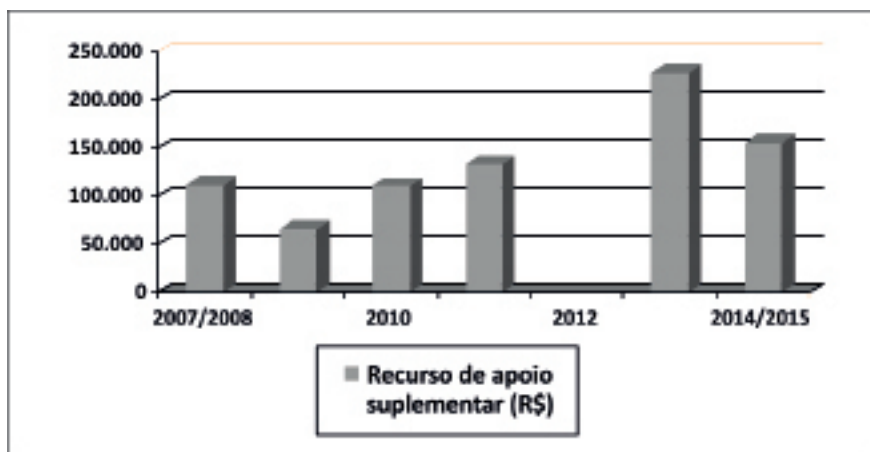
A etapa do ano de 2012 chamou a atenção, pois houve 2.497 matrículas, o maior número de alunos em um único ciclo. Destes, 1.400 obtiveram o 'status' de em alfabetização; 2 desistiram; 620 tiveram suas matrículas canceladas; 443 ficaram aguardando ativação da turma; e 32 vinculações descontinuadas (SBA, 2015).

Em 2013/2014, esse número caiu e foram vinculadas apenas 1.167 pessoas. Destas, 831 terminaram o ciclo em estado de alfabetização; 332 ficaram aguardando ativação da turma; e 4 foram canceladas (SBA, 2015). Assim como no último ciclo pesquisado: 2014/2015, houve, de acordo com o SBA (2015), 1.312 vinculações, das quais 1.254 em alfabetização; 8 canceladas; e 50 aguardando ativação da turma.

Desta forma e de acordo com o SBA (2015), obteve-se que, no período de 2007 a 2015, foram matriculados 9.234 alunos, dos quais 6.264 (67,83%) aparecem como alfabetizadas; 1.346 (14,57%) foram desvinculadas; 716 (7,75%) tiveram suas matrículas canceladas; 571 (6,18%) são definidos como aguardando ativação da turma; e apenas 05 (0,05%) como desistências.

A Figura 3 mostra o valor (em R\$) que o município de Breves recebeu, a título de apoio suplementar, previsto na legislação do PBA, no período de 2007 a 2015.

Figura 3 - Recurso financeiro (apoio suplementar anual).



Fonte: FNDE (2015)

No primeiro ciclo pesquisado, 2007/2008, Breves recebeu pouco mais de R\$ 111.000,00 para as ações com 1.333 alunos; na etapa seguinte, caiu o número de alunos (Figura 3) e o recurso financeiro caiu para R\$ 65.000,00; na de 2010 houve aumento de alunos (Figura 3) e aumento do recurso, tendo o município recebido R\$ 110.000,00; em 2010/2011, os recursos elevam-se um pouco mais, chegando a R\$ 133.000,00; na etapa de 2012, Breves não recebeu recursos financeiros para apoio às ações do PBA. O motivo ainda é desconhecido, porém, evidências empíricas apontam no sentido de 2012 ter sido um ano de eleições municipais e com isso as transferências entre as esferas de governo tendem a ser mais cautelosas.

No ciclo 2013/2014, o município voltou a receber recursos de apoio, no valor de R\$ 228.000,00, sendo possível também que parte desse recurso seja referente ao ciclo anterior (porém, sem confirmação ainda). Na última etapa pesquisada, 2014/2015, Breves recebeu R\$ 155.000,00 para trabalhar com uma meta de 1.312 alunos.



Ainda abordando as questões financeiras, coletaram-se dados referentes ao pagamento de bolsas-auxílio aos voluntários (alfabetizadores e coordenadores de turma) do programa.

De acordo com o SGB (2015), o valor da Folha de pagamento anual do PBA oscila de um ano a outro em virtude do número de pessoas no programa, mas existe uma tendência ascendente. Por exemplo, na etapa 2007/2008, o valor de uma bolsa-auxílio de um alfabetizador era de R\$ 250,00; na última etapa pesquisada, 2014/2015, esse valor saltou para R\$ 400,00. Desta forma, os valores anuais, que em 2007/2008, eram por volta de R\$ 100.000,00 por ano, chegaram, em 2014/2015, a R\$ 600.000,00.

## 5 CONCLUSÃO

Com base nos dados observados e da alta taxa original de pessoas analfabetas apresentada pelo município, pode-se considerar que o PBA colaborou para a diminuição do analfabetismo, uma vez que propiciou oportunidade de acesso da população analfabeta à alfabetização, porém o retorno social não foi exatamente o que se esperava.

Ressalta-se que, apesar de em todos os anos ter havido a execução do PBA, com a alfabetização de milhares de pessoas, com a realização de planejamento (PPAlfa), distribuição de merenda e material didático e pedagógico, pagamento das bolsas-benefícios aos alfabetizadores, houve também muitas falhas. Por exemplo, o não cumprimento de regras relativas às normas e resoluções do CD/FNDE e da SECADI, como o fato de em algumas etapas não ter havido a escolha dos alfabetizadores, por meio de edital com chamada pública.

Além disso, observou-se que a grande maioria dos alfabetizadores tinha baixa formação educacional e pouca experiência anterior em educação de jovens e adultos. Ainda no que se refere às formações dos alfabetizadores, houve duas etapas em que isso não ocorreu, comprometendo assim a qualidade das ações desenvolvidas.

É fato que Breves está conseguindo localizar, identificar, e cadastrar jovens, adultos e idosos em turmas de alfabetização do PBA. Porém, apenas isto não é o suficiente, é preciso encontrar meios para a entrada, a permanência e a saída com sucesso das pessoas que são o público-alvo do programa.

Outra questão relevante é o contexto social em que Breves está inserido, com pouca oferta de trabalho e emprego, o que gera uma grande evasão em programas sociais como o PBA, pois as pessoas comprometem sua vida educacional, sua formação, em virtude da necessidade de encontrar meios de sobrevivência.

Assim, entende-se a importância do programa para o município. Para tal, é necessário melhorar a gestão do PBA no município e torná-lo efetivo, para assim gerar maior retorno social por meio de alfabetizados.

Não se pode considerar que o programa foi efetivo em Breves, pois a população analfabeta diminuiu apenas em cerca de 60%.

Conclui-se que o Programa Brasil Alfabetizado gerou um retorno social parcial para o município de Breves, considerando o montante investido e o número de matrículas no programa.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. de A. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil.** 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006. 384p.

ARROYO, M. **Formar educadoras e educadores de jovens e adultos.** In: SOARES, L. (Org.) **Formação de educadores de jovens e adultos.** Belo Horizonte: Autêntica/SECAd-MEC/Unesco, 2006. 296 p.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, p. 40-44, 1977. 280 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB n.º 1/2000. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: MEC, Maio de 2000. 4p.

\_\_\_\_. Constituição Federal de 1988. 35. ed. Brasília, 2012. 446p.

Disponível em: [bd.camara.gov.br](http://bd.camara.gov.br). Acesso em 10/08/2015, às 23:04m.

\_\_\_\_. Decreto n.º 4.834, de 08 de setembro de 2003. Dispõe sobre a criação do Programa Brasil Alfabetizado. Brasília, 2003.

Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2003/Decreto/D4834.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2003/Decreto/D4834.htm) Acesso em: 10/08/2015, às 22h10m.

\_\_\_\_. Decreto n.º 19.513, de 25 de agosto de 1945. Trata de disposições regulamentares destinadas a reger a concessão de auxílio federal para o ensino primário. Brasília, 1945. Disponível em: [www.legis.senado.gov.br/legislacao](http://www.legis.senado.gov.br/legislacao). Acesso em: 10/08/2015, às 22h20.

\_\_\_\_. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 11. ed. Brasília, 2015. 46p.

CHAVES, D. A. Políticas públicas e as pequenas empresas no cenário da mineração: o setor de gemas e joias em Belém. Dissertação. Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento. Universidade Federal do Pará: Belém, 2015. 257 f.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 11. ed. São Paulo: Cortez, p. 32-38. 2010. 234 p.

COHEN, E. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. 246 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1997. 107p.

GADOTTI, M. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos**. 1. ed. São Paulo: Moderna: Fundação Santillana, 2014. 39p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176p.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206p.

HADDAD, S.; PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, maio-ago. 2000, p.108-130.

IBGE. Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/caracteristicas\\_populacao\\_domicilios.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/caracteristicas_populacao_domicilios.pdf)  
Acesso em: 15/08/2015 às 20h.

LUDK, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. 128p.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310p.

MEC. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA)** / Ministério da Educação (MEC). – Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009. 112 p.

\_\_\_\_\_. **Manual Operacional do Programa Brasil Alfabetizado**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secadi/arquivos>. Acesso em 10/07/2015.

\_\_\_\_\_. **Programa Brasil Alfabetizado**: Orientações sobre o Programa Brasil Alfabetizado. MEC/SECADI: Julho/2011. 25 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?> Acesso em 12/08/2015

\_\_\_\_\_. Resolução CD/FNDE n.º 52 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?> Acesso em 12/08/2015

MOTTA, P. R. de M. **O Estado da Arte da Gestão Pública**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 53, jan./fev. 2013. pp. 82-90.

MOURA, M. da G. C. **Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica**. Curitiba: Educarte, 2003.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo, v.1, n. 3, 2. SEM./1996. 5p.

NEVES, L. R. B. das. Relatório de pesquisa de campo realizado no período de abril de 2015 a fevereiro de 2016. Belém, 2016. (Arquivo pessoal)

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil. 2010. Disponível em: <http://www.undp.org/content/brazil/pt/home>. Acesso em: 30/08/2015.

SANTOS, V. L. dos; et al. O Programa Todos pela Alfabetização/Brasil Alfabetizado: uma análise da sua eficácia diante da responsabilidade da gestão municipal. **Revista Pindorama**. Ano 4, n 4, Janeiro-julho/2013, pp. 34-52.

SBA, **Sistema Brasil Alfabetizado**. Disponível em: [www.brasilalfabetizado.fnnde.gov.br](http://www.brasilalfabetizado.fnnde.gov.br). Acesso em 15 ago. 2015.

SCHWARTZ, S. **Alfabetização de Jovens e Adultos: teoria e prática**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 221 p.

SGB, **Sistema Geral de Bolsas**. Disponível em: [www.sgb.fnnde.gov.br](http://www.sgb.fnnde.gov.br) Acesso 12/08/2015

YIN, R. K. **O Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 200 p.

\_\_\_\_\_. **O Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. p. 18-22. 200 p.



## ESTUDOS CIENTÍFICOS DO TURISMO NA AMAZÔNIA: POR UM OLHAR INTERDISCIPLINAR

---

*Juliana Azevedo Hamoy<sup>1</sup>*

*Thiliane Regina Barbosa Meguis<sup>2</sup>*

*Kassia Suelen da Silva Farias<sup>3</sup>*

*Mirleide Chaar Bahia<sup>4</sup>*

**Resumo:** As especializações da ciência moderna motivam grandes pesquisas que ressaltam a necessidade de uma nova epistemologia que compreenda a multiplicidade de conhecimentos existentes no mundo. Esse estudo objetiva analisar a contribuição dos estudos interdisciplinares no campo científico do turismo na região amazônica. A metodologia utilizada conduziu-se com base na revisão bibliográfica de estudos anteriores, com categorias teóricas utilizadas por outros pesquisadores. Percebe-se que apesar das dificuldades encontradas, já existem importantes estudos realizados que analisam o turismo sob uma ótica crítica e interdisciplinar. A discussão aqui apresentada perpassa acerca da ciência e a necessidade de seguir um viés interdisciplinar que não esfacle o conhecimento produzido, com foco específico para as especificidades da região que só podem ser analisadas com base em diferentes olhares que relacionem os diferentes saberes que se comunicam.

<sup>1</sup> Bacharel em turismo; Especialista em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer (NAEA/UFPA); Mestranda em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA) - julianahamoy@gmail.com.

<sup>2</sup> Bacharel em turismo; Especialista em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer (NAEA/UFPA); Mestranda em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA) - thilly20@hotmail.com.

<sup>3</sup> Bacharel em turismo; Especialista em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer (NAEA/UFPA); Mestranda em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA) - kassiasfarias@gmail.com.

<sup>4</sup> Professora do NAEA/UFPA; Doutora em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA) - mirleidebahia@gmail.com

**Palavras-chave:** Interdisciplinaridade. Conhecimento. Amazônia. Turismo.

**Abstract:** The specializations of modern science motivate large surveys that highlight the need for a new epistemology, which comprises the multiplicity of knowledge in the world. This study aims to analyze the contribution of interdisciplinary studies in the scientific field of tourism in the Amazon region. The methodology used was led from literature review of previous studies, theoretical categories used by other researchers. It is noticed that despite the difficulties, there are already important studies that analyze tourism in a critical and interdisciplinary perspective. The discussion presented here runs through about science and the need to follow an interdisciplinary line not esfacele the knowledge produced, with specific focus on the specifics of the region that can be analyzed from different perspectives that relate different knowledge to communicate.

**Keywords:** Interdisciplinarity. Knowledge; Amazon. Tourism.

## INTRODUÇÃO

Os estudos interdisciplinares têm sido apontados como necessários para a construção de uma nova epistemologia que seja capaz de compreender e apreender na ciência os problemas da contemporaneidade (ambientais, sociais, econômicos, dentre outros). Para isso, é relevante considerar a multiplicidade dos conhecimentos existentes no mundo, uma das características apresentadas pelos estudos interdisciplinares.

Na Amazônia, região repleta de pluralidades, com modos de vida e compreensão de mundo diferentes de uma sociedade urbana e rural, é importante considerar a interdisciplinaridade para então começar a entender a sua própria realidade. Esta pesquisa, de cunho bibliográfico, analisou a contribuição de estudos interdisciplinares no campo científico do turismo na região amazônica.



Enfatiza-se a importância da produção de conhecimentos conectada a constantes diálogos que considerem os saberes “não formais”, especificamente nas pesquisas que têm como tema a referida região e, no caso específico deste estudo, as pesquisas relacionadas ao Turismo na Amazônia, em face da sua complexidade em relação à ecologia, à geografia, à economia e à política, em sua formação social.

A pesquisa abordou também a importância da inclusão de saberes de povos com modos de vida tradicionais na sociedade, ressaltando a impossibilidade de uma epistemologia geral que incorpore todos os conhecimentos científicos das sociedades existentes. A compreensão de mundo - como algo heterogêneo - é fundamental para a concretização do respeito a todos os modos de vida, à cultura e aos conhecimentos das sociedades.

Seguindo esses pressupostos, tenta-se conciliar essa nova perspectiva da ciência às pesquisas que tomam como objeto de estudo o turismo na região amazônica, tendo em vista que este envolve múltiplos atores e fatores, portanto, é de suma importância compreendê-lo a partir de uma análise interdisciplinar, conectando-o a diferentes disciplinas das diversas áreas de conhecimentos.

Observa-se, no entanto, que existem obstáculos epistemológicos que prejudicam o exercício da reflexão crítica do Turismo, dentre os quais está a dificuldade de comunicação entre diferentes áreas do conhecimento para a sua compreensão. Por esse motivo, o tema é considerado complexo e importante para as reflexões acerca de sua análise.

A nova epistemologia anunciada por diferentes pesquisadores (SÁ, 1987; GUSDORF, 1976; SANTOS, 2009; BOURDIEU, 2011) tem apresentado a exigência de um novo pensamento, ou seja, de uma ruptura com o conhecimento que intensifica a segregação do saber como forma de dominação, valorizando uma concepção epistemológica que considere o saber “caboclo”, o saber indígena; em resumo: o saber das populações tradicionais que vivem na Amazônia.

Nessa pesquisa, utiliza-se o termo “caboclo” como categoria de “mistura racial” e refere-se ao filho do branco e do índio”, como afirma Lima, (1999, p.6). Essa mistura racial citada pela autora carrega consigo o processo de colonização da Amazônia, o qual incluiu algumas políticas de integração da população indígena à sociedade colonial (a ideia de integração utilizada pela autora pode ser associada a escravidão, casamentos mistos e civilização).

Discorre-se sobre o termo caboclo com o intuito de compreender a carga social que povos de saberes tradicionais carregam. A história colonial de insubordinação na Amazônia traz consigo o peso de uma identidade condensada e limitada pelo simbolismo criado pelo “homem civilizado”, e esse peso também está associado ao saber criado por essas comunidades tradicionais: caboclos, indígenas e ribeirinhos.

Porém, tal saber se torna cada vez mais necessário e importante para a compreensão das transformações vividas na Amazônia. Com base em uma estrutura teórica, torna-se fundamental refletir acerca do conhecimento científico determinista e suas metodologias, que ainda são considerados paradigmas científicos irrefutáveis e de verdade única, o que prejudica os conhecimentos considerados “irracionais” (sem comprovação da ciência determinista), em que os saberes tradicionais, muitas vezes, estão situados pela ciência tradicional.

Assim, para o alcance do que está sendo proposto neste estudo, utilizou-se, metodologicamente, a pesquisa bibliográfica, pois ela considera diferentes produções teóricas que dialogam com as novas perspectivas apresentadas. De acordo com Severino (2007), a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de estudos anteriores, com categorias teóricas já utilizadas por outros pesquisadores e devidamente registrados: “O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos” (SEVERINO, 2007, p.122).

## 1 CIÊNCIA E PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Antes de qualquer análise, faz-se necessário entender como o estudo do conhecimento surgiu. A epistemologia, palavra de origem grega (episteme= conhecimento + logia = estudo), desenvolveu-se também nos períodos clássico e pós-clássico e, ao longo dos séculos, passou por intensas transformações, sobretudo com o advento da ciência moderna, que se caracterizou pela fragmentação e especialização do conhecimento e da produção científica. Conforme anunciam diversos autores (JAPIASSÚ, 1976; POMBO, 1993; MORIN, 2005; SANTOS, 2009), tais características da ciência moderna não respondem às diversas questões que estão sendo postas na atualidade (socioambientais, econômicas, dentre outras), o que consubstanciou a necessidade de rever e compreender a ciência de forma ampla.

Para Morin (2005, p. 101), a ciência moderna caracteriza-se por ser ambígua, pois ao mesmo tempo em que constitui o progresso do conhecimento, produz, no entanto, uma especialização dos objetos de estudos. Estudos específicos e disciplinares que se fecham em si mesmos não compreendem o contexto no qual se inserem, inviabilizando a integração nas problemáticas globais. A inteligência fragmentada, a partir da superespecialização, “Atrofia as possibilidades de compreensão e de reflexão, eliminando assim as oportunidades de um julgamento corretivo ou de uma visão a longo prazo” (MORIN, 2002, p.14). Essa insuficiência para tratar das dificuldades mais graves pode ser considerada um dos maiores e mais críticos problemas que a sociedade enfrenta. Como diz Morin, (2002, p.15), “Uma inteligência incapaz de perceber o contexto e o complexo planetário fica cega, inconsciente e irresponsável”. O enfrentamento dessa dificuldade deve ser feito a partir do sistema de ensino, o qual se utiliza de uma metodologia questionável no que tange ao isolamento das disciplinas em vez de reconhecer suas correlações. A real missão do ensino, em sua essência, é a transmissão de uma cultura

de compreensão da condição social e contexto ao qual se está inserido, e que favoreça simultaneamente um pensamento mais livre e aberto (MORIN, 2002).

A disciplina é importante para o surgimento da interdisciplinaridade, pois é a partir de cada disciplina que se pode observar a fragilidade da ciência em responder os problemas da contemporaneidade, em que nenhum conhecimento funciona isoladamente. Sendo assim, o cientista que se prende em sua única especialidade para entender a multiplicidade da ciência e os seus diferentes contextos está fadado à delimitação do conhecimento. Para Nóbrega (2002, p.116), é necessário entender “[...] as práticas complexas, múltiplas e diferenciadas que constroem o mundo enquanto representações”, que só podem ser analisadas a partir da comunicação entre as diversas formas da construção do saber.

A compreensão da complexidade existente no mundo oportuniza, conforme Prigogine (2003, p.), o surgimento de novos olhares a partir da articulação entre as diversas disciplinas. Esse entendimento conduz a ciência para uma explicação probabilística, longe de certezas absolutas oriundas de um determinismo científico. Portanto, Prigogine (2003) sugere uma nova racionalidade que ultrapasse a fragmentação e que considere em sua composição as multiplicidades da natureza e de suas estruturas. Para isso, o autor sinaliza a necessidade de direcionar a ciência entre dois extremos: das concepções deterministas, “nas quais não há lugar para a criatividade”, e “o mundo aleatório, no qual não há lugar para a razão” (PRIGOGINE, 2003, p.64). O limite entre os dois extremos (determinismo e o arbitrário) seria o que o autor chama de “O fim das certezas”. A ciência, então, estaria em um estado de transição e de contínua articulação com as diferentes concepções, em que “o pensamento do incerto seja simultaneamente o pensamento do novo, da inovação, das probabilidades” (PRIGOGINE, 2003, p. 53).

Nesse caso, a

interdisciplinaridade pode ser vista como método que utiliza a integração de disciplinas com vistas às futuras investigações de estudos diferentes o que pode atuar de modo holístico, no sentido em que nada funciona isoladamente, mas as partes se aproximam para evitar esfacelamento (NÓBREGA, 2002, p.116).

Assim, a unidade da ciência é considerada como uma “patologia”, cuja “cura” advém da necessidade de “uma melhor inteligência da realidade” – a interdisciplinaridade –, que seja capaz de formular uma “interpretação global da existência humana” (JAPIASSÚ, 1976, p. 29) e, portanto, possibilitando que as universidades sejam importantes partícipes desse processo de (re) formulação do conhecimento.

O progresso científico no período da modernidade é caracterizado pela exigência de especialização, no sentido de aprofundamento e aperfeiçoamento. Contudo, essa verticalização de estudos é compreendida também como um conhecimento dividido e pulverizado, fora de seu contexto. Esse pensar, próprio do rigor cartesiano, é marcado por uma lógica matemática e objetiva, distante de outras interpretações da realidade (SOUSA FILHO, 2002).

Bachelard (1996) enfatiza que o progresso do conhecimento científico é, muitas vezes, negligenciado pela falsa doutrina do geral, no qual conceitos bem formulados não abrem espaço para novas indagações (conhecimento estático), o que acaba obstruindo a pesquisa e sua evolução para um maior diálogo e legitimação de diversas formas do conhecimento (empírico e científico).

O autor ressalta ainda que permitir novas indagações no processo de formação do conhecimento não só proporciona a quebra do conhecimento determinista, como possibilita a criação de um novo espírito formativo. Porém, reconhece que uma das tarefas mais difíceis é, justamente, colocar a cultura científica em um estado de modificação permanente, ou seja, substituir o saber fechado e estático por uma ciência aberta e dinâmica que permita dialetizar todas as variáveis experimentais e oferecer, enfim, à razão, motivos para evoluir.

Japiassú (1976) afirma, que o grande desafio de uma nova epistemologia consiste, principalmente, “na tomada de consciência sobre o sentido da presença do homem no mundo” (JAPIASSÚ, 1979, p. 31), ou seja, (re) aproximar a ciência da realidade humana – um equilíbrio que permita o diálogo entre disciplinas de forma igualitária e possibilite trocas recíprocas.

A articulação entre o conhecimento e a prática, nesse processo de diálogo, é essencial, pois se equivalem num processo de reciprocidade, capaz de proporcionar “condição de diálogo fecundo entre o espírito e a realidade humana” (JAPIASSÚ, 1979, p. 88). É, portanto, um trabalho científico que está inserido em novas questões que se distanciam dos aspectos racionalistas e padrões deterministas da ciência moderna.

A ciência deve direcionar o seu olhar para as especificidades de cada região ou objeto. É nesse contexto que surge a relevância de entender onde o conhecimento está situado e qual a relação desse contexto com o objeto de análise. Nesse caso, Said (2007) e Aragón (2015) reforçam a importância de desconstruir essa visão de que apenas a América do Norte produz conhecimento, o qual dispõe de maior parte dos recursos tecnológicos, enquanto que a América do Sul seria sempre o “objeto de análise” das nações consideradas desenvolvidas, acarretando sérias desigualdades.

Percebe-se, com essa breve trajetória histórica, que a construção do conhecimento vem se tornando, ao longo do espaço/tempo, processo fundamental para entender a sua configuração na sociedade atual, assim como os fatores de hibridismos sociais, culturais e econômicos que influenciaram e influenciam o pesquisador e os pesquisados. Esses fatores podem mostrar a posição que um obtém sobre o outro e como se deu essa construção ao longo do tempo e das relações de poder que, nitidamente, são visualizadas na hierarquia científica construída ao longo da história.

Conforme anunciam os autores Samuel Sá (1987), Gusdorf (1976) e Bourdieu (2011), a nova epistemologia é uma proposta de reformulação

do que a ciência apresenta nos dias atuais. Conforme enfatiza Santos (2009), exige-se um novo pensamento, um pensamento pós-abissal, ou seja, uma ruptura dos modos de pensamentos e conhecimentos que se dizem “soberanos”, capazes de compreender o todo e que “confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes” (SANTOS, 2009, p. 44); um conhecimento que se permita refletir e conduzir novas propostas a partir de uma compreensão crítica.

Nesse aspecto, a ecologia de saberes, pressuposto dessa nova concepção epistemológica, considera a multiplicidade do conhecimento, para além daquele que a ciência moderna identifica como falso ou verdadeiro. E é nesse aspecto que o conhecimento caboclo, indígena, quilombola, ribeirinho, dentre tantos outros conhecimentos, que durante séculos foram reprimidos e desconsiderados da ciência, passam a ser uma premissa básica de uma pluralidade de formas de conhecimento que sustentam essa nova epistemologia.

Existem conhecimentos científicos e/ou empíricos que se complementam, colaborando para o surgimento de novos questionamentos e, por consequência, de novas respostas que deem subsídios às pesquisas. Nesse sentido, pensar a interdisciplinaridade significa que nenhuma ciência está isolada da outra, e que embates entre as áreas são possíveis, porém, estes devem ser de modo positivo, sem sobreposições de superioridade ou inferioridade.

A interdisciplinaridade se apresenta como um “apelo” ou uma “manifestação contemporânea do velho ideal de unidade do conhecimento” (POMBO, 1993, p. 3), cujo objetivo é ampliar a reflexão para além da ciência unidimensional. Ela é enfatizada como uma crítica à tendência analítica, cuja filosofia está embasada no princípio empirista e positivista, que considera a experimentação um importante instrumento para alcançar o conhecimento.

Para Pombo (1993), o “apelo à interdisciplinaridade” é resultante de acontecimentos importantes, tais como:

[...] o nível da produção dos diferentes conhecimentos científicos (aonde se procuram, ensaiam, selecionam, adaptam e mesmo institucionalizam novos sistemas de organização, modelos de investigação e métodos de trabalho que são claramente interdisciplinares ou, pelo menos, procuram sê-lo), como ao nível da transmissão e aplicação do conhecimento científico (vejam-se os muitos programas interdepartamentais, as diversas redes e grupos interuniversitários, a realização de inúmeras experiências de diálogo interdisciplinar, tanto no ensino como na investigação pura e aplicada) em universidades, escolas secundárias, departamentos técnicos, empresas, etc. (POMBO, 1993, p.4).

A produção dos diferentes conhecimentos científicos, bem como a transmissão e aplicação deste conhecimento, são tidos como pressupostos básicos que reforçam a necessidade de se compreender, criticar e tentar solucionar a problematização que foi apresentada no final do século XIX. Trata-se, portanto, de estudos que compreendam os problemas filosóficos originados pela ciência moderna, buscando, para isso, uma nova epistemologia que seja capaz de refutá-la, com um espírito crítico e desvencilhado de qualquer obstáculo que faça compreender a ciência de forma unidimensional.

No sentido de proporcionar estudos interdisciplinares no Brasil, surgiram programas de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) que estimulam esse tipo de pesquisas e debates. Na região Norte do país, um dos exemplos dessa iniciativa se situa no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), o qual se tornou referência nacional e internacional por meio de suas produções interdisciplinares que discutem o Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, buscando possíveis soluções dos problemas regionais amazônicos.

Cabe aqui situar, brevemente, a importância da Universidade Federal do Pará, no que tange ao seu protagonismo nas pesquisas sobre o contexto regional, histórico e político da Amazônia e, como enfatiza Nunes (2012), foi criada como um espaço de pesquisa extremamente



importante para a Amazônia, com o objetivo de ser protagonista das pesquisas realizadas em sua região, considerando para isso, a importância do conhecimento interdisciplinar que aprecia a diversidade sociocultural existente. A Amazônia se insere nesse contexto, dada a sua multiplicidade, seja em relação à ecologia, à geografia, à economia, à política e à sua formação social.

## 2 A IMPORTÂNCIA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES NA AMAZÔNIA

É nitidamente observada a “segmentação” da produção de conhecimentos no Brasil e, sobretudo, na região Amazônica, onde a cultura e história, por vezes, não são compreendidas e estudadas ou quando são, não são interpretadas de forma particular. Sobre esse fato, Aragón (2015) esclarece que:

A produção de conhecimento voltado para o bem-estar do ser humano, que apresente soluções socialmente incluídas, utilizando os recursos naturais com sabedoria e, ao mesmo tempo, preservando a diversidade biológica e cultural, representa um desafio para todos aqueles comprometidos com o futuro da humanidade (ARAGÓN, 2015, p.11).

Nesse sentido, a Amazônia, por ser uma região repleta de pluralidades, faz com que seja importante considerar a interdisciplinaridade, para então começar a entender a sua própria realidade.

Samuel Sá (1987) ressalta que a interdisciplinaridade não se refere somente a uma relação com outras disciplinas ou com diferentes áreas do conhecimento, mas, sobretudo, se caracteriza como uma ciência, que é, antes de tudo, praticante, ou seja, adjacente às premissas do homem.

Para Sá (1987), o conhecimento deve ser direcionado como um vaso comunicante, no qual diferentes áreas se conectem por um fio condutor. Na ausência de tal “vaso comunicante”, corre-se o risco de incorrer por uma visão limitada e unilateral. Assim, a interdisciplinaridade deve ser

vista como uma raiz, em que as diferentes áreas do conhecimento se completam e se complementam, possibilitando o aprendizado, pois estudar uma área de modo isolado pode significar uma limitação da ciência.

Nesse aspecto, a Amazônia deve ser estudada a partir de suas particularidades, objetivando, assim, corroborar com os estudos que condizem com a realidade vivida. Dessa maneira, o enfoque a ser abordado traz para o debate a importância da interdisciplinaridade como uma metodologia analítica que apoie estudos na Amazônia, ressaltando as suas características heterogêneas.

Castro (2009), ao tratar sobre a trajetória econômica que configurou o processo de urbanização na Amazônia, evidencia a complexidade do espaço e os fluxos econômicos que influenciaram diretamente o processo de transformação urbana. A autora sinaliza, ainda, que esse processo é relevante para entender a configuração da região como formadora de conhecimentos, principalmente com relação às singularidades e especificidades existentes.

O estudo realizado por Castro (2009) evidencia essa necessidade de compreender e analisar a região Amazônica a partir de diferentes olhares e interpretações, destacando, para isso, questões como as relações sociais no processo de urbanização da Amazônia. Outros estudos também retratam a importância da compreensão da formação (socioeconômica, socioambiental, institucional e sustentável) da Amazônia Legal no Brasil, composta por nove Estados (CAMPOS; CASTRO, 2015; SIMONIAN; BAPTISTA, 2015; SILVA; RAVENA, 2015; SILVA; AMIN; NUNES, 2015).

Tais autores, em seus estudos, defendem a importância de entender as dinâmicas das fronteiras da Pan-Amazônia, onde o novo se impõe e com ele surgem novas formas de agir, pensar e construir as cidades, considerando, principalmente, as diferentes relações sociais, ambientais, políticas e econômicas que são nitidamente observadas na região. Segundo Aragón (2015, p. 6), “[...] a região não poderá ser

tratada sem se considerar suas particularidades espaciais”; portanto, não se consegue compreender a Amazônia sem antes captar a sua essência.

Pensar a Amazônia a partir de perspectivas homogêneas é algo que exige grandes reflexões para a própria sociedade; afinal, generalizar a individualidade a partir de uma ideologia geral pode ser prejudicial para a identidade tanto pessoal quanto social de cada um. A resignação gerada diante de uma percepção hierárquica global de hegemonia de saberes implica em sentimentos de conhecimentos inferiores e, portanto, desqualificados pela ciência racional determinista, dita verdadeira.

Pode-se observar que o processo de urbanização destacado por Castro (2009) é observado também nos estudos de Marin (2013) e Paula et al. (2015), nos quais os autores esclarecem que o processo de reterritorialização, de segurança e soberania nacional fundados na busca desenfreada pelo desenvolvimento regional acarretaram problemas sociais, culturais e econômicos para a região. É nesse contexto, que a busca pelo conhecimento, e a formulação da ciência são necessários para a produção de estudos que não venham a contradizer a realidade amazônica com o seu contexto e suas singularidades, contribuindo de forma harmônica para a relação dialética entre o saber tradicional e o conhecimento científico.

Portanto, para estudos em regiões heterogêneas, é indispensável uma metodologia diferenciada na elaboração das pesquisas, sendo necessária a experiência de campo em busca de conhecimentos etnográficos, pois pesquisas assim exigem, antes de tudo, uma busca de si próprio, de seus limites e ultrapassar barreiras de epistemologias preconcebidas para, então, formular novas ideias e pensamentos (ALBERT, 2015).

A busca por uma nova epistemologia para pesquisas na Amazônia é evidenciada para além de aspectos espaciais, envolvendo questões econômicas, políticas, sociais e ambientais. A soma desses fatores colabora para as particularidades da região. É importante ressaltar que

não se pretende aqui expor um modelo teórico-metodológico para o surgimento de uma nova epistemologia em estudos na Amazônia e/ou na Pan-Amazônia. Porém, é válido destacar que, apesar das dificuldades encontradas, já existem importantes estudos realizados nos últimos anos sobre a região amazônica com a temática do Turismo.

### 3 ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DE TURISMO NA AMAZÔNIA

Estudos recentes sobre a Amazônia têm ganhado destaque no que concerne à possibilidade de entender a multiplicidade da região com base em novas epistemologias interdisciplinares. Cada vez mais são numerosas, as pesquisas que demonstram a importância da interdisciplinaridade para a produção de novos conhecimentos que considere as diferentes formas do saber. Observa-se, no entanto, que ainda existem estudos que desconsideram o olhar crítico em sua análise.

Para esta análise, toma-se como exemplo os estudos direcionados para a atividade turística, que embora seja reconhecida com um enfoque multi e interdisciplinar, por envolver diferentes áreas do conhecimento na sua concepção epistemológica, alguns pesquisadores ainda direcionam suas pesquisas somente para questões como “impactos do turismo, nos turistas, nas relações entre turistas e pessoas do local, no funcionamento do ‘sistema turístico’ e nas consequências do fenômeno”, segundo Panosso Netto et al. (2011, p. 541).

Ressalta-se, no entanto, que, apesar das dificuldades encontradas, já existem importantes estudos realizados que se debruçam em analisar o Turismo com olhar crítico e interdisciplinar. Destacam-se alguns dos estudos realizados no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido PPGDSTU (NAEA/UFPA), disponíveis no quadro 1, e tantos outros estudos que trouxeram grandes contribuições, o que acrescenta novas percepções e debates acerca da atividade turística na Amazônia nacional e internacional.

Quadro 1 – Síntese das teses e dissertações publicadas nos últimos anos no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido PPGDSTU (NAEA/UFPA).

Autor	Título	Ano de publicação
PINTO, Paulo Moreira	Políticas públicas de turismo na Pan-Amazônia: processos de gestão local em áreas protegidas na tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru	2016
ARAÚJO, Monica de Nazaré Ferreira de	Governança ambiental e turismo – análise dos Parques Nacionais: Amazônia, Chapada das Mesas (Brasil) e Tortuguero (Costa Rica)	2015
NASCIMENTO, Vânia Lúcia Quadros	Políticas públicas de turismo na Amazônia brasileira: sua ascensão às agendas do Amazonas e do Pará	2015
NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça	Turismo e políticas públicas na Amazônia brasileira: instâncias de governança e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, Oeste do Estado do Pará	2012
ALBERTO, Diana Priscila Sá	Políticas Públicas, Turismo e Unidades de Conservação Municipais em Serra do Navio-AP	2010
CRUZ, Silvia Helena Ribeiro	Turismo, fronteira e desenvolvimento na Pan-Amazônia: trajetórias entre o Brasil e a Guiana Francesa	2010
NASCIMENTO, Vânia Lúcia Quadros	Políticas públicas de ecoturismo e participação: a trajetória do PROECOTUR no Pólo Belém/Costa Atlântica	2009
QUARESMA, Helena Dóris de Almeida Barbosa	Turismo na Terra de MAKUNAIMA: sustentabilidade em parques nacionais da Amazônia?	2008
CAMPOS, Raul Ivan Raiol de	Sustentabilidade, Turismo e Gestão do patrimônio arqueológico: limites e possibilidades no Maracá (AP) e Serra dos Martírios/Andorinhas (PA)	2008

Diferentes questões e aspectos foram tratados sobre Turismo nos últimos anos no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA) e todos, de maneira geral, foram realizados com base em pressupostos interdisciplinares, tendo em vista não somente a necessidade de analisar o Turismo em si, mas, sobretudo, analisá-lo em um contexto maior, considerando as especificidades que a Amazônia nacional e internacional apresenta.

Krippendof (2009, p. 57) sugere que os pesquisadores do turismo procurem “desvendar as conexões existentes entre outras variáveis significativas, como a imagem, as culturas envolvidas, a identidade local, a tomada de decisão etc.”, que considere as múltiplas interferências relacionadas com a atividade e consiga estabelecer um diálogo com outras áreas do conhecimento.

Adjacente a essa necessidade de um olhar interdisciplinar no conhecimento sobre o turismo, Gusdorf (1976) afirma que a nova epistemologia

[...] não seria mais somente uma reflexão sobre cada ciência em particular, separada do resto, e comprazendo-se com uma deleitação morosa sobre seu próprio discurso. Invertendo a marcha do pensamento, os sábios de nossa época devem renunciar a se confinarem em sua especialidade, para procurarem, em comum, a restauração das significações humanas do conhecimento (GUSDORF, 1976, p. 15).

Não distante do que Gusdorf (1976) apresentou, segundo Bourdieu (2011):

Aquilo o que se chama “ruptura epistemológica”, quer dizer, o pôr-em-suspense as pré-construções vulgares e os princípios geralmente aplicados na realização dessas construções, implica uma ruptura com modos de pensamento, conceitos, métodos que têm a seu favor todas as aparências do senso comum, do bom senso vulgar e do bom senso científico (tudo o que a atitude positivista dominante honra e reconhece) (BOURDIEU, 2011 p. 49).

Bourdieu (2011) destaca ainda que a construção do objeto necessita apreender a realidade por “ângulo imprevisto”, ou seja, tomando como exemplo os estudos sobre o turismo (conhecimento este que está inserido nas ciências sociais aplicadas), a importância política e econômica não deve ser percebida de forma isolada dos aspectos sociais, culturais e ambientais, como também o turismo não deve ser compreendido de modo imediato, sem que haja apreensão ou a sua compreensão crítica. O turismo como objeto de estudo deve ir além da sua aplicabilidade (prática), indo em direção das reflexões teóricas que consigam estabelecer relações, como evidenciam Japiassú (1976) e Bourdieu (2011).

Ao trazer a ecologia dos saberes para a produção do conhecimento em turismo, embora seja de extrema importância para a ampliação crítica, verifica-se que há, ainda, grandes obstáculos para colocá-las em prática, pois a especialização, cada vez mais numerosa, dos cientistas bloqueia a compreensão real do contexto estudado, o que impossibilita dialogar e conduzir o conhecimento do turismo.

Como afirma Barretto (2005), por envolver diferentes atores, o turismo é amplamente estudado em diversas áreas do conhecimento, de forma isolada e sujeito à influência de diferentes paradigmas que dificultam a sua compreensão. Nesse caso, cientistas da economia analisam o turismo sob os aspectos macro e microeconômico, e cientistas das áreas humanas, como antropólogos, estudam o turismo como uma interferência nos aspectos socioculturais, bem como as relações entre visitante e visitado.

De acordo com Pinto et al. (2015), já existe um consenso em tratar o turismo como objeto de estudo setorial e disciplinar, com enfoque geralmente economicista. Esse pensamento formou-se ao longo dos anos com a visão, por vezes, limitada das instituições de ensino e pesquisa, que não consideram o turismo como ciência, o que, para Pinto et al. (2015), justificaria a escassez de investigações mais aprofundadas sobre

o tema. Trata-se de uma análise tradicional de turismo, que o observa a partir da multidisciplinaridade sem, contudo, observar possibilidades de interação entre diferentes disciplinas. Todavia, como já abordado, essa realidade muda à medida que os estudos de turismo se colocam como objeto de diferentes olhares, não apenas restrito à economia.

A proposta de interdisciplinaridade, nesse caso, consagra-se pela possibilidade de constituir um estudo de turismo que considere e dialogue com outros conhecimentos que estão direta ou indiretamente envolvidos com o fenômeno. A economia, biologia, sociologia, antropologia, geografia, entre outras ciências, são indispensáveis para o conhecimento do turismo e para auxiliar pesquisas criteriosas sobre os impactos sociais, culturais, ambientais, econômicos, bem como os fenômenos de interação e motivação dos turistas (BARRETTO, 2006).

No entanto, apesar de haver fortes interações entre a pesquisa interdisciplinar e o turismo, Barretto (2006, p. 8) salienta que há dificuldades que estão além das questões estritamente técnicas de pesquisas, entre elas as “rivalidades de campo”, pois temos, de um lado, uma rivalidade entre trade, poder público e academia, que se fundamenta em diferentes visões de mundo; de outro, uma rivalidade interna na academia, que nem sempre obedece a divergências teóricas, mas a interesses corporativos (BARRETTO, 2005, p. 2).

Santos (2005), ao tratar da importância da Sociologia e da Antropologia nos estudos do turismo, verifica que existem duas demandas distintas: uma se dirige para a exigência de compreensão e interpretação do fenômeno turístico; a outra se direciona para as questões dos mercados, compreendendo o turismo como uma “indústria” que se constitui por empresas e iniciativas dispostas a satisfazer a demanda com os seus serviços turísticos.

Krippendof (2009) e Pinto et al. (2015) ressaltam, no entanto, que essa última interpretação econômica sobre o turismo é somente um dos seus aspectos que envolvem a atividade turística. Sobre esse



aspecto, Pinto et al. (2015, p.451) avaliam-na como uma das principais dificuldades encontradas na produção do conhecimento sobre turismo, tendo em vista que é “muy difícil salir de esta circularidad reflexiva, que denota la imposibilidad del turismo para ir contra el poder del capital”.

No turismo, a partir de pressupostos sobre o avanço epistemológico, Neves e Leme (2011) afirmam que o ensino nesse campo deve acontecer não apenas pelo processo de investigação, mas principalmente pela busca da própria produção do conhecimento. Na atividade turística, já há uma procura por novos procedimentos epistemológicos que estão sendo elaborados e utilizados por pesquisadores da região amazônica, os quais apontam dificuldades das pesquisas que desafiam sua capacidade intelectual de produção. A realidade amazônica exige constante inovação teórico-metodológica que conduza as pesquisas para novas questões e possibilidades com um olhar interdisciplinar.

Nesse sentido, os estudos auxiliam na resolução de problemas sociais, observando a possibilidade de elaboração de novos aportes teóricos. Para Pinto et al. (2015, p. 465), é importante uma proposta de reconstrução de metodologias com “calidad sine qua non en la construcción de un instrumental de época que conduzca a reflexionar sobre la disciplina en si”. Essa qualidade fundamental para a construção de um instrumento que reflita sobre a disciplina em si, de acordo com o autor, conduzirá então a ser um filósofo científico que aprende o que faz a partir do processo investigativo, juntamente com o material teórico-metodológico utilizado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A unidade e a fragmentação da ciência moderna têm motivado grandes estudos que salientam a importância de uma nova epistemologia que considere a multiplicidade de conhecimentos que durante séculos foram e ainda são esquecidos pela ciência moderna. Nesse aspecto, a

interdisciplinaridade é apresentada como uma “cura” do saber, que se propõe, a partir dos “vasos”, promover uma intersecção e interpretação da realidade de modo desfragmentado.

Assim sendo, a produção do conhecimento deve estar associada a constantes diálogos entre os saberes científico e tradicional, para que então seja possível a permanente e cíclica construção de epistemologias. Em se tratando de pesquisas na Amazônia, a complexidade que envolve essa região e sua formação físico-territorial exige métodos de pesquisas desenvolvidos para a própria região.

A comunicação dos saberes ou a interdisciplinaridade é, pois, reconhecida como um instrumento capaz de promover a (re) formulação do conhecimento. Mas, é válido lembrar que se trata de uma proposta ainda em estado de construção, apesar de ter uma sólida produção teórica ao seu respeito. Nesse sentido, destaca-se a importância das instituições de ensino, pois é o lugar onde se concentram as produções científicas e onde existe a possibilidade de exercer não somente o ensino, mas a pesquisa e extensão, de modo que consiga extrapolar as suas fronteiras e dialogar com o conhecimento produzido para além delas. Tomou-se como exemplo os estudos sobre o turismo que estão sendo realizados no Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA/UFPB), um importante núcleo que tem permitido direcionar suas análises de modo interdisciplinar.

Observou-se a aproximação do Turismo ao diálogo interdisciplinar, pois é amplamente estudado em diversas áreas do conhecimento, porém ainda de forma multidisciplinar. Essa questão revela, portanto, a necessidade da interdisciplinaridade para a sua compreensão crítica e fenomenológica. Desta forma, este estudo salienta a necessidade de construção de objetos de estudos que dialoguem e busquem a prática interdisciplinar de modo constante.

É necessário considerar a heterogeneidade intrínseca à humanidade. Além disso, é preciso aceitar a impossibilidade de ter conhecimento pleno de todos os assuntos e particularidades existentes no planeta, em que

cada conhecimento advindo de uma resposta gera uma nova pergunta, formando um ciclo infinito. O espaço/tempo humano também é cíclico e mutável, e forma um mundo em constante transformação. Cabe ao homem buscar sempre conhecer mais o seu mundo, em todos os aspectos possíveis. Áreas diversas estão entrelaçadas e são interligadas por meio da interdisciplinaridade, a qual permite uma maior compreensão da vida.

Os conhecimentos associados de modo interdisciplinar ampliam os horizontes dos indivíduos e, por consequência, da sociedade como um todo. Essa percepção ampliada do planeta colabora para a aceitação do homem para com o mundo que ele habita. São os pensamentos acerca da vivência em sociedade que formam as pessoas, bem como as pessoas formam a sociedade. O entendimento de mundo deve ser maior e mais heterogêneo do que realmente se pode compreender, e a aceitação dessa realidade e o respeito às diferenças de saberes, conhecimentos e culturas devem ser ressaltados.

Deve-se, antes de qualquer construção do conhecimento, ampliar e aprofundar as dimensões sociais do saber, além da crítica de reformular e conceituar os problemas do conhecimento e do próprio projeto epistemológico, entendendo que todas as tentativas do saber são socialmente situadas, incluem o reconhecimento do papel da localização histórica e social na formação dos agentes e dos seus conhecimentos.

Portanto, objetiva-se entender como uma realidade singular, seja ela amazônica ou não, tem sua inserção na atualidade, com as suas diversas formas de viver e produzir ciência, em que os atritos são vistos como um fator positivo da conexão global, como principal objetivo do pesquisador, para de fato, conseguir produzir conhecimento, a partir das especificidades locais, e identificar quais os impactos positivos e negativos do seu estudo para a sociedade.

## REFERÊNCIAS

ARAGÓN, L. E. Desenvolvimento amazônico em questão. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 107, set. 2015, p. 5-16.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARRETTO, Margarita. **Turismo, cultura e sociedade**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2006.

\_\_\_\_\_. **Dificuldades e possibilidades da pesquisa interdisciplinar no mestrado em turismo**. CONFERÊNCIA apresentada no II Encontro Internacional de Pesquisadores da Rede Latino-americana de Cooperação Universitária “América Latina perante o desafio da integração” Universidade de Caxias do Sul-RS 08, 09 e 10 de junho de 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. RJ, Bertrand Brasil, 2011.

CANCLINI, N. G. **Cultura híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

CASTRO, E. M. R. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, Edna Maria Ramos (Org.). **Cidades na Floresta**. 1. ed. São Paulo: ANNABLUME, 2009. p. 13-39.

CASTRO, E. CAMPOS, I. **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

GUSDORF, G. Prefácio. Japiassú, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. RJ, Ed. Imago, 1976.

JAPIASSÚ, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. RJ, Ed. Imago, 1976.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. 2015. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Tradução de B. Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: Para uma nova compreensão do lazer das viagens, 2009.

LIMA, D. de M. A construção histórica do termo caboclo. **Novos Cadernos NAEA**, Vol. 2, n. 2. 1999.

MARIN, R. A. Entre a fronteira Venezuela-Brasil, os territórios de povos indígenas e de comunidades tradicionais. **Ciência e Cultura**, v. 65, p. 27-30, 2013.

MORIN, E. **Cabeça bem feita**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

NEVES, S. C.; LEME, F. B. M. (2011) “Propuestas para la enseñanza de la metodología científica en el turismo: redes, conflictos e intereses”. **Estudios y Perspectivas en Turismo** 20(6) Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/scielo>>. Acesso em 29/08/ 2016.

NÓBREGA, G. M. Interdisciplinaridade: uma visão dos tempos atuais. In: FERNANDES, A.; GUIMARÃES, F. R.; BRASILEIRO, M. C. E. (Org.). **O fio que une as pedras**: a pesquisa interdisciplinar na pós-graduação. São Paulo: Biruta, 2002. p. 111-118.

NÓBREGA, W. R. (2012). **Turismo e políticas públicas na Amazônia brasileira**: instâncias de governança e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, Oeste do Estado do Pará, 2012. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2012.

NASCIMENTO, V. L. Q. **Políticas Públicas de ecoturismo e participação**: a trajetória do PROECOTUR no Polo Belém/Costa Atlântica. 2009. 212f.: Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2009.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas de turismo na Amazônia brasileira: sua ascensão às agendas do Amazonas e do Pará.** 2015. 415 f Tese (doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

NUNES, Benedito. Universidade e Regionalismo. In: **Do Marajó ao arquivo: breve panorama da cultura no Pará.** Belém: SECULT: Ed. UFPA, 2012.

PAULA, E. A. de; MORAIS, M. J.; SILVA, S. S. da. Cercamento das florestas sob o Capitalismo verde: miradas desde a fronteira trinacional Brasil/Peru/Bolívia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18, n.1, p. 213-232, 2015.

PANOSSO NETTO, A.; NOGUERO, F. T.; JÄGER, M. Por uma Visão Crítica nos Estudos Turísticos. **Turismo em análise**. Vol. 22, n. 3, dez. 2011.

PINTO, P. M.; SIMONIAN, L. T. L.; MONTEIRO, M. de A. El turismo como núcleo de estudio interdisciplinario: [Re]construcción de los procedimientos y adecuaciones metodológicas. **Estudios y Perspectivas en Turismo**. v. 24 p. 450-469, 2015.

PINTO, P. M. **Políticas públicas de turismo na Pan-Amazônia: processos de gestão local em áreas protegidas na tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru.** 2016. 424 f.: Tese (Doutorado) Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2016.

POMBO, O. A interdisciplinaridade como problema epistemológico e exigência curricular. **Revista inovação**, v. 6, n.2, 1993.

PRIGOGINE, I. O fim da certeza. In: MENDES, C. (Org.). **Representação e complexidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 49-67.

QUARESMA, Helena Doris de Almeida Barbosa; SIMONIAN, Ligia T. L.; Universidade Federal do Pará (Orientadora). **Turismo na Terra de Makunaima: sustentabilidade em parques nacionais da Amazônia?** 2008.

418 f.: Tese (doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2009.

SÁ, S. Interdisciplinaridade: sim e não a vasos comunicantes em educação pós-graduada”. In: **Cad. Saúde Pública** [online]. 1987, Vol. 3, n.3.

SAID, E. “Introdução”. In: **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, B. de S. **Para além do pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. In: Meneses, Maria Paula; Santos, B. S (Orgs) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. 1ª edição.

SANTOS, R. J. dos. Antropologia, sociologia e estudos do Turismo: contribuições para um diálogo interdisciplinar. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 23-46, 2. sem. 2005.

SANTOS, B. S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes**. In SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, F. C. da; Amin, M. M.; Nunes, F. N. **Sustentabilidade dos municípios da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

\_\_\_\_\_. Ravena, N. **Formação institucional da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

SIMONIAN, L. T. L. BAPTISTA, E. R. **Formação socioambiental da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

SOUSA FILHO, S. G. **Comunicação e interdisciplinaridade**. In: FERNANDES, A.; GUIMARÃES, F. R.; BRASILEIRO, M. C. E. (Org.). **O fio que une as pedras: a pesquisa interdisciplinar na pós-graduação**. São Paulo: Biruta, 2002. p. 59-78.





## A AMAZÔNIA EM MILTON SANTOS: REGIÃO, GLOBALIZAÇÃO E MEIO TÉCNICO- CIENTÍFICO-INFORMACIONAL<sup>1</sup>

---

*Helbert Michel Pampolha de Oliveira<sup>2</sup>*

*Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior<sup>3</sup>*

**Resumo:** O artigo analisa o papel conferido à Amazônia na discussão empreendida por Milton Santos a propósito da configuração geográfica do atual mundo globalizado. Identifica referências ao espaço amazônico e às questões geográficas correlatas, analisando sua problematização enquanto região no contexto das obras do referido autor. Lança mão de levantamento e revisão bibliográficos da obra miltoniana concernente à discussão do chamado período técnico-científico-informacional e sua correspondente configuração espacial, assim como, de trabalhos que fornecem uma contextualização biográfico-intelectual do autor estudado. Dessa forma, estabelece-se a compreensão do papel assumido pela Amazônia na abordagem miltoniana acerca da globalização do espaço e conclui-se que, embora essa região não tenha sido o foco central de suas análises, há importantes obras do autor em que a Amazônia recebe sua atenção, revelando contribuições pertinentes

---

<sup>1</sup> Este trabalho é parte do projeto de pesquisa intitulado “Um olhar geográfico em perspectiva: a Amazônia na abordagem do espaço como instância social”, coordenado pelo Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), uma entidade do governo brasileiro voltada ao desenvolvimento científico e tecnológico.

<sup>2</sup> Bolsista PIBIC/CNPq – Brasil no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). E-mail: helbertmichel@live.com

<sup>3</sup> Professor Titular em Geografia, vinculado ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador Nível 1-D, CNPq – Brasil. E-mail: stclair@ufpa.br

tanto ao entendimento dos processos hegemônicos caracterizadores da dinâmica recente do espaço amazônico como das formas de contra-hegemonia a essa globalização perversa.

**Palavras-chave:** Milton Santos. Amazônia. Região. Globalização. Meio técnico-científico-informacional.

### THE AMAZON IN MILTON SANTOS: REGION, GLOBALIZATION AND TECHNICAL-SCIENTIFIC-INFORMATIONAL ENVIRONMENT

**Abstract:** The article analyzes the role conferred to Amazon in Milton Santos discussion regarding the geographic configuration of current globalized world. It identifies references to the Amazonian space and related geographical issues, analyzing its problematization as a region in the context of his works. It resorts a bibliographical review of the miltonian work concerning the discussion of the called technical-scientific informational period and its corresponding spatial configuration, as well as works that provide a biographical-intellectual contextualization of the author studied. Thus, the role assumed by Amazon in the miltonian approach to globalization of space is established and it was concluded that, even though this region was not the central focus in its research, there are important works in which Amazon receives his attention, revealing pertinent contributions both to understanding the hegemonic processes that characterize the recent dynamics of Amazonian space and about forms of counter hegemony to this perverse globalization.

**Keywords:** Milton Santos. Amazon. Region. Globalization. Technical-scientific-informational environment.

## INTRODUÇÃO

Cidadão do mundo, Milton Santos (1926-2001) foi um geógrafo e intelectual responsável por dar visibilidade à Geografia brasileira e colocar a contribuição dessa ciência no centro do pensamento social brasileiro (ELIAS, 2002; CONTEL, 2014), tendo em vista o seu competente e refinado legado teórico-conceitual e metodológico deixado para as ciências humanas e sociais.

Ressalta-se, de antemão, que a obra de Milton Santos destaca uma preocupação que lhe é muito cara, pautada primordialmente na compreensão da realidade da qual fazia parte, isto é, a realidade dos ditos países “subdesenvolvidos” ou do “Terceiro Mundo”<sup>4</sup>. Todavia, enquanto um intelectual preocupado com a realidade desses países coloca-se a questão: Milton Santos pensou a Amazônia? Em que medida suas contribuições nos ajudam a compreender a dinâmica recente que caracteriza o espaço amazônico e seus processos?

Sabe-se que, muito embora a Amazônia não seja um dos focos centrais na obra de Milton Santos, certamente várias de suas contribuições, sobretudo as de ordem teórica, ajudam a compreender a dinâmica mais recente que tem caracterizado essa região, principalmente a partir do último quartel do século XX. Isso porque o geógrafo baiano se colocou à sociedade como um intelectual comprometido e preocupado com questões relacionadas à urbanização e à dependência econômica dos países “subdesenvolvidos”, em especial do Brasil.

---

<sup>4</sup> A utilização das expressões “países subdesenvolvidos”, “países do Terceiro Mundo” ou “países terceiro-mundistas” por Milton Santos demarca uma intenção do autor em falar dos países do sul global, sobretudo aqueles que se encontram na periferia do capitalismo, que exercem relações de dependência e subordinação para com os países ricos do norte global. Dessa forma, ressalta-se que o geógrafo baiano, mesmo nas suas obras mais recentes, a exemplo de Santos (2010 [2000]), utiliza-se dessas denominações para se referir àquela realidade da periferia do capitalismo, sobretudo ao Brasil e aos demais países latino-americanos, marcados por disparidades socioeconômicas e espaciais. Por serem denominações recorrentes na construção teórica de Milton Santos, sempre que utilizadas no presente trabalho, serão grafadas entre aspas.

Dessa forma, considera-se haver um lugar para a Amazônia na leitura e na interpretação das espacialidades por meio das quais esse geógrafo buscou entender o mundo contemporâneo, e aqui, trabalha-se com a hipótese de que a região amazônica, como parte dessa realidade estudada pelo referido autor, não lhe escapou o olhar analítico.

Assim, no intuito de compreender a dinâmica atual das relações que têm marcado o espaço amazônico, tem-se como objetivo analisar e compreender o papel reservado à Amazônia e sua problematização enquanto região na discussão empreendida pelo autor em referência à configuração do meio técnico-científico-informacional<sup>5</sup> no mundo globalizado.

Os procedimentos metodológicos utilizados para o empreendimento da análise foram: a) levantamento e sistematização biográfica e do memorial acadêmico/intelectual de Milton Santos; b) levantamento dos livros em que esse geógrafo se volta à discussão da globalização e do meio técnico-científico-informacional, tais como Santos (2008 [1978], 2010 [2000], 2014a [1985], 2014b [1988], 2013a [1993], 2013b [1994], 2012 [1996]) e Santos e Silveira (2011 [2001]); e c) definição do *corpus* da pesquisa através do levantamento das produções miltonianas que referenciam a Amazônia na teoria sobre o meio técnico-científico-informacional e a globalização, tendo sido identificadas as seguintes: Santos (1982, 1995, 2008 [1978], 2010 [2000], 2013a [1993], 2013b [1994]) e Santos e Silveira (2011 [2001]).

O texto encontra-se organizado em duas partes. Na primeira, realiza-se uma contextualização biográfico-intelectual de Milton Santos, de modo a situá-lo em relação ao conjunto de sua obra e às suas preocupações relacionadas à região amazônica. Em seguida, apresenta-se a Amazônia no contexto da obra miltoniana voltada à leitura do

---

<sup>5</sup> Responsável pela configuração geográfica do período atual, assentado em ciência, tecnologia e informação, o meio técnico-científico-informacional é a expressão espacial da globalização (SANTOS, 2012 [1996]).

espaço no período técnico-científico-informacional, destacando as obras em que o geógrafo baiano referencia aquela região, bem como as suas contribuições à sua compreensão.

Aponta-se que o estudo da Amazônia no contexto da obra miltoniana acerca do espaço no período técnico-científico-informacional sinaliza para o papel assumido por essa região na discussão empreendida por Milton Santos sobre a globalização do espaço. Indica, também, que, embora a região amazônica não tenha sido um dos focos centrais nas pesquisas do autor, decerto as contribuições desse geógrafo são pertinentes à compreensão da dinâmica globalizada que tem marcado esse espaço regional e seus processos na contemporaneidade.

#### **MILTON SANTOS: UM INTELLECTUAL COMPROMETIDO COM A REALIDADE DOS “PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS”**

Milton Santos foi um intelectual comprometido com o seu tempo e com a sua realidade. Nascido no interior da Bahia, no Município de Brotas de Macaúbas (BA), formou-se no ano de 1948 em Direito pela Universidade Federal da Bahia e, dez anos depois, doutorou-se em Geografia na renomada *Université de Strasbourg*, na França, apresentando tese sobre o centro da cidade do Salvador<sup>6</sup>.

Responsável por promover uma verdadeira renovação no pensamento da ciência geográfica, construiu uma primorosa obra que reúne cerca de 40 livros, 15 trabalhos de editoria, 21 publicações menores e algo em torno de 380 artigos científicos, além de várias entrevistas, apresentações, prefácios e matérias de jornal (GRIMM, 2011).

---

<sup>6</sup> A tese foi originalmente apresentada e publicada em francês, no ano de 1958, sob o título “*Le centre de la ville de Salvador: étude de géographie urbaine*”, sendo traduzida e publicada no Brasil pela primeira vez no ano de 1959. Atualmente compõe um dos títulos da Coleção Milton Santos, editada pela Editora da Universidade de São Paulo e aqui referenciada como Santos (2011).

Com base nas contribuições de Santos e Lévy (2011), procura-se estabelecer aqui uma breve periodização acerca da trajetória de Milton Santos e suas contribuições à Geografia, concebida em três grandes momentos, conforme se pode observar no quadro 1.

Quadro 1 - Trajetória de Milton Santos e suas contribuições à Geografia, segundo periodização feita por Santos e Lévy.

Período	Contribuições à Geografia	Principais obras lançadas
1948-1964: pesquisador implicado na realidade local	Período em que Milton Santos inicia sua vida acadêmica em instituições como a Universidade Católica de Salvador e a Universidade Federal da Bahia, além de desenvolver seu doutorado na <i>Université de Strasbourg</i> (França), sob orientação de Jean Tricart. Nesse momento, destaca-se sua preocupação em compreender a sua realidade local por meio de importantes pesquisas e publicações sobre a capital baiana e as cidades e região do Recôncavo, fundando o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais.	“O povoamento da Bahia” (1948), “Os estudos regionais e o futuro da Geografia” (1953), “Zona do cacau” (1955), “Estudos de Geografia da Bahia” (1958), “A cidade como centro de região” (1959) e “O centro da cidade do Salvador” (1959).
1964-1977: pesquisador viajante	Exilado na França em 1964, Milton Santos inicia uma brilhante carreira internacional que se deu em várias instituições do mundo. Desde então, e através de um profícuo debate estabelecido com a filosofia e a economia política, dedicou-se a entender a cidade dos “países subdesenvolvidos”, fato que rendeu importantes contribuições teóricas à Geografia, tais como a famosa teoria dos dois circuitos da economia urbana e os primeiros passos para a definição do objeto de estudo da ciência geográfica.	“A cidade nos países subdesenvolvidos” (1967), “ <i>Le métier du géographe en pays sousdéveloppés</i> ”(1971), “ <i>Les villes du Tiers Monde</i> ” (1971) e “ <i>L'espace partagé</i> ” (1975).

<p>1977-2001: pesquisador engajado (com o futuro)</p>	<p>Com enorme carga teórica adquirida por meio da experiência no exterior, Milton Santos retorna ao Brasil em 1977 e, sob muitas dificuldades, consegue se (re)inserir em universidades brasileiras. Nesse momento, o geógrafo baiano se propõe a construir um projeto de Geografia voltado para o futuro e fornece valiosas e potentes contribuições à ciência geográfica do seu país. Destacam-se, nesse período, o seu esforço em consolidar uma teoria da Geografia e a definir o verdadeiro objeto de estudo da disciplina ao oferecer à comunidade geográfica um arsenal teórico-conceitual bastante rico e metodologicamente consistente. Preocupou-se, também, em compreender a organização do espaço no período atual através do estudo do meio técnico-científico-informacional, bem como a relação entre território e cidadania, levando-o a formular importantes teorias que subsidiam, até hoje, análises e leituras do espaço. Ademais, conceitos, categorias e noções como as de fixos e fluxos, circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação, forma, função, estrutura e processo, interno e externo, novo e velho, modelo cívico-territorial de espaço, configuração territorial, horizontalidades e verticalidades, solidariedade orgânica e solidariedade organizacional, território usado, foram propostos por Milton Santos neste período.</p>	<p>“Por uma Geografia nova” (1978), “Pensando o espaço do homem” (1982), “Espaço &amp; método” (1985), “O espaço do cidadão” (1987), “Metamorfoses do espaço habitado” (1988), “A urbanização brasileira” (1993), “Por uma economia política da cidade” (1994), “Técnica, espaço, tempo” (1994), “A natureza do espaço” (1996), “Por uma outra globalização” (2000) e, em coautoria com a geógrafa Maria Laura Silveira, “O Brasil” (2001).</p>
---	---	---

Fonte: Santos (2001), Santos e Lévy (2011), Campos (2011) e Contel (2014).  
Elaboração: Helbert Michel e Saint-Clair Trindade Jr.

A partir da trajetória e das contribuições de Milton Santos destacadas no quadro 01, e com base em Grimm (2011) e Contel (2014), afirma-se que sua obra pode ser estruturada em três principais conjuntos de preocupações<sup>7</sup>: a) estudos ligados à Bahia, produzidos no início de sua vida acadêmica ao longo dos anos 1950 e início dos anos 1960; b) construção de uma “metageografia”, em que o autor procura aprofundar o debate teórico da disciplina e ampliar suas preocupações no sentido de produzir uma teorização mais geral na ciência geográfica; e c) urbanização, globalização e cidadania no território brasileiro, que marca, principalmente, o período do retorno de Milton Santos ao Brasil e sua vontade de contribuir com a geografia de seu país (GRIMM, 2011; CONTEL, 2014).

Tendo em vista essas preocupações, um amplo esforço de sistematização e de teorização foi realizado pelo geógrafo baiano ao longo de sua trajetória, que aqui se apresenta resumidamente, de acordo com Trindade Jr. (2014), em quatro grandes contribuições teóricas, não necessariamente nessa ordem: a) o espaço como instância social; b) os circuitos da economia urbana; c) a globalização do espaço e o meio técnico-científico-informacional; e d) o espaço como condição de cidadania (TRINDADE JR., 2014).

Além de dar visibilidade à Geografia brasileira, a obra e as contribuições teóricas de Milton Santos permitem colocá-lo no rol de grandes intelectuais do pensamento social de seu País (ELIAS, 2002; CONTEL, 2014), dado o nível e a envergadura que suas análises atingem, extrapolando os campos da ciência geográfica. Tendo o espaço geográfico como principal foco de suas reflexões, o geógrafo baiano elaborou valiosas análises voltadas à compreensão das espacialidades dos

---

<sup>7</sup> É válido ressaltar que tais preocupações evidenciadas na obra de Milton Santos não necessariamente dizem respeito a fases temporais de sua produção intelectual, tendo em vista que os conjuntos aqui estabelecidos, com base nas contribuições de Grimm (2011) e Contel (2014), são uma forma de melhor organizar e tornar didática uma possível classificação da referida obra.



“países subdesenvolvidos”, fato que lhe confere a condição de intelectual comprometido com as causas “terceiro-mundistas”.

A Amazônia, como parte dessa realidade “subdesenvolvida”, certamente não escapou ao olhar analítico de Milton Santos. Como prova disso, destacam-se dois de seus textos que foram elaborados sobre a região amazônica. Enquanto no primeiro o autor demonstra interesse em compreender os processos que se desenhavam na Amazônia meridional, mais especificamente sobre a organização socioespacial do, à época, recém-criado Estado de Rondônia (SANTOS, 1982); no segundo, o geógrafo trata da dinâmica espacial da porção oriental da região, situando-a como parte de um sistema de ações em nível global que se materializa no espaço por meio de “grandes objetos” (SANTOS, 1995; TRINDADE JR., 2010).

Essas contribuições miltonianas sobre a Amazônia, bem como a leitura que Santos e Silveira (2011 [2001]) empreendem sobre o território brasileiro a partir da difusão do sistema técnico, sugerem elementos importantes para pensar a dinâmica recente que caracteriza a região, marcada pela globalização do espaço. Sabe-se, também, que seu pensamento serve de inspiração para muitos trabalhos que frequentemente se apoiam em suas teorias para explicar realidades diversas não só do Brasil, mas também da América Latina e demais países economicamente dependentes, revelando, com isso, o potencial do seu legado para as questões espaciais do mundo contemporâneo.

Dessa forma, procurar-se-á, na próxima seção do trabalho, analisar os livros nos quais Milton Santos discute a configuração do meio técnico-científico-informacional no mundo globalizado, de modo a compreender o papel reservado à Amazônia em face dos processos recentes que têm marcado a sua dinâmica espacial, bem como a sua problematização enquanto região na perspectiva de sua obra.

## A AMAZÔNIA NA LEITURA MILTONIANA DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO INFORMACIONAL E DO MUNDO GLOBALIZADO

No contexto das obras de Milton Santos que foram revisadas para o empreendimento deste trabalho, percebem-se referências à Amazônia que em muito contribuem para o entendimento da sua atual dinâmica e do seu papel em face do mundo globalizado.

No livro em coautoria sobre o Brasil (SANTOS; SILVEIRA, 2011 [2001]), há um esforço de leitura e análise do território brasileiro, considerando a difusão dos sistemas técnicos e, por conseguinte, a constituição do meio técnico-científico-informacional, que resulta na proposição de uma nova regionalização para o País, chamada de “quatro Brasis”: “uma Região Concentrada, formada pelo Sudeste e pelo Sul, um Brasil do Nordeste, do Centro-Oeste e da Amazônia” (SANTOS, SILVEIRA, 2011 [2001], p. 268).

Tal regionalização leva em conta as áreas densas, as mais ou menos densas e as zonas rarefeitas do ponto de vista da técnica. A Amazônia, por sua vez, é vista como uma expressão pontual desse meio geográfico assentado em ciência, técnica e informação, conforme salientam os referidos autores. Desse modo, faz-se interessante analisar e compreender o papel reservado a essa região no contexto da obra miltoniana voltada à leitura da configuração do espaço no período técnico-científico-informacional, tendo em vista a dinâmica recente que tem marcado essa porção do território brasileiro.

O quadro 2, além de apresentar o recorte bibliográfico utilizado para a análise, mostra uma visão geral da Amazônia no contexto de cada obra selecionada, trazendo referências e questões geográficas diretas ou indiretas, explícitas ou implícitas, sobre a realidade regional aqui levada em conta.

Quadro 2 - A Amazônia no contexto da obra miltoniana sobre o meio técnico-científico-informacional.

Título da obra	Tipo de publicação	Ano de publicação da primeira edição	Discussão central da obra	A Amazônia e suas questões geográficas no contexto da obra/ Contribuições da obra para pensar a Amazônia	Capítulo e página que trazem referências sobre a Amazônia
"Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica"	Livro	1978	Milton Santos traz uma contribuição ao pensamento geográfico ao realizar uma revisão epistemológica da Geografia pautada em um referencial marxista, afirmando, ainda, o espaço como principal categoria de análise da disciplina.	A Amazônia é referenciada diretamente no capítulo em que Santos tece a discussão do espaço como instância da sociedade, afirmando que o mesmo não pode ser considerado como uma estrutura social que depende unicamente da economia, mas que outras influências também interferem nas modificações da estrutura espacial, como, por exemplo, a política. Sob a forma de exemplo, o autor menciona o processo de povoamento da região pelos países incluídos em sua bacia como um caso estratégico de política internacional, de modo a garantir a soberania.	Capítulo 13, página 185.

<p>“Organização do espaço e organização social: o caso de Rondônia”</p>	<p>Artigo de periódico</p>	<p>1982</p>	<p>O artigo busca discutir a problemática socioespacial de Rondônia a partir do avanço da frente pioneira instaurada no referido território durante a década de 1970. Analisa a ação do Estado nos domínios econômico e social e os conflitos que surgiram entre o novo e o velho, o externo e o interno.</p>	<p>Analisando as transformações resultantes do incremento populacional ocorrido ao longo da década de 1970 em Rondônia, Milton Santos utiliza para a Amazônia a noção de deslocamento da fronteira econômica e concebe a região como uma zona aberta à colonização, de grandes extensões, onde a rede urbana é incipiente e formada por poucos núcleos.</p>	<p>Todo o artigo versa sobre a Amazônia.</p>
---	----------------------------	-------------	---	---	--

<p>“Espaço e método”</p>	<p>Livro</p>	<p>1985</p>	<p>Com a tarefa de refletir e interpretar criticamente o mundo por meio do espaço e sua dinâmica, Milton Santos oferece nesta obra uma coletânea de artigos redigidos, em sua maioria, na década de 1980, que proporcionam uma leitura espacial no movimento da totalidade social, indicando um caminho de método capaz de explicar as transformações e s p a c i a s representadas pela transição do meio técnico para o meio técnico-científico.</p>	<p>A obra não apresenta menções à região amazônica, todavia, a contribuição substantiva à leitura da totalidade social por meio das categorias forma, função, estrutura e processo coloca-se como importante para o entendimento da dinâmica espacial dessa região.</p>
--------------------------	--------------	-------------	--	---

Quadro 2 - A Amazônia no contexto da obra miltoniana acerca do meio técnico-científico-informacional (cont.)

Título da obra	Tipo de publicação	Ano de publicação da primeira edição	Discussão central da obra	A Amazônia e suas questões geográficas no contexto da obra/ Contribuições da obra para pensar a Amazônia	Capítulo e página que trazem referências sobre a Amazônia
“Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia”	Livro	1988	Por meio das “metamorfoses do espaço habitado”, o livro busca retomar e atualizar as categorias essenciais do conhecimento geográfico (espaço, região, paisagem, território e lugar), de modo a consolidar os fundamentos teóricos da Geografia, conforme sugere o subtítulo da obra.	A obra, embora não apresente referências diretas à Amazônia, oferece uma constelação de conceitos e categorias geográficas bastante relevantes para se pensar a referida região no período técnico-científico informacional, como, por exemplo, a discussão referente às categorias paisagem e espaço, bem como aos conceitos de configuração territorial, circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação, entre outros.	-

<p>“A urbanização brasileira”</p>	<p>Livro</p>	<p>1993</p>	<p>Através de um excelente esforço de sistematização, o livro procura analisar o processo de urbanização brasileira e seus elementos políticos, sociais e territoriais, indicando as consequências do território se dinâmicas do processo resultante referido e suas possíveis tendências para o futuro.</p>	<p>No contexto da obra, que busca discutir os processos e tendências da urbanização brasileira, pode-se notar que a Amazônia é tratada como uma região que, além de apresentar baixa densidade demográfica e econômica, possui certa concentração da população em alguns núcleos urbanos, fato que se justifica através da forma não homogênea com que a modernização do território se deu na região amazônica. Também sugere importantes elementos para situar a referida região no contexto da nova urbanização que se desenhava, responsável por conformar o meio técnico-científico-informacional.</p>	<p>Capítulo 2, páginas 20, 23, 25, 27, 28 e 29; Capítulo 3, páginas 34 e 35; Capítulo 4, páginas 46 e 47; Capítulo 5, páginas 53, 57, 58 e 59; Capítulo 6, páginas 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70 e 71; Capítulo 8, páginas 78, 80, 81, 84 e 87; Capítulo 9, páginas 96 e 97; Capítulo 11, página 103; Capítulo 12, página 109; Capítulo 13, página 129.</p>
-----------------------------------	--------------	-------------	--	--	--

<p>“Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional”</p>	<p>Livro</p>	<p>1994</p>	<p>Coletânea de artigos redigidos no início dos anos 1990, o livro em questão visa compreender as novas dinâmicas presentes na sociedade e no território através do novo período da história, marcado por ciência, tecnologia e informação.</p>	<p>Observa-se nos capítulos em que a Amazônia é mencionada, em especial no que trata especificamente dessa região, que ela é vista como um espaço propício à implantação de sistemas técnicos que atendam às necessidades da economia moderna, em função do seu baixo grau de urbanização.</p>	<p>Capítulo 1, página 20; Capítulo 11, páginas 105 a 111. Capítulo 13, páginas 131, 132, 141, 142, 143 e 147.</p>
<p>“Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial”</p>	<p>Capítulo de livro</p>	<p>1995</p>	<p>Milton Santos realiza uma discussão acerca da presença de novos objetos inseridos na dinâmica espacial da região amazônica, portadores de uma racionalidade exógena que tem como finalidade tornar a região obediente ao capital hegemônico.</p>	<p>Ao analisar a dinâmica espacial da Amazônia oriental, o autor destaca a baixa densidade técnica que caracteriza essa porção regional do espaço amazônico. Situa a região como parte de um sistema de ações em nível global que se materializa no lugar por meio de “grandes objetos”, responsáveis por definir o estabelecimento de relações organizacionais. Dessa forma, o autor sugere maior do conhecimento do lugar como uma forma de se contrapor aos processos hegemônicos.</p>	<p>Capítulo 2, páginas 13 a 17.</p>



Quadro 2 - A Amazônia no contexto da obra miltoniana acerca do meio técnico-científico-informacional (cont.)

Título da obra	Tipo de publicação	Ano de publicação da primeira edição	Discussão central da obra	A Amazônia e suas questões geográficas no contexto da obra/ Contribuições da obra para pensar a Amazônia	Capítulo e página que trazem referências sobre a Amazônia
"A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção"	Livro	1996	Analisando as relações entre espaço e técnica e espaço e tempo, Milton Santos fornece importantes contribuições à teorização em Geografia ao trazer um refinamento do sistema conceitual metodologicamente consistente que visa a definir o espaço geográfico e o seu papel na dinâmica social.	Embora o livro também não traga referências sobre a Amazônia, suas contribuições teórico-conceituais são imprescindíveis à leitura do espaço amazônico, tais como os contatos de verticalidades e horizontalidades, solidariedades orgânicas e solidariedades organizacionais.	-

<p>“Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal”</p>	<p>Livro</p>	<p>2000</p>	<p>Em busca de uma nova interpretação do mundo, o geógrafo baiano procura discutir o papel central da ideologia dominante na manutenção de uma globalização perversa, acreditando na possibilidade de construção de uma outra globalização.</p>	<p>O autor, que nesta obra referencia a Amazônia a título de exemplificação, trata da interdependência existente entre os mercados externo e interno, destacando a questão da velocidade das empresas como um imperativo à competitividade na globalização. Assim, aponta que à invasão do circuito superior (do mercado externo), há resistência do território por parte do mercado interno devido à menor fricção da distância. Destaca que pequenas e médias empresas locais conseguem ter mais acesso potencial do que, por exemplo, uma grande empresa de Manaus, pois podem alcançar parte significativa da cidade.</p> <p>Capítulo 5, página 124.</p>
--	--------------	-------------	---	--

Quadro 2 - A Amazônia no contexto da obra miltoniana sobre o meio técnico-científico-informacional (cont.)

Título da obra	Tipo de publicação	Ano de publicação da primeira edição	Discussão central da obra	A Amazônia e suas questões geográficas no contexto da obra/Contribuições da obra para pensar a Amazônia	Capítulo e página que trazem referências sobre a Amazônia
“O Brasil: território e sociedade no início do século XXI” (em coautoria com a geógrafa Maria Laura Silveira)	Livro	2001	Primando pelo entendimento do território brasileiro no início do século XXI, o livro propõe uma leitura crítica e profunda do Brasil a partir da categoria <i>território usado</i> , operacionalizando, ainda, os conceitos produzidos por Milton Santos ao longo da construção de sua obra.	Por meio da categoria <i>território usado</i> , os autores realizam um esforço de análise e síntese do território brasileiro a partir da difusão do meio técnico-científico-informacional. Nesse contexto, e dentro da regionalização proposta pelos autores, a Amazônia é concebida como uma região de rarefações demográficas e baixas densidades técnicas, onde o meio técnico-científico-informacional se expressa de maneira pontual.	Capítulo 2, páginas 33, 38, 39, 40, 44, 46, 49, 50 e 52; Capítulo 3, páginas 57, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 76, 77, 83, 84, 90 e 91; Capítulo 4, páginas 94, 95, 99 e 104; Capítulo 5, páginas 106, 108, 109, 110, 114, 116, 117, 121, 123, 124, 126, 130, 134, 135, 140 e 141; Capítulo 6, páginas 150, 151, 152, 155, 156, 160, 161, 162, 163, 164 e 165; Capítulo 7, páginas 168, 169, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183 e 184; Capítulo 8, páginas 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193 e 194; Capítulo 9, páginas 199, 200, 201, 202, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 238 e 239; Capítulo 11, páginas 249 e 250; Capítulo 12, páginas 268, 272, 273, 274, 276 e 277.

Fonte: Santos (2008 [1978]; 1982; 2014a [1985]; 2014b [1988]; 2013a [1993]; 2013b [1994]; 1995; 2012 [1996]; 2010 [2000]) e Santos e Silveira (2011 [2001]).

No quadro 2, observam-se contribuições que consideram a Amazônia como zona aberta à colonização (SANTOS, 1982), com baixa densidade demográfica e econômica e como um espaço em que a modernização do território se deu de forma não homogênea (SANTOS, [1993] 2013a). A Amazônia também é vista pelo autor como uma região de baixas densidades técnicas, propícia à implantação de sistemas técnicos que atendam à economia moderna (SANTOS, [1994] 2013b, 1995); reforçando a ideia das rarefações demográficas e onde a presença do meio técnico-científico-informacional se dá de maneira pontual (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2011).

As transformações espaciais relacionadas à modernização do território brasileiro não só acarretaram uma acentuação da diferenciação regional, como também uma diferenciação intrarregional, dada a forma não homogênea pela qual o referido processo de modernização se deu sobre os diversos espaços do conjunto regional amazônico, conforme aponta Trindade Jr. (2010), que em muito se inspirou nas contribuições de Milton Santos em suas análises.

Tal diferenciação intrarregional do espaço amazônico reflete a forma desigual e combinada como a difusão da modernidade do presente, isto é, o meio técnico-científico-informacional e seus elementos, se expandiu ao longo do território brasileiro (SANTOS; SILVEIRA, 2011 [2001]) e Milton Santos, seja por meio de contribuições indiretas e de ordem mais teórica, seja por meio de textos voltados diretamente para as questões geográficas amazônicas, mostrava-se preocupado com a realidade desta região.

Conforme já ressaltado, em um dos dois trabalhos publicados especificamente sobre a realidade amazônica, Santos (1982) procurou compreender a organização socioespacial do Estado de Rondônia. Nesse sentido, concebeu a Amazônia como uma região aberta à colonização, um espaço em que o “novo” tende a sobrepor-se ao “velho”, dada a incipiência demográfica e técnica do seu território. Mas o que seria, na realidade amazônica, esse “novo” e esse “velho” para o autor?

Aponta Milton Santos (1982, p. 74, grifo nosso) que:

*nesse contexto, o velho, na região, são também os grupos índios e as suas formas particulares de organização social, econômica e do espaço. Eles constituem, desse modo, um obstáculo “natural” à expansão do capitalismo (...) O velho é, sobretudo, o domínio das relações sociais (...) as velhas formas de povoamento.*

*O novo é essencialmente representado pelas comunicações, pelos mecanismos de captura da acumulação, primitiva ou não (...), pelo transporte aéreo. Novo também permeia, a níveis diversos, a produção para exportação.*

Percebe-se que, ao classificar o “velho” na Amazônia, Santos (1982) assinala que este se constitui um obstáculo “natural” à expansão das relações capitalistas, uma vez que estas estariam materializadas no território amazônico através de formas e relações típicas da modernidade do momento, representadas pelos avanços da comunicação, pelo desenvolvimento do transporte aéreo, bem como pela produção para a exportação (SANTOS, 1982).

Todavia, há que ressaltar que essa modernização do território, fortemente influenciada pela ação do Estado, sobretudo a partir da década de 1960, não se deu de maneira homogênea (SANTOS, 2013a [1993]), criando um novo perfil de rede urbana regional que colocou em questão a estrutura rígida da rede urbana preexistente (TRINDADE JR., 2010), tendo em vista a relativização do papel dos rios em virtude da abertura das rodovias, que rasgaram o território amazônico, reorganizando profundamente os padrões de ordenamento de parcela considerável dessa região.

A alteração do perfil das cidades amazônicas refletiu no surgimento de núcleos urbanos voltados mais ao atendimento de demandas externas do que propriamente da região, como é o caso das “cidades na floresta”, na verdade, “cidades econômicas” (SANTOS, 2013a [1993]), concebidas para servir de base logística para grandes projetos instalados ao longo da segunda metade do século XX e que, segundo Trindade Jr. (2010,

p. 120), “expressam por excelência elementos do meio técnico-científico informacional e da modernização do território” na Amazônia (TRINDADE JR., 2010).

Nessas cidades, e acompanhando o raciocínio de Santos (1982), o “novo” tende a se sobrepor ao “velho”, e quando este não coopera ao estabelecimento do primeiro, a lógica capitalista, responsável pela difusão do meio geográfico da atualidade, sugere sua eliminação. Porém, quando são mantidos, o que se têm são verdadeiras situações de tensão e/ou conflito, representando as “diferentes geografizações das variáveis inerentes à nova maneira de produzir” (SANTOS, 2014b [1988], p. 53).

Exemplo característico dessas geografizações diversas provocadas pelo período atual pode ser observado em relação aos tradicionais trapiches que compõem a paisagem ribeirinha das cidades amazônicas e os modernos sistemas portuários instalados para atender aos ditames de uma economia globalizada. De acordo com as contribuições teórico-conceituais de Milton Santos, enquanto os primeiros são frutos de uma solidariedade orgânica, fundadas na copresença e na produção de relações horizontais<sup>8</sup>, os grandes portos modernizados caracterizam-se por relações organizacionais e verticais<sup>9</sup>, frequentemente estranhas ao espaço local e voltadas à produção da mais-valia mundial.

As mudanças provocadas pela dialética existente entre o “novo” e o “velho”, bem como entre o “interno” e o “externo” – quase sempre reguladas pelo Estado em favor do mercado –, variam de lugar para lugar (SANTOS, 1982). Na Amazônia, tendo em vista sua condição de região de “baixas densidades” e as suas potencialidades naturais, todo objeto geográfico, segundo Santos (1995), já surge como um “grande objeto”, dotado de intencionalidades estranhas ao local e que, por sua vez, são responsáveis por redefinir relações e mudar o conteúdo do território, articulando-o a espaços diferenciados.

<sup>8</sup> Relações espaciais que se dão através da interação entre pontos contíguos no território (SANTOS, 2012 [1996]).

<sup>9</sup> Relações entre pontos distantes do território que asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia globalizadas (SANTOS, 2012 [1996]).

É o que Santos (1995, 2013b [1994]) discute quando reflete a lógica trazida pelos “grandes objetos”:

quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer para o país e para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração do mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, vem exatamente destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais (SANTOS, 1995, p. 15-16).

De acordo com o geógrafo baiano, tais objetos correspondem a um sistema de ações em nível global, propagando um discurso alienante que justifica sua localização pela intencionalidade que trazem consigo, tanto mercantil quanto simbólica, sugerindo aos habitantes autóctones uma mudança ilusoriamente positiva, repassada por meio da ideia de modernidade, de progresso e crescimento econômico (SANTOS, 1995, 2013b [1994]). Nesse momento, muito embora Milton Santos não confira destaque a essa questão, ressalva o que precisa ser feito quanto aos problemas ligados aos aspectos socioambientais impulsionados por esses “grandes objetos”, tendo em vista os prejuízos à natureza e às populações tradicionais que, por exemplo, a construção de hidrelétricas e rodovias causa à região.

Ademais, a necessidade de “traduzir” esses grandes objetos técnicos faz com que as cidades acolham um grande número de profissionais qualificados para lidar com a funcionalidade técnica desses elementos. Isso porque, conforme aponta Santos (1995, p. 16), “os objetos técnicos funcionam apenas à base das informações que recebem dos centros de comando, sejam onde estiverem esses comandos e esses objetos”.

Esse processo é apontado pelo autor (SANTOS, 2013a [1993]) como resultado de uma nova urbanização do território brasileiro, responsável por conformar esse meio técnico-científico-informacional. Dessa maneira, amplia-se a divisão social do trabalho e, como consequência, as cidades deixam de ser as “cidades dos notáveis”, cidades locais propriamente ditas, e se transformam cada vez mais em “cidades econômicas”:

antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados (SANTOS, 2013a [1993], p. 56).

Inspirados nessa e em outras contribuições de Milton Santos é que Nunes, Trindade Jr. e Cardoso (2014), por exemplo, analisaram Marabá, no sudeste paraense, tratando do avanço da fronteira econômica capitalista e a chegada de novos agentes político-econômicos na região, responsáveis por dinamizar o circuito superior da economia e definir novas centralidades urbano-regionais na Amazônia oriental, além de intensificar as relações verticais estabelecidas com outros pontos do território. Dessa forma, os autores destacam que os personagens “notáveis” são substituídos por novos agentes econômicos que passam a definir a vida local da cidade, transformando-a em uma cidade econômica, de acordo com os termos propostos por Santos (2013a [1993]).

Assim, tem-se uma nova composição orgânica do território amazônico que, por sua vez, serve como suporte, meio e condição à realização da globalização dos processos econômicos que são responsáveis por interligar os diversos pontos do espaço unificados pela técnica contida nos objetos geográficos sob a forma de intencionalidades. Dessa maneira, as fortes densidades técnicas que são atribuídas às regiões da atualidade são concebidas e materializadas de modo a atender aos interesses dos grandes agentes hegemônicos (SANTOS, 1995, 2013b [1994]; SANTOS e SILVEIRA, 2011 [2001]).

Destaque merece ser dado às novas estruturas que são montadas no território amazônico para atender a empresas ligadas a atividades globalizadas, tais como os agronegócios, que reafirmam o papel da Amazônia na Divisão Territorial do Trabalho enquanto “região do fazer”, conforme indica Santos (1995, p. 17, grifo nosso):



naquelas regiões onde o sistema de objetos e o sistema de ações é menos denso, aí está o centro do poder. *Naquelas outras onde o sistema de objetos e o sistema de ações é menos complexo e menos inteligente, aí está a sede da dependência, da incapacidade de dirigir a si mesmo.* Região significa reger, mas, hoje, há cada vez mais regiões que são apenas regiões do fazer, e cada vez menos, regiões do mandar, regiões do reger. *Aquelas que são regiões do fazer são cada vez mais regiões do fazer para os outros.*

Observa-se, portanto, o papel atribuído à Amazônia na leitura miltoniana sobre a configuração do meio técnico-científico-informacional, revelando o seu sentido na Divisão Territorial do Trabalho assumido no contexto das relações globais de produção (SANTOS; SILVEIRA, 2011 [2001]).

A dinâmica globalizada imposta à região amazônica provocou, sem dúvida, um movimento em que as solidariedades organizacionais (o novo, o externo) tendem a substituir as solidariedades orgânicas (o velho, o interno), ou mesmo incorporá-las a essa nova racionalidade que se mostra hegemônica (SANTOS, 1982; TRINDADE JR., 2010):

antes, os diversos elementos de uma área se relacionavam onde estavam e sua unidade se dava por meio de trocas de energia. Hoje, eles entram em relação de uma organização e esta lhes é cada vez mais estranha. Antes, a organização da vida era local, próxima ao homem; hoje essa organização é, cada vez, mais longínqua e estranha. Antes, a sua razão era a própria vida, hoje é uma racionalidade sem razão, sem objetivo, sem teleologia, que comanda a existência dos homens e a evolução dos espaços (SANTOS, 1995, p. 18).

Muito embora, na Amazônia, a inteligência se realize sobre a natureza e as possibilidades de comando desta e do destino dos homens que com ela convivem sejam menores, cabe estabelecer um enfrentamento que recupere o comando da vida local e sua evolução. Nesse sentido, Santos (1995, p. 19) contribui ao sugerir a concepção de

uma nova planificação do espaço regional, ressaltando que “tudo começa pelo comando do mundo e se amplia pelo conhecimento do lugar”, resultando daí a possibilidade de ação; uma ação subversiva, produtora de contrarracionalidades, de novas horizontalidades.

## **PARA NÃO CONCLUIR: BUSCANDO NOVAS HORIZONTALIDADES E DESCOBRINDO OUTRAS SOLIDARIEDADES**

Embora a Amazônia seja considerada como a “região das baixas densidades” (demográfica, econômica e técnica), observou-se que, a partir da sua problematização no contexto da obra miltoniana, ela desempenha um papel de suporte para o desenvolvimento das relações ligadas à economia moderna; estas que frequentemente se apropriam das potencialidades que o espaço possui para viabilizar seus interesses (mercantis). A implantação de infraestruturas destoantes em relação às realidades locais, como os “grandes objetos” (SANTOS, 1995), é um exemplo claro desse processo.

Dessa forma, novos objetos, portadores de informações e discursos hegemônicos, são inseridos na dinâmica espacial da Amazônia e são responsáveis por “lançar” uma malha técnica que acaba reforçando a seletividade dos lugares para atender aos ditames da ordem hegemônica, tornando a região cada vez mais uma “região do fazer” (SANTOS, 1995; RODRIGUES, 2010).

A título de exemplo desses “grandes objetos”, cujas informações e finalidades últimas escapam as reais necessidades da Amazônia, destacam-se: a) os portos e Estações de Transbordo de Cargas (ETCs) localizados em diferentes porções sub-regionais do espaço amazônico; b) as rodovias que foram criadas na região no intuito de melhor integrá-la ao restante do território (e à lógica perversa do capital); c) as “cidades na floresta” (TRINDADE JR., 2010), criadas para servir de base logística a grandes projetos econômicos; d) as dezenas de usinas hidrelétricas

construídas e projetadas nos grandes rios amazônicos, entre outros elementos que representam, na acepção de Santos (1982), o “novo” na Amazônia.

Do ponto de vista econômico, esses objetos são implantados em “lugares-chave” da região, dada as potencialidades que ora esses espaços apresentam. Ademais, tais elementos, representantes do “novo” na Amazônia, são postos a serviço de uma divisão do trabalho que é hegemônica, mais comprometida com o mercado global e que pouco ou nada leva em consideração o “velho” e o “interno” (SANTOS, 1982), aquilo que preexiste na região.

Dessa forma, esse *modus operandi*, frequentemente legitimado pelo Estado na Amazônia, é característico do processo de globalização, pois, portador do “novo”, desconsidera as particularidades e singularidades previamente existentes nos lugares; fato este que nos leva a pensar que qualquer forma de enfrentamento contra-hegemônico deva, primordialmente, partir desses agentes, afrontados por aquele processo homogeneizante, conforme sugere Santos (1995).

Com base nessa leitura, defende-se que a informação que aliena e subordina as regiões deva ser utilizada para “descobrir os caminhos possíveis para harmonizar os interesses locais com os vetores da modernidade” (SANTOS, 1995, p. 19), de modo a sugerir novas possibilidades na busca de novas horizontalidades e contrarracionalidades de ações que se realizem em prol dos interesses locais e elaborem outra planificação (contra-hegemônica) do espaço regional.

Assim como as contribuições miltonianas acerca do papel da Amazônia enquanto região na configuração do meio técnico-científico-informacional no mundo globalizado são importantes, por revelarem processos hegemônicos que se instalam e (des)estruturam os lugares, ao mesmo tempo, elas são capazes de fornecer subsídios para que sejam pensadas novas formas de horizontalidades como alternativa contra a hegemonia imposta à região.

O lugar, produto da dialética entre a ordem global e a ordem local (SANTOS, 2005), poderia ser alvo de políticas cuja finalidade atenda às múltiplas formas de produzir e consumir; formas estas mais típicas ao lugar e menos ligadas às demandas globalizadas e globalizantes de competitividade, da produtividade e da fluidez espacial, como bem coloca Silveira (2011).

Pensar nessa forma de interdependência ou, nos termos miltonianos, de solidariedade orgânica na Amazônia, pressupõe que se leve em consideração as diversas divisões do trabalho e os diversos modos de vida que (re)existem na região, isto é, respeitando o “interno” e o “velho”, e não os submetendo àquela divisão do trabalho hegemônica a que os “grandes objetos” estão a serviço.

Para o alcance dessa tarefa, ressalta-se a importância de mais uma contribuição de Milton Santos ao pensar em modelos cívicos de ordenamento territorial (SANTOS, 2007 [1987]), ou seja, a valorização do território e de sua cultura sob bases sólidas de justiça social, fazendo oposição/resistência aos modelos econômicos e políticos de espaço que frequentemente são instrumentalizados na Amazônia.

Nesse sentido, embora a região amazônica não apareça em toda a obra miltoniana, destaca-se a potência das contribuições desse geógrafo para se pensar os processos e a teia de relações que envolvem a dinâmica recente que tem caracterizado essa região, tanto para analisar as ações hegemônicas que são postas, como para refletir formas de contra-hegemonia, de horizontalidades, como alternativas à globalização perversa de que fala o autor.

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, R. R. *Breve histórico do pensamento geográfico brasileiro nos séculos XIX e XX*. Jundiaí: Paco Editorial, 2011. 608 p.

CONTEL, F. B. Milton Santos. In: PÉRICAS, L. B.; SECCO, L. F. *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p. 393-409.

ELIAS, D. Milton Santos: a construção da Geografia cidadã, *Scripta Nova*, Barcelona, vol. VI, num. 124, 2002, p. 1-10. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-124/.htm>>. Acesso em 17 jun. 2016.

GRIMM, F. C. A. Aspectos da produção teórica e da organização do arquivo de documentos do geógrafo Milton Santos. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 52, p. 165-182, set./mar., 2011.

NUNES, D. A.; TRINDADE JR., S-C. C.; CARDOSO, S. M. De “cidade dos notáveis” a “cidade corporativa”: aspectos do circuito superior da economia urbana em Marabá (Pará). *Papers do NAEA*, Belém, n. 335, p. 1-24, dez. 2014.

RODRIGUES, E. B. *Território e soberania na globalização: Amazônia, jardim de águas sedento*. 2010. 402f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, M. Organização do espaço e organização social: o caso de Rondônia. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 51-77, 1982.

\_\_\_\_\_. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E. E.; MAIA, M. L. *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: NAEA-UFPA, 1995. p. 13-20.

\_\_\_\_\_. *Curriculum vitae de Milton Santos*. 2001. 87p. Disponível em: <[http://www.miltonsantos.com.br/site/miltonsantos\\_curriculum.pdf/](http://www.miltonsantos.com.br/site/miltonsantos_curriculum.pdf/)>. Acesso em 25 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2005. 176 p. (Coleção Milton Santos, 7).

\_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2007 [1987]. 176 p. (Coleção Milton Santos, 8).

\_\_\_\_\_. *Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008 [1978]. 288 p. (Coleção Milton Santos, 2).

\_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010 [2000]. 175 p.

\_\_\_\_\_. *O centro da cidade do Salvador: estudo de geografia urbana*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2011 [1959]. 208 p. (Coleção Milton Santos, 13).

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 7. reimp. São Paulo: EDUSP, 2012 [1996]. 392 p. (Coleção Milton Santos, 1).

\_\_\_\_\_. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2013a [1993]. 176 p. (Coleção Milton Santos, 6).

\_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 5. ed. 1. reimp. São Paulo: EDUSP, 2013b [1994]. 176 p. (Coleção Milton Santos, 11).

\_\_\_\_\_. *Espaço & método*. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2014a [1985]. 120 p. (Coleção Milton Santos, 12).

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2014b [1988]. 136 p. (Coleção Milton Santos, 10).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011 [2001]. 475 p.

SANTOS, M-H. T.; LÉVY, J. Biografia de Milton Santos. *Milton Santos*. 2011. Disponível em: <<http://miltonsantos.com.br/site/biografia/>>. Acesso em 18 jul. 2016.

SILVEIRA, M. L. O lugar defronte os oligopólios. In: DANTAS, A.; TAVARES, M. A. A. *Lugar-mundo: perversidades e solidariedades: encontros com o pensamento de Milton Santos*. Natal: EDUFRRN, 2011. p. 79-100.

TRINDADE JR., S-C. C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 50, p. 113-137, set./mar., 2010.

\_\_\_\_\_. *Um olhar geográfico em perspectiva: a Amazônia na abordagem do espaço como instância social*. 2014. 63f. Projeto de Pesquisa (Produtividade em Pesquisa) - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Belém, 2014. 63 p.





AS POSSIBILIDADES DAS TECNOLOGIAS  
DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs)  
COMO FERRAMENTAS PARA A GESTÃO  
PÚBLICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

---

*José Nilberlanio Vieira<sup>1</sup>*

*Hisakhana Corbin<sup>2</sup>*

**Resumo:** Este trabalho visa discorrer sucintamente sobre a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como ferramentas auxiliares na modernização da gestão pública. Para tanto, procura se embasar em um referencial teórico que vislumbra o uso das TICs no setor público e, mais especificamente, no âmbito organizacional da UFPA, enfocando, neste último caso, o Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) utilizado nesta universidade. No que se refere especificamente à Universidade Federal do Pará, os sistemas de informação acompanharam a evolução das ferramentas de informática até chegar ao atual sistema hoje utilizado pela instituição, o SIGAA, o qual trouxe algumas vantagens em relação aos sistemas anteriormente implantados no âmbito organizacional das unidades acadêmicas desta instituição. Sendo uma tecnologia de gestão recentemente adotada pela UFPA, estudos empíricos são necessários para acompanhar a eficácia da sua implementação e avançar em recomendações para que essa ferramenta possa alcançar melhor seus objetivos.

---

<sup>1</sup> Graduado em Licenciatura Plena em Geografia (Universidade Estadual Vale do Acaraú). Mestrando em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Técnico-administrativo no NAEA/UFPA. E-mail: nilber2004@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências, área de concentração em Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Professor e pesquisador do NAEA/UFPA. E-mail: hisacorbin@hotmail.com.

**Palavras-chave:** Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Gestão Pública. Universidade Federal do Pará.

## THE POSSIBILITIES OF INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES (ICT) AS TOOLS FOR PUBLIC MANAGEMENT OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF PARÁ

**Abstract:** This paper aims to briefly discuss the use of Information and Communication Technologies (ICT) as auxiliary tools in the modernization of public management. In order to do so, this paper is based on a theoretical framework that envisages the use of ICTs in the public sector and, more specifically, in the organizational context of UFPA, focusing on the Academic Activities Management System (SIGAA) used in this university. As it relates to UFPA, Information Systems has followed the evolution of computer tools up to the current SIGAA system, which has brought some advantages in relation to systems previously implemented in the organizational context of Academic Units of UFPA. As a management technological tool that has been recently adopted by UFPA, empirical studies are needed to monitor the effectiveness of its implementation, and to advance recommendations for this tool to achieve its objectives.

**Keywords:** Information and Communication Technologies (ICT). Public Management. The Federal University of Pará.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa discorrer sucintamente sobre a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como ferramentas auxiliares na modernização da gestão pública, notadamente a gestão acadêmica no âmbito da Universidade Federal do Pará (UFPA). Para tanto, procura se embasar em um referencial teórico que vislumbra o uso das TICs

no setor público e, mais especificamente, no âmbito organizacional da UFPA, enfocando, neste último caso, o Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) utilizado nesta universidade. Apresenta subsídios que possam contribuir para a reflexão acadêmica e despertar o interesse da comunidade acadêmica para fortalecer pesquisas nessa área.

Este trabalho é composto pelas seguintes seções: introdução; a utilização das TICs como ferramentas estratégicas para a modernização da gestão pública; o princípio da publicidade e da transparência pública com o uso das TICs. A participação do cidadão mediada pelas TICs. A utilização das TICs no contexto organizacional da Universidade Federal do Pará, na qual se utilizam Sistemas de Informação, notadamente o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA); e considerações finais.

## **A UTILIZAÇÃO DAS TICs COMO FERRAMENTAS ESTRATÉGICAS PARA A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA**

Nas últimas décadas, vários países no mundo em via de desenvolvimento têm investido cada vez mais em TIC no sistema educacional. Ao endossar essa ação, Kozma (2008) justificou que esse investimento facilitaria, entre outras vantagens, a disseminação de conhecimento científico, a reforma da educação (*education reform*) e o auxílio na gestão e prestação de contas (*accountability*) no sistema educacional.

Com a consolidação das relações capitalistas industriais no século XIX, por meio da divisão do trabalho como condição essencial para o fortalecimento da ciência moderna, evidencia-se um contexto no qual o domínio das técnicas pelo trabalhador é gradativamente substituído pelas normas de uma nova ciência e de tecnologias pensadas na realidade dos detentores dos meios de produção. O aperfeiçoamento da máquina a vapor e, posteriormente, a incorporação da energia elétrica aos processos produtivos e a revolução da termodinâmica marcam historicamente o processo de metamorfose das técnicas em

tecnologia, ou seja, conhecimentos científicos transformando-se em tecnologia industrial, entrelaçando a ciência com os avanços tecnológicos (GERMANO, 2011).

Esses avanços tecnológicos referidos por Germano (2011) foram importantes para engendrar outras mudanças e revoluções até chegar à revolução tecnológica ocorrida após a década de 1960, iniciada no fim da Segunda Guerra Mundial, configurando-se a Sociedade da Informação, a qual modificou, em um curto período, diversos aspectos da vida cotidiana (PEREIRA; SILVA, 2011). Para Castells (1999), a ampla difusão das novas tecnologias de informação ocorreu na década de 1970, o que acelerou seu desenvolvimento e convergiu para um novo paradigma.

Werthein (2000, p. 71) pondera que “a expressão ‘sociedade da informação’ passou a ser utilizada como substituto para o conceito complexo de ‘sociedade pós-industrial’ e como forma de transmitir o conteúdo específico do novo paradigma técnico-econômico”, o qual seria, conforme este autor, o da “tecnologia da informação, que expressa a essência da presente transformação tecnológica em suas relações com a economia e a sociedade”. Esse avanço tecnológico no novo modelo foi em grande parte o resultado da ação do Estado e é este que está à frente de iniciativas que visam ao desenvolvimento da “sociedade da informação” nas nações industrializadas e em muitas daquelas que ainda estão longe de ter esgotado as potencialidades do paradigma industrial (WERTHEIN, 2000, p. 73).

De fato, a evolução das TICs tem provocado mudanças em várias áreas do conhecimento humano, incluindo a administração pública e sua organização administrativa (MATIAS-PEREIRA, 2012).

No que se refere ao âmbito organizacional, a informação tornou-se um fator estratégico para a gestão, tanto na esfera pública quanto na privada, uma vez que a informação é insumo básico para gerar conhecimento, passando-se a privilegiar a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como suporte para a obtenção de

dados que subsidiem a gestão de maneira mais eficaz (MALIN, 2003; HOFFMANN; SANTOS, 2016). Entretanto, a adoção de modelos de gestão de informática no âmbito público guarda diferenças em relação ao setor privado, devido às especificidades da esfera pública no tocante à formulação de políticas de utilização da tecnologia da informação (QUINTELA; SOARES JUNIOR, 2003).

De todo modo, delineia-se um cenário em que a informação e conhecimento passam a ser recursos centrais para as organizações, permitindo-lhes um alinhamento estratégico que gera as condições necessárias para alcançar os objetivos e cumprir a missão organizacional, ao mesmo tempo em que as TICs passam a se configurar como fatores imprescindíveis para o alcance de tais objetivos e, neste cenário, os agentes públicos podem se tornar participantes na reformulação de uma cultura organizacional voltada ao conhecimento e às experiências compartilhadas (AGRASSO NETO; ABREU, 2000; HOFFMANN; SANTOS, 2016).

Dessa forma, considerando que as TICs englobam um amplo leque de recursos tecnológicos, destaca-se que a informação é um item primordial para a tomada de decisões acertadas no ambiente organizacional (CONDURÚ, 2012).

Nesse sentido, Condurú (2012), citando Calazans (2008), destaca a importância e a necessidade da avaliação da qualidade da informação na organização, possibilitando seu uso e disponibilidade com maior eficiência e eficácia. Nesta perspectiva, a qualidade da informação pode ser analisada quanto à forma de produção, coleta, organização, armazenagem e disseminação da informação em bases de dados, avaliando sua atualidade, abrangência, confiabilidade, precisão e pertinência, ressaltando, além da qualidade, sua transparência e disponibilidade de acesso (CONDURÚ, 2012).

Cabe ressaltar que a administração pública, ao utilizar as TICs utiliza a informação sistematizada, a qual é facilitada pelo uso de

sistemas adequados de informações que favorecem o planejamento, a implementação e avaliação das políticas públicas, permitindo o conhecimento da realidade estudada, para melhor tomada de decisão, adquirindo a informação uma importância crucial para a consecução dos objetivos do Estado (CONDURÚ, 2012; FRAGA; BEMFICA; BRETAS, 2001).

Ressalta-se que as informações, no que concerne à utilização das TICs, em geral estão armazenadas em sistemas de informações (bases de dados), nos quais as organizações obtêm as informações, sendo a qualidade e a eficiência atributos indispensáveis para uma melhor tomada de decisões estratégicas no âmbito organizacional.

Conforme O'Brien (2002), um Sistema de Informação (SI) é um conjunto organizado de pessoas, hardware, software, redes de computadores e recursos de dados, que coleta, transforma e dissemina informações em uma organização e interliga basicamente três componentes: (1) pessoas que participam no processo de informação da organização; (2) estruturas da organização, tais como documentos e outros processos organizacionais; e (3) tecnologias de informação e comunicação. Ainda segundo este autor, os Sistemas de Informação desempenham três papéis vitais em qualquer tipo de organização, seja ela pública, seja privada: (1) suporte de seus processos e operações; (2) suporte na tomada de decisões de seus funcionários e gerentes; e (3) suporte em suas estratégias em busca de vantagem competitiva.

Quintela e Soares Junior (apud DAMIANI, 1998) entendem que estes atributos dos Sistemas de Informação podem ser divididos em três categorias básicas: os sistemas de apoio à gestão estratégica, os sistemas de apoio à gestão tática e os sistemas de apoio à decisão no nível operacional. A Figura 1 sintetiza os níveis descritos por O'Brien (2002, p. 120).

Figura 1 - Principais papéis dos sistemas de informação.



Fonte: O'Brien (2002, p. 120).

Quintela e Soares Junior (2003), analisando o papel da TI no contexto das organizações, enfatizam que os SIs devem:

[...] operar nos níveis estratégico, tático e operacional, gerando diferentes fluxos de informações que deverão fluir entre os diversos componentes da organização nos processos de tomada de decisões, apresentando-se, frequentemente, como um fator de diferenciação estratégica nas organizações das mais variadas naturezas, incluindo-se aí os governos (QUINTELA; SOARES JUNIOR, 2003, p. 03).

Meireles (2001) também corrobora a assertiva de Quintela e Soares Junior ao mencionar que um SI deve prover tanto a informação de cunho estratégico quanto a de cunho operacional. Sistemas desse tipo, que coletam, armazenam, processam e disponibilizam informações para todos os níveis organizacionais, são denominados Sistemas de Informações Gerenciais (SIGs).

Meireles (2001, p. 89) aponta três aspectos inerentes à segurança da informação, os quais são descritos da seguinte forma:

1. Confidencialidade da informação: trata das garantias necessárias que asseguram que a informação será acessada somente pelas pessoas autorizadas;

2. Integridade da informação: diz respeito à proteção da informação contra modificações não autorizadas, garantindo que ela seja confiável, completa e exata;

3. Disponibilidade da informação: assegura o acesso à informação pelos usuários sempre que necessário.

Esses itens são necessários e contribuem para a gestão da informação no âmbito organizacional, a qual Meireles (2001), destaca que

[...] a gestão da informação deve contribuir para o estabelecimento de metas desafiadoras para os principais resultados; permitir o estabelecimento de um conjunto de indicadores de desempenho da organização, de sua gestão e de seus produtos; a busca e uso de referência interna e externa para entendimento dos níveis dos resultados obtidos e desejados; a análise crítica dos resultados para o estabelecimento de planos de ação (MEIRELES, 2001, p. 11).

Nessa perspectiva, Malin (2003, p. 73) enfatiza que “a administração pública foi pioneira no desenvolvimento de técnicas de gerenciamento do ciclo da informação, primeiro como gestão de documentos e depois como gestão da informação”. Desde o início da utilização das TICs, a área das finanças públicas responde pelos movimentos mais importantes de inovação no uso da tecnologia da informação na gestão pública (DINIZ, 2005), sendo estas instrumentos importantes para a solução estratégica de processos e serviços organizacionais (FERREIRA; RAMOS, 2005). De acordo com Diniz (2005):

A história da informática na gestão pública brasileira seguiu a mesma trajetória que a sua inserção no setor privado. Teve início na década de 70, fundamentado na gestão das receitas e despesas



e prosseguiu até as experiências mais recentes, com foco na entrega de serviços ao cidadão (DINIZ, 2005, p. 1).

Pereira e Silva (2010) assinalam que, a partir de meados da década de 1980, a produtividade, a inovação contínua e os avanços tecnológicos passaram a ter cada vez mais importância na sociedade.

Na literatura referente às TICs e sua utilização ainda incipiente pelo setor público nos primeiros momentos da assim chamada era digital, os gestores não utilizavam diretamente as ferramentas por desconhecer o funcionamento e ainda porque a tecnologia da época oferecia limitações ao uso amigável do computador (DIAS, 2008).

Entretanto, verifica-se que, sobretudo a partir da década de 1990, com o avanço cada vez mais intenso da tecnologia da informação, as empresas e, em certa medida, o setor público, iniciaram um processo de modernização de suas administrações, aplicando a utilização de equipamentos de informática e programas de computador voltados para o gerenciamento da informação, o que resultou em uma mudança qualitativa no gerenciamento dos processos de trabalho (PORCIUNCULA, 2001).

A assertiva de Porciuncula (2001) é corroborada por Dias (2008), quando enfatiza que:

Desde o início dos anos 1990, a difusão da Internet teve um impacto significativo no uso de TI por organizações públicas. Em torno do ano 2000, a TI no setor público começou a ser chamada de Governo Eletrônico (abreviado por e-Gov). Atualmente, aplicações de TI podem ser encontradas em todas as partes do governo, inclusive na relação com cidadãos (por exemplo, serviços eletrônicos), o setor privado (por exemplo, leilões eletrônicos), e entre instâncias de governo (por exemplo, bancos de dados integrados) (DIAS, 2008, p. 49).

Com efeito, Pinho (2011) assinala que as TICs têm assumido um papel de centralidade na sociedade contemporânea, devido à importância crescente que vem tendo na denominada sociedade da informação. O

referido autor cita o advento da *internet* como fator propiciador de um canal de interatividade entre a sociedade e o Estado, permitindo a democratização de processos, a transparência e a participação crítica dos cidadãos nas decisões do governo, num movimento que pode contribuir para a realização de uma nova política, deixando claro, contudo, que as TICs, e mais especificamente a *internet*, não resolverão sozinhas os problemas sociais, econômicos, políticos etc., antes, como ferramentas, irão auxiliar no processo de tomadas de decisões estratégicas, oferecendo suporte aos governos e cidadãos.

Para Kanaane et al. (2010), atualmente a sociedade vivencia a era do conhecimento, na qual organizar, sistematizar, conhecer, aprender e armazenar processos neste contexto é um dos maiores desafios das organizações no mundo digital; e os governos, tanto no âmbito federal quanto no estadual e no municipal começam, assim, a reconhecer a *internet* como um significativo canal de comunicação social e disseminação das políticas públicas, o que contribui para que o cidadão passe a atuar como colaborador e interaja no cenário dos serviços públicos.

Nesse aspecto, no que tange à utilização das TICs, Barbosa (2010) destaca que o Brasil, seguindo tendência mundial, as tem adotado cada vez mais como ferramentas de modernização da administração pública, buscando o aprimoramento dos serviços e a melhoria da eficiência e da qualidade na prestação de serviços públicos e aumento da transparência pública. Essas ações modernizantes têm sido implementadas, segundo o autor, devido aos movimentos de reforma do Estado, que levaram a administração pública a adotar soluções inovadoras concernentes à utilização das TICs.

Utilizando dados da Organização das Nações Unidas para corroborar seu pensamento, Barbosa explicita que

[...] o desenvolvimento e implantação de programas de governo eletrônico em vários países é uma das consequências mais visíveis da rápida e intensa adoção das TICs, com impacto significativo na forma de como o governo gere o relacionamento entre órgãos

governamentais prestadores de serviços públicos e o cidadão (...). A implantação desses programas no Brasil, em todos os níveis de governo (federal, estadual e municipal), também é resultado do avanço da adoção intensiva das TICs no setor público, e tem como objetivos o aumento do desempenho e da eficiência da administração pública, bem como a oferta de melhores e mais convenientes serviços públicos ao cidadão (BARBOSA, 2010, p. 29).

Diniz et al. (2009) vão mais além ao explicitar que a ideia de governo eletrônico ultrapassa a dimensão da utilização da tecnologia da informação no setor público, uma vez que estaria vinculada à modernização da administração pública e à melhoria da eficiência dos processos operacionais e administrativos dos governos, bem como à prestação de serviços públicos eletrônicos por meio da *internet* e, neste sentido, o Estado tem se utilizado, cada vez mais, de recursos tecnológicos para disseminar informações governamentais, visando a uma maior transparência das atividades relacionadas ao setor público. Para isso, são disponibilizados portais *on line* que facilitam a pesquisa de serviços e informações acerca da atuação dos governos por parte dos cidadãos (DINIZ, 2005).

Acerca da importância da tecnologia como aliada da transparência nos serviços públicos e, portanto, na modernização da gestão pública, Gomes Filho (2005) traz uma contribuição interessante, ao explicitar que:

O desenvolvimento da tecnologia da informação oferece novas possibilidades de ganho de transparência pelas organizações. O emprego dos novos recursos tecnológicos da informatização pode melhorar a qualidade da informação produzida pela organização, como, por outro lado, independentemente disso, tem, sem sombra de dúvida, impacto extraordinário sobre o seu acesso, haja vista que, por meio da informatização, a organização tanto pode conhecer-se melhor, como também pode dar-se a conhecer melhor ao seu ambiente externo. Esta via dupla, por meio da qual a informatização expõe e, portanto, 'transparencializa' a organização, submetem-na a mudanças potenciais imensuráveis (GOMES FILHO, 2005, p. 7).

Destaca-se que as TICs oportunizam serviços, antes prestados ao cidadão de forma presencial, por meio de canais digitais, como a *internet*, de maneira mais rápida, eficiente e customizada, a fim de permitirem uma relação próxima entre Estado e sociedade, além de aumentarem a qualidade do atendimento ao cidadão, reduzirem a complexidade dos processos internos e promoverem uma redução significativa de custos operacionais para o setor público e privado (WORLD BANK, 2002). Permite, além disso, uma mudança na forma em que o governo interage com os cidadãos, empresas e outros governos, estabelecendo uma mudança de comportamento social, em que o cidadão passaria a exercer mais efetivamente o controle social (BARBOSA, 2010).

Moreira e Maia (2013, p. 2) afirmam, neste sentido, que “participação democrática, horizontalização das relações, transparência, agilidade, eficiência e eficácia são parâmetros que se impõem ao Estado na realidade contemporânea de globalização, descentralização e de inovações tecnológicas”.

Quanto às políticas públicas voltadas às TICs, observa-se que estas estão voltadas para:

[...] reavaliação da forma de atuação em relação às atividades de gestão dos recursos tecnológicos. Evidencia-se a necessidade de enfatizar o estabelecimento e a disseminação de padrões, o compartilhamento de recursos tecnológicos e informacionais que facilitem a integração sistêmica das funções de governo, a adoção de estratégias para aplicação desses recursos tendo em vista a ampliação do controle social, melhores resultados das ações de governo e a estruturação de indicadores para avaliação dos impactos dessas tecnologias sobre o desempenho governamental (FRAGA; BEMFICA; BRETAS, 2001, p. 32).

Enfatiza-se, portanto, uma necessidade cada vez mais premente de os governos terem controle sobre os processos de trabalho, assumindo as TICs um papel de destaque nesse cenário, sobretudo contribuindo para a ampliação do acesso do cidadão, entendido aqui como “controle social”

do desempenho das ações do governo em benefício da sociedade, o que remete a uma participação mais ampla do tecido social no cotidiano do governo, podendo tal controle ocorrer por meio da internet, restando evidente também a necessidade de adoção de uma governança em rede, adotada pelo Estado e mediada pela integração e uso da tecnologia (MALIN, 2003).

A respeito da utilização das TICs na Administração Pública e da internet como canal de comunicação entre o governo e a sociedade, Pereira e Silva (2011) afirmam que

A utilização das TICs na Administração Pública possui vários objetivos: o alcance e a melhoria contínua da qualidade, o aumento da eficácia e da eficiência, a transparência dos atos administrativos, a fiscalização das ações governamentais e a participação popular no exercício da cidadania, por meio da facilidade de acesso a serviços públicos ofertados na Internet (PEREIRA; SILVA, 2011, p. 153).

No decorrer de décadas, percebe-se a evolução da implementação de políticas de aquisição de recursos tecnológicos aplicados ao ambiente de trabalho no setor público, com vistas à melhoria dos processos de trabalho. Ressalta-se, desta forma, que:

É perceptível que a utilização intensiva de tecnologia da informação e comunicação (TIC), na produção, armazenamento e divulgação de dados surge como um fator relevante no fortalecimento do processo de transparência na administração pública. Nesse sentido, torna-se relevante destacar que os sistemas estruturadores, na medida em que a integração e interoperabilidade forem se consolidando, irão permitir que o acesso e a transparência dos dados disponíveis pelo governo se tornem cada vez mais acessíveis ao cidadão (MATIAS-PEREIRA, 2010, p. 46).

É importante destacar também que a transparência pública tem uma forte ligação com os movimentos recentes de reforma do Estado, principalmente no que tange à responsabilização dos gestores públicos,

o que tem influenciado na maior visibilidade dos processos de formação das decisões públicas e nos resultados da gestão pública (GAMA, 2015).

O incremento de recursos tecnológicos para facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços e informações do governo pode também desencadear um processo de bem-estar, podendo contribuir para evitar os casos de corrupção na gestão pública, pois as “transformações tecnológicas, estruturais, econômicas e sociais exercem grandes impactos na vida das pessoas, sendo que estes impactos consequentemente refletem nas gestões por elas lideradas” (VIDAL, 2011, p. 179).

Para Castells (1999), o Estado pode contribuir para que a sociedade entre num processo acelerado de imersão tecnológica, o que, por sua vez, também contribui para a promoção do bem-estar social. Desta forma, a gestão pública tem vivenciado várias mudanças nos últimos tempos e esta expressão não abarcaria apenas a migração de pensamento, mas também do ensino e da pesquisa universitária, e, especificamente quanto ao aspecto dos avanços tecnológicos, percebe-se que o Estado tem buscado formas de se inserir no contexto dessas mudanças, sobretudo adotando processos e políticas públicas de interação e inserção do cidadão no cotidiano do governo, visando à transparência das ações realizadas em favor do cidadão e enfocando a modernização da gestão pública no âmbito de sua atuação (PORCIUNCULA, 2001; DIAS, 2008).

Deve-se mencionar também a importância da publicidade e da transparência pública, as quais podem e devem ser levadas à sociedade também fazendo-se uso das TICs.

## **O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE E DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA COM O USO DAS TICs**

O princípio da publicidade, juntamente com outros princípios que norteiam o comportamento da administração pública perante a sociedade está inserido legalmente na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, 1.º, que explicita o seguinte:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos (BRASIL, 1988).

A administração pública, ao cumprir o preceito constitucional da publicidade proporciona à sociedade a possibilidade de se realizar o controle social, podendo-se citar como um dos exemplos a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000), a qual obrigou os governos (União, estados e municípios) a publicar na internet suas receitas e despesas, objetivando dar mais transparência aos cidadãos dos atos de governo, pois esta tem como princípios fundamentais o planejamento, a transparência e a participação popular (DINIZ, 2005; PLATT NETO et al., 2007).

Entre outros aspectos, a LRF preconiza no capítulo IX, no item 'da transparência, controle e fiscalização', parágrafo único, inciso II: "liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público" (BRASIL, 2000, não paginado). Tal dispositivo vai ao encontro daquilo que é desejável pela sociedade no que se refere ao controle social, viabilizando esforços de publicizar e tornar mais transparente aquilo que é público por meio da utilização intensiva de tecnologias de informação e comunicação (BALBE, 2010).

Como se percebe, essas mudanças que têm ocorrido no tocante ao acesso à informação por parte dos cidadãos têm sido resultado, em certa medida, de uma exigência da sociedade, bem como de dispositivos jurídicos que impõem à administração pública a adoção de mecanismos e aplicações tecnológicas, tais como a internet, como instrumentos de

publicidade, capazes de fazer frente aos novos desafios impostos pela sociedade do conhecimento (MALIN, 2003).

Outro exemplo que vai ao encontro da publicidade e da transparência pública mediante a utilização das TICs é a lei no 12.527, também chamada de lei de acesso à informação, a qual obriga todos os entes públicos (Legislativo, Executivo e Judiciário, incluindo a União, os estados e os municípios) a disponibilizar na *internet* as informações de interesse público. Conforme o § 2º “os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (*internet*)” (BRASIL, 2011, não paginado).

Mais um exemplo dos esforços que o Estado tem empreendido no sentido de tornar mais transparentes as políticas governamentais pode ser citado com o recente advento do decreto no 8.539, de 8 de outubro de 2015, o qual estabelece o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Neste decreto, um dos objetivos preconizados é facilitar o acesso do cidadão às instâncias administrativas, utilizando, para tanto, o uso da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) como uma ferramenta viabilizadora dos processos de desburocratização da administração pública, tornando-a mais transparente (BRASIL, 2015, não paginado).

De acordo com Platt Neto et al. (2007, p. 77), a transparência é um conceito mais amplo do que publicidade, uma vez que “uma informação pode ser pública, mas não ser relevante, confiável, tempestiva e compreensível”. Esses autores pontuam que a publicidade é uma dimensão da transparência, destacando que a informação deve ser compreensível ao usuário, devendo ser expressa em uma “linguagem acessível e orientada ao perfil dos usuários, no sentido de aumentar o entendimento das informações” (PLATT NETO et al., 2007, p. 85). Desta forma, compete à administração pública desenvolver uma gestão



eficiente, colaborando para o atendimento dos preceitos legais presentes na Constituição, levando ao exercício da cidadania pela população.

Souza et al. (2009), por sua vez, explicam que

A transparência nos atos da Administração Pública tem como desígnio impedir ações impróprias e eventuais, como o uso indevido dos bens públicos, por parte dos governantes e administradores. Alargando o acesso dos cidadãos às informações públicas, em todas as esferas, a fim da edificação de um país mais democrático, onde todos os segmentos da sociedade possam desempenhar com êxito o controle social, ajudando na efetivação de uma gestão mais eficaz e eficiente (SOUZA et al., 2009, p. 45).

A transparência também remete ao termo *accountability*, conceituado por Iudícibus; Marion; Pereira (2003, p. 10) apud Platt Neto et al. (2007) como a “responsabilidade do gestor profissional de prestar contas”. Deste modo, transparência e *accountability* devem ser praticadas pela administração pública, a fim de que o cidadão possa ter acesso a informações qualitativas referentes aos atos do governo, sendo as TICs ferramentas informacionais relevantes para este fim.

Ainda com relação às ações governamentais concernentes à divulgação de informações à sociedade, a administração pública federal publicou o decreto no 8.777, de 11 de maio de 2016, que tem, entre outros objetivos “aprimorar a cultura de transparência pública”, bem como permitir maior controle social da administração pública por meio de ferramentas de tecnologia da informação e comunicação, com vistas à melhoria da eficiência na gestão pública (BRASIL, 2016, não paginado). Essas ações de transparência são implementadas e disponibilizadas para a sociedade por meio da *internet* no Portal Brasileiro de Dados Abertos, o qual se propõe a ser, conforme informação disponível no campo ‘sobre o portal’ “uma ferramenta disponibilizada pelo governo para que todos possam encontrar e utilizar os dados e as informações públicas. O portal preza pela simplicidade e organização para que você possa encontrar facilmente os dados e informações que precisa. O portal também tem

o objetivo de promover a interlocução entre atores da sociedade e com o governo para pensar a melhor utilização dos dados em prol de uma sociedade melhor” ([www.dados.gov.br](http://www.dados.gov.br)).

Conforme o perfil de governança de TI do Tribunal de Contas da União (TCU, 2016), o governo federal tem recomendado que se promova a interação entre os cidadãos e o governo, reconhecendo que os instrumentos de publicidade são um canal importante de aproximação entre o Estado e a sociedade no que concerne à transparência pública.

Nesse sentido, Balbe (2010) pontua que, com iniciativas de utilização intensiva de tecnologia da informação e comunicação na administração pública, o Brasil entrou para o grupo dos vinte países que desenvolvem práticas eficientes de governança eletrônica, citando como exemplos de aplicações o Portal da Transparência, a declaração do imposto de renda via *internet*, o e-CPF e o e-CNPJ, da Receita Federal do Brasil, entre outras, destacadas pela eficiência na governança eletrônica, ganhadoras inclusive de prêmios internacionais. Este movimento de imersão no uso das TICs, para o autor, estaria em consonância com o surgimento do chamado governo eletrônico<sup>3</sup>, que tem contribuído para mudar a forma como a administração pública se apresenta ao cidadão contemporâneo.

Segundo Platt Neto et al. (2007, p. 90), “o E-gov pode ser compreendido como uma ferramenta democrática de capacitação política da sociedade”. Já Balbe (2010) pondera que o Brasil ainda precisa avançar mais na questão da transparência, sobretudo com a integração entre os diversos órgãos da administração pública dos três poderes e o retorno de suas ações à sociedade, aspecto essencial para a consolidação do governo eletrônico e para o aprimoramento do serviço público, bem como para dotá-lo de maior eficiência.

---

<sup>3</sup> De acordo com o Banco Mundial, governo eletrônico (ou e-governo) refere-se ao uso, por agências governamentais, de tecnologias de informação (como redes de longa distância, Internet e computação móvel) capazes de transformar as relações com cidadãos, empresas e outras unidades do governo. Já a Organização das Nações Unidas define tal termo como a utilização da Internet e da web para ofertar informações e serviços governamentais aos cidadãos (NAZARENO et al., 2006).

## A PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO MEDIADA PELAS TICs

É perceptível o aumento do número de cidadãos que têm utilizado as ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação para a realização de tarefas que antes exigiam o deslocamento e/ou a presença do indivíduo a algum órgão público. Isso tem ocorrido, em parte, porque o Estado tem disponibilizado *sites* em que é possível ao cidadão acessar serviços básicos por meio da *internet*, trazendo comodidade ao usuário e evitando desperdício de tempo e de recursos financeiros. Registre-se que esse movimento de disponibilização de serviços pela administração pública por meio da *internet* teve início no Brasil na década de 1990. Por outro lado, uma parte significativa da população tem se inserido no mundo digital, o que foi possível devido a uma maior penetração da *internet* em praticamente todas as camadas sociais (VILELLA, 2003).

Com o avanço tecnológico, o Estado, por sua vez, pôde aprimorar a tomada de decisões, sobretudo em setores ligados diretamente ao atendimento da população, oferecendo serviços que os cidadãos utilizam com mais frequência.

Conforme pontuado por Barbosa (2010):

O aumento expressivo do número de brasileiros que usam a Internet em seu dia-a-dia e o crescimento da penetração de seu acesso nos domicílios e empresas brasileiras têm contribuído para a criação de um novo cenário econômico e social no Brasil, permitindo que governos, empresas e cidadãos interajam, cada vez mais, por meio de ambientes virtuais criados pelas aplicações *web*. Essa realidade é expressa também pelo desenvolvimento e pela implantação de programas de governo eletrônico no Brasil, mostrando que o governo tem adotado, nos últimos anos, as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) em todos os níveis da administração pública, fazendo com que elas favoreçam a modernização da administração pública e aprimorem a eficiência e a qualidade na prestação de serviços públicos (BARBOSA, 2010, p. 27).

Nesse contexto, o cidadão tem utilizado mais a *internet* (por ser a mídia mais interativa disponível atualmente) para a resolução de questões do dia a dia, levando a um movimento progressivo de participação no governo eletrônico (e-gov), mediado pelo uso das TICs. Segundo Balbe (2010, p. 04), o governo, ao oferecer serviços ao cidadão por meio das TICs, contribui para a “melhoria dos processos, aumento da eficiência, melhor governança, elaboração e monitoramento de políticas públicas e aumento da transparência”.

De fato, Jardim (2000) também evidencia este pensamento quando aduz que

(...) o governo eletrônico expressa uma estratégia pela qual o aparelho de Estado faz uso das novas tecnologias para oferecer à sociedade melhores condições de acesso à informação e serviços governamentais, ampliando a qualidade desses serviços e garantindo maiores oportunidade de participação social no processo democrático. Considera-se que o governo eletrônico pode ampliar a efetividade dos governos em quatro aspectos:

- Será mais fácil para a sociedade ter suas perspectivas consideradas pelos governos na (re)definição de políticas públicas;
- A sociedade poderá obter melhores serviços das organizações governamentais, por exemplo, através de atividades desenvolvidas online;
- A sociedade contará com serviços mais integrados porque as diferentes organizações serão capazes de se comunicar mais efetivamente entre si;
- A sociedade será melhor informada porque poderá obter informação atualizada e compreensível sobre o governo, leis, regulamentos, políticas e serviços (JARDIM, 2000, p. 36).

De acordo com Barbosa (2010), em pesquisa realizada para averiguar a participação dos cidadãos por meio das TICs, observou-se que 56% dos entrevistados escolheriam a internet para acessar serviços de governo, o que demonstra o potencial de crescimento do governo eletrônico, sendo um indicador importante de que o Estado deve aprimorar as ferramentas de TIC voltadas à oferta de serviços ao cidadão.

Barbosa (2010) destaca ainda que a implantação de iniciativas de governo eletrônico no Brasil, em todos os níveis de governo (federal, estadual e municipal), também é resultado do avanço da adoção intensiva das TICs no setor público, e tem como objetivos o aumento do desempenho e da eficiência da administração pública, bem como a oferta de melhores e mais convenientes serviços públicos ao cidadão.

Convém, neste caso, evidenciar a importância da governança e não apenas esta isoladamente, mas o que Braga et al. (2008) chamam de governança responsiva, a qual, apoiada nas modernas TICs tornaria possível um processo de decisão mais informado e transparente, uma vez que o uso das TICs permite:

[...] uma interface governo-cidadão de mão dupla, via sistemas de comunicação eletrônica e transações seguras no fornecimento de serviços e integração interorganizacional, possibilitando ao usuário resolver múltiplos problemas em um único ponto de acesso virtual, com implicações na responsividade de responsabilização governamentais (BRAGA et al, 2008, p. 04).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento de um governo eletrônico efetivo no Brasil tem um papel fundamental nos processos de inclusão digital e social dos cidadãos, e no atendimento das demandas da sociedade, considerando que as TICs oportunizam serviços, antes prestados ao cidadão de forma presencial, por meio de canais digitais, como a Internet, de maneira mais rápida, eficiente e customizada, a fim de permitirem uma relação mais próxima entre Estado e sociedade, configurando um Estado transparente e mais próximo ao cidadão, além de aumentarem a qualidade do atendimento ao cidadão, reduzirem a complexidade dos processos internos e promoverem uma redução significativa de custos operacionais para o governo (BARBOSA, 2010; LOPES; FREIRE, 2009).

Não obstante, tal processo, evidentemente, requer a adequada instrumentalização do cidadão, bem como a criação de políticas públicas que facilitem a este o acesso aos meios de comunicação, a fim

de que o cidadão possa se inteirar das informações oriundas do Estado e, neste sentido, cabe o que Silveira (2002) enfatiza:

Os governos eletrônicos que estão se formando devem se preocupar em organizar políticas de inclusão social que viabilizem o acesso da sociedade ao cotidiano de uma sociedade em rede. As políticas de modernização administrativa, informatização do Estado e ‘internetização’ precisam caminhar juntas com a abertura de pontos de acesso e orientação básica à população socialmente excluída (SILVEIRA, 2002, p. 74).

Com isso será possibilitado ao cidadão uma participação mais ativa da gestão pública, levando-o a ser um agente transformador e interveniente nas decisões daquilo que lhe diz respeito como ator social.

O acesso à informação e, portanto, a mediação da participação do cidadão por meio das TICs engendra novos processos e comportamentos comunicacionais na sociedade, sobretudo com o advento da internet, trazendo o cidadão mais diretamente para o debate político e tornando mais transparentes os processos, bem como estimulando práticas democráticas, isto é, comprometimento com os valores democráticos e “maior participação da população nas decisões políticas”, aspecto que, em tese, contribuiria para a chamada ciberdemocracia, em um ambiente denominado ciberespaço, conforme pontuado por Lévy (1999, p. 171). Neste ciberespaço, Lévy aponta que a democracia eletrônica seria possível à medida que os cidadãos possam tomar conhecimento das políticas públicas, por meio da transparência oportunizada pelo Estado num movimento convergente de utilização das TICs, bem como avaliar tais políticas públicas para o bem da coletividade.

Ademais, num movimento denominado cibercultura há a possibilidade de o cidadão praticar a interatividade, a colaboração e de intervir e se posicionar frente às demandas sociais, o que favorece os processos de inteligência e aprendizagem coletivas rumo a uma ciberdemocracia. Desta forma, à medida que as políticas públicas do Estado, voltadas para a interconexão consigo mesmo e com a sociedade,

avançam para tornar a gestão pública mais transparente por meio das TICs, chega-se a um patamar de participação almejado pela sociedade, conduzindo-a a um estágio mais elevado de cidadania (LIMA, 2012).

Nesse contexto, o uso das TICs como potencialidades à ampliação e articulação de políticas no setor público, estruturado em programas de e-Gov para a prestação de serviços públicos, é um exemplo a ser seguido e um embrião de uma sociedade partícipe das decisões do Estado, tendo tal ferramenta permitido uma mudança significativa no modo como o governo interage com o cidadão, empresas e outros governos. Tal processo, por seu turno, marcado também pelo uso das TICs por parte dos cidadãos e pela rapidez do acesso à informação, demanda do poder público um estímulo para a promoção de políticas de inclusão digital e modernização de serviços, a fim de que seja possível uma verdadeira interação entre os cidadãos e o Estado (BARBOSA, 2010; SILVEIRA, 2002).

#### **A UTILIZAÇÃO DAS TICs NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA): O SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS (SIGAA)**

De acordo com Jones (2010), uma organização é uma ferramenta utilizada pelas pessoas para a consecução de um objetivo. Neste sentido, no que se refere ao contexto organizacional das organizações públicas, o adequado gerenciamento da informação tem sido objeto de elevados investimentos por parte do Estado ao longo dos anos, sobretudo com o avanço cada vez mais intensivo das ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação (MALIN, 2003).

Para efetivar esse intento, as organizações, tanto públicas quanto privadas, utilizam Sistemas de Informações (SIs) para o gerenciamento das informações concernentes ao âmbito organizacional, como elementos efetivos para a tomada de decisões estratégicas, uma vez que estes propiciam rapidez e qualidade nas informações geradas (VILHENA, 2011).

Nessa perspectiva, a Universidade Federal do Pará (UFPA), uma instituição pública de educação superior, organizada sob a forma de autarquia especial, criada pela Lei n.º 3.191 de 2 de julho de 1957, estruturada pelo Decreto n.º 65.880, de 16 de dezembro de 1969, modificado pelo Decreto n.º 81.520, de 4 de abril de 1978, caracteriza-se como universidade multicampi, sendo considerada uma das maiores e mais importantes instituições de ensino público da Região Norte do Brasil e do Trópico Úmido, abrigando uma comunidade composta por mais de 50 mil pessoas (entre servidores, docentes e alunos), é um dos setores públicos em que se observa a utilização de TIC para melhorar o trabalho, promover interação e integração entre os diversos setores e pessoas na instituição.

Para se ter ideia da dimensão e da complexidade que é administrar uma instituição tão importante como a UFPA, tem-se que atualmente esta instituição conta em sua estrutura com 535 cursos de graduação distribuídos em 12 Campi: (1) Abaetetuba, (2) Altamira, (3) Ananindeua, (4) Belém, (5) Bragança, (6) Breves, (7) Cametá, (8) Capanema, (9) Castanhal, (10) Salinópolis, (11) Soure e (12) Tucuruí, espalhados por toda a extensão do Estado do Pará, com exceção do Baixo Amazonas, onde o Campus Santarém foi transformado em Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), e Marabá, onde foi criada a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Além disso, possui 168 cursos de pós-graduação, 52 polos, 14 institutos, 6 núcleos, 1 escola de aplicação e 2 hospitais universitários (UFPA EM NÚMEROS, 2015).

Dessa forma, os Sistemas de Informação (SIs) são ferramentas importantes para auxiliar a gestão organizacional. Neste sentido, acompanhando a evolução tecnológica, em 1994 foi implantado na UFPA o Sistema de Controle Acadêmico (SISCA), objetivando, entre outros aspectos, descentralizar as tarefas relacionadas à rotina das matrículas dos alunos. Tal sistema, entretanto, não funcionava em tempo real e não gerava relatórios unificados, o que levou à necessidade de sua substituição (FARIAS FILHO; VILHENA; NASCIMENTO, 2014).



Posteriormente, em 2006, a UFPA implantou o Sistema de Informações para o Ensino (SIE), um *software* para auxiliar o gerenciamento acadêmico das universidades brasileiras, o qual, de acordo com Farias Filho, Vilhena e Nascimento (2014, p. 03), foi implantado objetivando modernizar os processos de trabalho no âmbito organizacional das unidades acadêmicas de graduação e pós-graduação, por meio da “integração dos sistemas existentes que não agregavam as informações das unidades acadêmicas”. Esse sistema, mais moderno, apresenta alguns avanços em relação ao SISCA, notadamente no que concerne ao funcionamento em tempo real, à unificação de informações e à emissão de relatórios consistentes. Apesar desses pontos fortes, o SIE apresenta algumas características desfavoráveis ao uso, tais como o fato de ser desenvolvido em plataforma “fechada”, não possuir licença de uso livre, acesso centralizado ao banco de dados e sistema operacional privado, gerando ônus na aquisição da licença de *software* FARIAS FILHO; VILHENA; NASCIMENTO, 2014). Atualmente, o SIE ainda é utilizado nos programas de pós-graduação *latu sensu*, havendo a possibilidade de transição para o SIGAA.

Para a melhor operacionalização do SIE, a UFPA disponibilizou treinamento e capacitação aos servidores envolvidos na alimentação desse sistema, destacando-se ainda como ponto positivo o acesso permitido apenas aos usuários que possuem senhas e como ponto de dificuldade o processo de matrículas dos alunos. De modo geral, conforme apontado por Farias Filho, Vilhena e Nascimento (2014), o SIE contribuiu para a modernização dos processos de trabalho no âmbito do gerenciamento acadêmico ao oferecer uma maior integração no gerenciamento das informações no âmbito organizacional.

Com a evolução da informática e dos sistemas de informação, houve a necessidade de implementação de um sistema mais moderno, considerando que as universidades são organizações complexas e executam atividades múltiplas (BERNARDES; ABREU, 2004). Neste contexto, pode-se citar o Sistema Integrado de Gestão da Universidade

Federal do Pará (SIG-UFGA), enquanto uma ferramenta tecnológica auxiliar Federal do Pará (SIG-UFGA), enquanto uma ferramenta tecnológica auxiliar no processo de gerenciamento da informação institucional, utilizado por 25 instituições de ensino superior no Brasil, além de 8 institutos federais de educação, ciência e tecnologia (UFRN, 2016), desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e adquirido pela UFGA, por meio de acordo de cooperação, o qual se constitui no conjunto de três outros principais sistemas, conforme o Manual do Usuário SIG (UFGA, 2011):

- Sistema Integrado de Gestão, Planejamento e Recursos Humanos (SIGRH) que informatiza os procedimentos de recursos humanos da instituição, tais como, agendamento de férias, cálculos de aposentadoria, registros e avaliações funcionais, dimensionamento de força de trabalho, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimentos *on-line*, serviços e requerimentos, relatórios de RH, entre outros;

- Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) que informatiza todos os procedimentos da área acadêmica, tais como alocação de carga horária de disciplinas e professores, oferta de turmas, matrícula, histórico, lançamentos de conceitos e frequências de disciplinas, etc.;

- Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) que informatiza todas as operações para a gestão das unidades responsáveis pelas finanças, patrimônio e contratos da UFGA.

Além desses há o Sistema de Eleições *on-line* (SIG-Eleição) que também integra o sistema SIG-UFGA.

Quanto ao SIGAA, outra característica importante desse sistema é a disponibilização de diversos tipos de relatórios, técnicos e gerenciais, em tempo real, que são de extrema importância nas tomadas de decisão dos gestores e usuários. Além disso, qualquer usuário poderá acessar o SIGAA de qualquer lugar do mundo, bastando para isso estar conectado à *internet* (UFGA, 2011). Isso facilita a vida dos usuários, que não necessitam mais se deslocar até a Universidade para resolver determinadas questões referentes à sua vida acadêmica.

No que se refere especificamente à utilização do SIGAA por parte do docente, várias atividades podem ser desenvolvidas nesse sistema, pois o portal do docente reúne diversas informações referentes às atividades acadêmicas realizadas pelo professor, tais como ensino, pesquisa, extensão e monitoria. Permite ainda que o docente possa cadastrar sua produção intelectual e gerenciar suas turmas por meio da opção 'Turma Virtual' (SOUZA; MONTEIRO, 2015).

Percebe-se, assim, a importância e diversidade de usos dos sistemas informatizados nas universidades como ferramentas operacionais de grande abrangência entre os diversos setores desta, razão pela qual devem ser aprofundados os estudos e as investigações acerca da usabilidade desses sistemas e se, de fato, estão contribuindo para a melhoria da gestão pública no âmbito da Universidade Federal do Pará.

Nesse sentido, com o objetivo de um melhor gerenciamento das organizações, Teixeira Filho (2003) reconhece que modernamente termos como Inteligência Competitiva, Era do Conhecimento e Capital Intelectual tornaram-se questões necessárias para as instituições e isso veio colaborar para que a chamada Gestão do Conhecimento (GC) se tornasse um fator importante no ambiente organizacional. Neste contexto, insere-se o uso das TICs no âmbito organizacional das instituições de ensino superior, o que Hoffmann e Santos (2016) apontam que as ferramentas tecnológicas contribuem também para o compartilhamento de informações, que, trabalhadas e interpretadas, auxiliam na produção de novos conhecimentos e na tomada de decisão.

Tem-se, neste aspecto, que se torna imperioso para as organizações o gerenciamento do conhecimento, fato que estas autoras afirmam que a Gestão do Conhecimento (GC) vem ganhando espaço nas organizações públicas, sendo este tema, no entanto, pouco abordado. Paralelamente, para auxiliar na GC, as TICs se colocam como ferramentas auxiliares, visto que colaboram em vários aspectos do âmbito organizacional. Neste sentido, os objetivos da GC se traduzem em “estimular, desenvolver e

disseminar o capital intelectual das organizações, transformando-o em conhecimento organizacional” (HOFFMANN; SANTOS, 2016, p. 100).

Segundo estas autoras, “adotar modelos e ferramentas de gestão que favoreçam a aquisição, o armazenamento e o compartilhamento da informação e do conhecimento, potencializando o uso das TICs, é fator agregador para qualquer organização” (HOFFMANN; SANTOS, 2016, p. 101).

Angeloni (2002) apud Corrêa (2014) menciona que a gestão do conhecimento é permeada com base em três dimensões: (1) infraestrutura organizacional (representada pela continuidade da organização), (2) pessoas (representadas pelas habilidades e competências humanas) e (3) tecnologia (a qual se refere a suporte para a criação, disseminação e armazenamento do conhecimento).

No tocante à tecnologia da informação, Teixeira Filho (2000, p. 05) explicita, por sua vez, que esta desempenha um papel estratégico na medida em que pode “ajudar o desenvolvimento do conhecimento coletivo, e do aprendizado contínuo, tornando mais fácil para as pessoas na organização compartilharem problemas, perspectivas, ideias e soluções”.

O autor evidencia que a tecnologia da informação pode colaborar também para a disseminação e transformação (conversão) do conhecimento tácito em conhecimento explícito, ou seja, aquele que está registrado de alguma forma, e assim disponível para as demais pessoas (TEIXEIRA FILHO, 2000, p. 02).

Deve-se destacar ainda que a valorização do conhecimento (ou capital intelectual) associado à informação é um recurso importante de criação de riquezas e sucesso nas organizações (STEWART, 1998). Teixeira Filho (2000), entretanto, vai mais além, ao aduzir que:

As tecnologias úteis para a Gestão do Conhecimento são aquelas que propiciam a integração das pessoas, que facilitam a superação das fronteiras entre unidades de negócio, que ajudam a prevenir a

fragmentação das informações e permitem criar redes globais para o compartilhamento do conhecimento (TEIXEIRA FILHO, 2000, p. 05).

Não se pode esquecer que as ferramentas tecnológicas para cumprir esse papel aludido por Teixeira Filho devem ser fáceis de usar, a fim de contribuir para uma maior interação entre as pessoas da organização, passando a constituir um processo de aprendizagem organizacional baseado na necessidade de contínuo aprendizado como forma de fazer frente às mudanças macro e microambientais (CORRÊA, 2014 apud FERNANDES, 2002).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se depreende da análise teórica realizada neste trabalho, as TICs no setor público têm sido analisadas por diversos autores, sendo ponto consensual que as ferramentas tecnológicas contribuem de maneira positiva para a modernização dos processos de trabalho no âmbito organizacional. No que se refere especificamente à Universidade Federal do Pará, os sistemas de informação acompanharam a evolução das ferramentas de informática até chegar ao atual sistema hoje utilizado pela instituição, o SIGAA, o qual trouxe algumas vantagens em relação aos sistemas anteriormente implantados no âmbito organizacional das unidades acadêmicas daquela instituição.

Nesse sentido, depreende-se que as ferramentas tecnológicas devem estar a serviço da sociedade, que delas faz uso para melhorar seu cotidiano (entendendo-se no caso específico da UFPA que os usuários são as pessoas que fazem parte da comunidade acadêmica), bem como para tornar mais transparentes os processos realizados no setor público, conforme ponderado pelos diversos autores analisados neste trabalho.

Sendo uma tecnologia de gestão que foi recentemente adotada pela UFPA, estudos empíricos são necessários para acompanhar a eficácia da sua implementação e avançar em recomendações para melhor alcançar seus objetivos. seus objetivos.

## REFERÊNCIAS

AGRASSO NETO; ABREU, Aline França de. **Tecnologia da Informação: manual de sobrevivência da nova empresa**. São Paulo: Arte & Ciência; Villipress, 2000.

ANGELONI, Maria Terezinha. (Org.). **Organizações do conhecimento: infraestrutura, pessoas e tecnologia**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BALBE, Ronald da Silva. Uso de tecnologias de informação e comunicação na gestão pública: exemplos no governo federal. **Revista do Serviço Público**, Brasília, p. 189-209; abr./jun., 2010.

BARBOSA, A. F. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil: TIC governo eletrônico – 2010**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010.

BERNARDES, J. F.; ABREU, A. F. D. A contribuição dos sistemas de informações na gestão universitária. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL. 4. Florianópolis, 2004. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2004. Disponível em: <[www.inpeau.ufsc.br/](http://www.inpeau.ufsc.br/)> Acesso em 31 ago. 2016.

BRAGA, L. V. et al. O papel do governo eletrônico no fortalecimento do governo eletrônico do setor público. **RSP**, Brasília, n.º 59, v. 1. p. 05-21, jan/mar., 2008.

BRASIL. Decreto n.º 8.777, de 11 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 8.539, de 08 de outubro de 2015. Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso à informação. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar N.º 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CONDURÚ, Marise Teles. **Análise da qualidade da informação no setor de saneamento básico: em busca da inteligência estratégica**. 2012. 290f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

CORRÊA, Fábio. **Gestão do conhecimento aplicada ao setor de tecnologia da informação: proposição de um modelo**. 2014. 110f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento) – Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2014.

DIAS, Isabel de Meiroz. **A relação entre reforma da administração pública e tecnologias de informação no governo do Estado de São Paulo**. 2008. 170f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DINIZ, E. H. et. al. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública - RAP**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 23-48, jan./fev. 2009.

DINIZ, Vagner. A história do uso da tecnologia da informação na gestão pública brasileira através do CONIP – Congresso de Informática Pública. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 10. Santiago, Chile, 18-21 Oct. 2005. **Anais...** Santiago, 2005.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; VILHENA, Maria das Graças; NASCIMENTO, Durbens Martins. Gestão de processo na implantação de um sistema de informação acadêmica: a experiência da UFPA. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 69-85, maio 2014. Disponível em <[www.gual.ufsc.br](http://www.gual.ufsc.br)> Acesso em 31 ago. 2016.

FRAGA, E. B.; BEMFICA, J. do C.; BRETAS, N. L. **Informática Pública e Reforma Administrativa**. 2001. Disponível em <[http://www.ip.pbh.gov.br/ANO3\\_N1\\_PDF/ip0301bossi.pdf](http://www.ip.pbh.gov.br/ANO3_N1_PDF/ip0301bossi.pdf)> Acesso em: 22 jul. 2016.

GAMA, J. R. **Transparência pública e governo eletrônico: análise dos portais dos municípios do Pará**. 2015. 161f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

GERMANO, M. G. **Uma nova ciência para um novo senso comum**. Campina Grande-PB: EDUEPB, 2011. p. 35-108.

GOMES FILHO, A. O desafio de implementar uma gestão pública transparente. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACION PUBLICA, 10. **Anais...** Santiago, 2005. Disponível em: <<https://bvc.cgu.gov.br/handle/123456789/2698>> Acesso em: 04 maio 2016.

HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado; SANTOS, Cintia Almeida da Silva. Gestão do Conhecimento no Instituto Federal de São Paulo – Campus Araraquara: proposta de utilização do software Redmine como ferramenta para gestão, armazenamento e compartilhamento da informação. **PÁGINAS a&b - Arquivos e Bibliotecas**, São Paulo, n. 5, p. 98-114, 2016. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/1474>> Acesso em: 17 ago. 2016.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; PEREIRA, Elias. **Dicionário de termos de contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 256 p.

JARDIM, José M. Capacidade governativa, informação e governo eletrônico. **DataGramZero –Revista de Ciência da Informação**, v. 1, n. 5,



out/2000. Disponível em: <[http://www.dgzero.org/out00/Art\\_01.html](http://www.dgzero.org/out00/Art_01.html)>  
Acesso em: 12 ago. 2016.

JONES, Gareth. R. Organizações e eficácia organizacional. In: **Teoria das organizações**. São Paulo: Pearson, 2010. p. 1-22.

KANAANE, R. et al. **Gestão pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas**. São Paulo: Atlas, 2010.

KOZMA R. B. Comparative analysis of policies for ICT in education. In: VOOGT, J.; KNEZEK, G. (Ed.). **International handbook on information technology in primary and secondary education**. New York: Springer, 2008. p. 1083-1096.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIMA, Márcio Roberto de. O Futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária. **Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf.**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 124-129, jan./jun. 2012. Disponível em <[http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/sbu\\_rci/index](http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/sbu_rci/index)> Acesso em: 19 ago. 2016.

LOPES, Francisco Cristiano; FREIRE, Geovana Maria Cartaxo de Arruda. Ciberdemocracia: os novos rumos de uma democracia planetária. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FA7, 5. Fortaleza, 2009. **Anais...** Fortaleza: FA7, 2009. Disponível em: <<http://www.fa7.edu.br/recursos/imagens/File/direito/ic.pdf>> Acesso em: 08 ago. 2016.

MALIN, Ana Maria Barcellos. **Estado e sociedade da informação no Brasil: uma investigação sobre o papel da informação na gestão pública**. 2003. 157f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MEIRELES, Manuel. **Sistemas de Informação: quesitos de excelência dos sistemas de informações operativos e estratégicos**. Volume 1 da Série: Indicadores Gerenciais. São Paulo: Arte & Ciência, 2001.

MOREIRA, José Manuel; ALVES, André Azevedo. Gestão pública: entre a visão clássica da Administração Pública e o novo paradigma da Governação Pública. **Revista Enfoques**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 11, p. 11-36, 2009.

NAZARENO, Claudio et al. **Tecnologias da informação e sociedade: o panorama brasileiro**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006. 187p.

O'BRIEN, J. A. **Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet**. São Paulo: Saraiva, 2002.

PEREIRA, D. M.; SILVA, G. S. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como aliadas para o desenvolvimento. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista-BA, n. 10, p. 151-174, 2010. Disponível em <[periodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/view/884/891](http://periodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/view/884/891)> Acesso em 02 maio 2016.

PINHO, J. A. G. Sociedade da informação, capitalismo e sociedade civil: reflexões sobre política, internet e democracia na realidade brasileira. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, 98-106; 2011

PLATT NETO et al. Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência. **Contab. Vista & Rev.**, v. 18, n. 1, p. 75-94, jan./mar. 2007.

PORCIUNCULA, Clarice Stella. **A modernização tecnológica no setor público: a experiência de cooperação**. Porto Alegre, RS, 2001. Disponível em [www.ip.pbh.gov.br/ANO2\\_N1\\_PDF/ip0201porciuncula.pdf](http://www.ip.pbh.gov.br/ANO2_N1_PDF/ip0201porciuncula.pdf). Acesso em: 27 maio 2015.

QUINTELLA, Rogério Hermida; SOARES JUNIOR, Jair Sampaio. Sistemas de apoio à decisão e descoberta de conhecimento em bases de dados: uma aplicação potencial em políticas públicas. **o&s**, v.10, n. 28, p. 83-98, set./dez. 2003.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Governo Eletrônico e Inclusão Digital. In: HERMANN, Klaus (org). **Governo Eletrônico – Os Desafios da Participação**

Cidadã. p. 69-81. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

SOUZA, A. et al. A relevância da transparência na gestão pública municipal. **Revista Campus**. Paripiranga-BA, v. 2, n. 5, p. 6-20, dez 2009. Disponível em: <<http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Transparencia/10400.html>>. Acesso em: 03 maio 2016

STEWART, Thomas A. **Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Referências do Questionário de Governança de TI**. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **UFPA em números**. Belém, 2015. Disponível em <http://www.ufpanumeros.ufpa.br/>. Acesso em 12 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Manual do Usuário SIG**. Belém, 2011. Disponível em: <[http://portal.ufpa.br/sigufpa/manuais/manual\\_sig\\_autocadastro.pdf](http://portal.ufpa.br/sigufpa/manuais/manual_sig_autocadastro.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2015.

VIDAL, Jose Pont. Desafios de uma nova gestão pública para o desenvolvimento dos municípios no Pará. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 14, p. 171-196, 2011.

VILELLA, Renata Moutinho. **Conteúdo, usabilidade e funcionalidade: três dimensões para avaliação de portais estaduais de Governo Eletrônico na Web**. 2003. 263f.

VILHENA, Maria das Graças dos Santos. **Organização institucional da UFPA no contexto de reforma do Estado: uma análise dos modelos de gestão e processos na implantação do SIE (2005 a 2009)**. 2011. 128f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>> Acesso em: 31 jul. 2016.

WORLD BANK. **World Development Report 2002: building institutions for markets**. Oxford University Press, Inc., New York, N.Y. 2002.

## EVOLUÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL NO ESTADO DO PARÁ

---

*Benedito Evandro Barros da Silva<sup>1</sup>*

*Claudia Azevedo-Ramos<sup>2</sup>*

**Resumo:** Políticas públicas descentralizadas entre a União, estado e municípios têm sido implantadas na Amazônia na tentativa de reduzir as desigualdades sociais, econômicas e ambientais. Neste contexto, o estado do Pará apresenta uma série de desafios para melhorar a gestão ambiental de seus municípios, caracterizada por falta de estruturas administrativas e poucos recursos financeiros e humanos. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo sistematizar, sob o ponto de vista histórico e legal, a evolução do processo de descentralização ocorrido na gestão ambiental do estado do Pará. O período analisado foi de 1981 a 2016, com base na utilização de dados secundários. Os resultados mostraram que a descentralização da gestão ambiental teve sua maior evolução a partir do ano de 2009, quando o governo do estado, motivado pelas políticas públicas federais e regionais, pela sociedade em geral e pelas fortes pressões para reduzir o desmatamento, passou a tomar uma série de medidas no intuito de fortalecer o processo de descentralização da gestão ambiental no estado. No entanto, apesar de ser considerada uma política pública necessária para a melhoria da qualidade da gestão ambiental e redução da degradação ambiental nos municípios paraenses,

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos–UFPA e Secretaria de Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará – SEMAS/PA. E-mail: evandroourem@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) – Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil. E-mail: claudia.azevedoramos@gmail.com

a descentralização ambiental no estado do Pará ainda está em fase de organização institucional, com limitações à implantação de fato. Conclui-se que metodologias de monitoramento da qualidade da gestão ambiental pelo estado do Pará são tão necessárias quanto ainda carentes.

**Palavras-chave:** Amazônia. Descentralização Política. Gestão Ambiental Municipal. Pará. Brasil.

## EVOLUTION OF MUNICIPAL ENVIRONMENTAL MANAGEMENT DECENTRALIZATION IN PARA STATE

**Abstract:** Decentralized public policies among the Federal, state and municipal governments have been implemented in the Brazilian Amazon in an attempt to reduce social, economic and environmental inequalities. In this context, the state of Pará presents a number of challenges to improve the environmental management of their municipalities, characterized by lack of administrative structures and limited financial and human resources. Therefore, this study aimed to systematize the evolution of the decentralization process occurred in the environmental management of the state of Pará from the historical and legal point of view. The study period was from 1981 to 2016, using secondary data. The results showed that environmental decentralization had its biggest evolution from the year 2009 when the state government, motivated by federal and regional public policies, by society in general and the strong pressure to reduce deforestation, began to take a number measures in order to strengthen the environmental decentralization process in the state. However, despite being considered a necessary public policy to improve the quality of environmental management and reduction of environmental degradation in Pará municipalities, the environmental decentralization in the State is still in its stage of institutional organization, with limitations on its real implementation. We conclude

that monitoring methodologies for quality environmental management by the state of Pará are as necessary as still lacking.

**Keywords:** Amazon. Political Decentralization. Municipal Environmental Management. State of Pará. Brazil

## INTRODUÇÃO

A descentralização de políticas públicas tornou-se alvo de grandes discussões nas duas últimas décadas do século XX. Nos últimos anos, esse debate foi intensificado no Brasil visando à garantia de serviços e direitos constitucionais a toda a população (SCARDUA, 2003). No entanto, o pacto federativo que redistribuiu as responsabilidades entre os entes federativos em relação à gestão de políticas públicas não tem ocorrido sem sua parcela de conflitos e dificuldades estruturais. Em particular, a gestão ambiental tem recebido especial atenção em virtude da crescente demanda por recursos naturais e da necessidade de criação de novos instrumentos para melhorar a defesa do meio ambiente (GUIMARÃES et al., 2011).

No caso dos estados brasileiros, desde 1996, todas as unidades da federação possuem políticas ambientais estaduais e instituições responsáveis pela sua implementação (SCARDUA, 2003). Em nível municipal, de um total de 5.570 municípios em todo território nacional, 90% dos municípios brasileiros informaram dispor de algum órgão para tratar do tema meio ambiente e, nesse sentido, tinham uma estrutura na área ambiental (IBGE, 2013).

Conceitua-se descentralização como sendo a transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias agregadas para unidades espacialmente menores, entre as quais o município e as comunidades, conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para as

unidades territoriais de menor amplitude e escala (BUARQUE, 1999). Como os municípios estão mais próximos dos problemas (e das soluções) que afetam a população, o fortalecimento da gestão descentralizada contribui para uma maior governança das questões ambientais.

Os municípios do estado do Pará têm sofrido especial pressão em relação aos problemas ambientais, particularmente devido à sua responsabilidade relativa às altas taxas históricas de desmatamento na Amazônia (INPE, 2016). Uma gestão ambiental eficiente contribuiria sobremaneira para a redução destes índices. Prover os municípios de condições adequadas para essa gestão, portanto, é condição *sine qua non* para a eficácia da estratégia.

Historicamente, a gestão ambiental era centralizada no governo estadual e, portanto, os municípios não foram instrumentalizados para melhorar seu desempenho. Nesse sentido, a descentralização da gestão ambiental é um fator importante para acompanhar e garantir o desenvolvimento de forma a preservar os recursos naturais do estado do Pará, visando ordenar o processo de municipalização da gestão ambiental, garantindo que os municípios adquiram um perfil que lhes permitam atuar, com eficiência, no conhecimento, avaliação e gerenciamento das questões ambientais (BORDALO, 2011).

Contraditoriamente, os estudos realizados anteriormente têm apontado para a pouca efetividade da gestão ambiental dos municípios paraenses, embora com causas ainda difusas (IDESP, 2011; BORDALO, 2011; IPS AMAZÔNIA, 2014). A gestão ambiental nos municípios paraenses é caracterizada pela forma insustentável do uso de seus recursos naturais, aliados às questões estruturais, à falta de implementação efetiva de políticas públicas de meio ambiente, às limitações de infraestrutura dos órgãos ambientais, à baixa eficiência tecnológica, à falta de informações e de capacitação técnica dos profissionais, à ineficiente gestão dos diversos órgãos públicos, além da reduzida consciência, e da falta de valorização ambiental da população em geral (IDESP, 2011).



Com isso, esta pesquisa tem como objetivo sistematizar e avaliar a evolução do processo de institucionalização da descentralização da gestão ambiental nos municípios paraenses, sob o ponto de vista histórico e legal. Aqui, procuramos responder os seguintes questionamentos: (1) Quais as principais políticas de incentivo à descentralização da gestão ambiental municipal no estado do Pará? E (2) como elas motivaram os municípios a implementarem seus sistemas de meio ambiente? Ao final, procuramos avaliar o pressuposto de que o rearranjo do arcabouço legal e da infraestrutura pelo estado do Pará foi crucial para motivar os municípios aderirem à política de descentralização da gestão ambiental.

## **1 RESULTADOS**

### **1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL**

Há três décadas, as políticas públicas de descentralização começaram a ser desenhadas como propostas de “desenvolvimento sustentável” para o Brasil, que por sua vez deveria criar estratégias compartilhadas entre a União, estados e municípios, e sociedade civil organizada para conciliar desenvolvimento econômico, social e ambiental (MALHEIROS, 2008). Dentro da perspectiva do “pensar globalmente e agir localmente”, o desenvolvimento em pequena escala assume maior importância. Desta maneira, cada localidade ou município deveria buscar conhecer suas especificidades, seus problemas e as melhores estratégias para resolvê-los, envolvendo a sociedade como um todo na busca de melhores resoluções (GUIMARÃES; FEICHAS, 2009).

#### **NO BRASIL**

O processo de descentralização de políticas públicas ambientais no Brasil ganha força a partir da criação da Lei nº 6.938/81 sobre a Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA ao instituir o Sistema

Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA e criar o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. Ambos foram avanços importantes no que diz respeito à construção de dispositivos legais adequados aos princípios do desenvolvimento sustentável, pois objetivam a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (BORDALO, 2011).

Ao SISNAMA, composto por órgãos e entidades da União, dos estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, foi atribuída a responsabilidade pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, atuando de forma articulada e em vias de cooperação, para atender aos objetivos da PNMA, contribuindo para legitimar a descentralização da gestão ambiental municipal ao incluir o município como ente federativo (IDESP, 2011).

O CONAMA deve envolver membros da sociedade civil organizada e do poder público, e apresenta caráter consultivo ou deliberativo. O órgão torna-se, então, democrático e importante ao garantir a participação social nas discussões e decisões ambientais, visando atender os objetivos propostos pela PNMA.

A PNMA ganha ainda mais força de implementação com a nova Constituição Federal (1988) ao apresentar artigos específicos sobre a defesa do meio ambiente, tais como os Art. 23, 24, 30 e o 225, que deram maior autonomia aos municípios.

O Art. 23 atribuiu para os diferentes entes federativos a competência comum, embora diferenciada, para proteção do meio ambiente e o combate à poluição em todas as suas formas, ou seja, conferindo à União as matérias de interesse nacional; aos estados, as matérias de interesse regional; e, aos municípios, as de interesse local, explícito no seu Art. 30, sem subordinação entre essas três esferas. O Art. 24 estabeleceu que

a União, os estados e os municípios, são entes autônomos, passando a ter independência política, legislativa e administrativa para atuarem na defesa do Meio Ambiente. O Art. 225, em forma de um princípio, diz:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

No ano de 1989, houve a aprovação da lei federal nº 7.797, que criou o Fundo Nacional de Meio Ambiente, com o objetivo de desenvolver os projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental no sentido de elevar a qualidade de vida da população brasileira ao prever a aquisição de recursos financeiros provenientes da gestão ambiental. Este fato serviu de orientação para os estado e municípios também criarem, por meio de leis, seus próprios Fundos de Meio Ambiente.

A descentralização das ações de licenciamento ambiental previstas na PNMA só teve sua regulamentação no país a partir da Resolução nº 237/97, de 19 de dezembro de 1997, do CONAMA, que estabeleceu a competência do órgão ambiental municipal para o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local, e de outros que lhe forem delegadas pelo estado por instrumento legal ou convênio (IDESP, 2011). Esta regulamentação deu maior clareza sobre o licenciamento ambiental entre os entes federativos.

Outro avanço considerável nesse processo de descentralização foi a criação da Lei dos Crimes Ambientais (9.605/1998), que dispõe especialmente sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Esta lei deu maior segurança jurídica aos servidores públicos municipais para atuarem na defesa do meio ambiente ao definir que as autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo seriam os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema

Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitânicas dos Portos e do Ministério da Marinha (Art. 70,§ 1).

Em 2006, a lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei nº 11.284/2006) descentralizou a gestão de florestas para os estados e municípios. A mesma lei condiciona a destinação de recursos das concessões florestais aos estados e municípios que possuam Conselhos de Meio Ambiente, um grande avanço para o fortalecimento da gestão ambiental descentralizada no Brasil e com consideráveis repercussões nos municípios Amazônicos com base em economia florestal.

Com o avanço das discussões e das institucionalizações sobre a gestão ambiental descentralizada em nível nacional, as organizações não governamentais (ONGs) passaram a atuar mais efetivamente no apoio financeiro e técnico para a implementação da gestão ambiental. O setor privado, por sua vez, assume mais responsabilidades na gestão ambiental, devido à privatização de alguns setores estratégicos, como o energético e mineral (GUIMARÃES; FEICHAS, 2009). Paralelamente, em 2008, as pressões de ONGs para a redução das emissões de gases de efeito estufa provenientes de desmatamento e das queimadas intensificaram as ações do governo Federal por meio do IBAMA e resultaram na Política Nacional de Mudanças Climáticas. Esta política ganha força ao apresentar metas, como a redução do desmatamento ilegal zero até o ano de 2020 (POLÍTICA NACIONAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, 2008).

Nota-se que as políticas ambientais de cunho regulatório foram as que mais evoluíram no país, entre elas as de recursos hídrico e florestal, controle da poluição, prevenção e combate a incêndios florestais, capacitação para o planejamento e uso da terra, criação de unidades de conservação e ações de educação ambiental (TOZI, 2007).

Além disso, outro avanço foi a Lei Complementar (LC) 140, que regulamentou o artigo 23 da Constituição Federal e definiu as competências ambientais comuns entre a União, os estados, o Distrito

Federal e os municípios. Segundo esse dispositivo, entre as ações administrativas dos municípios, observadas as atribuições dos demais entes federativos, está a de promover o licenciamento ambiental das atividades/empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental local, conforme tipologias definidas pelos Conselhos Municipais de Meio Ambiente – COEMAs e considerados os critérios de porte, potencial poluidor e da natureza da atividade. Esta mesma lei complementar definiu as capacidades mínimas para que os municípios pudessem exercer a gestão ambiental (Quadro 1).

Quadro 1 - Capacidades mínimas para os municípios poderem exercer a gestão ambiental, conforme a Lei Complementar 140 (2011).

	Características municipais para a capacidade à gestão ambiental
1	<b>Possuir quadro técnico próprio ou em consórcio</b> , bem como outros instrumentos de cooperação que possam, nos termos da Lei, ceder-lhe pessoal técnico, devidamente habilitado e em número compatível com a demanda das ações administrativas para o exercício da gestão ambiental, de competência do ente federativo;
2	<b>Possuir legislação própria</b> que disponha sobre a política de meio ambiente e sobre o poder de polícia ambiental administrativa, disciplinando as normas e procedimentos do licenciamento e de fiscalização de empreendimentos ou atividades de impacto ambiental local, bem como legislação que preveja as taxas aplicáveis;
3	Criar, instalar e colocar em funcionamento o <b>Conselho Municipal de Meio Ambiente</b> ;
4	Criar, implantar e gerir, por meio de comitê gestor, o <b>Fundo Municipal de Meio Ambiente</b> ;
5	<b>Possuir, em sua estrutura, órgão executivo com capacidade administrativa e técnica interdisciplinar</b> para o exercício da gestão ambiental municipal e para a implementação das políticas de planejamento territorial;
6	<b>Possuir Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano</b> , o município com população superior a 20.000 habitantes, ou Lei de Diretrizes Urbanas, o município com população igual ou inferior a 20.000 habitantes.

Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - BGE no período de 2008 a 2013, a descentralização avançou no Brasil, mas em especial na Amazônia Legal. O número de municípios brasileiros com Secretaria municipal exclusiva na área ambiental aumentou de 13% para 27%, enquanto na Amazônia legal foi de 21% para 47%. Em relação à presença de Fundo Municipal de Meio Ambiente, passou de 23% para 43% nos municípios brasileiros no período analisado, enquanto na Amazônia Legal aumentou de 18% para 46%. Já em relação à participação da sociedade civil, em 2013, a maioria dos municípios brasileiros (68%) possuía Conselho Municipal de Meio Ambiente, apresentando um crescimento em todas as regiões, com a região Norte tendo os maiores avanços, passando de 39% para 69% (ou de 35% para 62% o na Amazônia Legal).

## NA AMAZÔNIA

A descentralização da gestão ambiental nos estados da Amazônia ganha força a partir do ano de 2006, quando o governo brasileiro, pressionado por organizações internacionais para apresentar políticas públicas de controle e combate ao desmatamento, inicia o processo de descentralização da gestão florestal (lei 11.284/2006), o qual transferiu as responsabilidades ambientais, antes atribuídas ao governo federal (IBAMA), para os estados (AZEVEDO; SCARDUA, 2006).

Ainda em 2004, houve a criação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e pela Casa Civil da Presidência da República, com uma redução de 79% do desmatamento desde 2004 (PPCDAm, 2013). Na tentativa de conter o desmatamento na região Amazônica entre 2007 e 2008, o governo federal lançou uma série de medidas que foram decisivas para o combate ao desmatamento nos estados da Amazônia (PPCDAm, 2013). Entre essas medidas está

a publicação do Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007, que municipalizou o combate ao desmatamento, restringiu o crédito a produtores irregulares, responsabilizou toda a cadeia produtiva por desmatamentos ilegais e disponibilizou à sociedade a lista dos infratores e a dos municípios críticos do desmatamento, na qual se sobressaíram os municípios do Pará (GUIMARÃES et al, 2011).

## **NO PARÁ**

No Pará, a gestão ambiental passa a tomar corpo e forma institucional a partir do ano de 1995, quando o estado criou sua Política Estadual de Meio Ambiente – PEMA (Lei 5.887), a qual instituiu o Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA) e criou o Conselho Estadual de Meio Ambiente e o Fundo Estadual de Meio Ambiente, tendo como órgão executivo a Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECTAM com a função de executar a política estadual de meio ambiente de forma compartilhada com os municípios.

Foi a partir da PEMA que os municípios paraenses passaram a implementar suas próprias estruturas voltadas à gestão ambiental, com a criação de órgãos municipais de meio ambiente, seja por meio de secretarias encarregadas exclusivamente de meio ambiente, de secretarias conjuntas com outras áreas, seja de unidades administrativas subordinadas e/ou associadas a outras secretarias, departamentos ou órgão similar, além de instituírem algum tipo de legislação específica na área de meio ambiente.

Em 2008, o Pará foi surpreendido pela portaria MMA nº 28, de 24 de janeiro, que apresentou os municípios paraenses de Altamira, Brasil Novo, Cumaru do Norte, Dom Eliseu, Novo Progresso, Novo Repartimento, Paragominas, Rondon do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Ulianópolis como parte da lista (vermelha) dos municípios desmatadores e os quais teriam que executar ações prioritárias de prevenção, monitoramento e controle

do desmatamento ilegal. Assim, esses municípios sofreram maiores restrições para acessar crédito, e seus produtores e empresas tiveram a imagem comercial negativamente afetada. Isso levou alguns municípios a buscarem um novo modelo de desenvolvimento.

Algumas outras políticas de fortalecimento e incentivo à descentralização foram a resolução do banco central nº 3.545/2008, que cria restrições para acesso a créditos bancários para aqueles que não comprovem a regularização ambiental; a Portaria nº 103/2009 do MMA, que condicionou a exclusão da lista de municípios embargados, a execução do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em 80% de seu território. Também com efeito significativo na adequação dos municípios, podemos citar as moratórias da soja (2006) e da carne (2009), que representaram uma adesão voluntária de grandes compradores dessas cadeias à exclusão de produtos oriundos de áreas desmatadas na Amazônia (NEPSTAD et al., 2014; AZEVEDO, et al., 2014; GIBBS et al., 2015).

Nesse mesmo período, o governo brasileiro cria, nos termos do Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008, o Fundo Amazônia, com a finalidade de captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma Amazônia. O fundo também foi um instrumento importante na descentralização da gestão ambiental desenvolvida pelos estados. O estado do Pará, em particular, celebrou no ano de 2010 um contrato de concessão de colaboração financeira não reembolsável nº 10.2.0628.1 com o BNDES, órgão gestor do Fundo Amazônia, no valor de R\$ 15.923.230,00, cujo objetivo foi o de fortalecer a gestão ambiental no estado do Pará por meio do provimento de instrumentos para emissão do CAR, da capacitação de recursos humanos e da estruturação física e operacional da SEMAS (SEMAS, 2010).

O maior monitoramento ambiental federal e as sanções impostas levaram alguns municípios a buscarem um novo modelo



de desenvolvimento na região (ARIMA et al., 2014). Este é o caso de Paragominas, PA, que, para sair da lista de campeão de desmatamento e ser integrado à lista de municípios com desmatamento monitorado e controlado, precisava ter pelo menos 80% de seus imóveis rurais registrados no Cadastro Ambiental Rural - CAR<sup>3</sup> e combater o desmatamento, mantendo-o abaixo de 40 km<sup>2</sup>.

Nesse sentido, o poder público municipal de Paragominas implantou o plano municipal chamado “Município Verde”, com atuação em seis eixos: pesquisa técnico-científica, monitoramento mensal da cobertura florestal, capacitação de agentes locais para monitoramento e gestão ambiental, disseminação da educação ambiental nas escolas, ampliação das áreas de reflorestamento e manejo florestal e microzoneamento de imóveis rurais (PINTO et al., 2009). Com a implementação desse plano, Paragominas passou a ser o primeiro município a sair da lista dos municípios embargados em abril de 2011 (PARA/PMV, 2014).

Diante da maior necessidade de fortalecer ações de forma compartilhada com os municípios e a sociedade paraense, o Governo do Pará, diante da experiência positiva apresentada pelo município de Paragominas/PA, estabelece em março de 2011, o Programa Municípios Verdes (Decreto nº 54, de 29 de março de 2011), que tem como objetivos apoiar a redução do desmatamento e degradação florestal, promover uma nova economia rural com base na floresta e no uso intensivo da agropecuária e melhorar a governança local criando legalidade e sustentabilidade (GUIMARÃES et al., 2011). O PMV tem como uma das

<sup>3</sup> De acordo com o Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, que regulamentou a o novo código florestal (lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012) no Cadastro Ambiental Rural - CAR é um registro eletrônico de abrangência nacional no órgão ambiental competente, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente – SINIMA, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. Sua inscrição é obrigatória para todas as propriedades e posses rurais, tem natureza declaratória e permanente, e conterá informações sobre o imóvel rural.

principais metas a redução em 80% do desmatamento no estado do Pará até 2020, usando como linha de base a média anual de 6.255 km<sup>2</sup> para o período de 1996 a 2005, e obter, a partir dessa data, o desmatamento líquido zero. Também estabeleceu um crescimento de, no mínimo, 50% de inscrições no CAR em 2012, meta já alcançada. Para atingir estas metas, o PMV estruturou quatro eixos ou linhas de ação: controle e monitoramento do desmatamento; ordenamento territorial, ambiental e fundiário; produção sustentável; e gestão ambiental compartilhada envolvendo o máximo possível de atores sociais, poder público e privado (PARA/PMV, 2014).

Até junho de 2016, 107 municípios já haviam aderido ao programa. O PMV e o programa de descentralização da gestão ambiental desenvolvidos pela SEMAS/PA contam com apoio financeiro oriundos do Fundo Amazônia, que tem investido em ações de capacitação da equipe técnica e dos gestores, aquisição de equipamentos (motocicletas, veículos, lanchas, computadores, GPS e bases cartográficas) e sistemas de informações. Estas ações têm, alegadamente, resultado em maiores ações de monitoramento e controle por parte dos municípios, tais como a melhor qualidade de seus licenciamentos, aumento do número de propriedades rurais com o CAR e, conseqüentemente, redução do desmatamento nos municípios do Pará e melhoria da qualidade de vida da população local (PARA/PMV, 2016).

Em sintonia com o PPCDAM federal, em 2011, o estado do Pará lançou o Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do estado do Pará (PPCAD/PA), supostamente com metas mais audaciosas que controlar o desmatamento e incluindo a consolidação de alternativas econômicas sustentáveis capazes de perenizar a queda das taxas de desmatamento e alavancar um novo paradigma produtivo (PPCAD/PA, 2011).

Um resumo do histórico sobre a evolução da institucionalização do processo de descentralização da gestão ambiental municipal no estado do Pará no período de 1981 a 2016 é apresentado no Quadro 2, considerando o desenvolvimento dessa abordagem no contexto nacional.

Quadro 2 – Evolução da institucionalização do processo de descentralização da gestão ambiental municipal no Brasil e no estado do Pará no período de 1981 a 2016.

Períodos	Políticas de incentivo à descentralização	Descrição das políticas
1981 a 1989	<b>1981</b> - Lei 6.938 - Política Nacional do Meio Ambiente.	Institui o SISNAMA, cria o FNMA e CONAMA e determina que as ações de cooperação entre a União, os estados, o distrito federal e os municípios deverão ser desenvolvidas de modo a garantir o desenvolvimento sustentável, harmonizando e integrando os sistemas de meio ambiente, nacional estadual e municipal.
	<b>1988</b> - O Art. 23, inciso VI e VII da Constituição Federal, de 1988	Atribui à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios a competência comum para proteção do meio ambiente e combate à poluição em todas as suas formas.
	<b>1988</b> -Art. 225, da Constituição Federal de 1988	Consagra o meio ambiente como "bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".
	<b>1989</b> – Constituição do estado do Pará.	Segue os mesmos princípios da constituição Federal.
	<b>1989</b> – Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989	Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.
1990 a 1999	<b>1995</b> - Lei nº 5.887 – Política Estadual de Meio Ambiente	Constitui o SISEMA, Cria o FEMA e o COEMA.
	<b>1997</b> - Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.	Estabelece a competência do órgão ambiental municipal para o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local, e de outros que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio.

Períodos	Políticas de incentivo à descentralização	Descrição das políticas
	<b>1998</b> – Lei nº 9.605 – Lei dos Crimes Ambientais.	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
2000 a 2009	<b>2004</b> - Criação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)	Estabelece ações para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal.
	<b>2006</b> - Moratória da Soja.	Motivar a compra de soja de origem legal.
	<b>2006</b> – Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável.
	<b>2007</b> - Lei nº 7.026, de 30 de julho de 2007.	Cria a SEMA/PA.
	<b>2007</b> – Decreto nº 6.321, de 2007	Municipaliza o combate ao desmatamento, restringe créditos e lista os municípios que mais desmatam.
	<b>2008</b> - Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008	Cria o Fundo Amazônia.
	<b>2008</b> - Resolução do Banco Central nº 3.545/2008	Cria restrições para acesso a créditos bancários para aqueles que não comprovem a regularização ambiental.
	<b>2008</b> – Publicação da portaria MMA nº 28, de 24 de janeiro de 2008	Dispõe sobre os municípios situados no Bioma Amazônia onde incidirão ações prioritárias de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal.
	<b>2009</b> - Portaria nº 103 do MMA	Condiciona a exclusão da lista de municípios embargados, a execução do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em 80% de seu território.

EVOLUÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL  
NO ESTADO DO PARÁ

Períodos	Políticas de incentivo à descentralização	Descrição das políticas
	<b>2009 - Moratória da Carne.</b>	Motivar a compra de carne de origem legal.
	<b>2009 - Resolução/COEMA nº 079, de 02 de julho de 2009.</b>	Dispõe sobre o Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada com fins ao fortalecimento da gestão ambiental.
2010 a 2016	<b>2010 - Lei Estadual nº 7.389, de 31 de março de 2010</b>	Define as atividades de impacto ambiental local no estado do Para, e dá outras providências (D.O.E. nº 31.637 de 01/04/2010).
	<b>2011 - Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do estado do Pará (PPCAD-PA/PA).</b>	Define ações para Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do estado do Pará.
	<b>2011 – Lei complementar 140.</b>	Regulamentou o Art. 23 CF e definiu as competências ambientais comuns entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios.
	<b>2011 – Decreto nº 54, de 29 de março de 2011</b>	Criou o Programa Estadual Municípios Verdes.
	<b>2012 - Lei Estadual nº 7.638</b>	Cria o ICMS VERDE. Criou, no estado do Pará, o critério ecológico de repasse do ICMS assegurado aos municípios.
	<b>2014 - Resolução COEMA 116</b>	Dispõe sobre as atividades de impacto ambiental local de competência dos municípios, e dá outras providências. Os termos de gestão passaram a se chamar de atestado de órgão ambiental capacitado.
	<b>2015 – Resolução COEMA 120</b>	Dispõe sobre as atividades de impacto ambiental local, de competência dos municípios, e dá outras providências. Os municípios passaram a ser classificados com capacidade para exercerem a gestão ambiental.

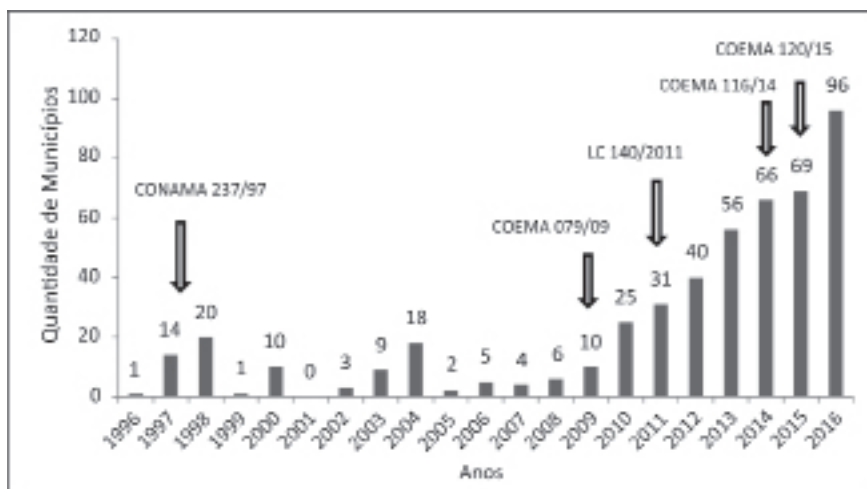
Períodos	Políticas de incentivo à descentralização	Descrição das políticas
	<b>2015</b> - Lei Estadual nº 8.096, de 1º janeiro de 2015.	Dispõe sobre a Criação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade.
	<b>2015</b> – Comunicado da SEMAS	A SEMAS comunica através do seu site oficial que a partir de 01/06/2015 não receberá mais processos de impacto local em seu protocolo.
	<b>2016</b> - Portaria SEMAS Nº 179 de 11/02/2016. Diário oficial Nº33066	Lista dos municípios Reconhecidos pelo COEMA/PA Capacitados a Gestão Ambiental Municipal no estado do Pará.
	<b>2016</b> – Portaria SEMAS Nº 1421 de 12/08/2016. Diário oficial Nº 33191 de 16/08/2016.	Dispõe sobre a atualização da Portaria nº 179, de 11 de fevereiro de 2016 e dá outras providências.

## 1.2 A GESTÃO AMBIENTAL DESCENTRALIZADA NO PARÁ

O número de municípios paraenses que aderiram ao processo de descentralização da gestão ambiental no Pará no período de 1996 a 2016 começou a evoluir de forma gradual e sistemática apenas a partir de 2009 (Figura 1). Entre os anos de 1996 e 2008, os municípios realizavam a gestão ambiental através de Termos de Gestão Ambiental descentralizada/compartilhada ou por meio de convênios, previstos na resolução CONAMA 237/1997. A partir de 2009, passa a ser por habilitações a Gestão Ambiental Municipal, conforme orientações da Resolução 079/2009-COEMA e Lei nº 7.389, de 31 de março de 2010. Já em 2014, há nova mudança e passam a valer os Atestados à Municipalização da Gestão Ambiental, orientados pela Resolução nº 116/2014. Atualmente, os municípios que realizam gestão são orientados pela resolução COEMA

120/2015 e a lei complementar 140/2011 e encontram-se relacionados na portaria SEMAS/PA nº 1421 de 12/08/2016, Diário Oficial nº 3.3191 de 16/08/2016.

Figura 1 - Evolução da Gestão Ambiental Municipal no estado do Pará, com sinalização de marcos regulatórios importantes (Fonte: SECTAM, 2006; SEMAS, 2016).



Os municípios que aderiram ao programa de descentralização da gestão ambiental do Pará no período de 2006 a 2016 e que são reconhecidos pelo COEMA/PA como sendo capacitados a exercerem a gestão ambiental municipal no estado do Pará, conforme a lei complementar 140/2011 e a resolução COEMA 120/2015, já contabilizam 103 (71,5%) de um total de 144 municípios (Quadro 3).

Quadro 3 - Municípios que exercem a Gestão Ambiental Municipal no estado do Pará em 2016, em conformidade com a Lei complementar 140/2011 e a Resolução COEMA 120/2016 (Fonte: SEMAS/Portaria 1421, 2016).

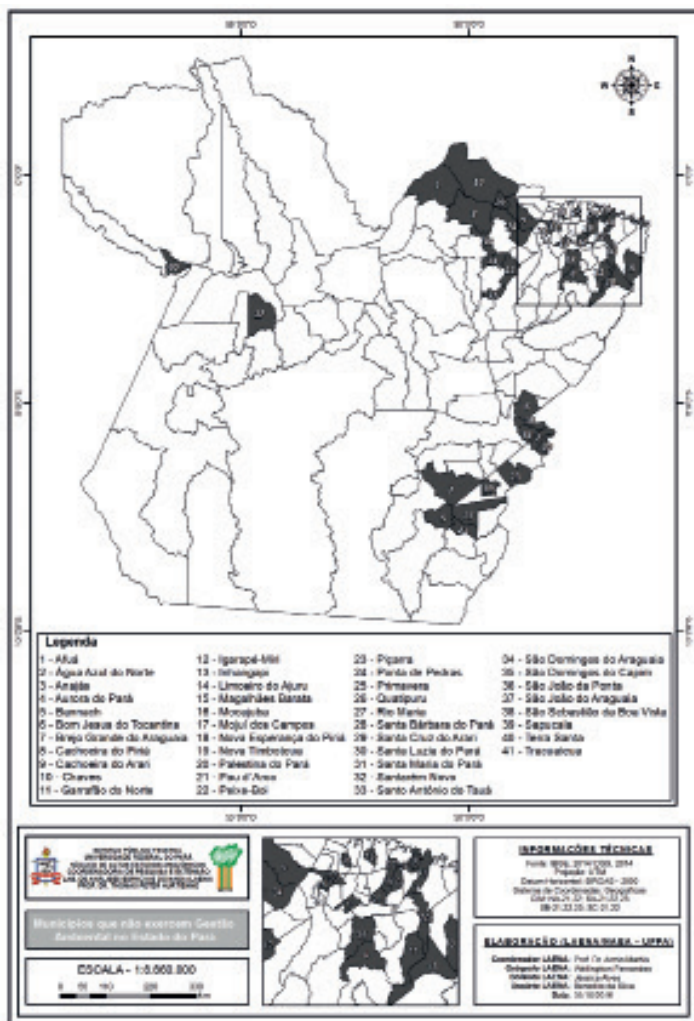
Municípios considerados capacitados para a gestão ambiental no Pará			
1 Abaetetuba	31 Curionópolis	60 Novo	84 São Caetano
2 Abel Figueiredo	32 Currálinho	Repartimento	de Odivelas
3 Acará	33 Curuçá	61 Óbidos	85 São Félix do
4 Alenquer	34 Dom Eliseu	62 Oeiras do Pará	Xingu
5 Almerim	35 Eldorado dos	63 Oriximiná	86 São Francisco
6 Altamira	Carajás	64 Ourém	do Pará
7 Ananindeua	36 Floresta do	65 Ourilândia do	87 São Geraldo
8 Anapu	Araguaia	Norte	do Araguaia
9 Augusto Corrêa	37 Goianésia do	66 Pacajá	88 São João de
10 Aveiro	Pará	67 Paragominas	Pirabas
11 Bagre	38 Gurupá	68 Parauapebas	89 São Miguel do
12 Baião	39 Igarapé-Miri	69 Placas	Guamá
13 Barcarena	40 Igarapé-Açu	70 Prainha	90 Senador José
14 Belém	41 Ipixuna do Pará	71 Portel	Porfírio
15 Belterra	42 Irituia	72 Porto de Moz	91 Soure
16 Benevides	43 Itaituba	73 Redenção	92 Tailândia
17 Bragança	44 Itupiranga	74 Rondon do	93 Terra Alta
18 Brasil Novo	45 Jacareacanga	Pará	94 Tomé-Açu
19 Breu Branco	46 Jacundá	75 Rurópolis	95 Trairão
20 Breves	47 Juruti	76 Salinópolis	96 Tucumã
21 Bonito	48 Mãe do Rio	77 Salvaterra	97 Tucuruí
22 Bujaru	49 Marabá	78 Santarém	98 Ulianópolis
23 Cametá	50 Marapanim	79 Santa Izabel do	99 Uruará
24 Canaã dos	51 Maracanã	Pará	100 Vigia
Carajás	52 Marituba	80 Santa Maria	101 Viseu
25 Capanema	53 Medicilândia	das Barreiras	102 Vitória do
26 Capitão Poço	54 Melgaço	81 Santana do	Xingu
27 Castanhal	55 Moju	Araguaia	103 Xinguara
28 Conceição do	56 Monte alegre	82 Santo Antônio	
Araguaia	57 Muaná	do Tauá	
29 Concórdia do	58 Nova Ipixuna	83 São Sebastião	
Pará	59 Novo	da Boa Vista	
30 Cumarú do	Progresso		
Norte			



EVOLUÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL  
NO ESTADO DO PARÁ

Quarenta e um (28,5%) municípios do estado do Pará ainda não apresentam capacidade para exercerem a gestão ambiental, conforme o COEMA (Figura 2)

Figura 2 – Identificação dos 48 municípios paraenses que não exercem a gestão ambiental no estado do Pará em 2016 (Fonte: SEMAS/Portaria 1421, 2016.)



Ao estabelecer o ano de 2009 como marco inicial do incremento da descentralização e comparar a evolução dos municípios que realizaram gestão ambiental nos nove estados da Amazônia até 2015 (Tabela 1), o Pará foi o que apresentou maior incremento (de 10 para 69 municípios em 2014), seguido do estado de Rondônia, que passou de 1 para 16 municípios.

Tabela 1 – Evolução da gestão ambiental municipal em alguns estados da Amazônia no período de 2009 a 2015 por meio do número de municípios com Termos de Descentralização (Fonte: Adaptado de BNDES, 2016).

Estados	Municípios por Estado	Municípios capacitados em 2009 Num. (%)	Municípios capacitados em 2015 Num. (%)
Rondônia	52	1 (1,9)	16 (30,8)**
Pará	144	10 (7,0)*	69(47,9)
Acre	22	1 (4,5)	3(13,6)
Amazonas	62	2 (3,2)	0(0)
Roraima	15	13 (86,7)	3 (20,0)
Tocantins	139	0 (0,0)	3 (0,2)
Mato Grosso	141	5 (3,5)	34(24,1)

\*considerado um total de 143 municípios neste ano.

\*\* considerado o ano de 2014.

## DISCUSSÃO

Os resultados mostraram que o Pará tem progredido na descentralização da gestão ambiental municipal, com especial ênfase ao período 2009-2016, possuindo cerca de 71,5% dos seus municípios capacitados à gestão. Mesmo com a grande quantidade de municípios existentes no estado, o Pará tem se sobressaído nessa política em relação a outros estados da Amazônia. Certamente o apoio de novas regulamentações no Pará tornou a distribuição de competências mais clara entre estado e municípios, facilitando a adesão de municípios, mas sozinhas não explicariam a forte adesão dos municípios. Há de se

conferir importância particular às pressões ambientais e às sanções que o Pará recebeu dadas as altas taxas de desmatamento no estado, o que acelerou a necessidade de descentralização.

No período de 1996 a 2008, os municípios paraenses realizaram seus licenciamentos de forma compartilhada com o estado por meio de termos de gestão compartilhada ou por meio de convênios, apoiando-se na resolução COEMA 237/1997. No entanto, a adesão dos municípios nesse período foi pequena, resultando em um número insignificante de municípios que implementaram seus sistemas municipais de meio ambiente, conforme suas obrigações legais previstas nas Leis federais e estaduais até então criadas.

Um fato marcante para o início do processo de descentralização da gestão ambiental no Pará ocorreu nos anos de 2006 a 2007 quando toda a gestão florestal foi repassada do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) à Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECTAM. À época, diante das exigências apresentadas pelo Governo Federal e pela sociedade civil organizada na tentativa de conter o desmatamento e melhorar a gestão ambiental no estado, tornou-se necessária a criação de uma nova estrutura administrativa, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará – SEMA, a partir da Lei 7.026/2007. A SEMA passou, então, a também atuar no processo de descentralização da gestão ambiental municipal. Em 2008, a lista vermelha dos municípios desmatadores lançada pelo MMA associada às restrições do Banco Central para acesso a créditos bancários públicos para aqueles municípios que não comprovassem a regularização ambiental, assim estrangulando suas economias, foram decisivas para favorecerem um cenário de mudanças.

A partir de 2009, portanto, a institucionalização da descentralização da gestão municipal começou a ocorrer de fato. Neste contexto, o Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA), aprovou a Resolução 079, que dispunha sobre o programa estadual de gestão ambiental compartilhada com fins ao fortalecimento da gestão ambiental e definia

as atividades/tipologias de impacto ambiental local para fins do exercício da competência do licenciamento ambiental municipal (COEMA, 2009). A resolução trouxe maior clareza quanto à definição do que de fato os municípios paraenses poderiam gerir e licenciar. Além dessa resolução, foi aprovada a lei Estadual 7.389/2010 de 1º de abril, que define no âmbito do estado do Pará as atividades e empreendimentos de impacto local, cuja tabela tipológica das atividades de impacto local conflitava com a tabela definida pela Resolução COEMA 79/2009. Mesmo assim, os municípios passaram a avançar e aderir ao programa estadual de descentralização por meio do termo de habilitações à gestão ambiental municipal, conforme orientações da Resolução 079/2009-COEMA e da Lei nº 7.389, de 31 de março de 2010.

Apesar dos avanços nesse período, ainda eram evidentes uma série de questionamentos e indefinições sobre as competências dos municípios em relação à gestão ambiental. Alguns esclarecimentos só aconteceram 23 anos após a regulamentação do artigo 23 da Constituição Federal (1988), por meio da aprovação da Lei Complementar (LC) 140/2011. Além da determinação prevista em seu art. 9º, XIV, alínea “a”, e no art. 18, § 2º, que estabelecem aos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente a competência para edição de ato normativo em matéria de ações administrativas dos municípios, definindo as atividades de impacto ambiental local referente às tipologias aplicáveis, com critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade. Com melhores definições, a descentralização da gestão ambiental em nível de Brasil e de estado do Pará tem seu “marco zero” e uma maior procura por parte dos gestores municipais em fortalecerem seus sistemas municipais de meio ambiente e aderirem ao programa de descentralização da gestão ambiental do estado do Pará.

O COEMA/PA, visando atender as exigências previstas na LC 140/2011, aprovou uma nova proposta, a resolução COEMA 116/2014 que definiu impacto local, no âmbito do estado do Pará, como sendo:

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente, a qualidade dos recursos ambientais, dentro dos limites do município.

Com esta nova resolução, o governo do estado encaminhou à Assembleia Legislativa do Pará uma solicitação de cancelamento do anexo (tipologias de impacto local com porte e potencial poluidor) da lei estadual 7.389/2010. A partir dessa nova resolução, os municípios passaram a utilizar um novo termo, o atestado à municipalização da gestão ambiental.

Atualmente, o processo de descentralização da gestão ambiental no Pará segue as orientações previstas na resolução COEMA nº 120, de 28 de outubro 2015, que dispõe sobre as atividades de impacto ambiental local de competência dos municípios. Esta fez pequenas alterações na redação da COEMA 116 (2014), a fim de melhor se adequar à LC 140 (2011) e a realidade do estado do Pará. Portanto, para que o município seja considerado capacitado a fazer a gestão ambiental no estado do Pará, este deve atender aos pré-requisitos legais mínimos previstos na LC 140 (2011) e atender às normas da resolução COEMA 120 (2015). Atendidas essas exigências, os gestores municipais deverão informar ao COEMA que estão exercendo a gestão ambiental municipal, o qual remeterá à atual Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS para divulgação em portaria. Atualmente, os municípios capacitados a gestão ambiental municipal estão relacionados na Portaria SEMAS nº 14.2179 de 12/08/2016, divulgada no diário oficial nº 3.3191 de 16/08/2016. No caso de o município declarar, e o estado comprovar, a inexistência de órgão ambiental capacitado para o exercício da gestão local, este repassará ao estado a competência supletiva de que trata o art. 15, II da LC 140 (2011). Além disso, o município poderá obter delegação de competência, para

execução de ações administrativas de atribuição do estado, conforme instruções previstas na instrução normativa - IN 005 (2013).

No Pará, o Governo do estado por meio da SEMAS é responsável pelo processo de fortalecimento da gestão ambiental municipal e tem a responsabilidade de dar apoio técnico aos municípios paraenses, visando a que estes assumam as suas atribuições legais. O apoio do Fundo Amazônia a essa iniciativa por meio de um projeto aprovado pelo Pará tem se mostrado importante para a instrumentalização dos municípios a esse novo desafio. Outro fator motivador de sustentação financeira à gestão ambiental municipal no Pará foi a criação da lei estadual nº 7.638, de 12 de julho de 2012, referente ao critério ecológico de repasse do ICMS e determinando que o critério será implantado de forma progressiva, iniciando com 2% até atingir 8% do valor total repassado aos municípios. Entre os critérios, estão a implantação do CAR, a redução do desmatamento e o percentual de Áreas Protegidas dentro dos limites do município. Ao atender os critérios, o município aumentará *seu percentual de arrecadação*. Um dos grandes questionamentos dos gestores é que este recurso, ao ser repassado aos municípios, não é *direcionado aos Fundos Municipais de Meio Ambiente* e, portanto, acabam sendo aplicados em outras ações. Acredita-se que se o ICMS verde poderá se tornar uma alternativa de fortalecimento da gestão ambiental local no Pará, quando aplicado de forma correta.

A atual estrutura institucional da gestão ambiental do Pará a partir da definição da LC 140/11 e da Resolução 120/11 conta com 103 municípios capacitados e 41 não capacitados, de um total de 144. Esta boa adesão dos municípios se deu em regiões onde ocorriam os maiores desmatamentos, principalmente os próximos ao “arco do desmatamento” e os de base de economia florestal, pois foram os que sofreram maiores restrições e incentivos por parte das institucionalizações criadas no estado. Já os não capacitados são municípios menores, em sua grande maioria localizados no nordeste paraense e encontram-se em áreas de

baixa pressão, quando se analisa as ameaças ao desmatamento e por isso tiveram um olhar diferenciado por parte das autoridades.

É relevante observar que no contexto Amazônico, o Pará se destaca em relação à adesão dos municípios à gestão descentralizada. Ao compará-lo com o estado de Mato Grosso, por exemplo, que alterna com o Pará a alcunha de maior desmatador da Amazônia, nota-se que apenas 24% dos 141 municípios mato-grossenses realizavam a gestão descentralizada no ano de 2015 contra 48% do Pará. Considerando que cada estado é autônomo à aplicação de políticas de gestão compartilhada, o Pará parece ter feito uma opção diferenciada em relação a Mato Grosso.

Embora não esteja dentro do escopo desse estudo e não seja possível determinar a relação direta de causa e efeito, há uma sobreposição entre a adoção da política de descentralização da gestão ambiental pelos municípios do estado do Pará e a redução nas taxas de desmatamento (-56,1%) no período 2009-2015 (INPE, 2016). Estudos mais aprofundados poderiam avaliar a relação entre a qualidade da gestão e a diminuição do desmatamento nos limites do município.

Vários são os benefícios associados a uma boa gestão ambiental municipal (GUIMARÃES et al., 2011; SEMAS, 2016q): (1) benefícios econômicos: incremento de receitas, aumento da arrecadação municipal; linhas de novos financiamentos para estruturação própria; economia de custos; (2) benefícios estratégicos: melhoria da imagem institucional; melhoria e criatividade para novos desafios; melhoria das relações com outros órgãos governamentais, comunidade, grupos ambientalistas e segmento produtivo local; acesso assegurado a financiamentos externos que visem ao desenvolvimento sustentável e à proteção dos recursos naturais; (3) benefícios sociais: melhoria da qualidade de vida da população local; proximidade entre identificação dos problemas e das soluções.

Em contrapartida, a elevação do município à categoria de ente federativo trouxe mais atribuições e competências, embora estes ainda estejam desprovidos de capacidade institucional, administrativa

e financeira para cumprir essas novas obrigações. Este fato cria um obstáculo real à implantação da descentralização, a qual atualmente concentra-se mais fortemente em uma reorganização administrativa e institucional. As exigências atuais para tornar-se um município capacitado para a gestão ambiental baseiam-se simplesmente na presença e ausência de estruturas, conselhos e regulamentações. O Pará ainda não possui formas de monitoramento da qualidade de gestão dos municípios, com consequências negativas tanto para o acompanhamento pelo estado, quanto para os municípios com boa gestão, que não veem o esforço recompensado. Para que a gestão descentralizada venha se tornar de fato mais eficiente, tornam-se indispensáveis ações integradas e compartilhadas com os diferentes entes federativos, com a maior participação dos diferentes atores envolvidos, seguidas da criação de critérios que melhor avaliem e acompanhem este processo de gestão de forma a melhorar as implementações das políticas municipais de meio ambiente no estado do Pará.

Diante disso, como contribuições deste trabalho, apresentamos três propostas estruturantes:

**i) Fortalecimento institucional dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente** com políticas, programas e projetos adequados à realidade local, com dotação orçamentária e com envolvimento do poder público e da sociedade civil organizada no planejamento de ações voltadas para a defesa do meio ambiente como bem comum.

**ii) Maior integração entre os diferentes entes União, estados e municípios** por meio da criação de sistemas de informações compartilhados, de forma a dar maior transparência nas ações realizadas por cada ente federativo, além da criação de programas e projetos com objetivos comuns.

**iii) Criação de indicadores ambientais para melhor se avaliar a gestão ambiental municipal**, com a criação de parâmetros claros e objetivos de forma a monitorar e motivar os municípios a realizarem práticas sustentáveis. Municípios com comprovada boa gestão poderiam ser recompensados com instrumentos econômicos já disponíveis (ex.



ICMS verde, repasses financeiros). Aqueles com problemas em sua gestão receberiam capacitação para fortalecer o uso de instrumentos adequados à gestão ambiental. Seu melhor desempenho em nova avaliação os habilitaria a acessar os mesmos benefícios econômicos dos demais municípios com boa gestão.

## REFERÊNCIAS

ARIMA, E. Y.; BARRETO, P.; ARAÚJO, E.; SOARES-FILHO, B. Public policies can reduce tropical deforestation: Lessons and challenges from Brazil. *Land Use Policy*, n.41, p. 465-473, 2014.

AZEVEDO, A. A.; RAJÃO, R. L.; COSTA, Marcelo.; STABELI, M. C. C., ALENCAR, A., MOUTINHO, P., Cadastro ambiental rural e sua influência na dinâmica do desmatamento na Amazônia Legal. *Boletim Amazônia em Pauta*, Brasília, n. 3, mai., 2014. Disponível em <[www.ipam.org.br](http://www.ipam.org.br)>. Acesso em: 22 fev. 2016.

AZEVEDO, A.; SCARDUA, F. **Descentralização da gestão florestal: o (des) caso do Mato Grosso**. Trabalho apresentado no III Encontro da ANPPAS. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/>>. Acesso em: 25 de mai. 2016.

BORDALO, C. A. L. As políticas de descentralização da gestão ambiental no estado do Pará. In: ROCHA, G. M. **Município e Território**. Belém: NUMA/UFPA, 2011. p. 257-272.

BRASIL. **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm)>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p.

**BRASIL. Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989.** Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7797.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7797.htm)>. Acesso em: 12 nov. 2015.

**BRASIL. Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências. Diário Oficial da União, 17 de fevereiro. Brasília-DF.

**BRASIL. Decreto nº 6.321 de 21 de dezembro de 2007.** Dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no bioma Amazônia, bem como altera e acresce dispositivos ao decreto no 3.179/1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências. Diário Oficial da União, 21 de dezembro. Brasília-DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/Decreto/D6321.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6321.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2016.

**BRASIL. Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008.** Dispõe sobre o estabelecimento do Fundo Amazônia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6527.htm)>. Acesso em: 02 mar. 2016.

**BRASIL. LEI nº 11.284, de 2 de março de 2006.** Esta Lei dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, institui o Serviço Florestal Brasileiro - SFB, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11284.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11284.htm)>. Acesso em: 28 de jun. de 2016.

**BRASIL. Resolução nº 3.545 Altera o MCR 2-1 para estabelecer exigência de documentação comprobatória de regularidade ambiental e outras condicionantes, para fins de financiamento agropecuário no Bioma Amazônia.** Disponível em: < [http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/47956/Res\\_3545\\_v1\\_O.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/47956/Res_3545_v1_O.pdf) >. Acesso em: 20 fev. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.** Esta Lei dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, institui o Serviço Florestal Brasileiro -

BRASIL. **Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp140.htm)>. Acesso em: 11 set. 2015.

BUARQUE, S. C. **“Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável.”** Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília: IICA, 1999.

COEMA. **Resolução nº 079 de 7 de julho de 2009.** Disponível em: <<http://www.sema.pa.gov.br>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

COEMA. **Resolução nº 116.3 de julho de 2014.** Dispõe sobre as atividades de impacto ambiental local de competência dos municípios, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.semas.pa.gov.br/2014/07/03/resolucao-coema-no-116/>>. Acesso em: 22 set. 2014.

COEMA. **Resolução nº 120. 28 de outubro de 2015.** Dispõe sobre as atividades de impacto ambiental local, de competência dos Municípios, e dá outras providências. <<https://www.semas.pa.gov.br/2015/11/05/resolucao-coema-no-120-de-28-de-outubro-2015/>>. Acesso em: 01 de jan. 2016.

COSTA, W. M. DA. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Contexto. 1997. 83 p.

GIBBS H.K.; RAUSCH, L.; MUNGER, J.; SCHELLY I.; MORTON, D.C.; NOOJIPADY P.; SOARES-FILHO, B.; BARRETO, P.; MICOL, L.; WALKER, N.F.; Brazil's Soy Moratorium: Supply chain governance is needed to avoid deforestation. *Science*, n. 347, v. 6220, p. 377-378, 2015.

GUIMARÃES, R. P.; FEICHAS, S. A. Q. “Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade.” *Ambiente & Sociedade* 12.2 (2009): 307-323. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v12n2/a07v12n2.pdf>>. Acesso em: 12 de jul. 2016.

GUIMARÃES, J., VERÍSSIMO, A., AMARAL, P., & DEMACKI, A. **Municípios Verdes: Caminhos Para a Sustentabilidade**. Belém: Imazon, 2011. 156p. Disponível em: <<http://www.imazon.org.br/publicacoes/livros/municipios-verdes-caminhos-para-a-sustentabilidade>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros 2008**. Disponível <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2008/default.shtm>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros – 2013**. Disponível: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2013/default.shtm>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

IDESP. **Perfil da Gestão Ambiental dos Municípios Paraenses: Programa “Municípios Verdes”**. Relatório Técnico Diretoria de Pesquisa e Estudos Ambientais. Belém, 2011. Disponível em: <<http://www.idesp.pa.gov.br/index.php/relatorios/gestao-ambiental-dos-municipios-paraenses>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

INPE. **Projeto PRODES**; Banco de dados desmatamento nos Municípios. São José dos Campos. Disponível em <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodes.php>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

IPS Amazônia - Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira. 2014. Belém: **Imazon e Social Progress Imperative**. Disponível em: <<http://www.ipsamazonia.org.br/#aspects%5B%5D=1&aspects%5B%5D=2&aspects%5B%5D=7&aspects%5B%5D=12&map-view=city&map-type=performance&active-cat=1&page=1&tab=map>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

MALHEIROS, T. F.; PHILIPPI, A. Jr. COUTINHO, S. M. V. Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, v.17, n.1, p.7-20, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v17n1/02>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Resolução Conama nº 237/1997**. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios

utilizados para o licenciamento ambiental. Diário Oficial da União, 22 de dezembro. Brasília-DF.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Portaria nº 28/2008**. Dispõe sobre os Municípios situados no bioma Amazônia onde incidirão ações prioritárias de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal. Diário Oficial da União, 25 de janeiro. Brasília-DF. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr/\\_arquivos/portaria\\_mma\\_n\\_28\\_de\\_24012008\\_munic\\_prioritrios\\_para\\_o\\_controle\\_do\\_desmatamento\\_na\\_amaznia\\_138.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr/_arquivos/portaria_mma_n_28_de_24012008_munic_prioritrios_para_o_controle_do_desmatamento_na_amaznia_138.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Portaria nº 103**. Listados pelas Portarias nos 28, de 24 de janeiro de 2008, e 102, de 24 de março de 2009, do Ministério do Meio Ambiente, passam a integrar a lista de Municípios com desmatamento monitorado e sob controle. Dispõe em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr/\\_arquivos/portaria\\_mma\\_102\\_de\\_24032009\\_munic\\_prioritrios\\_para\\_o\\_controle\\_do\\_desmatamento\\_na\\_amaznia\\_138.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr/_arquivos/portaria_mma_102_de_24032009_munic_prioritrios_para_o_controle_do_desmatamento_na_amaznia_138.pdf)>. Acesso em: 09 fev. 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Portaria MMA nº 68/2010**. Dispõe sobre os requisitos de 2010 para que os Municípios listados pelas portarias nº 28/2008, 102/2009 e 66/2010, todas do Ministério do Meio Ambiente, passem a integrar a lista de Municípios com desmatamento monitorado e sob controle. Diário Oficial da União, 25 de março. Brasília-DF. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr/\\_arquivos/portarias\\_mma\\_66\\_67\\_e\\_68\\_de\\_24\\_de\\_marco\\_de\\_2010\\_138.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr/_arquivos/portarias_mma_66_67_e_68_de_24_de_marco_de_2010_138.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2016.

NEPSTAD, D.; MCGRATH, D.; STICKLER, C.; ALENCAR, A.; AZEVEDO, A.; SWETTE, B.; BEZERRA, T.; DIGIANO, M.; SHIMADA, J.; SEROA DA MOTTA, R.; ARMIJO, E.; CASTELLO, L.; BRANDO, P.M. Slowing Amazon deforestation through public policy and interventions in beef and soy supply chains. *NEPSTA*, n. 344, v. 6188, p. 1118-1123, 2014.

PARÁ. **Constituição (1989)**. Disponível em: <<http://www.pa.gov.br/downloads/ConstituicaoDoParaatec48.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

**PARÁ. Lei Estadual nº 5.887 de 9 de maio de 1995.** Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.sema.pa.gov.br/1995/05/09/9741/>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

**PARÁ. Lei Estadual nº 7.026 de 30 de julho de 2007.** Cria a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará. Disponível em: <<https://www.semas.pa.gov.br/2007/07/30/9773/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

**PARÁ. Lei Estadual nº 7.389, de 31 de março de 2010.** Define as atividades de impacto ambiental local no estado do Pará e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.semas.pa.gov.br/2010/04/01/9783/>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

**PARÁ. Decreto Estadual nº 54, de 29 de março de 2011.** Institui o Programa de Municípios Verdes - PMV no âmbito do estado do Pará e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.sefa.pa.gov.br/legislacao/interna/decreto/dc2011\\_00054.pdf](http://www.sefa.pa.gov.br/legislacao/interna/decreto/dc2011_00054.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2016.

**PLANO de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do estado do PARÁ-PPCDAM, 2011.** Disponível em: <[http://www.sema.pa.gov.br/download/PPCAD\\_versao\\_consultas\\_11\\_05\\_SITESEMA.pdf](http://www.sema.pa.gov.br/download/PPCAD_versao_consultas_11_05_SITESEMA.pdf)> Acesso em: 10 jan. 2016.

**PARÁ. Lei Estadual nº 8.096, de 1º janeiro de 2015.** Dispõe sobre a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.semas.pa.gov.br/2016/05/11/lei-estadual-no-8-096-de-1o-janeiro-de-2015/>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

**PARÁ. Programa Municípios Verdes. Paragominas. Relatório: Ficha resumo.** [2014]. Disponível em: <[http://municipiosverdes.com.br/ficha\\_resumo/1505502](http://municipiosverdes.com.br/ficha_resumo/1505502)>. Acesso em: 11 set. 2014.

**PARÁ. Programa Municípios Verdes. Atividades e Resultados 2014/2015.** 2016. Disponível em: <<http://municipiosverdes.com.br/files/Resultados.pdf>>. Acesso em: 11 Jul. 2016.

PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Portaria nº 179 de 11/02/2016. Diário oficial nº 33.066. Dispõe sobre os Municípios do Estado do Pará que possuem capacidade para exercer a gestão ambiental municipal e dá outras providências Disponível em: <file:///D:/Downloads/diario\_oficial\_2016-02-12\_pag\_24%20(1).pdf>. Acesso em: 20 mai. 2016.

PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Portaria nº 1.421 de 12/08/2016. Diário oficial nº 33.191 de 16/08/2016. Dispõe sobre a atualização da Portaria nº 179, de 11 de fevereiro de 2016 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ioepa.com.br/diarios/2016/2016.08.16.DOE.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

PINTO, A.; PAULO, A. SOUZA-JÚNIOR, C.; VERÍSSIMO, A.; SALOMÃO, R.; GOMES, G.; BALIEIRO, C. **Diagnóstico socioeconômico e florestal do município de Paragominas**. Relatório Técnico. Belém: Imazon, 2009. 65p.

**Plano de Ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal - (PPCDAm)**. 3.<sup>a</sup> fase (2012-2015). Pelo uso sustentável e conservação da Floresta/Ministério do Meio Ambiente e Grupo Permanente de Trabalho Interministerial. Brasília: MMA, 2013. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80120/PPCDAm/\_FINAL\_PPCDAM.PDF>. Acesso em: 3 jun. 2016.

SCARDUA, F.P.; BURSZTYN, M. A. A. Descentralização da política ambiental no Brasil. **Soc. Estado**. [online], vol.18, n.1-2, p. 291-314, 2003.

SECTAM. Convênio de gestão ambiental firmado com municípios do estado do Pará. Belém, 2006.

SEMAS. **Instrução Normativa nº 005 de 5 de junho de 2013**. Estabelece os procedimentos para celebração de Convênio de Delegação de Competência para o Licenciamento Ambiental entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Municípios do estado do Pará e dá outras providências. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/2013/06/05/instrucao-normativa-no-005-de-05-de-junho-de-2013/>. Acesso em 11 jun. 2016.

SEMAS. **Comunicado Descentralização**. Disponível em: <[https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Comunicado\\_Descentraliza%C3%A7%C3%A3o\\_070122.pdf](https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Comunicado_Descentraliza%C3%A7%C3%A3o_070122.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2016.

SEMAS. **Fundo Amazônia: um breve histórico 2010**. Disponível em: <<http://www.sema.pa.gov.br/fundoamazonia/>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

SEMAS. **Qualificação da Gestão Ambiental dos Municípios do Pará**. IN: SILVA, Benedito Evandro Barros da; e SILVA FILHO, João Henrique da. **Gestão ambiental municipal: requisitos administrativos e Legais**. Belém: SEMAS, 2016. (Apresentação qualificação).

TOZI, S. C. **Municipalização da gestão ambiental: situação atual dos Municípios do Estado do Pará**. 2007. 93 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2007. Programa de Pós-Graduação em Geografia.



PROJETO DE ASSENTAMENTO ITABOCAL:  
ESTUDO DE CASO DE CONSOLIDAÇÃO DE  
ASSENTAMENTO FEDERAL NO NORDESTE  
PARAENSE, AMAZÔNIA, BRASIL

---

*Aurimar Francisco Viana da Silva<sup>1</sup>*

*Ponciana Freire de Aguiar<sup>2</sup>*

*Carlos André Corrêa de Mattos<sup>3</sup>*

**Resumo:** A consolidação de projetos de reforma agrária é a fase derradeira de atuação do INCRA. No ano de 2002, esse processo envolveu o Projeto de Assentamento Itabocal, situado nos Municípios de Mãe do Rio, Irituia e Capitão-Poço, no Estado do Pará. Procedeu-se a uma verificação e análise dos pré-requisitos estabelecidos para a consolidação e sua execução, tais como: viabilização de demarcação topográfica, plano de desenvolvimento, assistência técnica, créditos de instalação e produtivo, infraestrutura de estrada, água, eletrificação, titulação definitiva, além de outros indicadores socioeconômicos, técnicos, jurídicos e ambientais. Valeu-se do uso de uma metodologia ancorada em um estudo de caso, com base em uma amostra não probabilística por acessibilidade, envolvendo 100 atores. Dos resultados obtidos, foi possível concluir que houve impedimento da inclusão socioprodutiva dos moradores da área, a exemplo de reconcentração de lotes familiares, não transferência da terra para os beneficiários e prefeitura, e dependência do Programa Bolsa Família.

**Palavras-chave:** Reforma agrária. Projeto de assentamento.

<sup>1</sup> Mestre pelo PPGGP do NAEA/UFPA. E-mail: aurimar040@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professora do PPGGP do NAEA/UFPA. E-mail: poncianafreire@gmail.com

<sup>3</sup> Professor do PPGGP do NAEA e da FAAD/UFPA

## ITABOCAL SETTLEMENT PROJECT: A CASE STUDY OF FEDERAL SETTLEMENT CONSOLIDATION IN THE NORTHEAST PARA, AMAZON, BRAZIL

**Abstract:** The consolidation of agrarian reform projects is INCRA's final stage of action. In 2002, this process involved the Itabocal Settlement Project, located in the Municipalities of Mãe do Rio, Irituia and Capitão-Poço, in the State of Pará. In this sense, a verification and analysis of the prerequisites established for the consolidation, such as: feasibility of topographic demarcation, development plan, technical assistance, installation and productive credits, road infrastructure, water, electrification, final titling, as well as other socioeconomic, technical, legal and environmental indicators. It was worth using a methodology anchored in a case study, based on a non probabilistic sample for accessibility, involving 100 actors. From the results obtained, it was possible to conclude that there was an impediment to the socio-productive inclusion of the residents of the area, such as reconcentration of family lots, non-transfer of land to the beneficiaries and city hall, and dependence of the Bolsa Família Program.

**Keywords:** Agrarian reform. Settlement project.

### INTRODUÇÃO

A compreensão da Reforma Agrária requer como elemento necessário, primeiramente, sua definição legal, na forma expressa pelo Estatuto da Terra: “Conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no seu regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade”. (BRASIL, 1964).

O conceito visa contrapor e encaminhar solução para a histórica desvantagem sofrida pela grande massa de trabalhadores rurais

brasileiros, perante um sistema implantado para favorecer uma classe, a aristocracia; fundamentada nas instituições que forjaram a formação socioeconômica do Brasil, marcada pelo patriarcalismo, personalismo, foro, grande propriedade rural, monocultura, mão de obra escrava (FAORO, 2001; FREYRE, 2003; HOLANDA, 1995; PRADO JÚNIOR, 1961).

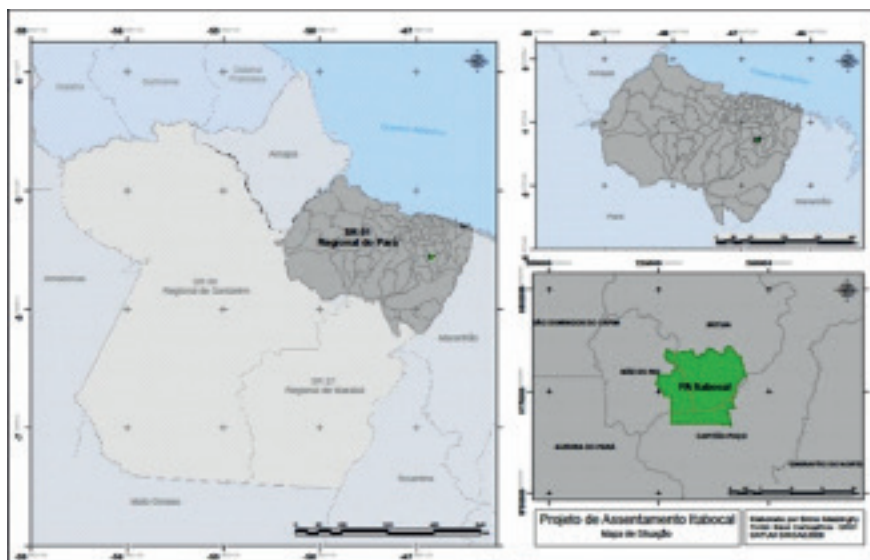
De acordo com Natividade (2013), a instabilidade política do Governo João Goulart (1961-1964), época em que tramitavam no Congresso Nacional, vários projetos relativos à Reforma Agrária, apontava para um cenário de interesses socioeconômicos e ideológicos conflitantes, em que de um lado estavam os proprietários de terras; de outro, os trabalhadores rurais, fazendo com que os ânimos se tornassem exaltados de forma acelerada.

Com o objetivo de equacionar a forte pressão pela Reforma Agrária, foi instituído em 4 de novembro de 1966, por intermédio do Decreto n.º 59.456 (BRASIL, 1966b), o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, que não logrou efeito prático. Entretanto, não houve desistência do governo pelo tema, sendo criado em 09 de julho de 1970, com base no Decreto 1.110, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pela fusão do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA).

Do período estabelecido pelo regime militar entre 1964, passando pela década de 1970, até a redemocratização do Brasil, no início da década de 1980, o tema reforma agrária foi tangenciado e em seu lugar foi implantada a Colonização Oficial; uma forma de distribuir a terra sem desconcentrar a propriedade, ou seja, não alterava a estrutura fundiária, e cujo objetivo era levar migrantes para ocupar os “espaços vazios” da Amazônia, por meio do assentamento de famílias às margens da BR-230, Transamazônica, e a facilitação da implantação de grandes projetos minerais e agropecuários, utilizando como instrumento os incentivos fiscais, processo que perdurou até o final do Governo Militar no Brasil (INCRA, 2016).

Após a conquista da terra que iniciou no final da década de 1980, foi criado em 1995 o Projeto de Assentamento Itabocal, situado nos municípios de Mãe do Rio, Irituia e Capitão Poço, no nordeste paraense, o qual, entre dez projetos de assentamento consolidados em 2001 e 2002, é o maior em termos de território e famílias assentadas. O assentamento é servido por estradas vicinais, tanto de acesso quanto internas; é provido de eletrificação rural e sistema de abastecimento d'água; as famílias beneficiárias receberam recurso para a construção de moradia, tiveram disponibilizados serviços de assistência técnica e extensão rural e crédito produtivo na modalidade PRONAF A, e receberam titulação definitiva; a Prefeitura de Mãe do Rio continuou a receber recursos do Governo Federal para conservação de vicinais até o ano de 2015; existe a oferta de educação e saúde, transporte escolar, e apoio à comercialização. Todos esses fatos contribuíram para a escolha do Projeto Itabocal como objeto de estudo, uma vez que a mesma dinâmica não ocorreu em relação aos demais (Figura 1).

Figura 1 - Jurisdição da SR-01, onde se localiza o PA Itabocal, PA.



Fonte: Base Cartográfica SR-01 (2015).

A Reforma Agrária no Estado Pará, materializada nos projetos de assentamento, quase sempre foi notícia nos meios de comunicação, regional, nacional e internacional, por ocupações de terras, grilagem e violência de uma maneira geral. Esta violência pode ser exemplificada pelo episódio conhecido como “Massacre de Eldorado dos Carajás”, no qual foram assassinados 19 trabalhadores sem-terra, de um grupo de 1.500, pela polícia do Governo do Estado do Pará em 17 de abril de 1996, região onde os demandantes possuíam como bandeira de luta a desapropriação das fazendas Rio Branco e do “Complexo Macaxeira”, composto por 13 imóveis. Outro evento de destaque aconteceu em 12 de fevereiro de 2005, quando foi assassinada a missionária americana Dorothy May Stang (1931-2005), em uma disputa de terras conhecida como lote 55 da Gleba Bacajá, situada no município de Anapu, com área de 3.000 hectares oriunda de Contratos de Alienação de Terras Públicas (CATP), proveniente de licitação, procedida pelo Governo Federal (JUNGE, 2008).

A formação de um assentamento é um processo complexo, o qual para ter sucesso depende de uma conjunção de fatores, tais como: viabilidade agroeconômica das terras; público beneficiário formado por agricultores; concessões de empréstimos governamentais para atendimento de necessidades básicas de alimentação e moradia; implantação de infraestrutura física, a exemplo de estradas vicinais, sistemas de abastecimento d’água, rede de energia elétrica; disponibilização de assistência técnica e oferta de crédito para produção, a fim de incrementar níveis de produção e produtividade que contribuam para a fixação do assentado na terra, culminando com a transferência do recurso fundiário da União para o particular, encerrando o ciclo dessa política pública.

Esta investigação teve como objetivo demonstrar se as precondições estabelecidas pelo Governo Federal para o processo de consolidação foram cumpridas na sua totalidade, no que se refere à demarcação

topográfica, ao crédito instalação, às estradas de acesso e internas, ao abastecimento d'água, à eletrificação rural e à titulação definitiva, após 13 anos da tomada de decisão governamental.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Freyre (2003), em 1523, foram estabelecidas as bases para a formação socioeconômica do Brasil, sob características marcantes: o patriarcalismo, a escravidão, principalmente da mão obra obra do negro africano, e o hibridismo, marcado pela união do colonizador com a mulher nativa, incorporando-a à cultura econômica e social do invasor. O autor descreve ainda:

Formou-se na América Tropical uma sociedade agrária, escravocrata na técnica da exploração econômica, híbrida de índio, e mais tarde negro na composição. (...) colônia de plantação, caracterizada pela base agrícola e pela permanência do colono na terra, em vez de seu fortuito contato com o meio e com a gente nativa. (...) no Brasil iniciaram os portugueses a colonização em larga escala dos trópicos por uma técnica econômica e por uma política social, inteiramente novas, apenas esboçadas nas ilhas subtropicais do Atlântico. A primeira: a utilização e o desenvolvimento de riqueza vegetal pelo capital e esforço particular; a agricultura; a sesmaria; a grande lavoura escravocrata. A segunda: o aproveitamento da gente nativa, principalmente da mulher, não só como instrumento de trabalho mas como elemento de formação de família (FREYRE, 2003, p. 65).

A compreensão da questão agrária no Brasil possui uma relação necessária com a obra seminal de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), *Raízes do Brasil* (1995, p. 9-27), com prefácio de Antônio Cândido de Mello e Souza (1918-), na qual são definidos alguns conceitos fundamentais para a compreensão do tema em estudo, tais como: interpretação do passado com fundamento nas realidades básicas da produção, distribuição e consumo; denúncia do preconceito de raça pela valorização do elemento

cor; críticas de instituições fundamentais como o patriarcalismo e agrarismo; distinção das condições socioeconômicas e a desqualificação da retórica do liberalismo; incompatibilidade entre o modo de vida copiado da Europa e o patriarcalismo e personalismo fixado no Brasil com base em uma tradição de origem secular; prevalência da fazenda sobre as cidades, em um ruralismo extremo, em que a ideia de nobreza e dinamismo primavam, mais por interesse do colonizador do que por uma imposição do meio, corroborando a afirmativa de Holanda (1995, p. 73) concernente à herança rural, quando afirma que “toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos”.

De acordo com Caio Prado Júnior (1961, p. 7), “o passado, aquele passado colonial que referi acima, ainda está, e bem saliente, em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir”. Sob uma visão econômica, a organização do trabalho livre no Brasil, não ocorreu por inteiro, mas por partes, uma vez que carrega, ainda, traços evidentes do regime escravista. De um ponto de vista social, ocorria a mesma coisa, visto que a cisão na população rural, entre ricos e pobres, era fruto da herança colonialista, ainda segundo o mesmo autor.

O Estatuto da Terra (BRASIL, 1964) foi a primeira legislação a estabelecer um processo de intervenção na propriedade rural no Brasil, havendo como meio principal a desapropriação por interesse social, e a prever a indicação de “áreas prioritárias” para a Reforma Agrária. Contudo, esse propósito não se tornou realidade durante os governos militares. Uma perspectiva de alteração desse quadro surgiu com a democratização do país em 1985. A proposta para formatação de um Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com lastro no Estatuto da Terra, tinha o objetivo de estabelecer zonas prioritárias para a Reforma Agrária. No entanto, a reação de forças antirreformistas, a exemplo da União Democrática Ruralista (UDR), levou ao abandono da ideia. Daí por diante realizam-se desapropriações não planejadas que ocorriam “a reboque” dos conflitos e mobilizações sociais capitaneadas, principalmente, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (HEREDIA et al., 2002).

A concentração de terras no Brasil, medida pelo índice de Gini, revela-se, de acordo com Sparovek (2003), uma das piores do mundo. Nesse sentido, torna-se óbvio que a questão fundiária, a qual assume papel de importância social, é definida da seguinte maneira: “a propriedade de acesso à terra, ou seja, a distribuição da propriedade, a malha de todas as propriedades e posses do país ou região, por tamanho, modo de produção e relacionamento com os trabalhadores” (BENATTI, 2008 apud SILVA, 2015).

O ano de 1985 foi marcado pela democratização do País, quando foram criados milhares de assentamentos, onde vivem mais de meio milhão de famílias, no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária. Muito se discute acerca dos números e sobre as condições dessas áreas “reformadas”. Entretanto, as informações referentes ao tema, especificamente, no que concerne à qualidade, são insipientes, o que não se permite inferir com segurança sobre a população assentada, abandono de lotes, quais as condições de vida e moradia, quantos estão recebendo financiamento de que necessitam e quais têm direito, quais os avanços do ponto de vista da renda, organização social e cidadania, etc. (SPAROVEK, 2003).

A Reforma Agrária é uma política pública que na sua essência possui três fases: obtenção do recurso fundiário, quando a conquista da terra ocorre por intermédio dos institutos da desapropriação por interesse social, doação, compra e venda, arrecadação dos bens vagos, reversão à posse, herança ou legado; desenvolvimento, quando é estabelecida uma relação entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, que seja capaz de viabilizar a justiça social, o progresso e o bem-estar desse trabalhador rural, o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio; e consolidação, no momento em que o assentamento adquire maturidade e passa a exercer a autogestão (BRASIL, 1964).

O projeto de assentamento possui uma natureza processual (Figura 2), tendo início, meio e fim, conforme materialização de suas fases distintas, insertas na obra de Santos (2003, p. 73-74):



- a) Obtenção dos recursos fundiários, a qual inclui escolha das áreas, seleção dos beneficiários e disponibilidade dos recursos materiais, financeiros e humanos;
- b) Constituição do projeto e conhecimento dos recursos: o ponto de partida oficial do processo de ocupação da área é definido pelo momento em que o INCRA imite-se na posse do imóvel, embora seja comum a invasão ou a posse prévia do imóvel, antecipando-se à atuação do Incra, pressionando-o a agir. Simultaneamente, ocorrem os trabalhos para identificação da potencialidade econômica da terra;
- c) Habilitação dos recursos: envolve uma conjugação de esforços realizados pelos agricultores e as instituições interessadas visando dotar a área de equipamentos de infraestrutura básica, serviços de atendimento a necessidades prementes (educação e saúde) e o preparo e correção da terra para entrar no processo produtivo;
- d) Consolidação do assentamento: com base nos conhecimentos acumulados nas fases anteriores e na definição do projeto, são efetuados os trabalhos que conduzirão o assentamento à sua suficiência, visando atingir as condições de emancipação.

Figura 2 - Fases de implantação do Projeto de Assentamento Itabocal, PA.



Fonte: O autor da pesquisa (2016).

Para efeito desta pesquisa, foram considerados somente os projetos de assentamento na modalidade federal sob jurisdição da Superintendência Regional do Pará, haja vista estes agregarem um viés de onerosidade, ou seja, inversão de recursos públicos na aquisição dos imóveis rurais, por meio de desapropriação por interesse social, compra e venda e arrecadação dos bens vagos, conforme definido na Lei 4.504/64 (BRASIL, 1964).

No período de 1985 a 2015, foram criados, na jurisdição da Superintendência Regional do Pará, 101 projetos de assentamento federais, 26% dos projetos criados pela SR-01, em uma área de 944.651,7656 hectares, o que representa 0,11% do território paraense, com benefício em favor de 21.343 agricultores familiares, 22% dos assentados da SR-01, consoante dados do SIPRA (2016).

Considerando que o Projeto de Assentamento atende a um comando processual, vale observar que nos últimos 30 anos, na área circunscrita pela SR-01, a autarquia federal multiplicou o número de projetos de assentamento, em oposição aos 10 empreendimentos consolidados, em que foram implementadas todas as ações à viabilidade socioeconômica das famílias assentadas rumo à autogestão (BRASIL, 2001).

Complementando a linha de pensamento do Governo Social Democrata de Fernando Henrique Cardoso, ano de 2000, o qual refletia a necessidade de consolidar os projetos de assentamento, nas palavras de Orlando Muniz, Presidente da Autarquia Federal à época:

Qual seria o resultado? O INCRA não conseguiu emancipar praticamente nenhum *projeto de assentamento*. Não há como imaginar uma política pública com recursos finitos, onde os resultados finais sejam infinitos ou por tempo indeterminado. Esse é o caso em que nos encontrávamos: todos entravam pela porta da Reforma Agrária, porém ninguém saía (BRASIL, 2000, p. 6).

A assertiva anterior foi o caminho do planejamento estatal que ensejou a consolidação de 10 projetos de assentamentos federais no nordeste paraense, entre os quais encontra-se o PA Itabocal, objeto do presente estudo (Tabela 1).

Tabela 1 - Projetos de assentamento consolidados (2001-2002), na SR-01, PA.

Projeto	Município	Área consolidada (ha)	Famílias	Ano	Instrumento	Publicação
Barcelona	Ipixuna do Pará	1.333,6477	35	2001	Resolução 01	DOU 220/2001
Concrein	Paragominas	4.162,9232	63	2001	Resolução 03	DOU 220/2001
Cupiúba	Castanhal	1.355,2398	238	2001	Resolução 09	DOU 220/2001
João Batista	Ipixuna do Pará	3.096,0151	76	2001	Resolução 05	DOU 220/2001
Manoel Crescêncio	Aurora do Pará	18.894,8094	465	2001	Resolução 06	DOU 220/2001
União I	Ipixuna do Pará	13.757,8325	406	2001	Resolução 08	DOU 220/2001
Itabocal	Mãe do Rio	26.192,1303	592	2002	Resolução 04	DOU 138/2002
Minas-Pará	Ipixuna do Pará	10.322,5442	288	2002	Resolução 06	DOU 242/2002
Rio Jabuti	Aurora/Capitão Poço	15.915,4261	599	2002	Resolução 07	DOU 241/2002
Santa Maria I e II	Acará	4.256,4189	140	2002	Resolução 03	DOU 138/2002
Total	-	99.286,9872	2.902	-	-	-

Fonte: Superintendência Regional do Pará – SR-01 (2006).

A legislação que fundamentou a consolidação de projetos de assentamento foi a Norma de Execução INCRA n.º 09, de 06 de abril de 2001, a qual dispunha sobre o processo de consolidação de projetos de assentamentos em áreas de reforma agrária, publicada no Diário Oficial da União em 11/04/2001, e que estabeleceu os requisitos nos seguintes termos:

Art. 2.º A consolidação de projetos de assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária ocorrerá com atendimento das seguintes ações: I – execução dos serviços de medição topográfica, que compreendem o perímetro e as parcelas individuais ou coletivas, cujo início é imediatamente posterior a aprovação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento – PDA; II – disponibilização de recurso de apoio à instalação, quando for o caso, mediante aplicação de créditos destinados à aquisição de alimentação, ferramentas e outros implementos básicos; III – disponibilização de habitação para os beneficiários, através da existência de moradia do projeto, obtida via recursos para aquisição de material de construção, quando for o caso, ou por outros meios e fontes; IV – disponibilização de infraestrutura básica de interesse coletivo, compreendendo as vias de acesso e internamente às parcelas, meios de acesso ao abastecimento de água para consumo humano e rede tronco de energia elétrica, entre outras consideradas indispensáveis à viabilização sócio-econômica e sustentável do projeto; e V – outorga de título de domínio a pelo menos cinquenta por cento dos beneficiários, exceto para o projeto agroextrativista – PAE e Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS, que será mantido o Contrato de Concessão de Uso – CCU, concedido inicialmente aos beneficiários. (DOU n.º 71-E, seção 1, pág. 201)

A consolidação do Projeto de Assentamento Itabocal, ocorreu por intermédio da Resolução n.º 04, do Comitê de Decisão Regional (CDR), da Superintendência do INCRA no Estado do Pará, SR-01, publicada no Diário Oficial da União n.º 138, de 19 de julho de 2002, Seção 1, Folhas 73/74, nos seguintes termos:

Considerando que o Projeto de Assentamento ITABOCAL, criado pela PORTARIA/INCRA/SR.01/N.º 04, de 10 de janeiro de 1995, com uma área total de 39.680,2528 ha, previsto inicialmente o assentamento de 1.000 parcelheiros, localizados nos municípios de Capitão Poço, Irituia e Mãe do Rio, no Estado do Pará; Considerando a apreciação e aprovação final do Relatório Técnico, constante do Processo INCRA/SR/01/PA/N.º 54100.000994/2002-35, de consolição do Projeto de Assentamento ITABOCAL, no âmbito deste Comitê de Decisão Regional, resolve: N.º 4 – Art. 1.º Declarar consolidado parcialmente o Projeto de Assentamento ITABOCAL, com uma área de 39.680,2528 ha, e capacidade de assentamento de 1.000 unidades agrícolas familiares, localizados nos municípios de Capitão Poço, Irituia e Mãe do Rio/Pará, que após medida e demarcada alterou-se para 26.192,1303 ha, com 592 unidades agrícolas familiares, cuja alteração se dará através de Portaria de Retificação. Art. 2.º As Divisões e a Procuradoria Regional desta Superintendência, deverão adotar providências, objetivando a conclusão do processo titulatório, ações complementares e a destinação dos bens móveis e imóveis remanescentes, no prazo de um ano, contados a partir da publicação da presente Resolução, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa acatada pelo Comitê de Decisão Regional. Art. 3.º Determinar que os setores técnicos desta Regional adotem as seguintes medidas subsequentes: I – Providenciar relação das famílias do Projeto consolidado e demais atos a serem encaminhados formalmente pela Superintendência Regional ao Conselho Estadual ou Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, visando à inserção das referidas famílias no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e integração com os programas de desenvolvimento local, regional e estadual; II – atualização dos dados no Sistema de Informações de Projeto de Reforma Agrária – SIPRA. Art. 4.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação (INCRA, 2002, não paginado).

O documento em evidência é o norteador técnico e legal que embasou os fundamentos desta pesquisa, no que concerne ao cumprimento das fases de execução de um projeto de assentamento, caso do PA Itabocal, ou seja, atendimento das ações fundamentais à consolidação do Projeto de Assentamento Itabocal, tais como: execução dos serviços de medição topográfica, parcelas e perímetro; disponibilização de recursos para aquisição de alimentação e implementos básicos; disponibilização de habitação para beneficiários; disponibilização de infraestrutura básica do interesse coletivo, tais como: estradas de acesso e internas aos lotes, abastecimento d'água e rede tronco de energia elétrica; outorga de título de domínio a pelo menos 50% dos beneficiários (BRASIL, 2001).

Política pública, de acordo com Rua (2009, p. 19), “geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas”. Essa afirmação remete ao momento político em que ocorreu a consolidação do assentamento Itabocal, pois o Governo Federal considerou infraestrutura e serviços implantados como requisitos fundamentais para a conclusão do projeto, numa estratégia que excluiu a participação dos assentados, em um primeiro momento, além de não realizar uma avaliação da política, a fim de saber seu grau de efetividade.

### 3 METODOLOGIA

A investigação sobre o processo de consolidação de Projetos de Assentamento foi baseada em um estudo de caso no PA Itabocal. De acordo com Severino (2007, p. 121), no estudo de caso é onde a “pesquisa se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo”. O PA Itabocal representa um quarto da área e um quinto das famílias assentadas, num universo de 10 projetos de assentamento tidos como consolidados pelo INCRA, localizados no nordeste paraense.

De um universo de 592 assentados do Projeto Itabocal, 100 responderam ao questionário, o qual apresentou 42 perguntas diretas, mais desdobramentos em algumas situações. O instrumento da coleta foi aplicado pelo autor da pesquisa, com auxílio de técnicos das Secretarias de Agricultura e Ação Social de Mãe do Rio, Pará, no período de 15 a 24 de outubro de 2015. Noventa e cinco foram considerados válidos. As perguntas principais versaram sobre o cumprimento dos pré-requisitos da consolidação e outras necessárias à compreensão da dinâmica do assentamento, a exemplo de renda, licenciamento ambiental, e conhecimento sobre o que seria consolidação. Os questionários válidos foram inseridos em um banco de dados, cuja ferramenta utilizada foi planilha eletrônica, com entrada de 95 linhas e 465 colunas, o que motivou uma análise exploratória dos dados, sendo possível extrair tabelas para serem interpretadas. O tipo de amostra utilizada foi a não probabilística por acessibilidade, que contou com os moradores atuais do projeto, os quais foram convidados e aceitaram livremente participar do estudo. Participaram, beneficiário, cônjuge, filhos e filhas de assentados, agregados e ocupantes, ou seja, o processo de escolha recaiu sobre os elementos possíveis de serem acessados, de forma deliberada (OLIVEIRA; ALMEIDA; BARBOSA, 2012).

#### 4 RESULTADOS

De acordo com dados do INCRA (2015), o Projeto de Assentamento Itabocal foi objeto da inversão orçamentário-financeira na ordem de R\$ 4.402.064,02 do Programa Nacional de Reforma Agrária, no que concerne à infraestrutura básica, o que representa, em 9 anos, cerca de 5% ao ano, do Fundo de Participação do Município de Mãe do Rio, em valores de dezembro de 2015 (Tabela 2).

Tabela 2 – Infraestrutura implantada no PA Itabocal até 2015.

Exercício	Construção de vicinais (km)	Recuperação de vicinais (km)	Eletrificação rural (km)	Abastecimento d'água (u)
1997		15,00		
1998		21,00	11,20	
2000	15,00		10,00	3,00
2001	12,00		15,00	
2002	15,00		20,00	
2003			12,00	1,00
2004	5,40		7,20	1,00
2009				1,00
2013		33,10		
Total	47,40	69,10	85,40	6,00

Fonte: INCRA, 2016.

O crédito instalação aos assentados do Programa de Reforma é de fato uma concessão de empréstimo concedida pelo Governo Federal, cuja categoria econômica é investimento, com o objetivo de viabilizar uma pequena produção de subsistência até a fase produtiva<sup>4</sup>. No PA Itabocal, 55% dos beneficiários acessaram o recurso para a aquisição de implemento agropecuário e 64% viabilizaram capital para a construção de moradia (Tabela 3).

Os serviços de medição e demarcação topográfica foram realizados por administração indireta utilizando-se como instrumento processos licitatórios, havendo como contratadas as empresas Tramontella Ltda., em 1995, e Engepagri Ltda., no ano de 2000, o que culminou, nas duas etapas, com a medição de um perímetro de 162.280,92 metros, e o parcelamento de 565 (quinhentos e sessenta e cinco) lotes individuais, perfazendo uma área de 26.192,1303 (vinte e seis mil cento e noventa e dois hectares treze ares e três centiares); restaram a demarcar, ainda 27 lotes (INCRA, 2002).

<sup>4</sup> De maneira geral, quando são assentados, os beneficiários são desprovidos de bens materiais, daí o nome crédito instalação. O qual é voltado para a aquisição de sementes, pequenos animais, implementos agropecuários, e em casos extremos, alimentação e remédio.



Tabela 3 – Crédito instalação aplicado no Projeto de assentamento Itabocal, PA.

Modalidade	Família	Valor (R\$)	
		Unitário	Total
Apoio	26	2.400,00	62.400,00
Fomento	300	740	222.000,00
Aquisição de material de construção (habitação)	313	2.500,00	782.500,00
Recuperação de habitação	65	8.000,00	520.000,00
Total	-	-	1.586.900,00

Fonte: INCRA, 2016.

O Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento Itabocal foi elaborado pela Cooperativa de Trabalhos dos Engenheiros Agrônomos do Pará (UNIAGRO), em outubro de 1997, no âmbito do Projeto LUMIAR, cujo objeto era a prestação de assistência técnica aos assentados da Reforma Agrária, em cuja estrutura, existia a equipe técnica local. Era supervisionada por professores da Universidade Federal do Pará (UFPA) e um técnico do INCRA. A metodologia utilizada foi a Análise Diagnóstica de Sistemas Agrários, inserta em um guia metodológico elaborado pelo convênio INCRA/FAO (GARCIA FILHO, 1995).

Da amostra objeto da pesquisa, pode-se constatar que somente 1/3 das famílias recebeu o título de domínio, também conhecido como Título Definitivo (TD). Alie-se o fato de que 20% dos que receberam, não quitaram o título, ou seja, ficaram inadimplentes com o Governo Federal. Os motivos alegados foram desconhecimento sobre os efeitos legais do documento e a distancia do assentamento até a Unidade Avançada do INCRA em Capitão Poço, além da falta de solução para suas demandas (Tabela 4).

Tabela 4 - Concessão de título de domínio entre 95 entrevistados.

Recebeu o Título	Quantidade	%
Sim	31	32,63
Não	63	66,32
Subtotal	94	98,95
Sem Informação	1	1,05
Total	95	100

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

Verificou-se que o Programa Bolsa Família, nos últimos cinco anos, transferiu renda ao Município de Mãe do Rio, em valores correspondentes a 74% do Fundo de Participação dos Municípios (Tabela 5).

Tabela 5 - Relação entre Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Bolsa Família em Mãe do Rio.

Ano	FPM recebido	Bolsa família recebido	%
2011	9.035.598,00	4.865.161,00	54
2012	9.205.834,28	7.130.170,00	77
2013	9.818.476,07	8.136.068,00	83
2014	10.592.185,67	9.194.534,00	87
2015	10.972.143,87	7.154.534,00	65
Total	49.624.237,89	36.480.467,00	74

Fonte: MDS, [2016].

A renda dos moradores objeto da pesquisa revelou a seguinte configuração em termos de salários mínimos (SM): 34 (36%) moradores declararam auferir renda de até um salário mínimo, 37 (39%) pessoas do assentamento apresentaram rendimentos acima de 1 até 2 salários mínimos (Tabela 5). Esses valores são, respectivamente, 50% e 11% maior do que a renda média do Pará (IBGE, 2008).

Tabela 5 - Renda dos moradores do PA Itabocal, Pará.

Origem de renda mensal	Quantidade	%	Média (R\$)
Agricultura	66	35,68	744,64
Bolsa Família	49	26,49	223,44
Aposentadoria	37	20,00	1.264,05
Salários e Diárias	19	10,27	789,63
Pecuária	6	3,24	458,33
Benefício	4	2,16	788,00
PNAE/PAA	2	1,08	384,00
Ajuda de Parentes	2	1,08	430,00
Total	185	100,00	-

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

A renda também foi analisada por sistema de produção, tais como agricultura e pecuária, e por sua agregação com a apropriação de recurso gerado com a obtenção de diárias/salários, ajuda de parentes, aluguel e transferências e benefícios governamentais, a exemplo do Bolsa Família, aposentadoria e benefício previdenciário. A agricultura é a atividade econômica que abriga a maioria dos moradores do PA Itabocal, no universo da investigação, seguido do programa governamental de transferência de renda bolsa família e aposentadorias. A renda das famílias pesquisadas teve sua análise organizada em cinco itens: agricultura, pecuária, Bolsa Família, aposentadoria, e salários e diárias. Partiu-se, então, para dezenove agregações dos itens antes referenciados, formando vinte e cinco observações (Tabela 6).

Tabela 6 - Origem da renda agregada, renda total e renda média, no PA Itabocal, Pará.

Origem da renda agregada	Renda total (R\$)	Moradores	Renda Média (R\$)
agricultura+Bolsa Família	39.340,00	22	1.788,18
agricultura+aposentadoria	16.726,00	14	1.194,71
aposentadoria	10.216,33	10	1.021,63
agricultura+Bolsa Família+aposentadoria	20.319,00	9	2.257,67
agricultura	8.143,00	8	1.017,88
salários e diárias+Bolsa Família	2.544,00	4	636
agricultura+salários e diárias+Bolsa Família	4.241,00	4	1.060,25
salários e diárias	4.176,00	3	1.392,00
agricultura+salários e diárias	5.666,00	3	1.888,67
Bolsa Família	507	2	253,5
agricultura+Bolsa Família+benefício	1.120,00	2	560
aposentadoria+benefício	2.770,00	2	1.385,00
salários e diárias	600	1	600
Bolsa Família+ajuda de parentes	682	1	682
pecuária+diárias e salários+Bolsa Família	712	1	712
pecuária+aposentadoria	787	1	787
Bolsa Família+benefício	788	1	788
pecuária	1.013,00	1	1.013,00
pecuária+diárias e salários+Bolsa Família+aposentadoria	1.023,00	1	1.023,00
agricultura+salários e diárias+Bolsa Família+aposentadoria	1.200,00	1	1.200,00
salários e diárias+aposentadoria	1.268,00	1	1.268,00
agricultura+salários e diárias+aposentadoria	1.412,00	1	1.412,00
agricultura+pecuária+Bolsa Família	1.576,00	1	1.576,00
agricultura+pecuária	1.800,00	1	1.800,00
Total	128.629,33	95	27.316

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

De forma isolada, as atividades produtivas referentes à agricultura e pecuária apresentaram renda média de 1,2 salário mínimo. O programa governamental de complementação de renda, Bolsa Família, apresentou o rendimento mais baixo, sem agregação, na ordem de 1/3 do salário mínimo da época; recurso bem próximo do valor estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, em referência à extrema pobreza de R\$ 154,00 por família (MDS, 2016).

É importante destacar a participação do Programa Bolsa Família na composição da renda dos agricultores, com ênfase na Amazônia Legal, pois de acordo com Homma (2011, p. 66) “[...] quase 2,4 milhões de famílias recebem Bolsa Família – representando 18,8% do total nacional, para uma região com 12,8% da população brasileira”. Podendo-se inferir que políticas compensatórias minimizam pobreza, mas não socializam riqueza.

A legislação ambiental não foi cumprida em nenhuma fase do PA Itabocal, apesar do Acórdão 2633 de 2008 do Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2008b) haver imposto à Autarquia Federal responsável pelo Programa Nacional de Reforma Agrária a obrigação de licenciar todos os projetos de assentamento criados antes de 2003, com a Licença de Instalação e Operação (LIO), sob pena de multa por parte do Órgão Ambiental. Nesse sentido foi firmado termo de ajustamento de conduta entre as Superintendências do INCRA no Pará e o Ministério Público Federal (MPF), com horizonte temporal de 05 anos, publicado no Diário Oficial da União número 103, Seção 3, Folhas 112, de 02/06/2008, o qual tinha como instrumento basilar a Resolução CONAMA número 387 de 2006 (BRASIL, 2006).

De acordo com o anexo I da Norma de Execução n.º 09 do INCRA, de 06/04/2001, no Art. 3.º, III, o PA Itabocal foi enquadrado da seguinte maneira (Tabela 8):

Tabela 8 - Índices técnicos para consolidação.

1- CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO									
CÓDIGO	PA	MUNICÍPIO	criação	ÁREA (ha)	Nº FAMÍLIA	REGISTRO ÁREA			
PA 0085000	ITABOICAL	Mãe do Rio	10/01/1995	26.192,1303	592	Lv 138, Fls. 183 v. Livro Livro Ficha 2-A1- CRI São Miguel do Guamá.			
2- CONSOLIDAÇÃO DAS ÁREAS/% TOTAL FAMÍLIAS ATENDIDAS									
DEMARCAÇÃO PERIM 0-100	CRÉDITO INSTALAÇÃO		ABASTECIMENTO ÁGUA 0-100	ESTRADAS INTERNAS 0-100	ELETRIFICAÇÃO RURAL 0-100	PARCELAS TITULADAS 0-100	NOTA TÉCNICA TOTAL		
	PARC 0-100	HABITAÇÃO 0-100							
100	100	64	100	100	90	27	636		
-	-	36	-	-	10	63	154		

Fonte: INCRA, 2016.

A Nota Técnica decorrente do Diagnóstico de Evolução dos Projetos – DEP, corresponderá ao somatório percentual das ações realizadas pelo INCRA ou decorrentes de parcerias realizadas com outros órgãos de Governo Federal, Estadual, do Distrito Federal, Municipal ou, ainda, entidades privadas, e servirá de base para classificação de projetos, segundo as diferentes fases: a) Projetos em fase de implantação – 0 a 400 pontos; b) Projetos de fase de consolidação – 401 a 699 pontos; c) e Projetos a serem consolidados – 700 a 800 pontos (INCRA, 2001).

Para atender ao critério estabelecido para os projetos em fase de consolidação, seria necessário o alcance de 699 pontos na soma dos percentuais estabelecidos pela execução de seis ações estruturantes. Contudo, algumas famílias ficaram na pendência do acesso ao crédito instalação, nas modalidades apoio e aquisição de material de construção (habitação), eletrificação rural, e uma omissão fundamental, referente à titulação individual, em que somente 27% dos documentos foram emitidos, quando o mínimo seria 50%, no valor absoluto de 296 títulos de domínio, transferindo a propriedade do recurso fundiário, no caso a terra, do público (União), para o particular (assentado).

A investigação demonstrou que o INCRA, em referência ao PA Itabocal, implantou 52% das estradas vicinais programadas, recuperou 97% da malha viária, implantou 85% de eletrificação, atendendo a 90% das comunidades; demarcou 565 lotes, emitiu 163 títulos de domínio, o que representou 29% dos lotes, viabilizou a elaboração de plano de desenvolvimento e assistência técnica, concedeu crédito para aquisição de implemento agropecuário a 326 famílias, o que abrangeu 55% dos lotes, concedeu crédito para a construção de moradia a 378 famílias, abrangendo 64% dos lotes.

A interrupção da política pública de Reforma Agrária levou ao processo de reconcentração de lotes familiares, haja vista a presença de “grandes posseiros” na área do PA Itabocal, os quais estão fazendo o caminho inverso do objetivo fim de uma área reformada, que é a

desconcentração da terra. Deveu-se este fato à ausência do Poder Público Federal, pois a área passou a ser a considerada “enclave” federal dentro dos municípios, não havendo autoridade constituída. Como a gestão do PA ficou acéfala pelo ato da consolidação, os fazendeiros da região iniciaram um processo de compra e expulsão dos moradores de suas áreas, sem que houvesse uma ação do Estado, aliado ao fato de que o documento oficial inconcluso de desafetação do imóvel não foi transferido em sua totalidade. Nem para os beneficiários nem para a municipalidade (Figura 3).

Figura 3 - Invasor de terra pública no PA Itabocal. Comunidade Nova Jerusalém, PA.



Fonte: O autor da pesquisa (2015).



A Resolução INCRA/SR-01/Nº 04, de 10 de junho de 2002, definiu:

Art. 2.º As Divisões e a Procuradoria Regional desta Superintendência, deverão adotar providências, objetivando a conclusão do processo titulatório, ações complementares e a destinação dos bens móveis e imóveis remanescentes num prazo de uma ano, contados a partir da publicação da presente Resolução, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa acatada pelo Comitê de Decisão Regional. Art. 3.º Determinar que os setores técnicos desta Regional adotem as seguintes medidas subseqüentes: I – Providenciar relação das famílias do Projeto consolidado e demais atos a serem encaminhados formalmente pela Superintendência Regional, ao Conselho Estadual ou Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, visando à inserção das referidas famílias no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e integração com os programas de desenvolvimento local, regional e estadual (INCRA, 2002, p. 73).

O prazo de um ano não foi prorrogado, bem como a destinação dos bens imóveis remanescentes não foi cumprido, a exemplo de comunidades, escolas e postos de saúde, cujos terrenos não foram transferidos formalmente ao acervo fundiário dos municípios de Mãe do Rio, Irituia e Capitão Poço. Ainda em referência à Resolução em evidência, esta careceu de pontos essenciais, tais como: inserção das famílias no PRONAF, ou seja, não migraram da condição de beneficiários do Programa de Reforma Agrária, para a agricultura familiar, mantendo-os no sistema do INCRA na condição de assentados.

Do resultado da investigação foi possível constatar que o Projeto de Assentamento Itabocal, após 13 anos de consolidado, apresenta problemas de ordem socioeconômica, jurídica, técnica e ambiental, que impedem a inclusão socioproductiva das famílias moradoras do projeto, no sentido de que a renda do lote, baseada na agricultura e na pecuária, necessita de complementação por intermédio do Governo Federal, a exemplo do Programa Bolsa Família, num percentual mensal de 26%.

## 5 CONCLUSÕES E SUGESTÃO PARA POLÍTICAS

A composição da renda dos moradores do PA Itabocal depende de complementação do Programa Bolsa Família, e a renda da maioria dos moradores do assentamento situa-se em até dois salários mínimos.

O processo de consolidação de maneira inacabada levou à reconcentração de lotes familiares dentro do assentamento Itabocal, viabilizando a fazendeirização.

A titulação dos lotes individuais não atingiu a metade dos beneficiários, e os títulos de domínio expedidos não foram quitados, não havendo averbação em cartório de registro de imóveis com transferência do público para o privado.

As áreas comunais não foram transferidas para a légua patrimonial dos municípios.

Houve viabilização de estradas vicinais, de acesso e internas, demarcação topográfica, crédito instalação, moradia, eletrificação rural e abastecimento d'água aos moradores do assentamento Itabocal.

Inobservância da legislação ambiental, na concepção, implantação e consolidação do PA Itabocal.

Sugere-se a recriação de uma política pública de consolidação de projetos de Reforma Agrária, com prioridade para as ações que ficaram inconclusas, principalmente titulação individual e transferência do acervo fundiário da União para os municípios, além de recuperação ambiental dos lotes e retirada de não beneficiários do programa, concernente ao PA Itabocal.

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf**. Brasília, DF, jul. 2015. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/bc\\_a\\_tende/port/PRONAF.asp#1](http://www.bcb.gov.br/pre/bc_a_tende/port/PRONAF.asp#1)>. Acesso em: 23 out. 2016.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Seção 1, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 13 maio 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei n.º 1.110, de 9 de julho de 1970. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 10 jul. 1970. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De1110.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De1110.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 59.428, de 27 de outubro de 1966. Regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III, e os arts. 81 - 82 - 83 - 91 - 109 - 111 - 114 - 115 e 126 da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, o art. 22 do Decreto-lei n.º 22.239, de 19 de dezembro de 1932, e os arts. 9 - 10 - 11 - 12 - 22 e 23 da Lei n.º 4.947, de 6 de abril de 1966. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 1 nov. 1966a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d59428.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d59428.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 59.456, de 4 de novembro de 1966. Aprova os planos Nacional e Regionais de Reforma Agrária e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 8 nov. 1966b. Seção 1. p. 12864.

GARCIA FILHO, Danilo Prado. **Análise diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico**. Brasília, DF: INCRA/FAO, 1995. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/analise-balanco-e-diagnosticos/guia\\_metodologico.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/analise-balanco-e-diagnosticos/guia_metodologico.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**,

Brasília, DF, 30 nov, 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm)>. Acesso em 14 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. **Acórdão n.º 753/2008**. Brasília, DF, 2008a. Disponível em: <<http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc%5CRELAC%5C20080516%5CUA-Relacao-18.doc>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. 1.ª Câmara. **Acórdão TCU 2633/2008**. Representação. Contratação direta sem a devida fundamentação. Embargos de declaração. Ausência de obscuridade, Omissão ou contradição. Rejeição. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, n. 103, 2 jun. 2008b. Seção 1. p. 112.

CONAMA. Resolução n.º 387, de 27 de dezembro de 2006. Estabelece procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, n. 249, 29 dez. 2006. Seção 1. p. 665-668. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=525>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 47. ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

HEREDIA, Beatriz et al. (Coord.). **Os impactos dos assentamentos da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas: um resumo executivo**. Rio de Janeiro, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Transformando a segunda natureza degradada para uma terceira natureza mais sustentável. In: DINIZ,

Marcelo Bentes (Org.). **Desafios e potencialidades para a Amazônia do Século XXI**. Belém: Paka-Tatu, 2011. p. 41-70.

IBGE. Mãe do Rio. **Cidades@**, Rio de Janeiro, [2016]. Disponível em: <[http://www.cidades .ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=150405&search=|mae-do-rio](http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=150405&search=|mae-do-rio)>. Acesso em: 23 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: 2011. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/>>. Acesso em: 5 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Síntese de Indicadores 2008**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/>>. Acesso em: 5 set. 2016.

IN CRA. Comitê de Decisão Regional. Resolução/CDR/SR/01/PA/nº 4, de 10 junho de 2002. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, n. 138, 19 jul. 2002. Seção 1. p. 73-74.

\_\_\_\_\_. **Estrutura organizacional**. Brasília, DF, 2000.

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa n.º 15, de 30 de março de 2004. Dispõe sobre o processo de implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento de reforma agrária. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, n. 93, 17 maio 2004. Seção 1. p. 92.

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa n.º 38, de 13 de março de 2007. Dispõe sobre normas do INCRA para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, n. 50, 14 mar. 2007. Seção 1. p. 57. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao-/atos-internos/instrucoes/in38\\_130307.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao-/atos-internos/instrucoes/in38_130307.pdf)>. Acesso em: 2 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Norma de Execução INCRA/n.º 9, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre o processo de consolidação de projetos de assentamento em áreas de Reforma Agrária. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 11 abr. 2001.

\_\_\_\_\_. Superintendência Regional no Pará. Portaria n.º 4, de 10 de janeiro de 1995. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, n. 9, 12 jan. 1995. Seção 1. p. 641. Disponível em: <[http:// pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=12/01/1995&jornal=1&pagina=17&totalArquivos=40](http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=12/01/1995&jornal=1&pagina=17&totalArquivos=40)>. Acesso em: 5 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Titulação**. Brasília, DF, [2016]. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/titulacao>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

JUNGE, Daniel. **Eles mataram Irmã Dorothy**. Direção: Daniel Junge. Produção de Henry Ansbacher e Nigel Noble. EUA: Annie Eastman, 2008. Documentário (94 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vj5sQI0mz9s>>. Acesso em: 26 maio 2016.

MDS. **Programa Bolsa Família: perguntas frequentes**. Brasília, DF, [2016]. Disponível em: <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/beneficiario/beneficio-de-superacao-da-extrema-pobreza>>. Acesso em: 12 maio 2016.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **A questão agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de lutas de classe e intraclasse**. 2013. 168 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1725.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

OLIVEIRA, Kenny Delmonte; ALMEIDA, Keylla Lopes de; BARBOSA, Thiago Leite. **Amostragens probabilística e não probabilística: técnicas e aplicações na determinação de amostras**. 2012. 28 f. Monografia (Especialização em Ciências Florestais) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Espírito Santo, Jerônimo Monteiro, 2012.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil contemporâneo**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009.

SANTOS, Myrna Gouveira dos. **Legislação ambiental e política agrária: reserva legal e áreas de preservação permanente no projeto de assentamento Itabocal-PA**. Belém: Paka-Tatu, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Elielson Pereira da. **Agroestratégias e monocultivos de dendê: a transferência silenciosa das terras da reforma agrária para o grande capital na Amazônia paraense**. 2015. 242 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Disponível em: <[http://www.pppedam.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2015\\_Dissertacao\\_ElielEli.Pereira.da.Silva.pdf](http://www.pppedam.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2015_Dissertacao_ElielEli.Pereira.da.Silva.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2016.

SPAVOREK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras, 2003. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/AQualidadedossAssentamAQualidadedossAssentamentosdaRef%20.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. Indicadores. **Desafios do desenvolvimento**, Brasília, DF, v. 1, n. 4, p. 80-81, nov. 2004. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/PDFs/desafios004\\_completa.pdf](http://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/PDFs/desafios004_completa.pdf)>. Acesso em: 24 ago. 2016.





## GARIMPOS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA: UMA DÉCADA DE EXPERIÊNCIA NA REGIÃO DE ITAITUBA, PARÁ, BRASIL

---

*Pedro Chaves Baía Júnior<sup>1</sup>*

*Armin Mathis<sup>2</sup>*

**Resumo:** A criação de sete unidades de conservação na região de Itaituba, Pará, pelo governo federal no ano de 2006, adicionou novas regras para o ordenamento territorial da região. Após dez anos da criação destes espaços protegidos, verifica-se que os garimpos de ouro existentes na região não pararam de funcionar, pois a produção desse minério aumentou cerca de 200% no mesmo período. Apesar disso, observa-se que, com a criação das unidades de conservação, aumentaram as dificuldades para os garimpeiros regularizarem suas atividades, fazendo com que grande parte do ouro produzido em Itaituba tenha origem ilegal. Contribuíram para isso fatores como a dificuldade de obtenção de autorização para extração mineral nos órgãos competentes, o uso de substâncias tóxicas (mercúrio e o cianeto) sem a devida autorização e/ou controle ambiental e a realização de extração mineral em zonas proibidas das unidades de conservação.

**Palavras-chave:** Ouro. Biodiversidade. Áreas protegidas. Tapajós.

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciência do Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará (2014). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Abaetetuba, Pará, Brasil. E-mail: pedrobaiajr@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Políticas pela Freie Universität Berlin (1995). Professor adjunto do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil. E-mail: armin.mathis@gmail.com.

## SMAL-SCALE MINING AND PROTECTED AREAS IN THE AMAZON: A DECADE OF EXPERIENCE IN ITAITUBA REGION, PARÁ, BRAZIL.

**Abstract:** The creation of seven protected areas in Itaituba region, Pará, by the federal government in 2006, added new rules for the land use planning in the region. Ten years after the creation of these protected areas it appears that the existing small-scale gold mining did not stop working in the region since the production of this gold increased by 200% in the same period. Nevertheless, it is observed that the protected areas created difficulties for the miners to regularize their activities and, therefore, a large amount of the gold produced in Itaituba have an illegal origin. This is mainly due to the difficulties of obtaining permission for mineral extraction by the competent bodies, the use of toxic substances (mercury and cyanide) without a proper authorization and/or environmental control and the realization of mineral extraction in prohibited zones of the conservation units.

**Keyword:** Gold. Biodiversity. Protected areas. Tapajós.

### INTRODUÇÃO

As unidades de conservação (UCs) são apontadas como a principal estratégia mundial para promover a conservação e a preservação *in situ* da biodiversidade (PERES, 2005; BENSUSAN, 2006; DOUROJEANNI; PÁDUA, 2007; DUBLEY, 2008). Nos últimos anos, estes espaços protegidos cresceram em número e extensão em todo o mundo, especialmente a partir dos anos 50, ocupando hoje uma área de 24,5 milhões de km<sup>2</sup>, o que representa 12% da superfície da Terra (IUCN; UNEP-WCMC, 2012).

Segundo Durán et al. (2013), em todo o mundo as UCs se expandiram principalmente sobre áreas consideradas de baixa potencialidade para

usos concorrentes com a conservação da biodiversidade, tais como regiões que apresentam altitudes elevadas, encostas íngremes, baixa produtividade primária e/ou baixo valor econômico, mas que são, em geral, ricas em depósitos minerários potencialmente exploráveis. Com isso, em um grande número de UCs, em vários países do mundo, a atividade mineral vem sendo realizada em seu interior ou entorno, tanto a mineração em grande escala (LSM, do inglês *large-scale mining*) como a mineração em pequena escala (SSM, do inglês *small-scale mining*), conforme evidenciado por autores como Durán et al. (2013) e Villegas et al. (2012). Contudo, muito embora a LSM seja permitida e, em geral, incentivada nas áreas de muitas destas UCs, a SSM tem se intensificado de forma ilegal, uma vez que não é permitida nas UCs da maioria dos países.

No Brasil, onde as UCs são adotadas como a principal estratégia da Política Nacional de Conservação da Biodiversidade (BRASIL, 2002a) e constituem uma política pública com normas e regulamentos específicos dentro do ordenamento jurídico e administrativo do Estado (BRASIL, 2000; BRASIL, 2002b), verificou-se uma forte ação do Estado na criação de UCs nos últimos anos. Tal fato pode ser constatado no aumento em número e extensão de UCs em todo o território nacional, principalmente na região amazônica, onde existem 307 UCs distribuídas em uma área de 1.174.258 km<sup>2</sup>, o que representa 23,5% do território amazônico (VERÍSSIMO et al., 2011).

Entretanto, muitas das UCs na Amazônia foram estabelecidas em áreas com depósitos minerários potencialmente exploráveis ou em exploração. Por exemplo, Rolla e Augusto (2011) identificaram, em julho de 2010, a existência no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) de 6.788 processos de mineração empresarial incidentes em 140 das 307 UCs da Amazônia Legal, incluindo autorizações concedidas (antes da criação das UCs) e processos de “interesses minerários” (protocolados antes e após a criação das UCs).

O estado do Pará, na Amazônia, apresenta grande relevância para estudos sobre a sobreposição destas duas estratégias de uso do território. Primeiro porque o Pará é o estado brasileiro com a maior extensão territorial ocupada por UCs, com 403.155 km<sup>2</sup> de área, distribuídos entre 88 UCs pertencentes a 10 diferentes tipos de categorias de manejo e gestão, tanto nos âmbitos federal, estadual e municipal, como de particulares (VERÍSSIMO et al., 2011). Segundo, o Pará é o segundo maior estado produtor de minérios do Brasil, sendo os bens minerais o principal objeto de exportação do estado, respondendo por 81,5% dos US\$ 10,3 bilhões obtidos pelo estado com exportações em 2015 (MDIC). E terceiro, várias das UCs existentes no Pará estão localizadas em áreas de interesse mineral (ROLLA; AUGUSTO, 2011; BAIA JÚNIOR; MATHIS, 2013).

Entre as principais regiões produtoras de minérios do estado, a região de Itaituba<sup>3</sup>, merece destaque, pois abrange a chamada Província Aurífera do Tapajós, onde, depois de quase meio século de garimpagem de ouro, o governo federal criou em 2006, a partir do “Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 Cuiabá-Santarém” – Plano BR-163 Sustentável, um conjunto de sete UCs que se sobrepôs à maioria dos garimpos da região.

Com isso, essas UCs passaram a oferecer diferentes restrições ao exercício da atividade garimpeira, resultando em conflitos diversos entre os atores vinculados direta e indiretamente com o setor mineral na região e as UCs.

Desse modo, o presente trabalho tem por objetivo apresentar alguns dados e reflexões sobre os dez anos de sobreposição entre as políticas e práticas de garimpagem de ouro e unidades de conservação realizadas na região de Itaituba, Pará, a fim de compreender os impactos da política brasileira de conservação da natureza sobre as práticas da

---

<sup>3</sup> Esta região é constituída pelos municípios de Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão.

pequena mineração desenvolvida no contexto amazônico. Os dados apresentados integram a tese de doutorado do primeiro autor (ver BAIA JÚNIOR, 2014) e foram obtidos com base em pesquisa bibliográfica e documental; entrevistas semiestruturadas com atores sociais envolvidos com a questão; e, coleta de dados em sítios eletrônicos dos órgãos públicos relacionados.

### **CRIAÇÃO DE UCs EM ÁREAS DE GARIMPO DE OURO NA REGIÃO DO TAPAJÓS**

Em fevereiro de 2006, a partir da criação de sete UCs e da ampliação de uma previamente existente, o governo federal brasileiro tornou protegida uma área de pouco mais de 6 milhões de hectares de terra na região de Itaituba (Quadro 1). Estas novas áreas, somadas a outras UCs já existentes na região, formam um bloco de cerca de 9,5 milhões de hectares de UCs (Figura 01). Contudo, parte destas UCs se sobrepõem à Reserva Garimpeira do Tapajós, criada pelo próprio governo federal em julho de 1983, onde existem diversos pedidos ou autorizações de atividade mineral de ouro registrados no DNPM, o que gerou inúmeros conflitos uma vez que o regime jurídico brasileiro que dispõe sobre as UCs limita, ou mesmo impede, a realização da atividade mineral na maioria de suas categorias (ver BAIA JÚNIOR; MATHIS, 2013).

Apesar dessa sobreposição, a atividade de garimpagem de ouro não ficou totalmente proibida nas UCs da região (Quadro 2; Figura 2), ficando permitida em áreas de algumas UCs de uso sustentável, como é o caso da APA do Tapajós (em áreas que ainda devem ser ordenadas no plano de manejo destas UCs), em uma área de 19,3% da FLONA do Crepori, em 20,82% da FLONA do Jamanxim e em 69% da FLONA do Amana (ICMBIO, 2010a, 2010b, 2010c).

Quadro 1 – UCs criadas ou ampliadas a partir do Plano BR-163 Sustentável.

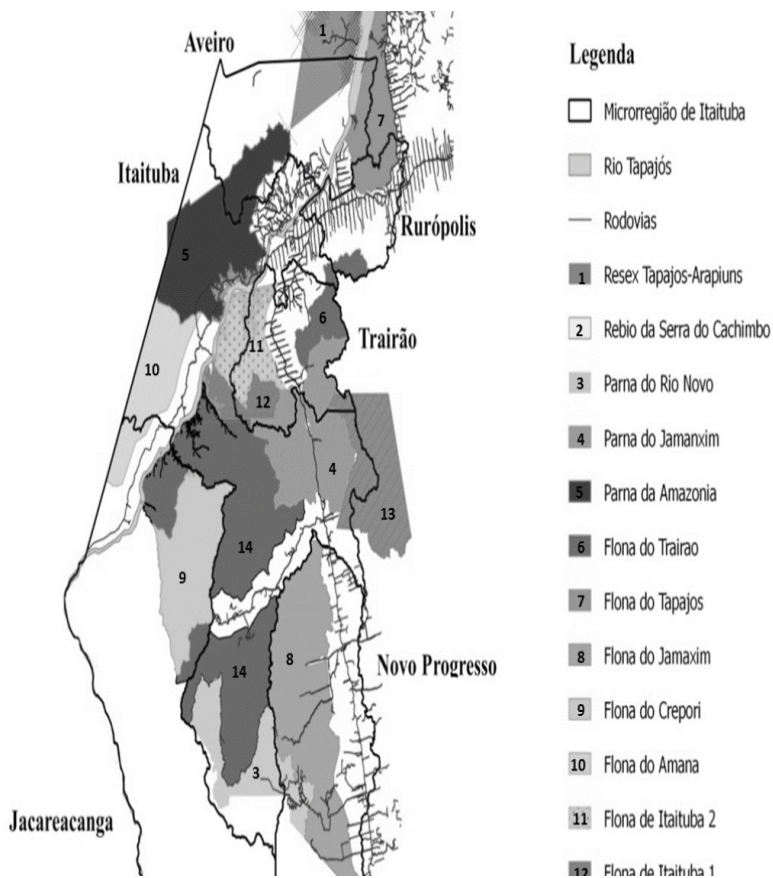
	<b>Categoria de manejo e denominação</b>	<b>Ano de Criação</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Municípios de abrangência</b>
01	Parque Nacional (PARNA) da Amazônia	1974	1.161.379	Itaituba e Aveiro (PA) e Maués (AM)
02	PARNA do Jamanxim	2006	852.616	Itaituba e Trairão
03	PARNA do Rio Novo	2006	537.757	Itaituba e Novo Progresso
04	FLONA do Amana	2006	540.417	Itaituba e Jacareacanga
05	FLONA do Crepori	2006	740.661	Jacareacanga
06	FLONA do Jamanxim	2006	1.301.120	Novo Progresso
07	FLONA do Trairão	2006	257.482	Rurópolis, Trairão e Itaituba
08	APA do Tapajós	2006	2.069.489	Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso e Trairão

Fonte: elaboração própria a partir dos dados obtidos em SEMA (2011). Nota: A área nova incorporada em 2006 ao PARNA do Amazônia foi de 167.376 ha.

Quadro 2 – Caracterização das UCs da região de Itaituba quanto ao uso dos recursos minerais existentes em seu subsolo.

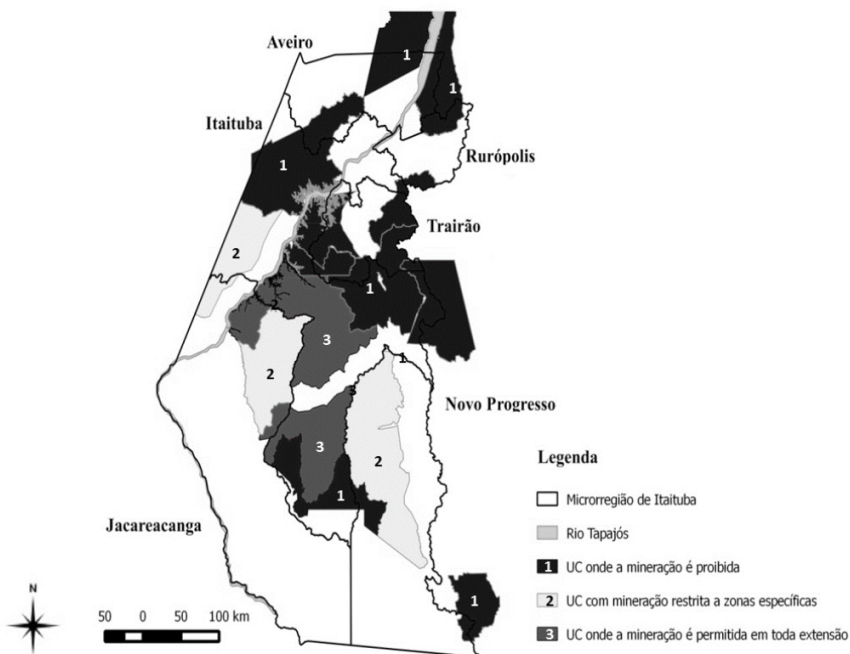
Nº	Categoria de manejo e denominação	Caracterização quanto ao uso dos recursos minerais existentes em seu subsolo	
		Permitido	Não permitido
01	PARNA da Amazônia		X
02	PARNA do Jamanxim		X
03	PARNA do Rio Novo		X
04	Reserva Biológica (REBIO) Nascentes da Serra do Cachimbo		X
05	APA do Tapajós	X	
06	FLONA de Altamira		X
07	FLONA do Amana	X	
08	FLONA do Crepori	X	
09	FLONA de Itaituba I		X
10	FLONA de Itaituba II		X
11	FLONA do Jamanxim	X	
12	FLONA do Tapajós		X
13	FLONA do Trairão		X
14	Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiuns		X

Figura 1 – UCs na região de Itaituba.



Fonte: elaboração própria com base em ICMBIO (2013).

Figura 2 – Mapa de caracterização das UCs da região de Itaituba quanto ao tipo de uso dos recursos minerais existentes em seu subsolo.



Fonte: elaboração própria com base em dados coletados na pesquisa.

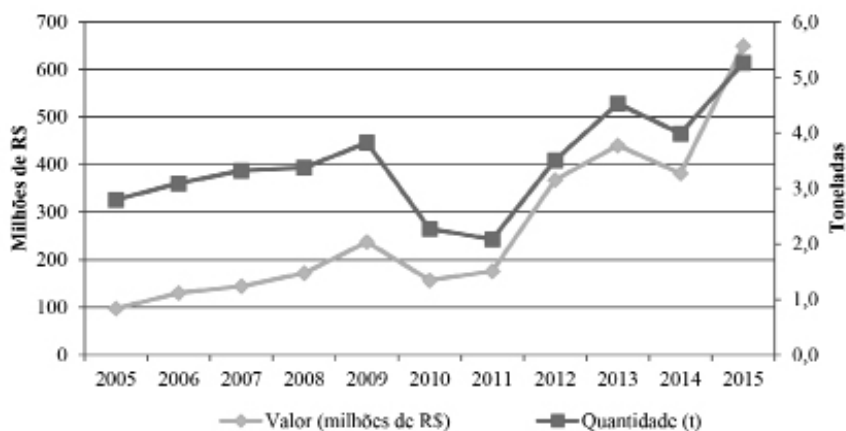
## PANORAMA DA GARIMPAGEM DE OURO NA REGIÃO DE ITAITUBA

Apesar das restrições legais, a atividade garimpeira tem persistido na região de Itaituba, onde se estima que existam atualmente cerca de 3 mil garimpos em operação (GONZAGA, 2012). No entanto, a maioria destes opera de forma irregular, tanto pela ausência de autorização dos órgãos competentes, como pela utilização de materiais tóxicos (mercúrio e cianeto) sem a devida autorização, e por operarem em áreas de unidades de conservação federais e terras indígenas, onde a atividade mineral é na grande maioria das vezes proibida.



Na realidade, a garimpagem de ouro na região de Itaituba vem experimentando uma produção crescente. Por exemplo, no período de 2005 a 2015 a produção oficial dos garimpos de ouro da região, calculados com base nos dados do Imposto sobre Operações Financeiras do Ouro (IOF-Ouro), foi de 38 toneladas de ouro, o que gerou uma movimentação financeira da ordem de R\$2.953.297.576 (Figura 03). Deste total de ouro, cerca de 90% foi procedente do município de Itaituba, o restante foi de Novo Progresso (6%) e Jacareacanga (4%). Nos anos de 2011 a 2015, a produção oficial de ouro cresceu mais de 250%, passando de 2,1 toneladas para 5,3 toneladas. Esta quantidade é bastante subestimada, se considerarmos que a maior parte dos garimpos da região opera na informalidade e sem declaração de sua produção.

Figura 3 – Valor (em milhões de R\$) e quantidade (em toneladas) de ouro produzido na região de Itaituba no período de 2005 a 2015.



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Ministério da Fazenda (Disponível em <<https://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/3b5a779d-78f5-4602-a6b7-23ece6d60f27/resource/4248cd95-6d79-4520-9e17-48322eab6259/download/IOF-por-Municipio---1998-a-2016.csv>> Acesso em: 1 jun. 2016).

Segundo garimpeiros e servidores públicos dos órgãos ambientais e minerários entrevistados, existe na região de Itaituba uma prática de “esquentamento” do ouro que é extraído ilegalmente. Nesta, o ouro extraído nos garimpos não regularizados é vendido aos garimpos que possuem Permissões de Lavra Garimpeira (PLG) ativa, os quais incorporam esse ouro à sua produção, declarando que este tem origem em suas áreas de extração. Segundo informações obtidas com os garimpeiros da região de Itaituba, tal prática está levando grande parte do ouro extraído para o estado do Mato Grosso, onde este recebe “origem” e torna-se “legal”.

Essa prática de “esquentamento” acontece porque sem a emissão das Licenças Ambientais e, conseqüentemente das PLG, o ouro não pode ser comercializado, uma vez que a Lei 11.685/2008, em seu art. 9.º, prevê que a venda do ouro para o consumidor final só pode ser realizada mediante comprovação da titularidade da área de origem do minério extraído. Assim, sem possibilidades de comercialização do ouro extraído, os garimpeiros ilegais vendem a sua produção para garimpeiros que possuam PLG ativa.

Outro fato importante para a continuidade da atividade na região diz respeito ao aumento verificado no preço do ouro. Nos últimos anos, o valor do grama do ouro ficou acima dos USD 50 no mercado internacional e de R\$ 150,00 no Brasil (Figura 04), o que motivou uma nova corrida pelo ouro na região de Itaituba, provocando inclusive a expansão desta atividade em áreas de conservação onde ela é proibida. Da mesma forma, na região de Madre de Dios, na Amazônia Peruana, Asner et al. (2013) verificaram um aumento na extensão geográfica da mineração de ouro de aproximadamente 400% no período de 1999 a 2012, onde a taxa média anual de perda de floresta, decorrente da mineração de ouro, triplicou em 2008 após a recessão econômica global, fato este que está intimamente associado com o aumento dos preços do ouro no mercado internacional.

Desse modo, o aumento no preço do ouro está funcionando como o suporte que garante a continuidade e a viabilidade da garimpagem ante a adversidade de fatores externos (MATHIS, 2012) promovidos pelas políticas mineral e ambiental estabelecidas na região. Mesmo sem autorização, os

garimpeiros mantêm suas frentes de exploração na região, pois sabem que, além do lucro que podem obter facilmente com os preços elevados do minério, a chance de serem apanhados pelos órgãos de fiscalização são mínimas e, caso isso ocorra, o ônus será facilmente compensado pelo lucro auferido com a atividade. Tal afirmativa fica bem evidente na fala de um servidor do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) ao ser questionado sobre a existência de garimpos em uma UCs de proteção integral da região de Itaituba:

Tem garimpo manual e com estrutura. O cara deve tá usando um maquinário velho, já se prevenindo, porque quando chegar vamos tomar tudo dele. Mas aí vale a pena. Eu vou tirar 2,3,4,10 quilos de ouro, quando vier aqui [ICMBIO e IBAMA] pode levar, me dá uma multa. [...] E nesse meio, como eu tô numa área proibida, eu vou colocar máquina trabalhando dia e noite, e tudo que eu tirar ali é lucro (Funcionário do ICMBIO, 2013. Informação coletada em entrevista realizada em julho de 2013, no âmbito da tese de doutorado do primeiro autor).

Figura 4 – Preço do ouro em gramas (g) no período de 1995 até 2016.



Fonte: <http://www.infomine.com/ChartsAndData/ChartBuilder.aspx?z=f&gf=110575.USD.oz&dr=1d&cd=1>

Essa é também a realidade de outras áreas de exploração mineral, onde as repressões dos órgãos de gestão ambiental e mineral não impedem o avanço da frente de exploração mineral ante a alta do preço do ouro. Na Guiana Francesa, por exemplo, a UNDP (2011) destaca que para um garimpeiro que extrai mensalmente cerca de 1,5 quilos, a perda de maquinários, que valem USD 10.000 (cerca de 200 gramas de ouro) e de suprimentos que valem mais de 50 gramas, é apenas integrado ao orçamento da operação. Como estratégia, muitos garimpeiros ilegais compram dois conjuntos completos de maquinários, um dos quais fica escondido na floresta e, assim que os militares saem, o novo é colocado em atividade. Ademais, a possibilidade de o garimpeiro ser descoberto no exercício dessa atividade ilegal faz com que a exploração do recurso natural ocorra de maneira ainda mais acelerada, sem nenhum planejamento e/ou preocupação com o lugar, cuja ocupação não deve ser permanente ante a possibilidade de intervenção externa. Isso faz aumentar ainda mais os impactos, especialmente os de ordem ambiental, ligados a esta atividade.

Outro fator contribuidor para o aumento da informalidade e ilegalidade dos garimpos na região, é a existência de várias barreiras administrativas que dificultam a obtenção das licenças necessárias para o exercício legal da atividade, entre as quais destacam-se: à baixa presença dos órgãos estatais competentes na região, especialmente aqueles responsáveis pelo licenciamento ambiental; as distâncias geográficas entre os garimpos e os órgãos ambientais; os altos custos dos processos de licenciamento, incluindo os gastos com pagamento de profissionais habilitados localmente para realizar os estudos e emitir os pareceres exigidos; à demora na emissão das licenças; e as indefinições sobre a garimpagem no interior das FLONAs. Estas observações corroboram com as teses de diferentes autores (ver BANCHIRIGAH; HILSON, 2010; UNDP, 2011; VILLEGAS et al., 2012) de que a complexidade envolvida no processo de licenciamento da garimpagem é hoje o principal obstáculo

para a sua formalização. Com isso, acredita-se que deve ocorrer um aumento do deslocamento de pessoas para as cidades e o aumento dos índices de pobreza, tal como verificado por Amankwash e Amim-Sackey (2003) e Shen e Gunson (2006), bem como impulsionar a garimpagem para o interior de áreas onde ela não é permitida, a exemplo das UCs, tal como destacado por Banchirigah (2006), Maconachie e Hilson (2011) e UNDP (2011).

O baixo nível de implementação das UCs é outro importante fator a ser considerado na análise das políticas de extração mineral e conservação na região de Itaituba, uma vez que o Estado brasileiro impede legalmente a continuidade da principal atividade produtiva da região sem proporcionar alternativas de subsistência à população local. Isso é bem retratado por um funcionário do ICMBIO que trabalha na gestão destas UCs:

[...] a proposta de criação desse mosaico da BR-163 ele foi interessante, no entanto, as etapas de implementação não ocorreram como planejado, no tempo adequado e isso está acarretando hoje em problema inclusive de credibilidade em relação ao plano. E, por si só, a gente do Instituto Chico Mendes e unidade de conservação é visto de forma negativa pela população. E essa interpretação é coerente, porque, de forma prática, o que foi que aconteceu? Foi criado um conjunto de áreas protegidas com propostas de Desenvolvimento Sustentável e que até o momento nós estamos só na fase de “olha não pode nada”. Então nós não estamos ainda conseguindo ter esse desenvolvimento de atividades legalizadas nas unidades e isso é que está inviabilizando os objetivos serem alcançados do projeto (Funcionário do ICMBIO, 2013. Informação coletada em entrevista realizada em julho de 2013, no âmbito da tese de doutorado do primeiro autor).

Em geral, grande parte das UCs ao redor do mundo podem ser consideradas como “parques de papel”, uma vez que não estão realmente implantadas e têm apenas uma existência virtual, como linhas desenhadas em mapas oficiais (TERBORGH; SCHAİK, 2002). Segundo Brockelman e

Griffiths (2002), a deficiência na fiscalização é um dos grandes problemas no cumprimento dos objetivos das unidades de conservação. Na Amazônia, um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), divulgado no final de 2013, identificou que uma pequena parcela das UCs da região está totalmente implantada. De 247 UCs (140 estaduais e 107 federais) apenas 10 unidades ou 4% do total foram consideradas com tendo alto grau de implementação e gestão, 139 ou 56% teriam um índice médio, e 98 ou 39% teriam um índice baixo (BRASIL, 2013). Para o TCU, o baixo nível de implementação das UCs está relacionado ao fato de que:

[...] há um baixo aproveitamento do potencial econômico, social e ambiental dessas áreas. Isso decorre principalmente de fragilidades na gestão que dificultam: o uso público; as concessões florestais; o fomento às atividades extrativistas; e as atividades de pesquisas e monitoramento. Além disso, a insuficiência dos recursos humanos e financeiros compromete a realização de atividades essenciais como fiscalização, proteção, pesquisa etc. Ainda em relação à avaliação dos insumos, foram constatadas a inexistência e a inadequação dos Planos de Manejo, principal instrumento de planejamento e gestão que regula o acesso e o uso dos recursos naturais naquela área. Somado a isso, o passivo identificado de regularização fundiária impacta diretamente na gestão das UCs, haja vista a indefinição quanto à posse e à propriedade dessas terras. Por fim, no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) foram identificados problemas de articulação entre os atores envolvidos na gestão de UCs, decorrentes de uma insuficiente coordenação, da baixa cooperação e da frágil comunicação (BRASIL, 2013, p. 2).

Para se ter ideia, o relatório mostra, por exemplo, que 25% das UCs avaliadas não possuem sequer um único funcionário, sendo que apenas três, ou 1,2% do total, possuem uma quantidade adequada de servidores para a execução das funções. Além disso, apenas 25% das unidades estão sinalizadas ou demarcadas, permitindo assim que os moradores da região reconheçam os seus limites.

No caso de Itaituba, onde a questão da garimpagem de ouro deveria ser priorizada no ordenamento ambiental das UCs, a região da APA do Tapajós, que reúne a maior parte dos garimpos, não foi priorizada com a elaboração do Plano de Manejo, que é o instrumento de ordenamento territorial e ambiental desta UCs e, em julho de 2013, não contava com nenhum servidor lotado especificamente para atuar em sua gestão.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que a pequena mineração encontra barreiras para se efetivar nas UCs da região de Itaituba, sendo forçada a largar a atividade ou permanecer na ilegalidade por conta do rigor das leis e pela inoperância do Estado, o governo federal criou UCs para proteger os recursos minerais a serem explorados por grandes empresas de mineração no âmbito do Polo Carajás (a FLONA de Carajás, em 1988; a FLONA do Tapirapé-Aquiri, em 1989; e a REBIO do Tapirapé, em 1989) e do Polo Trombetas (a REBIO do Rio Trombetas, em 1979 e a FLONA Saracá-Taquera, em 1989). Como consequência disso, hoje, por exemplo, a Mineração Rio do Norte (MRN) e a Vale S.A mantêm suas atividades de exploração mineral, respectivamente, na FLONA Saracá-Taquera e na FLONA de Carajás.

O novo Código de Mineração (Projetos de Lei 37/11 e 5.807/13, do Executivo) que tramita no Congresso Nacional tende a acirrar ainda mais este processo, uma vez que o “garimpeiro pessoa física” não consta na proposta, o qual prevê a concessão ou a autorização de direitos minerários somente à empresas ou às cooperativas.

A proposta prevê mineradoras e cooperativas. Mas não está lá o nome do garimpeiro como indivíduo. Tem que estar! Isso garante que ele vai poder continuar na atividade, mesmo sem estar vinculado a uma organização. Milhares de garimpeiros aqui da região estão nessa situação, e é com o garimpo que sustentam suas famílias (Geomário de Sena, Cooperativa de Garimpeiros da Amazônia, Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ECONOMIA/455661-GARIMPEIROS-DO-PARA-QUEREM-SER-INCLUIDOS-NO-NOVO-CODIGO-DE-MINERACAO.html>> Acesso em 01, jun, 2016.).

Por outro lado, os funcionários ligados aos órgãos da gestão mineral e ambiental da região de Itaituba defendem a ideia de que a reduzida quantidade de PLG e de licenças ambientais liberadas não reflete a falta de vontade do Estado em contribuir com a legalização dos garimpos, mas sim o interesse dos próprios garimpeiros em permanecerem na ilegalidade. Para eles, o Estado é falho quando não cumpre seu papel de fiscalizar as práticas ilegais dos garimpos:

[...] garimpeiro por si só nunca trabalhou legalizado. Não seria agora que iria trabalhar, porque já é da cultura deles não se legalizar e da ausência de fiscalização que gera a ilegalidade (Funcionário do DNPM, 2013. Informação coletada em entrevista realizada em julho de 2013, no âmbito da tese de doutorado do primeiro autor).

A gente ver muito garimpeiro revoltado, que não tem condição de trabalhar, mas nenhum faz serviço bem feito. Eu rodo os garimpos e nunca vi um garimpeiro falando “fechei o buraco”, “recuperei”, “joguei açai”, “tá crescendo” [...] O pessoal reclama muito, mas ninguém faz nada (Funcionário do ICMBIO, 2013. Informação coletada em entrevista realizada em julho de 2013, no âmbito da tese de doutorado do primeiro autor).

Ademais, alega-se que a oportunidade que os garimpeiros buscam não é a de se adequarem ao que está regulamentado pela legislação, mas de legalizar suas práticas extrativas que, em geral, são insustentáveis:

O que é que tu acha que é oportunidade para o garimpeiro se legalizar? Oportunidade para o garimpeiro é desde que ele não tenha que fazer recuperação ambiental e possa lavar da forma que ele bem entende. [...] E o garimpeiro diz que se regulariza! Regulariza, mas desde que ninguém cobre nada disso: que ele não tem carteira assinada para o garimpeiro; que ele não tenha ambiente pro cara dormir, nem comer, nem ir ao banheiro; que ele não tenha que fazer a replantagem de toda a floresta; o leito do rio que ele desviou ele não tenha que colocar no lugar novamente. (Funcionário do DNPM, 2013. Informação coletada em entrevista realizada em julho de 2013, no âmbito da tese de doutorado do primeiro autor).



Para eles, isso é um reflexo do fato de os garimpos da região não possuem viabilidade econômica para garantir o atendimento dos aspectos ambientais e sociais, o que está diretamente relacionado ao baixo aproveitamento do ouro em função de técnicas rudimentares de extração:

Garimpos, me desculpe, são baixos teores, o método de trabalho rudimentar. A recuperação do ouro é muito baixa. Então, nada disso paga a extração desse minério. A recuperação ambiental e as condições sociais de trabalho (Funcionário do DNPM, 2013. Informação coletada em entrevista realizada em julho de 2013, no âmbito da tese de doutorado do primeiro autor).

Hoje mesmo nós pegamos uma PC lá no Novo Progresso. É R\$ 250,00 a hora, o cidadão dando toda a logística, alguma peça quebrada, tudo só para trabalhar. Então tu vai gastar 50 horas para abrir de depois tu vai gastar 30 horas pra fechar? Trinta horas quanto é que custa? O cara leva para frente (Funcionário do ICMBIO, 2013. Informação coletada em entrevista realizada em julho de 2013, no âmbito da tese de doutorado do primeiro autor).

Muito embora estes possam ser considerados discursos isolados, apesar de terem sido proferidos por pessoas que exerciam cargos de chefia nas unidades do DNPM e do ICMBIO em Itaituba, eles reforçam o que foi apontado por Villegas et al. (2012) em relação à marginalização da política de garimpagem estar vinculada à própria visão do poder público de que é difícil mudar o caráter informal ou ilegal da SSM, o que neste caso está relacionado à ideia de que o garimpeiro não quer se legalizar, até mesmo porque seria mais oneroso para ele, já que a legalização lhe exigiria maiores gastos financeiros. Com isso, é como se o Estado e os seus representantes dissessem que não precisam se empenhar no ordenamento da atividade garimpeira na região de Itaituba, sendo mais adequado manter o garimpeiro na informalidade.

## TENTATIVAS RECENTES DE FORMALIZAÇÃO DOS GARIMPOS DE OURO DA REGIÃO DE ITAITUBA

Os atuais debates em torno do ordenamento da atividade garimpeira na região de Itaituba estão sendo conduzidos por três grupos: 1) entidades representativas dos garimpeiros; 2) poder público municipal; e 3) governo do estado do Pará. As entidades representativas dos garimpeiros, com destaque para a Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós (AMOT), reivindicam, há tempos, alternativas para o ordenamento desta atividade produtiva na região. Por exemplo, nos últimos anos a AMOT esteve à frente de reivindicações locais contra as fiscalizações dos órgãos ambientais nas áreas de garimpo, a morosidade dos processos de licenciamento ambiental e a emissão de PLG.

Em nível da gestão das UCs, as entidades representativas dos garimpeiros têm participação como titulares ou suplentes dos Conselhos Consultivos das UCs da região de Itaituba. Nestas reuniões, são frequentes os debates sobre a mineração, nos quais, de um lado, os representantes de instituições ligadas à extração mineral (tanto da sociedade civil representada pela AMOT, Sindicato dos Mineradores do Estado do Pará – SIMOESPA e outros, como do Estado, representado pelo DNPM, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM e outros) e o poder público local defendem a regulamentação da atividade no interior das UCs e manifestam com frequência seu descontentamento com o modo como esta atividade é tratada no âmbito destas áreas protegidas, e, do outro, os representantes das instituições públicas ligadas à gestão das UCs e ONGs ambientalistas defendem o fim da atividade mineral em grande parte das UCs e sua regulamentação nas áreas onde esta atividade é permitida segundo os moldes do que é preconizado pela legislação ambiental brasileira.

Desse modo, não foram verificados avanços no ordenamento da atividade garimpeira nas UCs em nível dos Conselhos Gestores,

especialmente porque a sua gestão em nível local, desempenhada pelos servidores do ICMBIO de Itaituba, é amarrada pelas legislações superiores, que não podem ser infringidas (a exemplo dos decretos de criação das UCs que determinam áreas específicas para o exercício da garimpagem em algumas UCs e a sua total proibição em outras) ou está a cargo de deliberações do ICMBIO de Brasília. Sobre este último aspecto, há um descontentamento dos garimpeiros que participam do Conselho Gestor em relação ao atendimento de suas reivindicações e acordos no próprio processo de elaboração do plano de manejo das UCs. Segundo eles, até mesmo onde a atividade mineral é passível de regulamentação, os acordos estabelecidos durante o processo de elaboração do plano de manejo não foram respeitados na consolidação do plano pelo ICMBIO de Brasília.

O poder público municipal, representado tanto pelo executivo como pelo legislativo, tem se apresentado, em diferentes momentos, como um dos principais atores de mobilização pelo ordenamento da atividade garimpeira na região, tendo como principal argumento a importância econômica da atividade para o desenvolvimento do município. Além disso, verifica-se uma estreita relação entre as entidades representativas dos garimpeiros com o poder público local. Em Itaituba, por exemplo, representantes da AMOT geralmente ocupam funções importantes no governo municipal, especialmente na direção de secretarias estratégicas, como a Secretaria de Meio Ambiente, Produção e Mineração. Além disso, o setor dos garimpos participa ativamente do financiamento de campanhas políticas locais.

O governo do estado do Pará, por sua vez, está promovendo um debate bem mais amplo sobre esta questão, tendo como órgão responsável a Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração (SEICOM), recriada em 2011 para exercer a coordenação da política mineral do estado. Observa-se que a preocupação do governo do estado em direcionar ações específicas para a região do Tapajós reside no fato

de a informalidade dos garimpos, e a falta de governança pública sobre a atividade, estarem refletindo principalmente em perdas econômicas para o estado, além de problemáticas socioambientais, tal como destacado abaixo:

Os problemas levantados são fontes de perdas significativas para o estado, tais como a comercialização contrabandeada, a quantidade produzida sem controle (em torno de 12 toneladas de ouro, 300 quilates de diamante), a perda em CFEM (estimada em R\$12 milhões/ano apenas relativa à parte do Estado), em ISSQN das empresas prestadoras de serviços, em compras que provem de outros estados, bem como a comercialização, além da degradação irreversível de solo, rios e lagos, perda da biodiversidade e falta de possibilidade de inclusão, assistência e previdência social que resulta nas perdas de oportunidades para o desenvolvimento local (Secretária Adjunta da SEICOM, Maria Amélia Enríquez, Relatório GT-Tapajós, SEICOM, 2012).

Desse modo, assim como já observado em outros períodos da história da garimpagem na região amazônica (BECKER, 1991; MATHIS e MONTEIRO, 2007), os garimpos e sua legalização também são tratados aqui como um assunto de cunho fiscal, e não ambiental ou social (condições de vida e de trabalho), sendo o objetivo principal de seu ordenamento a canalização de receitas que estão sendo perdidas pelo estado por conta da forma como a atividade garimpeira vem sendo executada na região. Assim, com o objetivo de ordenar a atividade e canalizar as suas receitas, o governo do estado promoveu a discussão sobre a questão da garimpagem de ouro da região de Itaituba em três frentes: 1) Plano de Mineração do Estado do Pará; 2) Grupo de Trabalho para Avaliação/Agilização do Processo de Licenciamento Ambiental da Mineração (GTAPLAM); e 3) Grupo de Trabalho para ordenamento da atividade mineral da Região do Tapajós (GT-TAPAJÓS). Destes debates, já surgiram dois importantes marcos regulatórios, a saber: Decreto Estadual n.º 714/2013 e Instrução Normativa n.º 006/2013.

O Decreto Estadual n.º 714/2013 proibiu a concessão de novas licenças e/ou autorizações ambientais para a atividade garimpeira nos leitos e margens dos tributários diretos e indiretos do Rio Tapajós, até que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do estado do Pará (SEMA/PA) edite instrução normativa que regule esta atividade. Por meio deste Decreto, o governo estadual também suspendeu por um prazo de sessenta dias as licenças e/ou autorizações ambientais emitidas pela SEMA/PA para a atividade garimpeira do Tapajós que fazia o uso de escavadeira hidráulica e equipamentos flutuantes como dragas, balsas chupadeiras e balsinhas. Entre as justificativas apresentadas pelo governo do estado para a publicação do decreto, está tanto a necessidade de ordenar a atividade, de modo a minimizar os impactos ambientais dela decorrentes a partir do cumprimento do Decreto Estadual n.º 7.432/1990 que proíbe o funcionamento de balsas e dragas escariantes no estado, como o de permitir um maior controle e recolhimento de impostos pelo estado, conforme pode ser observado nas falas da Gerente de Mineração e do Secretário da SEMA/PA:

Os garimpeiros precisam entender que o processo de legalização é bom para todo mundo, para o meio ambiente, que será preservado; para o município, que terá retorno com o investimento em infraestrutura e para o próprio garimpeiro, que deixará de trabalhar na clandestinidade. (Mariana Queiroz, Disponível em: <<https://www.semas.pa.gov.br/2013/05/04/9400/>> Acesso em: 1 jun 2016).

São R\$ 900 milhões de reais em compras de combustível consumidos pelos garimpos, mas não fica nada do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) para Itaituba. Vocês têm que começar a exigir a nota fiscal para que gere renda ao município. (José Alberto Colares, Disponível em: <<https://www.semas.pa.gov.br/2013/05/04/9400/>> Acesso em: 1 jun 2016).

A publicação desse decreto teve repercussão negativa na região de Itaituba, levando o poder público municipal e os representantes do setor

de garimpagem a se mobilizarem e organizarem uma audiência pública com a SEMA/PA para debater o decreto. Nesta audiência, realizada em 03/05/2013 em Itaituba, foi apresentada à SEMA/PA uma proposta de Instrução Normativa para a atividade garimpeira na região, a qual está assinada, dentre outros, pelas prefeituras e Câmaras Municipais de Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso; Associação dos Mineradores do Tapajós; Cooperativas dos Garimpeiros, Mineradores e Produtores de Ouro do Tapajós; Sindicato dos Mineradores do Oeste do Pará; e o Movimento em Defesa da Legalização da Garimpagem Regional (SEMA, 2013).

A proposta de Instrução Normativa elaborada pelas instituições acima citadas era bem incipiente, apresentando principalmente alguns aspectos sobre possibilidades e restrições de equipamentos utilizados na mineração, bem como procedimentos a serem adotados na atividade garimpeira na região de Itaituba. Contudo, a SEMA/PA, ao editar a Instrução Normativa n.º 006/2013, publicada no Diário Oficial do Estado em 04/06/2013, que estabeleceu os procedimentos e critérios específicos para o licenciamento ambiental da atividade de lavra garimpeira de ouro no Estado do Pará, atendeu minimamente às demandas apresentadas pelas instituições da região de Itaituba.

A referida Instrução Normativa prevê que o licenciamento ambiental para a atividade de lavra garimpeira será feito no estado do Pará por meio de Licença de Operação, a qual tem validade de até dois anos, passível de renovação, e pode ser solicitada tanto por pessoa física como jurídica que possuam processo de direito minerário no DNPM. Para tanto, o interessado deve apresentar, dentre outros: a) Relatório de Controle Ambiental (RCA) para análise técnica; b) comprovação de realização de palestra e treinamento sobre saúde e segurança do trabalhador, bem como sobre gestão e educação ambientais; c) comprovação da compra dos insumos utilizados na atividade, bem como a venda do ouro no município onde está localizada a atividade, mediante a apresentação das

respectivas notas fiscais; e d) inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR), quando a atividade acontecer em área rural.

Vale ressaltar aqui que o RCA e o CAR não estavam presentes na proposta apresentada à SEMA/PA pelas instituições da região de Itaituba. Sendo assim, ao exigir o RCA, o qual é constituído por um conjunto de informações que vão desde a descrição e caracterização do empreendimento até a caracterização socioambiental da área onde ele está localizado, com a identificação dos seus impactos ambientais e a proposição de medidas mitigadoras de proteção ambiental, incluindo os programas de recuperação de áreas degradadas e de gerenciamento de resíduos sólidos, o Estado impõe ainda mais dificuldades para a legalização ambiental dos garimpos na região. Isso se deve ao fato de que a elaboração do RCA para cada garimpo requerer uma equipe técnica multidisciplinar, que é financeiramente inviável e praticamente inexistente no contexto da região de Itaituba. Assim, na intenção de ordenar a atividade de garimpagem de ouro na região, o Estado criou uma nova exigência que vai dificultar ainda mais o acesso dos garimpeiros aos documentos legais necessários para a sua formalização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, apresentamos reflexões sobre os impactos da política brasileira de conservação da natureza sobre as práticas da pequena mineração desenvolvida na região de Itaituba, Pará, e de como o regime jurídico brasileiro que dispõe sobre as UCs limita, ou mesmo impede, a realização desta atividade mineral. Neste sentido, observamos que, ao contrário do que se imagina, a criação das UCs não impediu a continuidade da garimpagem de ouro na região de Itaituba, pois a produção de ouro nesta região vem experimentando um crescimento significativo nos últimos cinco anos. No entanto, a criação das UCs coloca outros elementos em cena que aumentam as dificuldades de

regulamentação da atividade. Assim, o governo proíbe a mineração em algumas áreas, tais como as UCs de proteção integral e em parte das FLONAs, possibilita em outras, tais como áreas específicas das FLONAs Crepori, Jamanxim e Amana e na APA do Tapajós, mas não promove os mecanismos necessários para que essa atividade funcione na legalidade nem mesmo dentro das áreas em que a sua ocorrência é possível. Deste modo, nem a formulação de um conjunto de leis visando ao ordenamento da atividade garimpeira e nem as limitações advindas da criação das UCs foram capazes de garantir o ordenamento ou a redução desta atividade na região de Itaituba, muito pelo contrário, estes fatores contribuíram para ampliar a sua informalidade.

O principal problema identificado aqui é o de que as tentativas de formalização da garimpagem de ouro na região de Itaituba estiveram centradas apenas no monitoramento e na regulação a partir da edição de uma série de normativas legais que visavam tanto canalizar receitas para o governo como criar uma situação aparente de resolução dos problemas decorrentes dessa atividade, sem, no entanto, oferecer alternativas para sua implementação, tais como a facilitação do registro e a prestação de apoio técnico às comunidades garimpeiras, o que contribuiu para que se instalasse na região uma “situação crônica de ilegalidade” (BRASIL, 2008, p. 48). O Estado brasileiro, ao criar leis muito bem elaboradas e de boa visibilidade, especialmente internacional, mas de difícil aplicação na realidade da região de Itaituba, criou inúmeras barreiras legais que, em vez de contribuírem para a formalização dos garimpos, travaram este processo. Conforme destacado por UNDP (2011), não faz sentido desenvolver regras ou orientações que são tão rígidas ou complicadas que os garimpeiros não têm como atendê-las: “Normas rígidas demais não somente estimulam a desobediência como impulsionam os garimpeiros para a ilegalidade”.

Ademais, os órgãos ambientais e de ordenamento mineral não garantem o cumprimento das legislações, em função, principalmente, de possuírem infraestrutura e pessoal muito aquém do necessário para



sua atuação em áreas como as de Itaituba, caracterizadas pelas grandes extensões territoriais e pelo difícil acesso. Segundo Souza et al. (2011), pressionado para resolver os problemas ambientais e tecnológicos da pequena mineração na Amazônia, o governo brasileiro priorizou a promulgação de leis, sem, no entanto, fornecer mecanismos para colocá-las em prática e, como o processo e as exigências estão além da capacidade dos garimpeiros e não há nenhum programa educacional, a maioria dos garimpeiros permanece na ilegalidade.

## REFERÊNCIAS

AMANKWAH, R.K.; ANIM-SACKEY, C. Strategies for sustainable development of the small-scale gold and diamond mining industry of Ghana. **Resources Policy**, v. 29, p. 131–138, 2003.

ASNER, G. P.; LLACTAYO, W.; TUPAYACHI, R.; LUNA, E. R. Elevated rates of gold mining in the Amazon revealed through high-resolution monitoring. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 110, n. 26, p. 18454–18459, 2013.

BANCHIRIGAH, S. M. How have reforms fuelled the expansion of artisanal mining? Evidence from sub-Saharan Africa. **Resources Policy**, v. 31, p. 165–171, 2006.

BANCHIRIGAH, S.M.; HILSON, G. De-agrarianization, re-agrarianization and local economic development: re-orientating livelihoods in African artisanal mining communities. **Policy Sciences**, v. 43, n. 2, p. 157–180, 2010.

BAIA JÚNIOR, P. C. **Entre o ouro e a biodiversidade: garimpos e unidades de conservação na região de Itaituba, Pará, Brasil**. 2014. 220f. Tese (Doutorado em Ciências) –Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2014.

BAIA JUNIOR, P.C.; MATHIS, A. Garimpagem de ouro e unidades de conservação na região do rio Tapajós, Pará, Brasil. **Paper do NAEA**, n.312, 23 p., 2013.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 176 p.

BECKER, B.K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1991. (Série Princípios).

BRASIL. Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm)>. Acesso em: 1 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 4.339, de 22 de agosto de 2002. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4339.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4339.htm)> Acesso: 1 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira**. Brasília, DF: MMA, 2008. 112 p.

\_\_\_\_\_. **Governança das unidades de conservação do bioma Amazônia**. Disponível em: <<https://contas.tcugov.br/juris/Web/Juris/ConsultarTextual2/Jurisprudencia.faces?grupoPesquisa=JURISPRUDENCIA&textoPesquisa=PROC:3449620122>> Acesso em: 1 jun 2016.

BROCKELMAN, W. Y.; GRIFFITHS, M. Mecanismos de fortalecimento das áreas protegidas. In: TERBORGH, J. et al. **Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: UFPR, 2002. p. 290-304.

DOUROJEANNI, M. J.; PÁDUA, M.T.J. **Biodiversidade: a hora decisiva**. 2. ed. Curitiba: Ed.UFPR, 2007. 284 p.

DUDLEY, N. (Editor). **Directrices para La aplicación de las categorías de gestión de áreas protegidas**. Gland, Suiza: UICN, 2008. 96 p.

DURÁN, A.P.; RAUCH, J.; GASTON, K.J. Global spatial coincidence between protected areas and metal mining activities. **Biological Conservation**, v. 160, p.272–278, 2013.

GONÇALVES, Carolina. **Mecanização de garimpos dificulta repressão da atividade ilegal**. *Amazônia*, 18 ago. 2012. Disponível em: <<http://amazonia.org.br/2012/08/mecaniza%C3%A7%C3%A3o-de-garimpos-dificulta-repress%C3%A3o-da-atividade-ilegal/>> Acesso em: 1 jun 2016.

GONZAGA, A. V. **Relatório garimpos e hidrelétricas**. Relatório do ICMBIO, 21 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/servicos/Relat%C3%B3rio%20Garimpos%20e%20Hidrel%C3%A9tricas.pdf>> Acesso em: 1 jun 2016.

ICMBIO. **Plano de manejo da Floresta Nacional do Amana, localizada no estado do Pará**. Curitiba: ICMBIO, 2010a. v. 2. Planejamento.

\_\_\_\_\_. **Plano de manejo da Floresta Nacional do Crepori, localizada no estado do Pará**. Curitiba: ICMBIO, 2010b. v. 2. Planejamento.

\_\_\_\_\_. **Plano de manejo da Floresta Nacional do Jamanxim, localizada no estado do Pará**. Curitiba: ICMBIO, 2010c. v. 2. Planejamento.

IUCN; UNEP-WCMC. **The World Database on Protected Areas (WDPA)**: February 2012. Cambridge, UK: UNEP-WCMC, 2012. Disponível em: <<http://www.wdpa.org/Statistics.aspx>> Acesso em: 1 jun 2016.

MACONACHIE, R.; HILSON, G. Safeguarding livelihoods or exacerbating poverty? Artisanal mining and formalization in West Africa. **Natural Resources Forum** n. 35, p. 293–303, 2011

MATHIS, A. Extração versus conservação – garimpagem de ouro e política de conservação no estado do Amapá. **Papers do Naea**, n. 289, 24 p. 2012.

MATHIS, A.; MONTEIRO, M.A. Extração mineral. In: VENTURIERI, A. (Ed.). **Zoneamento Ecológico-Econômico da Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém)**. Belém: ADA; EMBRAPA, 2007. p. 307-330.

PERES, C. A. Why we need megareserves in Amazonia. **Conservation Biology**, v.19, n.3, p. 728-733, 2005.

ROLLA, A.; AUGUSTO, C.C. Mineração empresarial nas Áreas Protegidas. In: VERÍSSIMO, A.; ROLLA, A.; VEDOVETO, M.; FUTADA, S. de M. (Org.). **Áreas Protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios**. Belém: IMAZON; São Paulo : Instituto Socioambiental, 2011. p. 72-75

SHEN, L; GUNSON, A. J. The role of artisanal and small-scale mining in China's economy. **Journal of Cleaner Production**, v. 14, n. 3, p. 427-435, 2006.

TERBORGH, J.; SCHAIK, C. V. Porque o mundo necessita de parques? In: TERBORGH, J.; SCHAIK, C. V.; DAVENPORT, L.; RAO, M. **Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: UFPR, 2002. p. 25-36.

UNDP. **Small-scale gold mining in the transboundary areas of Brazil, Suriname and French Guiana**. Social and environmental issues. Report submitted to the United Nations Development Programme Guiana Shield Facility 25 nov. 2011. Disponível em: <<http://mariekeheemskerk.org/data/images/undp>> Acesso em: 1 jun. 2016.

VERÍSSIMO, A.; ROLLA, A.; RIBEIRO, M. B.; SALOMÃO, R. Áreas Protegidas na Amazônia Legal. In.: VERÍSSIMO, A.; ROLLA, A.; VEDOVETO, M.; FUTADA, S. de M. (Org.). **Áreas Protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios**. Belém: Imazon; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. 15-18 p.

VILLEGAS, C.; WEINBERG, R.; LEVIN, E.; HUND, K. **Artisanal and Small-scale Mining in Protected areas and critical Ecosystems Programme (ASM -PACE )**: A Global Solutions Study. WWF and Estelle Levin Ltd, 2012. Disponível em: <[http://www.profor.info/sites/profor.info/files/docs/ASM\\_PACE-GlobalSolutions.pdf](http://www.profor.info/sites/profor.info/files/docs/ASM_PACE-GlobalSolutions.pdf)> Acesso em: 1 jun. 2016.

## ECONOMIA FLORESTAL COMUNITÁRIA E FAMILIAR NA AMAZÔNIA

---

*Claudia Azevedo-Ramos<sup>1</sup>*

*Jessica Pacheco<sup>2</sup>*

**Resumo:** Quase metade das florestas públicas brasileiras está destinada a comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária, a maioria localizada na região Amazônica. Embora os desafios pareçam sobrepujar os esforços, o desenvolvimento de uma economia florestal é fundamental para a manutenção dessas florestas sociais. Este estudo revisa a evolução do manejo florestal comunitário e familiar na Amazônia, particularmente, à luz das políticas públicas direcionadas e das mudanças no arcabouço legal, a fim de compreender sua dinâmica e apresentar soluções para o fortalecimento da atividade. Apesar da constatação da evolução estrutural das políticas, sua efetividade é contestada pela permanência dos problemas crônicos após duas décadas de fomento. Como contribuição, propomos estratégias que permitam primeiro destravar o setor, fazendo com que produtos florestais legais e de origem comunitária e familiar abundem o mercado, fortalecendo a inclusão social.

**Palavras-chave:** Amazônia. Brasil. Manejo florestal comunitário e familiar.

---

<sup>1</sup> Doutora em Ecologia. Professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) / UFPA, Belém, PA – claudia.azevedoramos@gmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Direito. Discente de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido -PPGDSTU/NAEA/UFPA, Belém, PA- jessicapacheco02@hotmail.com

## COMMUNITY FOREST ECONOMY IN THE AMAZON

**Abstract:** Nearly half of Brazilian public forests is allocated to traditional communities and agrarian reform settlers, mostly located in the Amazon region. Although the challenges seem to threaten the efforts, the development of a forest economy is essential to maintain these social forests. This study reviews the evolution of community and family forest management in the Amazon, focusing on public policies and legal frameworks in order to understand their dynamics and to present possible solutions to strengthen the activity. Despite the evidence of structural policy evolution, its effectiveness is challenged by the permanence of chronic problems after two decades of investments. As a contribution, we propose strategies to unlock the forest sector firstly, making legal forest products from small producers abound in the market, strengthening social inclusion. In a second moment, other important factors for development of forest production chains may be improved.

**Keywords:** Amazon. Brazil. Community forest management.

## INTRODUÇÃO

Muitas comunidades e colonos da Amazônia utilizam recursos florestais como forma de manutenção de sua qualidade de vida, segurança alimentar e como fonte de renda e trabalho. O desenvolvimento de uma economia florestal em um país, como o Brasil, que possui 60% (524 milhões ha) de sua superfície coberta por florestas (CADASTRO NACIONAL DE FLORESTAS PÚBLICAS/SFB, 2013) é, portanto, fundamental para uma melhor distribuição dos benefícios àqueles que realizam um trabalho quase invisível na sua conservação. Os pequenos produtores rurais, aqui também incluídas as populações tradicionais, têm enorme

relevância nessa equação uma vez que quase metade das florestas públicas brasileiras (153 milhões ha) são reconhecidamente florestas sociais, isto é, estão destinadas a comunidades indígenas, extrativistas, ribeirinhos, assentados da reforma agrária, entre outros (Cadastro Nacional de Florestas Públicas/SFB, 2013). O uso sustentável dos recursos florestais e a renda gerada aos pequenos produtores propiciam, por sua vez, seu interesse na conservação dessas vastas extensões ao invés de sua conversão em outras formas de uso da terra, como a agricultura e pecuária.

Esta é uma questão recorrente no mundo. Aproximadamente  $\frac{1}{4}$  das florestas dos países em desenvolvimento são geridas por comunidades (WHITE & MARTIN, 2002; MOLNAR, 2003), as quais enfrentam problemas semelhantes de acesso a uma economia florestal. No entanto, sem o envolvimento dessas comunidades, dificilmente as florestas manejo florestal comunitário e familiar a partir (SCHERR et al., 2002; SHANLEY; GAIA, 2002).

No âmbito global, existe uma tendência de aumento da demanda por produtos florestais (GLOBAL GREEN GROWTH INSTITUTE E MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2010). Nesse cenário, o Brasil possui enorme vantagem competitiva dada aos seus estoques naturais. Em 2014, a participação de produtos madeireiros de florestas naturais na produção primária florestal totalizou R\$ 3,1 bilhões (70,1%), enquanto os produtos florestais não madeireiros - PFNM totalizaram R\$ 1,4 bilhão (29,9%), concentrando-se na região Norte (IBGE-PEVS, 2014). Dentre os recursos florestais, a madeira é, sem dúvida, a mais rentável, mas para atender a esta crescente demanda e atingir mercados mais exigentes, o acesso a fontes legais e sustentáveis de madeira é condição fundamental.

A sustentabilidade da atividade é, por sua vez, importante para atrair empreendedores e investidores. A desmistificação sobre potenciais impactos ambientais do manejo florestal é essencial, conforme demonstrado por vários estudos sobre o efeito mínimo para a

biodiversidade (KALIF et al. 2002; PINTO et al. 2003; AZEVEDO-RAMOS et al. 2006; SILVEIRA & AZEVEDO-RAMOS, 2010).

Ao combinar a demanda de mercado com os milhares de produtores rurais presentes em áreas florestadas da Amazônia, o manejo florestal sustentável (MFS) torna-se uma promissora alternativa de renda para as comunidades locais da região, evitando o êxodo rural e contribuindo para a manutenção da floresta.

Contudo, ao contrário da agricultura e pecuária, que possuem políticas públicas claras e objetivas de incentivo, o uso econômico das florestas brasileiras por pequenos e médios produtores esbarra em entraves, como o desconhecimento sobre o mercado florestal, a dificuldade de acesso a linhas específicas de crédito, super regulamentação da atividade, precária infraestrutura de apoio, problemas no beneficiamento do produto e na comercialização, e a inadequação das exigências legais à realidade comunitária ou do pequeno produtor (STONE-JOVICICH et al., 2007; MEDINA; POKORNY, 2011; 2014; PINTO et al. 2011; AZEVEDO-RAMOS et al. 2015). Muitos incentivos foram direcionados ao manejo florestal comunitário e familiar a partir dos anos 90 em uma tentativa de solucionar parte dos problemas. Compreender a dinâmica desse processo e suas consequências é pré-condição para que estratégias efetivas possam ser priorizadas e implementadas.

Neste contexto, este estudo revisa a evolução do manejo florestal comunitário e familiar (MFCF) na Amazônia como atividade econômica produtiva à luz das políticas públicas direcionadas (incluindo-se os incentivos econômicos) e das mudanças no arcabouço legal do manejo florestal, a fim de compreender sua dinâmica, seu status atual e de apresentar possíveis soluções para o fortalecimento da atividade.

## 2 METODOLOGIA

O público alvo restringiu-se às populações tradicionais (e.g. quilombolas, ribeirinhos, extrativistas) e assentados da reforma agrária da região Amazônica brasileira. Os povos indígenas não foram incluídos,



uma vez que sua produção tem focado mais na segurança alimentar do que na comercialização, com algumas importantes exceções.

O conceito de povos e comunidades tradicionais foi definido legalmente na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007)<sup>3</sup>. Os assentados da reforma agrária são os destinatários da reorganização da estrutura fundiária com o objetivo de promover a distribuição mais justa das terras (INCRA, 2016). Também conhecidos por colonos, possuem suas próprias formas e tecnologias de uso da terra, as quais várias vezes diferem das tradicionalmente adotadas, embora seja comum a troca local de tecnologias. Até que possuam a escritura do lote, não poderão vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros (INCRA, 2016).

A sistematização da informação nesse estudo utilizou fontes secundárias de dados para cada um dos fatores selecionados considerando a extensa literatura sobre manejo florestal sustentável em florestas tropicais, em especial no Brasil, e a existência de dados disponíveis em instituições públicas e de estatísticas. A próxima seção ilustrará os resultados da revisão para as políticas públicas, para as bases legais e para as atividades de MFCF na Amazônia. As políticas públicas e o arcabouço legal aqui enumerados não tiveram a intenção de serem exaustivos, mas de priorizarem aqueles mais diretamente relacionadas com a atividade de MFCF. Reconhece-se, no entanto, que inúmeros outros mecanismos e instrumentos legais possam ter relação indireta com o tema. Seguindo a mesma lógica, os instrumentos econômicos foram avaliados dentro da perspectiva de uma estratégia de intervenção pública para influenciar o comportamento dos agentes econômicos. Por fim, mostra-se um

---

<sup>3</sup> Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (art. 3º, I).

panorama das atividades de MFCF na Amazônia no mesmo período das principais ações de fomento.

### 3 RESULTADOS

#### 3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

As iniciativas de MFCF na Amazônia começaram no início dos anos 1990, espelhando-se na mudança de paradigmas de desenvolvimento com maior inclusão social e respeito ao meio ambiente amadurecidas na década anterior (AMARAL; AMARAL NETO, 2000). Adicionalmente, novos modelos de florestas públicas (PAE - Projeto de Assentamento Extrativista, e Resex – Reserva Extrativista), surgidos a partir da luta dos extrativistas para manter suas terras e modo de vida nos anos 1980, permitiram às populações tradicionais explorar os recursos naturais públicos por meio de concessão de uso.

Em 1998, órgãos governamentais, ONGs e comunidades, reunidos, identificaram os problemas que afetavam a implantação das iniciativas de MFC à época, destacando-se o baixo grau de organização comunitária; a necessidade de parcerias entre governo e ONGs para implantação do manejo florestal; e a carência de linhas de crédito específicas e de longa duração (AMARAL; AMARAL NETO, 2000; PINTO et al., 2011). O principal resultado do encontro, no entanto, foi a flexibilização de normas (IN 4, 5, 6 de 1998) da instituição ambiental da época (IBAMA) que passou a permitir que associações ou donos de glebas rurais pudessem submeter planos de manejo florestal para aprovação dentro de novas regras para o manejo (PINTO et al., 2011).

Em 1999, houve uma segunda avaliação realizada com 14 iniciativas de manejo florestal comunitário (MFC) da Amazônia, as quais identificaram os problemas como a demasiada burocracia e tempo de aprovação dos planos de manejo pelo órgão ambiental; irregularidades da situação fundiária; demora na liberação de recursos financeiros; a

pequena escala da produção; a má qualidade do produto; e o pouco acesso a compradores (AMARAL; AMARAL NETO, 2000).

No mesmo ano, como resposta governamental às altas taxas de desmatamento, incêndios florestais e ausência de fomento a iniciativas produtivas florestais, iniciava-se uma iniciativa de cooperação multilateral, o Projeto de Apoio ao Manejo Florestal - ProManejo (1999-2006), gerenciado pelo IBAMA, no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7. O objetivo do projeto era aumentar a área florestal manejada e inibir a exploração madeireira ilegal e predatória na Amazônia. Além de apoiar várias iniciativas de manejo florestal, incluindo aquelas de comunidades, os sucessos aferidos ao ProManejo incluem a criação do Centro Nacional de Treinamento e Capacitação Florestal (CENAFLO) ligado ao IBAMA; a gestão participativa da Floresta Nacional (Flona) Tapajós e a criação da linha de crédito FNO-Floresta (VERISSIMO, 2005). O ProManejo investiu em capacitação para o manejo e seu apoio a iniciativas piloto possibilitaram que algumas abordagens fossem testadas. As críticas elaboradas por consultores externos e doadores ao ProManejo consideraram a incipiência das iniciativas de manejo no âmbito privado e comunitário; a ineficiência no sistema de monitoramento e controle; a ausência de instrumentos econômicos adequados para o manejo; e a insegurança nos aspectos fundiários (VERISSIMO, 2005).

Muitos empreendimentos apoiados pelo ProManejo não mostraram viabilidade econômica no tempo e enfrentaram grande dificuldade para se manter quando o projeto terminou. Oito iniciativas apoiadas, com diferentes características entre escala, produtos e produtividade, demonstraram baixo benefícios econômicos, altos investimentos iniciais e necessidade de subsídios constantes (MEDINA; POKORNY, 2011). Contra o senso comum da época, aqueles empreendimentos com menor verticalização foram os únicos capazes de remunerar a mão de obra e ainda gerar receita líquida (MEDINA; POKORNY, 2011). Outras críticas apontam o insucesso

das iniciativas apoiadas em se afastar de seus interesses tradicionais por agricultura, afetando as metas conservacionistas do programa (WEBER et al. 2011). Se há uma lição contundente dessas experiências piloto é que não é possível, em um primeiro momento, exigir de comunidades que além de implementarem técnicas complexas de manejo, ainda tenham que agregar valor a seus produtos, obter certificações florestais e gerenciar o negócio de forma profissional.

Em 2006, a nova Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284/2006), entre outras, descentralizou para os Estados a responsabilidade de gerir o manejo em florestas públicas e criou as condições legais para concessões florestais em áreas públicas (ver seção 3.2). As agências ambientais dos estados passam a aprovar os planos de manejo florestais sustentáveis (PFMS) e isso exigiu uma reconfiguração de suas funções e adaptação de seus processos administrativos. No entanto, a burocracia e a demora nas aprovações não foram reduzidas, causando frustrações e dificuldades para o desenvolvimento da atividade.

No âmbito da promoção de cadeias dos produtos florestais não madeireiros - PFM, alguns programas governamentais são particularmente importantes: (1) o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); (2) a Política de Garantia de Preços Mínimos dos Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) e (3) o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB). Todos esses programas procuram fomentar a produção e comercialização de produtos florestais.

O PAA, coordenado pelo MDA e MDS, foi instituído pelo Art. 19 da Lei n.º 10.696/2003 para a compra de alimentos da agricultura familiar sem licitação. Está associado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que possibilita a inserção de vários produtos extrativistas na merenda escolar.

O PGPM-Bio (Lei 11.775/2008), gerenciado pelo MDA, garante o preço mínimo pago a produtos extrativistas pré-selecionados, como castanha, amêndoa de babaçu, borracha natural, açaí, pequi, cera de

carnaúba e fibra de piaçava. Em 2014, a maior parte dos recursos (99%) foi aplicada em atividades extrativistas situadas no bioma Amazônico e no Maranhão. Estas políticas em conjunto repercutiram no aumento do interesse dos extrativistas em retornarem a sua produção, no entanto, a avaliação quantitativa é difícil por falta de monitoramento de impacto.

O PNPSB, lançado em 2009 sob a coordenação dos ministérios MMA, MDA e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), tem como objetivo conservar a biodiversidade e garantir alternativas de geração de renda para as comunidades rurais, por meio do acesso às políticas de crédito, à assistência técnica e à extensão rural, a mercados e aos instrumentos de comercialização e à política de garantia de preços mínimos. O primeiro plano priorizou as cadeias da castanha-do-brasil e do babaçu. O Plano atua na promoção da produção e do extrativismo sustentável; estruturação e fortalecimento dos processos industriais; estruturação e fortalecimento de mercados; e fortalecimento da organização social e produtiva.

Outras políticas associadas, embora não dirigidas especificamente ao manejo florestal são a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída pelo Decreto 6.040/2007, que, entre outros, preconizava seus direitos territoriais e valorização de sua identidade; o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com linhas de crédito específicas às necessidades do pequeno produtor; o Programa Nacional de Reforma Agrária; e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) em 2010 (lei 12.188).

Nota-se que embora exista transversalidade das questões ligadas a floresta no governo federal, alguns órgãos federais tem sido mais centrais na elaboração de políticas para seus habitantes (e.g. MMA, MDA, MDS, INCRA).

Em 2009, foi instituído o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF)<sup>4</sup>, uma demanda de comunidades tradicionais e produtores familiares. O principal objetivo do Programa era coordenar as ações de gestão e fomento ao manejo florestal sustentável direcionadas para os povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares que tiram sua subsistência das florestas brasileiras, o qual envolve mais de 1 milhão de pessoas (SFB, 2015). A maior dificuldade do programa foi conseguir sinergia entre as ações dos órgãos federais nos planos anuais. Contudo, o Programa teve o mérito de aumentar a transparência em relação à alocação de recursos e o planejamento das atividades com antecedência. Em 2011, no âmbito do Programa, *stakeholders* (isto é, pessoas interessadas) associados ao MFCF, identificaram, mais uma vez, alguns problemas crônicos para a viabilização do manejo florestal comunitário e familiar: (a) inadequação e ineficiência das políticas públicas estruturantes, (b) normativas complexas para a realidade comunitária, (c) carência e dificuldade de acesso de instrumentos econômicos e financeiros adequados à atividade florestal, (d) baixa capacidade de gestão do MFCF por parte dos comunitários e (e) precariedade dos sistemas de agregação de valor, beneficiamento e comercialização da produção. Contudo, após duas edições dos planos anuais (2010 e 2011), o programa foi abandonado por seus gestores, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), evidenciando a dificuldade da gestão florestal no âmbito governamental.

---

<sup>4</sup> **Manejo Florestal Comunitário e Familiar (MFCF)** – “execução de planos de manejo realizada pelos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e pelos povos e comunidades tradicionais para obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema” (Decreto n.º 6.874/2009). Observa-se a inclusão no decreto da noção de manejo florestal feito de forma comunitária – normalmente em áreas comuns (MFC) - e individual (familiar), feito, em geral, no lote do produtor (MFF).

### 3.1.2 INCENTIVOS ECONÔMICOS

Associados a essas políticas, na última década, vários novos fundos públicos ambientais foram criados. Entre eles, destacam-se o Fundo Clima, o Fundo Amazônia e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). Esses fundos vieram a somar ao Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA do Ministério do Meio Ambiente, criado em 1989 (Lei n.º 7.797), com a missão de contribuir para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente. Desde sua criação, 1.435 projetos socioambientais de conservação e de uso sustentável dos recursos naturais foram apoiados com recursos totais da ordem de R\$ 250 milhões.

O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, ou Fundo Clima, criado pela Lei 12.114, em 09/12/2009, e regulamentado pelo Decreto 7.343, de 26/10/2010, é um dos instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima, vinculado ao MMA, com a finalidade de garantir recursos para apoio a projetos e financiamento de empreendimentos que tenham como objetivo a mitigação das mudanças climáticas. Entre seus 10 subprogramas, existe um destinado à melhoria da eficiência e sustentabilidade da produção de carvão vegetal, e outro destinado ao manejo florestal sustentável.

O FNDF, criado na lei de gestão de florestas públicas (11.284/2006) e gerenciado pelo Serviço Florestal Brasileiro, é o único Fundo público direcionado especificamente à área florestal. O Fundo tem como objetivo fomentar o uso sustentável e a inovação tecnológica em florestas. De 2010 a 2013, cerca de 16 milhões de reais foram destinados ao apoio à capacitação e assistência técnica em temas relevantes ao setor florestal para 150 instituições e cerca de 7.300 pessoas (AZEVEDO-RAMOS; SOTERO, 2014). Como os principais recursos financeiros do FNDF provêm das concessões florestais federais, ainda incipientes, a cooperação com outros Fundos se torna necessária para ampliação de escala. O Fundo Amazônia, criado em 2008 (Decreto n.º 6.527) e gerido pelo BNDES, tem

por finalidade captar doações para investimentos não-reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal. Em 2015, 80 projetos foram aprovados, somando um total de R\$ 1,2 bilhão, com desembolsos correspondendo a R\$ 518 milhões, dos quais R\$ 129 milhões (25% do total) naquele ano. Ações sinérgicas entre Fundos têm possibilitado uma considerável ampliação das ações (AZEVEDO-RAMOS; SOTERO, 2014) e devem ser incentivadas.

Entre os incentivos econômicos mais importantes para a produção florestal está o crédito rural, que abrange recursos destinados a custeio, investimento ou comercialização. O produtor pode pleitear as três modalidades de crédito rural como pessoa física ou jurídica. As cooperativas rurais são também beneficiárias naturais do sistema.

Em 2013, havia 16 linhas de crédito disponíveis para atividades de base florestal, um incremento de 31% em relação a 2010. Das linhas atuais, 11 (69%) podem ser acessadas por pequenos produtores e associações/cooperativas (Quadro 1). As demais linhas abrangem cinco modalidades no BNDES (Florestal; Apoio ao investimento em meio ambiente; e Fundo Clima - energia renováveis, carvão e desertificação).

**Quadro 1:** Financiamento florestal disponível para pequenos produtores no ano de 2013 (Fonte: Serviço Florestal Brasileiro, 2014).

Linha de Crédito	Beneficiário	Finalidade
FNE Verde	produtor rural; cooperativas; empresas; prestadores de serviços de gestão florestal;	florestas plantadas; recuperação florestal
FCO Programa ABC – Conservação da Natureza	produtor rural; cooperativas	manejo florestal; florestas plantadas; recuperação florestal
FCO Programa ABC - Integração Lavoura, pecuária, Floresta	produtor rural; cooperativas;	silvicultura



Linha de Crédito	Beneficiário	Finalidade
FNO sustentabilidade: apoio a empreendimentos sustentáveis	populações tradicionais da Amazônia não apoiadas por outro crédito (PRONAF); produtores rurais	manejo florestal; silvicultura
FNO sustentabilidade: apoio à recuperação de APP e RL	populações tradicionais da Amazônia não apoiadas por outro crédito (PRONAF); produtores rurais	recuperação florestal de APP e RL
FNO Amazônia Sustentável	produtor rural sustentável; cooperativas; empresas; indústrias de transformação	Viabilizar empreendimentos industriais de transformação de produtos madeireiros e não madeireiros.
Pronaf Floresta	produtores familiares	Manejo florestal, recuperação de APP e RL, silvicultura
Pronaf Agroecologia	produtores familiares	Sistemas agroecológicos e orgânicos
Pronaf Eco	produtores familiares	silvicultura
Pronaf semiárido	produtores familiares	Sistemas agroecológicos na região do semiárido
Pronaf Agroindústria	produtores familiares; cooperativas	implantação ou modernização de pequenas e médias agroindústrias

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), gerenciado pelo MDA, é o de maior abrangência entre pequenos produtores e extrativistas. Na vertente ecológica (PRONAF Eco), incorpora os extrativistas, com a missão de fornecer recursos

em condições especiais para contribuir com a sustentabilidade dos ecossistemas explorados pelas populações tradicionais na Amazônia. Os extrativistas também podem acessar as modalidades A, B e C do PRONAF, que atendem aos produtores extrativistas assistidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural dos estados da Amazônia Legal (EMATER), responsáveis pela emissão do Documento de Aptidão ao PRONAF (DAP) e elaboram as propostas para acesso ao crédito. Para a safra 2015/2016, foram disponibilizados R\$ 90,5 bilhões em crédito rural aos produtores e cooperativas. Incorporam-se também os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) nas linhas para agricultura familiar e Amazônia Sustentável. Em 2013, o Banco da Amazônia, desembolsou R\$ 17.522 milhões para remuneração de agente PRONAF (2%) de um total de R\$ 867.240 milhões do FNO (fonte: balanço 2012/2013 do Banco Amazônia).

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo (PRODEX) foi criado com a finalidade de apoiar o desenvolvimento do extrativismo na Amazônia, também com recursos do FNO. O recurso, com o apoio do MMA, é administrado pelo Banco da Amazônia S/A e financia atividades relacionadas à extração e coleta de produtos florestais não madeireiros; manejo florestal madeireiro de baixo impacto; e sistemas agroflorestais.

Entre os instrumentos de fomento, os extrativistas também são beneficiados pelo Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde, que foi instituído pela Lei n.º 12.512/2011, e regulamentado pelo Decreto n.º 7.572/2012. O programa assegura um benefício trimestral de R\$ 300,00 por família em situação de extrema pobreza para o desenvolvimento de atividades que assegurem o uso sustentável dos recursos naturais em Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais, Reservas de Desenvolvimento Sustentável federais e Assentamentos Ambientalmente Diferenciados da Reforma Agrária. Até julho de 2016, havia 21.302 beneficiários na Amazônia (fonte: <http://www.mma.gov.br>).

O Programa Bolsa Verde foi inspirado no Programa Bolsa Floresta Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, instituído pela Lei n.º 3.135 sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas e da Lei Complementar n.º 53/2007 para atender ao Sistema Estadual de Unidades de Conservação do estado do Amazonas. Foi iniciada em setembro de 2007 pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Este programa inclui os seguintes subprogramas (VIANA, 2008): Bolsa Floresta Familiar, que assegura o pagamento de R\$ 50,00/mês às mães de famílias residentes em unidades de conservação; Bolsa Floresta Associação, que visa apoiar o fortalecimento da organização social na perspectiva de construir capital social; Bolsa Floresta Renda, que assegura um valor de R\$ 4.000,00 por comunidade com uma média de 11,4 famílias; e Bolsa Floresta Social, que disponibiliza o valor de R\$ 4.000,00/ano por comunidade com o objetivo de melhorar os serviços de educação, saúde, comunicação, transporte e cidadania. Em abril de 2013, havia 8.597 famílias beneficiárias em 541 comunidades distribuídas em 15 UCs estaduais (fonte <http://fas-amazonas.org>).

### 3.2 BASES LEGAIS ASSOCIADOS AO MFCF

A análise do regramento legal que cerca o manejo florestal comunitário é importante para a compreensão da evolução do pensamento do estado brasileiro sobre a questão ao ser influenciado pelo contexto da época. Da mesma forma, aqui parecem residir importantes barreiras ao desenvolvimento da atividade, as quais têm sido alardeadas em diferentes momentos da história (AMARAL; AMARAL-NETO, 2005; ADEODATO et al., 2013; VIANNA et al., 2013; WALDHOFF; VIDAL, 2015).

A Constituição brasileira de 1988 no artigo 225 traz a noção do direito ao meio ambiente equilibrado para o bem do povo brasileiro e seu parágrafo 4.º inclui a floresta Amazônica, entre outros biomas, como

patrimônio nacional, devendo sua utilização se dar em condições que preservem o meio ambiente. O Código Florestal de 1965 (Lei 4.771) já atribuía às florestas brasileiras a condição de bem de interesse comum. Essas noções permearão as futuras legislações brasileiras em relação ao manejo florestal, as quais possuem forte ênfase na promoção da conservação ambiental (BAUCH et al., 2009).

No Brasil, as regulamentações que cercam o tema estão concentradas nos produtos madeireiros com o objetivo de evitar a sobre-exploração e a degradação florestal (Quadro 2). Os produtos não madeireiros, por sua vez, têm sido abordados dentro de uma perspectiva de diretrizes para boas práticas, em vez de regulamentações institucionalizadas. Talvez por isso, as populações tradicionais continuem a exercer suas atividades extrativistas, conferindo-lhes alguma renda dessa atividade.

**Tabela 2:** Histórico das principais regulamentações brasileiras que afetam o MFCF (adaptado de Waldhoff; Vidal, 2015)

Ano	Nível	Regulamentação	Propósito
1998	Federal	Dec. 2788	Permite a simplificação do manejo comunitário
1998	Federal	IN 04 IBAMA	Regula o manejo florestal comunitário (MFC)
2001	Federal	IN 15 IBAMA	Regula negócio, manejo individual e MFC
2001	Estadual (AC)	Lei 1426	Cria o Conselho Estadual Florestal e o Fundo Estadual de Florestas
2002	Federal	IN 04 MMA	Limita a área do MFC requerida para acessar regulação simplificada; Fixa a obrigatoriedade de se obter uma autorização que antecede a análise técnica do PMFS.
2003	Estadual (AM)	Medida Adm. 40/03	Guia para projetos de manejo florestal de pequena escala.

Ano	Nível	Regulamentação	Propósito
2006	Federal	Lei 11284	Descentralização da gestão florestal; concessão florestal.
2006	Federal	Decreto 5975	Exclui a possibilidade de apresentar um plano de manejo florestal coletivo simplificado.
2006	Federal	IN 05 MMA	Estabelece procedimentos técnicos para Planos de Manejo Florestal Sustentável nas florestas primitivas e suas formas de sucessão na Amazônia Legal;
2009	Federal	Resolução Conama 406	Estabelece as diretrizes para manejo florestal sustentável a serem seguidas pelas instituições estaduais.
2010	Federal	IN 65 INCRA	Estabelece critérios e procedimentos para as atividades de Manejo Florestal Sustentável em Projetos de Assentamento.
2011	Federal	IN 16 ICMBio	Estabelece as diretrizes e fluxo processual para manejo florestal sustentável comunitário em UCs de uso sustentável.
2011	Estadual (AM)	Resolução 07	Consolida a política para manejo florestal de pequena escala.
2012	Federal	Lei 12.651	Novo código florestal; prevê o estabelecimento de normas específicas e simplificadas para MFCF.

Como visto acima, o primeiro código florestal brasileiro (Lei 4.771/1965) estabeleceu as diretrizes básicas que guariam as próximas regulamentações florestais, enfatizando inclusive a necessidade de autorização dos órgãos ambientais estaduais para exploração florestal em áreas públicas e privadas (art. 1.º). No entanto, foi apenas a partir do final dos anos 1980 que o manejo florestal sustentável começou a fazer parte das preocupações de políticas públicas.

A primeira norma com diretrizes e critérios técnicos para apresentação de Planos de Manejo Florestal foi a portaria 486/86 publicada

pelo então existente IBDF, em função da lei 7.511/86 (alterada pela lei 7803/89). Assim, em 1989, a agência ambiental federal responsável por licenciamentos, agora Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), exigiu pela primeira vez a apresentação de planos de manejo florestais de empreendimentos florestais (HIGUCHI, 1994). As normas foram inicialmente direcionadas à Mata Atlântica, mas com certa abertura para outros estados. Na Amazônia, a primeira exigência técnica específica foi a IN 080/91- IBAMA. Cinco anos depois, o Decreto 1282/1994 definiu os princípios e diretrizes do manejo florestal sustentável. Com sua substituição pelo Decreto 2.788/98, as portarias 04, 05 e 06/98-IBAMA propuseram critérios diferenciados para a apresentação de Planos de manejo florestal comunitário, simplificado e empresarial (HUMMEL, 2001).

O início dos anos 1990 na Amazônia foi caracterizado por modelos de desenvolvimento que priorizavam o uso sustentável das florestas, em especial por comunidades tradicionais, seguindo as conquistas pelo direito a terra de algumas populações extrativistas (MESQUITA, 2011; PINTO et al., 2011). Até 1998, as regulamentações para o manejo madeireiro privilegiavam a simplificação das regras para áreas até 500 ha. Respeitados esses limites, associações ou cooperativas que manejavam coletivamente só precisavam apresentar um plano de manejo. As regras simplificadas incentivaram as comunidades a adotarem o manejo florestal, sempre com o forte apoio de agentes externos (AMARAL; AMARAL-NETO, 2005; WALDHOFF, 2014; WALDHOFF; VIDAL, 2015). No entanto, no início dos anos 2000, as regras da política florestal mudaram, igualando as regulamentações do MFC, normalmente com áreas comuns acima de 500 ha, a projetos de larga escala de empresas (ver IN 04 MMA, 2002; Decreto 5975/2006; IN 05 MMA, 2006; Quadro 4). Mudanças no ambiente regulatório específico do MFC já demonstraram ter efeitos negativos em projetos em andamento (POKORNY; JOHNSON, 2008; WALDHOFF; VIDAL, 2015) e podem, ainda, impactar a autonomia das comunidades

tradicionais na decisão sobre o uso dos recursos de seus territórios (WALDHOFF, 2014; PACHECO; AZEVEDO-RAMOS, 2015).

As exigências da IN MMA n.º 5 e da Resolução CONAMA 406 voltadas para a relação entre a intensidade de corte e a elaboração do PMFS têm o potencial de conflitar com práticas tradicionalmente empregadas por comunidades. Por exemplo, algumas delas praticam, por gerações, intensidades de corte baixas para a construção e a comercialização de barcos, canoas ou outros produtos de origem madeireira, mas, conforme exigido pelas regulamentações, só poderiam fazê-lo mediante a aprovação de PMFS. Dessa forma, ao se padronizar as regulamentações do manejo florestal sustentável de recursos madeireiros, as comunidades são desafiadas a se adequarem às novas técnicas de manejo, abrindo mão do uso de algumas de suas práticas tradicionais. Ao serem submetidas a normas que a distanciam de sua forma tradicional de subsistência e de obtenção de renda, há o risco de conflito com os direitos fundamentais desses grupos (arts. 215 e 216 da CF/88; Convenção 169 da OIT) na hipótese do insucesso do empreendimento.

A lei 11.284/2006 sobre gestão de florestas públicas reforça o direito das comunidades tradicionais ao garantir a destinação e o uso das florestas públicas por quem nelas vive. Essa mesma lei descentraliza a gestão florestal do governo federal para estados e municípios da federação. Com a descentralização, embora relevante, vários projetos de manejo em andamento ou em processo de legalização enfrentaram várias dificuldades devido ao despreparo das agências ambientais estaduais para enfrentar as novas responsabilidades. Sem os recursos humanos e administrativos necessários para agilizar a aprovação das licenças, as agências estaduais acumularam processos e os interessados pelo manejo, frustrações. A demora e a burocracia associada às autorizações de manejo, com solicitações esperando mais de dois anos por uma resposta, funcionaram como grande desestímulo à atividade ao impactar os custos e a viabilidade do empreendimento (ADEODATO et al., 2013; VIANNA et al., 2013).

A lei 11.284/2006 também criou as concessões florestais em áreas públicas, enfatizando a possibilidade de comunidades também concorrerem a concessões, mas até o ano de 2016 ainda não houve nenhum exemplo de fato, o que pode evidenciar a falta de capacidade instalada para que comunidades possam concorrer a tais empreendimentos, mesmo após o período de grandes incentivos ao manejo florestal após o final dos anos 1990.

Por sua vez, alguns estados da Amazônia empenharam-se fortemente em criar políticas e regulamentações que pudessem incentivar a adoção do MFCF (em especial, o Amazonas e o Acre). O Acre projetou-se como o principal estado da Amazônia a privilegiar políticas florestais, sancionando a Lei Estadual de Florestas (lei 1.426) em 2001 e, ainda, viabilizou infraestrutura, parques industriais de base florestal e a estruturação de florestas estaduais. Em 2008, o governo do Acre assinou cinco decretos que visavam consolidar o zoneamento ecológico e econômico (ZEE) e estabelecer uma política ambiental válida até 2017. Em 2009, lançou seu Programa Estadual de Florestas Plantadas e Modernização do Extrativismo para recuperação de áreas degradadas e consolidar empreendimentos de base florestal. O Acre é, ainda, um dos poucos estados que possui um Sistema Estadual de Incentivo aos Serviços Ambientais. O estado do Amazonas, por sua vez, consolidou as políticas para o MFCF nas unidades de conservação estaduais por meio da resolução 07/2011 (Tabela 4) e inovou ao instituir a Bolsa Verde (Lei n.º 12.512/2011 e Decreto n.º 7.572/2012).

Em nível federal, a fim de estabelecer os critérios e procedimentos para as atividades de manejo florestal em assentamentos e Unidades de Conservação de uso sustentável (Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional), INCRA (IN 65/2010) e ICMBio (IN 16/2011) estabeleceram seus próprios critérios. O regulamento do ICMBio destina-se à atividade realizada em nível comunitário, não tratando dos casos em que unidades familiares



manejam os recursos. O regulamento do INCRA inclui também o manejo realizado em lotes familiares.

A IN 65 do INCRA preconiza que a APAT (Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável), ou documento similar, deve ser emitida pelo INCRA após ser requerida por associação ou detentor individual. Para ambos, é exigida a titulação provisória ou definitiva de todos os beneficiários (CCU, CCDRU e TD<sup>5</sup>) e informações sobre a situação do assentamento e a existência de instrumentos de planejamento (Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA; Plano de Recuperação do Assentamento - PRA; Projeto Básico – PB; e Relatório Ambiental Simplificado - RAS.). No caso do PMFS abranger áreas comuns, a Assembleia Geral deverá aprová-lo. O INCRA exige que a execução seja realizada diretamente pelos assentados, sendo serviços terceirizados permitidos apenas na forma do art. 4.º, inciso II do Estatuto da Terra. À Superintendência Regional do INCRA cabe a anuência ao PMFS, verificando a existência de titulação provisória ou definitiva, licenciamento ambiental do assentamento; assistência técnica florestal; e demarcação topográfica. Muito dos documentos exigidos não são de responsabilidade dos beneficiários do PMFS, mas eles não podem exercer a atividade sem eles.

Nas Unidades de Conservação, embora aconteça de forma similar, o processo é mais complexo (Figura 1). A IN ICMBio n.º 16/2011 apresenta as diretrizes e as etapas administrativas a serem seguidas para a realização do MFC madeireiro em Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional, por populações tradicionais. Com a criação da IN ICMBio 16, os procedimentos administrativos do MFC madeireiro em UC por populações tradicionais passam a ser competência do ICMBio, deixando de ser do IBAMA. A complexidade instituída para que populações tradicionais tenham seus

<sup>5</sup> CCU (Contrato de Concessão de Uso), CCDRU (Concessão de Direito Real de Uso) e TD (Título de Domínio)

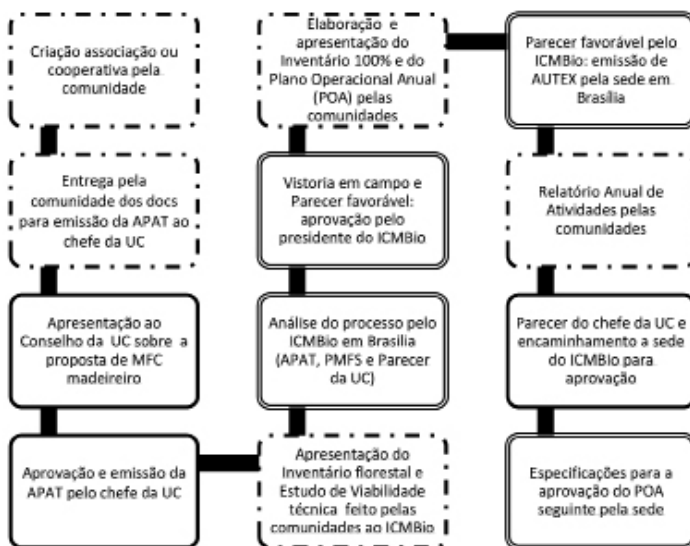
planos de manejo aprovados dentro de UCs, incluem além de inúmeros documentos técnicos exigidos às comunidades, análises e aprovações que se dividem entre a equipe local do ICMBio na UC e a sede em Brasília, prolongando o processo (Figura 1).

Para a realização do Manejo Florestal Comunitário, a IN ICMBio n.º 16 fixa, ainda, como requisitos a existência de Zoneamento, no Plano de Manejo da unidade de conservação, que se adeque à atividade florestal, bem como o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) para Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, ou Contrato de Concessão de Uso (CCU) para Floresta Nacional com população tradicional beneficiária (§1.º, art. 4.º). O plano de manejo da unidade e o CCDRU nem sempre estão presentes em UCs. Nesses casos, a IN ICMBio n.º 16 permite a autorização do manejo florestal comunitário quando se tratar de PMFS que busque a garantia da sustentabilidade e ordene atividades tradicionais de extrativismo de produtos florestais já existentes, atividades que já contribuíssem para a garantia da subsistência da comunidade antes da criação da unidade de conservação. No entanto, à semelhança do que ocorre em assentamentos do INCRA, a falta desta documentação de responsabilidade do ICMBio pode gerar obstáculos às comunidades na implantação da atividade ou na obtenção de crédito para suas atividades nas agências financiadoras.

A análise da Figura 1 evidencia o fato de que não é a falta de regulamentação sobre o uso dos recursos madeireiros a base do problema para sua adoção. O problema parece estar mais associado ao seu excesso, à instabilidade nas regras e à inadequação à realidade das comunidades. Nesse sentido, a simplificação da regulamentação para melhor acesso do pequeno produtor familiar ou comunitário, assim como um olhar mais cuidadoso sobre suas formas de produção (BENATTI et al., 2003; POKORNY; JOHNSON, 2008), poderiam resultar em regulamentações mais inclusivas e que incentivassem a legalização das atividades. O Novo Código Florestal (Lei 12.651/2012) abre uma

oportunidade ao exigir processos simplificados para o manejo florestal exercido pelo pequeno produtor (art. 31, §5.º e 6.º; art. 57). Os direitos culturais, territoriais, sociais, ambientais e econômicos desses grupos já são garantidos formalmente pela legislação pátria (arts. 215 e 216 da CF/88; Convenção 169 da OIT), cujo cumprimento e proteção constituem uma ação de obrigação estatal (Decreto 6.040/2007).

**Figura 1** – Fluxo processual instituído pela IN 16 ICMBIO/2011 para aprovação de Planos de Manejo Florestais Sustentáveis (PMFS) por comunidades tradicionais em Unidades de Conservação. Linha tracejada, ação de responsabilidade das comunidades; linha contínua, responsabilidade do ICMBio local; linha dupla contínua, responsabilidade do ICMBio sede.



### 3.3 INICIATIVAS DE MFCF

Do início dos anos 1990 até meados dos anos 2000, o MFCF prosperou incentivado pelos programas governamentais e apoio de parceiros nacionais e internacionais. A partir de então, os problemas acumulados

(e.g. burocratização, dependência, e inviabilidade financeira) passaram a desestimular potenciais interessados. Considerando-se dois levantamentos sistemáticos sobre as iniciativas de manejo comunitário que ocorreram em 2007 (IEB; AMAZON, 2007) e 2009/2010 (PINTO et al., 2011), verifica-se que houve uma diminuição das iniciativas de manejo madeireiro no espaço de dois anos, independentemente se comunitárias ou familiares (Tabela 3).

**Tabela 3** – Iniciativas de manejo florestal madeireiro comunitário (MFC)<sup>1</sup> e familiar (MFF)<sup>2</sup> na Amazônia brasileira, considerando-se planos de manejo florestal sustentáveis protocolados nas agências ambientais.

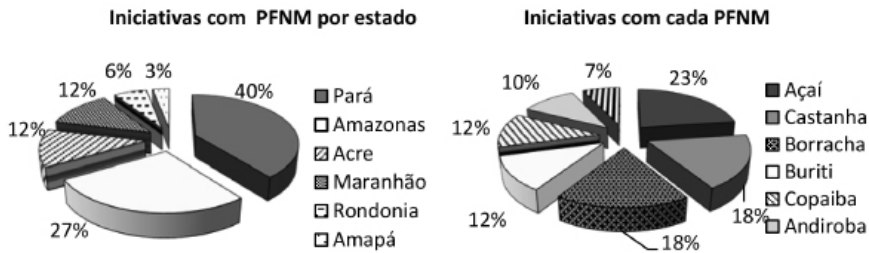
Período	MFC	MFF	Total	Fonte
2007	176	1389	1565	IEB and Imazon, 2007
2009-2010	127	775	902	Pinto et al., 2011

<sup>1</sup> pressupõe manejo em áreas comuns.

<sup>2</sup> pressupões manejo em áreas familiares.

O setor madeireiro requer um número maior de atendimento a regras e normatizações, além de alta diversidade de espécies e preços, trazendo maior complexidade na produção e comercialização comunitária ((PINTO et al., 2011). É preciso ressaltar que 74,4% das iniciativas no levantamento biênio 2009/2010 lidavam com manejo florestal madeireiro. No entanto, o número pode estar superestimado ao considerar planos de manejo protocolados e não necessariamente aprovados. De toda forma, o interesse existe por parte das comunidades e o número de planos protocolados poderia ser maior se a exigências processuais e o tempo para sua aprovação fossem reduzidos.

**Figura 2** – Proporção de iniciativas de MFCF (n = 325) para produtos florestais não madeireiros (PFNM) por estados da região Norte e por produtos produzidos e/ou comercializados no período 2009-2010 (adaptado de PINTO et al., 2011).



Quanto à produção, os PFNMs estão presentes em todas as 325 iniciativas de MFCF avaliadas no período 2009-2010 (PINTO et al., 2011) e os estados do Amazonas e do Pará obtiveram o maior número (Figura 2). O açaí, a castanha e o látex da seringueira foram os produtos mais incluídos nas iniciativas.

Em unidades de conservação (UC) federais na Amazônia, até o momento, existem apenas cinco iniciativas de manejo madeireiro comunitárias com planos de manejo aprovados (AZEVEDO-RAMOS et al., 2015), embora em diferentes estágios de produção e comercialização: Flona Tapajós, Resex Verde para Sempre (PA), Resex Chico Mendes (AC) e Flona do Purus e Resex do Rio Ituxi (AM). O volume total explorado ainda representa uma parcela insignificante do volume madeireiro extraído na Amazônia. Contudo, ao estimar o potencial de geração de valor pela produção dos produtos madeireiros e não madeireiros em UC federal e estadual do bioma Amazônia, Medeiros et al. (2011) revelaram um potencial anual para a madeira no valor de R\$ 1,2 a 2,2 bilhões, o que no ciclo de 25 anos daria em torno de R\$ 31,4 a 56,3 bilhões. Para o caso de PFNM, os autores calcularam valores anuais de R\$ 16,5 milhões para a borracha e R\$ 39,2 milhões para a castanha em 11 e 17 Resex federais na Amazônia, respectivamente. Os valores indicam uma oportunidade para milhares de pequenos produtores residentes nessas áreas, mas

ainda com carência de estratégias de fortalecimento que possam abranger a escala Amazônica.

É importante ressaltar que a estruturação da cadeia produtiva de pequenos produtores florestais isolados da Amazônia torna-se um desafio pela assimetria de informação em favor dos agentes intermediários. Esta assimetria ocorre tanto para produtos madeireiros quanto para não madeireiros, tornando os produtores reféns do valor imposto pelo comprador. Na comercialização dos principais PFNM, tem-se que 78,2% da produção de castanha com casca e 87% da produção de açaí foram vendidas para agentes intermediários da comercialização a um preço abaixo do preço médio de equilíbrio do mercado (IBGE, 2014), em função da baixa organização dos coletores e da qualidade do produto, da ausência de autonomia na fixação do preço do produto e da ineficiência na logística de transporte. Em torno de apenas 0,6% do total da produção de castanha e de açaí foi vendido para o governo, indicando que há problemas no acesso à política de compras institucionais. A produção destinada às cooperativas representam apenas 6,9% da produção da castanha e 1,4% da produção do açaí, o que indica a baixa estruturação da cadeia produtiva e o longo caminho ainda a percorrer na organização social. Várias instituições governamentais e não-governamentais têm fomentado o fortalecimento da gestão em cooperativas, mas os laços de dependência ainda são visíveis e motivo de críticas (POKORNY; JOHNSON, 2008). A logística de distribuição também é dificultada pela distância dos centros produtivos ao mercado e pelas condições de transporte.

As dificuldades apresentadas nas cadeias de produtos florestais com origem em pequenos produtores da Amazônia são, no entanto, contrabalançadas por vários fatores positivos, como os altos estoques naturais, a possibilidade de certificação de origem, amplo mercado nacional e um crescente mercado doméstico e internacional para produtos florestais da Amazônia, além da incorporação de fatia de mercado com preocupações socioambientais e de orgânicos. Por esses

motivos, vários autores advogam a favor da viabilidade da economia extrativista (MEDEIROS et al., 2011; SANTANA et al., 2015; SANTANA, 2015; SANTANA et al., 2016) e da necessidade de investimentos em organização social, treinamento, beneficiamento, comercialização e crédito (GUERRA et al. 2009; SILVA, 2010; NUNES et al., 2012; SANTOS, 2011; SANTANA et al., 2015).

Em 2015, *stakeholders* reunidos em oficinas sobre cadeias de valor da madeira, castanha e pirarucu da Amazônia listaram como problemas recorrentes dessas cadeias (a) a super-regulamentação da atividade; (b) o acesso a linhas específicas de crédito; (c) a qualidade do produto; (d) a precária logística, beneficiamento e comercialização do produto; e (e) a desinformação sobre o mercado florestal (AZEVEDO-RAMOS et al., 2015). Observa-se, assim, que após duas décadas de incentivo ao manejo florestal, os problemas crônicos continuam, o que possivelmente ilustra falha na priorização de ações públicas realmente estruturantes.

#### 4 DISCUSSÃO

Em duas décadas, muito se evoluiu na criação de políticas públicas direcionadas ao pequeno produtor e às populações tradicionais. Regramentos, programas de incentivo, disponibilização de linhas de créditos, transversalidade do tema entre órgãos governamentais, entre outros, indicam a disposição de políticas públicas em contribuir para a evolução da atividade. Sua efetividade como agentes de transformação, no entanto, ainda não se materializou em sua plenitude, uma vez que as reivindicações das populações quanto ao manejo florestal comunitário e familiar pouco mudaram desde o início das primeiras iniciativas.

Embora com certa variação ao longo do tempo, os principais obstáculos ao desenvolvimento do MFCF podem ser divididos em intrínsecos e extrínsecos às comunidades. Os intrínsecos são: a organização comunitária deficitária, a pouca escala e qualidade dos produtos, as

dificuldades de acesso ao mercado e a dependência econômica e técnica; os extrínsecos são a insegurança fundiária da Amazônia, as regras e os regulamentos complexos, a burocracia dos órgãos de licenciamento ambiental, o pouco acesso a crédito e assistência técnica específicos e a políticas de fomento. Mais recentemente, a alteração dos limites de áreas protegidas para acomodar diferentes interesses pode se constituir em uma nova ameaça extrínseca à segurança de populações tradicionais e exige futuras avaliações (FERREIRA et al., 2014, MARTINS et al., 2014).

A existência de políticas e processos voltados ao manejo não significa a possibilidade de acesso a elas por comunidades ou mesmo sua efetividade. Essa pode ser uma explicação de por que, por exemplo, o crédito florestal continua a ser uma forte demanda pelas comunidades, embora haja linhas disponíveis. O financiamento inicial das atividades tem vindo de projetos demonstrativos (AMARAL; AMARAL NETO, 2005). A diversidade de políticas públicas encontradas até o presente, embora auspiciosa, não tem sido efetiva a ponto de levar à consolidação do MFCF como atividade produtiva, trazendo autonomia àqueles pequenos produtores e extrativistas que decidem optar pela economia florestal. Waldhoff e Vidal (2015) consideram que há ainda nessas políticas uma nítida orientação conservacionista que, embora importante, pode afetar a necessidade de sustento de famílias produtoras.

As políticas que envolvem pagamento de preço mínimo pelo produto extrativista e as compras públicas têm sido benéficas no incentivo à produção e à comercialização, embora necessitem de um maior monitoramento para seu aperfeiçoamento e calibragem do preço pago ao produtor, em especial aos PFNMs que se mostram inelásticos ao preço (CALDERON, 2013). Adicionalmente, o fato de o manejo de PFNM não ser regulamentado até o momento em prol do incentivo ao uso de boas práticas tem sido útil para impedir a burocratização do manejo e, assim, permitir que a atividade se desenvolva. Em contrapartida, as legislações voltadas para o manejo madeireiro são extensas, instáveis e



tem sua base fortemente desenvolvida para uma exploração empresarial. Embora as técnicas de manejo madeireiro de baixo impacto possuam bases científicas sólidas (SIST, 2000), os regramentos podem gerar conflitos com a autonomia e forma tradicional de uso dos recursos das comunidades locais (MEDINA et al., 2009; PACHECO; AZEVEDO-RAMOS, 2015). Como consequência, o número de iniciativas de MFCF madeireiro após duas décadas de fomento ainda é incipiente e sob a égide de projetos pilotos. A maioria continua dependente de recursos técnicos e financeiros de ONGs, de Governo ou de empresas (STONE-JOVICICH et al., 2007; POKORNY; JOHNSON, 2008; MEDINA et al., 2009; MEDINA; POKORNY, 2011; 2014; PINTO et al., 2011; HUMPHRIES et al., 2012). Esta situação precisa mudar se a intenção for incluir a economia florestal como uma opção para essas famílias.

As políticas públicas direcionadas a esse tema precisam ser inclusivas e de ampla escala. Ações-vitrine, altamente dependentes de recursos humanos e financeiros e invariavelmente sem capacidade de longa duração, deveriam ser evitadas por governos. O Estado tem que ser capaz de oferecer oportunidades iguais àqueles que queiram desenvolver suas aptidões florestais na escala amazônica. As políticas precisam ser desenhadas por meio de ações estruturantes para o desenvolvimento de atividades produtivas de forma inclusiva e generalizada.

Como a madeira é o produto florestal de maior valor, sempre houve uma perspectiva, seja pelas organizações não governamentais apoiadoras, seja pelas políticas governamentais, de incentivar a inclusão deste produto na cesta econômica das comunidades. No entanto, o manejo florestal madeireiro exige um grau de complexidade na execução de suas várias etapas que transcende muitas vezes o conhecimento e a capacidade das comunidades (POKORNY; JOHNSON, 2008; MEDINA et al., 2009; HAJAR et al., 2011). Embora, eventualmente, as comunidades possam atingir o grau de capacidade de gestão necessário para empreendimentos de manejo florestal madeireiro, o apoio precisa ser

contínuo e de longo prazo, o que raramente acontece. A possibilidade de ingressar ou continuar na atividade por meio de um modelo mais simples pode ser encorajadora para aprendizados mais complexos. Atualmente, a principal barreira está em entrar na atividade.

Não é aceitável que, sob a justificativa de maior controle, o próprio Estado crie regras que não tem condições de cumprir e que gere dificuldades para os potenciais beneficiários da atividade econômica. Por exemplo, dada a complexidade envolvida na implementação de MFCF madeireiro (organização social, conhecimento técnico, licenciamento, gestão), o número de planos de manejo madeireiro protocolados não é o suficiente para gerar interesse dos órgãos ambientais estaduais na simplificação de processos e na capacitação de seus funcionários, ocasionando atrasos no licenciamento que, de tão prolongados, inviabilizam a atividade (ADEODATO et al., 2013). A distância física entre o produtor e os órgãos licenciadores também é outro complicador no acompanhamento dos processos e retificações necessárias. O gargalo no licenciamento faz as agências repassadoras de crédito acreditarem que não há demanda. Seguindo as regras básicas do mercado, sem demanda, não há oferta. As dificuldades dos meios legais acabam fortalecendo um mercado ilegal, que compete de forma injusta com os produtos legais, gerando desconfiança nos órgãos licenciadores e alimentando um ciclo vicioso que permanece até os dias atuais.

## **COMO DESTRAVAR O SETOR FLORESTAL?**

Como visto, os desafios para o desenvolvimento da economia florestal na Amazônia são muitos e recorrentes. Não é a intenção aqui apresentar soluções para todos os requisitos necessários para o desenvolvimento de cadeias produtivas. Essa abordagem aplicada no passado não tem conseguido resolver os problemas. É necessário primeiro destravar o setor e fazer com que produtos florestais legais

estejam disponíveis no mercado. Ao dinamizar a economia, o próprio mercado incentivaria a organização social, o acesso à assistência técnica, a procura por crédito, a melhoria no uso da tecnologia e no beneficiamento e o surgimento de serviços associados, entre outros. Todos são fatores importantes no fortalecimento de uma cadeia produtiva, mas acontecerão paulatinamente à medida que o produto estiver no mercado. Logo, aqui focamos em apenas duas propostas estruturantes.

**1. Simplificação do licenciamento.** A primeira saída parece ser inundar o mercado com produtos legais. Isso requer mudanças substanciais no licenciamento. Como as regras para o manejo florestal madeireiro estão tecnicamente bem estabelecidas e regulamentadas, uma alternativa seria considerar o PMFS declatório, digital e de aprovação imediata (incluindo as autorizações de explorações), com o responsável técnico assumindo a responsabilidade pelas informações lá constantes e, no caso de sua violação, punido de acordo. Os beneficiários dos PMFSs também seriam responsáveis solidários. Os órgãos licenciadores, por sua vez, focariam na auditagem dos PMFSs. Um canal de comunicação direta com a população facilitaria eventuais denúncias e a seleção de planos que exigem vistorias imediatas. Esse procedimento possibilitaria o pronto desenvolvimento da atividade produtiva por milhares de produtores e empresas, incentivando a produção legal e a geração de renda e empregos. Os recursos hoje voltados para a punição de infratores poderiam ser revertidos em atividades de fomento à atividade e ao monitoramento.

Embora, à primeira vista, uma medida como essa possa causar receio quanto à aprovação de PMFSs suspeitos, é preciso lembrar que o procedimento vigente não inibe essa consequência e ainda pode contribuir para o aumento da ilegalidade dada a complexidade para conseguir o licenciamento. Além disso, a desburocratização de atividades com maior responsabilização dos responsáveis pelo projeto tem sido

adotada com êxito em outras atividades. Por exemplo, a prefeitura de São Paulo adotou expediente semelhante para a aprovação de alvarás para abertura de negócios e na construção civil (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2016), com penalidades altas para os responsáveis que fraudarem suas declarações (e.g. perda da licença ou proibição de construir em São Paulo novamente). Outras cidades como Uberaba, Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Atibaia, Campinas, Gaurulhos (SP), Cuiabá (MT), São Luís (MA), Manaus (AM) e Fortaleza (CE) também estão adotando medidas semelhantes (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA, 2016; SECOVI, 2016). O resultado tem sido descrito como maior eficiência em destravar os licenciamentos, em reduzir os custos para os empresários e o estado, em aumentar a arrecadação, em viabilizar empreendimentos e em reduzir a corrupção. No setor madeireiro da Amazônia, a burocracia atual funciona contra todos esses benefícios e o resultado é um mercado ilegal e corrupto ativo. Portanto, alternativas ao procedimento vigente dificilmente podem piorar a situação. Outro exemplo de procedimento declaratório é o Imposto de Renda. Antes caracterizado como um processo complexo, cheio de comprovantes e cálculos difíceis, foi substituído por formulários eletrônicos simplificados, envio digital, sem necessidade de comprovantes, exceto nos casos em que suspeitas sejam levantadas por controle inteligente.

**2. Escala e comercialização.** Uma segunda medida prioritária seria a aproximação entre produtores e compradores. Dificilmente um comprador se interessará em fazer contratos com vários pequenos fornecedores. Dessa forma, a exemplo do que já acontece com vários produtos agrícolas, a existência de entrepostos comerciais florestais (madeireiro e não madeireiro) em locais estratégicos - que produzam escala para a comercialização e concentrem pessoas com melhor conhecimento em negociação - poderia ser a saída para o escoamento e a comercialização da produção de milhares de produtores amazônicos.

Esses entrepostos seriam alimentados por postos de armazenamento localizados mais próximos da área de produção, o que facilitaria o escoamento por parte dos produtores. Dos postos de armazenamento, a produção seria direcionada aos entrepostos comerciais próximos dos mercados compradores. Os entrepostos ainda facilitariam sobremaneira a obtenção de estatísticas florestais, como preços e volumes, facilitando a formulação e o acesso a políticas públicas, como compras institucionais ou pagamento de preço mínimo.

Potencialmente, estruturas físicas já utilizadas para produtos agrícolas da CONAB poderiam ser compartilhadas. No entanto, é possível que seja necessária a ampliação da rede da região Amazônica, uma vez que as unidades operacionais de armazenamento da CONAB variam de 1 a 3 por estado (CONAB, 2016). Parcerias com órgãos gestores de áreas públicas (e.g. INCRA, FUNAI, ICMBio e estados) poderiam resultar em uma rede de escoamento entre postos e entrepostos, facilitando a criação de redes extrativistas e de pequenos produtores. As cooperativas também podem funcionar como postos/entrepostos, somando a esta rede. O importante é que os produtores teriam a sua produção escoada e comercializada, desonerando o produtor de ter que ser um especialista em todos os elos da operação e revertendo em benefícios diretos para a família.

Essas duas medidas iniciais possibilitariam dinamizar uma economia florestal estagnada há décadas por problemas recorrentes. Sem prejuízo de seu aprimoramento ou incorporação de outras alternativas promissoras, esse estudo procurou focar em sugestões que pudessem ativar um gatilho para dinamizar a atividade econômica florestal de pequenos produtores e extrativistas. Como as reclamações dos produtores pouco mudaram em duas décadas de MFCE, foco e soluções inovadoras serão necessárias para que se continue a investir na atividade florestal e, conseqüentemente, ofereça-se uma alternativa à conversão de largas extensões da floresta Amazônica.

## REFERÊNCIAS

ADEODATO, S., VILLELA, M., BETIEL, L.S., MONZONI, M. **Madeira de ponta a ponta: o caminho desde a floresta até o consumo**. FGV ERA, São Paulo, Brasil, 2013. 128 p.

AMARAL, P; AMARAL-NETO, M. **Manejo Florestal Comunitário na Amazônia Brasileira: situação atual, desafios e perspectivas**. Instituto Internacional de Educação do Brasil - IIEB. Brasília, DF, 2000. 59 p.

AMARAL, P; AMARAL-NETO, M. **Manejo florestal comunitário: processos e aprendizagens na Amazônia brasileira e na América Latina**. Belém: IEB: IMAZON, 2005.

AZEVEDO-RAMOS, C.; CARVALHO JUNIOR, O.; AMARAL, B. D. Short-term effect of reduced-impact logging on fauna in eastern Amazonia. **Forest Ecology and Management**, 232 (1-3), 2006, p. 26-35.

AZEVEDO-RAMOS, C.; SOTERO, J.P. Incentivo à economia florestal: avaliação do Fundo Nacional para o Desenvolvimento Florestal (período 2010-2013). **Papers do NAEA**, Belém, n. 345, 2014, p. 1-21.

AZEVEDO-RAMOS, C.; ZWEEDE, M.; COUTO, S.; PACHECO, L., MATA, J. Desafios e oportunidades da produção florestal em Unidades de conservação. **Anais do Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos**. (org. Castro, E.M.R.; Alves, S.R.; Correa, S.A.; Carmo, E.D.). 2015, p. 733-763. NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém, PA. Disponível em <http://produtoracolaborativa.com.br/sialat2015/wp-content/uploads/2015/12/SEMINARIO-SIALAT.pdf>

BAUCH, S., SILLS, E., RODRIGUEZ, L.C.E, MCGINLEY, K. CUBBAGE, F. Forestry Police reform in Brazil. *J. Forestry*, 2009, p. 132-138 (April/May).

BENATTI, J.H., MCGRATH, D.G., DE OLIVEIRA, A.C.M. Políticas públicas e manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia. **Amb. Soc.** 7(2), 2003, p.137-154.

CADASTRO NACIONAL DE FLORESTAS PÚBLICAS. 2013. Serviço Florestal Brasileiro, Brasília, DF, Brasil. [www.florestal.gov.br](http://www.florestal.gov.br). Acessado em: 5 abr. 2014.

CALDERON, R. A. **Mercado de Produtos Florestais Não Madeireiros na Amazônia brasileira**. Tese de Doutorado em Ciências Florestais, Publicação PPGEFL. Departamento de Engenharia Florestal, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013. 96p.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. 2016. Armazéns da CONAB. Disponível em <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=506&t=> Acessado em: 20 maio 2016.

FERREIRA J., L. E. O. C. ARAGÃO, J. BARLOW, P. BARRETO, E. BERENGUER, M. BUSTAMANTE, T. A. GARDNER, A. C. LEES, A. LIMA, J. LOUZADA, L. PARRY, C. A. PERES, R. PARDINI, P. S. POMPEU, M. TABARELLI, ZUANON, J. Brazil's environmental leadership at risk: Mining and dams threaten protected areas. *SCIENCE* v. 346, n. 6210, 2014, p. 706-707. DOI 10.1126/Science.1260194.

GLOBAL GREEN GROWTH INSTITUTE E MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Estudo para identificação de alternativas de desenvolvimento de baixo carbono para o Brasil: setor florestas**. Relatório. Brasília, DF. Brasil, 2010.

GUERRA, F. G. P. Q; SANTOS, A. J. S. SANQUETTA, A. M. B; ALMEIDA, A. N. Quantificação e valoração de produtos florestais não-madeireiros. *Floresta*, Curitiba, PR, v. 39, n. 2, 2009, p. 431-439, abr./jun.

HAJAR, R. MCGRATH, D.G., KOZAK, R.A., INNES, J.I. Framing community forestry challenges with a broader lens: case studies from Brazilian Amazon. *J. Environ. Manage.* 92, 2011, p. 2159-2169.

HIGUCHI, N. Utilização e manejo de recursos madeireiros das florestas tropicais úmidas. *Act. Amaz.* 24, 1994, p. 275-288.

HUMMEL, A.C. **Normas de Acesso ao Recurso Florestal na Amazônia Brasileira: o caso do manejo florestal madeireiro**. Dissertação de Mestrado. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Manaus, AM, 2001.

HUMPHRIES, S., HOLMES, T. P., KAINERA, K., KOURYD, C. G. G., CRUZE, E., ROCHA, R. M. Are community-based forest enterprises in the tropics financially viable? Case studies from the Brazilian Amazon. **Ecological Economics** 77, 2012, p. 62-73.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção extrativa vegetal e da silvicultura 2014**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acessado em: 1 ago. 2015.

IEB; IMAZON. 2007. **Iniciativas de manejo florestal comunitário e de pequena escala [mapa e banco de dados]**. IEB- Instituto Internacional de Educação do Brasil; Imazon – Instituto do homem e Meio Ambiente da Amazônia. Disponível em <http://www.iieb.org.br/diagnosticomfc/>. Acesso em: 24 mar. 2015.

INCRA – Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária. Disponível em [www.incra.org.br](http://www.incra.org.br). Acessado em: 30 abr. 2016.

KALIF, K., MALCHER, S.A.O.; AZEVEDO-RAMOS, C.; MOUTINHO, P. The effect of logging on the ground-foraging ant community in eastern Amazonia. **Studies of Neotropical Fauna and Environment**, 36(3), 2002, p. 215-219.

MARTINS, H.; ARAÚJO, E.; VEDOVETO, M.; MONTEIRO, D.; BARRETO, P. 2014. **Desmatamento em Áreas Protegidas Reduzidas na Amazônia**. Belém: Imazon. 20 p.

MEDEIROS, R.; YOUNG; C.E.F.; PAVESE, H. B.; ARAÚJO, F. F. S. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Sumário Executivo**. Brasília: UNEP-WCMC, 2011, 44 p.

MEDINA, G; POKORNY, B; CAMPBELL, B. M. Community forest management for timber extraction in the Amazon frontier. **International Forestry Review**, 11 (3), 2009, p. 408-420.

\_\_\_\_\_; POKORNY, B. Avaliação Financeira do Manejo Florestal Comunitário. **Novos Cadernos do NAEA**, 14(2), 2011, p. 25-36



\_\_\_\_\_ ; POKORNY, B. Avaliação Financeira do Manejo Florestal Comunitário. Goiânia: Kelps, 2014. 216 p.

MESQUITA, B. A. Conflitos Territoriais na Amazônia na era do capital. In SHIRAISHI NETO, J. (org.). **Meio Ambiente, território & práticas jurídicas: enredos em conflito**. São Luís: EDUFMA. 2011, p. 53-84.

MOLNAR, A. **Forest Certification and Communities: looking forward to next decade**. Forest trends, Washington, DC, USA, 2003.

NUNES, F.; SOARES-FILHO, B.; GIUDICE, R.; RODRIGUES, H.; BOWMAN, M.; SILVESTRINI, R.; MENDOZA, E. Economic benefits of forest conservation: assessing the potential rents from Brazil nut concessions in Madre de Dios, Peru, to channel REDD+ investments. **Environmental Conservation**, v. 39, n. 2, 2012, p.132-143.

PACHECO, J., AZEVEDO-RAMOS, C. Populações tradicionais em Unidades de Conservação: limites entre a autonomia x tutela. **Anais do Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos**. (Org. Castro, E.M.R.; Alves, S.R.; Correa, S.A.; Carmo, E.D.). 2015, p. 105-117. NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém, PA. Disponível em <http://produtoracolaborativa.com.br/sialat2015/wp-content/uploads/2015/12/SEMINARIO-SIALAT.pdf>

PINTO, A. C. B.; AZEVEDO-RAMOS, C.; CARVALHO JR, O. Activity patterns and diet of the howler monkey *Alouatta belzebul* in selectively-logged and unlogged forests in Eastern Amazonia. **Animal Biodiversity & Conservation**, 26.2, 2003, p. 39-44.

\_\_\_\_\_ ; AMARAL, P.; AMARAL, M. Iniciativas de manejo florestal comunitário e familiar na Amazônia brasileira 2009/2010. Imazon, IEB, GIZ; Serviço Florestal Brasileiro. Belém, PA, 2011. 84 p. POKORNY, B.; JOHNSON, J. Community Forestry in the Amazon: the unsolved challenge of forests and poor. **Nat. Resour. Perspect.**, 112, 2008, 4 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. 2016. Um ponto contra a burocracia. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/>

secretarias/subprefeituras/sp\_mais\_facil/index.php?p=1015. Acessado em: 25 maio 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA. 2016. Planejamento estuda desburocratização de processos da construção civil. Disponível em: <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,33656>. Acessado em: 25 maio 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA. 2016. **Planejamento estuda desburocratização de processos da construção civil**. Disponível em: <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,33656>. Acessado em: 25 maio 2016.

SANTANA, A. C. **Valoração de produtos florestais não madeireiros da Amazônia: o caso da castanha-do-brasil**. Belém, 2015. Tese (Professor Titular) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos. Belém. 103 p.

SANTANA, A. C.; SANTANA, ÁDINA L.; GOMES, S. C.; SANTANA, ÁDAMO L.; NOGUEIRA, A. K. M.; OLIVEIRA, C. M.; SANTOS, M. A. S. Evidências do mercado de produtos da pequena produção na região da Transamazônica e BR-163 no estado do Pará. **Revista de Estudos Sociais**, v. 17, 2015, p. 186.

\_\_\_\_\_; AMIN, M. M; COSTA, N. L.; SANTANA, ÁDINA L.; SANTOS, M. A. S. An economic valuation of managed roundwood in the region of Marajó, in the state of Pará. **International Journal of Development Research**, v. 6, n. 63, 2015b, p. 7222-7227.

SANTOS, R. R. **O extrativismo de castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*) no rio Madeira, Rondônia: bases para uma gestão ambiental participativa**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, 2011. 151 p. SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO – SFB. 2015. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: [www.florestal.gov.br](http://www.florestal.gov.br). Acessado em: 11 abr. 2014.

SECOVI - Sindicato da Habitação de São Paulo. 2016. **Municípios apresentam soluções para agilizar licenciamentos**. Disponível em:

<http://www.secovi.com.br/noticias/municipios-apresentam-solucoes-para-agilizar-licenciamentos/11194/> Acessado em: 15 abr. 2016.

SCHERR, S.J.; WHITE, A.; KAIMOWITZ, D. **Making markets work for forest communities**. Forest Trends, Washington, DC and Center for International Forestry Research (CIFOR), Bogor Indonesia, 2002. SHANLEY, P., GAIA, G.R. Equitable ecology: collaborative learning for local benefit in Amazonia. *Agric. Syst.* 73, 2002, p. 83-97.

SILVA, S. M. P. Estado e políticas públicas no mercado de castanha-do-brasil no Estado do Acre: uma análise pela abordagem do desenvolvimento local. *Revista IDEAS*, v. 4, n.1, 2010, p.103-128.

SILVEIRA, J.M., C. AZEVEDO-RAMOS. The effect of reduced-impact and conventional logging techniques on the lizard *Kentrops calcarata* (Teiidae) in the eastern Amazon. *Ecotropica* 16, 2010, p.1-14.

SIST, P. Reduced-impact logging in the tropics : objectives, principles and impacts. *The International Forestry Review*, v. 2, n. 1, SPECIAL ISSUE: REDUCED IMPACT LOGGING, 2000, p. 3-10.

STONE-JOVICICH, S.; CRONKLETON, P.; AMARAL, P.; SCHMINK, M. **Acompanhamento para o manejo florestal comunitário no Projeto Cachoeira, Acre - Brasil**. Centro para a pesquisa Florestal Internacional – CIFOR. Indonésia, 2007. 42 p.

VERÍSSIMO, A. **Influência do Promanejo em Políticas Públicas de Manejo Florestal Sustentável na Amazônia**. Série Estudos 3. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, 2005, 49 p. Disponível em [http://www.mma.gov.br/estruturas/168/\\_publicacao/168\\_publicacao30012009112141.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao30012009112141.pdf). Acessado em: 15 maio 2015.

VIANA, V. M. Bolsa Floresta: um instrumento inovador para a promoção da saúde em comunidades tradicionais na Amazônia. *Estudos avançados*, v. 22, n. 64, 2008, p.143-153.

VIANNA, A. L. M.; KOURY, C. G.; ARRUDA, A. N.; FERREIRA, D.; BARROS, H.; NOGUEIRA, O. **Diagnóstico florestal do estado do Amazonas**. IDESAM, Manaus, Brasil, 2013.

WALDHOFF, P. **Resultados da avaliação do manejo florestal comunitário sobre os meios de vida de seus protagonistas: destaque para conservação ambiental em detrimento a produção e autonomia**. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura “Luz de Queiroz”, Piracicaba, SP, 2014.

WALDHOFF, P.; VIDAL, E. Community loggers attempting to legalize traditional timber harvesting in the Brazilian Amazon: An endless path. **Forest policy and Economics** 50, 2015, p. 311-318.

WEBER, J.G. SILLS, E.O., BAUCH, S., PATTANAYAK, S.K. Do ICDPs work? An empirical evaluation of forest-based microenterprises in the Brazilian Amazon. **Land Economics**, 87 (4), 2011, p. 645–681.

WHITE, A.; MARTIN, A. **Who owns the world’s forest? Forest tenure and public forest in transition**. Forest Trends and the Center for International Environmental Law, Washington, DC, USA, 2002.

## OS SONHOS DAS NOSSAS MÃOS: O TRABALHO NO PROCESSO CRIATIVO DOS ARTESÃOS DE MIRITI DE ABAETETUBA

---

*Amarildo Ferreira Júnior<sup>1</sup>*

*Silvio Lima Figueiredo<sup>2</sup>*

**Resumo:** O texto discute a noção de trabalho para compreender as atividades tradicionais reatualizadas na Amazônia, definindo o processo criativo dos Brinquedos de Miriti de Abaetetuba (Pará), elaborada com foco na teoria dos campos sociais. As práticas abordadas nesse processo demonstram que o trabalho é um campo amplo de práticas que extrapolam a dicotomia trabalho/não trabalho, imposição fetichizada legada pela lógica societal dominante. Utilizamos como métodos survey exploratório e trabalho de campo, com observações diretas, entrevistas e pesquisas bibliográfica e documental. Assim, pudemos constatar que o trabalho possui dimensões e sentidos que ultrapassam sua vinculação à ideia de venda de força de trabalho ou à reprodução técnico-racionalista capitalista. Com o processo criativo como categoria para estudo da noção de trabalho, também nos foi possível compreender novas formulações práticas dos processos de trabalho e de suas inserções políticas e identitárias em regiões como a Amazônia.

---

<sup>1</sup> Professor do Instituto Federal de Roraima (IFRR). Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA). Bolsista de doutorado do CNPq. E-mail: amarildo.junior@ifrr.edu.br.

<sup>2</sup> Professor e pesquisador do NAEA/UFPA. Doutor em Comunicação (ECA/USP), com estágio pós-doutoral em Sociologia na Université René Descartes - Paris V Sorbonne. Pesquisador do CNPq. E-mail: slima@ufpa.br.

**Palavras-chave:** Artesãos de miriti. Práticas sociais. Processo criativo. Trabalho.

## DREAMS OF OUR HANDS: THE WORK THROUGH THE CREATIVE PROCESS OF MIRITI ARTISANS FROM ABAETETUBA

**Abstract:** This article discusses the notion of work to understand the traditional activities into the actual Amazonian context defining the creative process of Miriti's Toys from Abaetetuba (Pará state, Brazil) according "field-theoretic approach". The practices dealt with in this process demonstrate that the work as a wide field of practices, which extrapolates the non-work/work dichotomy, fetishized imposition devised by the dominant societal logic. As methodic, we analyzed exploratory survey, fieldwork, direct observations, interviews and documental and bibliographic research. Ergo, we verify that work has dimensions and meanings beyond the power of labor sale or to the capitalist technical-rationalist reproduction. Taking the creative process as the central category to study the notion of work, we could also understand new practical formulations of labor, as well as its political and identity inserts in regions like Amazon.

**Keywords:** Miriti artisans. Social practices. Creative process. Working.

## INTRODUÇÃO

A epígrafe do romance *Girândolas*, do qual extraímos o título deste texto<sup>3</sup>, diz-nos que o artesão de miriti é a história das suas mãos (LEITE, 2009). São homens e mulheres que criam artefatos que brotam

<sup>3</sup> "Ali, o lugar para o miriti descansar à **espera dos sonhos das nossas mãos**. Um mundo para os nossos olhos e para a vida da nossa gente" (LEITE, 2009, p. 81, negrito nosso).

da memória, dos esquecimentos, dos sentimentos e, sobretudo, do trabalho de suas mãos, por meio das quais (mas não exclusivamente) se inserem nessa longa história humana de transformação da natureza (CASTRO, 1999), em que é característica básica o emprego de recursos ditos naturais em atividades socioeconômicas e culturais.

Portanto, tornam-se sujeitos dessa história por meio de um tipo de atividade (o artesanato) que engloba artefatos nos quais coexistem contornos pré-industriais, industriais e pós-industriais; urbanos e rurais; religiosos e lúdicos; do trabalho e do lazer; “populares” e “cultos” (FROTA, 2010); utilitários e estéticos. Mas, mesmo que movimentem uma considerável economia e elaborem, compartilhem e reelaborem profundos sentidos e simbolizações na realização e reprodução de sua atividade, como demonstraremos a seguir, o lugar que tais artesãos ocupam no espaço social não raras vezes é interpretado como um resíduo, um acessório ou um exotismo extemporâneo.

Este texto apresenta reflexões sobre as práticas sociais que permitem o desenvolvimento, a preservação e o repasse de saberes que homens e mulheres do município de Abaetetuba, localizado na microrregião de Cametá, no Nordeste do estado do Pará, realizam para a elaboração de artefatos a partir do manuseio de materiais maleáveis que a palmeira conhecida como miriti (*Mauritia flexuosa* L.f.), abundante na região, lhes oferece. Direccionam-se essas discussões ao conceito de trabalho, que colocamos em contato com a categoria *processo criativo*, de forma que possamos ir além da superficial e equivocada vinculação daquele conceito com as relações salariais, o que pouco nos ilumina na compreensão de atividades tradicionais reatualizadas na região amazônica (CASTRO, 1999).

Para isso, utilizamos como aporte a teoria da prática e dos campos sociais (BOURDIEU, 2013; 1983), cuja aplicação se deu pela realização de pesquisa bibliográfica e documental, *survey* exploratório e trabalhos de campo. Foi realizado um *survey* exploratório (2013) e quatro trabalhos

de campo (2014-2015), permitindo-nos a coleta de dados por meio da realização de observações diretas e de 25 entrevistas direcionadas preferencialmente aos artesãos que criam como principal artefato os chamados Brinquedos de Miriti de Abaetetuba<sup>4</sup>, elaborados por meio do entalhe da polpa (bucha) retirada do pecíolo da folha dessa palmeira ainda jovem.

## 1 O PROCESSO CRIATIVO DOS ARTESÃOS DE MIRITI COMO CATEGORIA DE ESTUDO DA NOÇÃO DE TRABALHO

O retorno à discussão da noção de trabalho tem se mostrado necessário devido tanto a sociologia como a economia do trabalho terem direcionado muito seus estudos, sobretudo nas últimas décadas, para situações de trabalho a partir das relações salariais e para a análise de processos e padrões de organização, que configurassem a emergência ou a consolidação de modos de produção considerados técnico e organizacionalmente mais avançados, tornando-se a fábrica moderna e o emprego fabril o paradigma das análises realizadas (BLASS, 2004). Tal paradigma, próprio da racionalidade dominante nas sociedades modernas e hipermodernas contemporâneas, define formas de trabalho que escapam dos padrões de saber técnico e científico que prescreve

---

<sup>4</sup> Os Brinquedos de Miriti de Abaetetuba são um tipo de artesanato singular e específico desse município. Loureiro (2012) os caracteriza e classifica, demonstrando sua singularidade, que passa por aspectos estéticos, por sua temporalidade e pela alternância entre suas funções estéticas e lúdicas (conversão semiótica), além de também abarcar atributos de identificação geográfica e de uma inserção mercadológica que, conforme apontaram Totaro e Rodrigues (2014), se dá por meio de uma diferenciação formal estabelecida por sua vinculação geográfica. Por isto, e considerando-se que existem outros tipos de brinquedos elaborados com a fibra do miriti nas diversas localidades em que se encontra a palmeira, continuamos empregando a distinção que vimos utilizando em Ferreira Júnior (2015), na qual optamos pelo termo *Brinquedos de Miriti*, quando nos referimos ao tipo de artefatos que naquele e neste estudo estamos abordando, e *brinquedos de miriti*, quando tratamos genericamente de qualquer tipo de brinquedo elaborado com fibras extraídas do miriti.



como aquilo que é tido como *exótico* (TAVARES; FIGUEIREDO, 2012), classificando-as comumente como não trabalho, economicamente marginais e de subsistência, ultrapassadas, não produtivas ou inferiores.

Essas concepções estão, conforme apreendemos de Arendt (2014), ligadas à transformação que a própria noção de trabalho sofreu no decorrer do tempo, especialmente na era moderna, que passa a glorificar o trabalho como fonte de todos os valores, o que, de acordo com a filósofa judaico-alemã, define a vitória do que é apenas uma dentre as espécies animais que povoam a Terra, e que, na melhor das hipóteses, é somente a mais desenvolvida: o *animal laborans*, elevado agora à posição que era tradicionalmente ocupada pelo *animal rationale*. Assim, junto à vitória do *animal laborans* vem o elogio à produtividade, equívoco que Hannah Arendt encontra inclusive em Karl Marx, e, desse modo, vão se produzindo distinções no interior do trabalho: inicialmente, entre trabalho produtivo e improdutivo; um pouco mais adiante, entre mão de obra qualificada e não qualificada; e, ao final, entre atividades de trabalho manual e intelectual (ARENDR, 2014).

Arendt (2014), no entanto, estabelece ela própria outra distinção, dessa vez entre o *labor* e a *obra*, cujo primeiro representa a produção que ainda é governada mais pelas necessidades que a espécie humana compartilha com outros animais, porém “racionalizadas” ao se vincularem à moderna ideia de produtividade, enquanto a segunda é a criação que resulta da maior desvinculação ou desvinculação total entre trabalho e necessidade, sendo elaborada pelo que a autora denomina como *homo faber*. Para Arendt (2014), essa distinção evidencia que o *animal laborans* e a noção de trabalho surgida a partir de sua elevação, colocados frente a frente ao *homo faber* e à obra, demarcam a impotência política do homem moderno, cujas atividades de (re)produção permanecem determinadas pelas necessidades, com o agravante de agora também serem determinadas pela busca incessante de aumento da produtividade e da “racionalidade” que o permite alcançá-la.

É a partir de provocações dessa estirpe, dirigidas ao significado e aos lugares do trabalho naquilo que aparentemente é não trabalho, que se vislumbra o dimensionamento do processo criativo dos artesãos de miriti enquanto um tipo específico de trabalho, que, além de meio pelo qual os Brinquedos de Miriti são feitos, é a um só tempo o desencadeador de suas relações associativas e uma de suas formas (FERREIRA JÚNIOR, 2015).

Assim, nessa forma de trabalho, os principais elementos a serem tomados em conta são as relações sociais que ocorrem no interior do processo de criação dos Brinquedos de Miriti de Abaetetuba e que contribuem para definir essa atividade artístico-cultural específica. Tal abordagem praxeológica da noção do trabalho nos permite pensá-lo como um campo amplo de práticas e atividades, que extrapolam a oposição binária entre mundo do trabalho e do não trabalho (BLASS, 2004), além de deslocar a perspectiva para os sujeitos que realizam determinadas tarefas e atividades, no lugar de se deter apenas a certos padrões técnicos e tecnológicos do quê e de como se faz ou deveria ser feito.

Permite, portanto, que se reconheça que a atividade que esses agentes exercem é um tipo de trabalho que vai além das concepções que historicamente o reduzem à forma de emprego de mulheres e homens adultos profissionais que, principalmente a partir da emergência da organização da produção fabril na Inglaterra do final do século XVIII (BLASS, 2004), exercem suas atividades fora de casa, como um trabalho assalariado, heterodeterminado, estranhado e fetichizado, que incompatibiliza uma vida cheia de sentidos *fora* do trabalho porque esvazia de sentidos a vida *dentro* do trabalho (ANTUNES, 2000). Com isso, aglutinam-se à discussão sobre *trabalho*, ponderações a respeito de processos identitários dos artesãos de miriti, uma vez que evidenciamos suas práticas, pensamentos e maneiras de encarar a realidade para, a partir de então, tratarmos sobre a dinâmica de seus saberes e, em especial, sobre a definição do processo criativo que adotam.

Tendo um conhecimento complexo, os artesãos de miriti produzem seus artefatos esculpindo habilmente na frágil bucha que retiram da palmeira que consideram santa, formas simples que recriam suas experiências, o mundo que lhes cerca e seus sonhos (LOUREIRO, 2012; SILVEIRA, 2012; LEITE, 2009). Tal produção se dá mediante uma complexa maneira de operar, que é o que denominamos como processo criativo, isto é, um processo de trabalho que é mais amplo que a redução descritiva – descrição que prescindimos neste texto – das técnicas empregadas e da divisão objetiva de suas tarefas, procedimento mais geralmente acionado por quem se propõe o estudo dos artesanatos por meio de apreensões técnico-rationais e mais restritas.

Tais apreensões excluem de seu debate, por exemplo, a pertinência e a reprodução de saberes de populações tradicionais sobre recursos naturais e suas estratégias de uso e de exploração comercial (CASTRO, 1999), desconhecendo que tais saberes têm atualizado processos de trabalho e padrões de gestão que continuam a compor o cotidiano da produção de regiões como a Amazônia brasileira, principalmente devido ao ritmo acelerado das mudanças sociais, econômicas e ambientais que nela se encontram. Castro (1999) destaca que o estudo de formas tradicionais ou relativamente tradicionais de trabalho pode trazer mais clareza à explicitação dessa noção, pois permite distanciar-se temporal e espacialmente do padrão dominante da relação salarial, o que permite o avanço em distintas formulações que não sejam conduzidas “[...] pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital” (ANTUNES, 2000, p. 15).

Assim, vamos mais adiante com o processo criativo, englobando tanto as técnicas que os artesãos desenvolveram, aperfeiçoaram e mantêm ao longo dos anos, obtendo nesse percurso histórico ganhos de eficiência e eficácia, apesar dos discursos contrários, quanto o recurso às suas memórias, esquecimentos e experiências enoveladas a sonhos, quimeras e devaneios, que o artesão de miriti acessa como objetos

moventes que o auxiliam a criar suas peças, além de todos os significantes que a atividade possui enquanto prazer em exercê-la e comercializar seus resultados, o que contribui para definir singularidades no trabalho por ele realizado.

Ao acionar essas memórias e experiências, buscando traduzir, a partir do seu olhar, o espaço amazônico que vivencia (SILVEIRA, 2012), o artesão de miriti as expõe simbolicamente na bucha de miriti. Ele projeta essa operação cognitiva, volitiva e afetiva por todo o processo criativo, que assim é atravessado de ponta a ponta por intermediações entre distintas subjetividades.

Logo, desde seu início, o processo criativo, que se dá consoante um belo decurso no qual criar é trabalho ao mesmo tempo em que é deleite, não se resume a uma realidade simplesmente técnica e econômica, uma vez que ali o trabalho também “[...] é representado por um caráter único, ou seja, reúne nos elementos técnicos e de gestão o mágico, o ritual, enfim, o imaginário coletivo recriado no mundo simbólico” (CASTRO, 1999, p. 35). É assim que as práticas que conformam o processo de criação dos artesãos de miriti se dão geralmente por meio de uma integração entre família e vizinhança, fazendo com que essa tradição e ofício sejam caracterizados por sua realização prioritariamente no que Ferreira Júnior (2015) denominou núcleos criativos familiares, relações associativas primárias na vida do artesão de miriti, que se forjam em unidades familiares de produção que possuem especificidades e encerram estratégias de produção e reprodução familiares e comunitárias tradicionalmente cultivadas.

Contribuindo para a continuidade e perpetuação da atividade de criação desses artefatos, os núcleos criativos familiares também contribuem para a redução dos custos de produção da atividade. Mais que isso, suas “[...] práticas inserem-se na rede de sociabilidade, solidariedade e de vínculos afetivos que remetem ao sistema de relações sociais construído na convivência cotidiana [...]” (BLASS, 2004, p. 12) de

seus realizadores. É assim que, mesmo se reafirma procedimentos de dominação paternalistas que reificam formas produtivas no âmbito das relações de dominação<sup>5</sup>, essa categoria de trabalho, com seus aspectos visíveis, tangíveis e simbólicos, faz parte de um sistema bem mais amplo de ações e de estratégias indissociáveis de outras atividades do cotidiano, assim como de relações de parentesco, políticas ou religiosas (CASTRO, 1999). Leite (2009, p. 80, **negrito nosso**) a ilustra quando escreve:

[...] o que eu vou contar agora aconteceu no início de um mês de junho. **Meu pai e uns companheiros** foram até uma localidade chamada Sirituba. De lá, do meio de um tremedal, eles trouxeram umas braças de miriti para dentro das **nossas casas. E iniciaram um trabalho**, um fazer.

Logo, nos núcleos criativos familiares, os artesãos de miriti, de igual modo que os ceramistas evidenciados por Tavares e Figueiredo (2012), não apenas conseguem condições materiais e financeiras para satisfazer suas necessidades de sustento, como também expressam sua reflexão do mundo, que é construída por sua sensibilidade, pelos conhecimentos das técnicas e pelas relações sociais que estabelecem no processo de criação, integrando vida econômica e vida social do grupo e demonstrando que, a despeito de algumas atividades serem concebidas pelas sociedades capitalistas modernas como sendo de não trabalho, elas se inserem no sistema de relações sociais dos sujeitos, que também passam a compartilhar e produzir nelas lugares e significados de trabalho.

Dessa maneira, o trabalho, diz-nos Castro (1999), passa a fazer parte da cadeia de sociabilidade desse grupo social, e a ela está indissociavelmente ligado, o que facilita encontros interfamiliares, realização de festas, perpetuação de rituais e outras modalidades de trocas não econômicas. É uma forma solidária de trabalho, como bem

<sup>5</sup> Nesse sentido, Nascimento (2015) propõe e acena para o início de uma discussão das relações de gênero no processo criativo e, principalmente, na apresentação e representação dessas relações na vida associativa dos artesãos de miriti e na subjetivação e no significado do valor do trabalho das artesãs de miriti.

notou Gomes (2013), que, por conta disso, às vezes ainda se permite declinar da maior produtividade que as máquinas proporcionam em troca da possibilidade de compartilhar mais o tempo de estar junto com a família ou vizinhos, sendo esse mesmo estar junto uma forma de tornar mais eficiente o trabalho, mediante a divisão de atividades, e nele gerar outros significantes e significados.

Ademais, na matriz de percepções, de apreciações e de ações que socialmente constroem e adquirem, os artesãos de miriti possuem fortes traços de fé religiosa popular, que se expressa cotidianamente e que tem como ponto alto a chegada a Belém, capital do Pará, durante a festa do Círio de Nazaré<sup>6</sup>, na qual recebem motivações específicas para os produtos de sua criação, reconhecidos como elementos associados à festa. Tal fé é tão presente na construção da identidade do artesão de miriti, que inclusive se encontram casos de pessoas que se tornaram artesãs para cumprir uma promessa feita a Nossa Senhora de Nazaré, e que atribuem a Ela a responsabilidade por terem desenvolvido essa habilidade, como relata o artesão Amadeu Sarges, 58 anos.

[...] eu sempre digo que cada artesão tem uma história né, e eu te falo assim, que a minha história pra começar a fazer brinquedo, [...] eu fui levar minha mãe um ano em Belém pra fazer uma cirurgia [...], e tinha que entrar na Praça do Carmo [localizada no Centro Histórico de Belém]. Era uma das primeiras feiras que surgiu lá. [...] aí quando eu subi, que a gente foi embora lá pra [Catedral da] Sé, eu vi a praçazinha em época de Círio tudo colorido, né, os brinquedos das pessoas daqui. E aquilo me deixou feliz, sabe, de ver ali tudo colorido e a **intenção veio dentro de mim** de que quando eu acompanhasse o Círio não restou dúvida de eu pedir muito pela minha mãe, pela boa cirurgia dela, e pedi pra Nossa

<sup>6</sup> O Círio de Nossa Senhora de Nazaré é uma polissêmica e complexa festividade religiosa, cuja principal romaria é realizada no segundo domingo de outubro de cada ano na cidade de Belém, capital do estado do Pará. Para mais informações sobre tal festa, confira Alves (1980) e Figueiredo (2005), e, para uma análise mais detalhada da presença dos artesãos de miriti em Belém durante sua realização, confira Ferreira Júnior e Figueiredo (2014a).

Senhora que me desse um recomeço assim, uma luz pra que no outro ano eu tivesse vendendo brinquedo lá. Aí eu vim de lá sem pensar duas vezes em aprender a cortar o miriti que eu não sabia. Eu não faço tudo, mas faço bastante peça [...] e [gostaria] te dizer assim que eu tenho como um dom que **a Nossa Senhora sabe**. Eu tenho certeza que Ela intercedeu a Deus através do meu pedido e eu ser esse artesão que eu sou hoje, graças a Deus ter o conhecimento que eu tenho, ter feito amizade e te dizer, sabe, **you não imagina o amor que eu tenho nessa arte de miriti** (artesão Amadeu Sarges, entrevista concedida em 21 ago. 2014).

A Ela também atribuem os sucessos de vendas e da vida, principalmente quando vieram em situações adversas em que não vislumbravam um desfecho mais feliz. Confiam na Santa tanto quanto confiam em Deus, em suas famílias e na atividade que exercem, e por isso os núcleos criativos familiares e, no mais, toda a vida associativa dos artesãos de miriti, são compostos também por cenas de expressão ritual e religiosa, mais ou menos manifestas, que se assentam e entrelaçam às cenas cotidianas da vida social.

### 1.1 REPRESENTAÇÃO DO TRABALHO NO PROCESSO CRIATIVO DOS ARTESÃOS DE MIRITI

Vivendo no decorrer das estradas que permitem o acesso à cidade de Abaetetuba, na região das ilhas ou no núcleo urbano do município, onde se concentra a maioria, os artesãos de miriti, embora inseridos em processos de urbanização e globalização, são detentores de pensamentos, percepções e ações que ainda possuem fortes características dos esquemas interiorizados por aquele tipo particular de representação social que Salles e Salles (1969) definiram como “civilização do caboclo”. São artesãos urbanos que, entretanto, possuem íntima ligação com a ambiência ribeirinha.

Poucos deles, no entanto, obtêm somente desse ofício a base econômica para sua vida, embora esse número venha crescendo nos últimos anos. Muitos dividem seu trabalho com a construção de embarcações, a panificação, a venda na feira à beira de Abaetetuba, a pesca, a construção civil, etc. Entre os que atualmente vivem somente do ofício de artesão, não são poucos os que desempenharam outras atividades econômicas anteriormente, mesmo que paralelamente ao artesanato de miriti. No entanto, essas demais atividades muitas vezes lhes permitiram desenvolver habilidades, que se tornaram importantes para a criação do artesanato, como é o caso de Valdeleno Marques Diogo (Leno), 32 anos, que trabalhou com peças de isopor para decorar festas, o que lhe permitiu desenvolver grande habilidade para entalhar peças grandes e com muitos detalhes.

Nos casos em que exercem outras atividades de forma paralela ou mesmo em que o artesanato é atividade secundária, diversas são as variações na maneira como organizam o seu cotidiano entre cada fazer: Amadeu Sarges vende peixe no mercado municipal pela manhã e após o almoço vai para o ateliê nos fundos de sua casa; José Roberto do Carmo Ferreira (Beto), 42 anos, é camelô pela manhã, mas, além de criar brinquedos após esta atividade, também cria durante seu exercício; e Iranil Santos (Dona Iranil), 59 anos, que possui uma venda de açaí na parte de frente da sua casa, divide seu tempo entre essas duas atividades e a atividade doméstica, mas, quando se aproxima o Círio de Nazaré, deixa a “bateção” do açaí a cargo de seu esposo, seu irmão ou suas filhas.

Assim, alguns exercem uma atividade durante a manhã e a outra durante a tarde ou noite, ou o contrário; outros trabalham com o miriti em uma ou mais épocas do ano – próximo do MiritiFestival, um festival cultural que ocorre anualmente em Abaetetuba<sup>7</sup>; e nas proximidades do Círio de Nazaré. Quase unanimidade entre eles é paralisar suas outras atividades e dedicar-se exclusiva e árduo/prazerosamente à criação de

<sup>7</sup> Sobre o MiritiFestival, confira Ferreira Júnior e Figueiredo (2014b).



Brinquedos de Miriti conforme o Círio de Nazaré se aproxima, com a intensificação dos ajuntamentos que se formam em cada núcleo criativo familiar existente em Abaetetuba.

Assim, no trabalho do artesão de miriti, envolvem-se valores éticos, estéticos e práticos próprios de uma criação que, embora utilize um método, não se reduz a ele, pois também persegue outros objetivos e valores (BLASS, 2004), com manutenção de uma sociabilidade que se dá nos tempos lúdicos de reunião familiar e comunitária em torno de uma produção em que o estar junto se expressa nas folganças que se vê e se ouve durante sua realização, e de uma experiência estética particular que encerra o desejo de *encantar* – termo tão caro à cosmologia amazônica –, crianças e adultos com esses brinquedos e a vontade de colorir a festa do Círio de Nazaré. Experiência que se projeta, portanto, para si e para o outro, estabelecendo diversos sentidos que se formam e se (re)formam nos momentos de realização do trabalho figurado em processo criativo. Logo, temos um labor criativo em que ainda persiste alguma liberdade, folgança e prazer nesse trabalho-cultura, que, mesmo com suas inúmeras informalidades, permite não apenas a geração de renda, mas a possibilidade de constituição de uma vida cheia de sentidos *dentro* e *fora* do trabalho.

Referenciado, sobretudo, na vida cotidiana e no trabalho da população da qual os artesãos de miriti fazem parte, o processo criativo retira grande parte de seus significados de si mesmo, do que o artesão compartilha com os demais e da natureza<sup>8</sup> que lhe cerca, o que emerge na própria tipologia dos brinquedos criados, reflexo dessa relação íntima

<sup>8</sup> Arendt (2014) diz-nos que a obra “[...] não prepara a matéria para incorporá-la, mas transforma-a em material, para operar nele [*work upon*] e utilizar o produto acabado” (p. 123, cursivas no original). Portanto, é em uma relação com a natureza semelhante a essa que o processo criativo do artesão de miriti é um processo construtor-de-mundo [*world building*], no qual o artesão estabelece sentido ao que faz e aos objetos que surgem daquilo que faz e, pelo artifício humano, ganham mundanidade (ARENDR, 2014), mesmo que sua permanência no mundo seja potencialmente efêmera, dada a fragilidade da matéria com a qual são produzidos.

com a realidade pelas representações que faz. Além disso, pode-se destacar que há uma dupla inserção do trabalho (bem como da ludicidade) nos Brinquedos de Miriti: inicialmente, pela sua produção, que originará cada um dos brinquedos criados, e, posteriormente, pela sua representação nesses brinquedos criados mediante o trabalho do artesão.

Com isso, ao nos depararmos com brinquedos que reproduzem situações de trabalho, vê-se que se os artesãos de miriti *brincam de trabalhar*, como muitos deles afirmaram em entrevistas, eles também objetificam nos brinquedos as cenas de trabalho próprias da realidade em que vivem ou que experimentam. Dessa forma, trabalho e ludicidade vão em conjunto e entrelaçados de uma extremidade à outra, pois tal trabalho tanto se originou do desejo de brincar, conforme contam as narrativas sobre suas origens, como é realizado com elementos próprios do jogo, e termina por originar uma peça com a qual se vai brincar, apesar de também poder ser utilizada como objeto de uso estético e decorativo – o que não a esvazia de seus sentidos lúdicos, pois da mesma forma que o artesão pode brincar de criar ou criar brincando, aqueles que adquirem esses brinquedos também têm a possibilidade de acessar uma ampla variedade de *brincares* (KUASNE, 2009). Aliás, quando são os próprios artesãos que nos dizem que brincam de trabalhar ou que trabalham brincando, significa que este é um dos sentidos mais fortes que atribuem ao seu trabalho e ao resultado dele, independente dos demais usos que lhes possam ser dados.

Desse modo, e apesar das dificuldades que possui, há um prazer no ofício de artesão de miriti, cujo lugar de maior expressão e manifestação é a sua casa-ateliê, tornando seu ofício uma atividade que encerra mais do que sentidos econômicos, pois passa a ser uma *atividade lúdico-laboral*. A relação casa-ateliê, que ainda apresenta predominância apesar de algumas rupturas pontuais, fortalece o vínculo familiar dos artesãos de miriti e cimenta socialmente o seu “estar junto” (LOUREIRO, 2012).

Os núcleos criativos familiares tornam-se componentes de comunidades enlaçadas pelo sentimento e estimuladas pelo ambiente de sua atividade artesanal, entrelaçando-se com todos os grupos de afetividade dos artesãos de miriti.

Durante a produção dos Brinquedos de Miriti, atividade agregadora, são mobilizados todos os membros da família e, em alguns casos, a vizinhança mais próxima sentimental e afetivamente do artesão, cada qual assumindo e cumprindo as prescrições de seu papel na situação compartilhada. O processo criativo dos Brinquedos de Miriti contribui, com isso, para fortalecer o vínculo entre as pessoas que dele participam, forjando sociabilidades, além de permitir a inserção de vários indivíduos em atividades geradoras de renda.

A divisão do trabalho é feita segundo a capacidade e experiência de cada envolvido, que são adquiridas por meio da sucessão de fases espontâneas de aprendizado, passando-se de uma atividade menos complexa a outra mais complexa até o alcance do domínio do processo (LOUREIRO, 2012). Sentidos intrínsecos aos artesãos estabelecem também as graduações de importância das atividades, governando de forma mais ou menos determinante sua distribuição, o que faz das atividades de corte e entalhe as mais importantes do processo e, por isso, de seu realizador o artesão principal e o direcionador das atividades do ajuntamento criado pelo processo criativo.

A criação dos Brinquedos de Miriti é, portanto, um processo criativo que envolve um labor físico, intelectual, sensitivo e criativo de entalhamento dos instantes vividos por seus realizadores. O miriti, em sua face original, é dessas peças que só são rústicas porque são guardiães de uma beleza que talvez apenas os artesãos consigam ver sem obstáculos e fazê-la submergir durante seu trabalho, faina diária que possui uma maneira particular de tratar a beleza e que se expressa numa experiência estética permanente e numa temporalidade lúdica preenchida pelo deleite do talento, da alegria e da brincadeira.

Representa também uma síntese admirável de folganças caboclas (SALLES; SALLES, 1969), na qual jogo e brincadeira conjugam-se estreitamente com suas expressões de fé e com uma esteticidade que se expressa nas cores vivas dos Brinquedos de Miriti e na engenhosidade de suas formas e de sua mecânica. Tudo isso estreitamente associado ao trabalho, no qual mesmo o momento de entalhe de cada peça é recortado de momentos de conversa e lazer, de formas lúdicas de socialização (SIMMEL, 2006) presentes nos núcleos criativos familiares, que também expressam trocas econômicas e estéticas.

Tal processo criativo se efetiva, portanto, como uma forma de trabalho voltada para o celebrar, para o se afeiçoar, para o experimentar formas sublimes, e para o fascínio. É uma festa do olhar (LOUREIRO, 2012) que se inicia como um trabalho lúdico e uma experiência estética que não se restringe ao olhar, pois, inicialmente, o artesão a sente, depois a pensa, e finalmente a faz “nascer” de suas mãos, como destaca Amadeu Sarges, tornando real aquilo que num primeiro momento se apresenta como onírico e acionando corporeidades específicas em suas distintas maneiras de se colocar no mundo.

Nesse processo criativo, nessa *cuíra de criar*, as reações emocionais e afetivas e as experiências intelectuais e volitivas são igualmente acionadas, bem como os sentidos humanos, com especial destaque para o tato e para a visão. Para o artesão de miriti persiste o ato de trabalhar como um ato criativo, intimamente ligado aos sonhos, afetos, emoções e encantamentos dos quais é assíduo frequentador, e ao sistema de relações sociais que os sustenta (BLASS, 2004). Nesse processo criativo, a articulação entre trabalho, emprego, ludicidade e estética não é apenas possível, ela ocorre, com cada dimensão apresentando-se em maior ou menor intensidade dependendo da ocasião social que delimitará o momento no qual se estará olhando para essa prática e de quem a está praticando, afinal, os artesãos de miriti não formam uma comunidade socialmente homogênea.

Cioso e orgulhoso de seu trabalho, o artesão de miriti torna-se um *homo faber* que não abandona sua condição de *homo ludens* (COSTA, 2012), pois deposita nos brinquedos que cria o seu jeito e suas particularidades, a fim de que ele mesmo possa ir junto com cada peça que cria, aplicando-lhe a vida, pregando-se na existência de suas peças, das quais retira quaisquer banalidades, fazendo de uma matéria tão leve e frágil, acrescida de alguns elementos simples, brinquedos que são, a um só tempo, engenhosos e singelos.

## 2 O PROCESSO CRIATIVO E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO ARTESÃO DE MIRITI

Os artesãos de miriti de Abaetetuba recolhem no nome de uma palmeira de múltiplos usos o epíteto<sup>9</sup> que contribui para a formação de suas identidades, transformando assim seu *savoir-faire* – que movimentam na aplicação de técnicas variadas sobre as matérias que obtêm desse vegetal –, em um *savoir-être*, do qual extraem práticas e sentidos próprios e específicos para as situações que vivenciam socialmente e em contato com a natureza circundante.

Possuidores de um modo de vida e um *ethos* que o permeia, junto com saberes e fazeres próprios de seu *métier*, os artesãos de miriti, *habitués* do encantamento e dos sonhos, movimentam esses atravessamentos de vida que possuem para apreender quem são, como vivem e o que fazem e, a partir deste entendimento, alcançar as relações que contribuem para ditar quem eles devem ser e, em última instância, a forma pela qual devem se associar e se organizar como grupo.

Sendo o trabalho uma dimensão associativa, pois nele também é tecido o emaranhado de proximidade do mundo vivido daqueles que o

---

<sup>9</sup> Mais que isso, há casos – como o de Juscelino Ferreira, 58 anos, conhecido como Zé do Barco –, em que o nome de dada peça é constituinte da forma como o artesão passa a ser conhecido, o que acrescenta mais alguns níveis à discussão sobre identidade e processo criativo do artesão de miriti.

exercem, sejam estes mais ou menos marcados pela razão capitalista, nele, tais artesãos mobilizam saberes sobre os recursos naturais e as possibilidades de gerarem produtos a partir desses recursos, constituindo-se em grupo social que passa a ser nomeado e a se reconhecer por essa principal atividade de *artesanato de miriti*, mesmo que compartilhada com outras e mesmo que essa categoria de nomeação pouco diga sobre a complexidade dos processos identitários, das representações que os unem e das orientações de suas ações políticas (CASTRO, 1999).

Desse modo, suas práticas culturais compartilhadas contribuem para formar alguns dos elementos constitutivos de sua identidade, afinal, num sentido mais amplo, falar em cultura seria simplesmente uma forma de falar sobre construção de identidades coletivas, que se ligam à noção de *self* e suas propriedades essenciais e circunstanciais (KUPER, 2002). No entanto, a identidade não se define apenas como assunto pessoal, lembra-nos Kuper (2002), sendo necessário vivê-la no mundo e num diálogo com outros, cuja identidade também é formada pela inserção do indivíduo em uma coletividade que orienta seus atos (BOURDIEU, 2013), assimilando-o em alguns grupos ao mesmo tempo em que o diferencia de outros.

A partir disso, existem maneiras mais ou menos definidas de ser, pois, prossegue Kuper (2002), quando se assume e declara uma identidade, criam-se expectativas, mesmo que essas expectativas recaiam em estereótipos e preconceitos, e expectativas sempre colocam em questão, em maior ou menor medida, a autonomia dos grupos sociais. Destacando-se isso, entre os artesãos de miriti, seu saber-fazer, isto é, seu trabalho, torna-se constituinte de seu ser e também se consubstancia em um devir. No entanto, e de forma que se possa resolver a questão entre identidade e autonomia posta por Kuper (2002), todo esse processo, com suas rotas, opções e projetos de futuro, que, quando alcançados, já não são os mesmos, devem ser vistos de frente: definidos pelos artesãos de

miriti<sup>10</sup>, os termos que irão caracterizá-los são eles que dominam, assim como somente eles regem o que deverão ser amanhã.

Vendo-se a questão dessa maneira, reconhecem-se e respeitam-se os saberes de que são portadores, *reduzem-se* os riscos de tentativas impositivas por subordinação de classe, venham elas de onde vierem, e assume-se que os processos colocados como libertadores nem sempre o são, afinal, mesmo sujeitos ocupantes de posições dominadas nos campos de relações criam, mais do que se possa crer, vias de expansão de processos políticos e econômicos que se dão através de novas institucionalidades, que se afirmam em formas de organização do trabalho via cooperativas ou associações civis de pequenos produtores e por meio desses processos de construção de identidades (CASTRO 1999).

Os artesãos de miriti não vivem desprendidos dos processos de transformação acelerada pelos quais passa a região. Sua maior inserção no mercado e posterior ampliação de seu ciclo de comercialização – que anteriormente era restrito ao Círio de Nazaré e ao Círio de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município de Abaetetuba –, resultou da articulação que desenvolveram desde o princípio dos anos 2000 com diversos agentes sociais, em especial o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), e culminou na criação de uma associação em 2003 – a Associação dos Artesãos de Brinquedos e Artesanatos de Miriti de Abaetetuba (ASAMAB) –, e na realização anual, a partir de 2004, do MiritiFestival, além da participação em diversas feiras e exposições regionais, nacionais e internacionais, possibilitando-lhes enquadrar os Brinquedos de Miriti a algumas normas de mercado, com a inserção de novas técnicas de produção e de novos instrumentos em seu processo criativo.

---

<sup>10</sup> Assim classificados mais por se autorreconhecerem dessa maneira, sendo essa a forma que adotaram para a manutenção do valor diferencial de seu produto no mercado (TOTARO; RODRIGUES, 2014), e menos por quisermos delimitar o que eles são e o que devem ser.

Vale lembrar que, por serem artesanato, os Brinquedos de Miriti estão inseridos em processo contínuo de mudança, que se desenvolve e que tem sua gênese em um conjunto de influências diretas de aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos (LIMA, 2005). Assim, o contato com novas linguagens, técnicas e estéticas, que a participação em eventos e a constituição da associação proporcionaram, junto com a retransfiguração das pressões mercadológicas que os artesãos de miriti sofrem, permitiu a ampliação das formas de artesanato criadas e a modificação de algumas das suas maneiras de criar e comercializar, sem que se modificasse, contudo, o princípio gerador de suas práticas, garantindo-se, assim, as permanências e atualizações do seu trabalho e dos conhecimentos sobre os materiais que nele empregam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desenvolvidas neste texto estão voltadas para o fomento de uma narrativa que parte das práticas originadas de saberes compartilhados por membros de um grupo social a respeito de recursos da natureza e de sua aplicação em atividades socioeconômicas e culturais, que são uma forma específica de trabalho em que se representa simbolicamente a realidade. Desloca-se, dessa forma, o foco de discussões que normalmente se detém nos bens culturais criados, para um debate que prioriza a prática social dos agentes que os criam, uma vez que tais bens só são possíveis por intermédio destes.

As considerações desenvolvidas permitem afirmar que a dinâmica de transmissão e manutenção de saberes e o processo criativo dos artesãos de miriti, que varia de acordo com a peça a ser criada e de acordo com o artesão, com as demais pessoas que compõem o núcleo criativo familiar e com as relações sociais que ocorrerão neste tipo de ajuntamento, é definida mais em função das práticas próprias do modo de vida e dos saberes e fazeres destes agentes do que pelas intervenções



e imposições de agentes mercadológicos ou responsáveis por políticas públicas voltadas para essa atividade.

O processo criativo constitui-se, portanto, numa dupla condição, sendo ao mesmo tempo o desencadeador da vida associativa dos artesãos de miriti e um de seus principais constituintes. Seu caráter binário também se estende à dinâmica da vida associativa, pois, apesar do processo criativo relacionar-se mais com a ordem privada que também a compõe, transita pela ordem pública a partir, principalmente, da constituição das associações civis e do fluxo que estas recebem, ao inserirem-se em arenas públicas, de demandas, pressões e agenciamentos de agentes mercadológicos ou de agentes estatais e paraestatais.

Portanto, não há possibilidade de desvincular o processo criativo desenvolvido pelos artesãos de miriti, e que permite a existência desse tipo singular de artesanato em Abaetetuba, da noção de trabalho, e tal processo é a demonstração de que o trabalho, enquanto categoria importante para o estudo de sociedades e expressões socioculturais coexistentes na Amazônia brasileira, possui dimensões que não somente aquela vinculada exclusivamente a emprego, a renda e a salário, maneira pela qual essa prática tão própria de homens e mulheres entrou no sistema de mercado como venda de força de trabalho, engendrando geometrias de pensamento cujo vértice principal é o racionalismo-utilitário capitalista, que, tornando-se autônomo de forma ideológica e fetichista, se constitui como uma nova Igreja, com credo, fé, mandamentos, evangelização e deificação próprios, conforme expressa a metáfora que Pagès et al. (2008) nos legam.

Economicamente, esse tipo de trabalho, além de envolver um número expressivo de famílias, tem um importante papel quando é percebido, principalmente pela chamada “economia criativa” ou “nova economia”, como uma das soluções mais imediatas para crises de empregabilidade e como agregador mais viável em curto prazo e a baixo custo para diversos grupos sociais, em especial aqueles colocados à

margem e considerados pelos responsáveis pelo planejamento de políticas econômicas como detentores de pouca qualificação profissional. Mas, mesmo essa “importância” não é coerente no conjunto do planejamento público, pois, embora faça parte da lista da Classificação Brasileira de Ocupações, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e esteja inserida no conjunto de atividades enquadradas como Microempreendedor Individual (MEI), a profissão de artesão, apesar de reconhecida, ainda não está regulamentada, o que nega a esse grupo de profissionais o alcance a uma série de direitos e garantias que almejam e fazem jus.

Vê-se na ASAMAB, como em outras associações de artesãos, que esse anseio e articulação em torno da reivindicação da regulamentação da profissão de artesão – assim como a reivindicação da inserção permanente nos orçamentos anuais do estado do Pará de recursos destinados à valorização de sua atividade –, demonstra que estes artesãos estão às voltas tanto com a reprodução e permanência do tipo de processo criativo que lhes é próprio, quanto com um engajamento político pela modernização das condições de exercício de sua profissão. Logo, tradição e modernidade não se excluem no seio desse trabalho.

Com relação às modificações que se percebem tanto na tipologia dos Brinquedos de Miriti, que se multiplica de forma inexorável mesmo com o “abandono” temporário ou permanente da feitura de alguns artefatos, quanto em algumas técnicas que conformam o processo criativo dessas peças, algumas das críticas que eventualmente surgem sobre possíveis perdas da originalidade das peças ou técnicas se tornam vazias, pois desconsideram que as experiências atuais desses artesãos reatualizam seus processos de identidade e seus saberes sobre a natureza (CASTRO, 1999) e sobre as possibilidades que a matéria flexível e leve do miriti possui.

Ao invés disso, deve-se declinar de abordagens que imaginam e defendem sentimentalmente uma “pureza” desses bens simbólicos, pois o simples fato de se arrogar tal defesa “macula” sua própria proposição, gerando aos seus defensores possibilidades imerecidas de glória e de

fracassos. Faz-se necessário, desse modo, entender que na definição do seu ofício, os artesãos de miriti conseguem resistir, embora nem sempre de forma deliberada, às imposições do sistema social e econômico em que estão inseridos, pois acionam práticas que lhes são próprias e que não são determinadas pelo cumprimento de regras distintas daquelas que são originárias do encontro, a partir de posições específicas, de suas percepções, apreciações e princípios geradores e estruturadores de suas práticas com uma situação concreta a ser vivida, sem ser conscientemente dirigidas aos ou pelos fins que alcançam (BOURDIEU, 1983).

Embora neste texto prescindamos do debate de outras dimensões presentes no trabalho, o que não nos permitiu fazer o movimento de observação crítica do que há atrás e à frente da cadeia produtiva dos Brinquedos de Miriti, em especial os aspectos de obtenção e preparação de material, das técnicas e maquinário empregado, com suas consequências para o processo criativo, ou sobre as formas de inserção no mercado desses artefatos, isto não significa que ignoremos tais dimensões ou que não as localizemos enquanto constituintes do processo criativo e, portanto, com sentidos, significados e importâncias nesse processo.

Por ora, prescindimos dessa discussão para que possamos colocar em evidência os sentidos e significados que subjazem essas etapas e que também contribuem para defini-las. Logo, neste texto buscamos, em primeiro lugar, expor e defender o processo de criação dos Brinquedos de Miriti como categoria de trabalho e apresentar os sentidos que ele encerra, produz e atualiza constantemente, colocando-o em posição distinta perante outras modalidades de trabalho. Somente após deixar isso mais ou menos estabelecido, é que se pode aprofundar com maior acuidade a discussão do trabalho nesse processo criativo, dirigindo-se a essas dimensões a partir de um ponto de partida que nos permita entendê-las também sob outras perspectivas e com novas formulações.

Ainda assim, algumas questões se apresentam, sobretudo com relação às técnicas empregadas, à divisão objetiva das tarefas

e o uso de máquinas. Já pudemos constatar que os artesãos de miriti aperfeiçoam técnicas que mantêm ao longo dos anos, obtendo ganhos de produtividade e aumentando a pujança econômica de sua atividade com o passar do tempo – a movimentação de valores que se localizam, segundo as estimativas do escritório regional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a ASAMAB, em torno de R\$ 4 milhões (Círio de Nazaré) e R\$ 200 mil (MiritiFestival) em apenas dois eventos anuais, aponta que, mesmo com a necessidade de estender a coleta desses dados para o restante do ano, temos uma considerável movimentação econômica.

Quanto ao uso de instrumentos e máquinas, certo é que sua aplicação modifica fundamentalmente a concepção das peças produzidas, afinal, quaisquer técnicas, sobretudo aquelas mediadas por instrumentos, encerram certa autonomia, mas isto não nos autoriza a realizar vaticínios negativos, em especial porque com o que vimos discutindo fica-nos claro que o processo criativo dos artesãos de miriti é um processo que resulta em uma representação simbólica que não tem tirado seus sentidos prioritária e passivamente de fora de si mesma, pois tanto os contém, quanto contém meios de refratar aqueles que lhe chegam ou que os artesãos de miriti trazem de fora.

Ademais, destacam-se outros problemas, como é o caso da informalidade econômica da atividade, cuja solução é requerida pelos artesãos de forma que sejam mais bem reconhecidos em suas atividades e acessem alguns direitos, sobretudo de previdência e assistência social, embora, como vimos destacando, esta atividade não seja uma realidade simplesmente técnica e econômica, afinal, nos núcleos criativos familiares os artesãos de miriti não apenas buscam condições materiais e financeiras para o seu sustento, o que os afasta da marginalidade e condição de atividade de mera subsistência que a economia e sociologia ortodoxas costumam lhe conferir por conta de sua informalidade ou dos efeitos da razão produtiva que caracteriza alguns espaços destes campos científicos.

Logo, a abordagem do processo de feitura dos Brinquedos de Miriti de Abaetetuba que aqui expomos entalha outras dimensões (simbólica, lúdica, estética, etc.) no debate acerca do trabalho, colocando-as lado a lado com suas dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas. Por meio dela, não temos a pretensão de *recolocar* a atividade do artesão de miriti no campo da História, mas sim de *reconhecer* que os objetos que dela surgem e, principalmente, os artesãos que os criam são sujeitos que em momento algum estiveram fora deste campo, por mais que várias abordagens a eles dirigidas tenham causado como efeito tal percepção e, por isto, venham apresentando, de forma traumática inclusive, a evocação de falsas autenticidades perdidas ou em vias de perda, cuja tentativa de recuperação é uma luta inglória, como se esses objetos e esses artesãos não estivessem sujeitos ao tempo.

Assim, o principal e talvez mais importante elemento que contribui para caracterizar esse artesanato-artístico tão particular é esse processo de trabalho cuja temporalidade de quem o realiza, ainda não deixou de ser a da ludicidade, apesar da constante burocratização do cotidiano que o capitalismo atual incentiva, e que não se furta de experimentar sua própria esteticidade. Temos, desse modo, “[...] um mundo onde as mãos vivem além de qualquer verbo” (LEITE, 2009, p. 80,).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. **O Carnaval devoto**: um estudo sobre a Festa de Nazaré, em Belém. Petrópolis: Vozes, 1980.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ARENDT, H. **A condição humana**. 12. ed. rev. Tradução Roberto Raposo; revisão técnica e apresentação Adriano Correia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

BLASS, L. Trabalho: lugares e significados. **Revista da ABET**, João Pessoa, v. IV, n. 2, p. 7-24, jul.-dez. 2004. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/15844/9068>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. 1. reimpr. Introdução, organização e seleção Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2013.

\_\_\_\_\_. Esboço de uma teoria da prática. In: \_\_\_\_\_. **Pierre Bourdieu: sociologia**. Organizador [da coletânea] Renato Ortiz; tradução Paula Montero e Alcía Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

CASTRO, E. Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 2, n. 1, p. 31-50, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/200/284>>. Acesso em: 11 mai. 2014.

COSTA, D. F. Projeto Miriti das Águas. In: SILVEIRA, F. L. A. et al. (Coord.). **Catálogo Miriti das Águas: pesquisa etnográfica, estudo da coleção do Museu do Círio**. Belém: Governo do Pará/SECULT, 2012. p. 08-09.

FERREIRA JÚNIOR, A. **Entalhadores do efêmero: a vida associativa na criação dos Brinquedos de Miriti de Abaetetuba**. 2015. 198 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

FERREIRA JÚNIOR, A.; FIGUEIREDO, S. L. O artesanato de miriti e os espaços públicos da cidade de Belém. In: CASTRO, E. M. R.; FIGUEIREDO, S. L. (Org.). **Sociedade, campo social e espaço público**. Belém: NAEA, 2014a.

\_\_\_\_\_. Turismo cultural na Amazônia: ressonância de processos afetivos, sensíveis e morais em um festival cultural em Abaetetuba, Pará, Brasil. In: EICS – ENCONTRO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS: espaços públicos, identidades e diferenças, IV, 2014. **Anais do...** Pelotas, RS: UFPel, 2014b. Disponível em: <<http://www2.ufpel.edu.br/ifisp/ppgs/eics/arquivosgts/GT%2004/7.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

FIGUEIREDO, S. L. (Org.). **Círio de Nazaré, festa e paixão**. Belém: EDUFPA, 2005.

FROTA, L. C. Artesanato: tradição e modernidade em um país em transformação. In: CENTRO REGIONAL PARA LA SALVAGUARDIA DEL PATRIMONIO CULTURAL INMATERIAL DE AMÉRICA LATINA. **Patrimonio Cultural Inmaterial Latinoamericano** – Artesanías. Cuzco: Crespial, 2010. p. 41-72. Disponível em: <[http://www.crespial.org/es/Publicaciones/index/PU/?pag\\_act=2&blo\\_act=1](http://www.crespial.org/es/Publicaciones/index/PU/?pag_act=2&blo_act=1)>. Acesso em: 13 set. 2014.

GOMES, J. S. **Cidade da arte: uma poética da resistência nas margens de Abaetetuba**. 2013. 414 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

KUASNE, S. M. **Um pequeno tratado de brinquedos para meninos quietos**. Ilustrações de Anne Vidal. São Paulo: Peirópolis, 2009.

KUPER, A. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Tradução Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

LEITE, D. R. **Girândolas**. Belém: IOEP, 2009.

LIMA, R. G. Artesanato: cinco pontos para discussão. **Textos especializados** – IPHAN, Rio de Janeiro, p. 1-12, 2005. [Palestra Artesanato Solidário/Central ArteSol]. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=569>>. Acesso em: 09 out. 2013.

LOUREIRO, J. J. P. **Da Cor do Norte: Brinquedos de Miriti**. Fotos de Jarbas Oliveira; tradução de Hamilton Moura Ribeiro. Fortaleza: Lumiar Comunicação e Consultoria, 2012.

NASCIMENTO, L. T. L.. Mãos que pintam a arte: uma reflexão sobre a subjetivação e o significado do valor do trabalho das artesãs dos Brinquedos de Miriti de Abaetetuba/PA. In: SEMINÁRIO ENLAÇANDO SEXUALIDADES –moralidades, famílias e fecundidade, 2015. **Anais...** Salvador: UNEB, 2015. n.p. Disponível em: <<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/comunicacaoorallarissatuanelimadonascimento.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

PAGÈS, M. et al. **O Poder das Organizações** – A dominação das multinacionais sobre os indivíduos. 1. ed. 11. reimpr. Tradução Maria Cecília Pereira Tavares, Sonia Simas Favatti; revisão técnica Pedro Anibal Grago. São Paulo: Atlas, 2008.

SALLES, V.; SALLES, M. I. Carimbó: trabalho e lazer do caboclo. **Revista Brasileira de Folclore**, Rio de Janeiro, ano IX, n. 25, p. 257-282, set./dez. 1969. Disponível em: <[http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=G:\Trbs\\_R\RevBrFolclo\RevBrFolcloLP.DocPro&pesq=carimb%C3%B3:%20trabalho%20e%20lazer%20do%20caboclo](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=G:\Trbs_R\RevBrFolclo\RevBrFolcloLP.DocPro&pesq=carimb%C3%B3:%20trabalho%20e%20lazer%20do%20caboclo)>. Acesso em: 29 jul. 2014.

SILVEIRA, F. L. A. Miriti das águas, das ilhas...de Abaeté. In: SILVEIRA, F. L. A. et al. (Coord.). **Catálogo Miriti das Águas: pesquisa etnográfica, estudo da coleção do Museu do Círio**. Belém: Governo do Pará/SECULT, 2012. p. 12-19.

SIMMEL, G. A sociabilidade (Exemplo de sociologia pura ou formal). In: \_\_\_\_\_. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Tradução Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 59-82.

TAVARES, A. E. P.; FIGUEIREDO, S. L. Saberes tradicionais e interculturalidade: o fazer cerâmica em Icoaraci, Pará. In: ALMEIDA, O. T.; FIGUEIREDO, S. L.; TRINDADE JR., S.-C. C. (Org.) **Desenvolvimento & Sustentabilidade**. Belém: NAEA, 2012. p. 102-115.

TOTARO, P.; RODRIGUES, C. I. Enquadramento e diferenciação nos “figureiros” de Taubaté (SP) e nos artesãos do miriti de Abaetetuba (PA): uma análise comparativa. **Estudos de Sociologia**, Recife, vol. 1, n. 20, n. p, 2014. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/334/290>>. Acesso em: 16 set. 2014.



# CONTRADIÇÕES NO CAMPO DA SAÚDE: A AUSÊNCIA DE POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE LOCAL E FORTALECIMENTO DA MEDICINA TRADICIONAL NA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA LARANJITUBA E ÁFRICA

---

*Antonio Jorge Ataíde Souza<sup>1</sup>*

*Ligia T. Lopes Simonian<sup>2</sup>*

*Raimundo Heraldo Maués<sup>3</sup>*

**Resumo:** A utilização conjunta pela população em geral – especialmente na Amazônia – da medicina moderna e da medicina tradicional é um fato inquestionável observado pelos pesquisadores que atuam nesta área do conhecimento. Contudo, também é notório que, num campo de disputa em que se consolida a medicina erudita, esta impõe à medicina tradicional uma posição de subalterna. O objetivo deste capítulo foi compreender, pela teoria de campo de Pierre Bourdieu, as relações entre a população tradicional, o acesso aos serviços de saúde pública e o fortalecimento dos agentes que praticam a medicina tradicional

---

<sup>1</sup> M. Sc. em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (Núcleo de Meio Ambiente - NUMA/ Universidade Federal do Pará – UFPA). Doutorando em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU / Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA. Auditor da Secretaria Estadual de Saúde do Pará. *E-mail:* antoniojorgeataidesouza@gmail.com. Endereço: Rua Augusto Corrêa, n. 1, Guamá. CEP 66.075-900. Belém/PA-Brasil.

<sup>2</sup> Pós-doutorado e doutorado em Antropologia ('Four fields')/City University of New York, CUNY, Estados Unidos da América. Professora Titular da Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). *E-mail:* simonianl@gmail.com. Endereço: Rua Augusto Corrêa, n. 1, Guamá. CEP 66.075-900. Belém/PA-Brasil.

<sup>3</sup> Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ. Professor Emérito da Universidade Federal do Pará (UFPA). *E-mail:* hmaues@uol.com.br. Endereço: Rua Augusto Corrêa, n. 1, Guamá. CEP 66.075-110. Belém/PA-Brasil.

em Laranjituba e África no estado do Pará/Amazônia. Neste estudo, foi possível observar a alternância entre a posição de dominado para dominante dos especialistas tradicionais; esta inversão na posição de poder na comunidade refletiu na importância maior dada à medicina tradicional pela ausência local do Estado em se tratando de política pública de saúde. Embora a comunidade quilombola em estudo seja usuária da medicina tradicional, ela requer uma política pública de saúde conforme preconiza a legislação nacional do Sistema Único de Saúde, sem preterir os modelos de atenção, mas valorizando igualmente as medicinas tradicional e erudita.

**Palavras-chave:** Saúde pública. Medicina tradicional. Quilombolas. Abaetetuba. Pará.

#### CONTRADICTIONS IN THE HEALTH FIELD: THE ABSENCE OF THE LOCAL HEALTH'S PUBLIC POLICY AND THE STRENGTHENING OF TRADITIONAL MEDICINE IN THE QUILOMBOLA REMNANT COMMUNITY OF LARANJITUBA E AFRICA

**Abstract:** The common use by the population in general – especially in the Amazon – of the modern medicine and the traditional medicine is an unquestionable fact observed by researchers that act in this knowledge area. Inasmuch, it is too notorious that in a dispute camp in which the erudite medicine is consolidated, this impose itself to the traditional medicine a subaltern position. The aim of this chapter was to comprehend the relationships between the traditional population, the access to public health's services, and the strength of the agents that practice the traditional medicine through the theory of field of Pierre Bourdieu in Laranjituba and Africa, in the Para State/Amazon. In this study, it was possible to observe the alternation between the dominated position to the dominant of the

traditional specialists, being this inversion in the power position in the community reflected in a major importance gave to traditional medicine by the local absence of the State regarding the public policy of health. Although the studied Maroon community is user of the traditional medicine, it requires a public policy in health according the proposed by the national legislation of the Unique System of Health, without leaving out the attention models, but equally valuing the traditional and the erudite medicines.

**Keywords:** Public health. Traditional medicine. Maroons. Abaetetuba. Pará.

## 1 INTRODUÇÃO

A busca de alternativas terapêuticas mais eficientes para o tratamento de suas doenças sempre atraiu o ser humano desde tempos imemoriais. Com o passar do tempo, a capacidade de esse ser avançar neste campo do conhecimento tem sido bastante promissora. Este avanço se materializa no desenvolvimento de tecnologias inovadoras, como os antibióticos, que têm se mostrado eficientes no enfrentamento da tuberculose e da hanseníase, além de produtos eficazes capazes de aumentar a vida média dos seres humanos.

Porém, as populações brasileiras – especificamente a população pobre na Amazônia – têm dificuldade de acesso a estas tecnologias e produtos. Inclusive, os estudos realizados nos âmbito da antropologia da saúde e disciplinas afins têm revelado a utilização de práticas alternativas mais intensamente por estas populações para alívio de seus sofrimentos somáticos. Esta premissa foi observada por Souza (2010) ao estudar comunidades<sup>4</sup> de Benevides-PA/Amazônia em que o especialista

---

<sup>4</sup> O conceito de comunidade é importantes no âmbito das ciências sociais. Por ora e para uma discussão introdutória a respeito, ver Guijt e Shah (1999), Silva e Simonian (2015) e Simonian (2007).

tradicional ali presente usufruía de prestígio, respeito e poder entre seus pares devido a suas habilidades no trato de enfermidades.

O objetivo do trabalho foi compreender as relações entre os descendentes quilombolas, o acesso aos serviços de saúde e o fortalecimento dos agentes que praticam a medicina tradicional, nos quais a concepção de saúde e doença dos comunitários é determinante para o processo de cura das enfermidades. Quanto à metodologia, utilizou-se uma matriz analítica com base na teoria de campo de Bourdieu (2004) para alocar os agentes dominantes e dominados numa estrutura organizacional do sistema de saúde local.

Por meio dessa concepção, observou-se a lógica do processo saúde/doença na Comunidade de Remanescentes Quilombolas Laranjituba e África (CRQLA) no município de Abaetetuba/estado do Pará/Amazônia brasileira. Como se verá adiante, nessa área são operantes tanto a medicina tradicional como a medicina moderna. E, apesar de muitas diferenças entre estas, há uma convivência de muitas décadas.

## **2 CONSIDERAÇÕES DO PROCESSO SAÚDE/DOENÇA E POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE**

Os avanços tecnológicos advindos do desenvolvimento industrial trouxeram para a humanidade consequências negativas e positivas. Entre as consequências negativas da ascensão do desenvolvimento tecnológico, a degradação ambiental é um dos problemas observados na Amazônia por conta da exploração predatória de recursos minerais. Contudo, para Nobrega (1999) e Nasri (2008), esses avanços, o desenvolvimento de novos produtos e a mudança de estilo de vida das pessoas têm contribuído para a melhora da qualidade de vida, por conseguinte aumentando sua expectativa de vida.

Sabe-se, no entanto, que uma parte significativa das populações mundiais habitantes em países pobres não tem acesso às tecnologias

e produtos que mitigam os problemas de saúde. Então como tais comunidades enfrentam esses problemas? Certamente, este questionamento tem gerado trabalhos diversos, porém em sua maioria particularizam seus estudos que, segundo Langdon (2014), se concentram na relação entre a biomedicina e as práticas locais, as práticas terapêuticas e os especialistas locais, e o estudo das práticas terapêuticas de comunidades tradicionais.

Langdon (2014) destaca que o fundamental na pesquisa científica, especificamente no campo da antropologia da saúde, o observar, o analisar e o perceber vão gerar informações sobre o cotidiano humano em sociedade no sentido de produzir conhecimentos e traduzi-los em prática para tratar suas doenças. Considerar os modelos de atenção diferentes e seus respectivos entendimentos sobre o processo saúde/doença é parâmetro a ser observado na construção de políticas públicas. Portanto, o enfoque há de ser direcionado ao caráter relacional entre conhecimento, saúde e doença, com ênfase no agente social.

Observe-se que a evolução e distribuição do processo saúde/doença na humanidade tem sido objeto de estudo que deu origem às várias disciplinas acadêmicas. Neste sentido, cabe ressaltar que, fora das ciências da saúde ou complementarmente a esta, outras ciências preocuparam-se em compreender este processo considerando seus campos de ação respectivos. Entre estas, destacam-se a geografia médica, a contabilidade da saúde e a economia da saúde, citadas por Mazetto (2008), mas, para Buchillet (1991), é no campo da antropologia que estão as contribuições significativas de produção literária deste processo.

A concepção de saúde e doença - embora seja oposta conceitualmente - está imbricada de modo que o humano encontra-se num ou noutro estado durante a vida. Nesta direção, abstrai-se de Polgar (1966) que nos humanos, a partir do momento em que começam a viver em sociedade ainda como coletor e caçador, as doenças emergem como consequência deste convívio grupal e assim aparecem as diarreias e outras doenças contagiosas. Ao

seguir-se esta ideia de evolução em Mendes e Dias (1991), é sobretudo no pós-Segunda Guerra Mundial em que outras doenças emergem de modo drástico, muito em função do estilo de vida dos trabalhadores das fábricas cuja jornada de trabalho é intensa a ponto de prejudicar sua saúde.

Na era contemporânea, Navarro (2006) descreve as doenças como sendo reemergentes e emergentes. Estas concepções são interessantes, quando em suas análises pelo prisma do local em que se manifestam, como é o caso da tuberculose que reemerge tanto em países ricos e pobres devido a sua associação a doenças imunossupressoras, mas que são permanentes em países pobres.

A concepção emergente das doenças é caracterizada quando relacionadas a modalidades novas, por exemplo, ao desequilíbrio ambiental, como é o caso do vírus da influenza A (H1N1 – gripe suína) que já circulou em todo o mundo. Entretanto e conforme referido por Sá (2007), graças à capacidade adaptativa do ser humano a cenários ambientais novos, ele sobrevive.

O ser humano sempre buscou resolver seus problemas de saúde, seja pela medicina moderna seja pela medicina tradicional. Neste sentido, a medicina moderna, ou erudita tem sua credibilidade pautada na ciência moderna iniciada pela teoria dos humores citada e aprofundada por Hipócrates. Como se depreende de Caiurus (2005), o processo de saúde/doença se dá pelo equilíbrio, desequilíbrio e reequilíbrio dos humores corpóreos.

Capra (2012) desenvolve a ideia de que na modernidade e ao se aliar à biologia, ficou fortalecida. Neste sentido, o corpo humano passa a ser visto como uma máquina biológica, que possui peças biológicas sensíveis às avarias, cabendo aos profissionais de saúde formados pela academia a intervenção preventiva ou reparadora. Portanto, a medicina passa a ter uma visão mecanicista e, compartimentalizando o corpo humano, o divide cada vez mais em partes menores.

No entendimento de Blanché (1988), a ciência na modernidade passa a dominar todos os campos do conhecimento por meio do seu

objetivismo instrumental, cognitivo e atemporal. Nesta perspectiva, para os teóricos modernos como Comte, a ciência é a única produtora da verdade, inaugurando o cientificismo acadêmico, portanto, o conhecimento científico, a partir do exercício puramente racional. Para Foucault (1998), este tipo conhecimento passa a influenciar as ciências da saúde, no entanto, é através desta perspectiva que surge a medicina com base em evidência.

O modo de compreensão e entendimento da queixa de um paciente pelo profissional de saúde leva em consideração os conhecimentos que estes adquiriram na academia. Este rol de conhecimento qualifica em parte o profissional para uma tomada de decisão através da qual aplica um protocolo clínico que vai subsidiar sua decisão quanto ao diagnóstico e ao tratamento adequado à necessidade do paciente. Porém, de acordo com Nobre, Bernardo e Jatene (2003), é a rotina da prática de trabalho que induz o profissional ao conhecimento tácito que o faz adquirir respeito e credibilidade dos pacientes que são assistidos e, nesta perspectiva de juntar as duas modalidades de conhecimento, surge a Medicina com Base em Evidência.

Esse modo de apreciação que influencia a medicina moderna foi apresentado por Souza (2010) como o *status quo*. O autor afirma que a influência da ciência objetivista introduzida por Descartes sobre a medicina, compartimentalizou o corpo humano, e foi base de sustentação para o aparecimento dos especialistas no campo da saúde. Como consequência, garantiu o domínio intelectual hegemônico da medicina oficial sobre outras opções de tratamento, conforme argumenta Oliveira (1985) ao afirmar que a medicina tradicional foi renegada, marginalizada e transformada em alternativa terapêutica.

Contudo, destaca Wawzyniak (2009) que, ao observar empiricamente as comunidades amazônidas, percebeu um movimento no processo de cura com mecanismo e funcionamento oposto ao cientificismo objetivista da medicina moderna, ou seja, doenças que não pertencem aos médicos, ou que os médicos não curam. Esta perspectiva

é válida por meio de observação subjetiva de um cosmo, em que é permitida uma interação entre os seres na qual algumas comunidades fazem parte e acreditam em sua influência. Tais influências provocam perturbações físicas ou psicológicas, que são tratadas pela medicina tradicional, dando a esta uma possibilidade de opção.

Numa visão mais sociológica do processo saúde/doença, Parsons (2010) considera a saúde um requisito fundamental para funcionamento da estrutura da sociedade. A partir desta premissa, o autor se reporta à doença como o oposto, em que o indivíduo é obrigado a se submeter aos tratamentos para reestabelecer sua saúde, a fim de reingressar na vida produtiva. Porém, Nobre (2009) considera que a doença não se restringe apenas aos sintomas físicos, mas às experiências de grupos humanos comentes de forças espirituais que afetam o desempenho das comunidades em suas tarefas sociais.

A possibilidade de as comunidades se fortalecerem para decidir sobre suas prioridades é uma questão amplamente discutida no processo democrático de elaboração de políticas públicas de saúde no Brasil, conforme preconiza a Organização Mundial da Saúde (OMS) (1978). Ao analisar o processo de fortalecimento das comunidades a partir da criação de Reservas Extrativistas (RESEX), Teisserenc (2016) observa que este é um caminho importante para inversão dos mecanismos políticos. Precisamente, daqueles que dão a uma minoria economicamente privilegiada o poder de decidir sobre as prioridades locais.

O autor afirma, ainda, que mesmo nos dias atuais é possível observar a atividade expressiva dos modelos tradicionais de dominação. Geralmente, esses são pautados no paternalismo e no clientelismo de séculos passados. Porém, no campo da saúde, o Estado brasileiro cria um marco regulatório que visa ao fortalecimento da sociedade no controle das ações do Estado.

Essa premissa é importante porque no âmbito do serviço público de saúde são criados os Conselhos de Saúde. Esta é uma instância



colegiada, paritária e deliberativa, na qual a comunidade tem 50% dos assentos na discussão e construção de políticas públicas. Portanto, do ponto de vista legal, os Conselhos são representantes empoderados que podem mudar a lógica observada por Teisserenc (2016) e Souza (2015), que avalia negativamente o controle social na Política Estadual de Saneamento Básico no Estado do Pará.

### 3 MATRIZ METODOLÓGICA DE ANÁLISE SOBRE O SISTEMA DE SAÚDE

A noção de campo introduz o conceito teórico que se pretende utilizar como matriz metodológica de análise para o sistema de saúde desenvolvido na comunidade de Laranjituba e África. Para Bourdieu (2004), o campo é um universo de disputa, de relações e forças objetivas pertencentes a uma estrutura, que implicam tendências e probabilidades, cujas regras estão postas no jogo ou sendo o próprio jogo. Contudo, neste estão os agentes que, em determinado tempo, ocupam um espaço definido que, dependendo da sua posição, distribuição, volume e qualidade do capital, são reconhecidos como dominantes ou dominados.

Segundo o mesmo autor e na mesma obra, a disputa no campo imposta pelos agentes tende a conservar ou transformar a estrutura do campo. Portanto, as lutas ou o poder vão influenciar decisivamente na disputa e que cabe ao pesquisador ou observador perceber. Ressalta-se que o autor refere que é importante a concepção de que na disputa no campo nem tudo é possível ou impossível, isto dependerá da posição do agente em determinado tempo.

Um dos aspectos observados na teoria de campo de Pierre Bourdieu é o conceito de *habitus*, sendo uma influência de origem e base despercebida que orienta a ação prática do agente ou do princípio que rege a ação (ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 6, 2008). Segundo Wacquant (2013), os aspectos inter-relacionados na formação de grupos de poder simbólico permitem enfatizar que esses têm origem na

formação da dependência de redes de relações materiais e simbólicas da sociedade (imateriais).

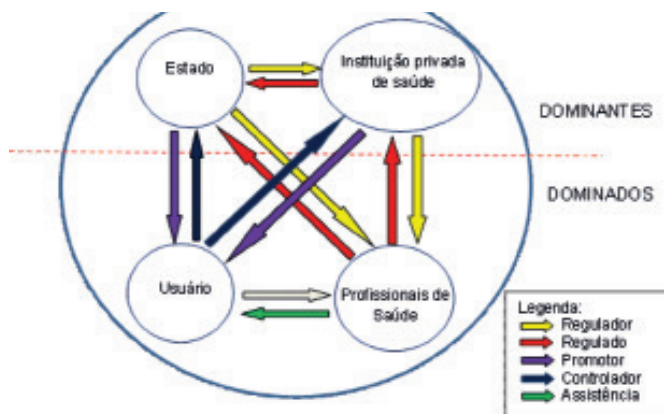
Nesse sentido, Wacquant (2013) postula que há dois processos relacionais para a percepção da realidade. O primeiro é objetivo, marcado pela posição objetiva do agente na ocupação da estrutura no campo, podendo desta maneira ser analisado e visualizado objetivamente. O segundo é subjetivo em que o indivíduo percebe a realidade com base no seu histórico de vida e elaborará conceitos sobre esta subjetivamente.

Para a compreensão do campo da saúde, é necessária uma análise preliminar de algumas peculiaridades da saúde que estão relacionadas à prestação de serviços. No campo em análise, os serviços de saúde podem se apresentar quanto à oneração financeira, podendo ser públicos ou privados. Classifica-se a terapêutica em científica, tradicional e popular pela perspectiva de Teixeira (2010), sendo suas finalidades preventivas ou curativas.

No campo da saúde se visualiza os seguintes agentes, conforme a Figura 1: Estado, que tem funções duplas de regulador e promotor; instituições privadas; que exercem a função de promotoras; e usuários e profissionais de saúde. Para a aplicação da matriz metodológica de análise, os agentes ocuparam posições na estrutura do campo considerando regiões distintas e o perfil de poder em dominantes e dominados.

Observa-se que, no campo social da saúde proposta, há aglutinação em sua estrutura e em outros campos relacionais. Nesta perspectiva, o Estado pertence ao campo político; instituições privadas que prestam serviços representam o campo econômico; e o campo social é representado pelos usuários e trabalhadores de saúde. As ações dos agentes são representadas pelas setas que indicam o sentido em que estas ocorrem.

Figura 1 – Estrutura do campo da saúde com presença do Estado.



Fonte: Elaborado por A. J. A. de Souza (2016).

#### 4 A COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA LARANJITUBA E ÁFRICA (CRQLA)

A CRQLA até o ano de 2000 era dividida em duas. A primeira conhecida como África que, segundo seus líderes, recebeu este nome desde sua formação pelos negros escravizados fugidos do movimento da Cabanagem na primeira metade do século XIX. A segunda, Laranjituba, outrora se chamou de comunidade de São Sebastião.

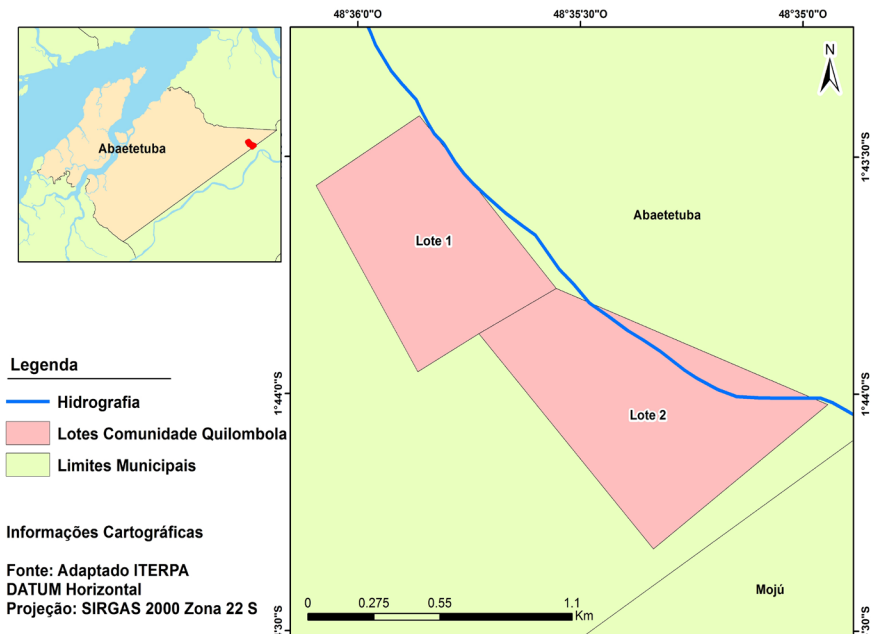
Em 2001, ambas foram unificadas e reconhecidas pelo governo do estado do Pará como Família Remanescente de Quilombo Comunidade Laranjituba e África. Então, concedeu-se o domínio territorial a estas por meio do Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo. Porém, apenas em 2013, essa Terra Quilombola (TQ) foi certificada pela Fundação Palmares.

Como se depreende de Pará (2010), em 2000, a região pertencia ao município paraense do Moju. Segundo o líder comunitário, este fato motivou o litígio entre o município de Moju e Abaetetuba cujo interesse dava-se em campos eleitorais. Apesar disso, as necessidades mais importantes da comunidade foram negligenciadas, a exemplo da saúde.

Porém, de acordo com o coordenador da atenção primária do município de Abaetetuba, nesta luta terminou ficando a comunidade em questão sob a gestão deste município.

A CRQLA está localizada na parte baixa do rio Caeté, ocupando uma área de 118,04 ha ou 5.772,83 m<sup>2</sup>. Em Pará (2010), destaca-se que esta região forma um polígono de sete lados com seus limites bem definidos. Ao norte, esta limita-se com terras da Comunidade Sumaúma; a leste, com a margem direita do rio Caeté; ao sul, com as terras da Comunidade Castanhanduba; e a oeste, com as terras ocupadas por quem de direito, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Território da Comunidade Remanescente Quilombola Laranjituba e África.



Fonte: Adaptado de ITERPA, DATUM Horizontal. Projeto: SIRGAS 2000 Zona 22 S

O acesso à comunidade no sentido Belém-Abaetetuba é feito pela rodovia Alça Viária (PA 483), percorrendo aproximadamente 60 km, até a virada na estrada para o lado esquerdo. Posteriormente, percorre-se em torno de 7 km até

a vila do Caeté. A partir daí, vira-se à direita antes de entrar nessa vila seguindo mais 3 km até a comunidade África e mais 2 km até a comunidade Laranjituba.

O levantamento realizado em 2010 com o objetivo de subsidiar o processo de titulação das terras dessas comunidades mostrou que havia 27 famílias com 80 pessoas no local (PARÁ, 2010); nos dias atuais, segundo a Agente Comunitária de Saúde (ACS) de Caeté<sup>5</sup>, são mais de 30 famílias. Em 2014, os moradores tinham acesso à energia elétrica e à água encanada, esta advinda de uma caixa d'água de 10.000 litros construída pelos próprios moradores em regime de mutirão.

Eles não têm acesso a esgoto, sendo os dejetos confinados à fossa séptica; ainda, tal situação foi observada por ocasião da segunda estada em campo em 2016.

Nessa TQ, existem duas escolas, mas há divergências entre os usuários quanto à qualidade do ensino (EDUCAÇÃO, 2016) e os egressos do segundo grau ainda encontram muitas dificuldades para ingressar no ensino superior<sup>6</sup>. Em uma das escolas, funcionam os ensinos fundamental e médio (Figura 3) na localidade de África. A outra escola, localizada em Laranjituba, está desativada e atendia até pouco tempo às primeiras séries.

Nas pesquisas de campo de 2014 e 2016, foi observado que as famílias mantêm como principal fonte de renda o Programa do Governo Federal da Bolsa Família. Elas ainda possuem como segunda fonte o extrativismo do açai (*Euterpe oleracea* Mart.) e a produção de cerâmica refratária. Quanto à

<sup>5</sup> Essa ACS é de Caeté, mas também atende a Laranjituba e a África.

<sup>6</sup> Em pesquisa realizada recentemente nessa TQ, detectou-se que “[...] um dos principais problemas do atendimento às comunidades é a falta de professores, especialmente no que diz respeito à adequação com a realidade dos membros da comunidade, “pois na maioria das vezes os professores, que são enviados pela SEDUC para ministrarem as aulas, desconhecem a realidade do quilombo” (Rente, 2016, p. 27). A educadora [responsável pela pesquisa] considera ainda a existência de sentimentos contraditórios dos quilombolas quanto à educação no quilombo. Enquanto uns se sentem orgulhosos por serem atendidos, outros se sentem insatisfeitos por não terem reconhecidos os seus saberes na prática escolar, não havendo um acompanhamento dos mesmos pelo Estado [sic] e nem pela prefeitura (EDUCAÇÃO, 2016, n. p.).

produção desta, destacam-se os Filhos do Quilombo constituídos por seis grupos de artesãos (Figura 4). Há a prática da cultura de subsistência incipiente da mandioca para a produção de farinha (*Manihot esculenta* EUPHORBIACEAE), café (*Coffea arabica*) e cacau (*Theobroma cacao* L.).

Figura 3 – Escola Municipal de Ensino Fundamental Bento Lima/ Laranjituba e África/Abaetetuba/Pará/Amazônia/Brasil.



Fonte: A. J. A. Souza (2014).

Figura 4 – Filhos do Quilombo/CRQLA: produção de cerâmica refratária.



Fonte: L. T. L. Simonian (2016).

A festividade principal em Laranjituba acontece no dia 12 de janeiro em homenagem a São Sebastião. Em África, a homenagem é à Nossa Senhora Aparecida, comemorada na semana posterior ao Círio de Nazaré, de Belém. Observa-se que ambas mantêm suas festas tradicionais como resistência cultural e religiosa, que prevaleceram mesmo depois da junção para efeito de legalização das terras.

Os meios de transporte mais utilizados pelos moradores são os veículos automotores, destacando-se as motocicletas como meio de locomoção mais comum. A comunidade tem também a opção de um ônibus coletivo que faz a linha comunidade África e Laranjituba até a sede do município três vezes por semana. Seu custo é relativamente baixo, porém tem a sua frequência criticada pelos moradores.

#### 4.1 O CAMPO DA SAÚDE NA CRQLA

No campo da saúde, a comunidade Laranjituba e África é desprovida de posto de saúde e de programas de atenção básica no modelo estabelecido pelo Governo Federal. Esta informação foi confirmada pelo Coordenador de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Abaetetuba, que inclusive previu concurso público para a contratação de Agentes Comunitários de Saúde para atender às áreas descobertas, como a comunidade em estudo.

Ressalta-se que, quando há atendimento médico, os comunitários da CRQLA se deslocam para a vila de Caeté, distante aproximadamente 2 km. Quando necessário, estes são encaminhados ao atendimento médico-hospitalar nos municípios de Moju, Barcarena, Abaetetuba ou mesmo Belém. O deslocamento até esses municípios se dá por meio de ambulância pertencente à vila de Caeté.

O levantamento de campo mostrou que a comunidade, quando necessita de atendimento para cuidar de seus problemas de saúde, lança mão de duas opções. A primeira é a medicamentosa, para tratar a doença que o médico cura, conforme relato das pessoas entrevistadas. Observa-

se que este tipo de tratamento requer a intervenção de um profissional de saúde formado pela academia, portanto, há administração de drogas sintéticas na terapêutica derivadas do conhecimento científico.

A segunda opção de tratamento utilizada pela comunidade acontece quando há doenças que o médico não cura. Esta concepção da doença é muito presente em comunidades amazônicas que reconhecem como real um cosmo imaterial que extrapola o mundo material e que interfere no cotidiano dessas comunidades. Isso ocorre, inclusive, na saúde, quando as pessoas são acometidas no espírito, sendo influenciadas por mau-olhado ou entes existentes na floresta.

As terapêuticas empregadas no tratamento são à base de plantas medicinais, rezas, orações, passes, banhos, entre outros, que atuam em doenças tidas como mais leves, por exemplo, dor de cabeça e mal-estar. O tratamento é administrado por pessoas consideradas como especiais pela comunidade, as quais demonstram dominarem um tipo de conhecimento tradicional cujos elementos estão presentes no local.

A não disponibilidade de serviços públicos de saúde é indicador de ausência do Estado nos âmbitos federal, estadual e municipal. Esta ausência fez com que a comunidade resolvesse os mais variados problemas de saúde por meio de terapêuticas propostas pelos demiurgos identificados em seu convívio. Porém, segundo as narrativas dos entrevistados, o problema não é só nas doenças que o médico não cura, mas em doenças em que se faz necessária a intervenção do profissional de saúde, como a hipertensão arterial e o diabetes.

Durante a primeira visita, em 2014, havia na comunidade os autodenominados curandeiros Maria Melo de Moraes, Manoel Messias, em África, e Domingas Moraes, em Laranjituba. A Maria Melo de Moraes – codinome Maria Grande – é nativa e a moradora mais antiga da comunidade África com 85 anos. Ela atende as pessoas que a procuram para tratamentos de sintomas de doença como gripe e sempre indica folha de algodoeiro associada ao mel. Segundo ela, dada a sua idade avançada, não faz mais



visitação, porém recomenda tratamentos quando procurada pelas pessoas da comunidade em sua casa. Também afirmou que seu conhecimento foi adquirido de sua mãe.

Na comunidade África, destaca-se Manoel Messias quando o assunto é tratamento de doenças fora da medicina oficial. Trata-se de um curandeiro de 63 anos, que se identifica como autodidata no ofício em que desenvolve seu trabalho de cura por meio de rituais umbandistas. Segundo ele, é nativo do município de Santo Antônio do Tauá no estado do Pará, porém criado no distrito de Icoaraci, onde desenvolveu o dom.

Manoel se diz filho de Oxóssi da linha branca da umbanda, caracterizada pelos ritos com pena e maracá. O mesmo narrou que embora seja da linha umbandista, possui uma obrigação com o caboclo Honorato, ente da umbanda, de bater tambor pelo menos uma vez por ano, sob pena de ser 'surrado' pela entidade. Ressalta-se que, segundo Manoel, a linha branca se destina ao processo de cura e não de malefícios a outrem, e processa a cura do corpo e do espírito.

Durante a entrevista, procurou-se saber como este curandeiro conceitua o termo doença. Para ele, a doença se reporta ao indivíduo que sente dor, possui comportamento impróprio, indisposição, podendo advir da influência de espíritos, principalmente em encruzilhadas, nos horários de seis e doze horas, às dezoito e à meia-noite. Neste caso, a pessoa sente, por exemplo, dor de cabeça, sendo esta sintomatologia tratada ou curada com tratamento espiritual e por meio de chás e passes, sendo ineficientes os procedimentos médicos.

O entrevistado conceituou saúde como o inverso da doença e, ao se reportar sobre a cura, afirmou que trata a causa da enfermidade e não os sintomas. Manoel Messias exemplificou que uma pessoa perturbada por um espírito apresenta dor de cabeça contínua e mal-estar, a quem se administra um chá composto por várias ervas que lhe provoca o vômito. Na sequência, ocorre a expulsão do fator causador do mal. Observa-se que este mecanismo de tratamento é comum entre os

caboclos amazônidas, conforme descrito por MacRae (1992), sendo que em algumas comunidades é utilizada a ayahuasca para o tratamento das causas do adoecimento.

Segundo o entrevistado, as pessoas que o procuram são diversificadas, não importando a raça, o credo ou o gênero. Entre seus principais pacientes, estão religiosos advindos da igreja católica, evangélica e umbandista da comunidade e de fora dela, além de outros homens mulheres, crianças, jovens, adultos e idosos. Foi observado que no interior de sua casa há uma tenda (altar) com várias imagens de entes umbandistas que são referenciadas (Figura 5).

Figura 5 – Tenda de Oxóssi da linha branca de pena e maracá, Comunidade Remanescente Quilombola África/Abaetetuba/Pará. Maria Grande aparece no centro da Figura.



Fonte: A. J. A. de Souza (2014).

O entrevistado relatou que a realização do ritual depende da demanda e é feito em volta de sua casa. O umbandista declarou ser sempre assessorado por sua filha, sendo indefinida a frequência do ritual dependendo apenas das necessidades das pessoas da comunidade.

No ritual, há a utilização de ingredientes como vela, cachaça, cerveja e champanhe, no qual são feitas rezas, entoam-se cânticos, além da realização da dança característica do rito.

Manoel Messias é casado com a parteira tradicional Zilda Gonçalves, de 70 anos, que também foi entrevistada. Ela relatou que aprendeu o ofício com sua mãe, tendo realizado vários partos na comunidade sem óbito de mãe e filho. De acordo com a entrevistada, no trabalho de parto aprendeu a reconhecer quando o feto está em distocia na pelve materna, fato este que pode comprometer a vida do bebê e da mãe. Com a devida técnica, porém, ela reposiciona o feto para favorecer um parto normal.

Durante a segunda viagem à comunidade em 2016, Domingas Conceição já havia falecido. Porém, por ocasião da primeira visita em 2014 (Figura 6), a especialista tradicional tinha 87 anos e era a nativa e moradora mais antiga da comunidade de Laranjituba. Na oportunidade, ela relatou que não realizava mais visitas às residências devido a sua idade avançada, mas que sempre disponibilizava seus conhecimentos às pessoas que lhe procuravam. Referiu que quando era mais jovem realizava um trabalho intenso na comunidade.

Figura 6 – Domingas da Conceição, especialista tradicional católica falecida em 2014.



Fonte: A. J. A. de Souza (2014).

Em suas ações, a especialista tradicional realizava ritos compostos por orações católicas, como Ave-Maria e Pai-Nosso, também preparava e administrava chás, banhos, bênçãos, etc. Relatou que o “quebranto” é um problema de saúde causado por “mau-olhado”, que pode até matar; segundo sua narrativa, é provocado por uma pessoa com fome, não sabendo definir esta expressão. Ela afirma que este problema é tratado com uma solução de farinha de mandioca e que, quando realizava este tipo de trabalho, sentia-se mal e com dor de cabeça, fazendo uso do mesmo remédio.

No entendimento de Domingas da Conceição, o mal pode ser provocado por entes do mundo que vivem na natureza e não pode ser curado pelo médico do hospital. Infere-se da argumentação da especialista tradicional que o tipo de tratamento requer um ritual e uma crença que envolve o ambiente, o curador e o curado, além da ajuda incondicional de uma força superior que nominou de Deus. Neste sentido, seu método de tratamento difere do método do Manoel Messias pela religiosidade, sendo este por meio da umbanda e aquele pelo catolicismo.

## **5 A ALTERNÂNCIA NA POSIÇÃO DE PODER NO CAMPO E O PARALELISMO ENTRE MEDICINA OFICIAL E TRADICIONAL**

Na tentativa de aproximar as teorias pelas quais perpassam os saberes científicos sobre saúde e doença às práticas sociais, observou-se que na CRQLA, embora os comunitários procurem os serviços de saúde oficial, estes não estão disponíveis conforme descrito em Brasil (1990). Este dispositivo legal que regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS) define precisamente que todo cidadão brasileiro tem direito aos serviços de saúde próximo de sua residência e controle social, o que não foi observado naquela comunidade.

Portanto, há ausência do Estado na CRQLA no quesito prestação dos serviços de saúde. Por sua vez, os comunitários têm seus problemas de saúde resolvidos localmente por especialistas tradicionais que possuem importância social.

Nessa perspectiva, há o reconhecimento da importância dos especialistas tradicionais na comunidade. Este fato advém dos problemas de saúde resolvidos localmente por estes que lançam mão de técnicas que, dependendo do problema de saúde, têm eficácia concreta. Portanto, a medicina tradicional é uma opção terapêutica, na qual os membros da comunidade possuem o direito de usá-la ou não.

O reconhecimento da medicina tradicional é percebido por dois aspectos, sendo o primeiro de ordem prática e está nas falas dos especialistas tradicionais entrevistados na CRQLA. Observa-se que suas práticas envolvem as crenças tanto de quem opera como de quem se submete a tratamento. Portanto, também é simbólico, porque se acredita na interferência de um cosmo imaterial, que se concretiza nas curas, seja do corpo, seja do espírito, provocado pelo “mau-olhado”, conforme observado por Wawzyniak (2009) no processo de “engerar”.

Para esse autor, o sistema cosmológico permite a permutabilidade de seres entre si, humanos, animais e criaturas intermediárias; também entre a natureza e o ser humano, podendo tal interação provocar perturbações tanto físicas quanto psíquicas.

A segunda, de ordem teórica e referida por Buchillet (1991), em que, na complexidade do processo saúde/doença, é estabelecido um itinerário terapêutico cujo processo busca um tratamento constituído pela constatação de uma desordem física, psicológica ou espiritual. Este itinerário passa por todas as etapas institucionais ou não que podem se atualizar por meio de interpretações e cura diferentes, em que fazem parte paciente, família, comunidade, categorias de curadores.

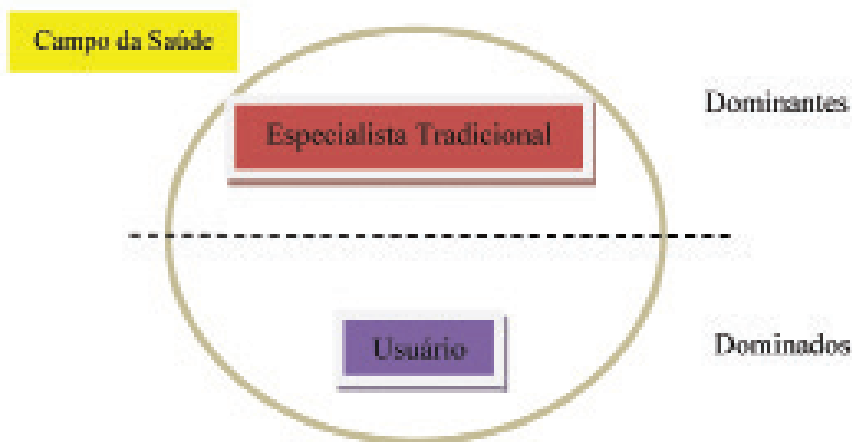
Portanto, a autora afirma que a eficácia da medicina tradicional está na dimensão da arte do uso social da doença como fazendo parte do cotidiano da comunidade, não se limitando ao estabelecimento da saúde em si.

Maués (2009) observa que, para os especialistas tradicionais – pajés, xamãs e membros da renovação carismática – o doente tem um

significado maior entre os meios de cura. Logo, devido a esta atribuição de importância dada ao paciente, este é visualizado como um todo, tendo sua terapêutica centrada na causa, não no sintoma. Assim, este método de tratamento segue a ordem inversa da medicina erudita, na qual o ser é fragmentado, pensado e tratado isoladamente, o corpo e a mente.

Ao considerar a ausência do Estado e as incumbências dos especialistas tradicionais no local, estes assumem uma posição de poder, importância e influência na comunidade, que lhes garante estar entre os agentes dominantes, conforme Figura 7. Neste sentido, há uma deformação na estrutura padrão do campo social da saúde comumente percebida nas localidades do país que tem o SUS como sistema. Portanto, estes agentes estão entre os dominantes, o que pode favorecer o paralelismo e complementaridade entre os conhecimentos tradicionais e científicos.

Figura 7 – Estrutura do campo da saúde na CRQLA



Fonte: A. J. A. de Souza (2016).

Ao considerar a região de estudo, a Figura 7 é deformada e elementos são retirados de sua constituição. A proposta apresentada

nessa Figura tem como premissa uma das diretrizes do SUS, na qual se concebe que a saúde é direito do povo e dever do Estado; ainda, os serviços públicos têm de ser disponibilizados ao cidadão próximo de sua residência. Portanto, são requisitos que permitem apresentar o modelo de conformação do campo social da saúde na comunidade conforme esta última figura.

## CONCLUSÃO

Ao estabelecer uma análise sobre o campo da saúde pela teoria de Bourdieu (2004) na comunidade onde há ausência do Estado, nota-se que há uma alternância na posição de dominado a dominante ocupado pelos especialistas tradicionais. Esta alternância na posição deste agente no campo da saúde deforma a estrutura padrão do campo social da saúde, considerando o *status quo* imposto pelo Estado, que prevê a medicina erudita como modelo mais importante de intervenção sobre a saúde da população. Nestes termos, há uma quebra na lógica de acesso aos serviços de saúde.

Ainda, ao propor a organização da estrutura do campo social são observados supressão dos campos político e econômico. Observa-se que, no modelo de saúde padrão no Brasil, o campo político funciona basicamente como regulador, quando considerada a prestação de serviço privado e público, e o promotor, quando o próprio Estado oferta o serviço de saúde à população.

Quanto ao campo econômico, este funciona somente como promotor, uma vez que é composto por pessoas jurídicas com fins lucrativos e filantrópicos, mas que recebem honorários para executar os serviços aos quais são credenciados, portanto a interferência do capital na promoção da saúde naquela comunidade é nula.

O contexto apresentado acima é reflexo da solução encontrada pela população em estudo para resolver seus problemas de saúde onde o Estado é ausente. Embora a Lei determine que as comunidades tenham

à sua disposição serviços de saúde próximos de sua residência ofertados pelo ente público, esta não é a realidade encontrada na CRQLA, tanto durante a primeira visita quanto na segunda visita.

Portanto, quando há necessidade de soluções mais complexas para seu problema de saúde, os comunitários enfrentam dificuldades de deslocamento, consequência de transporte deficitário e indisponibilidade de serviços de saúde próximos de suas residências.

A questão das soluções aos problemas de saúde na CRQLA não se restringe somente às perturbações físicas, mas também às psíquicas e espirituais. O tratamento das duas últimas pelos especialistas tradicionais dá-lhes notoriedade, o que faz com que, dentro da comunidade, estes galguem uma posição influente e de poder. Compulsoriamente, a terapêutica adotada por estes agentes passa a ser uma opção no sentido de poder paralelo ao dado aos médicos acadêmicos, portanto, a medicina tradicional supera sua conotação de alternativa terapêutica e se iguala em termos de importância à medicina erudita.

Contudo, é notória a utilização conjunta pelos membros da comunidade da medicina oficial e da medicina tradicional para resolver seus problemas de saúde. Nota-se que estes tratamentos também podem ser utilizados separadamente quando identificada a doença que o médico cura e a doença que o médico não cura. Porém, esta diferenciação é percebida por meio de itinerário terapêutico e da causa do mal, levando o(a) paciente a optar por um ou outro tratamento.

Finalmente não há dúvida de que as representações sociais latentes nas comunidades influenciam suas preferências terapêuticas. Nos termos de Bourdieu (2004), estas representações são reflexos de um *habitus* que os influencia despercebidamente nas suas relações objetivas, que também têm um caráter subjetivo dado seu mundo interior na percepção do mundo real.

Portanto, é este mote que permite, por exemplo, Wawzyniak (2009) perceber a categoria engerar, logo sendo possível perceber a complementaridade entre os conhecimentos científico e tradicional.



Desse modo, percorreu-se um caminho paralelo e não excludente para solucionar problemas de saúde das comunidades.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Avaliação econômica em saúde: desafios para gestão no Sistema Único de Saúde**. Brasília, p.104, 2008.

\_\_\_\_\_. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei n. 8080. 19 de setembro de 1990. **DOU**, de 20.9.1990. Disponível em: <http://www.saude.gov.br>. Acesso em: 16 jan. 2015.

BUCHILLET, D. Antropologia da doença e os sistemas oficiais de saúde. In: BUCHILLET, D. **Medicinas tradicionais e medicina ocidental na Amazônia**. Belém: MPEG/Edições CEJUP/UEP, p. 21-44, 1991.

CAIRUS, H. F. Da natureza do homem. In: CAIRUS, H.; RIBEIRO JÚNIOR, W. A. (Org.). **Textos hipocráticos: o doente, o médico e a doença**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 39-50.

CAMPOS, I.; FILOCREÃO, A. S. **A Gestão das Reservas Extrativistas no Sul do Amapá**. 1997.

CAPRA, F. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: CULTRIX, 2012.

MENDES, R.; DIAS, E. C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista de Saúde Pública**, v. 25, n. 5, p. 341-349, 1991.

EDUCAÇÃO nas comunidades remanescentes de quilombo. **Ponto Crítico**, não paginado, 12/10/2016. Disponível em: <http://pontocritico.net.br/artigo/educacao-nas-comunidades-remanescentes-de-quilombo>. Acesso: dez. 2016.

ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 6. Campinas/São Paulo. Anais IV **Encontro de história da arte**. Habitus e o ponto de inflexão de Panofsky: teoria e metodologia da história da arte no século XX. 2008. 812 p. Disponível em: <http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2008/NETO,%20Liszt%20Vianna%20-%20IVEHA.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

GUIJT, I.; SHAH, M. K. Walking to power, conflict and process. In \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. (Ed.). **The myth of community: gender issues in participatory development**. 1. reimpr. London: ITP Ltd., 1999. p. 1-23.

LANGDON, E. J. Os diálogos da antropologia com a saúde: contribuições para as políticas públicas. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, UFRJ, v. 19, n. 4, p. 1019-1029, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n4/1413-8123-csc-19-04-01019.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

LAPLANTINE, F. A doença e o sagrado, a medicina e a religião, a cura e a salvação: da antropologia médica à antropologia religiosa. In: LAPLANTINE, F. **Antropologia da doença**. São Paulo: Martins Fontes, 1986. p. 213-251.

MACRAE, E. J. B. N. Concepções caboclas de doença e o uso de ayahuasca. In: MACRAE, E. J. B. N. **Guiado pela lua: xamanismo e o uso ritualizado da ayahuasca no culto do Santo Daime**. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 47-58.

MAUÉS, R. H. Cura e religião: pajés, carismáticos e médicos. In: FLEISCHER, S.; TORNQUIST, C. S.; MEDEIROS, B. F. (Org.). *Saber cuidar, saber contar: ensaios de antropologia e saúde popular*. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2009. p. 125-142.

\_\_\_\_\_, Catolicismo e xamanismo: reflexões sobre pajelança amazônica, renovação carismática e outros movimentos eclesiais. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 4, n. 8, p. 11-30, 2007.

MAZETTO, F. A. P. Pioneiros da geografia da saúde: século XVIII, XIX e XX. In: BARCELLOS, C. (Org.). **Saúde movimento: a geografia e o contexto dos problemas de saúde**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2008. p. 30-46.

MENDES, R.; DIAS, E. C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista de Saúde Pública**, v. 25, n. 5, 1991. p. 341-349.

NASRI, F. O envelhecimento populacional no Brasil. **Einstein**, v. 6, n. 2, p. 4-6, 2008.

NAVARRO, M. B. M. et al. Doenças emergentes e re-emergentes, saúde e meio ambiente. In: MINAYO, M. C. S.; MIRANDA, A. C.(Org.). **Saúde e ambiente sustentável: estreitando os nós**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2006. p. 37-49.

NOBRE, A. H. **Atravessando fronteiras: viagem rumo à medicina tradicional**. Belém, 2009. 195 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, 2009.

NOBRE, M. R. C.; BERNARDO, W. M.; JATENE, F. B. A Prática Clínica Baseada em Evidências. **Rev Assoc Med Bras**, v. 49, n. 4, p. 445-9, 2003.

NÓBREGA, A. C. L. et al. Posicionamento oficial da Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte e da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia: atividade física e saúde no idoso. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, Niterói, v. 5, n. 6, p. 207-211, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbme/v5n6/v5n6a02.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2016.

OLIVEIRA, E. R. **O que é medicina popular**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Cuidados primários de saúde: Alma Ata**, 1978. Disponível em: <http://afrolib.afro.who.int/RC/RC51/pt/AFRRC51RT.1.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.

PARÁ. Instituto de Terras do Pará (ITERPA). **Plano de utilização da comunidade remanescente de quilombo da AQUIBAC**. Belém, 2010.

PARSONS, T. **A estrutura da ação social: um estudo de teoria social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes**. v. 1. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

POLGAR, S. A evolução e as doenças da humanidade. In: POLGAR, S. **Panorama da antropologia**. Rio de Janeiro; São Paulo; Lisboa: Fundo de Cultura, 1966, p. 221-232,

SÁ, S. M. A.; SÁ, E. V.; JESUS, I. M. de; MUNIZ, I. dos S.; ALCÂNTARA, J. V.; BARBOSA, S. P. D.; PINTO, A. DA C.; SÁ, L. L. C. de; SANTOS, E. C. de O. Avaliação de indicadores de saúde ambiental em área urbana em uma situação de macrodrenagem. **Caderno Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 15, n. 4. p. 543-558, 2007. Disponível em: [http://www.iesc.ufrj.br/caderno/imagens/csc/2007\\_4artigos/CSC\\_IESC\\_2007\\_4\\_8.pdf](http://www.iesc.ufrj.br/caderno/imagens/csc/2007_4artigos/CSC_IESC_2007_4_8.pdf). Acesso em: 10 mar. 2016.

SILVA, J. B. da; SIMONIAN, L. T. L. População tradicional, Reservas Extrativistas e racionalidade estatal na Amazônia brasileira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, v. 33, p. 163-175, 2015.

SIMONIAN, L. T. L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGÓN, E. (Org.). **Populações e meio ambiente na Pan-Amazônia**. 1. ed. Belém: NAEA/UFPA, 2007. p. 25-44.

SOUZA, C. M. N. Participação dos cidadãos na gestão do saneamento básico no Pará. **Novos Cadernos NAEA**. Belém, UFPA, v. 18, n. 2, p. 261-274, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1934/2721>. Acesso em: 20 ago. 2016

SOUZA, A. J. A. de. **Uso de plantas medicinais no município de Benevides/Pará: elaboração do momento fitoterápico e construção da política municipal de plantas medicinais e fitoterápicos**. Belém, 2010. 113 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

TEISSERENC, P. G. M. Poder local e condições de sua renovação na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**. Belém, UFPA, v. 19, n. 1. p. 47-70, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/2451/3171>. Acesso em: 20 ago. 2016.

TEIXEIRA, E. Saberes do cuidar, hibridismo cultural no processo de viver humano. In: OLIVEIRA, I. A.; SANTOS, R. L. (Org.). **Cartografias de saberes – representações sobre cultura amazônica em práticas de educação popular**. Belém: UEPA/EDUEPA, 2007. p. 59-80.

WACQUANT, L. Poder simbólico e fabricação de grupos. **Novos Estudos**, SEBRAP [online], n. 96, p. 87-103, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n96/a07n96.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016.

WAWZYNIAK, J. V. Agentes comunitários de saúde: transitando e atuando entre diferentes racionalidades no rio Tapajós, Pará, Brasil. **Campos**, UFPR, v. 10, n. 2, p. 59-81, 2009. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/campos/article/view/20164>. Acesso em: 28 jan. 2016.



## SINCRONIA ENTRE RELIGIOSIDADE UMBANDISTA E PRÁTICAS RELIGIOSAS AMAZÔNICAS DE ÍNDIOS E CABOCLOS

---

*Ana Lúcia Cardoso do Nascimento<sup>1</sup>*

*Ligia T. Lopes Simonian<sup>2</sup>*

**Resumo:** Neste capítulo, tem-se por objetivo discutir a relação existente entre a religião umbandista, que constitui uma religião afro-brasileira, as práticas do sagrado indígena e a pajelança cabocla. O interesse pelo estudo advém da constatação de que essas religiões e manifestações do sagrado possuem certa sincronia e conexão entre si e que na sua construção histórica foram se adaptando e se resignificando à luz das mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas. O cenário amazônico possui, com sua riqueza natural e pluralismo sociocultural, a capacidade de permitir as inter-relações em foco neste trabalho. Adotou-se a metodologia da pesquisa bibliográfica. As conclusões que se obtiveram são de que existe inter-relação entre as práticas e as religiosas, e de que, embora elas não dialoguem entre si, estabelecem singularidades próprias, e estas são construídas possibilitando sua perpetuação.

**Palavras-chave:** Religiosidade. Umbanda. Experiências amazônicas.

<sup>1</sup> Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento/NAEA-UFPA. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)/UFPA e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Professora Assistente da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). *E-mail:* ana.cardoso@ufpa.edu.br. Endereço: Rod. Artur Bernardes, n.º 1650, Cond. Alto de Pinheiros, Rua Peru, Qd-12, Lt-07, Pratinha. CEP 66.816-810. Belém/PA-Brasil.

<sup>2</sup> Pós-doutorado e doutorado em Antropologia ('Four fields')/City University of New York, CUNY, Estados Unidos da América. Professora Titular da Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). *E-mail:* simonianl@gmail.com. Endereço: Rua Augusto Corrêa, n. 1, Guamá. CEP 66.075-900. Belém/PA-Brasil.

## SINCRONY BETWEEN UMBANDIST RELIGIOSITY AND RELIGIOUS PRACTICES OF THE AMAZONIC INDIGENOUS AND CABOCLOS

**Abstract:** Through this chapter, a discussion on the relationship between the religion Umbanda, which constitutes an African-Brazilian religion, and the sacred practices of Indigenous and the Caboclo shamanism is presented. Interest in the study comes from the fact that these religions and sacred manifestations have some connection and sync with each other and in its historic building were adapting and giving new meaning to the light of social, political, cultural and economic changes. And the Amazonic scenario has, with its natural wealth and socio-cultural pluralism, the ability to allow the interrelationships in focus in this work. The adopted methodology was the bibliographic research. The conclusions obtained are that there is inter-relationship between religious practices and manifestations and that, although they do not hold discussions with each other, they establish its own singularities and are constructed allowing its perpetuation.

**Keywords:** Religiosity. Umbanda. Amazonian experiences.

### 1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre as religiões no Brasil demonstram que essas sofrem mudanças decorrentes das transformações da realidade social, econômica, cultural e política de uma dada sociedade (BASTIDE, 1960; ELIADE, 1992). As alterações se adéquam dependendo das nuances e compreensões que estão embutidas nas práticas religiosas diferentes. Neste capítulo, prioriza-se como foco a religião afro-brasileira, em especial a Umbanda, e como essa constrói ou tem construído sua identidade partindo das interferências e contribuições de outras práticas religiosas ou imbricadas no sagrado.



Parte-se da compreensão de que elas, na sua essência, constroem um corpo litúrgico que apresenta semelhanças. Exemplos nesta direção são os trabalhos de cura, mas de todo modo, isso não permite uma aproximação entre elas. Também, esse distanciamento entre si pode ser justificado pela competição em busca de um número maior de clientela.

Neste trabalho, objetiva-se construir uma reflexão tendo como base os estudos já realizados nesse campo, como a descrição breve a seguir. Entende-se a necessidade de aprofundar os estudos acerca das transformações sofridas pela Umbanda e de analisar sua relação com as demais práticas religiosas amazônicas e que possuem no seu ritual características similares. Espera-se, desse modo, que o resultado implique em oportunidade de um conhecimento e divulgação maiores destas religiões, bem como apresentar as semelhanças e diferenças existentes entre elas e que implicam reconfigurações de institucionalidades novas.

As bases teóricas adotadas pautaram-se nos estudos sobre a religião afro-brasileira. Entre outros, têm-se Cavalcante (2012), Figueiredo (1976), Galvão (1976), Leacock e Leacock (1976), Maués (1995), Pacheco (2010), Quintas (2007), Rodrigues (1976) e Silva (1976). Para a discussão sobre sincronia, será adotada a análise de Hansen (2001), Brill (1995) e Saussure (2006), mas, embora eles a tratem sob a ótica da linguística, tenta-se adaptar e aproximar suas discussões para a história no campo da antropologia da religião.

Essa adaptação dá-se no sentido de definir algumas reflexões nas quais se identifica que as transformações oriundas de um processo sincrônico são eminentemente históricas e fundamentadas num modelo sistêmico. Saussure (2006, p. 107) afirma que isso decorre da “[...] relação entre elementos simultâneos”. Galvão (1976, p. 3) ilustra melhor essa questão no contexto amazônico:

Essa maneira de ver o mundo não representa o simples produto da amalgamação de duas tradições, a ibérica e a do indígena. Essas duas fontes supriram o material básico de que envolveu a forma

contemporânea do caboclo amazônico. Porém, o seu processo de desenvolvimento e a maneira como funciona esse sistema de idéias não podem ser compreendidos através de uma simples enumeração e identificação dos elementos característicos às duas fontes primitivas. O processo de fusão desses elementos foi consideravelmente afetado pelas condições especiais do ambiente físico – a hiléia amazônica, no que diz respeito à adaptação do homem e às técnicas utilizadas para explorar esse ambiente, e em consequência, a estrutura da sociedade que aí se desenvolveu.

Nesse sentido, desenvolve-se este texto com base na organização de discussões em torno de uma religiosidade na vida das populações tradicionais amazônicas baseadas em suas práticas próprias e sincretizadas.

E a considerar que a Amazônia ainda é detentora de uma riqueza grande de sociobiodiversidade, mesmo com o avanço na criação de algumas políticas públicas, ainda há muito a ser feito. Para Fearnside (2016, p. 39),

We have learned surprisingly little from history in terms of environmental policy in Amazonia despite advances in institution building and great strides in the organization and capacity of civil society. Environmental threats are increasing faster than the strengthening of environmental policies and institutions.

A lacuna no fortalecimento de políticas e instituições ambientais também se constitui em impeditivo para a valorização e conhecimento de práticas e saberes locais resultantes do uso desses recursos naturais.

Ainda, destacam-se a análise da Umbanda e a sua conexão com as demais práticas religiosas, notadamente, no contexto da natureza amazônica; por fim, apresentam-se algumas conclusões sobre a problemática.

## 1.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Para o desenvolvimento do estudo, fez-se a opção metodológica pela pesquisa bibliográfica a partir das bases de dados de acesso livre e

restrito, bem como acesso às bibliotecas e a acervos particulares. Nesta perspectiva, parte-se de trabalhos nos quais se visualiza a discussão, na íntegra ou aproximada da relação de sincronização entre as religiões. Assim, fez-se pesquisa bibliográfica acerca da Umbanda e suas práticas no estado do Pará, e sua relação com práticas religiosas como a pajelança.

Como se disse, anteriormente, autores como Cavalcante (2012), Figueiredo (1976), Galvão (1976), Leacock e Leacock (1976), Maués (1995), Pacheco (2010), Quintas (2007), Rodrigues (1976) e Silva (1976) fundamentaram as análises apresentadas, com base em um enfoque mais antropológico sobre os cultos afro-euro-ameríndios e acerca da religiosidade dos seres humanos amazônicos. Tais estudos não têm, necessariamente, a Umbanda como seu objeto de estudo principal.

Justifica-se o presente trabalho pelo fato de que os estudos representativos da produção acadêmica nesse campo de discussão da religiosidade amazônica pouco evidenciam sobre a apresentação de similaridade sincrônica entre as práticas religiosas amazônicas, no estado do Pará. Há que se destacar que se tratará de práticas que, em tese, possuem uma proximidade, precisamente porque, em alguns momentos, elas trazem em seus rituais semelhanças, sem que estas sejam identificadas entre si ou pelos seus seguidores.

Sabe-se, no entanto, que essas práticas passaram por transformações, assim como a sociedade global. Mais precisamente nos anos de 1980/1990, a emergência do mundo globalizado fortalecido e consolidado alterou as relações sociais, produtivas, culturais e religiosas. Aliás, esse é um processo que tem continuidade em toda a sua complexidade.

## **2 A RELIGIOSIDADE NA VIDA DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS AMAZÔNICAS A PARTIR DE SUAS PRÁTICAS SINCRÉTICAS**

A população amazônica estabelece uma proximidade com os ambientes naturais, rios, florestas, igarapés, mangues; inclusive, tem-se a impressão de que as relações de pertencimento a estes espaços estão

presentes constantemente. Isso ocorre especialmente entre os indígenas e os ribeirinhos. Tal vivência se estenderá para as outras dimensões da vida, tais como a religiosa, e a religião tem sua sustentação no sentido de amparo e referencial à população amazônica.

Pacheco (2010, p. 90) destaca, em seu artigo que trata das encantarias afro-indígenas na Amazônia marajoara, as percepções e posturas dos padres agostinianos recoletos:

Se o campo da religião se constituiu, historicamente, em espaço de intensa perseguição por parte dos poderes eclesiásticos e civis contra rituais afro-indígenas, na contramão tornaram-se também territórios onde praticantes desses universos puderam resguardar e reafirmar suas religiosidades interligadas a divindades cultuadas por seus ancestrais.

Isso significa que a população amazônica mantém sua existência articulada nessas crenças, mesmo que viva numa metrópole, e terá a necessidade de recorrer a um curandeiro, rezadeira, pajé, pai ou mãe de santo, alguém que possa lhe socorrer imediatamente e em quem deposita sua fé. Esse tipo de compreensão se encontra em qualquer parte da região, mas é evidente que em algumas delas se acentua mais, como no âmbito da ruralidade.

Figueiredo (1979) constrói uma análise que, apesar de datar da década de 1970, ainda hoje é muito atual sobre a maneira como o amazônida produz sua cultura e religiosidade, justificando que isso se deve às mudanças socioculturais encontradas.

A utilização das plantas como instrumento de cura por segmentos da sociedade bele[n]ense, está diluída no tempo e no espaço, como a resultante – e tudo nos leva a estendê-la à própria subcultura amazônica – da integração de elementos culturais de que eram portadores os que participaram do processo de colonização da região. As mudanças sócio-culturais hoje encontradas, são decorrentes da transformação de uma sociedade colonial de índios, portugueses, africanos e mestiços, na atual

sociedade amazônica (FIGUEIREDO), 1976 A:161). Esses traços amalgamaram-se e fundiram-se de tal forma, que é impossível dissociar qualquer deles, inclusive os religiosos, que muito embora pareçam antagonísticos, não o são: muito pelo contrário; o conjunto aparentemente desordenado é altamente organizado e harmônico, não havendo contrastes entre religiões, sejam elas quais forem. Na mentalidade mágica do homem amazônico, integrado ao processo que se desenvolveu e se desenvolve na área, existe apenas um todo – suas crenças, suas superstições, enfim, sua religião (FIGUEIREDO, 1979, p. 4-5).

Dessa maneira, pode-se concluir que, ao se tratar da religiosidade amazônica, nunca se estará referindo a algo pontual e desvinculado do modo de vida da população. Ela se constitui na organização da sociedade amazônica e é determinante para o que foi sendo construído no decorrer de seus avanços e desenvolvimento, respaldada nessa formação social e econômica. De acordo com Simonian (2007, p. 51),

E enquanto conceito, as populações tradicionais podem ser definidas de acordo com alguns critérios, como os de uma ancestralidade em um determinado *locus* – com todo o simbolismo que essa relação implica, como a exploração dos recursos naturais com base em conhecimentos sobre a biodiversidade e tecnologias tradicionais (CONCEIÇÃO, 2002; FURTADO, 1994; HIRAOKA, 1993; SIMONIAN, 2000a).

Pacheco (2010) apresenta no artigo a fala de um padre diante da dificuldade de a Igreja Católica se aproximar da população ribeirinha marajoara desta comunidade católica. Para ele, é visível a intolerância na convivência da diversidade e a compreensão e incorporação do sincretismo religioso do povo.

Essa é uma dificuldade que chega até hoje. Está enraizada essa cultura arcaica como é a africana, como é a nativa, a indígena, e leva no sangue o que é a umbanda, toda esta manifestação, o que é o pajé, a pajelança, o candomblé, as misturas que passam pelo índio, mas deságuam na umbanda, na macumba, na pajelança.

Tudo está muito enraizado no povo, o que dificulta o crescimento de uma fé autêntica, pois eles têm participado de crenças muito fortes (Depoimento citado). (PACHECO, 2010, p. 101).

Salienta-se, com base em Silva (2011, p. 297), que hoje se visualizam iniciativas por intermédio da pastoral afro-brasileira de “[...] liturgias ‘inculturadas’ da ‘missa afro’ [...]”, na qual as tradições afro e católica dialogam.

Desde o início da colonização portuguesa no século XVII, o catolicismo sempre teve uma presença marcante no contexto amazônico. Aliás, desde então tem sido a referência maior na religiosidade da população brasileira. Muito embora, ultimamente, esteja perdendo espaço hoje para algumas religiões do grupo evangélico, principalmente as pentecostais ou neopentecostais. Nos termos de dados divulgados pelo Vaticano (O ESTADO..., 2016), a Igreja Católica vem em anos recentes estancando esse processo de perdas de fiéis e, ainda, está conseguindo manter a sua hegemonia.

Entre os que tratam os dados relacionados à queda do quantitativo dos brasileiros católicos, assim como dos pertencentes às religiões afro-brasileiras em contraposição ao aumento do segmento evangélico, está Malandrino (2006). Essa autora afirma que isso tem ligação com o aumento da oferta de religiões e com a liberdade de escolha, consequência da liberalização do país. Ela defende, ainda, que a Igreja Católica já esperava por essa redução e que esta passa a se tornar qualitativa devido à permanência daqueles que são realmente praticantes.

Malandrino (2006, p. 37-38) rebate com o argumento de Regina Novaes, do ISER, que “[...] discorda dessa ideia, pois coloca que ‘entre os que se dizem católicos, há um grande número de pessoas que respondem movidas pela tradição e não pela crença real’”. Muito embora esse caráter migratório e trânsito das pessoas por religiões diversas não implique necessariamente em um modo novo de viver a religião. Em geral, as mudanças servem para experimentar e verificar onde o ser humano pode

se “dar bem” do ponto de vista material, deixando a espiritualidade em plano secundário.

Quanto às rivalidades expostas entre as religiões pela conquista de um número maior de adeptos, ressalta-se que atualmente é muito forte entre as religiões afro-brasileiras e os evangélicos, neopentecostais, conforme citado acima. Em estudo sobre práticas religiosas afro-brasileiras em Porto Alegre, Silva, M. (2012) aborda as tentativas de criação de leis por políticos evangélicos que atentam contra a prática dos cultos afros, bem como sobre a visão preconceituosa da população. Na Amazônia, também esta visão é perceptível, mas é velada, devido à capacidade que a população tem de conviver com a diversidade social, biológica e religiosa.

Na Amazônia, a sabedoria da população é peculiar e tem por base a convivência de maneira tranquila e equilibrada; assim, ela não se fundamenta em racionalidade científica, mas em uma racionalidade religiosa, determinada por uma “[...] dominação carismática” (WEBER, 2014, p. 158-159). Segundo esse autor,

Denominamos “carisma” uma qualidade pessoal considerada extracotidiana (na origem, magicamente condicionada, no caso tanto dos profetas quanto dos sábios curandeiros ou jurídicos, chefes de caçadores e heróis de guerra) e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extracotidianos específicos ou então se a toma como enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como “líder”.

Ou seja, as religiões objeto de análise têm sempre uma liderança como referência, e muitas vezes sua continuidade e permanência como adeptos nas religiões estão focadas no formato dessa relação interpessoal.

Neste item, será analisada a religiosidade dos amazônidas e das suas contradições *vis-à-vis* o catolicismo, uma vez que se sabe que as modalidades deste fenômeno têm como referência esta religião. E isso

com o objetivo de assegurar a legitimidade e a respeitabilidade social dos sujeitos que também são adeptos de práticas de pajelança ou da religião afro-brasileira. O catolicismo também adota nos seus rituais práticas que se assemelham à pajelança cabocla. Ao considerar essa correlação, Maués (2002) trata a pajelança cabocla como parte do catolicismo popular.

O autor faz isso no texto em que aborda a influência do xamanismo e da pajelança rural ou pajelança cabocla em reuniões da renovação carismática católica, argumentando sobre o caráter do catolicismo popular e sua força nos espaços rurais amazônicos.

Por catolicismo popular entendo uma forma de catolicismo, diferente em vários aspectos daquela preconizada pelas autoridades eclesíásticas, mas que é adotada pela maioria da população católica. Não se trata do catolicismo das classes populares, como classes subalternas num sentido marxista, ou do povo, num sentido mais vago e geral. A distinção aqui proposta prende-se à dicotomia entre catolicismo oficial (hierárquico) e popular (dos leigos em geral). Ela está relacionada com os tipos ideais weberianos do sacerdote e do leigo, e incorpora o conceito de campo religioso de Bourdieu (1974), como um campo de tensão e conflito. Entretanto, não se trata de um conflito radical e insolúvel, uma vez que considero a oposição como parte de uma tensão constitutiva do próprio catolicismo, que não poderia existir sem ela. Trata-se, assim, de uma oposição ao mesmo tempo tensa e complementar. Por outro lado, este catolicismo popular se apresenta, em diferentes situações, com diferentes formas e matizes, que correspondem às especificidades culturais onde se manifesta. Daí o meu posicionamento: o de considerar a pajelança cabocla como parte do catolicismo popular das populações rurais ou de origem rural da Amazônia brasileira, pelo menos nas áreas onde tem sido estudada (MAUÉS, 2002, p. 55).

A análise permite concluir que, devido às vertentes diferenciadas dentro do catolicismo, existe uma que se aproxima da religiosidade popular, imbricada nas especificidades culturais.



Em relação à população indígena, há que se destacar que essa não possui a ideia de religião cristã ocidental. Isso quando se pensa a religião no formato de abstração convencional, vinculada ao ser supremo que está acima de todos e onipotente. De fato, a população indígena passa a ter essa concepção de religião com a chegada em suas terras dos missionários, fossem, inicialmente, católicos ou, mais tarde, evangélicos. Até então, seus deuses estavam vinculados aos elementos da natureza, e com estes estabeleciam uma relação direta e próxima.

Nesses termos, Souza (2011) constrói em sua tese uma análise histórico-antropológica do processo de encontro entre indígenas e missionários no Brasil colonial, permitindo a visualização do quanto outras religiões contribuem para desmistificar o real sagrado e a crença indígena:

Na aldeia *Sahu-Apés* se realiza a escola sabatina conduzida por Midiã e Dona Baku, que ensinam às crianças as doutrinas da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Nesse processo de transformação das atividades diárias dos Sateré-Mawé, a religião também sofre transformação, em que é conduzida a um campo semântico. Enquanto cedem a algumas regras da igreja que frequentam, percebe-se que a cosmologia indígena continua a imperar dentro da aldeia. A maioria dos hinos entoadas na igreja, os Sateré-Mawé fazem questão de cantá-los na língua materna. Haja vista os vários episódios que presenciamos e ouvimos dos próprios Sateré-Mawé sobre suas regras de viver bem. A religião conduz a certas regras, como não beber álcool, guardar o sábado para louvar ao Senhor, podendo os Sateré-Mawé praticar seus rituais, costumes, danças (SOUZA, 2011, p. 62).

Ainda nesse mesmo trabalho, identifica-se que, apesar das tentativas de negação do outro, da imposição de regras novas para o modo de vida que é considerado inferior por quem está impondo, percebe-se que os povos indígenas buscam mecanismos de conservar a vida obedecendo a sua dinâmica.

E nessa cosmologia, o mundo dos Sateré-Mawé é simbolicamente construído por meio de uma ordenação para a vida social, atualizada nas manifestações de pajelança. Num pensamento durandiano o regime diurno que é caracterizado pelas oposições (bem/mal; céu/terra; luz/treva; alto/baixo) e pela divisão hierárquica, sendo seu símbolo maior o Sol. Na lógica dos Sateré-Mawé, simbolicamente, o Sol *Tupana*, enquanto o *Anhang* Trevas. O *Tupana*, aquele que ilumina, traz vida e harmonia e o *Anhang*, aquele que escurece, adoce, traz o ódio e as trevas (SOUZA, 2011, p. 62) (POMPA, 2001, p. 68).

É a luta pela sobrevivência da cultura, do sagrado, da permanência do seu sistema mítico-ritual que possibilita a permanência da vida também.

Em alguns casos, os indígenas também incorporam as influências do catolicismo e as refazem, resignificando-as à luz de suas crenças e valores indígenas. Isso pode ser observado na Terra Indígena Alto Rio Guamá. Ali, a etnia Tembé (da aldeia TekoHaw, localizada no município de Paragominas, estado do Pará) atualiza esse processo, anualmente, na passagem da Semana Santa. Paixão (2010, p. 104-106) apresenta uma descrição a respeito:

À primeira vista pode-se imaginar que todas estas interdições como caçar, jogar futebol, que têm características semelhantes aos costumes católicos de não comer carne e de não fazer muito barulho, se dá também em respeito ao sofrimento de Cristo. No entanto, entre os Tembé isso se deve a uma forma de manter vivo o seu universo religioso, ou de manter “os nossos deuses” como afirmou o professor Renato. Os Tembé acreditam que os locais são povoados de espíritos e estes espíritos podem ser bons ou ruins. Um morador nascido e criado na aldeia relata o seguinte sobre este momento: *Nesse período, Deus está um pouco triste, triste e não toma conta de todos os espíritos. Então todos os espíritos estão soltos e ficam aparecendo para as pessoas e malinando, fazendo o mal para as pessoas. Se for caçar vai encontrar espíritos, se for pescar também. Não é bom entrar nas matas nem nos rios. O meu filho uma vez desobedeceu e acabou se perdendo na mata, depois ele contou que viu umas coisas diferentes que correram atrás dele. Ele chegou muito mal aqui. No*

*sábado a gente pode ir caçar que tira a panema que se concentrou ao longo do ano* (Francisco Tembê – Semana Santa de 2010).

A linguagem e as expressões utilizadas por Francisco Tembê são adotadas também em uma conversa com um pajé que segue a pajelança cabocla ou com um pai ou mãe de santo. É nesse sentido que as práticas, olhares e sensibilidades religiosas amazônicas se encontram e se entrecruzam, e daí se explica a sincronização.

Hansen (2001) analisa o processo de sincronização na teoria da linguagem, a qual será utilizada nessa discussão por se encontrar na mesma lógica de raciocínio.

When we look on something as a point in time existing phenomenon (the tip of the iceberg) we understand its synchronicity because we are able to comprehend its transsynchronic historicity through the mentally complex cognitive category of 'develop into, to exist' From this it follows that 'change' is not an empirically sensuous phenomenon or process, but cognitive category that enables man to read coherence into his existence as 'development into and from'. In other words, 'the synchronic fallacy with its language theory reverses completely the traditional view of change as rule-breaking, something eruptive, destructive, as something that creates breaks ('revolutions'): change – a transsynchronic category – creates coherence, thereby making reality amenable to man's mind (HANSEN, 2001, p. 89).

As mudanças e as alterações geradas nessas religiões são resultantes de uma historicidade que avança e, em alguns momentos, entra em conflito; em outros, em consenso, mas sobretudo tenta trazer uma possibilidade nova de realidade em que se instala.

Em sua elaboração teórica sobre o amazônida, Figueiredo e Silva (1972, p. 131) identificam a dicotomia existente entre “catequese religiosa” e “anseios do povo”:

Muito embora o alicerce sobre o qual repouse o nível ideológico da população seja o catolicismo, levado pelo missionário e pelo

português nos primeiros tempos da colonização e mais tarde reforçado, sucessivamente, pela população luso-brasileira e neo-brasileira das áreas vizinhas e de outras partes do país, essa experiência religiosa não corresponde a seus anseios.

E mesmo não atendendo aos seus anseios, ele não o abandona, porque muitas vezes precisa dela para ser incluído na sociedade que entende a religiosidade como enclausurada em igrejas e templos ou identificadas como católica ou evangélica, negando as demais. Mas busca, também, outros mecanismos e caminhos para construir sua identidade religiosa, servindo-se de práticas religiosas vistas com preconceitos como religião, tal como a pajelança ou as religiões de origem africana.

Na análise sobre a história das religiões, Agnolin (2013, p. 49) defende que:

A dimensão religiosa continuaria representando, portanto, no mundo moderno, o papel fundamental de válvula de escape contra um tempo histórico que se configuraria como tirânico, denotando uma laceração da cosmogonia original, da qual as angústias e as imagens oníricas representariam os andrajos. Os símbolos mítico-religiosos como símbolos universais constituiriam, conseqüentemente, segundo Eliade, os arquétipos do inconsciente humano que, trabalhados racionalmente, podem vir a constituir sucedâneos de uma cosmologia perdida e dos símbolos religiosos. Disso deriva a “nostalgia religiosa”.

A religião ainda se apresenta como referência para o ser humano, que tenta travesti-la de roupagens e nomenclaturas diversas na tentativa de alcançar a completude humana para alguns, a elevação espiritual para outros, mas sempre com a intenção de buscar mecanismos de qualificar sua convivência com os outros sujeitos.

Ao tratar da religiosidade dos bantos, do tratamento que era dado por eles ao culto dos mortos no seu país de origem, e dos impactos

sofridos ao chegarem como escravos no Brasil, Bastide (1960, p. 87-88) argumenta sobre a capacidade de resiliência que tiveram:

Reinterpretaram as outras religiões do Brasil, a religião indígena, a religião católica, e mesmo a religião de outras etnias africanas em termos do culto dos mortos. [...] era relativamente fácil no que diz respeito às religiões ameríndias, porque os pajés faziam falar os mortos com seus maracás e as índias entravam imediatamente em transe, o que explica a aceitação imediata da pajelança ou do catimbó pelos bantos.

Para os africanos banto, o corpo entregue à terra tinha um significado enorme do ponto de vista religioso e cultural. Assim, para esse grupo, se não tivesse o enterramento correto, a alma não voltaria para a África.

Os bantos formam um grupo etnolinguístico localizado na África subsaariana, atualmente com cerca de 400 subgrupos étnicos; eles podem ter sido da região de Camarões e, posteriormente, passaram a migrar. Eles foram trazidos para as Américas e escravizados nos primeiros séculos do tráfico de escravos. Esses grupos foram maioria na Bahia, Alagoas, Pernambuco, Maranhão, Minas Gerais e Rio de Janeiro (SILVA, V., 2005).

Na região amazônica, as práticas de pajelanças e curandeirismo sempre foram vivenciadas pelos indígenas, e estes mesmos indígenas estavam sob o jugo do catolicismo. Para Figueiredo (2001, p. 50), “[...] a interpretação que os índios faziam dos dogmas cristãos, a constituição de uma linguagem ritual e a conseqüente elaboração de um instrumental litúrgico próprio, foram vistos como deformação do culto católico”. Ou seja, eles ressignificaram e uniram os saberes que possuíam com a exigência do poder da igreja dos católicos.

As populações ribeirinhas constroem sua religiosidade muito próxima dessa dimensão, entremeada da influência do catolicismo. Entretanto, buscam a cura por interferência dos meios da natureza, das

folhas, frutos, sementes, animais, o que é intermediado pelos espíritos “encantados”, que, para Maués e Villacorta (2004, p. 17), se referem a “[...] seres considerados normalmente invisíveis às pessoas comuns e que habitam ‘no fundo’, isto é, numa região abaixo da superfície terrestre, subterrânea ou subaquática, conhecida como ‘encante’”. Também, usam outros mecanismos que garantem a cura e são instrumentos utilizados nas rezas ou bênçãos.

Maués (1995, p.18) destaca em seu estudo sobre catolicismo popular em área da Amazônia paraense que

Não poderia deixar de lado a pajelança, considerando as especificidades locais. Chamo de pajelança cabocla a uma forma de culto mediúnico, constituído por um conjunto de crenças e práticas muito difundidas na Amazônia, que já tem sido estudada por vários pesquisadores. Tendo origem, segundo Galvão (1976), na pajelança dos grupos tupis, esse culto, que hoje se integra em um novo sistema de relações sociais, incorporou crenças e práticas católicas, kardecistas e africanas, recebendo atualmente forte influência da umbanda. Seus praticantes, entretanto, não se vêem como adeptos de uma religião diferente, considerando-se “bons católicos”, inclusive os pajés ou curadores que presidem às sessões xamanísticas, nas quais se deixam incorporar por um tipo especial de entidades (encantados ou caruanas).

Ressalta-se que a pajelança cabocla poderá não se constituir em uma religião, mas em uma prática de pajelança que tem o objetivo de curar.

No entanto, não se pode deixar de considerar a afirmação de Durkheim ([1960] 2008, p. 54), conforme segue:

[...] deixando de lado nossa concepção em geral de religião, consideremos as religiões em sua realidade concreta e procuremos destacar o que elas podem ter em comum; pois a religião só pode ser definida em função das características que se encontram em toda parte onde houver religião.

Nessa direção, a pajelança cabocla pode se apresentar como religião para uma parte da população amazônica, mesmo não se encaixando no protótipo das religiões cristãs existentes, tendo, no entanto, para seus praticantes a essência da religiosidade.

Albuquerque e Faro (2012, p. 60) enfatizam que

[...] há diferenças entre pajelança cabocla e pajelança indígena. A primeira resulta da relação entre diversas tradições culturais e religiosas (sobretudo, indígena, cristã católica e africana) ocasionadas com o processo de colonização brasileira. E a segunda, refere-se às práticas e crenças restritas às aldeias e etnias indígenas (MAUÉS, 1990).

A Umbanda, uma das religiões afro-brasileiras, também sofre influência forte do catolicismo, uma vez que os negros, para terem sua religiosidade reconhecida, tiveram que construir uma dinâmica sincrética, aliando seus orixás aos santos da igreja católica. Dois aspectos forçaram os escravos a aderirem a essa igreja, a comporem as irmandades e confrarias religiosas: não terem acesso à medicina oficial e não terem direito a um enterro digno, sendo jogados em valas comuns. Ou seja, sua não filiação implicava abandono total.

Em muitos momentos, eles reproduziram aqui (especialmente nos quilombos) sua organização, sua arte e visão de mundo. A capoeira, a congada e as danças e cerimônias cateretê, caxambu, batuque, samba, jongo, lundu e maracatu são heranças banto. Isso ocorre com o candomblé (SILVA, V., 2005), aqui denominado congo-angola, no qual a capoeira d'angola encontra ligações.

Simonian et al. (2012, p. 14) argumentam que

As chamadas culturas tradicionais persistem na atualidade e possibilitam a reprodução de muitas sociedades humanas (Lévi-Strauss, [1962] 1976), isso apesar da força dos processos de globalização econômica e cultural, me geral devastadores. Mas as sociedades humanas podem resistir aos processos de dominação e, ainda, selecionam os aspectos que consideram essenciais e

lutam com eles pela superação dos impasses impostos em tais contextos (Gramsci, [1975] 1999-2002).

Conforme Silva V. (2005, p. 43), a religião afro-brasileira iniciada pelos negros no Brasil foi o candomblé:

[...] as religiões de origem africana no Brasil até o século XVIII parece ter sido *calundu*, termo de origem banto, que ao lado de outros como *batuque* ou *batucajé* designava toda sorte de dança coletiva, cantos e músicas acompanhadas por instrumentos de percussão, invocação de espíritos, sessão de possessão, adivinhação e cura mágica. Os *calundus* foram, até o século XVIII, a forma urbana de culto africano relativamente organizado, antecedendo às *casas de candomblé* do século XIX e aos atuais *terreiros de candomblé*.

Com as pressões da sociedade brasileira e a realidade socioeconômica, política e cultural, construíram-se manifestações religiosas de busca da continuidade da religiosidade africana, ressignificando-a. Assim, como se depreende de Silva, V. (2005, p. 114-115), a Umbanda – para garantir sua legitimação – “[...] se inspirou nas associações civis (cartoriais) para estabelecer sua organização sócio-religiosa”. E esse foi um processo realizado dentro de um contexto conflituoso e contraditório.

Ortiz (1991, p. 162) afirma que “[...] para a Umbanda, a sociedade urbano-industrial e de classes é a fonte dos valores legítimos. São esses valores que, incorporados no pensamento religioso, vão orientar a reinterpretação das práticas de origem afro-brasileiras”. Ao buscar sua legitimidade como uma religião afro-brasileira considerando o contexto sociocultural, político e econômico, este autor ganha notoriedade na sociedade nacional, sendo que uma das referências é a década de 1930, e, ao mesmo tempo, ele adota uma posição individualista, que provavelmente justifica a postura de muitos adeptos dessa religião até os dias de hoje. Mas, certamente, essa discussão merece ser ampliada em outro trabalho.

A questão discutida neste capítulo diz respeito às práticas religiosas que se encontram na Amazônia e da complementação existente entre



elas. Pode-se afirmar que não se tem uma religiosidade genuína e isenta de influências, mas sim correlações e aproximações entre elas. Mesmo as que não são objeto de análise neste trabalho, como a católica e as evangélicas, que, também, adotam práticas nos seus rituais, tais como sessão de descarrego dentre outras que são encontradas nos templos de Umbanda. Pode-se afirmar que inexistente uma religiosidade “pura”, pois estão entrelaçadas pela sua constituição histórica e provavelmente devido a isso se sustentam e permanecem.

De acordo com Brill (1995, p. 5), a sincronia dialoga com a história e com elementos simultâneos.

Before going farther we have to say something about the diachronic aspect. As I have already indicated, the synchronic should not be understood as an anti-historical aspect but as a deeply historical one. What have we then to say about the diachronic? How does it differ? For Saussure, at least in one of his formulations, the difference was not between non-historical and historical, it was between system and element: “one is a relation between simultaneous elements, the other the substitution of one element for another in time, an event (COURSE, 91).

E essa é uma discussão que pode ser adaptada para o objeto de estudo em questão, ou seja, a influência e interações que essas práticas sugerem são resultantes de vários elementos simultâneos gerando um provável sistema religioso com características similares.

Por sua vez, Durkheim ([1989] 2008) defende que “[...] a verdadeira função da religião não é nos fazer pensar, enriquecer nosso conhecimento, [...] mas sim nos fazer agir, nos ajudar a viver”. E isso explica a constituição de ênfase em torno de valores éticos voltados para o fortalecimento da religiosidade no âmbito da coletividade e não somente a partir do desenvolvimento individual. Ainda, há a possibilidade de uma construção nas relações humanas mediada por estas religiosidades.

Há apenas que ser perceptível pelos sujeitos amazônidas – sejam citadinos, sejam rurais –, mas que têm que perceber e conhecer tais

similaridades e sincronias, e saber que esta é uma realidade peculiar e singular na região. Mas que, também, é produto de relações sociais, políticas e econômicas.

Esses são mecanismos encontrados para fortalecer e fazer com que a complexidade se apresente. Por sua vez, essa que faz com que ocorra a compreensão dos diversos, do todo e das partes, e como consequência a complementação de eventos religiosos. No sentido etimológico da palavra, *complexus* significa aquilo que está ligado em conjunto, aquilo que é tecido em conjunto.

### **3 A UMBANDA COMO DEMONSTRAÇÃO DA INTEGRAÇÃO ENTRE AS PRÁTICAS RELIGIOSAS NA NATUREZA AMAZÔNICA**

A Umbanda inclui, pelo seu caráter sincrético, todas as influências acima destacadas: indígena, pajelança cabocla, catolicismo e espiritismo. E é essa congregação que a faz ser considerada uma religião genuinamente brasileira, que parte do já existente, do vivido, e se congrega e adapta ao imposto, ou seja, ao catolicismo. Nestes termos, a capacidade criativa de reinventar o seu estar no mundo fez com que identificasse essa conexão e oportunizasse a possibilidade da complexidade que existe nas relações humanas.

Mas nota-se não a complexidade no sentido de complicações eternas para a compreensão do funcionamento da vida, e sim aquela no sentido de interação entre os seres e as relações sociais que são inerentes aos seres humanos. A compreensão dessa categoria apresentada se confronta com a discussão de Leff (2006, p. 296-297) sobre complexidade ambiental, em que defende que

A complexidade ambiental leva a repensar o princípio de identidade formal – que afirma a mesmice do ente – em face da complexidade que emana da diversidade, da pluralidade e da outridade. A reinvenção das identidades na perspectiva da globalização

confronta a ideia do ser humano como um ser-*aí* genérico – ser para a morte -, para ver o mundo habitado por uma diversidade de identidades que constituem as formas diferenciadas do ser e contém os sentidos coletivos dos povos.

Uma análise histórica permite a constatação de que a construção da religião umbandista ganhou contornos diferenciados desde a década de 1970, isso a partir de toda a idealização de seus valores éticos, sua simbologia e seus mitos. A partir de então, é que se iniciou a produção de estudos sobre a religiosidade afro-brasileira no estado do Pará, o que vem se desenvolvendo até os dias atuais.

Essa pode ser compreendida como uma época demarcada por uma espécie de adesão a religiões novas. Malandrino (2006) trata da construção da religiosidade pelo indivíduo e argumenta que o crescimento acentuado de filiações religiosas novas teve um crescimento nos anos de 1990 e, ainda, segundo a autora citada,

Outro fator que colabora para o entendimento do processo de mudança religiosa é uma nova forma de viver a religião, agora centrada no indivíduo e seu cotidiano, havendo uma relação individualista e subjetiva com o sagrado, sem uma preocupação com a fidelidade institucional e a submissão hierárquica (MALANDRINO, 2006, p. 43).

A serem consideradas as alterações na subjetividade humana em relação à religião, pode-se concluir que as religiões também passaram por mudanças, senão estruturais, significativas do ponto de vista de sua organização. Nesses processos, buscaram-se, provavelmente, sua resignificação e redirecionamento de suas práticas religiosas no sentido de satisfazer seus adeptos.

Os estudos até então apresentados sobre Umbanda no estado do Pará pautaram-se fundamentalmente numa abordagem sociológica da religião, como Paolo (1979), que tratou a relação entre o crescimento dessa religião e a integração social em Belém do Pará. Pode-se considerar

esse trabalho como um dos mais completos sobre a Umbanda nesse estado, por abordar tanto as visões dos adeptos da religião como buscar também a opinião do “ser humano comum” sobre a Umbanda.

O problema-base discutido por Paolo (1979) envolve os questionamentos que seguem: será que a explosão do movimento ameríndio-euro-afro é influenciada por fatores sociológicos e influi no processo de integração social? Para discutir essa questão, o autor trabalha com dois problemas-consequências: existe relação entre o crescimento da Umbanda e integração social, sendo esta um fator de integração social na sociedade?

O estudo sobre a Umbanda no Pará de Silva (1976), intitulado O Tambor das Flores, é seminal. Nessa tese, a autora apresenta a trajetória histórica da FEUCABEP, sua criação em 1964, sua estruturação e suas contribuições ao processo de organização dos terreiros no estado do Pará. Uma análise mais apurada dos trabalhos produzidos no estado vai identificar, de acordo com Furuya (1992) e Santos (2012), esta Federação como referência para as produções construídas sobre a temática ao longo dos séculos.

Os mecanismos de organização e construção destas religiões foram se adaptando a essas mudanças visando à readequação a uma realidade nova e aos interesses e atendimento imediato das necessidades das pessoas que procuram por elas. Observa-se que elas possuem uma aproximação e semelhança nos seus rituais, usando estratégias e instrumentos tais como banhos de descarrego, defumações, bênçãos e orações que têm como objetivo afastar energias negativas, entre outros. Dessa maneira, percebe-se a interligação do que é utilizado na Umbanda com outras práticas religiosas, e há que se destacar que muitas delas vêm originalmente das práticas indígenas.

Bastide (2006) interpreta as religiões afro-brasileiras ressaltando a diferenciação entre duas delas que apesar da singularidade se reúnem e se mesclam: o candomblé, vista por ele como eminentemente de origem africana, comandada pelos orixás; e o catimbó, entendida pelo autor

como de origem indígena e comandada pelas divindades da mitologia tupi. Ele define motivos de ordem ideológica nessa mescla.

Um dos motivos é a valorização do índio, não só no Brasil como na maioria dos países sul-americanos devido à imagem criada pelos europeus do índio como antinegro, guerreiro, liberto e que não se deixou dominar, compreensão esta que estava longe de ser verdadeira. O segundo motivo que facilitou o casamento dos deuses africanos com os Espíritos indígenas é a forma assumida pelo nacionalismo numa sociedade multirracial e de intensa miscigenação. A obra de Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala* é típica dessa ideologia nacionalista. [...] Se o Brasil é constituído pela mistura de três raças, ele não é essencialmente um país branco, e sim um país mestiço (BASTIDE, 2006, p. 229).

Na busca de esclarecimentos acerca dessa interação entre princípios religiosos do catolicismo e da Umbanda, o que demonstraria essa liberdade de trânsito inter-religioso praticada pelos adeptos da Umbanda, os resultados de pesquisa realizada por Oro (1991) indicaram que, em Porto Alegre, 55% professam o catolicismo.

Tais umbandistas seriam oriundos do catolicismo e ainda continuam a participar de alguns dos rituais da religião de origem. Outras 82% postulam uma identidade religiosa dupla. Esse resultado supõe, segundo Malandrino (2006, p. 62), “[...] uma relação de complementaridade e não de oposição entre as religiões afro-brasileiras e o Catolicismo”.

Pode-se afirmar que, na conjuntura social, econômica, política e cultural amazônica atual, a Umbanda ganha em reorganização e redesenho. Na cidade de Belém, existem aproximadamente 3.000 templos cujos frequentadores professam a religiosidade afro-brasileira em terreiros, tendas, searas etc., conforme dados da pesquisa socioeconômica e cultural de povos e comunidades tradicionais de terreiros, coordenada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2011). Este número é bastante significativo para uma religião que estaria em processo de extinção, como Prandi (2006) defendeu equivocadamente anos atrás.

A Umbanda é, para alguns estudiosos, uma religião vista com preconceito, muitas vezes pelos próprios adeptos de religiões afro-brasileiras. Essa reserva se deve à aproximação de práticas de religiões africanas e às compreensões enviesadas que as pessoas possuem sem conhecer a sua essência. Daí atribuir a ela a religião de origem negra que embranqueceu, ou a que fez a opção pela desafricanização, e com isso o distanciamento dos grupos de religiões que buscam resgatar a cultura africana (ORTIZ, 1991), tais como os candomblecistas. Para Negrão (1996, p. 147), tal realidade implicava uma espécie de “[...] necessidade de traição à sua herança negra”.

Seus seguidores têm se posicionado politicamente na sociedade brasileira, o que, aliás, é uma realidade já antiga. Assim, a umbanda passou a ganhar espaços não apenas como a “[...] religião dos oprimidos” (PAOLO, 1979, p. 169), ou a “[...] elaboração da subalternidade [...]”, tal como a define Brumana e Martinez (1991, p. 30). E, contrariamente, também se relaciona com a elite nacional, conforme o registro de Brown (1985), em seu estudo sobre a história da Umbanda no Rio de Janeiro.

Prandi (1997, p. 2) destaca as influências sofridas pela Umbanda:

Como religião universal, isto é, dirigida a todos, a umbanda sempre procurou legitimar-se pelo apagamento de feições herdadas do candomblé, sua matriz negra, especialmente os traços referidos a modelos de comportamento e mentalidade que denotam a origem tribal e depois escrava, mantendo, contudo estas marcas na constituição do panteão. Comparado ao do candomblé, seu processo de iniciação é muito mais simples e menos oneroso e seus rituais evitam e dispensam sacrifício de sangue. Os espíritos de caboclos e pretos-velhos manifestam-se nos corpos dos iniciados durante as cerimônias de transe para dançar e, sobretudo orientar e curar aqueles que procuram por ajuda religiosa para a solução de seus males. A umbanda absorveu do kardecismo algo de seu apego às virtudes da caridade e do altruísmo, assim fazendo-se mais ocidental que as demais religiões do espectro afro-brasileiro, mas nunca completou este processo de ocidentalização.

Conforme a análise apresentada acima e as demais expostas, a Umbanda tem construído seu arquétipo pautada em outras religiões, assemelhando-se à formação da população brasileira. Assim, realiza a congregação de outras religiões, como o catolicismo, a religiosidade indígena, o espiritismo e as de origem africana e constrói uma doutrina religiosa que, apesar de mesclada, tem uma síntese que a perpetua e consolida suas práticas.

#### **4 AS SINCRONIAS ENTRE A UMBANDA, PAJELANÇA CABOCLA E INDÍGENA: DISCUSSÃO SOBRE OS CAMINHOS DA RELIGIOSIDADE AMAZÔNIDA**

A pajelança cabocla traz consigo rituais que compõem a Umbanda e uma delas é a incorporação dos pajés por entidades sobrenaturais (caruanas) para curar doenças. Provocadas por espíritos ou encantados, ou pela inveja e feitiçaria, as entidades cantam e dançam suas doutrinas, ouvem as queixas dos pacientes, ou seja, se assemelham a um pai ou mãe de santo. No entanto, não se veem como tal, porque, conforme Maués e Villacorta (2004, p. 26), “[...] os pajés, de modo geral, consideram suas crenças e práticas como parte integrante do catolicismo que praticam, não se considerando como os sacerdotes de um novo culto, ou um culto concorrente do catolicismo”.

Cavalcante (2012), Matos (2015) e Wawzyniak (2008), eles abordam o trabalho desempenhado pelos pajés e curadores entre a população amazônica, em especial entre os ribeirinhos da parte baixa do rio Tapajós, ilha de Soure e Salvaterra, arquipélago do Marajó, respectivamente. Os estudos permitem perceber que existe ainda um trabalho na região fundamentado na pajelança, mas que tem já sofrido as influências das religiões afro-brasileiras. Muito embora isso não seja tranquilo para os especialistas da pajelança, pois estes defendem que apenas eles possuem a “pureza” nesta prática.

Os adeptos das religiões afros são malvistas pelos pajés e curadores, pelo fato de estas serem vistas como divulgadoras de cultos “satânicos”,

entre outros. Entretanto, Quintas (2007) aborda a aproximação entre o trabalho desses especialistas e de pais ou mães de santo na pajelança e conclui que esta é uma prática usual nos terreiros de Umbanda.

Os sujeitos de sua pesquisa têm sessões de trabalho de cura nos seus templos, seja umbandista, seja candomblé, seja espírita. Segundo o autor, esses rituais eram diferentes nos terreiros, mas as mães ou pais de santo diziam que praticavam a pajelança. Ou seja, pode-se concluir que fazer referência à palavra pajelança ainda tem valor para os adeptos, mesmo que os mecanismos e instrumentos adotados sejam outros.

Há, ainda, uma necessidade de produção sobre estas inter-relações da religiosidade amazônica, porque é visível que esta produção regional e nacional é incipiente. Em geral, quando se fazem referências às religiões afro-brasileiras, elas são direcionadas para o Candomblé da Bahia, o Xangô de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, o Tambor de Mina do Maranhão e Minas Gerais e o Batuque do Rio Grande do Sul.

A prática umbandista no cenário amazônico, no qual os conhecimentos dos povos indígenas e caboclos genuinamente da região geraram um elenco de possibilidades criativas de manifestações religiosas, se constitui com potencialidades grandes de conexões inter-religiosas. Esse patrimônio oriundo dos povos da floresta é imenso, e a relação simples e complexa que estabelecem com o seu meio natural garante um olhar especial na sua convivência nesse meio. Estes conhecimentos e saberes requerem um olhar e compreensão da interculturalidade. Bergamaschi e Gomes (2012, p. 54) constroem uma análise alicerçada no argumento de Canclini sobre a importância da interculturalidade na cultura indígena.

[...] Canclini (2007) [...] tem se ocupado, entre outros, com o tema da interculturalidade, diz que os indígenas são hoje os povos mais preparados para o diálogo intercultural. Afirma que os povos ameríndios construíram um “patrimônio para a interculturalidade”, referindo-se aos conhecimentos constituídos historicamente e que resultam, por exemplo, em conhecer ao menos uma língua



nacional para estabelecer o diálogo de fato com outras sociedades, em transitar entre saberes tradicionais e modernos, em lidar com economias de mercado e manter valores próprios da economia da reciprocidade, entre outras possibilidades. O autor faz pensar que interculturalidade não é só se dispor ao diálogo com o outro, mas é lançar mão de conhecimentos e saberes desse outro que permitam estabelecer e qualificar o diálogo. Assim como uma sociedade

Em se tratando das religiões afro-brasileiras, segundo Silva (1999, p. 154),

Se em períodos anteriores a reafrikanização conviveu ao lado do sincretismo, o mesmo não ocorreu em épocas mais recentes, quando algumas das principais lideranças do candomblé se engajaram num movimento concentrado em afastar as influências católicas e ameríndias do culto dos orixás, entendendo que a tradição africana é a tradição africana no Brasil, como se, apagando no presente as marcas da dominação católica e de outras misturas no candomblé, surgisse a África aqui em seu estado puro, tal qual teria sido trazida pelos escravos no passado.

Para outros autores, o sincretismo na Umbanda é algo superado, tal como afirma Paolo (1979, p. 169), uma vez que ela se

[...] apresenta como uma tentativa de síntese original e integradora do brasileiro 'afro-euro-ameríndio', substituindo [...] o conceito tradicional que considera a Umbanda como forma de sincretismo de Cultos Africanos, Religiões Indígenas, Kardecismo e Catolicismo. A fase sincrética parece já superada e, além de posições ecléticas, a Umbanda já manifesta os germes de uma síntese significativa.

Negrão (1996, p. 38) defende que a “[...] síntese resultante do sincretismo não culmina em um produto final totalmente homogêneo e globalizante, tal como supõe o conceito em sua versão positivista, mas aponta para a manutenção de diferenças e oposições”.

Desse modo, a Umbanda amazônica também sofreu influências de outras religiões afro-brasileiras. Nessa direção, é exemplar e é de se destacar o tambor de mina. De fato, nos termos de Ferreti (2004), alguns terreiros em Belém possuem entidades espirituais que são próprias dessa religião maranhense, tais como a família de Légua Bogi Buá da Trindade. Esta influência pode ser explicada pelos estudos de Leacock e Leacock (1972, p. 31) sobre o Batuque de Belém do Pará:

To a minor extent those regional differences may reflect differences in the provenance of African slaves brought to different parts of Brazil; it is possible, for example, that more slaves from Dahomey were sent to the state of Maranhão than were sold in the area around Rio de Janeiro. But in the long run, in view of the mixture of slaves from many tribes in all sections of Brazil and in view of the rapid modification of the African religions once transplanted to the New World, the provenance of the slaves is probably less important in explaining differences among these cults than are the differences between regions of Brazil.

Eles seguem explicitando sobre esse Batuque:

The cult predates the current urban population explosion but does not, apparently, date very far back in the history of the city. Cult members insist that the first *terreiro* in Belém was founded only some sixty or seventy years ago by the *mãe-de-santo* (female cult leader). Dona Doca, who moved to Belém from Maranhão, bringing her spirits with her. Before Dona Doca arrived, the older cult members state, Belém had only *pajelança*, the healing ceremonies that are based primarily on Indian Shamanism and are still held today, both within and outside the Batuque cult (LEACOCK; LEACOCK, 1972, p. 43).

O processo de migração dos nordestinos para a Amazônia trouxe, no âmbito de uma política de desenvolvimento para a região, uma população em busca de espaços novos e melhoria de vida e com ela trouxe sua cultura religiosa, influenciando as existentes.

Outra questão a destacar é a aproximação que as religiões estabelecem com a natureza, considerando que os encantados da Umbanda demonstram, em geral, manter uma relação muito próxima com os recursos advindos da natureza. No entendimento de Maués e Villacorta (2004, p. 17),

[...] a crença fundamental da pajelança cabocla reside na figura do encantado. Apesar de algumas variações nas crenças de região para região da Amazônia, entre aquelas já estudadas e descritas por antropólogos, folcloristas e outros escritores, a crença nos encantados se refere a seres que são considerados normalmente invisíveis às pessoas comuns e que habitam ‘no fundo’, isto é, numa região abaixo da superfície terrestre, subterrânea ou subaquática, conhecida como o ‘encante’. [...] É muito forte, na região do Salgado, a idéia dessas entidades sobrenaturais como encantados ou bichos ‘do fundo’. Mas não está ausente a referência constante aos encantados da mata, que são apenas dois: a Anhangá e a Curupira. Trata-se, neste caso, de seres perigosos, que podem provocar o mau-olhado nas pessoas, ou ‘mundiá-las’, isto é, fazê-las perder-se na mata. [...] Mas a mata é muito importante na área, assim como a caça. O importante são os rios, a grande baía do Marajó e o oceano Atlântico, isto é, o mundo da águas.

As relações sociais do povo amazônida impõem a convivência com a natureza na sua totalidade e a assimilação de mecanismos simbólicos e religiosos em meio à existência, e é provável que eles componham os rituais das práticas como a pajelança cabocla, indígena e afro-brasileira.

Buscou-se retratar aqui a Umbanda, por considerá-la resultado de outras tantas manifestações religiosas, como o catolicismo, com a influência dos europeus, o espiritismo (kardecismo), a religiosidade indígena, as religiões africanas, e também por ser considerada uma religião genuinamente brasileira. A respeito, tem-se a “[...] valorização de elementos nacionais, como o caboclo e o preto velho, que são espíritos de índios e escravos” (PRANDI, 1998, p. 156), bem como de boiadeiros, de malandros, etc. Essa passa a ser um dos diferenciais entre a Umbanda e as demais religiões de matriz africana.

A maneira como ocorreu o surgimento da Umbanda é a demonstração de que o caminho encontrado foi o da incorporação de influências diversas. Aliás, isso pode ter garantido sua consolidação na sociedade brasileira. Todavia, a sua legitimidade oficializada no poder público é resultado desse processo, isso em contraposição a outras religiões, como o candomblé.

## CONCLUSÕES

Os estudos sobre a Umbanda têm se ampliado nas últimas décadas, mas estas produções ainda se concentram no eixo Sul-Sudeste. Em se tratando da Amazônia, ainda são poucas as pesquisas e publicações. Nesse sentido, objetivou-se com este capítulo ampliar o debate sobre a relação da Umbanda com as outras práticas religiosas já existentes e que influenciaram muito a sua construção.

Historicamente, houve a contribuição do catolicismo, de práticas indígenas, da pajelança cabocla, do espiritismo e das religiões de origem africana na formação da Umbanda. Assim, essa consegue transitar e ganhar adeptos em espaços religiosos diferentes. Ao ser vista como uma religião genuinamente brasileira, ela oportuniza uma agregação maior de fiéis e, principalmente, por sintetizar doutrinas religiosas distintas.

Estudos para maior aprofundamento da conexão da Umbanda com as religiões ou práticas religiosas acima mencionadas são necessários. Por meio deste capítulo, fizeram-se algumas reflexões, o que oportunizou a incorporação de outros questionamentos sobre o pluralismo religioso na Amazônia, com base em uma religião afro-brasileira que tem em suas entranhas uma história interligada a outras, no sentido de oportunizar a sua perpetuação.

Neste ponto, percebe-se que a sincronia existe, e em algumas situações é para enriquecer e ampliar o campo de atuação dos especialistas,

seja o pajé, o pai ou a mãe de santo, curandeiros/as visando conseguir uma maior número de adeptos e o aumento do mercado religioso. Em alguns momentos, a sincronia não é identificada pelas lideranças religiosas, por verem nos rituais apenas a sua prática religiosa. Desse modo, deixam transparecer que querem que essa se constitua em um “tipo ideal” (WEBER, 2014) para as demais que trabalham direcionadas pela mesma lógica e ética litúrgica.

A Umbanda, como uma religião afro-brasileira, se aproxima das demais vertentes religiosas no sentido de assegurar um corpo religioso com especificidades amazônicas. E com isso não está concentrada apenas na região metropolitana de Belém, conforme o que apresentava Galvão (1976), mas está também em regiões interioranas e rurais. É ali que estão as populações ribeirinhas que convivem com pajés, e isso garante a riqueza e pluralidade desta prática, bem como um “poder” maior para aquele especialista que trabalha tanto com a pajelança quanto com a peculiaridade da religião afro.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. B. B.; FARO, M. C. S. Saberes de cura: um estudo sobre pajelança cabocla e mulheres pajés da Amazônia. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano V, n. 13, p. 57-72, maio 2012.

BARR, J. The synchronic, the diachronic and the historical: a triangular relationship? In: BRILL, E. J. **Synchronic or diachronic? A debate on method in Old Testament exegesis**. New York: Leiden, 1995. p. 1-14.

BASTIDE, R. **As religiões africanas no Brasil**. Contribuição a uma Sociologia das interpenetrações de civilizações. São Paulo: Livraria Pioneira Editora; Editora da Universidade de São Paulo, 1960.

\_\_\_\_\_. **O sagrado selvagem e outros ensaios**. Tradução Dorothée de Bruchard: revisão técnica Reginaldo Prandi. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BERGAMASCHI, M. A.; GOMES, L. B. A temática indígena na escola: ensaios de educação intercultural. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Alimento: direito sagrado: pesquisa socioeconômica e cultural de povos e comunidades tradicionais de terreiros**. Brasília, 2011.

BROWN, D. Uma história da Umbanda no Rio. In: BROWN, N.; NEGRÃO, L. et al. (Org.). **Umbanda e política**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. p. 9 - 42.

BRUMANA, F. G.; MARTINEZ, E. G. **Marginalia sagrada**. Tradução de Rúbia Prates Goldini e Sérgio Molina. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

CAVALCANTE, M. C. S. F. **A cura que vem do fundo: mulher e pajelança em Soure (ilha do Marajó/PA)**. Belém, 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião)–Universidade do Estado do Pará, 2012.

CAVALCANTE, P. C. **De nasença ou de simpatia: iniciação, hierarquia e atribuições dos mestres na pajelança marajoara**. Belém, 2008. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, 2008.

CHADE, J. Aumenta número de católicos no mundo, diz Vaticano. **O Estadão on line**. São Paulo, 25 de mar. 2016. Caderno Últimas. Disponível em: <<http://www.brasil.estadão.com.br/noticias/geral>> Acesso em 25 de mar. 2016.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulus, [3. ed.] 2008.

FEARNSIDE, P. M. Environmental policy in Brazilian Amazonia: lessons from recent history. **Novos Cadernos do NAEA**, v. 19, n. 1, p. 27-46, jan.-abr. 2016.

FERRETTI, S. F. Sincretismo afro-brasileiro e resistência cultural. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, UFRGS, ano 4, n. 8, p. 182-195, Jun. 1998. [Dossiê Religiões afro-ameríndias].

FERRETTI, M. Terecô, a linha do Codó. In: PRANDI, R. (Org.). **Encantaria brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004. p. 59-73.

FIGUEIREDO, N.; SILVA, A. V. da. **Festas de santos e encantados**. Belém: Academia Paraense de Letras, 1972.

FURUYA, Y. Umbandização dos cultos populares na Amazônia: a integração ao Brasil? **Senri Ethnological Reports** 1, p. 11-59, 1994.

GALVÃO, E. **Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas**. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa. Tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./jun., 1995.

HANSEN, E. **The synchronic fallacy: historical investigations with a theory of history**. Odense: Odense University Press, 2001.

LEACOCK, S.; LEACOCK, R. **Spirits of the deep: a study of an Afro-Brazilian cult. Drums, mediums, and trace in a Brazilian city**. The American Museum of Natural History, New York, 1972.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MALANDRINO, B. C. **Umbanda: mudanças e permanências. Uma análise simbólica**. São Paulo: EDUC, 2006.

MATOS, T. P. C. de. **Narrativas e saberes de curadores da linha do fundo**. Belém, 2015. 216 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia)– Universidade Federal do Pará, 2015.

MAUÉS, R. H. **Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesial**. Um estudo antropológico numa área do interior da Amazônia. Belém: CEJUP, 1995.

\_\_\_\_\_; VILLACORTA, G. M. Pajelança e encantaria amazônica. In: PRANDI, R. (Org.). **Encantaria brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004. p. 11-58.

\_\_\_\_\_. Catolicismo e xamanismo - comparação entre a cura no Movimento Carismático e na pajelança rural amazônica. **Ilha. Revista de Antropologia**. Florianópolis/UFSC, v. 4, n. 2, p. 51-77, 2002.

MONTERO, P. **Da doença à desordem: a magia da Umbanda**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

NEGRÃO, L. N. **Entre a cruz e a encruzilhada**. São Paulo: EDUSP, 1996.

ORO, A. P. A. Desterritorialização das religiões afro-brasileiras. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, UFRGS, ano 1, n. 3, p. 69-79, out./dez. 1995.

ORTIZ, R. **A morte branca do Feiticeiro Negro: Umbanda e sociedade brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PACHECO, 2010. Encantarias Afroindígenas na Amazônia Marajoara: Narrativas, Práticas de Cura e (In)tolerâncias Religiosas. **Horizonte**. Belo Horizonte, v. 8, n. 17, p. 88-108, abr./jun. 2010.

PAIXÃO, A. J. P. da. **Interculturalidade e política na educação escolar indígena na aldeia TekoHaw – Pará**. Rio de Janeiro, 2010. 171 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010.

PAOLO, P. di. **Umbanda e integração social: uma investigação sociológica na Amazônia**. 1. ed. Belém: Boitempo, 1979.

PRANDI, R. (Org.). **Encantaria brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

\_\_\_\_\_. O Brasil com axé: Candomblé e Umbanda no mercado religioso. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 223-238, set./dez., 2004.

\_\_\_\_\_. Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. **Horizontes Antropológicos**,



Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 151-167, jun. 1998.

\_\_\_\_\_. **Herdeiras do Axé**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, D. C. C. Religiões de matriz africana no Pará: entre a política e o ritual. **Paralellus, Revista Eletrônica em Ciências da Religião-UNICAP**, Recife, ano 3, n. 5, p. 59-73, jan./jun. 2012.

SILVA, A. V. da. **O tambor das flores: uma análise da Federação Espírita Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros no Pará (1965-1975)**. Campinas-SP, 1976. 292 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, 1976.

SILVA, M. B. **Orixás, guardiões da ecologia: um estudo sobre conflito e legitimação das práticas religiosas afro-brasileiras em Porto Alegre**. São Paulo, 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)– Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, V. G. Religião e identidade cultural negra: católicos, afro-brasileiros e neopentecostais. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 20, p. 295-303, 2011.

\_\_\_\_\_. **Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira**. 2. ed. São Paulo: Selo Negro, 2005.

\_\_\_\_\_. Reafricanização e sincretismo: interpretações acadêmicas e experiências religiosas. In: CAROSO, C.; BACELAR, J. (Org.). **Faces da tradição afro-brasileira: religiosidade, sincretismo, anti-sincretismo, reafricanização, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida**. Rio de Janeiro: Pallas, 1999. p. 149-157.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: CULTRIX, 2006.

SIMONIAN, L. T. L. et al. **Pacamorena/RESEX Mãe Grande: terra de feiticeiras ou metáfora para impasses ao desenvolvimento?** Belém: Editora do NAEA, 2012.

\_\_\_\_\_. Tendências recentes à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGÓN, L. E. **População e meio ambiente na Pan-Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 2007, p. 25-44.

SOUZA, K. F. de. *Regimes e transformações cosmológicas da pajelança Sateré-Mawé*. Manaus-AM, 2011, 150 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, 2011. Disponível em: <<http://www.ppgas.ufam.edu.br>>. Acesso em 29 nov. 2015. Inserir

WAWZYNIAK, J. V. **Assombro de olhada de bicho**: uma etnografia das concepções e ações em saúde entre ribeirinhos do baixo rio tapajós, Pará, Brasil. São Carlos, 2008, 235 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)– Universidade Federal de São Carlos, 2008.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Fundamentos da sociologia compreensiva. [4. ed.] Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

## RESEX MARINHA GURUPI-PIRIÁ E OS DESAFIOS EDUCACIONAIS PARA A SUSTENTABILIDADE

---

*Adria Macedo dos Santos<sup>1</sup>*

*Ligia T. Lopes Simonian<sup>2</sup>*

**Resumo:** Neste artigo, o objetivo principal é discutir as políticas públicas educacionais desenvolvidas nas comunidades da Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Gurupi-Piriá, unidade de conservação (UC) de uso sustentável, localizada no município de Viseu, no nordeste paraense. Ainda nessa perspectiva, discutem-se as problemáticas relacionadas à estrutura institucional e educacional local, à questão curricular, à formação de professores e à sustentabilidade, bem como se reconhecem as dificuldades, no sentido de suplantá-las. Com base na metodologia qualitativa e por meio do estudo sobre os órgãos governamentais de ensino e instituições representativas, analisam-se as práticas de ensino/aprendizagem em seus níveis e modalidades diversos direcionados às comunidades tradicionais desta UC.

<sup>1</sup> Graduação em História pela Universidade Federal do Pará (2002), especialização em Educação Ambiental e Prática Escolar pela FACINTER (2004). Mestra em Planejamento do Desenvolvimento: área de concentração em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - NAEA/UFPa. Professora do quadro da Secretaria de Educação do Estado do Pará. Tem experiência na área de Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase em RESEX Marinhas. *E-mail:* <adria.macedo@yahoo.com.br>. Endereço: Rua Duque de Caxias 697, Bairro Morro, Bragança. CEP 68600-000.

<sup>2</sup> Pós-doutorado e doutorado em Antropologia ('Four fields')/City University of New York, CUNY, Estados Unidos da América. Professora Titular da Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). *E-mail:* simonianl@gmail.com. Endereço: Rua Augusto Corrêa, n. 1, Guamá. CEP 66.075-900. Belém/PA-Brasil.

**Palavras-chave:** Políticas públicas educacionais. Gestão. Desenvolvimento sustentável. Reserva Extrativista Marinha. Viseu. Pará.

## **THE GURUPI-PIRIA MARINE RESEX AND THE EDUCACIONAL CHALLENGES TO SUSTAINABILITY**

**Abstract:** Through this chapter, it is aimed to analyze the main objective of public educational policies developed in the communities of the Marine Extractive Reserve – RESEX Gurupi-Piriá, a conservation unity of sustainable use, localized in Viseu County, in the Para’s Northeast. Still in this perspective, it is discussed the problematic related to local institutional and educational structure, the curricular question, the teachers’ formation and the sustainability, as well as, it is recognized the difficulties in the sense of supplanting them. With basis in qualitative methodology and through the research about the governmental institutions on teaching and representative institutions, teaching practices/learning in the diverse levels and modalities directed to traditional communities of such conservation unity are analyzed.

**Keywords:** Educational public policies. Management. Sustainable development. Marine extractive reserve. Viseu. Pará.

### **1 INTRODUÇÃO**

Neste capítulo, aponta-se para uma reflexão sobre as questões pertinentes às políticas públicas educacionais (PPE), à unidade de conservação (UC) e ao desenvolvimento sustentável implementado na RESEX Marinha Gurupi-Piriá, município de Viseu - PA. Conforme Canali (2007), a oferta da educação básica no contexto amazônico tem sido extremamente problemática. Isso ocorre não só por conta

da heterogeneidade produtiva, ambiental, sociocultural e territorial da região, como também pela ausência de políticas públicas educacionais específicas, capazes de garantir a formação política e educacional de sua população.

No que se refere ao desenvolvimento de uma educação para sustentabilidade em áreas de RESEX na Amazônia, Silva (2010) e Simonian (2007a; 2005) apontam para a inexistência de uma prática pedagógica baseada na abordagem da sustentabilidade. De fato, até o momento, há apenas processos educacionais dissociados da realidade socioeconômica, cultural e ambiental das comunidades tradicionais<sup>3</sup> que se estruturam tanto dentro como no entorno das UC. Ainda segundo tais autores, a educação e a sustentabilidade devem ser pensadas de modo articulado, já que são imprescindíveis no contexto do desenvolvimento humano e, conseqüentemente, para a conservação dos recursos naturais.

Portanto, ao considerar o cenário acima e ponderar o entendimento de Simonian (2007a, 2005) – que alia a discussão da sustentabilidade ao manejo adequado dos recursos naturais e à questão educacional e demais adversidades sociais –, a problemática deste estudo incide sobre a tentativa de compreender como a criação da RESEX influencia na elaboração de políticas públicas, especialmente nas políticas educacionais. Isso diante da possibilidade de contemplar as necessidades e perspectivas das populações que vivem dentro das comunidades praianas da RESEX Gurupi-Piriá de Viseu.

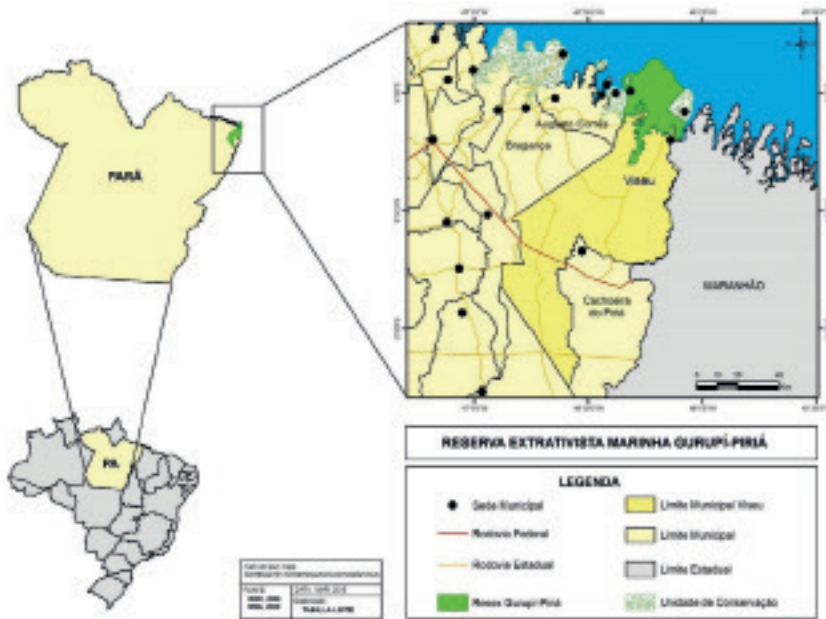
Tais aspectos alicerçaram as bases deste estudo em três comunidades praianas – Apeú Salvador, Taperebateua e Itacupim – localizadas na RESEX Gurupi-Piriá, que fica no município de Viseu, nordeste paraense, como se vê na Figura 1. Além disso, esta foi criada por meio do Decreto Presidencial de 20 de maio de 2005 e abrange uma área

---

<sup>3</sup> Estes dois conceitos justapostos são categorias importantes das ciências sociais, mas não é o caso de se dar um tratamento especial neste capítulo. Por ora e para uma discussão introdutória a respeito, ver Guijt, Shah (1999), Silva (2010) e Simonian (2007a, 2000).

de aproximadamente 74.081 hectares. Ademais, ela é constituída por 47 comunidades, as quais envolvem a zona urbana e rural do município.

Figura 1 - Localização da RESEX Gurupi-Piriá.



Fontes: Macedo, pesquisa de campo (2014); IBGE (2006); MMA (2008). Projeto: A. Macedo (2015). Adaptado por Tabilla Leite.

Nota-se que todas as informações aqui colocadas e analisadas são oriundas de pesquisas bibliográfica, documental e de campo, que deram suporte às discussões teóricas e empíricas para uma pesquisa mais ampla, concluída em 2015. Estas atividades investigativas estiveram marcadas fortemente pela produção de evidências qualitativas, conforme ensinamentos de Malinowski (1978) e Oliveira (1996). Deste modo, as informações constituíram-se nas falas das populações tradicionais, nas informações obtidas por meio do cotidiano comunitário e/ou organizacional da UC, em documentos como atas e laudos.

De igual modo, investigaram-se as instituições responsáveis pela execução do processo de ensino-aprendizagem local, Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e unidades de ensino. Centrou-se, ainda, nos Conselhos Comunitários da Reserva (CCR), representantes dos usuários da RESEX e membros do Conselho Deliberativo (CD). Isso serviu para compreender a atuação e o envolvimento de tais entidades nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas educacionais dirigidas às respectivas comunidades tradicionais. Também, consideraram-se as perspectivas analíticas de Simonian (2007b), ao se fazer uso de imagens e produções fotográficas.

Com base na constatação dessas evidências e no levantamento bibliográfico inicial, observou-se que, embora se aspire à oferta de uma educação de qualidade e à constituição de uma sociedade baseada em modelos de sustentabilidade, a realidade expressa óbices diversos. Aliás, esses geraram questionamentos importantes. Um deles refere-se a quais políticas públicas educacionais vêm sendo pensadas e executadas, para contemplar as necessidades e as perspectivas das populações que vivem nas localidades praianas da RESEX Gurupi-Piriá.

O capítulo está dividido da seguinte maneira: primeiramente, faz-se uma discussão conceitual breve acerca das PPE, UC e Desenvolvimento Sustentável. Em seguida, empreende-se uma discussão em torno da educação formal e das PPEs efetivadas na área. Outrossim, analisam-se os desafios para a implementação de uma educação que corresponda à realidade e à proposta de sustentabilidade das vilas da UC.

## **2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA**

Construir uma teoria geral da política pública significa trilhar caminho longo com vistas a reunir teorias já construídas com base nas contribuições de ciências (COSTA, 2014). E isso em relação à sociologia, à ciência política e à economia, uma vez que os conhecimentos por elas

produzidos são capazes de interferir nos setores da sociedade. Trata-se de uma teoria de caráter holístico sobre a compreensão das políticas públicas, visto que, a partir das possibilidades por ela constituídas, se pode agregar modalidades novas de compreensão, leituras e interpretações. Somado a isto, seu entendimento há de envolver todas as etapas, desde a construção das políticas, até sua implementação, passando pelo sistema de acompanhamento e avaliação.

No Brasil, o debate sobre políticas públicas ganhou amplitude a partir da década de 1990, e estava diretamente relacionado às mudanças recentes da sociedade brasileira, segundo o entendimento de Arretche (2003). Além de nortear possibilidades de compreensão acerca das transformações ocorridas no país, a discussão desvela, entre outras questões, as responsabilidades e as ações dos governos no campo social. Assim, de acordo com Souza (2006, p. 26), “[...] o processo de formulação de política é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultado ou as mudanças desejadas no mundo real”.

Por conseguinte, no campo social, as políticas públicas visam resolver os conflitos relacionados aos bens públicos e dar respostas às demandas sociais, por meio do sistema político. Entre as inúmeras demandas sociais listadas, encontram-se a educação, a saúde, a assistência social, a segurança, o saneamento e a habitação, segundo o entendimento de Teixeira (2002). Ainda de acordo com este autor, elas referem-se às diretrizes, aos princípios norteadores de ação do poder público, às regras e procedimentos para as relações entre poder público e a sociedade, além de mediações entre atores da sociedade e do Estado.

Desse modo, como observado por Höfling (2001) e Simonian (2000), compreende-se que as políticas públicas são resultantes da tomada de decisões coletivas e participativas de atores múltiplos, evitando, assim, o centralismo e a burocratização governamental do processo. Trata-se de políticas sociais voltadas à diminuição das desigualdades na sociedade



brasileira e regional, resultantes do processo de desenvolvimento socioeconômico. Então, ao se considerar a perspectiva analítica de tais autores, é possível inferir que as políticas educacionais também são produzidas dentro desse contexto.

Já para Teixeira (2002), as políticas públicas estão para além das respostas às demandas ou às necessidades. Em vista disso, trata-se de um mecanismo que amplia e efetiva os direitos de cidadania, bem como estimula o desenvolvimento, ao gerar novas possibilidades de emprego e renda. Isso ocorre como forma compensatória dos ajustes criados por outras políticas de cunho mais estratégico, como o econômico. Assim, enquanto políticas públicas, as políticas educacionais devem ser pensadas como investimentos de combate à exclusão social e à garantia de direitos.

Conforme a compreensão de Höfling (2001), tais políticas ancoram-se, necessariamente, no entendimento do projeto político do Estado, em seu conjunto e nas contradições do momento histórico em questão. Logo, as políticas públicas educacionais, na conjuntura atual, passam a ser planejadas para adequar o Estado às políticas econômicas neoliberais. De acordo com Libâneo, Oliveira e Tosch (2012), os elementos constitutivos dessa nova ordem, iniciada na década de 1970, estão inseridos nos campos econômico, político e educacional.

No que diz respeito ao âmbito econômico, o mercado deve ser o princípio fundador, unificador e autorregulador da ordem econômica e política mundial nova. Já na esfera política, o momento exige uma democracia política voltada para os anseios do capital transnacional, que propague a ideia de que esse tipo de economia tende, naturalmente, a beneficiar a todos. No que se refere à educação, Libâneo, Oliveira e Tosch (2012) enfatizam que o discurso evidencia a necessidade de reestruturação da escola pública pela iniciativa privada, conduzida pelas leis de mercado. A ideia ampara-se na relação de crise e fracasso da escola pública, decorrentes da falência do Estado em gerir bens públicos.

Contudo, esse processo não ocorre de modo harmonioso. Ao contrário. Conflitos e contradições geram confrontos sociais e disputas por projetos políticos e sociais, em cada conjuntura. Então, a correlação de forças dará o formato e os contornos que assumirão as políticas do Estado. Souza (2007) destaca que os movimentos sociais objetivam a conquista de espaços democráticos, a afirmação de direitos e a redefinição das relações de poder entre o Estado e a sociedade. Ele reitera que a sociedade civil, por meio de suas organizações sociais e políticas, prima por políticas públicas que reorganizem a sociedade em princípios de justa distribuição dos bens materiais e culturais, de maneira a construir a cidadania de modo pleno.

### 3 UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A demarcação de “áreas especiais” é uma prática observada desde as sociedades mais tradicionais, quer seja pela representatividade mítico-religiosa, esportiva ou mesmo pela conservação de recursos naturais. Em seus estudos, Simonian (2000, p. 11) aponta que sempre houve entre os tempos e sociedades diferentes “[...] algum tipo de cuidado com o ambiente, com as áreas de suprimento, com o patrimônio natural-cultural/histórico e também áreas de reserva”. Isso denota que o sentimento de respeito e ações voltadas para a sustentabilidade não são prerrogativas das sociedades contemporâneas.

Para esta proposição de estudo, voltada para a discussão de políticas públicas educacionais, enfoca-se a política contemporânea de constituição de UC, em particular, as RESEX. Ao mesmo tempo, as mudanças ocorridas na sociedade brasileira e o aprofundamento dos debates ambientais no cenário político nacional e internacional, nas últimas décadas, representaram um processo gradual de institucionalização, formulação e implementação de políticas públicas na área ambiental, segundo Santos (2005). E elas foram marcadas pela luta de populações tradicionais amazônicas, em favor da instituição de UC na região.

Conforme Marciel (2003), as políticas de desenvolvimento ambiciosas para a Amazônia, oficialmente incentivadas e patrocinadas pelo Estado a partir de meados do século XX, resultaram em um longo processo de desarticulação da atividade extrativista, causando enormes danos socioeconômicos e ambientais às populações locais. No entender de Allegretti (1994, 2002) e Hall (1991), a situação expressa o resultado do processo da expansão da fronteira capitalista do país sobre a região amazônica. Além disso, ela se apoia em uma variedade de programas especiais e medidas fiscais que subvencionam o investimento de capital, construído em bases autoritárias e sem uma preocupação imediata com a questão social.

Cabe destacar, no entanto, que, diante do avanço das políticas desenvolvimentistas sobre o território amazônico, surgem movimentos populares, os quais são contrários à demanda implementada pelo Governo Federal. Estes movimentos abrangiam as comunidades que testemunhavam a perda do território para os empreendimentos novos que se expandiam por áreas de floresta, bem como a desarticulação do modo de vida nas regiões ocupadas por seringueiros e suas famílias. Segundo Allegretti (1994), o movimento em defesa do extrativismo iniciou com os seringueiros do Acre, estendendo-se para o Amazonas e o Pará.

Ao considerar o contexto acima, o pesquisador Porto Gonçalves (2001) diz tratar-se de um momento histórico, por representar o início do processo de *ambientalização* dos conflitos sociais no Brasil. A saber, a partir de conflitos locais, a questão ambiental torna-se a bandeira de luta de muitos movimentos sociais, à medida que se intensifica nacionalmente a questão pública da preservação do meio ambiente (LOPES et al., Org., 2004). Daí, é possível enunciar que a ideia de *ambientação* permite não só a capacidade de pensar o mundo, mas também de gerir os recursos naturais, cuja apropriação enseja aos homens viverem e se darem um futuro comum.

De acordo com Marciel (2003), em resposta ao contexto tomado pelo conflito, na década de 1980 iniciou-se uma reorientação das políticas de desenvolvimento regional para a Amazônia, que preconizava os preceitos

da sustentabilidade como estratégia nova de desenvolvimento. Uma das principais conquistas para esta região, em direção ao desenvolvimento sustentável, ocorreu na possibilidade de instituição e de implantação de Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE), e das RESEX, segundo Portaria 627, de 30 de dezembro de 1987. No mesmo ano (1987), a proposta foi incorporada ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), nomeada de PAE<sup>4</sup>.

Menezes (1994) aduz que as RESEX foram regulamentadas no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em janeiro de 1990. Isso se deu pelo Decreto 98.897, em cumprimento à Lei 7.804, de 18 de julho de 1989, que dispõe acerca da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Portanto, no fim da década de 1980 e início dos anos de 1990, foram criadas as primeiras RESEX<sup>5</sup> em território nacional, cuja definição conceitual encontra-se no inciso I, do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC).

Salienta-se que existem RESEX que são constituídas em áreas litorâneas. Essas integram, além de áreas florestais de terra firme, também áreas marinhas e estuarinas. Isso significa que seus usuários dependem, principalmente, de áreas de manguezais, rios, igarapés e baías, de onde extraem peixes, crustáceos e moluscos, para sua subsistência. Como posto por Batista e Simonian (2013), a reprodução socioeconômica dos usuários dessas UCs está diametralmente ligada ao manejo dos recursos marinhos, fluviais e/ou lacustres e da floresta de manguezal disponíveis na área.

<sup>4</sup> O PAE destinava-se: [...] à exploração de áreas dotadas de seringais extrativos através de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupam ou que venham a ocupar as mencionadas áreas (BRASIL, 1987, art. I).

<sup>5</sup> RESEX: [...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, art. 2.º).

Tais RESEX são nomeadas de RESEX Marinhas,<sup>6</sup> o que é definido pelo Art. 18 do SNUC, Lei 9.985, de 18 de junho de 2000. Ressalta-se, ainda, que no Brasil a primeira UC Marinha foi criada no litoral de Santa Catarina, em 1992. No entanto, a partir de 1997, mediante demandas socioambientais de pescadores artesanais, foram formadas outras UCs nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte, sendo que o estado do Pará reúne o maior número de UC nessa categoria, formando, com isso, o maior cinturão de mangue em área protegida, no mundo.

Atrelado ao fenômeno de constituição das UCs está o conceito de desenvolvimento sustentável. Para Viola (2000), essa expressão surgiu de vários pensadores, os quais questionavam as ações humanas que geravam degradação ambiental e a decadência da qualidade de vida. Então, numa perspectiva de desenvolvimento capaz de responder aos impasses da progressiva destruição ambiental, bem como de alcançar equilíbrio econômico e uma sociedade mais justa, as RESEX surgiram como exemplo de proposta de sustentabilidade. Essas são áreas essenciais, como observado por Allegretti (2002) e Simonian (2007a), especialmente para garantir a posse legal da terra e a exploração ordenada, com vistas à sustentabilidade.

Assim, a partir da publicação do relatório “Nosso Futuro Comum”, tornou-se substancial a elaboração de estratégias e políticas de desenvolvimento compatíveis com o usufruto equilibrado do meio ambiental. Na descrição do relatório, o desenvolvimento sustentável é:

[...] um processo de transformação no qual a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas (CMMAD, 1991, p. 49).

---

<sup>6</sup> RESEX Marinha: áreas utilizadas por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, além de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000, p. 10).

Veiga (2005) destaca que a noção de desenvolvimento, que foi inserida no relatório, representa uma visão de futuro, sobre a qual a humanidade deve construir seus objetivos. Esta proposição apoia-se na perspectiva, nos objetivos e nas metas traçadas por organismos e programas multinacionais.

Nessa direção, exemplares são os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) e a Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Estes sinalizam para os impactos positivos na qualidade de vida, a partir da constituição de uma sociedade fundamentada no desenvolvimento sustentável. Recentemente, esta condição foi ratificada na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, em 2012.

Há de se ressaltar, ainda, que, de acordo com Redclift (2003), não existe consenso acerca do conceito de desenvolvimento sustentável. O que existe são os pontos de vista diferentes a respeito da temática, iniciados com a crescente conscientização social do papel do crescimento econômico, na degradação ambiental ocorrida nos últimos anos. Desse modo, compreende-se a importância dessa discussão. Entretanto, esta demandaria revisão teórica bastante ampla, o que escaparia aos objetivos deste trabalho.

Ademais, Alier (2007) defende que os debates sobre desenvolvimento sustentável devem ponderar o papel das comunidades tradicionais, na conservação da biodiversidade e na compreensão das práticas sociais. Além disso, segundo Zapata (2005), essas são perspectivas que devem valorizar as singularidades do contexto local como espaço socialmente produzido por meio das relações sociais, políticas, econômicas e culturais, sem dissociá-lo da ótica de mercado. Seria, portanto, um desenvolvimento objetivado na melhoria da qualidade de vida da população, decorrente da realização de políticas sociais de geração de emprego, renda, saúde e de acesso à educação e a permanência nela.

Ao se considerar a perspectiva analítica de Silva e Simonian (2015, p. 172), é possível inferir que esses seres humanos e suas áreas de vivência

“[...] possuem um estoque de saberes e fazeres capazes de informar caminhos novos para percepções novas de mundo ecologicamente corretas”. Trata-se, portanto, de saberes que representam uma possibilidade de desenvolvimento sustentável diante de tempos de aquecimento global, mudanças climáticas, escassez de água potável, desflorestamento e perda de biodiversidade na Amazônia (SILVA; SIMONIAN, 2015). Conforme Acosta (2013), importa que se repense essas questões desde a abordagem do “buen vivir”.

#### **4 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NAS COMUNIDADES DE APEÚ SALVADOR, ITACUPIM E TAPEREBATEUA – RESEX GURUPI-PIRIÁ**

As comunidades de praias – ilha de Apeú Salvador, Taperebateua, Itacupim – possuem uma realidade diferenciada e isso se dá em decorrência do ambiente e da distância das comunidades de terra firme. Sousa (2000) afirma que as características ecológicas das praias dificultam a prática da agricultura, porém favorecem as atividades da pesca. Assim, em sua maioria, os habitantes das ilhas, os praianos, se constituem de pescadores artesanais. Salienta, também, que a complementação da produção é realizada com uma modesta criação de animais, como frangos, suínos, bovinos e caprinos. No caso da comunidade de Itacupim, algumas famílias praticam o cultivo de mandioca, para a produção de farinha.

Cabe dizer que as referidas comunidades são formadas por cerca de 30 a 80 famílias. Ademais, a ilha de Apeú Salvador, localizada na área marítima, no estuário dos rios Gurupi e Piriá, dista três horas, de barco, da sede de Viseu. As comunidades de Taperebateua e Itacupim localizam-se na baía do rio Gurupi, próximas ao rio Itacupim, em ilha de terra firme, rodeadas por manguezal. São duas comunidades pertencentes a uma única ilha, as quais distam uma hora e meia, de barco, da comunidade de Limondeua e, aproximadamente, 40 minutos da comunidade do Bombom, sendo que, destas para a sede de Viseu, gastam-se 30 minutos, por meio de estrada vicinal.

Nas três comunidades, a educação formal é ofertada pela SEMED de Viseu e funciona de maneira bastante deficiente, se comparada aos padrões estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC). O ensino nas referidas comunidades vai da Educação Infantil Pré-escolar ao Ensino Fundamental Menor, Ensino Fundamental Maior, Educação de Jovens e Adultos (EJA), e EJA Campo para o ensino Médio na comunidade de Taperebateua. Na maioria das vezes, as turmas são organizadas em Multisséries,<sup>7</sup> fato que se estende para muitas comunidades da zona rural brasileira, a exemplo do que acontece na RESEX Gurupi-Piriá.

Nas comunidades da RESEX, além de as unidades escolares apresentarem problemas graves de infraestrutura, uma vez que exibem riscos de desabamento, a questão educacional necessita de uma profunda revisão. Essa deveria dar-se quanto aos métodos de ensino, ao formato curricular, bem como à aquisição de materiais didáticos e equipamentos pedagógicos. Ressalta-se que tais unidades escolares não possuem sala de informática nem refeitório ou área de recreação, tampouco biblioteca, onde os alunos possam realizar estudos e pesquisas. Entretanto, assegurar esses espaços é ampliar e diversificar os canais que viabilizam o aprendizado. É ir para além do uso dos livros didáticos, que nem sempre atendem à demanda da escola.

Com relação à estrutura física das escolas de Apeú Salvador e Taperebateua, elas apresentam-se edificadas e assoalhadas com madeira, cobertas com telhas de amianto, da marca Brasilit, que fazem com que, depois das dez horas da manhã, o espaço torne-se extremamente quente, com exceção da comunidade de Itacupim<sup>8</sup>. Em depoimento, alguns professores de Taperebateua e Apeú Salvador ressaltaram que é inviável desenvolver atividades pedagógicas, por falta de espaço apropriado, do calor, da poeira, da água quente e de outros agravantes que deixam os

<sup>7</sup> Multisséries consistem, de acordo Canali (2007), em ter um único professor que atende uma turma de alunos de diferentes séries na mesma sala de aula, com o auxílio de escassos recursos pedagógicos que possam atender minimamente ao ensino.

<sup>8</sup> Embora seja um espaço pequeno e não comporte o número de turmas existentes, a escola de Itacupim é construída em alvenaria, com cobertura de telhas de cerâmica.



alunos dispersos<sup>9</sup>. Parte da estrutura física das escolas das comunidades investigadas pode ser visualizada nas Figuras 2, 3 e 4.

Figura 2 – Escola Prof.<sup>a</sup> Angelina Oliveira, Taperebateua.



Fonte: Macedo (2014).

Figura 3 – Escola Eduardo C. Mendes, Apeú Salvador.



Fonte: Macedo (2014).

<sup>9</sup> Esses fatores dificultam a concentração na disciplina e o envolvimento das turmas. Com isso, o aprendizado das mesmas fica prejudicado.

Figura 4 - Escola Anésio Machado, Itacupim.



Fonte: Macedo (2014).

Para a realização de mudanças voltadas à constituição de um sistema de valores e práticas alicerçadas na sustentabilidade, é necessário que se tome a educação como prioridade, o que torna pertinente a reflexão de Simonian (2005), quando esclarece que a educação é um elemento essencial para o desenvolvimento humano e sustentável. Trata-se, portanto, conforme Romão (2008, p. 151), de uma educação libertadora, que visa conscientizar as pessoas sobre o mundo e a sociedade em que vivem. Este modelo de educação as capacita a estabelecer relações com base na sua realidade e “[...] faz com que elas deixem de ser o que são, para serem mais conscientes, mais livres e mais humanas”.

Mesmo que a educação seja dada como condição indispensável ao desenvolvimento e manutenção da RESEX, o modelo educacional empregado nas comunidades de Apeú Salvador, Itacupim e Taperebateua estrutura-se em um quadro de constantes fracassos e perda de capital financeiro. São problemas, dificuldades e ônus que recaem sobre a sociedade, como respostas de políticas públicas educacionais

descontextualizadas, deficitárias, omissas ou mesmo inexistentes. Reconhecer os fracassos das políticas vigentes e suas consequências é dar um passo para a discussão de um novo paradigma de políticas mais eficientes e humanas.

As escolas das comunidades praianas de Viseu apresentam características semelhantes, uma vez que suas realidades são tomadas por dificuldades e problemas resultantes de políticas educacionais procedentes de uma mesma matriz. Entre os inúmeros desafios educacionais impostos às comunidades da RESEX, a violação do princípio da “[...] igualdade de condições para acesso e permanência nas escolas” (BRASIL, 1996, p. 9) tem sido constante. Isso ocorre, sobretudo, por conta do insucesso de políticas públicas voltadas a esta problemática ou mesmo pelos inúmeros obstáculos enfrentados pelos alunos para concluírem o Ensino Fundamental e, principalmente, o Ensino Médio.

Outro desafio grande a ser superado pelo sistema educacional do município é promover a elaboração e a efetivação de políticas e práticas educacionais que afirmem as identidades culturais e garantam os direitos das comunidades tradicionais, a exemplo dos que estão assegurados na Convenção 169, OIT (BRASIL, 2011), Art. 27, a qual destaca que os povos e as comunidades tradicionais têm direito a programas e serviços educacionais que possam satisfazer suas necessidades especiais. Deste modo, é necessária a incorporação de sua história, dos conhecimentos, das técnicas e sistemas de valores, além da promoção de suas aspirações sociais, econômicas e culturais.

Isso significa, portanto, conceber uma educação que prime pela igualdade e respeito às diferenças de cada um, a partir de seu cotidiano cultural, com suas manifestações e representações, assentados no diálogo e na autonomia dos sujeitos que fazem a história. Trata-se, então, de um modelo em que os sujeitos das comunidades tradicionais têm as características de seu modo de viver, suas marcas identitárias, assim como as riquezas culturais de seu cotidiano consideradas no

contexto escolar e nas políticas públicas sociais. Isso contribui para que tais populações se vejam, se compreendam como portadoras de direitos e de condições da sustentabilidade futura.

Nas escolas das comunidades de Apeú Salvador, Itacupim e Taperebateua, o índice de abandono escolar é considerado alto, pelos padrões do MEC, conforme dados do censo escolar, que indicam que o Ensino Fundamental das unidades de ensino de Taperebateua e Itacupim atingiu um índice de 5% de evasão. A situação agrava-se, ainda mais, ao se tratar da escola de Apéu Salvador, cujo índice atingiu a casa dos 16% de alunos evadidos do ensino fundamental, em 2013 (PORTAL QEDU, 2015). Segundo recomendações do MEC (2015), a situação exige imediata intervenção na atividade pedagógica, sob o risco de elevar o número de estudantes fora da escola.

Com relação aos anos iniciais do Ensino Fundamental (1.º ao 5.º ano/9) da unidade escolar de Taperebateua, registrou-se um índice de evasão correspondente a 1%. Já no que tange às séries finais do Ensino Fundamental (5.ª a 8.ª série), essas alcançaram um índice de 15,9% de evasão escolar. Quando se averiguaram os dados da escola Apéu Salvador, os índices de evasão ficaram na casa dos 16%, tanto para os anos iniciais como para as séries finais do Ensino Fundamental. Segundo dados extraídos do Portal Qedu (2015), com relação aos anos iniciais na escola de Itacupim, a taxa de abandono encontra-se na casa dos 5,3%.

Assim, segundo Espínola (2013), os índices de evasão escolar são fenômenos resultantes de fatores internos à escola, como a baixa qualificação do professor, as práticas pedagógicas inadequadas para a realidade do aluno, a má qualidade do ensino, a repetência, o atraso escolar e a reprovação. Por outro lado, ela também está associada a fatores externos ao meio escolar. Isso se verifica por meio da renda familiar, da dificuldade em conciliar o trabalho com o estudo, da falta de incentivo familiar e da distância entre a residência e a escola. De igual modo, também se nota na gravidez precoce, no uso de drogas, na violência,

na estrutura familiar, na insuficiência alimentícia, no desinteresse a dificuldade de acompanhar os estudos.

Além do problema da evasão escolar, de acordo com professores e responsáveis pelas escolas investigadas, o grau de envolvimento e de participação dos pais na vida escolar dos filhos é relativamente baixo. Em geral, a maioria deles aparece na escola apenas para efetuar a matrícula, responder pela indisciplina dos filhos no ambiente escolar, receber o boletim e acessar a declaração de frequência, necessária para a atualização do cadastro Bolsa Família e Bolsa Verde<sup>10</sup>. Nota-se, também, a presença destes entre uma e outra reunião. As mães, nesse caso, são as que mais participam dos chamados da escola, pois os homens delegam às mulheres a responsabilidade pelo acompanhamento da educação escolar dos filhos.

Nas comunidades de Apeú Salvador e Taperebateua, foram registrados a participação e o envolvimento de apenas dois pais com a escola. Observa-se, entretanto, que em Itacupim a participação dos progenitores é mais frequente. Nas falas dos interlocutores locais, a ausência se justifica pela falta de tempo, por conta do trabalho árduo com a maré: “[...] quando não estamos na maré, estamos remendando rede ou fazendo outros trabalhos; quem toma conta dessa parte é a minha mulher”<sup>11</sup>. Ou seja, para muitos desses pais, cuidar da educação formal é um assunto de responsabilidade das mulheres. Salienta-se, ainda, que não foi possível visualizar esforços, no sentido de atrair esses senhores para o convívio escolar.

De acordo com Freire (1996, p. 106), “[...] é indispensável que os pais tomem parte das discussões com os filhos em torno desse amanhã.

<sup>10</sup> De acordo com a gestora da UC, a comunidade de Apeú Salvador é a única que não recebe o Bolsa Verde. Entretanto, ela não soube explicar os motivos que justificam esse fato. Por meio deste estudo, contudo, é possível apontar que as dificuldades de acesso à cidade comprometem a permanente atualização dos dados das famílias no cadastro único, o que provavelmente está obstruindo o repasse do benefício aos usuários desta comunidade.

<sup>11</sup> Entrevista concedida em 2014.

Não podem e nem devem omitir-se, mas precisam saber e assumir que o futuro é de seus filhos e seu”. Estevão (2003), por sua vez, afirma que a família, em consonância com a escola e vice-versa, é peça importante para o pleno desenvolvimento da criança e, conseqüentemente, é pilar imprescindível no desempenho escolar. Contudo, para conhecer a família, é necessário que a escola abra suas portas e garanta sua permanência em seu meio.

Somam-se a isso as condições financeiras precárias, as quais também têm contribuído significativamente para a evasão, embora essa razão não seja a principal responsável pelo abandono escolar de muitos desses jovens. Segundo informações cedidas pela encarregada da Escola Eduardo Costa Mendes, Apeú Salvador, “[...] o trabalho na maré, de certa forma, contribui para elevar o abandono escolar; mas não é só isso”. Além disso, na investigação de campo foi registrado que são os adolescentes ou jovens estudantes que, desde muito cedo, assumem parcial ou totalmente a responsabilidades do sustento da casa, por meio da atividade pesqueira.

O retorno financeiro “imediato”, advindo da atividade pesqueira, torna-se elemento atrativo. Isso se observa nas palavras de Jacó Silva Tavares, de 16 anos, estudante da 4.<sup>a</sup> série (5.<sup>o</sup> ano/9), ao dizer que “[...] com a pesca, eu ajudo a manter as despesas em casa; Mas eu também gosto de ir para o mar”. À vista disso, embora eles tenham acesso ao Programa Bolsa Família,<sup>12</sup> e muitos pais reconheçam que o benefício é importante, os mesmos confessam que não é “[...] suficiente para manter os filhos estudando, principalmente famílias com seis ou oito filhos em idade escolar”<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, que beneficia famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza, em todo o país. Com a transferência de renda, há a promoção do alívio imediato da pobreza. Além disso, as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos, nas áreas de educação, saúde e assistência social.

<sup>13</sup> Entrevista concedida em 2014.



Na Figura 5, tem-se o jovem Jacó voltando do mar. Isso após um dia inteiro de atividade pesqueira. Por sua vez, na Figura 6, revela-se um aprendiz bem jovem, de aproximadamente nove anos de idade, indo à pesca na companhia do pai e outros adultos.

Figura 5 – Jovem Jacó no comando do barco de pesca.



Fonte: Macedo, 2014.

Fotografia 6 – Aprendiz de pesca na companhia de adultos.



Fonte: Macedo (2014).

A oferta do Ensino Médio tem sido outra política pública que enfrenta grandes dificuldades de efetivação dentro do município e, conseqüentemente, nas comunidades da reserva. Isso porque, os alunos que conseguem concluir o ensino fundamental e optam por continuar estudando “podem” ir para centros urbanos, como Belém, Bragança, Viseu (PA) ou Carutapera (MA). Porém, na maioria das vezes, as famílias não têm condições financeiras para sustentá-los na cidade.

Diante dessa situação, os pais decidem recorrer aos parentes, às pessoas conhecidas da família ou até mesmo desconhecidas, para que essas cedam moradia a seus filhos. Sabe-se, contudo, que como condição para ficarem nas casas, geralmente as meninas assumem responsabilidades e atuam como babás, cuidadoras de idosos ou, até mesmo, como empregadas domésticas no lar novo. Desse modo, o problema é minimizado.

De acordo com relatos, os meninos são os que menos saem das comunidades para prosseguir com os estudos, na cidade. Esses, em geral, ficam em casas de parentes muito próximos, como irmãos mais velhos ou vão para a casa adquirida pela família, na cidade. De todo modo, muitos desses jovens acabam retornando às comunidades, sem que tenham concluído o Ensino Médio. Isso ocorre, geralmente, por não conseguirem conciliar a atividade doméstica com a rotina da escola, ou por não terem logrado acompanhar o ensino da escola, na cidade.

Em depoimento, o jovem Irivaldo M. Barbosa<sup>14</sup> disse o seguinte: “[...] fui morar em Viseu para estudar, achei o estudo muito puxado; acabei desistindo”. São casos como esse, associados aos demais problemas que envolvem a educação formal, que fazem com que alguns pais, lideranças comunitárias e o próprio movimento social levantem uma série de questionamentos sobre o trabalho da SEMED, dentro das comunidades. Em vista disso, determinados pais fazem o seguinte relato:

---

<sup>14</sup> Entrevista concedida em 2014. Atualmente, Irivaldo Barbosa, 21 anos de idade, ajuda o pai na carpintaria.



“[...] a educação ofertada em nossas comunidades não tem a mesma qualidade da educação oferecida na cidade, onde tem mais recursos, livros e acompanhamento pedagógico”<sup>15</sup>.

Ademais, muitas famílias têm optado pela decisão de migrar para a cidade, com o intuito de oferecer condições para que os filhos possam prosseguir com os estudos. Em depoimento, o senhor Miguel do Livramento,<sup>16</sup> de 45 anos, ex-morador de Taperebateua, argumenta que a saída de sua família para a cidade de Viseu se deu em decorrência da necessidade de acompanhar os filhos, que deveriam estudar. De igual modo, a maioria dos pais que foram contatados na pesquisa salientou que um dos motivos para deixarem suas comunidades estava relacionado à questão educacional.

Com relação às taxas de reprovação dos alunos que frequentam a escola nas comunidades investigadas, os números disponibilizados pelas unidades de ensino e os dados do censo escolar de 2013 revelam outra situação deficitária, no contexto educacional da RESEX. Na escola de Apeú Salvador, os índices de reprovação, em 2013, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, chegaram a 45%, sendo que a situação mais grave ocorreu no 4.º ano, com uma taxa de reprovação na casa de 73% da turma. De acordo com o Portal QEDU (2015), por sua vez, o 5.º ano registrou um índice de 66,7% de reprovação. Já para os anos finais do Ensino Fundamental, o índice de reprovação atingiu a margem de 16%.

No que concerne à Escola Prof.<sup>a</sup> Angelina Oliveira, em Taperebateua, a taxa de reprovação nos anos iniciais do Ensino Fundamental chegou a 45% do total de seus alunos. Deste modo, foram registrados 23,1% de reprovação no 4o ano. Salienta-se que a maior taxa de reprovação registrada foi de 40% e ocorreu na turma do 5.º ano do Ensino Fundamental. De acordo com o censo, não houve caso de reprovação nos anos finais. Por sua vez, no que tange à escola da comunidade de Itacupim, Anésio

---

<sup>15, 16</sup>Entrevista concedida em 2014.

Machado, esta registrou um percentual de 31,1% de reprovação, nos anos iniciais. Além disso, no 4.º ano, a taxa chegou a 55,6% de reprovação e no 5.º ano, 28,6%. Quanto às outras turmas iniciais, não houve caso de alunos reprovados.

Ao posicionarem-se sobre o assunto, professores e responsáveis pelas escolas ressaltaram que os altos índices de reprovação são reflexos da ineficiência da política pública educacional, que é desenvolvida nessas comunidades. Segundo eles, as escolas estão subordinadas a um conjunto de variados condicionantes que dizem respeito ao abandono, à precariedade de material, à má formação docente, assim como aos efeitos da adversidade do trabalho da pesca e à manipulação abusiva dos políticos locais. Para tanto, são necessárias políticas públicas educacionais capazes não só de melhorar os índices insatisfatórios, como também o desempenho educacional dos alunos.

Alguns professores reconhecem que sua formação não foi satisfatória para uma qualificação que lhes permitisse atuar em área tão peculiar, quanto o contexto de Resex Marinha. A própria SEMED não dispõe de uma política de formação continuada que contemple as áreas específicas, como as de pesca artesanal. Igualmente, nota-se que, mesmo nas universidades, a discussão é extremamente vaga e, geralmente, não corresponde com as situações de sala de aula.

Assim, com base no que foi observado e nos depoimentos dos interlocutores, é possível detectar uma série de problemas que dificultam o bom desempenho dos educandos nas escolas da RESEX em tela. Posto isto, menciona-se a má formação dos profissionais da área, o baixo salário pago a eles, as péssimas condições das unidades escolares, que normalmente se encontram empoeiradas e são pequenas - o que inviabiliza acomodar de forma satisfatória o número de alunos - além de apresentarem paredes sujas, tal como as carteiras em condições precárias. Esses fatores citados são, realmente, desmotivadores e, infelizmente, refletem na prática pedagógica.

Nos termos de Gomes-Neto e Hanushek, (1994), tanto a evasão como a reprovação escolar são fenômenos interligados e a combinação deles tem sido identificada como uma das principais falhas do sistema educacional brasileiro. No Brasil, os índices que tipificam esses fenômenos são maiores do que em outros países, ratificando a ineficiência dos gastos do sistema educacional. Compreende-se, assim, que tal realidade requer a construção de políticas educacionais que possibilitem uma melhoria real do quadro pedagógico do país e, por conseguinte, do município e das comunidades da RESEX Gurupi-Piriá.

Apoiados nessa concepção, salienta-se que os problemas que afligem a educação no município de Viseu promovem as condições adversas enfrentadas pelos educadores, na realização de suas funções. Segundo informações dos professores, nem sempre é possível adaptar-se a todas as comunidades por onde passam. Isso se deve, em grande medida, às dificuldades de acesso, às questões de estada, às exigências feitas pela SEMED, bem como à ausência de material pedagógico e aos baixos salários pagos aos profissionais da educação.

Além do mais, há que se considerar as informações dadas por educadores que vivenciam a realidade das escolas. Como exemplo disso, temos o testemunho da professora Mirle S. dos Remédios,<sup>17</sup> quando diz que “[...] os currículos trabalhados nessas comunidades são os mesmos, não importa se ela é rural, pesqueira ou urbana”. Esse depoimento revela a fragilidade das políticas públicas educacionais e evoca a necessidade de concentrar esforços, para reverter a atual situação deste município.

De todo modo, é patente que uma educação que propicie às pessoas a qualidade necessária para a produção de sua própria história apresenta-se, ainda, como um desafio dentro da realidade da Gurupi-Piriá, bem como para o restante do município de Viseu. Por conseguinte, ao observar e analisar o atual quadro de dificuldades enfrentadas na edificação das políticas públicas educacionais e demais políticas sociais,

---

<sup>17</sup> Professora do Modular Rural. Entrevista concedida em 2014.

nas comunidades investigadas, depreende-se que pouco se pode esperar como contribuição ao fortalecimento político de seus usuários e ao desenvolvimento sustentável desta Unidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concretude da proposta de sustentabilidade perpassa a necessidade da materialização de políticas públicas em infraestrutura e serviços básicos. Nestes termos, tais UCs constituem-se num campo que demanda oferta de serviços, como saúde, segurança, habitação, energia elétrica, transporte, educação, lazer e muitos outros, capazes de favorecer melhorias nas condições de vida das comunidades da RESEX e de seu entorno. Assim, as possibilidades e alternativas na busca por soluções aos entraves do desenvolvimento local são muitas, e as políticas públicas são fundamentais neste sentido.

A pesquisa que embasou este estudo revelou que os problemas das RESEX – em nosso caso, a Gurupi-Piriá – não se restringem apenas à questão infraestrutural ou à deficiência da oferta de serviços básicos, como o educacional. Em geral, o manejo insustentável dos recursos naturais persiste nessas comunidades. Como observado por Simonian (2004, 2003, 2001), apesar da disseminação da proposição de novos modelos sustentáveis, a concretização da sustentabilidade enfrenta percalços diversos.

O atual modelo educacional praticado nessa área expressa pouquíssima relação com o modo de vida de seus habitantes, que são historicamente dependentes dos ciclos das marés e estão atrelados ao extrativismo de recursos do mangue e à atividade da pesca artesanal. Infere-se, igualmente, que é indispensável tomar estas condições como base para a efetivação de qualquer política educacional, em particular a calcada no paradigma de desenvolvimento sustentável. Portanto, conceber a construção de novas práticas escolares seria, de

fato, uma importante medida que viria a contribuir efetivamente para a transformação da realidade nessas comunidades.

Portanto, submeter esta realidade aos parâmetros educacionais urbanos contraria os preceitos que reconhecem a educação como direito de todos e respeito às singularidades culturais e regionais, previstos na Constituição (Brasil,1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Brasil, 1996). A negação destes preceitos tem contribuído para sustentar a manutenção de sérios problemas de caráter educacional no município de Viseu e nas comunidades da RESEX Gurupi-Piriá, como, a evasão, a repetência e o analfabetismo funcional. Todavia, o que se percebeu é uma realidade que não se diferencia muito de outras partes da Amazônia ou mesmo do restante do município de Viseu.

Anseia-se, pois, por uma educação fundada em paradigmas novos. Uma educação que se volte à formação da cidadania ativa, não instrumental, à justiça, à democracia, à autonomia, à liberdade e à sustentabilidade. Com efeito, é preciso reorientar as práticas escolares, a fim de aproximar e envolver a sociedade local, para que esta tome consciência da importância e das possibilidades da RESEX. A educação tem que representar um instrumento capaz de fortalecer o controle social e incentivar o envolvimento dos atores, nas decisões que afetam sua qualidade de vida.

Enfim, é necessária, principalmente nas comunidades tradicionais, uma educação que saiba ouvir as vozes dos principais sujeitos da educação, que possibilite buscar uma leitura do seu cotidiano cultural e que permita a construção de um projeto libertador de cidadania que garanta os direitos e o respeito às diferenças e diversidades. É preciso que o movimento continue a acreditar e lutar pela garantia de seus direitos, não só no espaço educacional institucionalizado, como também no campo social, político e cultural, visando a mudanças para uma vida digna e igualitária, respeitando as peculiaridades de cada sujeito que faz a história, de maneira singular, dentro das comunidades tradicionais na Amazônia.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. El buen vivir: Sumak Kawsay, una oportunidad para imaginar otros mundos. Barcelona, Icaria Editorial, 2013. 192 p.

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

ALLEGRETTI, M. Políticas para o uso dos recursos naturais renováveis. In: \_\_\_\_\_. SACHS, I.; CLUSENER-GOLDT, M. (Org.). **Extrativismo na Amazônia brasileira: perspectivas sobre o desenvolvimento regional**. Paris: compêndio MAB 18 UNESCO, 1994. p. 14-31.

\_\_\_\_\_. A construção institucional da Reserva Extrativista. In: \_\_\_\_\_. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. Brasília, DF: CDS; UnB, 2002. p. 462-588.

ARAGÓN VACA, L. E. **Amazônia, crescer para desenvolver e conservar: cinco temas para um debate**. São Paulo: HUCITEC, 2013.

ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, n. 18, v. 51, p. 90-110, fev. 2003.

BRASIL. Portaria INCRA/P/N.º 627, de 30 de julho de 1987, de criação das Reserva Extrativista. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 30 de julho de 1987. Disponível em: <[www.incra.gov.br/index.../portarias/.../91-portariaincra-pn-627-30071987](http://www.incra.gov.br/index.../portarias/.../91-portariaincra-pn-627-30071987)>. Acesso em: 27 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 23 de dezembro de 1996, p. 27833.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Política Nacional do Meio Ambiente**. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm)>. Acesso em: 15 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **Convenção n. 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho**. Brasília, DF: OIT, v. 1, 2011.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Objetivos de desenvolvimento do milênio**: relatório nacional de acompanhamento. Brasília, DF: IPEA, 2010. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/Docs/4\\_Relatorio Nacional AcompanhamentoODM.pdf](http://www.pnud.org.br/Docs/4_Relatorio%20Nacional%20AcompanhamentoODM.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2013.

CANALI, H. H. B. Educação do campo: construindo novas referências. In: \_\_\_\_\_. SILVA, G. P. (Org.). **Educação do campo na Amazônia: uma experiência**. Belém: EDUFPA, 2007. p. 37-49.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – CMMAD. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991. p. 430.

COSTA, A. P. **Políticas públicas e desenvolvimento nas RESEX Verde Para Sempre e Arióca Pruanã – Pará**. 2014. 504 f., il., mapas. Tese (Doutorado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém. 2014.

DECLARAÇÃO final da conferência das nações unidas sobre o desenvolvimento sustentável (Rio+20). **O futuro que queremos**. Rio de Janeiro, 2012.

ESPÍNOLA, F. A. L. **Fatores determinantes da evasão escolar no ensino médio**, 2013. Disponível em: <<http://www.dspace.bc.uepb.edu.br>>. Acesso em: 21 dez. 2014.

ESTEVÃO, C. **Escola e participação**: o lugar dos pais e a escola como lugar do cuidado. *Ensaio*, v. 11, n. 41, p. 1-15, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES NETO, J. B.; HANUSHEK, E. A. Causes and consequences of grade repetition: evidence from Brazil. **Economic development and cultural change**, v. 42, 1994.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

GUIJT, I.; SHAH, M. K. Walking to power, conflict and process. In \_\_\_\_\_. (Ed.). **The myth of community: gender issues in participatory development**. 1. reimpr. London: ITP Ltd., 1999. p. 1-23.

HALL, L. A. **Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no programa Grande Carajás**. Tradução Ruy Jungmann J. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1991.

HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno CEDES**, ano 21, n. 55, nov. p. 30-40, 2001.

LOPES, J. S. L.; ANTONAZ, D.; PRADO, R.; SILVA, G. (Org.). **A ambientação dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 334 p.

LIBÂNEO, J. C. OLIVEIRA, J. F. de, TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

MALINOWSKI, B. **Os argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARCIEL, R. C. G. **Ilhas de alta produtividade: inovação essencial para a manutenção dos seringueiros nas reservas extrativistas**. Campinas: 2003. 66 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, 2003.

MENEZES, M. As reservas extrativistas como alternativas ao desenvolvimento na Amazônia. In: \_\_\_\_\_. ARNT, R. (Org.). **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 49-72.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.



REDCLIFT, M. R. Os novos discursos de sustentabilidade. In: \_\_\_\_\_. FERNANDES, M.; GUERRA, L. (Org.). **Contra discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: UNAMAZ, 2003. p. 51-76.

ROMÃO, J. E. Educação. In: \_\_\_\_\_. STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p.150-152.

SANTOS, A. D. dos. **Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais**. São Paulo: Petrópolis, 2005.

SEMED. **Proposta de implantação do sistema modular para a Zona Rural**. Viseu: Prefeitura Municipal de Viseu-PA, Secretaria Municipal de Educação, Departamento de Ensino Fundamental, p. 1-25, dez. 2013.

SILVA, J. B. Populações tradicionais sul amapaenses de unidades de conservação: valores, condutas e o papel da pedagogia da alternância. In: \_\_\_\_\_. SIMONIAN, Lígia T. L. (Org.). **Políticas públicas, desenvolvimento, unidade de conservação e outras questões socioambientais no Amapá**. Belém: NAEA; MPEAP, 2010. p. 287-324.

SILVA, J. B; SIMONIAN, L. T. L. População tradicional, Reservas Extrativistas e racionalidade estatal na Amazônia brasileira. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. UFPR, v. 33, p. 163-175, abr. 2015. Disponível em <<http://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/36473/25142>>. Acesso em 19 de jun. de 2016.

SIMONIAN. L. T. L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: \_\_\_\_\_. ARAGÓN, L. E. (Org.) **Populações e meio ambiente na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA; UFGA, 2007a. p. 25-44.

\_\_\_\_\_. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: KAHWAGE, C.; RUGGERI, S. (Org.). **Imagem e pesquisa na Amazônia: ferramentas de compreensão da realidade**. Belém: Alves, 2007b. p. 15-52.

\_\_\_\_\_. Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, MPEG, v. 1, n. 2, p. 119-134, 2005. (Série Ciências Humanas).

\_\_\_\_\_. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia brasileira. In: \_\_\_\_\_. COELHO, M. C; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais**. Belém: CEJUP, UFPA; NAEA, 2000, p. 9-53.

SOUSA, I. S. de. **Aviamento e reciprocidade: estudo da vila de pescadores Apeú-Salvador – Viseu**. Belém: 2000. 138 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, 2000.

SOUZA, J. A. de. **Políticas de acesso à educação superior: flexibilização e democratização do ingresso na Universidade**. Uberlândia: 2007. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Working paper**, 2002. Disponível em: <[http://www.fit.br/home/link/texto/politicas\\_publicas.pdf](http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf)>. Acesso em: 10 fev. de 2014.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005.

VIOLA, E. O governo FHC e o meio ambiente. **Jornal do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro, 2000.

ZAPATA, T. Desenvolvimento econômico local: desafios, limites e possibilidades. In: \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento local: trajetórias e desafios**. Recife: Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano, 2005. p. 15-28.

## “MIL BARRAGENS DESTA NÃO PAGAM O QUE ELA DEIXOU ENTERRADA”: PERCEPÇÃO DOS IMPACTOS DA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ SOBRE OS ANIMAIS DE CAÇA

---

*Myrian Sá Leitão Barboza<sup>1</sup>*

*Roberta Sá Leitão Barboza<sup>2</sup>*

*Dernival Venâncio Ramos<sup>3</sup>*

*Juarez Carlos Brito Pezzuti<sup>4</sup>*

**Resumo:** Este estudo discute os principais impactos gerados pela implantação da UHE de Tucuruí aos animais de caça e às modificações acarretadas na composição das espécies caçadas conforme a visão dos moradores locais. De abril a agosto de 2007, foi realizado um estudo com os moradores relocados durante o período de inundação (década de 80) e com os novos moradores da região após a UHE. Ambos relataram modificação no padrão da atividade de caça, com substituição da captura

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Antropologia da Universidade da Flórida (UF), Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA) e Especialista em Indigenismo pela Universidade Positivo e ONG Operação Amazônia Nativa (UP/OPAN). Bióloga pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente do Programa de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), E-mail: myrianbarboza@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutora em Ecologia Aquática e Pesca pela Universidade Federal do Pará. Professora da Faculdade de Engenharia de Pesca, UFPA, Campus Bragança. Coordenadora do Laboratório de Pesquisa e Extensão Socioambiental de Comunidades amazônicas (LABPEXCA) e do grupo de Estudos Socioambientais Costeiros (ESAC). E-mail: betabarboza@gmail.com

<sup>3</sup> Doutor em História. Pós-doutor em Desenvolvimento e Conservação Tropical pela Universidade da Flórida (UF). Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT) e Ciências do Ambiente (PGCIAMB) da Universidade Federal do Tocantins.

<sup>4</sup> Professor adjunto NAEA. E-mail: juarez.pezzuti@gmail.com

de animais de grande porte pelos de porte menor. Segundo eles, tal constatação, deve-se ao conjunto de intervenções acometidas com o processo de instalação da hidrelétrica. Além do alagamento, o conjunto de mudanças na forma de ocupação e uso do espaço intensificaram a exploração dos recursos faunísticos. A percepção dos comunitários pode indicar as adaptações utilizadas nas práticas de uso dos recursos biológicos, e auxiliar no planejamento e implementação de estratégias de conservação mais adequadas.

**Palavras-chave:** Impactos. Caça. Hidrelétrica. Lago de Tucuruí. Amazônia.

#### **A GREAT AMOUNT OF THIS KIND OF DAM DO NOT PAY WHAT IT BURIED”: PERCEPTION OF TUCURUÍ DAM’S IMPACTS ON THE GAME ANIMALS.**

**Abstract:** The installation of hydroelectric dams in the Amazon is provoking several debates about their benefits and costs. This study analyses the main impacts on game stocks and composition after the construction of Tucuruí dam according to the local people. From April to August 2007, a study was carried out among residents relocated during the flood period (1980s) and the new residents of the region after the dam. Both residents reported the substitution of big animals for smaller hunted animals. Besides the flood, the set of changes on the occupation way and space use intensified the animals’ exploitation. In this way, the residents’ perception about the environmental changes may indicate the adaptation used on the biological resource’s use. The residents’ worldview also contributes for the planning of sustainable use of the game stocks.

**Keywords:** Impacts. Game stocks. Hydroelectric. Tucuruí dam. Amazon.

## 1 INTRODUÇÃO

"Apesar de toda a operação curupira<sup>5</sup>, muitos animais morreram. Houve um preço que a natureza pagou para hoje se ter energia, o que se diz que é desenvolvimento. E se hoje a natureza sofre, nós sofreremos os efeitos colaterais" (atingido por barragem, 2007).

Os grandes projetos de desenvolvimento para a Amazônia, como a construção de usinas hidrelétricas (UHE) e a conseqüente formação de grandes lagos artificiais, a construção de estradas, os grandes projetos agropecuários e projetos de mineração têm provocado intensa discussão nos níveis local, regional, nacional e internacional. O balanço entre os benefícios, por exemplo, oriundos da disponibilização de energia em contraste com os custos financeiros, ambientais e sociais que geralmente acompanham estes empreendimentos (SILVA; GRIBEL, 2000) tem sido negligenciados. Dos impactos ecológicos produzidos pelos reservatórios artificiais, Ferreira e Zuanon (2000), afirmam que talvez os mais dramáticos sejam o afogamento da flora e fauna terrestres e os impactos iniciais sobre a ictiofauna. Como afirmam Soares e Quaresma (2015), a ocupação da região esteve fortemente influenciada por políticas do Estado. Os impactos socioambientais advindos da UHE de Tucuruí estão conectados, assim, a impactos da abertura de estradas (como a Transamazônica), projetos de colonização (aberturas de fazendas) e demais projetos de desenvolvimento apoiados e implementados pelo governo federal na região do Médio Tocantins no final do século XX (CASTRO, 2005). A construção da UHE Tucuruí e as etapas de expansão posteriores, como a construção da eclusa, afetaram um total de 17 municípios do Estado do Pará (MAGALHÃES, 2005). Jatobá e Cidade (2006) asseguram que a intensa transformação da paisagem afetou uma série de componentes, como a ecologia, o território, a economia local e regional, a saúde pública, a soberania alimentar, cultura e a dinâmica socioambiental da região. De

---

<sup>5</sup> Operação de resgate dos animais após a inundação das áreas afetadas pela barragem.

acordo com Fearnside (1999), o exame do caso de Tucuruí revela uma sobre-estimativa sistemática dos benefícios e uma subestimativa dos impactos pelas autoridades, um fato dramatizado pelas linhas de alta tensão passando acima de barracas iluminadas apenas por lamparinas. Realidade que permanece ainda hoje, quase quarenta anos depois (WAGNER et al., 2014). Alguns dos principais impactos ambientais e socioeconômicos estão descritos por CMB (1999), Fearnside (1999, 2002, 2016), Junk; Mello (1990); La-Rovere; Mendes (2000); Manyari; Smith(2010); Carvalho-Jr (2007); e Chen et al. (2015).

Para Kudlavicz (2005), o conceito de impacto utilizado pelas hidrelétricas e outros grandes projetos de desenvolvimento transmitem a ideia de curta duração das consequências do empreendimento, sendo necessários estudos de percepção dos comunitários quanto às reais mudanças provocadas pelas UHEs na organização comunitária dos novos assentamentos e quanto aos efeitos gerados na relação com o ecossistema local e conseqüente realização das suas atividades principais de sobrevivência, como pesca, caça, coleta vegetal e agricultura. Para Jatobá e Cidade (2006, p.1), “a percepção da construção da UHE Tucuruí pela população afetada não parece ter sido de desenvolvimento, mas de uma intervenção arbitrária geradora de inúmeros impactos locais”.

O estudo da percepção ambiental constitui-se como importante ferramenta para a compreensão das inter-relações entre o homem e o ambiente, incluindo também a percepção dos impactos ocasionados pelas modificações antrópicas sobre os padrões de utilização de recursos naturais. Assim, entende-se que por meio desta perspectiva é possível compreender a extensão das consequências das diversas formas de modificação ambiental.

Nesse sentido, o objetivo deste texto é estudar os principais impactos gerados pela implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí sobre as espécies caçadas, pretendendo assim conhecer as principais

mudanças na composição dos animais de caça da região do lago, através da percepção dos moradores da área atingida pela UHE de Tucuruí. Também pergunta-se sobre a percepção que os moradores têm sobre os eventos que ocasionaram as mudanças.

Segundo Fernandes et al., (2005, p.1); "Cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente às ações sobre o ambiente em que vive. As respostas ou manifestações daí decorrentes são resultados das percepções (individuais e coletivas), dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada pessoa". As percepções refletem as emoções, necessidades, perspectivas e conhecimentos de cada um, sendo extremamente importantes porque é através delas que cada um inicia o processo de elaboração de hipóteses, responsável pela construção das crenças que moldam os hábitos e que, por sua vez, estão intrinsecamente ligados aos usos individuais e coletivos, caracterizando a forma de utilização do ambiente, conforme alegam Peirce (2003) e Baraúna (1999), e possibilitando a produção de informações sobre as mudanças de uso dentro de processos de grande alcance como os impactos dos grandes projetos de desenvolvimento.

As mudanças espaciais e alimentares, neste caso a caça, produzidas com base em construção da UHE Tucuruí foram estudadas em função de constituírem importante ferramenta para efetivação de planos estratégicos de ações conservacionistas, uma vez que a discussão e o estabelecimento de regras de uso dos recursos faunísticos pelos próprios moradores, com base em seus saberes, terão maior probabilidade de serem aceitas, respeitadas e utilizadas na conservação da biodiversidade. Diversos autores recomendam a inclusão dos caçadores e dos consumidores de caça nos estudos desta atividade e da ecologia dos animais (OLIVEIRA et al., 2004; ROBSON; BODMER, 1999; LEEUWENBERG, 1997; TOWNSEND, 1997; REBÊLO; GALATTI, 1995; BODMER, et al., 1994).

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização do procedimento metodológico, foram considerados dois tipos de moradores locais: 1) os que foram morar no lago durante ou após o processo de construção da UHE Tucuruí e são denominados **moradores antigos das ilhas ou do lago**; 2) os que já residiam na área antes da construção da hidrelétrica e foram removidos após a efetivação desta. Eles são conhecidos localmente como **expropriados**. De acordo com estes dois tipos de informantes, foram realizados dois tipos de procedimentos: 1) entrevistas individuais com os moradores antigos do lago; e 2) técnica de grupo focal com os expropriados. Realizaram-se entrevistas individuais com os moradores antigos, em virtude da dificuldade em reuni-los em grupos, visto que residiam nas ilhas ou no lago compreendendo grandes distâncias entre outros moradores; optou-se pelo procedimento grupo focal com os expropriados em função da dificuldade em descobrir suas residências na cidade.

As entrevistas individuais (Figura 1) foram realizadas em quatro comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Alcobaça (Água Fria, Lago Azul, Rio Jordão e Cameté) e quatro da RDS Pucuruí–Ararão (Cafezal, Ilha das Flores, Maracujá e Vai Quem Quer). Em cada comunidade, foi realizada entrevista individual por unidade domiciliar, aplicando-se um formulário semiestruturado com os moradores antigos das ilhas que conheciam a região antes da construção da barragem da UHE Tucuruí. Estes formulários foram aplicados de 11 a 19 de abril de 2007 e de 17 a 20 de agosto de 2007.

O grupo focal (GASKELL, 2002; HUNTINGTON, 2000) foi realizado com os expropriados, através de sua convocação em rádio local (Rádio Floresta), tendo em vista que a maioria deles mora na cidade de Tucuruí. Assim, em 21 de agosto de 2007 foi realizada uma reunião com os expropriados (Figura 2), que consistiu em um debate em grupo, no qual os informantes foram apenas guiados nas discussões pelos pesquisadores. Neste debate, foi utilizado como guia o mesmo formulário aplicado nas entrevistas individuais.



Figura 1 – Realização de entrevista a um dos moradores antigos. Foto: Barboza, M.S.L. (2007).



Figura 2 – Expropriados que participaram do debate. Foto: Knoechelmann, C.M. (2007).



O procedimento utilizado – entrevistas individuais e o debate em grupo (grupo focal) – visou focar questões relacionadas ao processo de transformação pelo qual a região do lago passou sobre as populações de animais de caça: 1) as espécies animais mais caçadas antes da construção da UHE; 2) os principais impactos causados a estes animais; 3) as espécies caçadas no período do estudo; 4) a situação das espécies caçadas no período do estudo.

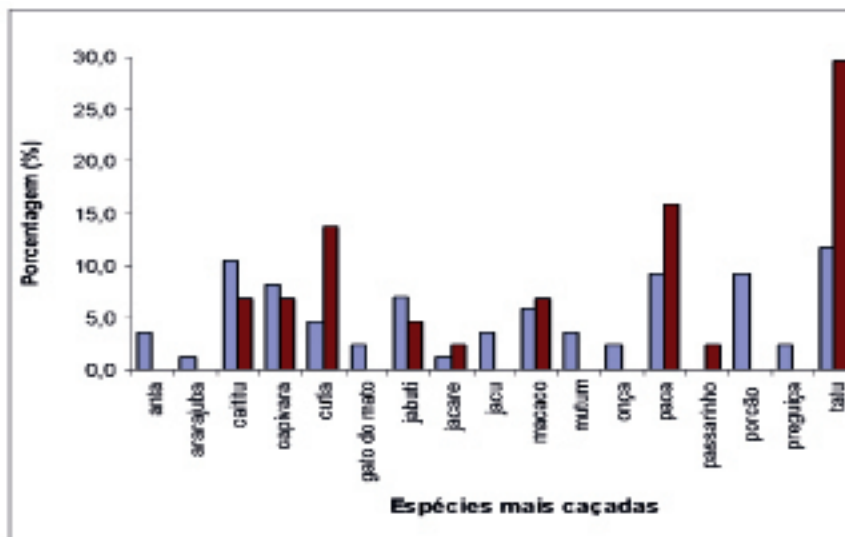
### 3 RESULTADOS

#### 3.1 Entrevistas individuais

Nas duas RDSs, foram entrevistados 16 informantes (2 mulheres e 14 homens), os quais em 2007 apresentavam idade entre 41 e 72 anos, com média de 59 anos. Apenas dois dos entrevistados nasceram nas áreas que hoje compreendem o lago, sendo que todos já conheciam a região antes do período de construção da UHE e a maioria já mora no lago há mais de 20 anos.

Com relação aos animais mais caçados no período anterior a construção da hidrelétrica, os principais citados pelos entrevistados foram: veado (*Mazama* sp., n=10, 11,6%), tatu (*Dasyproctidae*, n=10, 11,6%), caititu (*Pecari tajacu*, n=9, 10,4%), porcão (*Tayassu pecari*, n=8, 9,3%) e paca (*Cuniculus paca*, n=8, 9,3%) (Figura 3, Tabela 1). Quanto aos principais animais caçados atualmente, as caças mais citadas foram: tatu (n=13, 29,6%), paca (n=7, 15,9%), cutia (*Dasyprocta* sp., n=6, 13,6%), veado (*Mazama* sp., n=4, 9,1%), caititu (n=3, 6,8%) e capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*, n=3, 6,8%) (Figura 3). Desta forma, verifica-se uma mudança no padrão dos animais mais caçados antes e após a construção da UHE, com uma tendência atual de abate dos animais de porte menor.

Figura 3 - Porcentagem de citação dos animais mais caçados antes e após a construção da UHE Tucuruí pelos moradores antigos.



Em relação aos impactos que a hidrelétrica pode ter causado para cada um dos animais de caça, os moradores antigos do lago relataram categorias de respostas como impactantes fundamentais nas populações de animais de caça: o problema das pressões e o aumento das intensas atividades de caça, principalmente para venda, o alagamento da área devido à construção da barragem, o aumento do número de moradores e as queimadas provocadas pelos fazendeiros (Tabela 1).

Tabela 1 – Impactos causados aos animais de caças com a construção da UHE, de acordo com os moradores antigos das RDS Alcobaça e Pucuruí-Ararão.

Categoria	Respostas
Alagamento	“A ELETRONORTE trouxe uma renda, mas o prejuízo foi muito maior para os moradores da região. Teve a operação curupira, mas não ajudou muito e acabou com as castanheiras, que era minha fonte de renda principal durante 12 anos”.
	“A ELETRONORTE acabou tudo. Acabou de um dia para o outro. Animais morreram afogados. Peixes não subiam mais, não teve desova. A ELETRONORTE prendeu água. Acabou a criação. O problema foi a hidrelétrica e não as caçadas”.
	“Tudo foi extinto com a hidrelétrica. Quando a água enchia, capivara, jabuti e tatu nadavam”.
	“Com a barragem o castanhal se acabou”.
Crescimento populacional	“O que aconteceu principalmente foi que o espaço ficou pouco e muita gente matando. Eu caçava gato-maracajá, era o garimpo daqui. O pessoal de Marabá que acabou. Tinha gente que levava 100 peles por viagem (onça e gato-maracajá)”.
	“A ELETRONORTE se beneficiou porque encheu o lago e assim encheu de gente. Com muita gente caçando tudo diminuiu. O problema é a quantidade de gente. Não acho ruim o desenvolvimento, o ruim é que acaba com a mata”.
Intensificação das caçadas	“Naquele tempo eu escolhia as caças. Muitos clandestinos entravam para exportar e hoje quem tá sofrendo somos nós”. Continuam sendo capturados. Se fosse só pra alimentar daria para não acabar, mas o problema é a comercialização”
Queimadas realizadas pelos fazendeiros	“O que estragou bem foram as fazendas que devastou as matas, muitos animais morrem no fogo. Os que têm é porquê escapam mais fácil do fogo. O mau das caças são as queimadas dos fazendeiros. Se não tivesse queimada tinha muita caça”.
	“Devido às fazendas, foram tirando as matas e devastando e os animais fugindo”.
	“O alagamento não foi problema pra caça, o problema são as queimadas dos fazendeiros. As queimadas já acontecem há muito tempo”.

### 3.2 Grupo focal

O grupo focal foi realizado com 15 expropriados (6 mulheres e 9 homens), com idade entre 55 e 78 anos e média de 65 anos. Apenas dois dos entrevistados haviam nascido nas áreas que hoje compreendem o lago, mas todos os expropriados já moravam no espaço há pelo menos 30 anos, período anterior à construção da barragem. Eles informaram que os expropriados compreendiam um grupo de cinco mil pessoas distribuídas em vários municípios que envolvem o lago, entretanto muitos já não se encontram vivos atualmente.

Os principais animais caçados no período anterior à construção da barragem citados pelos expropriados foram, na ordem: veado, paca, porcão, caititu e anta (*Tapirus terrestris*) (Tabela 3). Quanto aos animais mais caçados no período de 2007, os expropriados acreditam que ainda existem muitos, só que é bem mais difícil de encontrá-los quando comparado com antigamente. Houve destaque para a caça atual de tatu e de cutia (Tabela 2), principalmente o tatu porque “dá na juquira”<sup>6</sup>. Eles afirmaram que paca, veado e anta são mais difíceis de encontrar, sendo que os últimos só existem porque são “veiaço”<sup>7</sup>. Também asseguraram a atual existência de macaco prego porque “é bicho sem-vergonha” e de capelão (macaco) porque “é bicho feio e ninguém come”. Para eles a preguiça “sumiu muito” e o porcão sumiu totalmente. Eles alegaram que a diminuição desses animais está relacionada ao elevado número de moradores no lago.

<sup>6</sup> Juquira refere-se ao estágio primário da capoeira.

<sup>7</sup> Termo que significa esperteza e foi muitas vezes citado na fala dos expropriados, como “O veado é muito veiaço. Se você passar na comedia dele hoje, no outro dia ele não vai mais”.

Tabela 2 – Ordem de citação dos animais mais caçados antes e após a construção da UHE Tucuruí, pelos expropriados.

Etnoespécies	Espécies	Antes	Depois	Impactos causados para cada animal de caça devido à construção da UHE
Anta	<i>Tapirus terrestris</i>	5. <sup>o</sup>	0	
Arara	<i>Ara spp.</i>		0	
Caititu	<i>Pecari tajacu</i>	4. <sup>o</sup>	0	“Está quase extinto”
Capelão	<i>Alouatta belzebul</i>		0	“Só tem porque é bicho feio e ninguém come”
Capivara	<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i>		0	
Cutia	<i>Dasiprocta sp.</i>		2. <sup>o</sup>	“Só tem porque dá na juquirá”
Gato-maracajá	<i>Leopardus sp.</i>		0	
Jabuti	<i>Chelonoidis sp.</i>	6. <sup>o</sup>	0	“Jabuti não é rápido, não conseguiu escapar das queimadas”
Jacamim	<i>Psophia sp.</i>		0	
Jacaré	<i>Alligatoridae</i>		0	
Jacu	<i>Penelope sp.</i>		0	
Macaco-cuxiú	<i>Chiropotes sp.</i>		0	
Macaco-prego	<i>Cebus apella</i>		0	“Só tem porque é sem-vergonha”.
Mutum	<i>Crax sp, ou Mitu sp.</i>		0	
Nambu	<i>Tinamidae</i>		0	
Onça	<i>Panthera onca ou Puma concolor</i>		0	
Paca	<i>Cuniculus paca</i>	2. <sup>o</sup>	0	“Foi a mais atingida, porque vive em buraco e o fogo destrói”  “Fica no buraco e quando ia sair que era destruída”
Papagaio	<i>Amazona spp.</i>		0	

"MIL BARRAGENS DESTA NÃO PAGAM O QUE ELA DEIXOU ENTERRADA": PERCEPÇÃO DOS  
IMPACTOS DA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ SOBRE OS ANIMAIS DE CAÇA

Porcão	<i>Tayassu pecari</i>	3. <sup>o</sup>	0	"Sumiu"
Quati	<i>Nasua nasua</i>		0	
Tartaruga	<i>Podocnemis expansa</i>		0	
Tona (Azulona)	<i>Tinamus tao</i>		0	
Tracajá	<i>Podocnemis unifilis</i>		0	
Tatu	<i>Dasypodidae</i>	7. <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>	"Só tem porque dá na juquirá"
Veado-vermelho	<i>Mazama americana</i>	1. <sup>o</sup>	0	"Sumiram, foram para terra firme" "Sumiram, se acabaram na queimadas" "A gente achava eles dentro das queimadas, e a gente aproveitava levava um salzinho e farinha e era só comer"

OBS.: Dos 25 animais citados, só foram ordenados os 7 primeiros mais caçados antes da construção da UHE, e só 2 animais foram citados como os mais caçados atualmente.

### 3.3 ENTREVISTAS INDIVIDUAIS X GRUPO FOCAL

#### Composição das espécies caçadas

Comparando o número de espécies animais caçadas citadas entre os moradores antigos do lago (n= 18, Tabela 1) e os expropriados (n=25, Tabela 2), verifica-se uma maior diversidade de animais citados pelos expropriados. Tal diferença deve-se, possivelmente, ao fato de os expropriados terem residido na região por mais tempo e, assim, terem supostamente um conhecimento mais detalhado em relação aos animais que ocorriam na área. No entanto, ao confrontar o número de animais citados como caçados atualmente entre os expropriados (n=2, Tabela 3) e os moradores do lago (n=11, Tabela 2), há uma maior diversidade de

animais para os moradores do lago, certamente porque estes moram no lago e ainda estão em contato com os animais, o que é mais difícil para os expropriados, os quais em sua grande maioria já mora há bastante tempo na área urbana de Tucuruí e caçam com menor frequência.

Assim, a análise dos animais caçados no período anterior e posterior da construção da UHE Tucuruí, conforme relato dos moradores antigos do lago e dos expropriados), indica uma mudança na composição das espécies caçadas, com aumento na captura dos animais de porte menor (tatu e cutia) e diminuição de abate dos animais maiores (queixada, caititu e veado). Segundo os entrevistados, tal tendência pode ser decorrente dos efeitos de fragmentação das florestas ocorridos com a inundação da área e o acelerado processo de desmatamento das florestas do entorno.

#### 4 DISCUSSÃO

Peres (2001) adverte que a sobrecaça em paisagens florestais fragmentadas pode levar à extinção de populações de vertebrados de tamanho médio a grande.

O padrão de caça de pequenos vertebrados, que também é comum em outras áreas da Amazônia (ROSS, 1978; SMITH, 2005), pode representar um indicativo da menor abundância das espécies de grande porte devido à intensa destruição dos habitats naturais e superexploração que não permite alternativas de escolha das presas aos caçadores (AYRES; AYRES, 1979; EMÍDIO-SILVA, 1998). Entretanto, Emídio-Silva (1998) alega que muitos outros fatores desconhecidos podem estar atuando na disponibilidade destes animais à caça, como o estado de conservação das populações animais e do habitat, flutuações naturais nas densidades, entre outros.

Como a área de estudo compreende um ambiente extremamente alterado, o padrão das principais espécies caçadas parece ser caracterizado por espécies adaptadas aos distúrbios humanos que



usam habitats antropogênicos e persistem nos arredores, apesar do fato de serem caçadas regularmente. O tatu e a cutia, por exemplo, são caracterizados por possuírem porte reduzido, por se manterem em ambientes próximos a roças agrícolas ou de clareiras e por apresentar dieta alimentar constituída por plantas cultivadas.

Mesmo apresentando rendimento de biomassa inferior que os animais de grande porte, os pequenos animais são extremamente importantes sob vários aspectos: 1) constituem-se como fonte alternativa de proteína animal para populações humanas dependentes da pesca (LINARES, 1976); 2) providenciam a base mais segura para obtenção de carne de caça em certas áreas de assentamento (ROSS, 1978); 3) complementam a dieta (CALOURO; MARINHO-FILHO, 2005a); 4) garantem um retorno pelo tempo gasto na caçada (CALOURO; MARINHO-FILHO, 2005); e 5) garantem um retorno pela distância investida, geralmente bem próxima aos lares domésticos (SMITH, 2005). Para Smith (2005), estes animais parecem ser resistentes às atuais pressões de caça e forrageiam em habitats antrópicos, o que representa o resultado não só de predisposição inerente, mas de adaptações que tenham aumentado o sucesso na sobrevivência e na reprodução da espécie.

Nos relatos dos entrevistados, os animais de grande porte, como porcão (queixada) e o veado só apareceram nas caçadas realizadas antes da instalação da hidrelétrica. A paca, animal de porte pequeno a médio, e a capivara, de porte médio a grande, apareceram como importantes caças por ambos entrevistados, sendo a paca a mais citada. Estudos realizados em março de 2007 (BARBOZA et al., 2007) com as mesmas comunidades ribeirinhas do presente estudo demonstraram que a paca foi a carne de caça preferida, enquanto a capivara foi a etnoespécie mais utilizada na zooterapia local, de acordo com os entrevistados. A paca não é um animal de porte elevado, porém, por representar culturalmente um alimento bastante apreciado pelas populações amazônicas e pelos entrevistados do presente estudo, se manifestou fortemente nos hábitos

alimentares, sendo citada como regularmente caçada antes e depois da instalação do empreendimento.

Em relação à etologia das capivaras, estas são observadas em ambientes completamente alterados, possivelmente em função da maior oferta de áreas abertas e alimentos, e da ausência de predadores naturais como alude Ferraz (2004) em referência às alterações drásticas acometidas na paisagem original destes animais. Em estudo realizado sobre a distribuição espacial da capivara na bacia do Rio Piracicaba (SP), Ferraz (2004) verificou que os indivíduos se encontravam associados preferencialmente aos habitats agrícolas, em terrenos de baixa declividade, localizados nas proximidades de cursos d'água e com forte presença humana.

Baia-Junior (2006) questionou os ilhéus de Abaetetuba (PA) sobre os animais que eram caçados antigamente e hoje encontram-se em declínios, os mais citados foram na ordem: veado (*Mazama* sp.), tatu (*Dasypodidae*), mucura-preta (*Didelphis marsupialis*), cutia (*Dasiprocta* sp.) e paca (*Cuniculus paca*). Os mamíferos de grande porte, exceto o veado, foram indicados como extintos localmente. Para Webster e Webster (1984), as caças de porte maior são os primeiros alvos das estratégias dos caçadores devido às altas taxas de retorno, entretanto estes animais são os mais susceptíveis à depleção e à extinção devido às suas reduzidas taxas de densidade e de reprodução, enquanto os animais menores são mais numerosos e assim podem ser caçados mais intensivamente, sem tantos riscos.

As aves arara, ararajuba, jacamim, mutum, nambu e tona, e os felídeos gato-do-mato e onça só foram citados como importantes caças no período anterior à construção da usina de Tucuruí. A diminuição atual da caça dos felídeos deve-se à baixa especulação da venda da pele, a qual se constituía como uma importante atividade econômica na época, como relatou um dos moradores antigos: “Eu caçava gato-maracajá, era o garimpo daqui. O pessoal de Marabá que acabou.

Tinha gente que levava 100 peles por viagem (onça e gato-maracajá)" (informação verbal)<sup>8</sup>.

Estudos realizados com a avifauna do Lago de Tucuruí (GALATTI et al., 2008) demonstraram que o número de espécies aumentava significativamente com o aumento do tamanho das ilhas e que a maioria das formas ameaçadas se encontrava na área de floresta contínua. Neste mesmo levantamento de avifauna, as espécies de importância cinegética e consideradas em extinção, como o mutum-de-penacho (*Crax fasciolata pinima*) e o jacamim-de-costas-verdes (*Psophia viridis obscura*), só foram encontradas em áreas de floresta contínua e em algumas ilhas maiores das porções mais protegidas da base 4. Assim, os processos de fragmentação florestal também vêm influenciando fortemente na abundância das aves cinegéticas.

Os expropriados ainda relataram que a atividade de caça era realizada principalmente no verão e a venda de castanha no inverno, as quais se configuravam como atividades de extrema importância econômica, entretanto, nos dias correntes tal cenário encontra-se bastante modificado:

Meu marido sustentava a casa com isso (jabuti e porcão). A gente trazia 50 jabutis por dia, e porcão era tanto que entrava na cidade. A gente matava era de cacete quando tinha muito. Matava era de nove, comia e dava pros outros. Mas hoje ninguém vê nem a catinga. Acabou o castanhal, acabou a arara também. Ainda tem castanheira, mas não dá mais fruto (informação verbal)<sup>9</sup>.

Rocha (2008) relata para Tucuruí a substituição do papel antes reservado ao extrativismo de castanha-do-pará pelas atividades de pecuária e pela lavoura e que as alterações no uso do solo rural tinham certa equivalência com o processo de apropriação das terras pelos migrantes, uma vez que eles tendiam a destinar preferencialmente o uso às atividades mais afeitas as suas regiões de origem.

<sup>8</sup> Entrevista concedida à Myrian Barboza. Tucuruí, abril de 2007.

<sup>9</sup> Entrevista concedida à Myrian Barboza. Tucuruí, agosto de 2007.

## Impactos

No que concerne aos principais impactos ocasionados pela construção da UHE, os expropriados mencionaram que, apesar da existência da Operação Curupira, os animais foram levados a áreas de reservas e ilhas que “não tinham comida, e assim os bichos caíam na água e iam para outras ilhas, para terra firme e/ou sumiam”, “e os que não foram resgatados morreram afogados. Muitos dos que alcançaram terra firme foram mortos pelos fazendeiros e madeireiros, seja por tiro, seja pelas queimadas que acabaram com a mata virgem e consequentemente com as frutas das caças”. Assim, para os expropriados, “a hidrelétrica fez o que pôde para os animais, trouxe muita gente para salvar, mas botavam nas ilhas pequenas. E com a hidrelétrica veio os fazendeiros e a queimada, que é o principal problema”.

Para alguns pesquisadores (SILVA E GRIBEL, 2000; GRIBEL, 1993, apud FEARN SIDE, 2002), os animais resgatados e transferidos tiveram poucas chances de sobreviver devido ao estado estressado e debilitado em que se encontravam no momento da soltura em um território desconhecido, além dos problemas de quebra de estrutura do grupo social de algumas espécies e as competições com populações já presentes na área de soltura. De acordo com Silva e Gribel (2000), a previsão dos impactos causados pela formação do reservatório nas espécies de mamíferos foi de natureza ampla e, apesar das inúmeras recomendações para minimização desses impactos, não foram desenvolvidos estudos de longo prazo visando caracterizar as mudanças nas densidades populacionais e na composição de espécies das comunidades de mamíferos frente à formação do reservatório.

Os expropriados ainda mencionaram que algumas das áreas de soltura, sobretudo as ilhas, foram alvo de intensa pressão de caça durante certo período, e que era extremamente fácil o abate dos animais ali confinados. Monosowski (1990 apud FEARN SIDE, 2002) também

constatou a presença de caçadores e madeireiros nas reservas criadas para receber a fauna resgatada.

Para os expropriados, o alagamento da área e as intensas queimadas realizadas pelos fazendeiros configuram-se como os principais problemas provocados pela construção da hidrelétrica aos animais de caça. Além destes fatores, os moradores antigos ainda apontaram o aumento do número de moradores e o aumento da atividade de caça, principalmente para venda.

De acordo com levantamento de mamíferos terrestres e de espécies caçadas realizado no Lago de Tucuruí (GALATTI et al., 2008), o maior impacto causado pela UHE Tucuruí à fauna terrestre foi a perda de uma grande área de habitat natural, acompanhada pela morte da maior parte dos organismos que habitavam o local; o segundo grande impacto foi a fragmentação de um habitat antes contínuo e o aumento da distância entre as duas margens do rio, o que para muitas espécies pode significar o isolamento de espécies até então contínuas. A perda e a fragmentação de habitat vêm acompanhadas de outras modificações no ambiente, como a construção de estradas ou habitações, e um aumento da pressão de exploração dos recursos florísticos e faunísticos nos remanescentes de floresta nativa (GALATTI et al., 2008).

Nas pesquisas realizadas com os ilhéus de Abaetetuba (PA) sobre as prováveis extinções locais de animais silvestres e suas causas, Baia-Junior (2006) constatou que a caça excessiva foi o fator mais apontado como responsável pelo declínio populacional de importantes fontes de carne às populações humanas locais, além do crescimento da população humana, da redução e fragmentação do habitat ocasionado pelo desmatamento e queimada para o preparo da terra nas atividades agrícolas.

Tanto os moradores antigos do lago quanto os expropriados alegam que os animais de caça ainda existiam no período de estudo, mas estavam em risco devido às fortes pressões de caça e a eliminação de seus habitats por causa das queimadas para formação de fazendas. Peres

(2001) avaliou a perspectiva de conservação de espécies de caça em fragmentos florestais e constatou que os efeitos da atividade de caça agravam-se com a fragmentação. De acordo com o autor, os fragmentos são mais acessíveis aos caçadores e não permitem a recolonização das populações não caçadas ou diminuem as taxas de colonização e podem proporcionar uma base de recurso de menor qualidade aos vertebrados frugívoros.

Rocha (2008) alega que as primeiras medidas do empreendimento proporcionaram o início de um processo de revigoramento urbano na cidade de Tucuruí, enquanto na área de formação do lago repercutiram de forma negativa na vida local, dando início a um processo de “desestruturação social e espacial da área”. Para o autor, o processo de apropriação de terras, entre 1975 e 1985, foi acompanhado da alteração das atividades econômicas e, portanto, das formas de uso do território. Houve incremento da atividade madeireira através do desbravamento de aberturas de estradas, de incentivos fiscais e de incentivo de retirada da madeira submersa pela formação do reservatório. Rocha (2008) observa que a ação das madeireiras sempre esteve intimamente articulada ao processo de pecuarização e expansão agrícola, por meio do processo de desmate e de “limpeza da área”, seja para plantações de culturas, seja para plantação de pastagens.

Dessa maneira, fica evidente a importância de consideração da percepção dos comunitários quanto aos processos modificatórios ocorridos na área e os possíveis agentes causadores. Muitos entrevistados relataram os problemas do modelo de ocupação instaurado em virtude da implantação da hidrelétrica, o que denota a importância das análises socioambientais nos estudos de impactos ambientais. Para eles, não foi apenas o alagamento em si o causador da diminuição das populações e espécies de caça, foram também as ações paralelas de ocupação do território ligadas aos diversos projetos de desenvolvimento implementados pelo Estado na região a partir de 1960, como fazendas

(desmatamento), abertura de estrada (aumento da população humana), e a construção da UHE de Tucuruí (alagamento de parte de seu territorial comunitário).

## 5 CONCLUSÕES

As percepções dos moradores antigos das ilhas e dos expropriados quanto aos possíveis impactos ocasionados pela hidrelétrica sobre as populações de caças destacam o alagamento das florestas, o aumento do número de moradores, as intensas atividades de caças e as queimadas provocadas pelos fazendeiros. Grande parte desses impactos é gerada por projetos associados à UHE. Para eles, os animais de caça ainda existem, contudo encontram-se em risco devido às fortes pressões de caça e à eliminação de seus habitats oriunda das atividades de queimadas. Desta maneira, os entrevistados compreendem que a dinâmica imbricada por um conjunto de fatores provenientes do alagamento, e consequente fragmentação florestal e perda de habitat, aliados à pressão da atividade de caça, decorrente do aumento populacional humano e mudanças na forma de uso e ocupação do espaço (ex.: atuação de madeireiros e fazendeiros), resultaram nos drásticos impactos sobre a fauna cinegética.

Os relatos concedidos tanto pelos moradores antigos das ilhas, quanto pelos expropriados de Tucuruí, indicam uma alteração no padrão das espécies mais caçadas. Há uma tendência atual de captura de animais de porte menor em comparação ao período antecedente à construção da UHE. Esta situação ocorre, de acordo com as explicações anteriormente oferecidas, porque em locais de intensa degradação ambiental a maioria dos animais de grande porte é mais susceptível ao desaparecimento, devido às suas características biológicas, como o ciclo de reprodução lento, menor número de filhotes por gestação e grande extensão de área de vida.

## REFERÊNCIAS

AYRES, J. M.; AYRES, C. Aspectos da caça no Alto rio Aripuanã. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 9, n. 2, p. 287-298, 1979.

BAIA-JUNIOR, P. C. **Caracterização do uso comercial e de subsistência da fauna silvestre no município de Abaetetuba, PA**. 2006. 126f. Dissertação (Mestrado em Ciência Animal) – Núcleo de Estudos em Ciências Ambientais, Universidade Federal Rural do Pará, Belém, 2006.

BARAUNA, A. **A percepção da variável ambiental de alguns agroindustriais de Santa Catarina**. 1999. 109 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1999.

BARBOZA, M. S. L. **O preço que a natureza pagou e os efeitos colaterais que sofremos para hoje se ter energia: uso dos recursos animais e percepção dos impactos entre os ribeirinhos do Lago de Tucuruí (PA)**. 2008. 160f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

BARBOZA, M. S. L. et al. Preference, food taboos ad zoo-therapy of game meat among traditional riverine people of the Tucuruí dam reservoir (Pará-Brazil). In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF THE SOCIETY FOR HUMAN ECOLOGY, 15., 2007, Rio de Janeiro. **Resumos**.

BODMER, R.; FANG, T. G., MOYA, L.; GILL, R.; Managing wildlife to conserve amazonian forests: population biology and economic considerations of game hunting. **Biological Conservation** 67: 29-35. 1994.

CALOURO, A. M; MARINHO-FILHO, J. S. A caça e a pesca de subsistência entre seringueiros ribeirinhos e não-ribeirinhos da Floresta Estadual do Antimary (AC). In: DRUMOND, P. M. (Org.). **Fauna do Acre**. Acre: Local Editora. 2005. P. 109-135.



CASTRO, Edna. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**. v.8, n.2, p. 5-39, p.05-40, dez. 2005.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Usina hidrelétrica de Tucuri (Brasil)**: relatório final da fase de escopo. South Africa: CMB,1999. 43p.

CHEN, G.; POWERS, R. P.; CARVALHO, L. M.T.; MORA, B. Spatio temporal patterns of tropical deforestation and forest degradation in response to the operation of the Tucuruí hydroelectric dam in the Amazon basin. **Applied Geography**, v.63, p.1-8, 2015.

EMÍDIO-SILVA, C. **A Caça de Subsistência Praticada pelos Índios Parakanã (Sudeste do Pará)**: Características e Sustentabilidades. 1998. 144f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 1998.

FEARNSIDE, P. M. Impactos sociais da barragem de Tucuruí. In: HENRY, R. **Ecologia de reservatórios**: estrutura, função e aspectos sociais. Botucatu: FUNDBIO/FAPESP, 1999. p. 221-243.

FEARNSIDE, P. M. **Impactos Ambientais da Barragem de Tucuruí**: Lições ainda não Aprendidas para o Desenvolvimento Hidrelétrico na Amazônia. Relatório Técnico, Instituto de Pesquisas da Amazônia, INPA. C.P. 478. Manaus, 2002.

FEARNSIDE, P. M. Environmental and Social Impacts of Hydroelectric Dams in Brazilian Amazonia: Implications for the Aluminum Industry. **World Development**, v. 77, p. 48-65, 2016.

FERNANDES, R. S. et al. Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental. In: Congresso de Engenharia Sanitária e Ambiental, 12, 2005, Campo Grande. **Resumos**.

FERRAZ, K. M. P. M. B. **Distribuição espacial de capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*) em função da paisagem na bacia do rio Piracicaba, SP.**

2004. 114 f. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FERREIRA, E. J. G.; ZUANON, J. A. S. **Ictiofauna da UHE Tucuruí, Rio Tocantins**. In: CMB (Comissão Mundial de Barragens), Estudo de Caso Brasileiro. Usina hidrelétrica de Tucuruí (Brasil): Relatório Final. South Africa: CMB,- 2000. 248p.

GALATTI *et. al.* **Avaliação e Monitoramento das Comunidades de Vertebrados na Área de Influência do Reservatório da UHE Tucuruí**. Belém: [s.n.], 2008. Relatório Final. Convênio Eletronorte / Museu Paraense Emílio Goeldi / Sociedade Zeladora do Museu Paraense Emílio Goeldi.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisas qualitativas com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p.64-89.

HUNTINGTON, H. P. Using traditional ecological knowledge in science: methods and applications. **Ecological applications**, USA, v. 10, n. 5, p.1270-1274, 2000.

JATOBÁ, S. U. S.; CIDADE, L. C. F. Desenvolvimentismo, gestão do território e conflitos socioambientais nas ilhas do lago de Tucuruí. II Encontro da ANPPAS, 23 a 26 de maio de 2006. Brasília.

JUNK, W.J.; MELLO, J.A.S.N. Impactos ecológicos das represas hidrelétricas na bacia amazônica brasileira. **Estudos avançados**. São Paulo, v.4, n.8, jan./abr. 1990.

KUDLAVICZ, M. Usinas hidrelétricas: impacto sócio-ambiental e desagregação de comunidades. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas, Três Lagoas-MS**, v. 2, n. 2 – ano 2, Setembro de 2005.

LA-ROVERE, E.L.; MENDES, F.E. **Tucuruí Hydropower Complex Brazil Final Report**. Relatório Final. South Africa: World Commission on Dams (WCD),- 2000. 224p.

LEEUWENBERG, F.1997. **Manejo adaptado para fauna cinegetica em reservas comunales indígenas: el ejemplo Xavante**. In: Manejo de fauna silvestre em la Amazônia. Editores: Tula G. Fang, Richard E. Bodmer, rolando Aquino, Michael H. Valqui. Editorial –Instituto de Ecologia. 334p. La Paz, Bolívia.

MAGALHÃES, S.B. Política e sociedade na construção de efeitos das grandes barragens: o caso Tucuruí. *In: Tenotã- Mõ: Alertas sobre conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. Organizador: A. Oswaldo Sevá Filho. Belem, Editora IRN. 2005. 344p.

MANYARI, W. V.; CARVALHO-JUNIOR, O. A. Environmental considerations in energy planning for the Amazon region: Downstream effects of dams. **Energy Policy**, v. 35, p. 6526-6534, 2007.

OLIVEIRA, A. C. M.; CARVALHO-JUNIOR, O.; CHAVES, R. Gestão participativa e a atividade de caça na reserva extrativista do Tapajós-Arapins, Santarém, PA. **Raizes, Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. Campina Grande v. 23, n. 1/2, p. 42-51, 2004.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

PERES, C. A. Synergistic Effects of Subsistence Hunting and Habitat Fragmentation on Amazonian Florest Vertebrates. **Conservation Biology**. Malden, USA. v. 15, n. 6, p. 1490-1505, 2001.

REBÊLO, G. H.; GALATTI, U. Manejo da fauna em reservas extrativistas. 1 ed. Rio Branco – AC. Poronga, 1995. v 1. 50p.

ROBINSON, J. G.; BODMER, R. E. Towards wildlife management in tropical forets. **J. Wildlife Management**, v. 63, n.1, p. 1-13, 1999.

ROCHA, G. M. A crise energética, os grandes projetos Minero-Industriais e a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. In: ROCHA, G. M. **Todos Convergem para o Lago!** Hidrelétricas de Tucuruí, Municípios e Territórios na Amazônia. Belém: NUMA/UFGA, 2008. 245 p.

ROSS, E. B. Food taboos, diet, and hunting strategy: the adaptation to animals in Amazon cultural ecology. **Current Anthropology**. Chicago, USA, v. 19, p. 1-16, 1978.

SILVA, M. N. F; GRIBEL, R. O Impacto da Hidrelétrica de Tucuruí sobre os Mamíferos Silvestres. In: CMB (Comissão Mundial de Barragens). **Estudo de Caso Brasileiro: Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Brasil)**. Relatório técnico final, World Commission on Dams Secretariat. África do Sul. 2000. 248p.

SMITH, Anthony Oliver. *Defying Displacement. Grassroots Resistance and the Critique of Development*. Austin: University of Texas, 2010.

SMITH, D. A. Garden game: shifting cultivation, indigenous hunting and wildlife ecology in western Panama. **Human Ecology**, Índia, v. 33, n. 4. 2005.

SOARES, Luana S E QUARESMA, Mayara. “Reconfiguração dos territórios e cidades da região de integração do Lago de Tucuruí. VI CODS. Colóquio organizações, desenvolvimento e sustentabilidade. Belém: UNAMA, 2015.

TOWNSEND, W.1997. **La participacion comunal em el manejo de vida silvestre em el oriente de Bolívia**. In: Manejo de fauna silvestre em la Amazônia. Editores: Tula G. Fang, Richard E. Bodmer, rolando Aquino, Michael H. Valqui. Editorial – Instituto de Ecologia. 334p. La Paz, Bolívia

WAGNER, Alfredo et al. **Caderno Nova Cartografia Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais**. N. 10. Manaus: UEA Edições, 2014.

WEBSTER, D; WEBSTER, G. Optimal Hunting and Pleistocene Extinction. **Human Ecology**. Índia, n.3, p.275-289, 1984.

## A HISTÓRIA PELAS PESSOAS: MEMÓRIAS DE COMUNITÁRIOS DA ÁGUA PRETA SOBRE A RELAÇÃO COM OS RECURSOS NATURAIS

---

*Fernanda Carneiro Romagnoli<sup>1</sup>*

*Juarez Carlos Brito Pezzuti<sup>2</sup>*

**Resumo:** A história da economia amazônica ocorrida nas pequenas localidades é pouco registrada. Porém, agregadas, elas constituem a base dos grandes ciclos econômicos. Relatos de pessoas que vivenciaram estas fases são importantes para compreender como as comunidades se formaram. O objetivo deste artigo é entender a construção histórica da relação dos comunitários de uma comunidade da várzea de Santarém – a Água Preta – com os recursos naturais, identificando elementos que possam ter levado à sua atual configuração. Para isso, utilizou-se metodologia adaptada da história oral, baseada em relatos individuais feitos por moradores locais. Tais relatos foram usados para compor uma história coletiva da comunidade. Os resultados mostraram que os comunitários possuem uma identificação flexível, adaptável aos diferentes ciclos político-econômicos e socioambientais. Assim, constituem um grupo hábil na combinação dos seus valores com a transformação histórica dos recursos naturais.

**Palavras-chave:** Memória. Identidade. Várzea da Amazônia. Ribeirinhos. Recursos naturais.

---

<sup>1</sup> Discente do PPGDSTU/NAEA. E-mail: fcarneiroromagnoli@gmail.com

<sup>2</sup> Professor adjunto NAEA. E-mail: juarez.pezzuti@gmail.com

## THE PEOPLE'S STORY: AGUA PRETA COMMUNITY'S MEMORIES OF RELATIONSHIP WITH NATURAL RESOURCES

**Abstract:** The history of Amazon economy from local communities has a lack on registering. However, these economies are base of big economy cycles. Reports from people who lived these phases are important to understand how these communities were formed. The aim of this work was to comprehend the historical construction of the relation between people from Agua Preta community, Santarém, Pará and the natural resources, identifying elements that led the community to the current configuration. We used a method based on the oral history to register their experience, registering individual reports. These reports were used to build a collective history of Agua Preta. The results showed that this people have a flexible identification, adaptable to different economic and environmental cycles. So, this community is an able group in combining values with historic natural resources transformation.

**Keywords:** Memory. Identity. Amazonian floodplain. Riverine communities. Natural resources.

### INTRODUÇÃO

A história da economia Amazônica é comumente contada com base nos grandes ciclos produtivos, como o da borracha, com foco nos momentos de crescimento e de crise. No entanto, pouco se fala sobre o que ocorreu entre estes períodos, especialmente nas pequenas localidades (LIMA; ALENCAR, 2001). Da mesma forma, a percepção e interpretação dos moradores destes locais sobre os ciclos econômicos que vivenciaram são pouco registradas. Tais grupos e suas economias, historicamente, constituíram a base das grandes produções da Amazônia. As economias

locais cresceram no contra fluxo dos grandes ciclos, desenvolvendo-se nas épocas de baixa demanda externa (NUGENT, 2006).

O baixo índice de registros das economias locais deve-se, em grande parte, a limitações metodológicas, já que muito do que ocorre nestas áreas sequer chega a ser registrado. Por isso, para compreender a constituição dos modelos socioculturais atuais, é preciso investigar com os moradores a história de suas localidades (LIMA; ALENCAR, 2001). Isso cabe especialmente aos idosos do interior, fonte de informações sobre a história da Amazônia (ANTUNES; SHEPARD JÚNIOR; VENTICINQUE, 2014).

Nesse contexto, a história oral, mesmo subjetiva, é uma fonte legítima para o acesso aos acontecimentos do passado (LIMA; ALENCAR, 2001). Ela não se refere estritamente a fatos antigos. As histórias muitas vezes são uma reelaboração de experiências passadas com base em fatos recentes (HARRIS, 2006). Por isso, a história oral fornece acontecimentos do passado reinterpretados pelas pessoas como elas são no presente. Ao formar narrativas, elas revivem fatos e os reconstroem (BOSI, 2003). No entanto, há um desequilíbrio quanto às memórias mais evidentes: nem todos os fatos serão lembrados com a mesma precisão. Memórias que provocam impacto afetivo, como medo, humilhação, expectativa ou alegria tendem a ser mais evidentes que aquelas que não despertam. Por isso, a história oral consiste em uma reelaboração dos fatos.

Além da reconstrução das memórias pessoais, a história oral permite elaborar memórias coletivas, que têm papel fundamental na construção da identidade dos grupos. Os indivíduos se apresentam aos outros e enxergam a si mesmos tendo como referencial básico as suas origens, desenhadas a partir de uma memória compartilhada e transmitida através das gerações (LIMA; ALENCAR, 2001). Para entender o comportamento dos indivíduos é preciso prestar atenção à sua inserção social, pois é no grupo que a individualidade se estrutura e onde se desenvolvem as ações significativas das pessoas, baseadas no espírito de pertencer e participar (BOSI, 2003). Assim, as memórias privadas constituem o

testemunho de um tempo coletivo. Nesta interface, vivências pessoais se conectam à história, à política, à sociedade de um local. Portanto, a história oral não é apenas o registro de testemunhos pessoais, mas uma maneira de resgatar as camadas da população excluídas da história, como o caso de muitas comunidades varzeiras.

Nas áreas de várzea, além dos ciclos econômicos, a população está sujeita às grandes variações naturais destes locais, como a oscilação anual do nível do rio - dividindo o ano nos períodos de seca e de cheia - e a constante sedimentação e erosão provocadas pela força das águas (LIMA; ALENCAR, 2001). Harris (1998) compreende esta dinâmica como uma referência para a vida, um compasso que influencia as relações entre o homem e o ambiente. As atividades econômicas, por exemplo, são fortemente influenciadas pela alternância das condições de vida nos diferentes períodos sazonais. Há variações no padrão de renda, na disponibilidade dos recursos e nas condições de saúde e alimentação dos moradores (LIMA, 2005). Eventos sociais também são marcados por estes períodos - campeonatos de futebol, festas religiosas e reuniões são, predominantemente, realizados durante a seca. Mas até que ponto os ciclos existentes na várzea (econômicos, ambientais, sociais) teriam influenciado a configuração sociocultural destas populações? A vida baseada em ciclos teria influência sobre a identidade local, modificando as formas de relação com os recursos naturais?

O objetivo deste trabalho é entender a construção histórica da relação dos comunitários de uma comunidade da várzea de Santarém - a Água Preta - com os recursos naturais com base na interpretação de seus moradores, identificando elementos que possam ter levado à sua atual configuração sociocultural, política, econômica e ambiental e à percepção dos atuais moradores sobre si mesmos e sobre a vida na várzea.



## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A comunidade Água Preta localiza-se no Projeto de Assentamento Agroextrativista Aritapera, na área rural de Santarém, Pará. Atualmente é constituída formalmente por 64 famílias. A viagem de barco até Santarém pode variar de 3 a 6 horas (Figura 1). A pesca é a principal atividade econômica. Outras ocupações incluem agricultores, professores, agentes de saúde e vaqueiros.

Figura 1 - Localização da comunidade Água Preta em relação a Santarém.



Fonte: Google Earth. Acesso em 21 de julho de 2016.

Com base na metodologia da história oral (DELGADO, 2003; SELAU, 2004; PICOLI, 2010), foram conduzidas 50 entrevistas abertas com famílias da Água Preta, o que representou cerca de 78% do total. Todas as casas foram visitadas e todas as famílias convidadas a participar. Em todos os casos, o interlocutor principal foi o chefe da família. Em algumas casas, este era o homem mais velho; em outras, a mulher mais velha (geralmente na ausência de seu marido ou viúvas). Como a intenção era obter o máximo de informações e de pontos de vista sobre o histórico da comunidade, não houve a exclusão de nenhuma família em

função de idade de seu chefe, escolaridade, envolvimento com as ações da comunidade ou outros fatores. Todas as famílias foram convidadas. Este critério foi adotado, também, em função de possíveis divergências que poderiam surgir caso escolhesse apenas algumas casas para visitar. Considerando a ética com a comunidade e para evitar conflitos entre comunitários, todas as casas foram percorridas. No entanto, houve casos de idosos que moravam sozinhos, com os quais não foi possível conversar por questões de saúde (estavam adoecidos, não possuíam audição, entre outros fatores) e de famílias que preferiram não participar. As perguntas foram feitas em suas residências, na forma de longas conversas (duas horas cada, em média).

Seguindo metodologia semelhante utilizada por Lima e Alencar (2001) para investigar a história de comunidades da várzea do Médio Solimões, as perguntas-chave incluíram o surgimento da comunidade e seu histórico – economia, manejo e relação com os recursos naturais, organização comunitária e percepção quanto à vida na várzea. A flexibilidade com a técnica qualitativa e a estratégia de escolhas permitiu que outros tipos de informação surgissem espontaneamente. Os eventos e episódios históricos mencionados pelos comunitários foram descritos de maneira a construir uma narrativa coletiva sobre a história da comunidade. Os principais eventos narrados foram agrupados em uma linha do tempo. As percepções quanto à vida na várzea foram distribuídas em uma tabela, com análise por estatística descritiva. Além disso, foi feita uma ampla pesquisa bibliográfica de modo a reconstruir a história da várzea, complementando as informações obtidas com a coleta de campo.

## **RESULTADOS**

### **Relatos**

Os relatos abrangeram informações baseadas nas atividades produtivas praticadas localmente desde meados do século XIX, período

em que havia uma propriedade canvieira com trabalhadores escravos na Água Preta, passando por relatos marcados por diversos ciclos econômicos - período da economia da borracha, da juta, comércio de carne e peles animais, intensificação da pesca comercial, início do manejo comunitário de recursos pesqueiros e quelônios e seu declínio, recentemente. Quando questionados sobre a origem da comunidade, não houve consenso nem em relação a quando nem a como isso ocorreu. Alguns entrevistados buscaram em suas memórias informações relatadas por seus pais e avós desde antes da revolta da Cabanagem (1835 a 1840), enquanto outros citaram referências formais mais recentes, como a formalização da associação comunitária em 1999.

As narrações sobre o período entre o século XIX e o século XX foram feitas, principalmente, por pessoas idosas (entre 60 e 80 anos), com base em fatos contados por seus pais e avós por meio de conhecimentos sobre registros históricos da região, já que a memória pode ser facilmente cooptada por estereótipos de instituições dominantes, como a escola e a universidade (BOSI, 2003). O período pré-colonial foi brevemente mencionado como uma área habitada por indígenas. Posteriormente, a região passou a ser ocupada por portugueses que levaram consigo escravos negros para trabalhar em engenhos de cana-de-açúcar. Uma família que vivia na área da comunidade Água Preta era proprietária de uma fazenda de cana que produzia açúcar e cachaça:

A primeira família que veio para cá era dona de escravos (E33).  
Aqui era uma propriedade do Barão do Aritapera, o Celezinho.  
Tinha muitos escravos e ele era muito bravo, muito ruim.  
Quando ele morreu, os escravos mesmo se alforriaram e foram embora. Tinha muito negro. Aqui tinha muito cacoad, bananal, seringueira e fazenda canvieira (E7).

Vestígios da antiga fazenda canvieira ainda existem e, até alguns anos atrás, eram aparentes. Hoje, grande parte está coberta por terra. Itens como utensílios domésticos e de tortura foram encontrados por residentes e são guardados por uma família:

Onde mora o Marcelo tinha uma fábrica de cachaça, de moer cana, toda de ferro. Era um engenho de cachaça (E33).

As engrenagens ainda tão lá enterradas (E20).

Existia engenho de cachaça, rapadura. Tinha canavial. Lá em casa existia uma casa de alvenaria, pedra e seixo que caiu com uma grande enchente e a terra cresceu em cima. Eu mesmo achei machadinha de índio lá. Já acharam cerâmica de barro. Achei moeda de cobre de 1753 (E19).

O período da Cabanagem foi citado como primeiro marco importante. Em decorrência das revoltas, os últimos escravos existentes na Água Preta teriam se libertado:

Primeiro era habitado por indígenas, depois portugueses e escravos, até a Cabanagem (E4).

Vinham matar portugueses aqui (E1).

Por causa da Cabanagem tem muita visagem por aqui (E29).

Referindo-se, ainda, ao final do século XIX e início do século XX, surgiram os primeiros relatos sobre a produção seringueira, responsável por alimentar o período da borracha. Em paralelo, os depoimentos evidenciaram a produção de roças, criação de gado e atividades extrativas como a pesca. Os relatos da Água Preta mostram que, mesmo com o fortalecimento da produção seringueira, as antigas atividades produtivas continuavam a ser executadas, ainda que em menor escala.

No tempo que me criei era muito melhor. Tinha muito mais gente. Na frente era um riozão, não tinha praia. Produzia milho, roça, juta, pescava, era fartura (E48).

Sempre teve tracajá aqui, desde quando era menino, mas não muito. Pegavam só pra comer. Tinha muita fartura. Não andava muito pra pegar peixe porque tinha fartura. Vinham embaixo do assoalho (E21).

A gente escolhia o que queria comer. Tracajá botava no terreiro da gente (E35).

As narrativas mostram a percepção desse período como de fartura para alimentação, de ajuda entre os membros da comunidade e do uso

de cosmologias como forma de explicar fenômenos naturais (como o da Cobra-Grande, citado abaixo e que será discutido adiante). A partir de 1940 (aproximadamente), os relatos abrangeram, principalmente, memórias de relatos dos pais de entrevistados com idade em torno de 50 anos. Parte dos depoimentos referiu-se a memórias da infância de pessoas que hoje têm em torno de 70 anos. Neste período o mercado da borracha voltou a ser intenso com o advento da Segunda Guerra Mundial, que precisava deste suprimento. Mas, o sucesso foi menor e durou pouco tempo:

Tinha seringal imenso. Vendia seringa, o caroço e o leite (E1).

Quando eu era criança eram muitas famílias, muita gente já foi embora. Tinha seringal imenso, cacocal, gado. O lago era muito fundo, diziam que tinha Cobra-Grande, que tem mesmo. Castanheira tem muito porque aguenta água, o resto matou tudo (E47).

No tempo que me criei era muito melhor. Tinha muito mais gente. Na frente era um riozão, não tinha praia. Produzia milho, roça, juta, pescava, era fartura (E48).

Sempre teve tracajá aqui, desde quando era menino, mas não muito. Pegavam só pra comer. Tinha muita fartura. Não andava muito pra pegar peixe porque tinha fartura. Vinham embaixo do assoalho (E21).

A gente escolhia o que queria comer. Tracajá botava no terreiro da gente (E35).

Além disso, se observa que o cultivo intensivo da juta, espécie exótica que gerou grandes impactos ambientais, ocupa uma posição especial na memória local. Economicamente, foi um período bom para os moradores da Água Preta, lembrado como gerador de lucro:

Teve muita juta, dava muito dinheiro (E11).

Tinha juta, banana, cacau, roça, laranjeira, cacoeiro, mangueira. Cada um plantava na sua terra e levava pra vender em Santarém (E16).

Após o período da juta, cujo auge ocorreu nos anos 1960, o comércio de carne e peles de animais silvestres e a pesca ganharam força:

Capivara vendia muito, jacaré, couro de jiboia, sucuriju. A gente não achava muito jacaré porque matava pra vender, vinha barco de Santarém pra comprar. Não era muito boa a renda. A carne dava na faixa de R\$1,00 hoje o quilo. O couro não podia ter um furo, senão era outro preço. Era pouco, mas as coisas custavam mais barato. Onça tinha e não tem mais. Tinha Cobra-Grande, hoje não tem mais (E16).

Vendia capivara, jacaré, sucuriju, camaleão (E3).

Camaleão vendia pra usar o couro. Jacaré também. Couro do jacaré tinha mais valor que do camaleão, que era equivalente a uns R\$5,00 de hoje. Do peixe-boi, tirava a gordura pra fazer azeite pra fritar (E1).

Na época dos meus pais, batia palma pra pegar pirapitinga. O peixe era salgado e comercializado (E3).

Eles pescavam na frente de casa. A água era preta. Vendia também surubim, tambaqui, pirarucu (E1).

Dava muito pirarucu. Os miúdos eram jogados fora, o pessoal do Aritapera que vinha buscar (E33).

Os relatos também abrangeram observações sobre características geográficas da região que, posteriormente, passaram a sofrer grandes mudanças:

Na época dos meus pais, pra ir pra cidade, só remando (E1).

Meu pai viajou muito de vela e de remo. Era rápido de vela, dava umas cinco horas direto. Aqui nunca secava, agora fica tudo seco.

A água era preta mesmo, era daqui mesmo, não era de nenhum rio (E33).

A partir de 1970, as memórias passaram a ser, exclusivamente, as dos próprios entrevistados. Neste período, grande parte dos relatos referiu-se a mudanças geográficas ocorridas na região da comunidade e às consequências percebidas, tanto negativamente, como a redução de árvores (especialmente frutíferas), como positivamente, com o início do manejo comunitário de quelônios e posterior aumento da abundância. Segundo os entrevistados, o Lago da Água Preta era fundo e largo. O Igarapé do Lago era um canal estreito e raso, possível de ser atravessado a pé ou a nado:

Na minha infância o rio era um lago bem grande e fundo, não tinha praia, o igarapé era só um riozinho bem estreito. Era um canal raso. Eu tinha 13 anos quando começou a dar terras caídas. Era muito farto. (...) Quem fazia a lei era a comunidade. Não tinha órgão nenhum que vinha. Era tudo acordo comunitário e todo mundo respeitava (E14).

As enchentes eram mais fracas quando eu era moleque. Isso aqui era um rio muito grande e muito fundo. A maior enchente que teve foi em 1953, foi a maior que teve que o papai viu. (E33).

As principais mudanças recentes na geografia local foram atribuídas à abertura natural de um canal por onde o Lago da Água Preta passou a receber água branca do Rio Amazonas.

O Amazonas passou por um canal que furou e não secou mais. Passa todo o tempo. Era melhor antes, com água preta, era muito bonita (E33).

Rios de água branca têm maior velocidade em seu fluxo e transportam grande quantidade de sedimentos (JUNK; PIEDADE, 2000), o que favorece mudanças na conformação do rio: queda de barrancos onde a água tem mais força e sedimentação em locais onde corre com menor velocidade. Esse processo é confirmado pela percepção dos moradores; de acordo com os relatos, a abertura deste canal levou à sedimentação do Lago da Água Preta, que foi se tornando mais raso com os anos. Com isso, as enchentes se tornaram mais fortes, já que a água possui menos espaço no Lago e se espalha mais sobre a área sedimentada, afetando as casas e os roçados:

A base antigamente não ia pro fundo, ficava em terra. A Água Preta era fechada. A água era preta porque não tinha influência grande do Amazonas, era transparente. A geografia mudou e hoje o Amazonas influencia muito (E19).

Aqui era muito farto, as enchentes não eram grandes, tudo que plantava tinha. De uns anos pra cá você planta, mas vai tudo pro fundo. As enchentes começaram a ser maiores e não deu mais. Tinha muita roça, milho, feijão, banana, laranja, manga (E17).

De 81 pra cá, as enchentes começaram a ser maior. Teve que

começar a fazer maromba<sup>3</sup> (E33).

Vi canavial, bananal, que acabaram por causa da água que foi derrubando, invadindo (E23).

Os peixes também se afastaram porque a terra cresceu, é tudo baixo e não tem profundidade pra eles ficarem” (E14).

Por outro lado, o Igarapé do Lago se expandiu com a queda de barrancos de suas margens, e tornou-se mais profundo, já que os sedimentos são carreados e depositam-se mais adiante:

As enchentes não eram assim. O lago daqui da frente era grande. Depois as terras foram caindo e tá aterrando muito. A água era preta, depois das terras caídas entrou água do Amazonas. Cada ano vai crescendo mais a terra. Antigamente no igarapé era estreito. O pajé que dizia que o igarapé só ia parar de cair quando chegasse na divisa. (E35).

A área sedimentada ao final do igarapé passou a ter fundamental importância para aspectos econômicos, ecológicos e sociais da comunidade. Neste local, formou-se uma praia (que foi se expandindo com os anos) em que quelônios e outras espécies de répteis e aves passaram a utilizar para a desova. Esta área tornou-se muito importante como fonte de alimento (já que muitas famílias consomem ovos e fêmeas em desova), fonte de recursos financeiros (no comércio irregular de animais e ovos), como local de renovação dos estoques destes recursos e, também, como força motivadora para o fortalecimento da própria comunidade. Este último se deu a partir da preocupação com as invasões que esta área e seu entorno sofriam para a retirada de animais e ovos e os comunitários a declararam como uma “Reserva”, razão pela qual retirada de qualquer animal se tornou proibida. Esta decisão foi, inicialmente, registrada em ata de reunião comunitária. Os moradores organizaram-se para protegê-la com diversas ações, como mutirões noturnos para monitoramento, retirada de gramíneas da área e outras. Posteriormente, passaram a receber apoio de órgãos públicos, que forneciam cestas

<sup>3</sup> Forma de adaptação das casas em função de grandes enchentes.



básicas e material para ajudar no monitoramento. Os depoimentos abaixo evidenciam a percepção dos moradores quanto a estes fatos:

Teve terra que cresceu e todo mundo se reuniu e concordou em fazer a Reserva (E11).

Há mais ou menos 30 anos, a comunidade entrava em acordo, tinha muita invasão para roubarem (tracajá) daqui mesmo. Foi feita reunião e todo mundo aprovou em ata a criação da Reserva. Era só pra tracajá, depois pitiú e tartaruga (E21).

Foi no tempo que o Ibama veio. Nós fomos perdendo noite de sono, dia de trabalho da gente pra fiscalizar. A gente ganhava só um rancho pouco. Aí foi aumentando a riqueza de tracajá pra nós. Fizemos cerca, depois fizemos uma associação (E23).

Os relatos sobre o período entre 1990 e 2010 são baseados em memórias recentes dos próprios entrevistados. Referem-se, prioritariamente, ao processo de organização comunitária: desde a fundação da associação, estabelecimento de acordos formais, surgimento de conflitos, momentos de fortalecimento e declínio das ações comunitárias de manejo de quelônios. Este processo de autocompreensão e auto-organização evidencia o desejo dos comunitários em mobilizarem-se para a gestão coletiva dos recursos. Um exemplo foi a existência concomitante de duas associações (uma sediada na Água Preta e outra em Santarém) durante sete anos para fortalecer financeiramente e politicamente a comunidade:

Tinha uma associação em Santarém que angariava recurso pra Água Preta (E33).

Todo sábado e domingo (a associação sediada em Santarém) arrecadava dinheiro pra fazer uma igreja aqui (E35).

Quem fundou a associação (sediada na Água Preta) foram 12 membros (E20).

A nossa associação aqui foi fundada em 99, depois da de Santarém. Ela é legalizada, mas falta ter peso. A que ficava em Santarém acabou em 2006 (E33).

Por outro lado, a tentativa de organização democrática e a abertura ao diálogo tornaram evidente a existência de diferentes interesses e motivações para o uso dos recursos naturais:

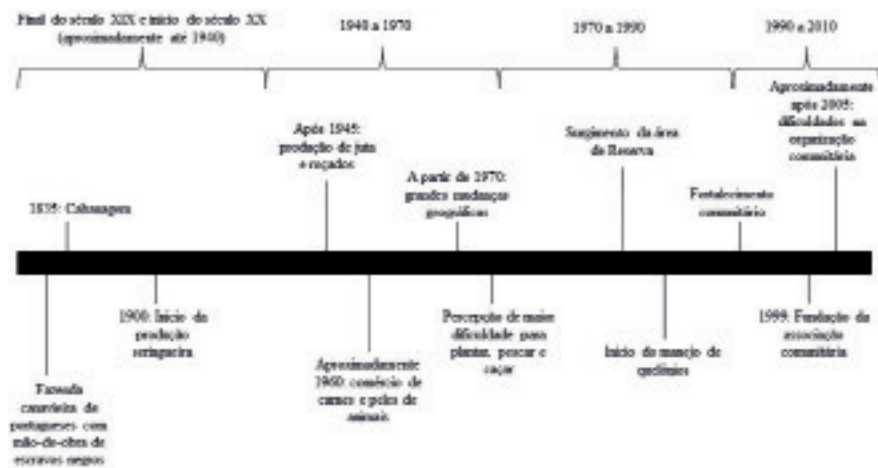
Em 99 mais ou menos, suspenderam a pesca com malha aqui na frente. Foi uma briga. Teve votação, nem todos queriam, mas quem tem consciência não pesca. Foi coisa da comunidade mesmo (E20). Antes ninguém rompia acordo, todo mundo respeitava. Tinha mais união. As leis eram feitas pela comunidade. O tempo mudou essa visão. A palavra união tinha valor, hoje não tem mais. Precisa de apoio, que tinha antes, mas não tem mais. O Ibama chegou a dar rede e filhote de tartaruga pra criar. Hoje tá parado (E1).

Faziam cerca na reserva, eu ajudava. Muita gente era contra porque queriam acabar. Uns se esforçavam para manejar e outros vinham pegar. Reunimos a comunidade com Ibama, que prometeu ajuda (E22).

A Figura 2 reúne os principais eventos levantados por meio das memórias dos moradores da Água Preta que possuem ligação com a construção da relação com os recursos naturais.

Figura 2 – Linha do tempo mostrando os principais eventos lembrados por moradores da Água Preta, PA, que interferiram na construção histórica da relação com a fauna aquática. As datas estão de acordo com as memórias dos entrevistados e, portanto, não são necessariamente precisas.

A HISTÓRIA PELAS PESSOAS: MEMÓRIAS DE COMUNITÁRIOS DA ÁGUA PRETA  
SOBRE A RELAÇÃO COM OS RECURSOS NATURAIS



Percepções quanto à vida na várzea

Com relação a viver na várzea, a maioria dos entrevistados levantou aspectos positivos, principalmente relacionados à relativa independência do dinheiro, à qualidade ambiental e à abundância de alimento, quando comparados à vida na cidade (Tabela 1).

Tabela 1 – Principais aspectos positivos e negativos em se viver na várzea, segundo os moradores da Água Preta. (n= número de pessoas; N total=30).

	Sobre a vida na várzea	n	%
POSITIVOS	Vive-se bem na várzea	15	50
	Maior independência do dinheiro	5	17
	Motivos ambientais (abundância de água, ar limpo, conforto)	5	17
	Não falta comida	4	13
	Tem trabalho	3	10
	Motivos familiares	3	10
	Tem tranquilidade (segurança)	1	3

NEGATIVOS	Falta de infraestrutura	6	20
	Baixa renda	2	7
	Falta de união	2	7
TOTAL (N)		30	100

Os aspectos negativos refletiram principalmente a falta de infraestrutura (especialmente o fornecimento de energia elétrica e saneamento básico) (Tabela 1). Apenas duas pessoas afirmaram ter vontade de morar na cidade.

## DISCUSSÃO

### Construção da história coletiva da Água Preta

Os relatos mostraram que os comunitários possuem uma forma própria de relação com o tempo e espaço. A informação temporal de um evento foi relacionada, principalmente, a referências pessoais como, por exemplo, o ano em que determinada pessoa faleceu. Outra relação temporal foi quanto a fatores ambientais, como um evento que ocorreu em seguida à queda de um barranco ou à abertura de um canal. Foi possível perceber que a relação com o tempo não se dá de forma precisa, controlada por um calendário em dias, meses e anos (por isso as datas informadas não foram precisas). Nos relatos da Água Preta, a coerência é justamente a evidência de uma interpretação da realidade absolutamente ligada ao seu contexto ambiental, cultural e social.

A dinâmica espacial, por vezes, é explicada através do uso de cosmologias que justificam fenômenos naturais. Um dos entrevistados afirmou que o Igarapé do Lago tornou-se largo e profundo devido à movimentação da Cobra-Grande que vive sob suas águas. Segundo Freitas et al. (2015), a Cobra-Grande é um elemento do folclore amazônico amplamente conhecido por atuar como protetor da vida aquática. Para os residentes locais, não se trata de uma lenda, mas de uma criatura

real, parecida com uma enorme sucuri (cobra do gênero *Eunectes*) e que pode desencadear severas tempestades. A compreensão de que a Cobra-Grande produz efeitos na paisagem local da Água Preta não foi restrita ao Igarapé do Lago. Muitos moradores entendem que a constante queda de barrancos e as severas tempestades ocorrem em função da movimentação deste ser. Portanto, na compreensão local, a Cobra-Grande é um elemento fundamental para a ecologia e para a produtividade locais, interferindo diretamente na vida das pessoas. Assim, a percepção do tempo e espaço pela população da Água Preta, é flexível e conectada com os processos sociais locais e difere da concepção moderna de precisão, estandardizada e globalizada. Considerando a complexidade e variabilidade socioambiental, instrumentos como o relógio e calendário não são suficientes para se entender as transformações do ambiente em que vivem.

Parte dos elementos históricos levantados com as memórias dos comunitários ajudou a esclarecer como se formou esta relação. A própria miscigenação entre etnias europeias, indígenas e africanas no local trouxe elementos culturais importantes. Para Harris (2006), parte de uma possível personalidade da população varzeira teria sido construída justamente no período entre a expulsão dos missionários católicos em 1770 e a Cabanagem, em 1835. Essas sociedades teriam se tornado produto das forças modernas por meio da colonização e dependentes destas. Por outro lado, seriam distintas nas suas maneiras de relacionamento (com formas produtivas baseadas em trabalho familiar - NUGENT, 2006) e autonomia (no sentido de manterem acesso aos recursos econômicos-chave). Apesar de ter sido estabelecida uma dependência em relação ao sistema comercial (tanto para obtenção de produtos como para escoamento produtivo), as comunidades distantes dos grandes centros sempre tiveram uma dependência relativa, uma vez que são conhecedoras e detentoras dos sistemas naturais com os quais convivem (MOREIRA; HÉBETTE, 2009). A essência desta personalidade pode ser percebida até os dias atuais.

Após o período de conflito da cabanagem, gerou-se um vácuo político e econômico na Amazônia, que foi ocupado por uma nova elite econômica local. Ao longo do primeiro ciclo da borracha, comerciantes, mercadores e exportadores se fortaleceram através do sistema de aviamento (SCHMINK, 2012). Neste sistema, comerciantes móveis (regatões) forneciam produtos industrializados às comunidades distantes em troca de produtos locais extraídos por eles (MCGRATH, 1999). A relação comercial, baseada em fornecimento de produtos industrializados aos residentes locais como créditos a serem pagos com produtos extrativistas, resultou em um sistema de exploração baseado em dependência e endividamento dos extratores.

Durante o ciclo da borracha, grande parte da mão de obra local foi absorvida pelo mercado gomífero e, por isso, autores como Antunes, Shepard Júnior e Venticinque (2014) acreditam que as antigas atividades produtivas teriam sido comprometidas. No entanto, os relatos da Água Preta evidenciam o contrário. Aparentemente, as antigas atividades continuavam a ser executadas, mesmo em pequena escala. A partir de 1912, o declínio do mercado internacional da borracha, resultou em um grande êxodo rural, enquanto a população que se manteve buscou outras formas de adaptação. De acordo com os relatos de Água Preta, uma delas foi a intensificação da comercialização de peles silvestres, que se estabeleceu na década de 1930. Os exportadores recebiam o produto seco ou salgado direto de comerciantes do interior que, por sua vez, adquiriam dos caçadores por meio de troca, venda ou consignação. Em paralelo, a agricultura e a pesca continuavam. Interessante notar o traço nostálgico das memórias sublinhadas por uma percepção de grande abundância de pescado nesta época em contraste com a percepção atual de progressiva redução. Este foi um período em que, provavelmente, o uso intensivo de espécies de jacarés, lagartos, mamíferos e outros animais ajudou a aumentar o conhecimento empírico sobre sua biologia e ecologia, assim como o interesse em seu uso e manutenção futuros.

No entanto, em função da intensa sobrepesca e sobrecaça, em 1967 foi publicada a Lei de Proteção à Fauna, proibindo a total comercialização de animais silvestres (BRASIL, 1967). Com isso, houve o fim das estatísticas oficiais, mas o comércio de peles e carnes silvestres não parou, ocorrendo de forma intensa e clandestina (ANTUNES; SHEPARD JÚNIOR; VENTICINQUE, 2014) até os anos 1980 (REBÊLO; MAGNUSSON, 1983). Na década de 1990, especialmente após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), o mercado de peles teve forte queda (MOURÃO, 2003). No entanto, o comércio irregular de carne de animais silvestres continua até os dias atuais. Na Água Preta, este comércio existe principalmente em função de tracajás, pirarucus e capivaras.

A partir de 1970, os relatos dos moradores da Água Preta voltaram-se a alterações ambientais que tiveram grande influência na relação dos comunitários com a fauna aquática. Com a sedimentação de novas áreas, as variações no nível da água passaram a incluir alagações anuais que chegam a cobrir as plantações e até mesmo as casas (LIMA, 2005), gerando transtornos e prejuízos aos residentes. Por outro lado, surgiram áreas de reprodução de animais (tracajás, lagartos e aves), importantes fontes de alimento para a comunidade, além de serem utilizadas como fonte de renda com a comercialização. Esta fase culminou com a determinação da Reserva e com o surgimento de acordos para proteção das áreas reprodutivas e pesqueiras.

Enquanto localmente a comunidade passou a se organizar politicamente, em termos regionais houve grandes mudanças na forma de planejamento e uso da Amazônia. Teve início a implantação de grandes obras, como a construção de barragens para geração de energia hidrelétrica, a construção de rodovias, entre outras. Atividades econômicas como a agricultura e a pecuária em grande escala passaram a receber incentivos. Tais obras tiveram grandes impactos ambientais e sociais na região amazônica. Nas áreas de várzea, houve a instalação

de pastos para gado e incentivos e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da pesca em paralelo à produção extrativa e agricultura (MCGRATH, 1999). A pressão do modelo modernizador sobre a várzea consistiu principalmente na exploração seletiva sobre algumas espécies, como a tartaruga (*Podocnemis expansa*) e o pirarucu (*Arapaima gigas*), promovendo a redução dos estoques locais. Este cenário levou a um crescente conflito sobre o acesso e controle dos recursos (LIMA, 2005).

Em resposta, nos anos 1980, moradores da várzea apoiados por movimentos progressistas da Igreja Católica começaram a instituir um processo de territorialização e controle das áreas de pesca. Surgiram grupos para proteção destes locais e, posteriormente, acordos para regular apetrechos e formas de pesca. Inicialmente estas iniciativas surgiram sem apoio institucional e depois passaram a ser reconhecidos, recebendo suporte legal e financeiro de órgãos municipais, estaduais e federais (LIMA, 2005). Os vargeiros passaram a travar uma luta coletiva pela sobrevivência do sistema extrativo (MCGRATH, 1999). Todos estes episódios contribuíram para o fortalecimento político e cultural da comunidade Água Preta, culminando com a formalização de associações comunitárias para apoio às ações de manejo e conservação de recursos naturais.

Após o período de fortalecimento, houve uma fase de declínio da ação coletiva na Água Preta. No entanto, apesar das grandes deficiências institucionais ainda existentes e da extrema dependência econômica da extração de recursos naturais, modelos socioambientais como o da Água Preta representam um caminho para diminuir as desigualdades sociais e promover o uso sustentável do meio ambiente.

### O que as memórias contam: vida em movimento

As narrativas encontradas neste trabalho foram semelhantes às registradas por Lima e Alencar (2001), cujas temáticas foram



especialmente voltadas ao rio, às cheias que acabam com as plantações e às terras caídas. Trata-se de memórias que falam de recomeços e da relação do homem com a natureza. Portanto, notamos que os principais eventos presentes na memória dos vargeiros são cíclicos, por isso a dificuldade em construir uma história que se encaixe em um esqueleto cronológico linear. É um modo de vida que privilegia o tempo presente. Por tais características, Harris (2006) considera os ribeirinhos um produto do que são no presente em contraste com o que foram no passado. Suas percepções e comportamento são construídos socialmente e de acordo com o momento vivido. Hobsbawm (1998) concorda com Harris (2006) ao afirmar que a sociedade tradicional imóvel e estática é um mito da ciência. O domínio do passado não implica imobilidade social. É compatível com visões cíclicas de mudanças históricas.

A vulnerabilidade ambiental e a constante necessidade de mobilidade e reinvenção também têm reflexos em uma identidade grupal não consolidada em torno de memórias sociais ou de um mito de origem. Isso é aparente na falta de consenso quanto à origem da comunidade (LIMA; ALENCAR, 2001). A identidade é pautada nas experiências do passado aplicadas ao momento presente. Isso é percebido na grande capacidade de resiliência, especialmente relacionada ao alto conhecimento dos recursos locais aliado à manutenção de formas antigas de produção renovadas no presente, como pesca, atividades extrativas e de cultivo. Tais atividades se mantiveram paralelas às atividades dos grandes ciclos (como borracha e juta) e, a cada nova fase, foram reinventadas. Com isso, independentemente de crises econômicas em nível regional e nacional, estes grupos podem se manter até que surja outro ciclo ou que se reinventem.

A identidade dos moradores da Água Preta pode ser mais bem definida de acordo com a compreensão de Hall (2002). Para o autor, identidades culturais são híbridas, ou seja, movidas por mudanças, encontros e desencontros. Toda identidade é móvel e pode ser

redirecionada, não há uma identidade fixa ou imóvel. Este é o cenário vivido historicamente e atualmente na comunidade. Dessa forma, não é possível afirmar que haja uma identidade, mas que os comunitários são compostos por uma identificação, passível de mudança e transformação. As pessoas são constituídas por representações e é preciso compreender o mundo por esse olhar em que as mudanças acontecem, as culturas se misturam e as certezas são inconstantes.

Como há alta capacidade de adaptação às condições socioambientais, a maioria das pessoas considera boa a vida na várzea, principalmente em função da maior independência do dinheiro em relação à cidade, como o relato de um entrevistado esclarece. “*Na cidade tudo se paga. Pisou na cidade, já tá pagando*” (E33). Apesar de colocarem a abundância de alimento como um dos aspectos positivos da vida na várzea, Adams; Murrieta e Sanches (2005) consideram que a flutuação do nível do rio é uma ameaça à segurança e estabilidade alimentar destas populações, já que as inundações podem acabar com plantações, constituindo um ambiente de alto risco<sup>4</sup>. Em contraste, estes grupos desenvolveram mecanismos de manejo e manipulação complexos da paisagem, combinando várias atividades de subsistência, como pesca, caça, agricultura e coleta e em micro-habitats e zonas diversas. Parte desta capacidade é possível graças à readaptação das formas tradicionais de produção ao longo de vários ciclos econômicos: extrativismo e cultivo baseados em um formato de trabalho familiar e no compartilhamento de recursos (NUGENT, 2006; LIMA, 2005). Vargeiros movem-se entre áreas naturais e urbanas, produzindo tanto bens para consumo pessoal como para venda (HARRIS, 2006). Desta forma, por mais que se passe por momentos de instabilidade e crises, há sempre esta forma de se manter para que se possa se reinventar.

<sup>4</sup> Embora seja justamente esta flutuação no nível do rio que gere a alta produtividade existente na várzea. As cheias enriquecem as planícies de inundação e expandem o ambiente aquático propiciando vastas áreas de alimentação para a fauna aquática. Por isso, tanto as atividades agrícolas como a pesca se beneficiam.

Toda a história da região contribuiu para isso. O próprio sistema de aviamento e a figura dos regatões favoreceram certa forma de resistência (MCGRATH, 1999), já que garantia o fornecimento de produtos por meio de um tipo de trabalho de certa forma independente (em relação a horários e formas de produção). Com isso, as sociedades caboclas do Médio-Baixo Amazonas desenvolveram-se nos interstícios do sistema, tornando indeterminados os modos coloniais de autoridade e representação (HARRIS, 2006).

Esses mecanismos foram construindo a percepção que os próprios moradores têm a respeito de si mesmos e da vida na várzea: não se enxergam como “pobres” ou dependentes. Como afirma Lima (2005), eles se percebem como um grupo “esquecido”, principalmente devido à falta de infraestrutura básica, mas que tem todas as condições para viver e desenvolver a vida que pretendem, como ilustrado neste relato: “*Não tem pobre na Água Preta, não tem quem passe necessidade*” (E20).

Assim, essas pessoas não são nem produtos de forças externas, imitando forasteiros mais poderosos, nem pessoas que se subjugam ou se sentem marginalizadas. Eles são, ao contrário, hábeis na combinação dos seus valores com a transformação histórica. São formados por continuidades e convergências, assim como descontinuidades e resistência (HARRIS, 2006).

## CONCLUSÃO

O passado da Água Preta demonstra muito da história econômica e da formação social da várzea do Baixo Amazonas como cenário de construção de novas políticas. Esta localidade evidencia o modelo social das comunidades vargeiras: pequenos núcleos, mas com grande força nos seus mecanismos de relação com os recursos naturais, com o mercado e com grande capacidade de readaptação e reinvenção. Esse histórico

evidencia diversos momentos e modelos que se alternam – desde o uso intensivo de recursos naturais à proteção. E é justamente nesse balanço histórico que se encontra o equilíbrio com os recursos que esta comunidade ainda consegue ter, ressaltando-os como parte integrante de sua própria identidade.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, C.; MURRIETA, R.S.; SANCHES, R. A. Agricultura e alimentação em populações ribeirinhas das várzeas do Amazonas: novas perspectivas. **Ambiente & Sociedade**. v. VIII (1). Jan/jun. 2005.

ANTUNES, A.P.; SHEPARD JÚNIOR, G.H.; VENTICINQUE, E.M. O comércio internacional de peles silvestres na Amazônia brasileira no século XX. **Bol. Mus. Par. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.** Belém. v. 9 (2), p. 487-518, 2014.

BRASIL. Lei n.º 5.197, de 3 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 3 jan. 1967.

BOSI, E. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003.

DELGADO, L. A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História oral**.v.6, p. 9-25, 2003.

FREITAS, C.T.; SHEPARD JR, G.H.; PIEDADE, M.T.F. The floating forest: traditional knowledge and use of *Matupá* vegetation islands by riverine peoples of the Central Amazon. **PLoS ONE**. v. 10 (4), 2015.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARRIS, M. The rhythm of life on the Amazon Floodplain: Seasonality and Sociality in a riverine village. **The Journal of the Royal Anthropological Institute**.. v.4 (1), p. 65-82, 1998.

HARRIS, M. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W.A. (Org.) **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. Ed. FAPESP, 2006, 362p.

HOBSBAWM, E. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JUNK, W. J.; PIEDADE, M. T. F. Plant life in the floodplain with special reference to herbaceous plants. In: JUNK, W. J.; OHLY, J. J.; PIEDADE, M. T. F.; SOARES, M.G.M. **The central amazon floodplain: actual use and options for a sustainable management**. BackhuysPublishers: Leiden, 2000. p.147-186.

LIMA, D. **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: Ibama. Provarzea. 2005. 416p.

LIMA, D.; ALENCAR, E.F. A lembrança da história: memória social, ambiente e identidade na várzea do Médio Solimões. **Lusotopie**, p. 27-48, 2001.

MCGRATH, D.G. Parceiros no crime- O regatão e a resistência cabocla na Amazônia Tradicional. **Novos Cadernos NAEA**. v.2 (2), 1999.

MOREIRA, E.S.; HÉBETTE, J. Metamorfoses de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraenses. In: GODOI, E.P.; MENEZES, M.A.; MARIN, R.A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**: construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. 2009. 337p.

MOURÃO, G. M. Utilização econômica da fauna silvestre no Brasil: o exemplo do jacaré-do-pantanal. **Agronline**, 27 maio 2003. Disponível em: <<http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=108>>. Acesso em: 29 janeiro 2016.

NUGENT, S. Utopias e distopias na paisagem social amazônica. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W.A. (Orgs.) **Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e invisibilidade**. Ed. FAPESP, 2006, 362p.

PICOLI, B.A. Memória, história e oralidade. **Mnemosine Revista**. v. 1(1), p. 168-184, 2010.

REBÊLO, G. H.; MAGNUSSON, W. E. An analysis of the effect of hunting on *Caiman crocodilus* and *Melanosuchus niger* based on the sizes of confiscated skins. **Biological Conservation**, v. 26 (2), p. 95-104, 1983.

SCHMINK, M.; Wood, C. H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2012.

SELAU, M.S. História oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais. **Revista Esboços**. n.11, UFSC. 2004. p. 217-228.

## FESTAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS ÁFRICA E LARANJITUBA NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA, PARÁ

---

*Benison Alberto Melo Oliveira<sup>1</sup>*

*Silvio Lima Figueiredo<sup>2</sup>*

**Resumo:** O presente trabalho discute a importância das festas e sua relação com o desenvolvimento das comunidades quilombolas África e Laranjituba, localizadas no município de Abaetetuba na mesorregião do Baixo Tocantins no estado do Pará, Brasil, onde as festas representam um momento importante de celebração ritual, reforço das práticas culturais e identitárias dessas comunidades.

**Palavras-chave:** Celebração ritual. Comunidade quilombola. Desenvolvimento. Amazônia.

### PARTIES AND LOCAL DEVELOPMENT IN AFRICA AND LARANJITUBA “QUILOMBOLAS” COMMUNITIES IN THE MUNICIPALITY OF ABAETE- TUBA, PARÁ

---

<sup>1</sup> Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), especialista em Planejamento e Gestão Pública do Patrimônio Cultural pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (FIPAM-NAEA/UFPA), mestrando em Planejamento do Desenvolvimento do Trópico Úmido no (PPGDSTU-NAEA/UFPA).

<sup>2</sup> Graduado em Administração pela Universidade da Amazônia (UNAMA) e Turismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA), Doutor em Comunicação (ECA/USP); realizou estágio pós-doutoral em Sociologia na Université René Descartes – Paris V Sorbonne. Professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA). Pesquisador do CNPq.

**Abstract:** This paper discusses the importance of festivals and their relation with the development of Africa and Laranjituba quilombola communities, located in the municipality of Abaetetuba in the mesoregion of the Baixo Tocantins in the state of Pará, Brazil, where the parties represent an important moment of ritual celebration and reinforcement of the cultural and identity practices of these communities.

**Keywords:** Ritual celebration. Quilombola community. Development. Amazon.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui desenvolvida discutirá um tema nada simples, a contribuição das festas para questões do desenvolvimento em duas comunidades quilombolas África e Laranjituba, que possuem uma área de aproximadamente 1.108,1837 ha, pertencentes atualmente ao do município de Abaetetuba, conforme nos apresenta Santos e Aquino (2012), embora em alguns trabalhos como Lima (2012) e Mascarenhas (2015) essas comunidades sejam citadas como pertencentes ao município de Moju.

Os objetivos desta pesquisa são discutir como as festas podem contribuir ou não com questões ligadas ao desenvolvimento de comunidades, identificando as festas que ocorrem nas comunidades supracitadas e evidenciando as relações entre as festas e o desenvolvimento.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa partimos da seguinte questão: as festas podem promover o desenvolvimento dessas comunidades? Quais as festas que acontecem nessa comunidade? Quais as relações entre festa e desenvolvimento encontradas nas comunidades estudadas?

Essa problematização é importante para conduzir essa pesquisa em relação a esse tema, pouco explorado, sobretudo porque diferente do



que propõe Marx (1971) dentre os clássicos sobre o campesinato, essas populações tradicionais quilombolas não estão a reboque do proletariado urbano, elas, pelo contrário, apresentam um nível considerável de organização e politização, capaz de administrar seu processo de desenvolvimento, corroborando com a ideia de Sousa (2014).

A metodologia desenvolvida nesta pesquisa segue uma orientação interdisciplinar, mas é norteadada por uma perspectiva de cunho antropológico em sua condução. O levantamento teórico sobre o tema foi realizado em livros e periódicos e contrastado com os dados coletados em pesquisa de campo no qual foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com moradores das comunidades e o tratamento dos dados em uma abordagem qualitativa.

O trabalho está dividido em três seções: a primeira apresenta discussão teórica sobre desenvolvimento e festas; a segunda caracteriza as comunidades em sua formação e suas principais demandas no poder público; a terceira apresenta as diversas festas realizadas na comunidade e o seu potencial para o desenvolvimento da comunidade.

As concepções de desenvolvimento tratadas aqui se baseiam em uma perspectiva local, todavia não como racionalidade econômica (BARQUERO, 2001), que tende a um pensamento hegemônico global, mas com o reconhecimento da diversidade e heterogeneidade globais, tendo como foco a cultura (APPADURAI, 2002).

Utilizaremos neste trabalho também os elementos da proposta de desenvolvimento sustentável baseados na realidade local em um quadro regional amazônico no qual temos o trabalho de Simonian (2007), que nos permite visualizar as contradições entre a proposta da sustentabilidade e o modelo de desenvolvimento orquestrado pelas elites rurais e o Estado na Amazônia, e os trabalhos de Bastos (2013) e Figueiredo (1999), que nos auxiliam no entendimento da cultura como instrumento para o desenvolvimento sustentável e as festas como elemento que pode contribuir com o desenvolvimento sustentável.

## 1 O DESENVOLVIMENTO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS A PARTIR DA FESTA

Pensar sobre o desenvolvimento em uma comunidade quilombola não é uma tarefa fácil por vários motivos, ainda mais quando se pensa isso a partir da análise da categoria festa. Os problemas em se pensar desenvolvimento em uma comunidade quilombola se estabelecem a partir das racionalidades do que é o desenvolvimento – palavra esta usada para algo tão complexo e que é preciso fazer, em alguns casos ponderações para melhor compreensão do conceito.

As racionalidades a respeito do desenvolvimento local são diversas, porém refletem em maior ou menor grau a concepção hegemônica de desenvolvimento local relativa ao crescimento da economia e a formação de rendimentos crescentes, inovações e redes técnicas articuladas entre clientes, empresas e fornecedores numa relação operada pela racionalidade econômica, conforme podemos ver em Barquero (2001).

Essa ideia de desenvolvimento local é subvertida por outra racionalidade que busca o desenvolvimento para além da racionalidade econômica, na qual a questão central seria prover o básico da comunidade – o modo de vida, o seu bem-estar, manter a sua história, suas religiosidades, sua produção artesanal, agrícola, extrativismo, sua sociabilidade e suas práticas comunitárias – e dentro desse quadro é que se estabelece a sua própria concepção de desenvolvimento, na qual alguns elementos da racionalidade econômica se fazem presentes, incluindo alguns dos elementos apontados por Barquero (2001), todavia sob uma nova ótica, principalmente com relação à formação de redes.

A festa é um elemento presente em inúmeras sociedades, com objetivos e significados distintos, o que a torna de difícil caracterização, porém Durkheim (1968) apud Amaral (1998), em um significativo esforço teórico, empreende relações entre festa e rituais. Além do trabalho clássico

do referido autor citado, Amaral (1998) discorre que após Durkheim, a maioria dos trabalhos acerca do tema festa é de poucas contribuições. Amaral (1998) e Figueiredo (1999) apontam uma perspectiva nova no trabalho de Duvignaud, de 1983, na qual a festa adquire um caráter de subversão e ruptura com a ordem social estabelecida.

O trabalho de Figueiredo (1999) é importante para entendermos a função das festas no processo de desenvolvimento do município de Soure, no Marajó. No referido trabalho, há um estudo das festividades de santos, que nos oferece elementos para se pensar as festas em uma perspectiva regional amazônica.

Para se pensar a festa em uma comunidade quilombola, é preciso entender as peculiaridades dessas comunidades tradicionais, bem assim sua territorialidade, que se estabelece em ligação com suas origens, reproduzida nos espaços da comunidade e também na escola, aspectos observados por Acevedo Marin, Ferreira e Marques (2014).

A concepção de desenvolvimento aqui apresentada é pensada com base em um quadro regional ímpar, o caso amazônico. Pensar o desenvolvimento na sua forma clássica ou o pós-desenvolvimento, conforme nos mostra Pieterse (2000), ou o desenvolvimento endógeno, como nos mostra Barquero (2001), é grande tarefa, pois, segundo Pieterse (2000), o conceito de desenvolvimento vinha sofrendo inúmeras críticas pelas consequências negativas de seus impactos, sobretudo para os mais pobres e vulneráveis à sanha da racionalidade hegemônica. Fruto dessas críticas, na década de 1980 o autor ressalta o surgimento da proposta de pós-desenvolvimento.

A proposta de Barquero (2001) de desenvolvimento endógeno é elaborada sobretudo com base na ideia de industrialização, e na tese schumpeteriana do empresário inovador. Essas ideias aplicadas à realidade amazônica e suas comunidades são passíveis de crítica, pois há diferenças entre o sentido de racionalidade encontrado nessas teses e os objetivos da produção dessas comunidades. O trabalho de Pieterse (2000)

inclusive nos mostra que essas propostas de desenvolvimento alternativo acabam por se tornar reféns da ideia tradicional de desenvolvimento, costumeiramente criticada, de maneira que elas reforçariam uma estrutura de pensamento colonial.

Apesar das inúmeras críticas, não se pode deixar de refletir sobre o desenvolvimento, por mais que o conceito apresente problemas. É também um esforço teórico necessário pensar formas alternativas de desenvolvimento baseadas nas experiências locais, em especial no caso amazônico, e para tal é preciso conhecimento profundo das realidades locais e suas múltiplas escalas, além de se ter uma preocupação com algumas armadilhas teóricas, como acreditar que o desenvolvimento é promovido por objetos, técnicas e formas espaciais modernas.

Para as comunidades tradicionais amazônicas, alguns objetos, técnicas e formas espaciais modernas são importantes, mas pensar o desenvolvimento a partir disso é um erro metodológico que reforça a ideia de modernidade como uma construção colonial, como se pode inferir a partir das análises de Pieterse (2000), baseadas em Kothari (1988). O desenvolvimento dessa forma apareceria como reforço e manutenção de uma ordem hegemônica.

O trabalho de Bastos (2012) nos oferece uma importante ferramenta para se pensar o desenvolvimento em um panorama amazônico partindo da cultura, pois entende que esta, a partir da Agenda 21, se configura um elemento incontornável para se atingir um desenvolvimento sustentável e humano, sobretudo na Amazônia, já que para a autora cultura e natureza são indissociáveis.

Embora as principais atividades econômicas das comunidades África e Laranjituba estejam ligadas à produção agrícola, em especial de farinha, à produção de painéis artesanais, extrativismos, turismo de base comunitária e pequenos comércios, a cultura ganha importância através do projeto *Filhos do Quilombo*.

Esse potencial da cultura como forma de desenvolvimento ganha maior corpo com as festas que ocorrem nas comunidades, em especial

as festas de Santo, além dos torneios de futebol com bingos e em menor rentabilidade econômica, porém com grande potencial, a capoeira e o carimbó, que detalharemos em outra seção.

## 2 CONHECENDO AS COMUNIDADES ÁFRICA E LARANJITUBA

As comunidades África e Laranjituba estão localizadas na mesorregião do baixo Tocantins no Estado do Pará, seu principal acesso é através da estrada da Alça Viária no quilômetro 68, “ramal do Caeté” (Souza, 2014) em uma estrada de chão que não possui nenhuma placa de sinalização para identificação, mas que permite o acesso ao local. O Território Quilombola do Caeté (LIMA, 2012; SANTOS; AQUINO, 2012) é formado por cinco comunidades: Caeté povoação, Samaúma, África, Laranjituba e Moju Miri. As comunidades de África e Laranjituba ficam situadas na margem esquerda do igarapé Caeté.

Uma peculiaridade dessas comunidades quilombolas é quanto ao município a que elas pertencem, pois atualmente há um caso ímpar de sobreposições com relação à administração municipal. As comunidades se localizam em uma tríplice fronteira formada pelos municípios de Abaetetuba, Barcarena e Moju.

Oficialmente elas pertencem a Abaetetuba, conforme nos mostra Santos e Aquino (2012) e Sousa (2014), município do qual acessam alguns poucos serviços, todavia a identificação da maior parte dos moradores, segundo relatos obtidos em conversas com os membros das comunidades, corroborando com os dados apresentados por nós, mostram que é com o município de Moju, que pertenciam originalmente, que eles têm maior ligação e esse município ainda fornece alguns serviços à comunidade. Outros serviços são acessados no município de Barcarena, como hospitais, e a congregação paroquial de Barcarena atua nas celebrações dos ritos católicos das comunidades.

Esse processo fez parte da história recente dessas comunidades que se originaram, conforme descreve Lima (2012), de um engenho de

produção de aguardente pertencente ao senhor Raimundo Moraes, que possuía uma propriedade abrangendo a comunidade de Samaúma e parte da África. A outra parte das comunidades África e Laranjituba está ligada a um quilombo onde viveu a dona Maria Perdigon, e que nos anos finais do século XIX teria dado lugar a uma “*tapera*” habitada por Marcolina e Honório Tomé Morais.

Segundo os relatos dos moradores, esse processo recente de transição entre municípios ocorreu através de um projeto de um vereador de Moju, eleito sobretudo pelos votos das comunidades quilombolas. Dessa forma, houve a desvinculação de algumas áreas do território que compõe o município de Moju para o controle do município de Abaetetuba, e essas áreas envolvem algumas terras quilombolas, dentre as quais estão as terras das comunidades estudadas aqui. Temos, portanto, a maior parte dos moradores de África e Laranjituba com fortes vínculos identitários com comunidades de Moju, pois estabeleceram relações de sociabilidades com outras comunidades quilombolas desse município.

A Relação com Abaetetuba, segundo os entrevistados, não é fácil, pois os serviços como educação e saúde não são oferecidos para a comunidade pelo poder público desse município, esses serviços são oferecidos por Moju e Barcarena. Em muitos casos, os entrevistados alegam que, ao solicitarem ao município alguns serviços, a responsabilidade destes é repassada para Moju. Este, todavia, alega que legalmente agora os solicitantes são de Abaetetuba, tornado assim difícil o acesso a alguns serviços públicos para a comunidade, como afirmam Santos e Aquino (2012).

As principais demandas das comunidades são em relação a tais serviços públicos. Em entrevista, os moradores relataram que as suas principais demandas estão ligadas à saúde, à educação, à infraestrutura de circulação e, no caso das festas, à valorização dos artistas e dos cachês. Esses foram algumas das demandas presentes com relação ao poder público do município de Abaetetuba, que a comunidade relata ser omissa.

### 3 AS FESTAS E O SEU POTENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO NAS COMUNIDADES

As festas são elementos importantes na vida das comunidades, pois elas representam momentos de devoção, culto, reforço das estruturas sociais da comunidade, sociabilidade, lazer, reprodução social e cultural, assim como também para gerar uma renda extra para a comunidade.

Por meio do projeto *Filhos do Quilombo*, é possível estabelecer um processo de valorização da identidade cultural, memórias e práticas, além de captar recursos em editais públicos de cultura para promover ações culturais, como apresentações de capoeira, musicais e dança (carimbó, ritmos regionais e de influência afro), se articular e discutir politicamente com as comunidades e outras que possuem relação sobre os temas mencionados, conforme depoimentos coletados e apoiados no trabalho de Santos e Aquino (2012).

As imagens das Figuras 1 e 2 são de uma apresentação com música e dança do grupo de carimbó Kizomba, que está atualmente se organizando novamente após um período de mudanças de seus membros, segundo a senhora Margarida dos Santos, que é moradora da comunidade, cantora do grupo de carimbó.

Figura 1 - Apresentação do grupo filhos do quilombo e kizomba no encontro de países da América do sul na comunidade ribeirinha de Jauarí, março de 2013.



Fonte: <http://quilomboafricaelaranjituba.blogspot.com.br/2013/03/blog-post.html>. Consultado em: 12/07/2016 às 10:00 H.

Figura 2 - Apresentação do grupo cultural filhos do quilombo e kizomba no encontro de países da América do sul na comunidade ribeirinha de Jauarí, Março de 2013.



**Fonte:** <http://quilomboafricaelaranjituba.blogspot.com.br/2013/03/blog-post.html>. Consultado em: 12/07/2016 às 10:00 H.

Ela considera importante que o grupo de carimbó se reestabeleça, pois ele estava presente em muitas visitas de estudantes às comunidades e também, segundo o senhor Renato Nascimento<sup>3</sup>, toca em alguns festivais nas cidades de Abaetetuba, Barcarena, Benevides, Belém e Moju. Embora os cachês sejam pequenos e não sustentem as apresentações.

Outro ponto comentado pela senhora Margarida é com relação à participação ou não no projeto Filhos do Quilombo, reforçada por outro, o senhor Evaristo de Oliveira, o seu Vavá<sup>4</sup>. Ambos indagam se o projeto pode ser considerado das comunidades ou somente de um grupo familiar.

Essa característica é observada por Teisserenc (2016), em estudo de comunidades, quando demonstra a reprodução de uma estrutura de poder que se desenvolveu historicamente na região desde o período colonial e é reestruturada no período da economia da borracha através do sistema de aviamento, cujos diferentes agentes envolvidos

<sup>3</sup> Membro da associação, 25 anos, participa do projeto Filhos do Quilombo, possui ensino médio completo e trabalha em uma roça com plantação de milho e mandioca.

<sup>4</sup> Membro da associação, 47 anos, ensino médio completou e chegou a cursar matemática e morar um tempo em Belém; depois retornou a comunidade, possui uma roça com milho, mandioca, pupunha, cupuaçu, açaí e outros.



apresentam uma relação de poder assimétrica, que os leva a adotar algumas estratégias individuais, o que garante maior prestígio para alguns membros em detrimento de outros.

Particularmente no âmbito das relações assimétricas, marcadas por uma forte dominação dos fazendeiros, os quilombolas não têm outra escolha senão a de desenvolver estratégias individuais na busca de acordos, caso a caso, fundados em lógicas de proximidade, arriscando criar situações ambíguas que explicam, por que, dentro de uma mesma comunidade, certos membros obtêm vantagens, em detrimentos de outros (TEISSERENC, 2016).

A ideia citada, embora situada geograficamente no Marajó e envolvendo diferentes agentes, auxilia o entendimento de alguns processos decisórios e de poder das comunidades de África e Laranjituba, mesmo que não seja objeto da pesquisa realizada e mesmo que não demonstre a complexidade das relação inter e intracomunidades.

Amaral (1998) estabelece dois critérios classificatórios para festas, a participação e o tempo.

Como toda festa é um ato coletivo, ela supõe não só a presença de um grupo, mas, também, sua participação, o que a diferencia a festa do puro espetáculo. Por essa razão, certos acontecimentos (como os festivais, os shows etc.) não podem ser considerados festas *stricto senso* (AMARAL, 1998, p. 40).

Esse entendimento que a autora propõe enquadra somente algumas formas de festas, principalmente com relação ao critério de participação, pois, por meio dessa ideia, Amaral (1998) indica que festas que envolvem grande número de participantes são mais representativas, portanto um critério quantitativo, que não dá conta de explicar a importância desses fenômenos. O simbólico é um elemento fundamental para entendermos a festa, e a compreensão de que a participação se dá de forma diferenciada, portanto esse critério de participação é importante, mas não define a representação para os seus criadores.

Com relação ao tempo, a autora ressalta que ele transcende o tempo cotidiano, é um momento de sublime efervescência coletiva e que “[...] no limite, tudo é festa durante a festa” (AMARAL, 1998, p. 40). Essas definições não dão conta de explicar na totalidade, por exemplo, a capoeira praticada nas comunidades África e Laranjituba como festa em si e também as práticas de capoeira nas festividades locais ou em outros eventos e locais, como as apresentações que acontecem em Abaetetuba, Barcarena, Moju, Belém e Benevides. Como ressaltou Wellington Oliveira<sup>5</sup>, da comunidade África, devido ao tempo cada vez mais acelerado das metrópoles, que aos poucos chegam nessas comunidades e estabelece um tempo cronometrado, em alguns casos para essa se jogar a capoeira é preciso reduzir o tempo dessas práticas.

Com base no que foi discutido acima, entendemos a capoeira como festa, pois há participação da comunidade nas rodas e treinos, embora como ressaltado por Wellington Oliveira, ela vem diminuindo em número de participantes, sobretudo jovens, nos últimos anos, assim como o tempo e os dias em que ela é jogada na comunidade África.

As festividades de caráter religioso também são importantes para as comunidades, pois têm capacidade de reforçar a coesão social na maior parte das situações, entretanto suas relações com o desenvolvimento dizem respeito a uma total potencialidade para a reprodução do grupo sob diversos aspectos, inclusive ora como fator de agregação, ora como motivador de mudanças. Nesse sentido, as possibilidades dessas festas suscitarem desenvolvimento humano e reforço de patrimônio cultural e pertencimento provocariam sua inolvidável relação com aspectos do desenvolvimento em um contexto mais amplo. Essas festividades religiosas das comunidades África e Laranjituba estão ligadas às religiões mais importantes dentro das comunidades: católica, umbanda, candomblé e um pouco de xamanismo devido à influência indígena.

<sup>5</sup> Membro da associação, 26 anos, participa do projeto Filhos do Quilombo, filho do seu Vavá, possui ensino fundamental completo, está envolvido com a capoeira e com o carimbó (esporadicamente) e com o futebol, pois é um dos envolvidos na organização do time local fluminense África.

Segundo Amaral (1998), baseada na proposta de Duvignaud (1976, 1983), podemos classificar essas festividades com relação ao critério de participação como festas de participação, pois nelas “[...] incluem-se cerimônias públicas das quais participa a comunidade no seu conjunto. Os participantes são conscientes dos mitos que ali são representados, assim como dos símbolos e rituais utilizados” (AMARAL, 1998, p. 41).

As festividades católicas são as maiores dentro dessas comunidades, embora a maioria professe nas religiões de matriz africana com influências do xamanismo indígena. Em Laranjituba, a festividade maior é a de São Sebastião, o santo padroeiro deles; na comunidade África, a festividade mais expressiva é a de sua padroeira, Nossa Senhora de Aparecida.

As suas igrejas estão ligadas à paróquia de Barcarena, porém anteriormente estavam ligadas à de Moju. Essa mudança se deu a partir da mudança de administração municipal sobre o território do Caeté, quando passou para o controle de Abaetetuba. Esse dado é fundamental, porque as comunidades que fazem parte de determinada paróquia frequentam as festividades uma das outras, conforme informou o seu Vavá.

Esse movimento de visitar as festividades da mesma congregação paroquial é importante para arrecadar fundos e gerar renda extra, pois nestas festividades há a presença marcante do bingo, jogo no qual a compra das cartelas garante um significativo valor para ajudar no custeio da festividade, além da movimentação da economia das comunidades.

O futebol é um elemento importante para promoção das festas entre as comunidades do território do Caeté e as demais comunidades do entorno, pois ele é um elemento atrativo de um grande número de pessoas para a comunidade que está sediando alguma festividade.

As festas, em geral com aparelhagens, ocorrem durante a noite e durante parte da manhã e da tarde. O que vai garantir o público da noite é o torneio de futebol entre os times da comunidade que pagam para se inscrever no torneio, para ganhar um prêmio em dinheiro ou em cerveja, e dessa maneira garantir um bom público para a festa.

Essa relação entre o futebol e a festa nos permite pensar também o futebol como uma forma de festa, haja vista que ele tem a capacidade de mobilizar um grande número de pessoas para o evento que vai além das quatro linhas do campo, envolvendo a torcida em um momento de euforia e efervescência como propõem Durkheim (1968) apud Amaral (1998). Nesse sentido, é possível pensar a relação entre futebol e a festa de maneira integrada; o futebol seria como um primeiro momento; à noite, com as aparelhagens, temos um segundo momento da festa.

Para além das festas tradicionais dos festivais de cunho étnico e religioso, tem-se, há cerca de dois anos, o aparecimento de blocos carnavalescos e festas de aparelhagens. Essas festas não aparecem claramente com viés étnico ou religioso, e sim com o sentido de lazer e sociabilidade; não que as demais festividades não tenham esses elementos, mas nessas festas eles são os principais elementos por trás do sentido da festa.

As festas de aparelhagem com bingo e o bloco de carnaval “Mutuca me Pica” são organizados pelo senhor Carlos Alberto, dono de um pequeno comércio. Ele era morador de Belém e se casou com uma mulher membro da comunidade que estava morando em Belém, onde se conheceram e se casaram e há cerca de três anos se mudaram para a comunidade; embora seja “de fora” da comunidade, ele relata uma boa relação entre ele e os membros da comunidade.

Quando indagado sobre os motivos de realizar os bingos e o bloco de carnaval, Carlos afirma que é para “diversão, brincar e beber” e ter uma renda extra. Ele ainda destaca que isso é importante para a comunidade que não tem muito o que fazer<sup>6</sup>. Essas festas são influências pela vida na capital paraense; seu Carlos conta que nelas e no bloco de carnaval predominam músicas “do passado”, tecno, marchinhas, axé e forró.

Outro ponto importante é a divulgação e o acesso a essas festas. A divulgação é feita de forma oral, as pessoas que estão se dirigindo para

---

<sup>6</sup> O sentido empregado nessa frase é concernente ao lazer.

outras comunidades levam a informação da data e horários, e a partir de então começa a difusão da informação entre as comunidades do entorno, das quais irão algumas pessoas que se deslocam, segundo seu Carlos Alberto, “de carro, moto, mototaxi, andando ou de ônibus”.

Podemos perceber que, embora a centralidade das festas das comunidades África e Laranjituba seja religião, lazer e sociabilidades, a ideia de renda extra é um elemento importante. O caráter político e cultural das festas são identificados de igual forma, contradizendo os preceitos do desenvolvimento calcado estritamente sob uma racionalidade econômica.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nessa experiência, é necessário refletir sobre as múltiplas formas de desenvolvimento nas quais a economia, a geração de rendimentos crescentes e a produção de uma cadeia produtiva com base nas potencialidades do local, conforme aponta Baquero (2001), não ocupam o centro do processo, portanto o desenvolvimento assume um caráter mais social, político e cultural, indo de encontro à racionalidade dominante. No caso da Amazônia, essas formas locais alternativas de desenvolvimento, para além da economia, aparecem como resistências a um pensamento dominante e dialogam com o pensamento de Appadurai (2002) que entende ser a nova economia cultural global complexa, pois ela se aflora em um contexto de globalização que possui um viés que tende à homogeneidade, contrastando com a heterogeneidade global.

As festas teriam portanto um sentido ligado às formas de coesão social ou mudança social, dentro de um movimento de reprodução da vida dos comunitários. Assim, o espectro do desenvolvimento que as tangencia se dá dentro da chave do desenvolvimento humano e do desenvolvimento social e cultural, com características autonômicas e emancipatórias no que diz respeito às decisões comunitárias e sua

fruição. Além disso, embora tenham um retorno financeiro menor, comparado com a produção agrícola da comunidade, corroboram de alguma forma com a ideia de desenvolvimento sustentável, indicadas em Bastos (2013) e Figueiredo (1999), pois também incidem sobre a possibilidade de desenvolvimento que preserva a natureza do entorno, além de criar redes de solidariedade, como podemos ver no trabalho de Teixeira dos Santos (2015), e assim possibilitar avanços para outras comunidades.

As festas em si não poderiam ser pensadas na chave do desenvolvimento, um vez que a fruição, o lazer e a sociabilidade não dependem dessa ideia para existir; na verdade existem por outros motivos, mas a possibilidade de deixar que as festas ocorram em profusão e que os laços comunitários se reafirmem está em consonância com os reforços do pertencimento, com a preservação de patrimônios culturais/naturais e obviamente com as propostas mais atuais de desenvolvimento e de desenvolvimento local.

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, R.; FERREIRA, E. R.; MARQUES, F. L. T. **Patrimônio, Cultura e Territorialidade dos Quilombolas do Rio Capim**. 1. ed. Belém: IPHAN, 2014.

AMARAL, R. C. **Festa à Brasileira: significados do festejar, no país que “não é sério”**. 1998. 380f. Tese (doutorado em antropologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

APPADURAI, A. Disjuncture and difference in the global cultural economy. In: INDA, J. X.; ROSALDO, R. **The anthropology of globalization: a reader**. Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2002. p. 46-64.

BASTOS, E. B. B. **A contribuição da cultura para o desenvolvimento do território: um olhar de Ananindeua, na região metropolitana de Belém, Pará**. 2013. 93f. Dissertação (mestrado em gestão de recursos naturais

e desenvolvimento local na Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Tradução. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

FIGUEIREDO, S. L. **Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

FILHOS do Quilombo, Identidade e Cultura. Disponível em: <http://quilomboafricaelaranjituba.blogspot.com.br/>. Acesso em: 15 de Jul. 2016.

LIMA, S. H. A. **Educação e comunidades quilombolas de Laranjituba e África – município de Moju/PA: relação da EJA com costumes e tradições de base africana**. 2012. 99f. Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

MARX, K. Peasantry as a class (1848-1850). In: SHANIN, T. (Ed.). **Peasants and peasant societies**. Middlesex: Penguin Books, 1971. p. 229-237.

MASCARENHAS, C. A. S. Quilombo: espaço de liberdade e luta pelo território com base na ancestralidade. In: **Encontro Comemorativo dos 30 anos do NEAB/UFMA / IV Encontro Nacional do CONNEABS, II Jornada Internacional de Ciências Sociais**. Anais do Encontro Comemorativo dos 30 anos do NEAB/UFMA / IV Encontro Nacional do CONNEABS, II Jornada Internacional de Ciências Sociais. . São Luís (MA), 2015. Disponível em: <http://docplayer.com.br/19953223-Quilombo-espaco-de-liberdade-e-de-luta-pelo-territorio-com-base-na-ancestralidade-resumo.html>. Acesso em: 15 Jul. 2016.

PIETERSE, J. N. After post-development. **Third World Quarterly**, v. 21, n. 2, apr., p. 175-191, 2000.

SIMONIAN, L. T. L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. IN: ARAGON-VACA, L. E. (Org.). **Populações e meio ambiente na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UNESCO, 2007. p. 25-44.

SOUSA, C. F. M. Resistências e reprodução social, política e econômica: a produção de boa gente no campesinato quilombola amazônico. **Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 8, n. 2. jan.-jun., p. 1-13, 2014. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/redd/article/view/6886>. Acesso em: 15 de jul. 2016.

TEISSERENC, P. G. M. Poder local e condições de sua renovação na Amazônia. **Novos cadernos NAEA**, Belém, v. 19, n. 1 jan.-abr., p. 47-70, 2016.

TEIXEIRA DOS SANTOS, A.; SILVA AQUINO, M. J. **Associação e comunidade em terra quilombola**: em questão participação e inclusão em redes pelo direito a políticas públicas. In: XVI encontro de ciências sociais do Norte e Nordeste, pré-atas Brasil. Anais do XVI encontro de ciências sociais do Norte e Nordeste, pré-atas Brasil. Teresina (PI), 2012. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT27-39.pdf>. Acesso em: 15 de Jul. 2016.

TEIXEIRA DOS SANTOS, A. **Comunidades quilombolas África e Laranjituba (Pa) em rede**. 2015. 23f. Monografia (especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Escola) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.